

18

2 0 1 8

**Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE
E DA CULTURA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
PEST-OE/HIS/UI0311/2013



Governo da República
Portuguesa

Estatuto editorial / Editorial guidelines

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, fundada em 2001, é uma revista de periodicidade anual, cujos artigos são sujeitos a avaliação prévia por parte de uma comissão de arbitragem externa. Publica textos de natureza histórica (desde a Antiguidade à Época Contemporânea), noticiário de atividades científicas e resenhas críticas de livros. Aceita artigos de investigadores integrados e de colaboradores do Centro de História da Sociedade e da Cultura da FCT, bem como de quaisquer outros historiadores externos à instituição, estimulando especialmente a participação de todos aqueles que, de qualquer modo, mantêm colaboração ou desenvolvem atividades em rede com o referido Centro de investigação.

The Journal of History of Society and Culture, founded in 2001, is a peer reviewed scientific publication published once a year. The Journal publishes historical scholarly articles (since the Antiquity until the present), news of scientific activities and book reviews in the field of History. It accepts articles from affiliated members and collaborators of the Center for the History of Society and Culture – FCT, as well as from any other historians currently outside the Institution, especially encouraging the participation of those who, in any way cooperate or develop network activities with the above-mentioned research Center.

Director / Director

Irene Vaquinhas – CHSC da U. Coimbra / irenemcv@fl.uc.pt

Conselho Editorial / Editorial Board

Amadeu Carvalho Homem [CHSC, U. Coimbra (Portugal), c.homem@sapo.pt]; Ana Maria Jorge [CEHRU, U. Católica Portuguesa (Portugal), secretariado.cehr@ft.lisboa.ucp.pt]; António Oliveira [CHSC, U. Coimbra (Portugal), 0312925901@netcabopt]; Fernando Catroga [CHSC, U. Coimbra (Portugal), fcatroga@hotmail.com]; Fernando de Sousa [CEPESE, U. Porto (Portugal), cepese@cepese.pt]; Irene Vaquinhas [CHSC, U. Coimbra (Portugal), irenemcv@fl.uc.pt]; João Paulo de Oliveira Costa [CHAM, U. Nova de Lisboa (Portugal), cham@fsh.unl.pt]; Mafalda Soares da Cunha [CIDEHUS, U. Évora (Portugal), cidehus@uevora.pt]; Maria Manuela Tavares Ribeiro [CEIS XX, U. Coimbra (Portugal), ceis20@ciuc.pt]; Maria Alegria Marques [CHSC, U. Coimbra (Portugal), mfm@fluc.pt]; Maria Helena Coelho [CHSC, U. Coimbra (Portugal), coelhojh@gmail.com]; Maria José Azevedo Santos [CHSC, U. Coimbra (Portugal), mazevedo_santos@yahoo.com]; Zulmira Santos [U. Porto (Portugal), zcoelho@letras.up.pt].

Avaliadores externos / External referees

Adeline Rucquoi [École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris (França), rucquoi@free.fr]; Alice Raviola [U. Turim (Itália), aliravi@yahoo.it]; Ana Isabel Buescu [U. Nova de Lisboa (Portugal), anabuescu@netcabopt]; Ana Leonor Pereira [CEIS XX, U. Coimbra (Portugal), aleop@ciuc.pt]; Ângela Barreto Xavier [ICS, Lisboa (Portugal), angela.xavier@ics.ul.pt]; Avelino Freitas Meneses [U. Açores (Portugal), ameneses@uac.pt]; Bernardo Vasconcelos e Sousa [U. Nova de Lisboa (Portugal), bvases@fsh.unl.pt]; Cristina Scheibe Wolff [U. Federal Santa Catarina (Brasil), cristiwolff@gmail.com]; Domingo González Lopo [U. Santiago de Compostela (Espanha), domingoluis.gonzalez@usc.es]; Evergton Sales Souza [U. Federal da Bahia (Brasil), evergtons@yahoo.com.br]; Fernanda Rollo [U. Nova de Lisboa (Portugal), fernandarollo@netcabopt]; Fernando Bouza Alvarez [U. Complutense, Madrid (Espanha), ortegal@eucmax.sim.ucm.es]; Francisco Contento Domingues [U. Lisboa (Portugal), fcdomingues@mac.com]; Francisco Garcia Fitz [U. Cáceres (Espanha), dirdpthist@unex.es]; Helena Maria Gomes Catarino [U. Coimbra (Portugal), hcatarino@ciuc.pt]; Hermínia Vasconcelos Vilar [U. Évora (Portugal), hmav@uevora.pt]; Inês Amorim [U. Porto (Portugal), inesamorimflup@gmail.com]; Isabel dos Guimarães Sá [U. Minho (Portugal), isabelsa@ics.uminho.pt]; Isabel Drummond Braga [U. Lisboa (Portugal), isabeldrummondbraga@hotmail.com]; João Paulo Avelas Nunes [U. Coimbra (Portugal), jpavelas@fluc.pt]; João Rui Pita [U. Coimbra (Portugal), jrppita@ciuc.pt]; Jorge Alves [U. Porto (Portugal), jorge.falves@sapo.pt]; José Augusto Pizarro [U. Porto (Portugal), pizarro@letras.up.pt]; José M. Amado Mendes [U. Coimbra (Portugal), jamendes@universidade-autonoma.pt]; Laura Mello e Souza [U. São Paulo (Brasil), laurams@usp.br]; Luís Miguel Duarte [U. Porto (Portugal), lduarte@letras.up.pt]; Luís dos Reis Torgal [U. Coimbra (Portugal), lrtorgal@netcabopt]; Luísa Trindade [U. Coimbra (Portugal), trindadeluisa@gmail.com]; Magda Pinheiro [ISCTE-IUL, (Portugal), magda.pinheiro@iscte.pt]; Manuel Ferreira Rodrigues [U. Aveiro (Portugal), mfr@ua.pt]; Maria Amélia Polónia [U. Porto (Portugal), amelia.polonio@gmail.com]; Maria de Fátima Nunes [U. Évora (Portugal), mfn@uevora.pt]; Maria Helena Santana [U. Coimbra (Portugal), mahesa@netcabopt]; Maria João Vaz [ISCTE-IUL (Portugal), maria.vaz@iscte.pt]; Maria José Moutinho Santos [U. Porto (Portugal), mjsantos@letras.up.pt]; Maria Marta Lobo [U. Minho (Portugal), martalobo@ics.uminho.pt]; Maria Rita Robles Monteiro Garnel [UNL (Portugal), rgarnel@netcabopt]; Mário Jorge Barroca [U. Porto (Portugal), mbarroca@letras.up.pt]; Nuno Gonçalo Monteiro [ICS, Lisboa (Portugal), Nuno.Monteiro@iscte.pt]; Paula Pinto Costa [U. Porto (Portugal), gfc@letras.up.pt]; Paulo Almeida Fernandes [CEAUCP-CAM (Portugal), paulojorgefernandes@sapo.pt]; Ramon Villares [U. Santiago de Compostela (Espanha), hmravipa@usc.es]; Raquel Henriques [U. Nova de Lisboa (Portugal), raquelhs10@gmail.com]; Rui Bebbiano [U. Coimbra (Portugal), ruibebbiano@gmail.com]; Stéphane Boisselier [U. Poitiers (França), stephane.boisselier@univ-poitiers.fr]; Stuart Schwartz [U. Yale (EUA), stuart.schwartz@yale.edu]; Susana Serpa Silva [U. Açores (Portugal), sserpasilva@sapo.pt].

Coordenadoras científicas do volume / Volume editor

Maria Amélia Álvaro de Campos/melicampos@gmail.com e Covadonga Valdaliso-Casanova/covaldaliso@gmail.com

Coordenação Editorial / Editor Coordinator

Sónia Nobre [CHSC, U. Coimbra (Portugal)] / sonianobre@uc.pt

Propriedade / Ownership

Centro de História da Sociedade e da Cultura

Endereços / Address

Arquivo da Universidade de Coimbra. Rua São Pedro, nº 2. 3000-370 Coimbra. Portugal

Normas para a submissão de artigos: <http://chscuc.pt/publicacoes/revista-de-historia-da-sociedade-e-da-cultura/normas-de-edicao/>; <http://chscuc.pt/en/publications/journal-of-the-history-of-society-and-culture/editorial-norms/> • **Telefone/Phone:** (351) 239859900

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra – IUC

Design e paginação: Fig - Indústrias Gráficas, S.A.

Depósito legal: 168142/01 • ISSN 1645-2259

Direitos de autor / Copyright ©

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_18

18

2 0 1 8

Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Índice

Editorial 9

Artigos

A universidade medieval portuguesa e os problemas do seu financiamento [I]: os prolegómenos (séculos XIII-XIV)

The Portuguese medieval university and the problems of its financing [I]: the beginnings (13th-14th centuries)..... 13

ANDRÉ DE OLIVEIRA LEITÃO

Som servidores d'El Rey e do Concelho: a presença judaica no Livro das Posturas Antigas de Évora

Som servidores d'El Rey e do Concelho: the Jewish presence in the Livro das Posturas Antigas de Évora..... 33

RODOLFO PETRONILHO FEIO

Sermones políticos y audiencia. Una revisión crítica de la predicación en vísperas de la Guerra de las Comunidades de Castilla

Political sermons and audience. A critical review of preaching on the eve of the war of the Communities of Castile 49

HIPÓLITO RAFAEL OLIVA HERRER

Entre a política e o luto: as cartas consolatórias dirigidas a D. João III e D. Catarina de Áustria (1545-1557)

Between politics and mourning: consolatory letters to King John III and Catherina of Austria (1545-1557)..... 69

ANA MAFALDA PEREIRA LOPES

Demolir ou reparar: das normas jurídicas portuguesas para edifícios em ruína (séculos XV a XIX)

Demolish or repair: Portuguese legal norms for ruined buildings (15th-19th centuries)..... 89

SANDRA M. G. PINTO

Grupos sociais da Beira Interior em meados do século XIX
Social classes in Beira Interior in the middle of the 19th century. 109
JOÃO NUNES

“Almoços, *lunchs*, jantares e ceias”: os serviços de restauração em Lisboa à luz dos anuários comerciais (1871-99). Tipologias, serviços e produtos
“Almoços, *lunchs*, jantares e ceias”: Lisbon food services in annual commercial directories. Typologies, services and products 129
JOÃO PEDRO GOMES

O caminho de ferro de Moçâmedes: entre projeto militar, instrumento tecnodiplomático e ferramenta de apropriação colonial (1881-1914)
The railway of Moçâmedes: between military project, technodiplomatic instrument and tool for colonial appropriation 157
HUGO SILVEIRA PEREIRA

Controlo, Vigilância e Repressão: A evolução e acção da Guarda Fiscal em Portugal (1885-1945)
Control, Surveillance and Repression: The evolution and action of the Fiscal Guard in Portugal (1885-1945) 185
MARIANA CASTRO

Le sale cinematografiche nello scenario moderno dell’architettura portoghese della prima metà del XX secolo: alcuni esempi a confronto
The “cinemas” in the modern scenery of Portuguese architecture of the first half of the 20th century: some samples in comparison. 207
MARIANGELA LICORDARI

Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939). A revista *Diónysos*, Humberto Pinto de Lima e Tutankhamon
Tutankhamun in Portugal: reports in the portuguese press (1922-1939). The journal *Diónysos*, Humberto Pinto de Lima and Tutankhamun 227
JOSÉ DAS CANDEIAS SALES e SUSANA MOTA

As mudanças económicas do pós-guerra e a questão alimentar em Portugal: padrões de consumo, tendências sociais e assimetrias regionais
The post-war economic changes and the food question in Portugal: consumption patterns, social tendencies and regional differences 251
LEONARDO ABOIM PIRES

Caderno Temático 273

Do temor da chuva ao céu de onde descem dragões. Perceção e registo de fenómenos naturais (séculos VII a XVIII)

Introduction 275

COVADONGA VALDALISO-CASANOVA e MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

El maldito siglo VII: los efectos del enfriamiento y las catástrofes naturales en Siria-Palestina según las crónicas

The wicked 7th century: the effects of the cooling and the natural disasters in Syria-Palestine according to the chronicles 283

CARLOS MARTÍNEZ CARRASCO

Red lights in the sky, hunger in sight. Aurora borealis and famine between experience and rhetoric in the early Middle Ages

Luzes vermelhas no céu. Auroras boreais e fome, entre a experiência e a retórica na Alta Idade Média 301

ANDREA MARASCHI

La percepción de las inundaciones en la Cataluña nororiental entre los siglos XIV y XVII: de las notas cronísticas a las autobiografías populares

The perception of floods in North-eastern Catalonia between 14th and 17th centuries: from chronicle notes to popular autobiographies 321

ALBERT REIXACH SALA

Du “temps qu’il fait” au temps vécu à la Renaissance : Nature, traces et textes

From “today’s weather” to its lived experience in the Renaissance: nature, traces, and texts. 343

FRANCESCA CANADÉ SAUTMAN

La météorologie comme facteur militaire et politique : le processus de prise de décision par les administrateurs français de la Corse (1553-1559)

Meteorology as a military and political factor: the decision-making process by the French administrators of Corsica (1553-1559)..... 363

VLADIMIR SHISHKIN e EKATERINA GUERASSIMOVA

O ano de 1647 “que se diz da Fome, e Terremotos”: O impacto das crises sísmicas na paisagem sonora de Angra

The year of 1647 “that is said of the Famine and Earthquakes”: The impact of the seismic crisis in the soundscape of Angra 379

Luís HENRIQUES

Notícias dos estados do tempo na Época Moderna: percepção de riscos meteorológicos na *Gazeta de Lisboa* (1715-1762)

News about weather hazards in Portugal in the newspaper *Gazeta de Lisboa* (1715-1762)..... 399

Luís PEDRO SILVA

Recensões..... 421

Notícias..... 451

Centro de História da Sociedade e da Cultura – 2016. Breve descrição das atividades desenvolvidas..... 467

Provas de Qualificação, Teses de Doutoramento e/ou 3º Ciclo e Dissertações/Relatórios de Mestrado e/ou 2º Ciclo orientadas ou coorientadas por investigadores integrados do CHSC em 2017-2018..... 469

Editorial

É dado ao prelo mais um número da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, publicação que tem constituído um elemento fundamental da estratégia global de valorização do conhecimento histórico, seja através da divulgação de trabalhos originais de investigadores nacionais e estrangeiros seja pela promoção de estudos comparativos e interdisciplinares, seja, ainda, por proporcionar um fórum de divulgação e de debate da produção historiográfica de investigadores desta Unidade I&D.

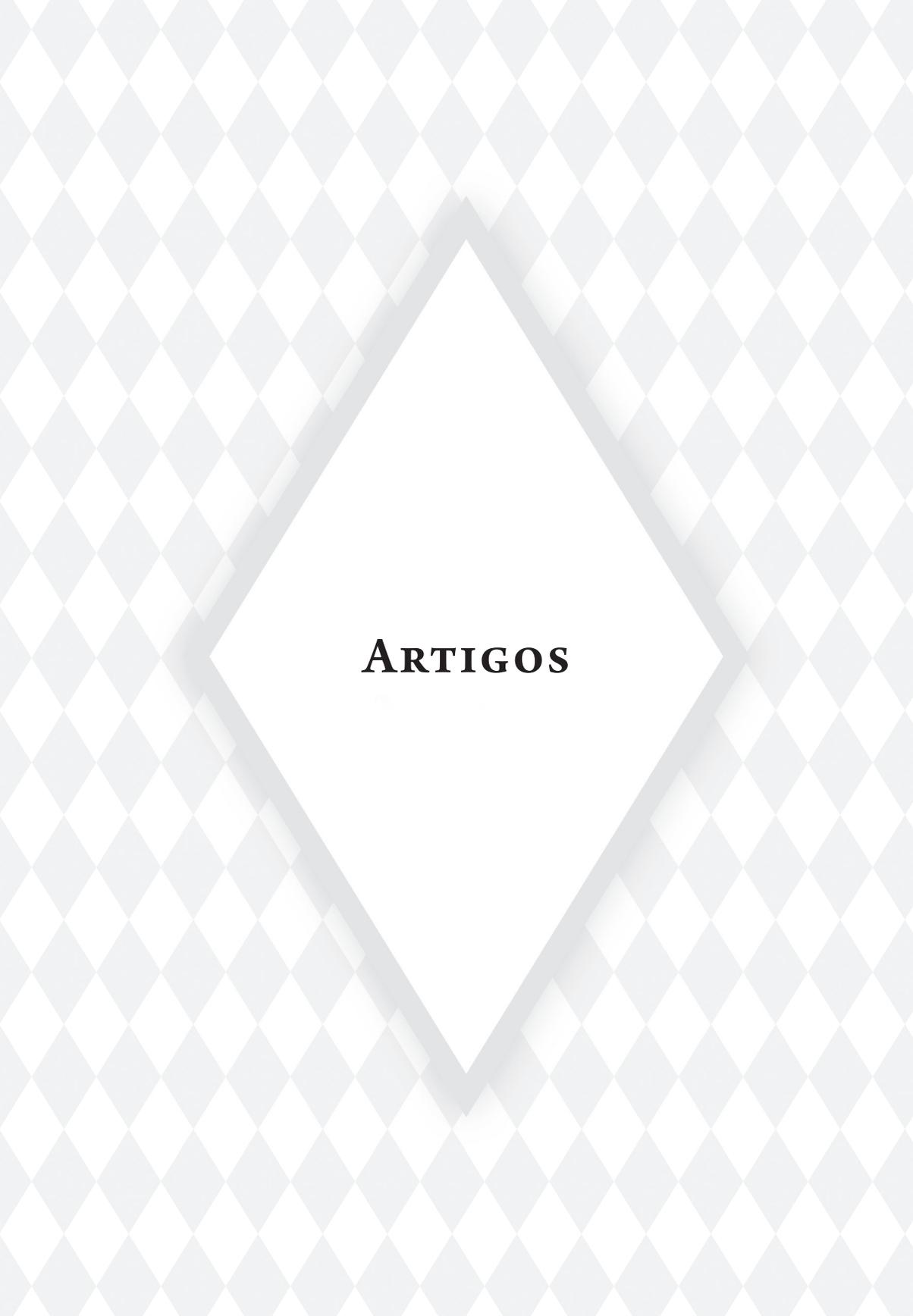
O 18º volume, relativo ao ano de 2018, oferece um conjunto significativo de artigos, 20 na totalidade, a que acrescem as rubricas de recensões bibliográficas e de notícias, assim como o elenco das Provas de Qualificação, Teses de Doutoramento e/ou de 3º Ciclo e Dissertações/Relatórios de Mestrado e/ou de 2º Ciclo orientadas ou coorientadas por investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura. Este denso e poliédrico volume teve a colaboração de numerosos autores, de várias nacionalidades, os quais estão vinculados a múltiplas instituições portuguesas e estrangeiras, cujos estudos percorrem cronologias e espaços distintos, fontes e arquivos de diversa tipologia, configurando uma pluralidade de temas e de estudos que reconstroem multifacetados recortes do passado.

Como dado novo, este número apresenta um dossier temático subordinado ao título “Do temor à chuva ao céu de onde descem dragões. Perceção e registo de fenómenos naturais (séculos VII a XVIII)”, o qual não poderia ser mais atual, num ano marcado por ocorrências climatéricas extremas a que dificilmente se consegue ser indiferente. Inclui sete estudos, cujos autores responderam, de uma forma muito gratificante, ao desafio lançado pelas coordenadoras deste número da Revista, as Doutororas Maria Amélia Álvaro de Campos e Covadonga Valdaliso-Casanova. Como autoras da proposta, esclarecem, numa reflexão aprofundada, os objetivos da temática bem como os seus resultados, os quais são bem demonstrativos da necessidade de se recorrer à interdisciplinaridade e à internacionalização para se fazerem análises objetivas das diferentes manifestações dos fenómenos climatéricos ao longo do tempo.

A publicação de mais este número deve muito a um conjunto alargado de colaborações sem as quais não seria possível concretizar e a quem o dever de gratidão obriga a mencionar: a FCT pelo financiamento atribuído; as suas

coordenadoras que se empenharam ativa e generosamente na sua edição; os autores que disponibilizaram os seus estudos; os avaliadores científicos que, graciosamente, os analisaram, aos técnicos de revisão, gráficos e editoriais que lhes deram o formato atual. A todos, individualmente ou no seu conjunto, estamos penhoradamente gratas, agradecendo todo o trabalho de equipa.

Irene Vaquinhas
Coordenadora Científica do CHSC



ARTIGOS

A universidade medieval portuguesa e os problemas do seu financiamento [I]: os prolegómenos (séculos XIII-XIV)

The Portuguese medieval university and the problems of its funding [I]: the beginnings (13th -14th centuries)

ANDRÉ DE OLIVEIRA LEITÃO¹

CH – U. Lisboa / CEHR – U. Católica Portuguesa
a.leitao@campus.ul.pt

Texto recebido em/Text submitted on 30/11/2017

Texto aprovado em/Text approved on 01/02/2018

Resumo: O presente estudo visa compreender como se processava o financiamento da universidade medieval portuguesa nos seus primórdios, dando a conhecer a complexa questão dos benefícios eclesiásticos cujas rendas se destinavam à subsistência dos lentes do estudo geral – e, por conseguinte, à sobrevivência da própria universidade. Embora reputeemos esta questão de essencial para compreender a vida desta instituição durante a Idade Média, julgamos que a mesma não foi ainda devidamente explorada no âmbito das diferentes monografias e artigos que têm vindo a lume sobre o tema. Neste sentido, iremos analisar o quadro da fundação e a primeira fase da existência da universidade em Lisboa, entre 1288 e 1308, com especial enfoque nas rendas que contribuía para a manutenção do estudo e dos seus mestres, asseguradas por várias igrejas do padroado régio.

Palavras-chave: Estudo geral de Lisboa; financiamento universitário; rendas eclesiásticas; padroado régio.

Abstract: This paper aims to understand the funding of the Portuguese medieval university; I will explore the incomes from ecclesiastical benefices, not only required for the survival of the *magistri* but also for the maintenance of the *studium generale* itself. Although several monographs and articles about the medieval university have been published over the years, I argue that this subject – a key-point to understand the Portuguese university in the Middle Ages – has not yet been fully and accurately examined. Thus, I will analyse the context of the establishment of the *studium* and the first phase of its existence in Lisbon, between 1288 and 1308, as well as the incomes based on several churches of the Royal patronage whose revenues were used to fund both the *magistri* and the Portuguese *studium*.

Keywords: *Studium generale* of Lisbon; university funding; ecclesiastical incomes; royal patronage.

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto PTDC/EPH-HIS/3154/2014: *OECONOMIA STUDII. Funding, management and resources of the Portuguese university: a comparative analysis (13th-16th centuries)*, financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P./Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (FCT/MCTES) e co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE).

1. Introdução

Constitui afirmação corrente ser a universidade a mais singular das criações da Cristandade medieval (Cruz 1985: 192-193). Com efeito, a universidade apresenta-se – de entre a trilogia das instâncias de poder medieval (*Sacerdotium-Regnum-Studium*) proposta pelo cónego coloniense Alexander von Roes na *Noticia Sæculi* (1288) – como a única nascida no seio da *Christianitas*, visto as outras duas corresponderem a reconfigurações de outras tantas formas de poder derivadas da Antiguidade (Rüegg 2003: XIX). Nesse sentido, a mais antiga universidade existente – a *Alma Mater Studiorum* de Bolonha (cuja data tradicional de fundação se fixou em 1088) –, cedo secundada por outros estudos gerais criados na Península Itálica, nos reinos de França e de Inglaterra e, um pouco mais tarde, numa Península Ibérica – que, subtraída ao domínio político do Islão (*grosso modo*, entre a segunda metade do século XI e a primeira do século XIII), se integra, de pleno direito, na rede da *Latinitas* –, constitui um prenúncio de uma ampla transformação cultural e política que terá lugar no Ocidente e que a história registrará sob o nome de renascimento do século XII.

As corporações de mestres e escolares (*uniuersitas magistrorum et scholarium*, donde o termo *universidade* pelo qual a corporação passou a ser conhecida), tendo embora origens diferenciadas – formando-se ora *ex consuetudine* (agregando espontaneamente mestres e escolares numa dada cidade, como em Bolonha e Paris), ora *ex secessione* (em consequência da deslocalização de um certo grupo de lentes e discentes de uma universidade de origem para uma outra cidade, casos de Cambridge ou Pádua), ora ainda *ex priuilegio* (fundadas por deliberação das autoridades políticas, no que a universidade dionisiana constitui um claro exemplo) – e seguindo distintos modelos orgânicos (falando-se, com propriedade, de um “modelo bolonhês”, em torno dos escolares, e de um “modelo parisiense”, centrado na figura dos mestres), não deixaram, desde logo, de manter uma relação umbilical com a principal instituição da *Christianitas* – a Igreja (Cruz 1985: 191-192).

Seja porque muitas das primeiras universidades resultassem da transformação de antigas escolas-catedrais urbanas em instituições de maior vulto; seja porque os escolares e mestres das primeiras universidades fossem clérigos, regulares ou seculares; seja porque, ao ingressarem na universidade, os leigos passassem a desfrutar também dos privilégios, liberdades e imunidades do clero; seja pela concessão dos graus académicos, cometida ao cancelário que era, por inerência, o bispo diocesano; seja pela outorga, por parte do papado, do *ius ubique docendi* (o reconhecimento, pela suprema instância

da Cristandade, da validade dos graus académicos conferidos em qualquer universidade, e que se traduzia no privilégio de as escolas poderem receber o título de *studia generalia*); seja ainda, finalmente, pelas sucessivas confirmações papais das deslocalizações operadas pela universidade (no caso específico português) – todas estas circunstâncias atestam bem a ligação da novel instituição ao foro eclesiástico. Deixámos para o fim, porém, o ponto que pretendemos destacar no âmbito deste trabalho – as rendas e benefícios eclesiásticos consignados para o financiamento dos *studia*, permitindo assim o condigno sustento de lentes, discípulos e oficialato.

Para a subsistência dos discentes, conhecemos várias bulas papais de teor genérico (*De fructibus percipiendis*), conferindo aos escolares a dispensa de residirem nas paróquias de que eram reitores (com a faculdade de se fazerem representar por vigários, que oficiariam o culto e recolheriam os dízimos), geralmente por períodos de três ou cinco anos, bem como o privilégio de poderem receber, para seu sustento, os rendimentos dessas mesmas igrejas, ainda que estivessem deslocados *in studio*; muitas destas bulas encontram-se averbadas no *Chartularium Universitatis Portugalensis* (CUP, I, n.º 65, 81, 135, 176, 201 e 239). De facto, um número significativo de documentos coligidos no CUP – uma extensa compilação de diplomas relacionados com a universidade medieval portuguesa – é constituído, precisamente, por súplicas de escolares, mestres e doutores e ainda por bulas papais a facultar prebendas aos suplicantes. Quanto à manutenção dos docentes, e ainda que alguns dos diplomas que chegaram até nós se refiram às *collectae* que os estudantes deveriam pagar para o sustento dos mestres², muitos dos testemunhos dizem respeito aos frutos e rendas de igrejas paroquiais, colegiadas ou mosteiros com que os correspondentes titulares se comprometiam a manter os lentes e, por conseguinte, a própria existência do *studium*.

Ao longo de quase 250 anos, a universidade medieval portuguesa pôde laborar, pois, graças a estes rendimentos eclesiásticos; no entanto, tal não se fez sem que se gerasse um conflito, latente quase desde o início, entre o estudo e as igrejas anexas. Com efeito, como escreveu Armando Martins, “as rendas das igrejas serão sempre o esteio principal de financiamento da universidade na Idade Média em Portugal; cultura subsidiada pelo clero, não sem remoques dos legítimos titulares dos benefícios eclesiásticos afectados” (Martins 2013: 43).

² CUP, II, n.º 466 (carta de D. João I de 6 de fevereiro de 1392, relativa à modernização do valor das talhas a serem pagas anualmente aos lentes de leis e decretais); III, n.º 674 (sentença de 27 de janeiro de 1417, sobre o pagamento ao lente de gramática); V, n.º 1512 (estatuto de 15 de abril de 1450, referente ao pagamento ao lente de lógica).

2. Fontes e conspecto historiográfico

São poucas as fontes que versam, em exclusivo, sobre a universidade medieval portuguesa. O *Chartularium*, a que já aludimos, constitui uma compilação factícia de diplomas de origens diversas, agrupando, numa percentagem muito significativa das suas espécies, súplicas (bem como as correspondentes bulas de concessão de benefícios) feitas por indivíduos com algum tipo de formação académica oriundos do território português; no entanto, em muitos dos documentos aí arrolados, carece de demonstração cabal a vinculação destes homens à universidade portuguesa (Fernandes 2013: 26). Não obstante, subsiste ainda um cartulário original do estudo geral português – o *Livro Verde* (Velooso 1992), contendo 140 diplomas produzidos entre 1288 e 1456, e compilado em 1471 por um escolar em decretos, Vasco do Avelar. Este códice encerra uma inusitada riqueza documental em torno da questão que aqui pretendemos aflorar, visto que a universidade, além das mais variadas cartas de privilégio concedidas pelos monarcas ou pontífices, entendeu trasladar também um significativo número de diplomas que revestiam natureza económica, designadamente os que diziam respeito ao pagamento dos salários dos lentes, bem como às rendas das igrejas anexas ao estudo.

A investigação sobre esta temática é bastante escassa: a maior parte das obras de carácter geral são parcas nas menções ao *studium* português, focando-se sobretudo na problemática da sua fundação; a única ressalva digna de nota é a *Nova História de Portugal*, onde Oliveira Marques aborda o tema do financiamento universitário como parte de um capítulo mais vasto dedicado à cultura (Marques 1987: 410-411). Desta forma, partimos para a análise das histórias da universidade portuguesa (Braga 1892; Brandão e Almeida 1937; AAVV 1997; Fernandes 2013), onde são igualmente poucas as alusões à questão das rendas; somente numa destas obras se analisam em detalhe as finanças do *studium* num capítulo autónomo (Coelho 1997: 39-67).

Os estudos sobre o financiamento universitário continuam, pois, em larga medida por fazer. Como a esse propósito escreveu Hilde de Ridder-Symoens para um período imediatamente posterior ao aqui analisado, “it is remarkable that so little serious research has been undertaken into the structure and organization of the university institutions of early modern times, as if they were of little relevance or interest” (Ridder-Symoens 2003: 154); no entanto, as suas palavras também colhem eco na investigação sobre os *studia* medievais, visto existirem poucas obras sobre as finanças universitárias para esse período (Gabriel 1977; Schwinges 2005; Zucchini 2008; Hiraux e Mirguet 2013).

3. O contexto da fundação

Em 12 de novembro de 1288, reuniram-se na vila de Montemor-o-Novo, a fim de subscreverem uma petição a ser enviada ao papa Nicolau IV, o abade do maior mosteiro cisterciense do reino (Alcobaça), secundado pelos priores das duas principais casas agostinianas (Santa Cruz de Coimbra e S. Vicente de Fora) e pelos reitores de 24 igrejas paroquiais, quase todas do padroado régio³ (motivo pelo qual muitas delas surgem frequentemente atribuídas a clérigos que construíram as suas carreiras na órbita do poder real⁴) e, com grande probabilidade, quase todas colegiadas (embora só a da Oliveira de Guimarães e a da Alcáçova de Santarém apareçam mencionadas como tal na súplica)⁵.

Ainda que, em meados do século XVII, Fr. Francisco Brandão escrevesse na *Monarchia Lusitana* que bem desejara “saber os nomes de todos os Priores, & Reytores daquellas Igrejas, que taõ honrado pensamento tiueraõ [...] mas foraõ elles taõ pouco cobiçosos da fama, como das rendas de seus benefícios, & com a mesma vontade com que as offerecerão para a commum vtilidade, se defraudaraõ da fama que puderaõ ter, deixando seus nomes especificados naquella supplica” (Brandão 1650: fl. 133) e, já no século XX, Alfredo Pimenta desse conta das dificuldades em resgatar da obscuridade os reitores daquelas igrejas (Pimenta 1948: 192), os estudos prosopográficos levados a cabo sobre os eclesiásticos e burocratas régios deste período permitiram-nos apurar os nomes de muitos destes homens através das cartas de apresentação. É certo que não lográmos ainda encontrar os nomes de todos os subscritores e, em alguns

³ A fazer fé na lista de igrejas do padroado real, datada criticamente da década de 1220 (Boisselier 2012a: 55-103), constatamos que praticamente todas as igrejas mencionadas na petição de 1288 pertenciam ao padroado régio. Com efeito, das igrejas referidas na súplica, apenas cinco não aparecem na lista de 1220 (talvez porque integrassem o património das ordens militares), estando estas cinco situadas nas dioceses mais meridionais do país (Évora, restaurada em 1166, e na qual não se refere nenhuma igreja, fosse por ser ainda recente a reconquista e organização deste território, fosse por o rei aí não deter o padroado de qualquer paróquia; e Silves, brevemente restaurada entre 1189 e 1191, mas cujo território se encontrava, à data da realização da lista, *in partibus infidelium*); quanto às demais igrejas, quase todas constavam da lista do padroado real composta cerca de sessenta anos antes. De facto, apenas não encontrámos na lista de 1220 as duas igrejas da arquidiocese de Braga (S. Maria da Oliveira e Mogadouro) e uma das paróquias da diocese de Lisboa (Sacavém); contudo, em 1288 estas três igrejas já deveriam integrar o padroado régio. Sobre o padroado, vejam-se Sá-Nogueira (1988: 421-445), Boisselier (2009/10: 117-131), e ainda Farelo (2013b: 39-107).

⁴ Nomes como os de D. Domingos Anes Jardo (bispo de Évora, 1284-89, e de Lisboa, 1290-93), que foi reitor da igreja de Mogadouro (em data desconhecida) e apresentado pelo rei para os priorados de S. Maria de Guimarães (1279) e de S. Leonardo de Atouguia (1280); de Estêvão Anes Bochardo (bispo de Coimbra, 1303-18), que passou pela igreja de S. Clemente de Loulé (1294-96); ou ainda de D. Martinho Peres (bispo-eleito da Guarda, em 1319 e, depois, bispo de Évora, 1319-22), que era reitor de S. Miguel de Torres Vedras à data da súplica e seria, mais tarde, reitor de S. Leonardo de Atouguia (1302-19), constituem alguns dos exemplos mais célebres (Farelo et al. 2007: 269-313).

⁵ A existência de um capítulo de beneficiados ou raçoeiros na maior parte das igrejas paroquiais constantes da petição leva-nos a supor que as mesmas pudessem ser, já nesta altura, colegiadas – muito embora esse qualificativo surja apenas expressamente apostó às vetustas e insígnies colegiadas de Guimarães e de Santarém.

casos, subsistem dúvidas sobre qual era o eclesiástico que exercia o seu múnus à frente de uma dada igreja em novembro de 1288, indicando-se nesses casos os nomes dos dois titulares cronologicamente mais próximos, conforme se pode colher da Tabela I:

Tabela 1. Igrejas que constam da súplica de 12 de novembro de 1288 e correspondentes titulares

Igreja (orago)	Abade / Prior / Reitor
Alcobaça (S. Maria)	D. Fr. Martinho II (Pimenta 1948: 192; Sá 1964: 262)
Alenquer (S. Estêvão)	Fernando Eanes [Portocarreiro] (1263) (Farelo 2013b: 77) ¹
Atouguia (S. Leonardo)	Estêvão Peres de Rates, clérigo do rei (1284) (Farelo 2013b: 89)
Azambuja (S. Maria)	João Lopes (1288) ²
Beja (S. Maria)	—
Coimbra (Santa Cruz)	D. Durando Pais (Pimenta 1948: 192; Sá 1964: 262)
Estremoz (S. Maria)	—
Faro (S. Maria)	—
Gaia (S. Maria)	—
Guimarães (S. Maria da Oliveira)	D. Paio Domingues (Pimenta 1948: 192; Sá 1964: 262)
Loulé (S. Clemente)	D. Estêvão Anes Bochardo (1294-96) (Farelo et al. 2007: 298)
Lourinhã (S. Maria)	Gonçalo Fernandes, clérigo do rei (1279) (Farelo 2013b: 90)
Mafra (S. André)	Pedro Ramires (ou Remígio), cónego de Lisboa (1284) (Sá 1964: 265; Farelo 2013b: 74)
Mogadouro (S. Mamede)	João Mateus (Sá 1964: 265) ³
S. Vicente de Fora (S. Vicente)	D. Estêvão [Pires] (Silva 2002: 64-68)
Sacavém (S. Maria)	Pedro Eanes, cónego de Braga (1262) (Sá-Nogueira 2003: 128) ou João Miguéis de Acre (1300) (Farelo et al. 2007: 304; Farelo 2013b: 90)
Santarém (S. Estêvão)	Tiago Eanes, clérigo do rei (1285) (Farelo 2013b: 82)
Santarém (S. Iria)	Silvestre Peres, clérigo de Gonçalo Gomes (1279) (Farelo 2013b: 83)
Santarém (S. Julião)	—
Santarém (S. Maria da Alcáçova)	Mestre Pedro (1287) (Botão 1998: 139) ou Francisco Domingues (1294-1330) (Botão 1998: 139; Farelo et al. 2007: 299)
Santarém (S. Nicolau)	João Peres de Alprão (1285-1307) (Sá 1964: 263; Farelo et al. 2007: 305)
Sintra (S. Maria)	Lourenço Anes ou Martim Dade (Sá 1964: 264)

¹ Só se volta a conhecer uma nomeação para esta igreja em 1326.

² Segundo informação constante no descritivo histórico da colegiada da Azambuja no ANTT (disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375536>, consultado em 29.11.2017).

³ Sabemos que João Mateus seria um homem de confiança de D. Domingos Anes Jardo, bispo de Évora à data da súplica de 1288 e transferido para Lisboa no ano seguinte, figurando este João Mateus como um dos administradores perpétuos do hospital dos Santos Paulo, Clemente e Elói que aquele bispo estabeleceu para seis escolares pobres, em Lisboa, em 1291 (CUP, I, n.º 8; Oliveira 1996: 653-654).

Sintra (S. Miguel)	João Soares Alão (1283) (Sá 1964: 263; Farello 2013b: 74) ou Mestre Nicolau Domingues (1297) (Sá 1964: 263)
Torres Vedras (S. Maria do Castelo)	Gil Eanes (1279) (Farello 2013b: 75)
Torres Vedras (S. Miguel)	Mestre Martinho Peres (1288) (Farello et al. 2007: 307)
Torres Vedras (S. Pedro)	André Peres (1287) (Rodrigues 1996: 234)
Vila Viçosa (S. Maria)	—

A escolha do local da reunião não deverá ter sido inocente; em 2 de novembro desse mesmo ano, D. Dinis encontrava-se em Montemor-o-Novo (interrompendo uma estância em Lisboa que se iniciara em agosto, para logo voltar a esta cidade em finais de dezembro), conforme se deduz da reconstituição dos seus itinerários (Rau 1961: 30), sendo difícil não descortinar uma relação de causalidade entre esta deslocação e a assinatura da petição. Embora o monarca não apareça como subscritor do documento – dado o conflito que se arrastava com os bispos desde o tempo de seu pai, D. Afonso III, e a situação de interdito que pendia sobre o reino havia quase duas décadas (Vilar 2001: 581-582) –, os signatários da súplica afirmavam ter chegado a um acordo com D. Dinis, na qualidade de “*veri patroni monasteriorum et eclesiarum predictorum*”, relativamente ao pagamento de “*sallaria de redditibus et prouentibus monasteriorum et eclesiarum predictorum soluentur doctoribus et magistris*” (CUP, I, n.º 2). Importa, pois, inquirir se estes eclesiásticos se teriam deslocado àquela vila alentejana porque o rei aí se encontrava e para ali os convocara ou se, pelo contrário, teria sido o monarca a aproveitar-se da presença de muitos dos seus homens de mão em Montemor, lá se dirigindo para com eles negociar os termos do estabelecimento de uma universidade em Portugal (visto esta carecer de autorização papal para poder funcionar).

De qualquer das formas, e ainda que contando com a colaboração dos citados clérigos para obter a sanção apostólica, parece inegável o carácter régio da iniciativa da fundação do *studium* em Portugal. Com efeito, o programa de criação de uma universidade no reino parece ter constituído, desde o primeiro momento, um desígnio do rei, sendo liderado pelo monarca e para benefício da própria Coroa; D. Dinis terá certamente compreendido não só o prestígio acrescido que ter uma universidade no seu reino lhe conferia, como as óbvias vantagens que advinham do estabelecimento de um *studium* onde pudesse formar uma elite de letrados que o adjuvasse na administração, sem necessidade de os enviar para estudar noutras partes da *Christianitas* (Farello 2013a: 247-250) – um fenómeno conhecido como *peregrinatio academica* (Norte e Leitão 2016: 43-98) –, o que teria evidentes repercussões no tecido social do Portugal pós-Reconquista.

Retomando o texto da súplica, afirma-se que os eclesiásticos impetravam de Nicolau IV que “*dignaretur construere et ordinare studium generale apud nobilissimam [...] ciuitatem ulixbonensem ad dei servicium et honorem beatis-*

simi martiris vincencij”, e que confirmasse uma “*tan pium opus laudabile ad seruicium Dei jmuentum et ad decorem patrie necnon ad vtilitatem nostrorum omnium et singulorum*” (CUP, I, n.º 2). Note-se que, significativamente, não consta o nome de qualquer bispo como subscritor da súplica; Fr. Francisco Brandão afirma que tal se ficara a dever à deslocação de quatro prelados a Roma – o arcebispo de Braga (D. Fr. Telo, O.F.M.) e os bispos de Coimbra (D. Ayméric d’Ébrard), de Lamego (D. João) e de Silves (D. Fr. Bartolomeu, O. Cist.) – a fim de resolverem as disputas que mantinham com o rei (Brandão 1650: fls. 145-145 v.º; Vilar 2001: 586). De facto, só alguns meses depois da assinatura da petição viria D. Dinis a concluir com os bispos o primeiro dos acordos que poriam termo aos diferendos entre o clero e o monarca – a concordata de 7 de março de 1289 (a que se seguiriam as concórdias de 1292 e 1309) –, permitindo finalmente o levantamento do interdito sobre o reino.

Sobre a fundação do estudo geral português são, pois, múltiplas as dúvidas que se avolumam e escassas as certezas de que dispomos. A parcimónia documental em torno deste processo – a já mencionada súplica de novembro de 1288 (CUP, I, n.º 2 e 3), a carta de privilégios *Scientie thesaurus mirabilis* de D. Dinis, de 1 de março de 1290 (CUP, I, n.º 4 e 5⁶), e a bula *De statu regni Portugaliae* de Nicolau IV, de 9 de agosto de 1290 (CUP, I, n.º 6 e 7), conhecidas, na maior parte dos casos, através de públicas-formas dos originais perdidos – levou vários autores a escrever sobre a fundação do estudo, tentando reconstituir as suas lacunas e dando azo a uma pluralidade de interpretações.

Não constituindo as origens da universidade portuguesa o foco da nossa análise *per se*, limitar-nos-emos a discorrer aqui sobre o teor de um destes documentos fundacionais em particular – a petição de novembro de 1288, que nos interessa pelas referências às igrejas que se comprometiam a assegurar o sustento dos lentes e mestres. Para o nosso argumento, e sem subscrever a tese de Sousa Costa – que afirmou categoricamente que o *studium* não existia antes de 1 de março de 1290, data da carta de privilégios dionisiana (Costa 1991: 80-82) –, fazemos no entanto eco da habitual prática observada por aquele investigador (prolífico copista de inúmeros diplomas conservados no Archivio Segreto Vaticano) de as súplicas e bulas registadas na Santa Sé terem habitualmente a mesma data de expedição (Costa 1991: 74-76) – como de resto se constata numa parte muito substancial dos documentos compilados no *Chartularium*.

Com efeito, entre a petição dos eclesiásticos e a bula a confirmar o estabelecimento do estudo medeiam aproximadamente 22 meses, o que pode,

⁶ Trata-se do único diploma original relativo às primícias do estudo, tendo-se mantido ignorado – e inédito – até 1912, data em que foi incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra por António de Vasconcelos, que então o dirigia (Vasconcelos 1987: 12-14).

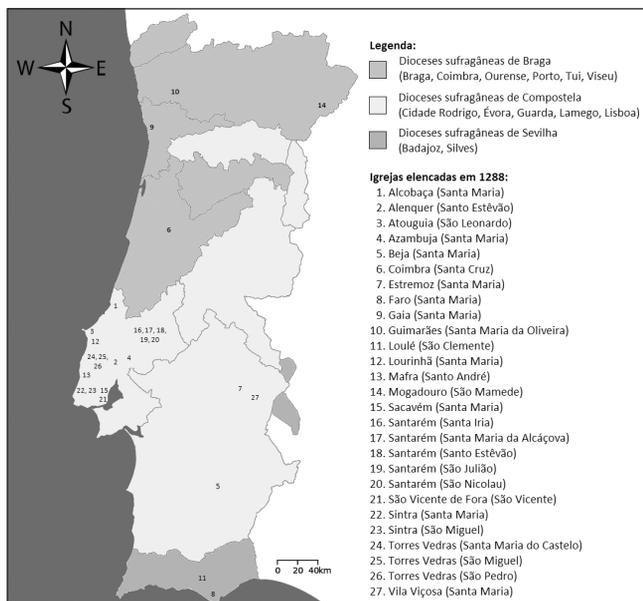
com toda a propriedade, levar-nos a inquirir se a referida súplica alguma vez chegou a ser expedida – como sustentou António de Vasconcelos, ao afirmar que, quando a mesma foi encontrada em 1378 na Torre do Tombo e trasladada no primitivo *Livro de Privilégios da Universidade*, continha ainda os selos pendentes de 17 dos seus signatários, facto deveras incomum se tivesse sido despachada para Roma (Vasconcelos 1987: 23), a menos que tivesse sido produzido um duplicado autêntico para ficar arquivado na chancelaria régia (Vasconcelos 1991: 4-5) –, ou se, tendo seguido para a Cúria – ainda que até hoje não se tenha encontrado o seu traslado no *Regestum Supplicationum* (Vasconcelos 1987: 110) –, a bula de agosto de 1290 constitui uma resposta à súplica de novembro de 1288 (importando neste caso inquirir se a demora na resposta se ficaria a dever à situação de interdito em que o reino se encontrava), ou se pelo contrário, terá existido uma segunda petição, posterior a março de 1289, cujo paradeiro hoje desconhecemos (hipótese que aqui postulamos, tendo em conta que a bula é endereçada ao rei, além de aludir a alguns religiosos que não assinaram a petição de 1288).

De facto, o texto da bula de Nicolau IV refere-se a “*quibusdam prelatibus abbatibus Cisterciensibus ac prioribus sancti Augustini et sancti Benedicti ordinum et Rectoribus quarumdam secularium ecclesiarum Regnorum Portugalie et Algarbij promissum esse dicitur certum salarium et statutum*” (CUP, I, n.º 6). Facilmente se depreende, na primeira parte do excerto, a referência ao abade de Alcobaça (cisterciense) e aos priores de Santa Cruz e S. Vicente (agostinianos), mas a súplica original não menciona nem prelados, nem priores da Ordem de S. Bento entre os signatários, o que poderia propiciar a não-existência de uma relação causal entre os dois diplomas, ficando neste caso a pairar a dúvida sobre quem poderiam ter sido os bispos e os abades beneditinos que teriam subscrito uma hipotética segunda petição. Além disso, a bula refere-se sumariamente aos reitores de certas igrejas seculares dos reinos de Portugal e Algarve (CUP, I, n.º 7), sem elencar quais, pelo que se torna impossível confirmar se são ou não os mesmos mencionados na súplica de 1288. O articulado da bula leva-nos, pois, a supor a provável existência de outra petição ao papa, eventualmente assinada após a concordata de 1289, talvez pelos mesmos eclesiásticos elencados na súplica de 1288 (a que se teriam, entretanto, juntado alguns bispos e priores de outras ordens religiosas e até o próprio rei) – no entanto, de tal diploma não nos chegou nenhum testemunho coevo.

Ainda assim, e admitindo, como a generalidade dos autores, algum tipo de nexos entre os dois diplomas, verifica-se, como já notou Oliveira Marques (Marques 1987: 410), que entre os 27 signatários figuravam abades, priores e reitores de várias igrejas desigualmente espalhadas pelo reino – num claro

predomínio do Sul, a esmagadora maioria das igrejas contribuintes situava-se na diocese de Lisboa (num total de 18), sendo seguidas, a grande distância, pelas igrejas das dioceses de Évora (3 igrejas), Braga e Silves (com 2 cada) e Coimbra e Porto (com 1 cada); por seu turno, não existia nenhuma igreja financiadora nos três bispados do interior do país (Guarda, Lamego e Viseu) nem nas quatro dioceses transfronteiriças (Badajoz, Cidade Rodrigo, Ourense e Tui), como se pode constatar no Mapa 1.

Mapa 1. Distribuição das igrejas financiadoras do estudo em 1288 e sua divisão por dioceses.



Não obstante uma expressiva maioria (23) das igrejas se situar em bispados dependentes de metropolitas que se encontravam em território da Coroa de Castela – sufragâneos de Compostela (Lisboa e Évora) ou de Sevilha (Silves) –, os signatários da súplica comprometiam-se a contribuir com os réditos das mesmas (depois de retirarem a correspondente cônica para seu sustento) para os salários dos doutores e mestres de um *studium generale portugalisense* a sediar em Lisboa, cidade que paulatinamente se afirmava como *caput regni* e onde, a prazo, se instalaria a sua capitalidade.

Como já referimos, quase todas as igrejas mencionadas eram do padroado régio – e era sobretudo no Sul do reino, nos territórios adquiridos através da Reconquista, que o rei se afirmava como o padroeiro de mais igrejas, donde se compreende o grande número de paróquias das dioceses meridionais a

contribuírem para o sustento do estudo; o facto de a escolha recair sobre estas parece-nos demonstrar bem o interesse do soberano (muito mais do que da instituição eclesial) no estabelecimento de um estudo geral em Portugal. Com efeito, ao designar várias igrejas situadas no bispado de Lisboa (quase todas situadas em concelhos de fundação régia, e muitas delas integrando o património da Casa das Rainhas), bem como em territórios recém-conquistados (a integração no reino e posterior organização das igrejas do Sul, nos territórios diocesanos de Évora e de Silves, decorrera poucas décadas antes das primícias da universidade), os quais se achavam ainda esparsamente povoados e onde os únicos interesses senhoriais eram os das ordens militares (que dependiam, em grande medida, das doações régias), o monarca obviava a potenciais conflitos com as elites senhoriais no extenso espaço meridional português, sendo significativo que nenhuma das igrejas citadas estivesse sediada num núcleo exclusivamente urbano ou sequer de grande dimensão (excepto, talvez, as cinco igrejas de Santarém), provavelmente também como forma de evitar a conflitualidade com o mundo citadino. Além disso, e ao contrário do Norte do país, onde a rede eclesiástica se achava há muito consolidada e onde os próprios ritmos de povoamento haviam ditado a criação de paróquias geralmente de pequena dimensão e, por conseguinte, com menos proventos, as igrejas do Sul afiguravam-se como espaços amplos, implantadas em torno de pequenos núcleos urbanos e administrando um vasto aro rural em seu redor, dispendo assim de uma superfície bastante alargada e, por conseguinte, de uma maior capacidade de gerar as riquezas necessárias à manutenção do estudo.

4. A viabilidade económica do estudo

A fim de melhor conhecer a disponibilidade económica da universidade nesta primeira fase da sua existência, Artur Moreira de Sá tentou fazer uma análise dos putativos coeficientes das rendas do estudo (Sá 1964: 259-261). Para tal, tomou como ponto de partida o registo das dízimas taxadas para a guerra contra os muçulmanos, aplicadas genericamente a quase todas as igrejas do reino, e cujos valores constam do chamado rol das igrejas executado pelos coletores apostólicos entre 1320 e 1321⁷. Neste exercício, Moreira de

⁷ Trata-se de um exercício meramente teórico, já que a fiabilidade dos dados não é absoluta, dada a distância de mais de trinta anos que medeia entre a data da petição e a da composição do rol, o qual não é sequer exaustivo (aí não figuram, por exemplo, muitas igrejas pertencentes às ordens militares, além de várias outras que surgem arroladas como isentas); ainda assim, o rol permite ao investigador contemporâneo traçar uma radiografia aproximada do estado das igrejas portuguesas no final do primeiro quartel do século XIV.

Sá teve em conta apenas o coeficiente em que haviam sido avaliadas as igrejas monásticas e paroquiais para determinar a sua riqueza, e não o valor em que foram, igualmente, taxados os seus priores e beneficiados; além disso, fez uso de uma cópia do século XVIII redigida pelo guarda-mor da Torre do Tombo, Manuel da Maia, e não isenta de erros de transcrição⁸, pelo que decidimos fazer uso da mais recente edição do rol das igrejas, publicado por Stéphane Boisselier (2012b: 109-203), cujo texto deriva da leitura dos dois originais trecentistas que se guardam na Torre do Tombo.

Nesse sentido, a Tabela 2, que de seguida apresentamos, tem vários níveis de leitura, elencando os valores das dízimas taxadas às igrejas, aos priores, aos raçoeiros e, finalmente, o valor total da taxa aplicada a cada paróquia ou abadia, a fim de melhor se compreender a riqueza relativa das várias igrejas que terão concorrido com uma percentagem das suas rendas para a subsistência do estudo nos seus primórdios (atente-se que nem todas as igrejas estavam taxadas – sobretudo as monásticas –, pelo que em alguns casos só conhecemos o valor da dízima aplicada ao prior e aos porcionários); o ordinal entre parênteses refere-se à posição relativa, na escala, de cada um dos valores identificados:

Tabela 2. Valores em que se encontravam taxadas (1320-21) as igrejas designadas para o sustento do estudo geral, segundo a súplica de 12 de novembro de 1288

Igreja (orago)	Diocese	Valor taxado			Valor total
		Igreja	Prior	Beneficiados	
Coimbra (Santa Cruz)	Coimbra	—	13 700 lbs. (1.º)	5500 lbs. (1.º)	19 200 lbs. (1.º)
Alcobaça (S. Maria)	Lisboa	18 000 lbs. (1.º)	—	—	18 000 lbs. (2.º)
Santarém (S. Maria da Alcáçova)	Lisboa	2400 lbs. (3.º)	—	1300 lbs. (3.º)	3700 lbs. (3.º)
Guimarães (S. Maria da Oliveira)	Braga	—	1600 lbs. (2.º)	2000 lbs. (2.º)	3600 lbs. (4.º)
Estremoz (S. Maria) ¹	Évora	2795 lbs. e 12 soldos (2.º)	100 lbs. (7.º)	—	2895 lbs. e 12 soldos (5.º)
S. Vicente de Fora (S. Vicente) ²	Lisboa	—	1 300 lbs. (3.º)	850 lbs. (4.º)	2150 lbs. (6.º)

¹ Comenda da Ordem de Avis. Apesar de na súplica não se mencionar qual a igreja de Estremoz que contribuía para o estudo geral, identificámo-la com a paroquial de S. Maria, a única mencionada no rol (vide infra, nota 9).

² Fortunato de Almeida (1971: 127) aponta o valor de 1850 libras para a taxa aplicada ao convento ou capítulo do mosteiro de S. Vicente, ao invés das 850 libras aqui elencadas.

⁸ BNP, *Colecção Pombalina*, ms. 179, publicado por Fortunato de Almeida (1971: 90-144).

Beja (S. Maria) ³	Évora	687 lbs. e 10 soldos (8.º)	100 lbs. (7.º)	600 lbs. (5.º)	1387 lbs. e 10 soldos (7.º)
Torres Vedras (S. Maria do Castelo) ⁴	Lisboa	700 lbs. (7.º)	—	500 lbs. (9.º)	1200 lbs. (8.º)
Lourinhã (S. Maria)	Lisboa	600 lbs. (12.º)	—	600 lbs. (5.º)	1200 lbs. (8.º)
Atouguia (S. Leonardo) ⁵	Lisboa	1500 lbs. (4.º)	—	470 lbs. (10.º)	1970 lbs. (10.º)
Sintra (S. Maria)	Lisboa	600 lbs. (12.º)	—	520 lbs. (8.º)	1120 lbs. (11.º)
Loulé (S. Clemente) ⁶	Silves	650 lbs. (10.º)	150 lbs. (5.º)	315 lbs. (12.º)	1115 lbs. (12.º)
Sintra (S. Miguel) ⁷	Lisboa	900 lbs. (5.º)	—	200 lbs. (19.º)	1100 lbs. (13.º)
Torres Vedras (S. Pedro) ⁸	Lisboa	800 lbs. (6.º)	—	200 lbs. (19.º)	1000 lbs. (14.º)
Mogadouro (S. Mamede) ⁹	Braga	—	1000 lbs. (4.º)	—	1000 lbs. (14.º)
Azambuja (S. Maria)	Lisboa	500 lbs. (15.º)	—	470 lbs. (10.º)	970 lbs. (16.º)
Mafra (S. André)	Lisboa	560 lbs. (14.º)	—	300 lbs. (13.º)	860 lbs. (17.º)

³ Comenda da Ordem de Avis. Tal como no caso de Estremoz, identificámos a igreja de Beja mencionada na súplica com a paróquia de S. Maria (vide infra, nota 9). A igreja de S. Maria de Beja era inegavelmente a mais rica da vila (embora esteja arrolada, juntamente com muitas outras igrejas do Alentejo meridional, não entre as de Beja, mas no meio das de Monforte, onde se contavam várias outras comendas da Ordem de Avis); por seu turno, as igrejas de Santiago e S. João de Beja encontravam-se taxadas em 500 libras cada uma, e a de S. Salvador em 450 libras; quanto aos raçoeiros, pagavam 420 libras (Santiago), 380 libras (S. Salvador) e 360 libras (S. João) (Boisselier 2012b: 192).

⁴ O valor aqui elencado era já o mesmo em 1309 (Johnson 1970: 73-74; Henriques 2014: 19).

⁵ Tanto o capítulo como a igreja de S. Leonardo aparecem taxados em apenas 360 libras na transcrição de Fortunato de Almeida (1971: 129).

⁶ Comenda da Ordem de Santiago, por escambo de D. Dinis com o mestre daquela ordem, levado a cabo em dezembro de 1298. No manuscrito, esta igreja aparece primeiro arrolada entre os bens da Ordem de Cristo, embora mais à frente se diga que o pagamento da taxa é cometido ao mestre da Ordem de Santiago (Boisselier 2012b: 187); na transcrição de Fortunato de Almeida (1971: 133), a igreja encontra-se taxada em 600 libras.

⁷ Segundo Boisselier (2012b: 182), esta igreja surge taxada em “noningenta libras” num dos manuscritos onde se conserva o registo das dízimas (ANTI, Corporações Religiosas, Santa Cruz de Coimbra, lv. 97), enquanto no outro surge apenas com “nonaginta libras” (ANTI, Corporações Religiosas, Cabido da Sé de Coimbra, lv. 3); dados os valores atribuídos às restantes paróquias de Sintra (S. Maria com 600 libras, S. Martinho com 460 e S. Pedro com 250), parece-nos mais razoável considerar o valor de 900 libras aplicado a esta igreja, também seguido por Fortunato de Almeida (1971: 128).

⁸ Em 1309, esta igreja estava taxada em apenas 280 libras (Johnson 1970: 73-74; Henriques 2014: 19).

⁹ Comenda da Ordem de Cristo. Embora na edição de Fortunato de Almeida (1971: 110) não apareça taxada, na de Boisselier (2012b: 156) atribui-se-lhe um coeficiente de 1000 libras, a serem pagas da mesa mestral da Ordem de Cristo. Segundo Moreira de Sá (1964: 265), D. Dinis doou o padroado desta igreja à então Ordem do Templo em 25 de maio de 1297.

Sacavém (S. Maria) ¹⁰	Lisboa	650 lbs. (10.º)	—	180 lbs. (21.º)	830 lbs. (18.º)
Faro (S. Maria) ¹¹	Silves	380 lbs. (17.º)	150 lbs. (5.º)	300 lbs. (13.º)	830 lbs. (18.º)
Alenquer (S. Estêvão)	Lisboa	200 lbs. (21.º)	—	600 lbs. (5.º)	800 lbs. (20.º)
Vila Viçosa (S. Maria) ¹²	Évora	675 lbs. (9.º)	100 lbs. (7.º)	—	775 lbs. (21.º)
Torres Vedras (S. Miguel) ¹³	Lisboa	500 lbs. (15.º)	—	250 lbs. (16.º)	750 lbs. (22.º)
Santarém (S. Nicolau)	Lisboa	330 lbs. (18.º)	—	300 lbs. (13.º)	630 lbs. (23.º)
Santarém (S. Estêvão)	Lisboa	300 lbs. (19.º)	—	250 lbs. (16.º)	550 lbs. (24.º)
Santarém (S. Julião)	Lisboa	280 lbs. (20.º)	—	250 lbs. (16.º)	530 lbs. (25.º)
Santarém (S. Iria)	Lisboa	150 lbs. (22.º)	—	60 lbs. (22.º)	210 lbs. (26.º)
Gaia (S. Maria) ¹⁴	Porto	25 lbs. (23.º)	—	—	25 lbs. (27.º)
Total		34 182 lbs. e 22 soldos	18 200 lbs.	16 015 lbs.	68 397 lbs. e 22 soldos

¹⁰ De acordo com Boisselier (2012b: 181), num dos manuscritos onde se conserva o registo das dízimas (ANTI, Corporações Religiosas, Santa Cruz de Coimbra, lv. 97), o valor de 180 libras atribuído aos porcionários da igreja de Sacavém está antes adstrito à do Lumiar (que assim aparece taxada com dois valores distintos para o seu capítulo), enquanto no outro (ANTI, Corporações Religiosas, Cabido da Sé de Coimbra, lv. 3) figura agregado à de Sacavém, que surge imediatamente abaixo da igreja do Lumiar no rol das igrejas. Subscrevemos, pois, a sua opinião de que “cette énumération de deux groupes de rationnaires pour l'église [du Lumiar] n'a pas de sens et il faut donc suivre [le manuscrit du chapitre de la siège de Coimbra]” (Boisselier 2012b: 181).

¹¹ Comenda da Ordem de Santiago (Almeida 1971: 133); de acordo com a transcrição de Boisselier (2012b: 187), porém, aparece indevidamente arrolada como igreja da Ordem de Cristo.

¹² Comenda da Ordem de Avis. Embora o orago esteja omissa na súplica, trata-se da única das igrejas de Vila Viçosa constante do rol.

¹³ Valor idêntico ao registado em 1309 (Johnson 1970: 73-74; Henriques 2014: 19).

¹⁴ A igreja referida no rol é a de S. Maria de Vila Nova (Boisselier 2012b: 130), a qual Moreira de Sá (1964: 264) identificou com a de Vila Nova de Gaia (cujo orago é, no entanto, S. Marinha).

Atentando apenas ao valor taxado às igrejas, verifica-se que somente a abadia de Alcobaça, além das duas importantes colegiadas de S. Maria da Oliveira, em Guimarães, e de S. Maria da Alcáçova, em Santarém, e ainda algumas igrejas de vilas de primeira grandeza do reino⁹ (quase todas situadas no litoral estre-

⁹ Entre as quais, significativamente, as igrejas de Beja e Estremoz (vide supra, notas 1 e 3 da tabela), detentoras dos mais elevados rendimentos logo após as igrejas monásticas e as colegiadas de Guimarães e Santarém, e que Moreira de Sá identificou com as paroquiais de S. Maria daquelas vilas (Sá 1964: 264-265). Com efeito, tratam-se de duas das igrejas do último terço da lista de paróquias constantes da súplica, nenhuma das quais (ao contrário das dos

menho, bem como nas dioceses de Évora e de Silves), detinham valores acima das 1000 libras (a que podemos somar ainda o valor taxado ao prior e aos beneficiados de Santa Cruz de Coimbra, num total de 19 200 libras, e que faziam desta instituição monástica a maior financiadora individual da universidade); em contraponto, as quatro igrejas paroquiais de Santarém (que desde há muito se afigurava como uma das principais vilas portuguesas) fixavam-se muito abaixo desse coeficiente, variando entre as 630 libras da igreja e raçoeiros de S. Nicolau e as 210 libras da igreja e porcionários de S. Iria. É ainda significativo verificar que, embora o esforço de financiamento da universidade se distribuisse por igrejas de vários bispados, o coeficiente total das igrejas da diocese de Lisboa (37 570 libras) deveria bastar para custear o estudo, sendo ligeiramente superior à soma combinada dos valores dos demais bispados (19 200 libras em Coimbra, 5057 libras e 22 soldos em Évora, 4600 libras em Braga, 1945 libras em Silves e apenas 25 libras no Porto, num total de 30 827 libras e 22 soldos).

Apesar dos expressivos valores aqui averbados, convém frisar, como nos recorda Maria Helena Coelho, que na verdade nada sabemos “sobre o financiamento real da universidade, salvo que, com parte dos réditos destas instituições, ela poderia realmente funcionar, estando por isso bem afaixada” (Coelho 1997: 41). Pouco mais podemos afirmar, com certezas, sobre esta primeira fase da existência do estudo em Lisboa, que não terá durado mais de vinte anos (1288-1308), ignorando nós se o compromisso assumido por aquelas igrejas e mosteiros foi escrupulosamente mantido ao longo deste período – sendo certo que, como pretendemos demonstrar em ocasião posterior, após a primeira deslocalização da universidade para Coimbra, em 1308, as igrejas e mosteiros aqui referidos parecem ter-se desligado da sua vinculação ao estudo; com efeito, apenas em 1348 voltamos a ver três igrejas

dois primeiros terços) é referenciada pelo seu orago, mas tão-só pelo nome da localidade: Lourinhã, Vila Viçosa, Azambuja, Sacavém, Estremoz, Beja, Mafra e Mogadouro. Este curioso facto leva-nos a inquirir se, para este conjunto de igrejas, deve ser subentendido o orago S. Maria (referido na última igreja mencionada imediatamente antes, a de Gaia) como aposto a todas elas; de facto, trata-se do orago das igrejas da Lourinhã (N. Sra. da Anunciação), Azambuja (N. Sra. da Assunção) e Sacavém (N. Sra. das Candeias, hoje da Purificação), bem como de uma das duas paróquias de Vila Viçosa (N. Sra. da Conceição, a par de S. Bartolomeu), ainda que não o seja nas duas últimas elencadas (S. André, em Mafra, e S. Mamede, em Mogadouro). Além disso, é de notar que, constando da petição os nomes das igrejas de Estremoz e de Beja, mas não os correspondentes oragos, e atendendo a que as duas vilas, pela sua dimensão, comportavam várias paróquias urbanas (S. Maria, S. João, S. Salvador e Santiago, em Beja; S. Maria e S. André, em Estremoz), a simples enunciação dos topónimos no texto da súplica nos suscita uma dúvida: contribuiriam todas as paróquias dessas vilas para o sustento da universidade, ou apenas aquelas cujo orago era S. Maria, ainda que o mesmo tenha sido elidido? Inclina-mo-nos para a segunda hipótese, pois que, embora não fosse impossível que o escrivão pudesse, ao copiar o diploma no cartulário, ter omitido (ainda que acidentalmente) aquele conjunto de oragos, verifica-se que o texto da petição refere expressamente, no caso da vila de Santarém, as paróquias de S. Julião, S. Nicolau, S. Iria e S. Estêvão (além da colegiada de S. Maria da Alcáçova, elencada logo à cabeça, ao lado das grandes abadias e mosteiros do reino), as de S. Maria e S. Miguel na vila de Sintra, e ainda as de S. Maria, S. Pedro e S. Miguel na vila de Torres Vedras.

da diocese de Lisboa elencadas na súplica de 1288 a financiarem uma vez mais a universidade: S. Maria da Azambuja, S. Maria de Sacavém e S. Maria do Castelo de Torres Vedras (*CUP*, I, n.º 162).

5. Considerações finais

Ao longo destas linhas, procurámos traçar uma panorâmica do que foi a existência do estudo geral português, bem como os problemas do seu financiamento, nos anos que mediaram entre a sua fundação (entre 1288 e 1290) e a sua primeira deslocalização para Coimbra (em 1308). Num contexto de conflitualidade entre o rei e o clero, a fundação da universidade parecia importar mais aos interesses régios, muito embora mantivesse a sua ligação ao mundo eclesiástico, devendo-se a um conjunto de clérigos – muitos deles homens de mão de D. Dinis e agindo certamente por ordem do rei – a iniciativa de financiarem, com as rendas das igrejas a que presidiam, o nascente estudo geral português.

As igrejas contribuintes, quase todas localizadas no Sul do país – em terras que haviam sido reconquistadas ao longo do século e meio anterior – estavam também quase todas sediadas em paróquias urbanas com um amplo aro rural, do qual extraíam os tão necessários rendimentos destinados ao financiamento do estudo; além disso, o rei era o padroeiro de quase todas elas, demonstrando assim cabalmente o seu interesse na fundação de uma universidade no seu reino, tendo em vista treinar um grande número de letrados e oficiais da administração régia. Com base no valor das taxas aplicadas a cada igreja do reino no rol de 1320-21, é-nos possível extrapolar, a uma distância de trinta anos, que o estudo fundado entre 1288 e 1290 na cidade de Lisboa teria tido, sem qualquer dúvida, todas as condições para laborar com grande vitalidade.

Abreviaturas

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CUP – *Chartularium Universitatis Portugalensis*

lbs. – libras

lv. – livro

ms. – manuscrito

Fontes

- ALMEIDA, Fortunato de, ed. (1971). “Catálogo de todas as igrejas, comendas e mosteiros que havia nos reinos de Portugal e Algarve, pelos annos de 1320 e 1321, com a lotação de cada uma delas. Anno de 1746”, in *História da Igreja em Portugal*, vol. IV. Porto: Livraria Civilização Editora, 90-144.
- BOISSELIER, Stéphane (2009/10). “Le plus ancien registre de la gestion patronale royale portugaise (Afonso III, 1258) (édition des *Gavetas* n.º XIX, *maço* 14, doc. 2 et *maço* 15, doc. 46)”, in *Media Aetas. Cadernos de Estudos Medievais*, 2.ª série, 4, 117-131.
- BOISSELIER, Stéphane, ed. (2012a). “Liste des églises de patronage royal de [1220-1229]”, in *La construction administrative d’un royaume. Registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII^e-XIV^e siècles)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 55-103.
- BOISSELIER, Stéphane, ed. (2012b). “Registre de l’assiette de la décime de 1320”, in *La construction administrative d’un royaume. Registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII^e-XIV^e siècles)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 109-203.
- BRANDÃO, Fr. Francisco (1650). *Quinta Parte da Monarchia Lusitana*. Lisboa: Officina de Paulo Craesbeeck.
- JOHNSON, Harold B. (1970). “Para a história social de Torres Vedras. Um documento eclesiástico de 1309”, in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, LXXIII-LXXIV, 53-175.
- PIMENTA, Alfredo (1948). *Fontes medievais da história de Portugal*, vol. I (*Anais e crónicas*). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- RAU, Virgínia, ed. (1961). *Itinerários regiões medievais. Elementos para o estudo da administração medieval portuguesa*, vol. I (*Itinerário del-rei D. Dinis: 1279-1325*). Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Históricos.
- SÁ, Artur Moreira de, ed. (1966). *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. 1. Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos de Psicologia e História da Filosofia.
- SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de, ed. (2003). *O Livro das Lezírias d’el-rei Dom Dinis*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- VELOSO, Maria Teresa Nobre, ed. (1992). *Livro Verde da Universidade de Coimbra. Transcrição*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

Bibliografia

- AAVV (1997). *História da Universidade em Portugal*, 2 vols. Lisboa/Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Universidade de Coimbra.
- BOTÃO, Maria de Fátima (1998). *Poder e influência de uma igreja medieval. A colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*. Cascais: Patrimonia.
- BRAGA, Teófilo (1892). *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*, vol. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

- BRANDÃO, Mário e ALMEIDA, Manuel Lopes de (1937). *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua História*. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1997). “As finanças”, in *História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo I. Lisboa/Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Universidade de Coimbra, 39-67.
- COSTA, António Domingues de Sousa (1991). “Considerações à volta da fundação da universidade portuguesa no dia 1 de Março de 1290”, in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso História da Universidade (no 7.º centenário da sua fundação). 5 a 9 de Março de 1990*, vol. 1. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso História da Universidade, 71-82.
- CRUZ, Guilherme Braga da (1985). “Origem e evolução da universidade”, in *Obras Esparsas*, vol. IV (*Estudos doutrinários e sociais, 2.ª parte*). Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- FARELO, Mário (2013a). “Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento”, in Hermenegildo Fernandes, dir., *A Universidade Medieval em Lisboa (séculos XIII-XVI)*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 237-265.
- FARELO, Mário (2013b). “O padroado régio na diocese de Lisboa durante a Idade Média: uma instituição *in diminuendo*”, in *Fragmenta Historica. História, Paleografia e Diplomática*, 1, 39-107.
- FARELO, Mário, ROLDÃO, Filipa e MARQUES, André Evangelista (2007). “Les clercs dans l’administration dionysienne (1279-1325)”, in *Carreiras eclesíásticas no Ocidente Cristão (séc. XII-XIV)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 269-313.
- FERNANDES, Hermenegildo (2013). “Introdução”, in Hermenegildo Fernandes, dir., *A Universidade Medieval em Lisboa (séculos XIII-XVI)*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 21-37.
- GABRIEL, Astrik L., ed. (1977). *The economic and material frame of the medieval university*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press.
- HENRIQUES, António Castro (2014). “Plenty of land, land of plenty. The agrarian output of Portugal (1311-1320)”, *FEP Working Papers*, 520 (<http://wps.fep.up.pt/wps/wp520.pdf>, consultado em 29.11.2017).
- HIRAUX, Françoise e MIRGUET, Françoise, eds. (2013). *Finances, mobilités et projets d’éducation universitaires. Le regard des historiens*. Louvain-la-Neuve: Éditions Academia/L’Harmattan.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987). “Os valores culturais e artísticos”, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, dir., *Nova História de Portugal*, vol. IV (*Portugal na crise dos séculos XIV e XV*). Lisboa: Editorial Presença, 400-463.
- MARTINS, Armando (2013). “Lisboa, a cidade e o estudo: a Universidade de Lisboa no primeiro século da sua existência”, in Hermenegildo Fernandes, dir., *A Universidade Medieval em Lisboa (séculos XIII-XVI)*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 41-88.
- NORTE, Armando e LEITÃO, André de Oliveira (2016). “A mobilidade dos escolares portugueses: a *peregrinatio academica* entre os séculos XII e XV”, in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 33, 43-98. (<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/21212>, consultado em 29.11.2017).

- OLIVEIRA, António Resende de (1996). “As instituições de ensino”, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, dir., *Nova História de Portugal*, vol. III (*Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem). Lisboa: Editorial Presença, 635-659.
- RIDDER-SYMOENS, Hilde de (2003). “Management and resources”, in Walter Rüegg, ed., *A history of the university in Europe*, vol. II (*Universities in the early modern Europe (1500-1800)*), ed. by Hilde de Ridder-Symoens). Cambridge: Cambridge University Press, 154-209.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A. (1996). “As colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV”, in *Espaços, gente e sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras medieval*. Cascais: Patrimonia.
- RÜEGG, Walter (2003). “Foreword”, in Walter Rüegg, ed., *A history of the university in Europe*, vol. I (*Universities in the Middle Ages*, ed. by Hilde de Ridder-Symoens). Cambridge: Cambridge University Press, XIX-XXVII.
- SÁ, Artur Moreira de (1964). “Dúvidas e problemas sobre a universidade medieval portuguesa [I]”, in *Revista da Faculdade de Letras [Lisboa]*, 3.ª série, 8, 240-273.
- SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de (1988). “A organização do padroado régio durante o reinado de D. Dinis. Lista das apresentações (1279-1321)”, in *Arqueologia do Estado. 1.ª Jornada sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul (séculos XIII-XVIII)*. *Comunicações*, vol. 1. Lisboa: História & Crítica, 421-445.
- SCHWINGES, Rainer Christoph, herausg. (2005). *Finanzierung von Universität und Wissenschaft in Vergangenheit und Gegenwart*. Basel: Schwabe Verlag.
- SILVA, Carlos Guardado (2002). *O mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa: Edições Colibri.
- VASCONCELOS, António de (1987). *Escritos vários relativos à universidade dionisiana*, vol. I. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- VASCONCELOS, António de (1991). *O Arquivo da Universidade*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (2001). “O episcopado do tempo de D. Dinis. Trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)”, in *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores*. *História*, 2.ª série, 5, 581-604.
- ZUCCHINI, Stefania (2008). *Università e dottori nell'economia del comune di Perugia*. Perugia: Deputazione di Storia Patria per l'Umbria.

Som servidores d'El Rey e do Concelho: a presença judaica no Livro das Posturas Antigas de Évora

Som servidores d'El Rey e do Concelho: the Jewish presence in the Livro das Posturas Antigas de Évora

RODOLFO PETRONILHO FEIO

CHSC – Universidade de Coimbra
rodolfonfeio@hotmail.com

Texto recebido em /Text submitted on 27/11/2017

Texto aprovado em /Text approved on 29/01/2018

Resumo: O presente artigo procura enfatizar os elementos relacionados com a presença judaica inseridos no *Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, encontrando-se estruturado em três pontos. No primeiro, procuramos caracterizar o *Livro das Posturas Antigas de Évora*, pondo em destaque a sua singularidade em contexto nacional, bem como a sua extraordinária riqueza documental. No segundo, pretendemos, em traços necessariamente largos, apresentar alguns elementos caracterizadores da judiaria de Évora que, como tem sido posto em destaque em diversos estudos, era uma das mais importantes e populosas do Reino. No terceiro, verdadeiro cerne deste trabalho, põem-se em destaque os elementos relacionados com a presença judaica, encontrados no *Livro das Posturas*. A tónica recai, por razões derivadas do conteúdo do próprio livro e das posturas municipais que o integram, em questões de natureza socioprofissional.

Palavras-chave: Évora; posturas municipais; comunidade judaica.

Abstract: The present article tries to emphasize the elements related to the Jewish presence inserted in the *Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, being structured on three points. In the first, we try to characterize the *Livro das Posturas Antigas de Évora*, highlighting its uniqueness in the national context, as well as its extraordinary documentary richness. In the second, we intend, with necessarily broad strokes, to present some elements that characterize the Evora Jewry, which, as has been emphasized in several studies, was one of the most important and populous of the Kingdom. In the third, the true center of this work, the elements related to the Jewish presence found in the *Livro das Posturas* stand out. The emphasis lies on issues of a socio-professional nature, for reasons derived from the content of the book itself and the municipal positions that consolidate it.

Keywords: Evora; municipal ordinances; Jewish community.

O presente artigo corresponde, essencialmente, a uma comunicação, com o mesmo título, que apresentámos no âmbito do Colóquio Internacional *Conversas Luso-sefarditas*¹. Subordinado à temática em apreço, põe em relevo

¹ O referido colóquio contou com uma organização conjunta do Centro de História da Sociedade e da

os elementos relacionados com a presença judaica presentes no *Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, não sem proceder, antes, a um breve mas necessário enquadramento. Assim, começamos por caracterizar o *Livro das Posturas Antigas de Évora*, pondo em destaque a sua singularidade em contexto nacional, bem como a sua extraordinária riqueza documental². Apresentamos, depois, em traços necessariamente largos, alguns elementos caracterizadores da cidade de Évora e da sua judiaria, uma das mais importantes e populosas do Reino. Adentrando-nos, finalmente, no essencial da investigação e da problemática, põem-se em foco os elementos referentes à presença judaica, registados no *Livro das Posturas*³. A tónica incide, por razões derivadas do conteúdo do próprio livro e das posturas municipais que o integram, em elementos de natureza socioeconómica.

1. A fonte: o *Livro das Posturas Antigas de Évora* e as posturas municipais eborenses

O *Livro das Posturas Antigas de Évora*, composto por um conjunto de 254 posturas e dois documentos régios, foi elaborado em 1466, por Fernão Lopes de Carvalho, cavaleiro cidadão e escrivão do concelho de Évora (*Livro das Posturas Antigas de Évora* 2012: 110)⁴. A 16 de dezembro de 1662, atendendo

Cultura da Universidade de Coimbra e do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro, realizando-se no dia 9 de novembro de 2017, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

² O *Livro das Posturas Antigas de Évora* constitui, a par com o de Lisboa, um dos dois únicos livros de posturas, datados do período medieval, conservados em Portugal. A par disto, e não obstante a sua compilação apenas ser realizada em 1466, algumas das posturas ali trasladadas datam de 1375, e das décadas seguintes, constituindo algumas das posturas municipais mais antigas que se conhecem em Portugal. Formam um longo corpo legislativo, dedicado a diversos temas, principalmente de cariz socioeconómico, da vida na cidade de Évora, na transição do século XIV para o XV, cobrindo um período fundamental na compreensão da história do Portugal medievo, como a crise de 1383-1385. As referidas posturas têm sido utilizadas por diversos historiadores, no âmbito dos mais variados tipos de estudo, destacando-se, pela vasta utilização desta fonte, autores como A. H. de Oliveira Marques, Maria Ângela Beirante, Maria Helena da Cruz Coelho, Arnaldo de Sousa Melo, Joaquim Bastos Serra ou Sérgio Carlos Ferreira, para além, entre muitos outros, de nós mesmos. A título de exemplo, será ainda pertinente referir que, no contexto nacional, não obstante a não existência de outros livros de posturas medievos, se conservam, no âmbito dos livros de atas de vereação, posturas relativas aos concelhos do Alcochete e Aldeia Galega, Coimbra, Funchal, Loulé, Montemor-o-Novo, Porto, Vila do Conde, entre algumas outras existências pontuais.

³ Torna-se necessário lembrar que, embora noutros âmbitos de análise, este material já foi utilizado na lógica de aclarar o nosso conhecimento e compreensão acerca das minorias judaica e muçulmana, nos trabalhos de Tavares (1982; 2000) e Barros (2013: 117-137).

⁴ Quando, sem qualquer outra indicação, aludirmos ao *Livro das Posturas Antigas de Évora*, daqui em adiante citado apenas como *LPAE*, referimo-nos à sua transcrição publicada na obra *Posturas Municipais Portuguesas* (Barros, Viana 2012: 21-110).

ao seu estado de conservação, foi reencadernado pelo escrivão Francisco Cabral. (LPAE 2012: 29)⁵.

O traslado original contém diversas gralhas e erros que, por vezes, dificultam a compreensão do conteúdo de algumas posturas. A forma como o escrivão realizou o traslado compromete também a correta datação das posturas que o integram, uma vez que esta está, em alguns casos, indevidamente transcrita, tanto por falta de alguns elementos cronológicos, como por lapsos do escrivão⁶. Nesse sentido, no âmbito da nossa dissertação de mestrado, procurámos datar criticamente cada uma das posturas. Sabíamos que a sua maioria fora produzida entre finais do século XIV e princípios do século XV; mais concretamente, de acordo com as datas expressas, entre 1375 e 1395. Contudo, o trabalho de datação crítica não se revelou frutuoso. Não obstante, importa reter que foi possível datar criticamente posturas do ano camarário de 1406-1407, podendo balizar-se outras *ad quem* até 1414⁷.

Creemos que seja também útil fazer uma breve incursão no conteúdo das posturas. Para esse efeito, partimos dos núcleos temáticos *Mesterais e Ofícios*; *Agricultura e Pecuária*; *Comércio*; *Caça, Pesca e Silvicultura*; *Urbanidade*; *Pesos e Medidas*; *Justiça e Oficiais*; *Sociedade* e *Vária*. Posto isto, verificámos que as posturas se distribuíam, pelos núcleos temáticos, da forma como o quadro e o gráfico apresentados demonstram:

Quadro 1. Distribuição das Posturas por núcleos temáticos

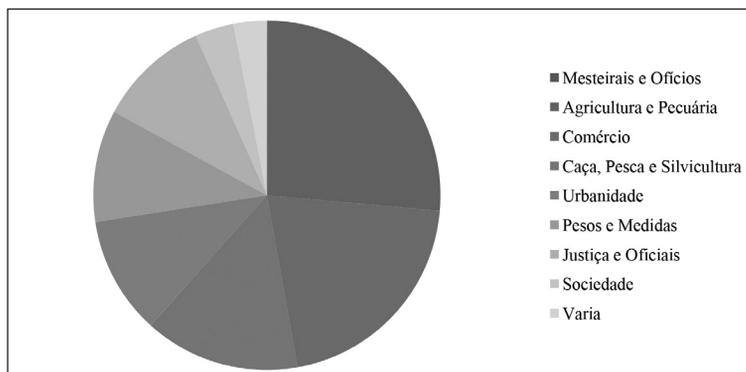
Núcleo	N.º de posturas	Percentagem
<i>Mesterais e Ofícios</i>	61	24,02%
<i>Agricultura e Pecuária</i>	51	20,08%
<i>Comércio</i>	40	15,75%
<i>Caça, Pesca e Silvicultura</i>	28	11,02%
<i>Urbanidade</i>	21	8,27%
<i>Pesos e Medidas</i>	20	7,87%
<i>Justiça e Oficiais</i>	20	7,87%
<i>Sociedade</i>	7	2,76%
<i>Vária</i>	6	2,36%
	254	100%

⁵ Importante será acrescentar que o presente *Livro das Posturas* foi alvo de duas transcrições. A primeira, parcial, da autoria de Gabriel Pereira, publicada no século XIX, no âmbito da coletânea *Documentos Históricos da Cidade de Évora* (1885: 127-154) e a segunda, da autoria de Ana Sesifredo, Fátima Farrica e Miguel Meira, primeiro disponibilizada *on-line* e, posteriormente, publicada na obra *Posturas Municipais Portuguesas* (Barros, Viana 2012: 21-110).

⁶ Estas questões foram já postas em relevo na apresentação da mais recente transcrição do *Livro das Posturas* (Barros, Viana 2012: 11-26). Sobre estas e outras questões relevantes para uma caracterização mais aprofundada do LPAE veja-se, também, Feio (2017: 19-22).

⁷ Para um melhor conhecimento deste processo, e dos resultados que foi possível obter, veja-se Feio (2017: 22-27). A mesma questão havia já sido preliminarmente afluada em Feio (2018).

Gráfico 2. Distribuição das Posturas por núcleos temáticos



Uma análise superficial dos elementos apresentados permite concluir que os três primeiros núcleos temáticos, isto é, as questões relacionadas com os mestrais e ofícios, com a agricultura e pecuária e com o comércio, correspondem a quase 60% das posturas existentes no *Livro*. De facto, as grandes preocupações das autoridades municipais encontram a sua nota dominante na regulamentação do mercado, não somente através do tabelamento de preços dos diversos artigos e serviços, mas também procurando garantir a qualidade e a acessibilidade dos produtos, sobretudo alimentares. Controla-se a circulação dos produtos, bem como a forma como se devia (ou podia) proceder à sua comercialização. Outro tópico de grande importância prende-se ainda com medidas tomadas com o que, *avant la lettre*, poderíamos chamar higiene e segurança alimentar, procurando garantir a qualidade dos produtos comercializados. Uma outra das questões de maior importância é o estabelecimento de um valor considerado justo para a moagem do cereal, claramente no contexto do aprovisionamento alimentar da cidade, campo onde se enquadram também as medidas tomadas no âmbito da proteção da cultura da vinha, da cultura cerealífera e da pecuária⁸.

No contexto que aqui trazemos, ou seja, a análise da presença judaica no âmbito do *Livro das Posturas*, o principal núcleo que nos interessaria seria, à partida, o dedicado à sociedade, que, contudo, engloba apenas 7 posturas, 2,76% do total. Assim se justifica que, partindo de algumas destas posturas, a análise que pretendemos realizar não se foque unicamente em aspetos sociais, mas, estando a tónica do código legislativo posta na componente económica, esta venha a ser a mais valorizada.

⁸ À semelhança do que temos vindo a referir, para um contacto mais aprofundado com as questões que aqui apresentamos veja-se Feio (2017: 27-33).

Conhecida a fonte que sustenta o estudo que ora apresentamos, importa conhecer também, ainda que superficialmente, a cidade a que nos reportamos, especialmente no que diz respeito aos aspetos sociais que nos parecem mais relevantes, privilegiando-se os elementos relativos à judiaria e respetiva comuna.

2. Um breve contexto: a cidade, a judiaria e a comuna de Évora

Entre os séculos XIV e XV, Évora disputou com Santarém o lugar de segunda cidade do reino, tendo-o alcançado naquela segunda centúria (Marques 1987: 183; Carvalho 1989: 109). Sob o ponto de vista económico, falamos de uma cidade em que as principais produções são de carácter agropecuário e onde o peso da produção artesanal é relativamente reduzido (Beirante 2008: 295-304).

Os historiadores acentuam a forma como a crise do século XIV foi particularmente profunda no Alentejo (Beirante 2008: 263). A principal imagem que Fernão Lopes nos transmite da cidade relaciona-se com a efervescência provocada pelo deflagrar da revolução de 1383 (Lopes 1990-1991; Lopes 2004). Aqueles dias de agitação e turbulência viveram-se intensamente em Évora. Circunstância que não deve causar admiração, uma vez, que ao longo de toda a década precedente, se encontram sintomas de um profundo mal-estar social, gerador de levantamentos e desordens (Feio 2017: 47-53). Um testemunho dessa instabilidade está patente na intervenção que a Coroa tem junto do poder local, procurando a normalização do seu funcionamento. A partir de 1378, numa situação que se manterá até ao final da Crise, a Coroa intervém fortemente na administração local, através da nomeação de um conjunto de regedores, indigitados pelo próprio monarca (Serra 2015: 133-143).

Sobre a população da cidade, não possuímos indicadores seguros. Ângela Beirante calcula, a partir de diversos elementos, que em 1475 haveria cerca de 10 000 habitantes (Beirante 1995: 185). De acordo com Maria José Ferro Tavares, existiriam, na segunda metade de Quatrocentos, cerca de dois milhares de habitantes judeus em Évora (Tavares 1994-1995: 247-248), o que corresponderia, face àqueles valores, a cerca de 20% da população, antes da chegada dos judeus castelhanos. Gustavo Val-Flores apresenta valores ainda mais expressivos, apontando, em finais do século XV, para uma população judaica correspondente a 1/3 da população da cidade (Val-Flores 2009: 204-205).

A judiaria terá sido criada durante o reinado de D. Dinis, encontrando-se

documentada desde 1296 (Tavares 2000: 28 e 74)⁹. Apesar de ser difícil conhecer com segurança a localização do primeiro assentamento do bairro judaico da cidade, Gustavo Val-Flores é da opinião que a primitiva judiaria se situava junto da antiga porta de Alconchel (Val-Flores 2009: 171-186), tendo ocorrido a mudança em torno de 1331, quando surgem, documentalmente, referências a uma “judiaria nova” (Val-Flores 2009: 169-170 e 172). Independentemente de se ter, ou não, verificado uma mudança no assentamento da judiaria, no período cronológico sobre que incide a nossa análise, a sua localização era já intramuros, concretamente na zona ocidental da cidade, a oeste da Praça da Porta de Alconchel, a atual Praça do Giraldo, ontem como hoje, o coração económico e social da cidade. Grosso modo, a judiaria ficava entre as ruas do Raimundo e de Alconchel (atual Serpa Pinto), na zona das atuais ruas da Moeda (sintomaticamente, outrora denominada rua do Tinhoso) e dos Mercadores e das travessas das Damas, do Sol e Torta (Tavares 2000: 28; Carvalho 2007: 156-168; Val-Flores 2009: 180).

Em finais do século XIV a judiaria tornou-se pequena para o número de judeus que a povoavam, entabulando-se negociações entre a comuna judaica, o concelho cristão e os proprietários de diversos imóveis das imediações, com o aval de D. João I, para extensão do bairro judaico. Esse aumento vem a concretizar-se depois de 1408, sendo a judiaria aumentada para ocidente, prolongando-se por algumas travessas da rua de Alconchel, até terminar na Palmeira (Tavares 1982: 55-56). De acordo com os cálculos de Maria José Ferro Tavares, a judiaria ocuparia uma área de cerca de 1,24 hectares, correspondentes a cerca de 1,1% da área urbana da cidade (Tavares 1982: 62), enquanto Gustavo Val-Flores admite que ela pudesse atingir, no final do século XV, 2,5 hectares (Val-Flores 2009: 191), ou seja, 2,2% da área da cidade.

A comuna judaica era anterior ao reinado de D. Dinis (Tavares 2000: 20), constituindo uma das mais importantes e ricas do Reino. Não será descabido lembrar que, embora muitas vezes utilizados como sinónimos, os termos judiaria e comuna não expressam, em abono da verdade, exatamente a mesma realidade, uma vez que o termo judiaria se refere ao espaço físico ocupado pelo bairro judaico, e o termo comuna à entidade administrativa responsável pela gestão dessa área (Tavares 2000: 23). No final do século XV, a comuna judaica de Évora possuía três tabeliães, o mesmo número que a de Santarém, sendo apenas suplantada pela de Lisboa (Tavares 1982: 123). Facto igualmente a reter, é o dos judeus moradores em Évora possuírem carta de vizinhança do concelho (Tavares 2000: 67).

⁹ Uma visão de conjunto, bastante sistematizada, sobre o bairro judaico de Évora pode ser colhida em Tavares (1987: 551-558).

Terminado este voo sobre os elementos mais relevantes acerca da comunidade judaica de Évora, convidamos o leitor a mergulhar no seio do *Livro das Posturas*, procurando indícios da presença dessa comunidade.

3. A presença judaica no *Livro das Posturas Antigas*

Não obstante o peso e a importância que, como vimos, a população judaica tinha na cidade, não são muitas as referências que se lhe fazem na legislação que por aqueles anos a câmara de Évora faz aprovar. Tal não deve constituir motivo de admiração. De facto, a comunidade judaica não se encontrava sob alçada do concelho cristão, antes estando, como dissemos, organizada de forma autónoma, formando uma comuna, que, à semelhança do concelho, tinha os seus próprios órgãos de governo e administração, para além de poder produzir as suas próprias posturas.

Facilmente se depreende que, neste contexto, a elaboração de posturas sobre os membros da comuna judaica, pode parecer, pelo menos à primeira vista, um contrassenso, uma vez que, à partida, o concelho não teria jurisdição sobre os judeus. A situação não era, ainda assim, tão clara como se poderia supor. De resto, como dissemos, em Évora, os judeus possuíam carta de vizinhança do concelho, situação que viria a ser proibida por D. Duarte (Tavares 2000: 67). Mais relevante será ainda o facto de ter sido o próprio concelho a procurar, junto da comunidade judaica, essa “adesão” à vizinhança concelhia (Tavares 2000: 68). Claro está que essa questão interessava mais ao concelho cristão do que à comuna judaica, sendo relativamente comuns os casos em que, ao arrepio das ordenações dos sucessivos monarcas e daquilo que eram os privilégios das comunas, as posturas municipais se iam estendendo aos membros das minorias, como Maria José Ferro Tavares já destacou (Tavares 1982: 77-78).

Se olharmos primeiro para as referências encontradas sob uma ótica espacial, a judiaria apenas é mencionada numa única postura (226)¹⁰, datada de 7 de novembro de 1382, que, em abono da verdade, pelo menos sob esse ponto de vista espacial, nada nos esclarece.

Em termos económicos, as referências são mais numerosas. A postura 7, não datada, confirma-nos a existência de talhos especificamente destinados não só a judeus, questão que nos parece evidente, como também a muçulmanos. É conhecida a existência de uma carniçaria judaica, onde pare-

¹⁰ A numeração indicada para cada uma das posturas corresponde àquela que lhe atribuímos na nossa dissertação de mestrado (Feio 2017: 22). O anexo da mesma possui uma ficha interpretativa para cada uma das posturas, onde a sua numeração é posta em relevo (Feio 2017: 222-355).

ce evidente que esses talhos se localizassem. Mais interessante se torna saber que, numa tentativa de regulamentar o mercado e garantir a qualidade dos géneros alimentares comercializados, a câmara de Évora procure que os carnicheiros judeus e, como dissemos, também os muçulmanos, sigam algumas das regras impostas aos carnicheiros cristãos, no caso concreto, a obrigação de expor, entre a hora de terça (ca. das 9h) e a de vésperas (por volta das 18h), bem como no dia seguinte, até ao final da hora de terça (“sainte de terça”, como se afirma), à porta dos talhos, os couros dos bois e das vacas que haviam sido abatidos.

Para além da tentativa de assegurar a qualidade da carne comercializada, através da possibilidade de reconhecer o espécime a que esta pertencia, como claramente se percebe ser preocupação noutras posturas (cf., p. ex., post. 12), esta obrigação não deixa de ter um peso económico muito mais acentuado, uma vez que se procura também perceber (e controlar) o número de animais abatidos e conseqüente número de peles *verdes* disponíveis na cidade, para que pudessem, posteriormente, entrar no circuito da curtição e chegar às mãos dos mestres que delas necessitavam¹¹. Embora não possamos afirmar que o mesmo se passava em Évora, sabemos que, por exemplo, no Porto, os carnicheiros se encontravam proibidos de curtir as peles das reses que abatiam (Melo 2009: 293). As posturas de Évora não permitem confirmar a existência dessa proibição na cidade, mas o comércio de peles e couros, mormente a proibição da sua saída do termo do concelho, está bem patente na legislação camarária (cf., p. ex., post. 40), e aquela medida não pode deixar de se enquadrar nesse âmbito.

Os judeus da cidade, tal como os muçulmanos, teriam também um papel bastante importante entre os mestres ligados ao trabalho do ferro, concretamente, entre os ferreiros (cf. Barros 2013: 128). Em data incerta, mas seguramente antes de 23 de setembro de 1380 (post. 173A), os judeus ferreiros de Évora são representados numa das reuniões camarárias por um Isaque, “procurador dos judeus ferreiros”, para que, em sua presença, se verificasse a forma, e os respetivos custos, como um outro ferreiro, Ascenso Anes, afirmava conseguir produzir determinado número de alfaias agrícolas.

Na sessão camarária em que a questão dos ferreiros volta a ser discutida (post. 173B), há novamente dois ferreiros judeus presentes, Isaque e Abraão, embora nenhum deles se encontre agora mandatado, pelo menos oficialmente, como procurador dos seus pares. São estes que, em conjunto com três outros ferreiros, um cristão e dois muçulmanos, afirmam ser impossível

¹¹ Neste sentido, Barros (2013: 130) opta por sublinhar o significado da intrusão das autoridades municipais nos espaços reservados às minorias, bem como no concernente às respetivas jurisdições comunais.

produzir as alfaias que Ascenso Anes mencionara no tempo e com os custos que ele apresentara. A vereação incumbe assim o ferreiro cristão, Gonçalo Geraldês, de as produzir e apresentar os respetivos tempo e custos, como se vem a dar conta na reunião de 23 de setembro de 1380 (post. 173C), onde os ferreiros judeus já não são mencionados. Ainda assim, o número de ferreiros presentes na sessão anterior, em que num total de cinco, dois são judeus, dois muçulmanos e apenas um cristão, deixa claro o peso que os mesteres pertencentes àquelas minorias étnico-religiosas tinham neste contexto. Por outro lado, embora sejam os profissionais dominantes no setor, parecem estar sob as suspeitas da vereação, que não só começara por afirmar que não tinha sido possível chegar a um entendimento com os ferreiros da cidade, como incumbe, sistematicamente, um cristão de proceder à produção que serviria de prova às alegações dos profissionais e seria a base para o cálculo dos custos de produção e conseqüente estabelecimento do preço e margem de lucro justos.

A relevância dos membros da comunidade judaica entre os ferreiros da cidade volta a ser reafirmada na postura 178, precisamente denominada “título dos judeus ferreiros e das pregaduras”, em que se tabela o preço dos diferentes tipos de pregos. O facto de haver um título especificamente destinado aos judeus ferreiros permite, como dizíamos, não somente reafirmar essa importância, como, embora com as necessárias cautelas, equacionar a sua especialização na produção de pregos, trabalho mais delicado que a produção dos cravos utilizados nas ferraduras e que, como tal, atingia preços de venda muito mais elevados.

Os judeus deveriam ter também um peso muitíssimo relevante entre os ourives existentes na cidade. É o que parece poder supor-se da letra da postura 231, emanada das instâncias concelhias a 27 de novembro de 1395. Os judeus ourives, e alguns outros, não judeus entenda-se, são acusados pelo “vedor e afilador da prata e dos pesos e balanças de todos os moradores e vizinhos da cidade” de fazer grandes maldades e muita malícia no trabalho da prata, não levando as peças produzidas à fiscalização do vedor e não lhe colocando a marca do concelho. O vedor apresenta provas à vereação e esta, por sua vez, determina que ninguém pudesse tomar quaisquer peças de prata a não ser na presença do referido vedor. Mas mais do que isso, queremos sublinhar a forma como, sintomaticamente, o clausulado da postura se encontra redigido. Expressamente, afirma-se que “em a dicta çidade ha muitos judeus e outros que som ourivezes”, enunciado que não pode deixar de nos levar a considerar que o redator do texto sublinhou, propositadamente, a referência ao grupo étnico-religioso de alguns daqueles que praticavam as irregularidades mencionadas,

quase parecendo, ou quase nos parecendo, lugar-comum essa associação entre o judeu e a ilegalidade praticada.

Não é, contudo, somente no mundo da produção artesanal que as posturas municipais de Évora nos permitem assinalar uma presença judaica relevante. De resto, já pusemos em relevo o peso que as atividades agropecuárias tinham na economia da cidade, destacando-se, claramente, a viticultura e a pecuária. Maria José Ferro Tavares desmitificou também a imagem tradicional do judeu como unicamente ligado a atividades artesanais e comerciais, enfatizando o seu papel numa vertente económica ligada à ruralidade (Tavares 2000: 110-115). As posturas de Évora apresentam, igualmente, contributos nesse sentido.

Na postura 179 proíbe-se que judeus e judias contratem mão-de-obra cristã para vindimar ou para efetuar cargas, certamente de uvas. Devemos destacar alguns aspetos. Depreende-se, pelo teor da postura, que muitas daquelas vinhas seriam propriedade judaica, e foi neste sentido que iniciámos a questão. Por outro lado, admite-se a existência de vários judeus privilegiados, em relação aos quais a proibição decretada não seria válida, uma vez que, taxativamente, se afirma que “ha hi muitos judeus que esto podem fazer”. Por outro lado, importa, ainda, não esquecer que esta proibição se enquadra num contexto muito mais vasto, que proíbe que os judeus tenham cristãos sob sua dependência, princípio originário do Direito canónico, nomeadamente das decretais emanadas do quarto Concílio de Latrão, reforçadas por diversas medidas aprovadas em sínodos portugueses, e que, de resto, figura nas leis do Reino desde o reinado de D. Afonso II (Tavares 2000: 13-17; Marques 2003: 45-46).

Ainda de forma algo relacionada com a produção vinícola, embora a questão em causa seja muito mais profunda do que isso, na postura 251, os judeus, em termos gerais, são acusados de omitir, propositadamente, a identidade de alguns homens que, sendo vistos a roubar uvas e outra fruta em vinhas alheias, fugiam quando eram procurados pelos rendeiros. Se, por um lado, se pode admitir que esses homens pudessem ser encarados como dependentes dos judeus, proprietários de outras vinhas, atuando porventura às suas ordens, acusando-os também, ao menos de forma implícita, de serem os mandantes desses crimes, por outro, não nos parece displicente afirmar que, neste exemplo concreto, os judeus sejam encarados como causa de um mal-estar geral. Estaremos, pois, diante de uma referência abstrata, que tende a uma associação acrítica e indiscriminada do judeu ao mal, culpando-o, sistematicamente, de todos os males da sociedade.

Em termos sociais, a figura do judeu associada a alguém com grande, ou pelo menos considerável, poder económico encontra-se também presente,

embora sob uma referência indireta. Mais uma vez a tónica da postura, a 64 no caso, é vincadamente económica. A vereação eborense procura impedir que as pescadeiras escondam o peixe e o vendam a valores elevados, fora do controlo de almotacés e rendeiros, obrigando-as a levar o peixe ao açougue, onde devia ser comercializado. O açougue novo da cidade, correspondente a uma interessante (re)funcionalização do icónico templo romano, tinha, de resto, uma divisão especificamente destinada à comercialização do *pescado* (post. 66), atividade que um dos procuradores do concelho devia supervisionar (post. 66). A postura a que nos referimos aponta os judeus, tal como os mouros e os clérigos, como aqueles que corrompiam as pescadeiras comprando o peixe “as suas vontades”, “por mais dinheiros”.

Deixámos, propositadamente, para o final a análise da postura mais clara e mais específica sobre os membros da comunidade judaica de Évora, a “Hordenação dos mouros e judeus que acharem a deshoras fora da mouraria ou da judaria” (post. 226), aprovada a 7 de novembro de 1382, e analisada tanto por Tavares (2000: 76), como por Barros (2013: 130-132). Foi aqui que retirámos o título da nossa comunicação, onde se afirma que os judeus “som servidores d’El Rei e do concelho”. Tal afirmação pode, à partida, parecer de sentido contrário ao sentimento geral que temos lobrigado entre as várias referências a judeus, encontradas entre as posturas deste livro. Contudo, importa frisar que a afirmação em causa se refere, maioritariamente, a um número limitado e estrito de judeus, os que fossem físicos ou boticários, ou exercessem “outros mesteres que comprassem os homens bons e que por eles fossem chamados”. Estes são, naturalmente, até, e antes de mais, pela necessidade que deles havia, judeus bem quistos para as autoridades municipais e, como tal, privilegiados face à larga maioria dos seus correligionários.

Relevante será notar que a questão é discutida na câmara por ali ser levada pelo rabi da comuna judaica, Jassepe Vivas, que afirma que, ao contrário do que até aí fora costume em Évora, os membros da comuna eram agora presos pelos homens da alcaidaria, caso fossem encontrados fora da judiaria, logo que se punha o sol. Denota-se, claro está, uma intensificação das medidas restritivas adotadas contra os hebreus que, mais uma vez, vem ao arrepio de decretos conciliares e do traduzido nas leis do Reino. Desde o concílio de Latrão, reunido em 1215, que, entre outras medidas, se previa que os membros das minorias vivessem apartados dos cristãos (cf. Tavares 1982: 398; 2000: 72), e já D. Pedro I legislara, especificamente, sobre esta matéria, ordenando o recolher de mouros e judeus aos seus bairros, e encerramento das respetivas portas, ao toque das ave-marias, sob pena de serem publicamente açoitados (cf. Tavares 1982: 399; 2000: 25 e 75).

Não obstante, os membros da oligarquia camarária aceitam a argumentação apresentada pelo rabi e acedem a que os judeus, à semelhança do que se legisla sobre os muçulmanos, não fossem presos por ser encontrados fora da judiaria até que tocassem os sinos para as vésperas, uma vez que muitos deles exerciam os seus mesteres em lugares distantes da judiaria. Mais se permite que aqueles que exerciam os mesteres a que acima aludimos não fossem presos mesmo quando encontrados fora da judiaria depois das vésperas, desde que encontrados a caminho do seu bairro, justificando-se a exceção com a afirmação de que “os dictos judeus e mouros som de booa fama e as vezes nom podem seer escusados segundo dicto he”.

Ainda assim, não esquecendo o carácter bastante específico do contexto da postura em causa, a verdade é que, neste ponto, as autoridades camarárias acabam por se revelar algo condescendentes, embora apenas em certa medida, senão vejamos: num primeiro momento, e apesar do legislado, a postura deixa à consideração do alcaide – a quem cabia a jurisdição sobre a petição apresentada pelo rabi, no âmbito das suas funções de policiamento das ruas – a possibilidade de prender os membros das referidas minorias, mesmo antes do toque de vésperas, caso entendesse que o sino soava excessivamente tarde. Mesmo assim, e na lógica do anteriormente determinado na postura, os oficiais camarários acabam por abrir a porta à possibilidade do juiz poder livrar os mouros e judeus, presos neste contexto, da pena decretada, caso considerasse a sua libertação ser conforme o direito¹².

Outro ponto que entendemos dever ser relevado, ainda no que toca a esta postura, é que ela não foi elaborada pelos vereadores, mas sim pelos regedores, ou seja, como destacámos, homens da confiança do monarca, que ele mesmo havia colocado à frente do governo de Évora num momento de desestabilização do funcionamento do concelho. Ora a queixa do rabi pode ser precisamente provocada pelo hábito adquirido pelos membros da comuna durante esse período de desestabilização, a que agora - e, note-se, 1382 é o ano forte da intervenção dos regedores na produção de posturas municipais - se procurava pôr um ponto final. Assim, mais do que o poder concelhio, é a intervenção, embora indireta, da Coroa a coartar as liberdades das minorias.

¹² A presente postura denota, para além do mais, como Maria Filomena Lopes de Barros já deixou explícito, uma clara sobreposição da jurisdição concelhia sobre a jurisdição do alcaide (Barros 2013: 131). A citada autora não deixou também se sublinhar a forma sintomática como a voz do alcaide é silenciada ao longo do articulado da postura, evidenciando a possibilidade de existência de uma conflitualidade latente entre os dois poderes e um esforço do concelho por omitir uma voz que seria contrária à decisão tomada (Barros 2013: 132).

Conclusões

Prestes a concluir, queremos reafirmar que, como pudemos verificar, não são muito numerosas as referências a membros da comunidade judaica presentes no *Livro das Posturas Antigas de Évora*. Como também referimos, este facto não é de estranhar, uma vez que, na maioria dos casos, os judeus não estavam sob a jurisdição do concelho cristão, mas antes sob a da respetiva comuna, que, à semelhança do concelho, podia lançar as suas próprias posturas. Interessante será assim notar que a maioria da legislação aprovada na câmara de Évora, que versa, diretamente, sobre a comunidade judaica, se enquadra naquilo que é a legislação geral do Reino. É este o elemento que nos leva a compreender a legitimidade do concelho em legislar sobre os membros da comunidade judaica, ou seja, a aplicação à escala local daquilo que eram os ditames emanados da Coroa. É neste sentido que se proíbe a utilização de mão-de-obra cristã nas vindimas e no transporte de uvas e que a câmara recebe uma petição do rabi para que se não prendessem hebreus encontrados fora do seu bairro, assim que se punha o Sol.

Nos restantes casos, a tónica é vincadamente económica e a extensão da jurisdição do concelho cristão sobre os membros da comunidade judaica parte do simples facto de eles, como a ordenação a que acima nos referimos faz menção, exercerem os seus mesteres na *crístandade*, isto é, fora da judiaria, vendendo diretamente à população cristã e competindo comercialmente com os mesterais cristãos, devendo, conseqüente e logicamente, reger-se pelos mesmos princípios e orientações.

Como já sublinhámos, devido às próprias características da fonte utilizada, a tónica da análise que efetuámos recaiu, essencialmente, em questões de natureza socioprofissional. Nesse sentido, destacou-se a relevância que os judeus de Évora tinham no âmbito de algumas das atividades profissionais existentes na cidade, concretamente no seio dos mesteres ligados ao trabalho dos metais, destacando-se entre os ferreiros e os ourives. Contudo, como ficou igualmente claro, a importância económica dos membros desta minoria não se limitava à esfera da produção artesanal, e da correspondente comercialização, uma vez que assumia também um peso substancial em atividades económicas ligadas ao mundo rural, especialmente, pelos elementos que colhemos, no setor vitivinícola.

Por outro lado, na análise que realizámos, procurámos ainda sublinhar o que nos pareceram as tendências de carácter ideológico dominante, traduzidas na propensão para a associação da figura do judeu à fraude e à ilegalidade praticadas, apontando-o, sistematicamente, pela sua pertença étnico-religiosa, como responsável e causador das ilicitudes apontadas nas posturas em causa.

Fontes

- Documentos Históricos da Cidade de Évora* (1988). Gabriel Pereira (ed.) Ed. fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Livro das Posturas Antigas de Évora* (2012). Apr. Maria Filomena Lopes de Barros e Maria Leonor F. O. Silva Santos (Apr.). Ana Sesifredo, Fátima Farrica e Miguel Meira (trans.). In Barros, Filomena Lopes de, Viana, Mário (2012). *Posturas Municipais Portuguesas: séculos XIV-XVIII*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, p. 7-116.
- LOPES, Fernão (1990-1991). *Crónica de D. João I*. Humberto Baquero Moreno (intr.). António Sérgio (pref.). 2 vols. Porto: Livraria Civilização.
- LOPES, Fernão (2004). *Crónica de D. Fernando*. 2.^a ed. Giuliano Macchi (ed., intr. e índices). Lisboa: Imprensa Nacional-Cada da Moeda.

Bibliografia

- BARROS, Maria Filomena Lopes de, VIANA, Mário (2012). *Posturas Municipais Portuguesas: séculos XIV-XVIII*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de (2013). “Los discursos de la ciudad y la minoría muçulmana: el caso de Évora”, in José Antonio JARA FUENTE (coord.), *Ante su Identidad: la ciudad hispánica en la Baja Edad Media*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha (1995). *Évora da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha (2008). *O Ar da Cidade: ensaios de História Medieval e Moderna*. Lisboa: Edições Colibri.
- CARVALHO, Afonso de (2004-2007). *Da Toponímia de Évora*. Vol. 1: *Dos meados do século XII a finais do século XIV*. Vol. 2: *Século XV*. Lisboa: Edições Colibri.
- CARVALHO, Sérgio Luís (1989). *Cidades Medievais Portuguesas: uma introdução ao seu estudo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- FEIO, Rodolfo Petronilho (2017). *Por prol e bom regimento: a cidade e o trabalho nas Posturas Antigas de Évora*. Coimbra: [s.n.]. (Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- FEIO, Rodolfo Petronilho (2018). “A Cidade e o Trabalho nas *Posturas Antigas de Évora*: um projeto de dissertação”, *Incipit*, 6 (no prelo).
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987). *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Vol. 4 de *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.). Lisboa: Editorial Presença.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (2003). “As minorias na legislação sinodal por-

- tuguesa medieval”, in Guilhermina MOTA (coord.), *Minorias étnicas em Portugal: história e actualidade*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 33-47.
- MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa (2009). *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto - c. 1320 – c. 1415*. 2 vols. Braga: [s.n.]. (Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e à École des Hautes Études en Sciences Sociales).
- SERRA, Joaquim António Felisberto Bastos (2015). *Governar a Cidade e Servir o Rei: a oligarquia concelhia de Évora em tempos medievais (1367-1433)*. Évora: [s.n.]. (Tese de doutoramento policopiada apresentada à Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora).
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1982). *Os Judeus em Portugal no século XV*. Vol. 1. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Científica.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1987). “A Comuna Judaica de Évora”, *Anuario de Estudios Medievales*, 17, 551-558.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1994-1995). “Judeus e Cristãos Novos de Évora: a propósito de Diogo Pires”, *A Cidade de Évora*, 2.ª série, 1, 245-258.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (2000). *Os Judeus em Portugal no século XIV*. 2.ª ed. Lisboa: Guimarães Editores.
- VAL-FLORES, Gustavo Silva (2009). “A(s) Judiaria(s) de Évora: contributos para um outro conhecimento”, *A Cidade de Évora*, 2.ª série, 8, 163-215.

Sermones políticos y audiencia. Una revisión crítica de la predicación en vísperas de la Guerra de las Comunidades de Castilla

Political sermons and audience. A critical review of preaching on the eve of the war of the Communities of Castile.

HIPÓLITO RAFAEL OLIVA HERRER¹

Universidad de Sevilla.

hroliva@us.es

Texto recibido em/Text submitted on 24/05/2017

Texto aprobado em /Text approved on 07/11/2018

Resumen: El artículo efectúa una revisión crítica de la predicación política mendicante en vísperas de la Guerra de las comunidades y en particular de los sermones pronunciados en Valladolid. El análisis clásico de estos acontecimientos está basado en errores que impiden percibir las verdaderas implicaciones subversivas de estos sermones políticos. Un nuevo análisis de estos acontecimientos permite además incorporar elementos que son objeto de reciente atención historiográfica, como las relaciones entre predicación y audiencia a partir del análisis de la recepción del discurso. En último término, el artículo permite desvelar el protagonismo de los predicadores en la difusión de conceptos y lenguajes políticos.

Palabras clave: Predicación política; Audiencia; Guerra de las Comunidades; Lenguaje político; Valladolid.

Abstract: This article makes a critical review of mendicant political preaching before the War of the Communities of Castile, in particular of the sermons pronounced in Valladolid. The classical analyse of these events is based on misreadings which make it difficult to perceive the real subversive implications of these political sermons. Moreover, this new study permits to focus on additional questions recently analysed by historiography, such us the relationship between preaching and the reception of discourse by the audience. Finally, the article permits to focus on the role of preachers in the circulation of political concepts and languages.

Keywords: Political preaching; Audience; War of the Communities of Castile; Political language; Valladolid.

Han pasado más de cincuenta años desde que J. Pérez escribió su artículo sobre la predicación política en Valladolid en vísperas del movimiento comunero

¹ Este artículo recoge resultados obtenidos en el proyecto de investigación Los nombres de la libertad: comunidad política y autonomía a fines de la Edad Media (HAR2017-89256-P), financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad del gobierno de España.

(Pérez 1965), impulsando los estudios sobre la participación del clero en el conflicto (Martínez Gil 2002, Diago Hernando 2009, Cooper 2008 y Nieva Ocampo 2011). Sin duda, la evolución de la historiografía sobre la comunicación política, la predicación y el interés creciente prestado a las relaciones entre el predicador y la audiencia, invitan a una relectura de este episodio (Muessig 2002, Andrews 2014). Pérez efectuó una reconstrucción de los sermones a partir de una pesquisa, que posibilita además efectuar algunos análisis sobre la recepción del discurso². La segunda cuestión relevante que aconseja reevaluar este acontecimiento tiene que ver con la lectura equivocada de Pérez del contexto en el que los sermones se pronunciaron, lo que impide percibir su verdadero alcance.

Pérez hablaba de una campaña crítica desde los púlpitos en diciembre de 1518, pero la datación es incorrecta, ya que se produjo en 1517. La pesquisa, efectivamente, lleva fecha de 28 de diciembre de 1518; pero, aunque no se recoja expresamente en la misma, el estilo de datación del texto es el del nacimiento de Cristo, por lo que la fecha en realidad hace referencia a 1517, según el computo en vigor actualmente. Una mirada al calendario de aquel año y a los días de la semana en que se celebraron las festividades referidas en el documento, en particular los días de San Martín y San Esteban, permite verificar fácilmente este extremo de manera irrefutable.

No es una cuestión menor, porque el cambio del contexto de enunciación de los sermones multiplica notablemente su potencial subversivo. Lo que en 1518 podría interpretarse como una campaña de crítica política, adquiere una dimensión mucho mayor en Valladolid en 1517. En este momento, el rey y la corte estaban en Valladolid y Carlos I acababa de convocar la reunión de Cortes, donde las ciudades debían jurarle como rey. La predicación está directamente relacionada con esta convocatoria; esto es, estando Carlos I en la ciudad, los frailes incitaban a la acción política. En efecto, los sermones más moderados tratan de inducir un estado de opinión en la ciudad que se refleje en la posición a adoptar en las Cortes. Pero se pronunció otro de naturaleza más radical, en el que se planteaba que las Cortes tomaran el control político del reino. Esto es, se trataba de una llamada a la sedición, lo que motivó la intervención inmediata de las autoridades.

1. La confección de la pesquisa y los sermones

La primera pregunta a responder es qué motivó la elaboración de la

² Archivo General de Simancas. Cámara de Castilla, Memoriales, 127, fl. 106 (en adelante Pesquisa).

pesquisa y la respuesta no deja lugar a dudas³. Lo que puso en marcha la maquinaria jurídica fue el sermón pronunciado el día de San Esteban por el franciscano fray Juan de San Vicente, en la iglesia de San Esteban de Valladolid. El impacto de su sermón debió de ser grande, porque la pesquisa se inició al día siguiente. Es al hilo de esta investigación cuando los testigos desvelan que se habían pronunciado otros sermones de contenido político y que sin embargo no habían motivado la misma reacción por parte de las autoridades; al menos, no en la misma proporción.

La pesquisa recoge declaraciones de nueve testigos⁴. Algunos estaban vinculados a la corte regia, como Francisco de Castilla, criado del rey (Pesquisa, fl. 4), los licenciados Juan Sarmiento (AGS. CR, 840, fl. 4) y Juan Sánchez de Briviesca (AGS. CR, 165, fl. 4), alcaldes de la casa y corte del rey, o el propio licenciado Fernán Yañez Lobón, fiscal de sus majestades y posteriormente implicado en la represión del movimiento comunero (CODOIN, I: 247). Otros eran personajes con una cierta relevancia en Valladolid, como García López del Rincón, arrendador de impuestos especializado en la gestión de las tercias (Carretero Zamora 1999: 164), el maestro Fernando de Prexamo, profesor universitario (Pérez 1965: 10), o los bachilleres Cristóbal Cola y Blas Ortiz, colegial y capellán del elitista colegio universitario de Santa Cruz respectivamente (Pesquisa, fl. 5r). Los problemas para identificar al último de los testigos, el bachiller Manuel de Baeza, son mayores. Quizá tuviera algún tipo de parentesco con Álvaro de Baeza, bachiller en teología y canónigo de la colegiata de Santa María la Mayor (ARCV. P, C 58, 12).

La mayor parte de los testigos poseía un grado de formación elevado. Algunos en su declaración hicieron referencia a la *auctoritas* bíblica sobre la que se extiende el predicador. Pero los sermones estaban dirigidos a un público mucho más amplio y pueden ser considerados como representativos de un tipo de discurso que pretende llegar a amplias capas de la población. Las respuestas ofrecidas permiten reconstruir la cronología de la predicación. Carlos I se encuentra instalado en Tordesillas y su llegada a Valladolid es inminente (Pérez 1977: 117).

³ Sobre la elaboración de pesquisas Gauvard (2008).

⁴ Sobre la utilización como fuente de los testimonios incorporados a procesos, la bibliografía es amplia, comenzando por el trabajo clásico de Ginzburg (1990). Más recientemente, Garnot (2003), Lett (2008) y Oliva Herrero (2010).

La corte en Valladolid en 1517 y los sermones

Noviembre

Lunes	Martes	Miércoles	Jueves	Viernes	Sábado	Domingo
8	9	10	11 <i>Fr. Juan de San Vicente</i>	12	13	14
15	16	17	18 Llegada de la Corte a Valladolid	19	20	21

Diciembre

Lunes	Martes	Miércoles	Jueves	Viernes	Sábado	Domingo
30	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12 Convocatoria de Cortes	13 <i>Fr. Pablo de León</i>
14	15	16	17	18	19	20 <i>Fr. Polanco</i>
21	22	22	24	25	26 Día de San Esteban <i>Fr. Juan de San Vicente</i>	27 Día de San Juan <i>Fr. Pablo de León</i> <i>Fr. Ampudia</i>

Entonces, el día de San Martín, fray Juan de San Vicente pronunció un primer sermón con una fuerte carga providencialista, donde sin cuestionar la legitimidad del rey presentaba su venida como un castigo a los pecados de los castellanos: “Por pecados de los deste reino permitia Dios a dar que el rey nuestro señor era natural y de la sangre de los reyes de España que les viniese a gobernar de tan lejos” (Pesquisa, fl. 5r). No se pronunciaron más sermones políticos hasta que el rey, desde Valladolid, convocó las Cortes (Jerez 2007: 120). A partir de entonces, los frailes aluden directamente al gobierno del reino y tratan de incidir en la opinión local. Este tipo de circulación de discursos políticos debió ser más o menos habitual en momentos álgidos de actividad política (Nieva Ocampo 2016). Lo que ha permitido que estos se hayan conservado es la situación de inestabilidad que atravesaba un príncipe recién llegado, cuyos primeros actos de gobierno han provocado rechazo, lo que explica que las autoridades hayan estado especialmente atentas ante mensajes políticos que podían ser considerados peligrosos.

La pesquisa proporciona información sobre la actividad de cuatro frailes: fray Pablo de León, fray Juan de San Vicente, fray Polanco y fray Juan de Ampudia. Su modo de operar es similar: los sermones se articulan en torno a las lecturas prescritas en el ciclo litúrgico (Cátedra 1998) y las *auctoritas*, en latín, son aprovechadas para construir sermones en castellano. Si exceptuamos el sermón pronunciado por fray Juan de Ampudia, el resto refieren la situación del reino en términos duros (Pesquisa, fl. 3v). Dos elementos se repiten en casi todos: la crítica al gobierno y una ácida descalificación de la aristocracia. En todo caso, son los sermones de Fr. Pablo de León y Fr. Juan de San Vicente los relatados con más detalle y susceptibles de un análisis más completo.

2. Los sermones de Fray Pablo de León: en los límites de la crítica tolerada

Un día después de la convocatoria de Cortes, Fray de Pablo de León pronunció su primer sermón el tercer domingo de adviento. La predicación se desarrolló a partir de la *auctoritas* del evangelio de San Juan, propia de esta fecha.

Et hoc est testimonium Johannis quando miserunt Judæi ab Hierosolymis sacerdotes et Levitas ad eum ut interrogarent **eum tu quis es et confessus est et non negavit et confessus est quia non sum ego Christus et interrogaverunt eum quid ergo Helias es tu et dicit non sum propheta es tu et respondit non [...]** Et interrogaverunt eum et dixerunt ei quid ergo baptizas si tu non es Christus neque Helias neque propheta respondit eis Johannes dicens ego baptizo in aqua **medius autem vestrum stetit quem vos non scitis** (Vulgata: Juan, 1, 26).

A partir de esta referencia, el predicador efectúa una fuerte crítica a los gobernadores puestos por el rey, a su origen extranjero y a su desconocimiento del reino. Afirma que no son equiparables a Elías, dado que Elías no era codicioso, y declara que desconocen las leyes y costumbres del reino y por tanto no pueden ser considerados profetas. Ni mucho menos son comparables a Cristo, ya que contrariamente a su ejemplo, no se preocupan por el bien de la república (Pesquisa, fl. 3v y 6v).

El rey, sin embargo, en analogía con Cristo, es presentado como el deseado. Está en Valladolid aunque la gente no lo conozca.

Que tanto avian deseado que viniese y por quien procesiones avian fecho y que era tan ecelente persona. Y que estaba en medio de ellos

y que no le conocían, ni le comunicaban, ni conversaban y que era a culpa de los grandes que lo sufrían (Pesquisa, fl. 3v).

En su análisis de este episodio, F. Martínez Gil ofrece una interpretación forzada para relacionar el sermón con las profecías del encubierto. Como este último, el rey estaría escondido (Martínez Gil 2002: 527). Pero en el sermón de fray Pablo no parece haber rastro de esto. La *auctoritas* se utiliza porque es la propia de la fecha y esto sirve a Fray Juan para efectuar una denuncia no sobre un rey voluntariamente escondido, sino sobre uno alejado del pueblo; lo que revela el temor a que su voluntad esté dominada por los aristócratas, acrecentado por el hecho de que el rey sea de corta edad. El propio fraile lo dice explícitamente: “El rey era mancebo no sabra asy las cosas destes reinos” (Pesquisa, fl. 5r).

Todo indica que el predicador se está haciendo eco de un temor extendido, ya que la misma idea emerge por esas fechas en otros lugares. Así, en un pueblo no muy lejano a Valladolid, un vecino que había visto el cortejo regio se expresaba en términos parecidos, y proclamaba que el rey era “un niño bobillo, que no es apto para gobernar, sy los cavalleros no lo gobiernan” (AGS. PT, 6, 1, 3v). No se trataba de un discurso nuevo. La idea de un rey manejado por la aristocracia como causa principal de los problemas vividos en el reino de Castilla formaba parte de una profunda memoria social popular, en algunas ocasiones referida mediante la evocadora figura del rey preso, que alude tanto a un cautiverio físico como a una voluntad dominada (Oliva Herrer 2011). Es bastante revelador que este tópico reaparezca en otras informaciones. Así, el obispo de Málaga denunciaría más tarde que, en abril de 1519, había vuelto a pronunciar en Valladolid palabras escandalosas el mismo fraile que, antes de la llegada de Carlos de Flandes, proclamaba que el rey estaba preso, sin que podamos identificar al autor de la proclama (Pérez 1965: 3).

Las palabras de fray Pablo de León fueron más matizadas, pero el esquema político es el mismo. Lejos de una apelación profética, lo que encontramos en su discurso es la reactivación pública de un esquema político de crítica a los aristócratas que emerge de nuevo en un contexto de crisis. Fray Pablo de León pronunció un segundo sermón el día de San Juan Evangelista, de contenido más matizado. La figura de San Juan, referido como privado de Cristo, le permite apuntar directamente al privado de Carlos I.

Sant juan dixo que avia sido privado de nuestro señor y le avia dado muchos dones de apostoladgo y de secretario y de otras cosas y que bien seria que los privados de agora toviesen las condiciones que tuvo san Juan (Pesquisa, fl. 8r).

Sin embargo, se trata de un privado que desconoce la política castellana, por lo que es necesario establecer las líneas principales de la política exterior, invitándole a seguir el ejemplo de San Juan:

Que si agora otro privado avia ... como pluguiese a Dios que llevava lo mejor en llevar mercedes le siguiese tambien en lo que San Juan avia fecho que era aver traído a toda Asia a la fe de Jesucristo ... que **se trabajase de traer a Africa a la sugesion del rey** nuestro señor y **conservar a Navarra y Napoles** y tener el reino con la autoridad y onrra que el rey Catolico le avia dexado y **no tener sujecion a Francia** (Pesquisa, fl. 3v).

Es posible que esta idea de la conquista de África pueda estar relacionada con una concepción mesiánica del rey de Castilla como un nuevo David que había de conquistar Jerusalén. Se trata de una retórica política oficial muy desarrollada durante el reinado y la regencia de Fernando el Católico (Milhou 1982, Guadalajara Medina 1996). Hay que tener en cuenta que los propios frailes franciscanos habían actuado como predicadores de la cruzada para impulsar la toma de la plaza de Orán, sólo siete años antes (Milhou 1985). El propio gobierno de la ciudad de Valladolid había adoptado la misma retórica para dirigirse a Carlos I en 1516, solicitándole que viniese al país (BNE. MS 1779, fl. 11v).

La apelación a la cruzada puede tener sentido en el marco del sermón de un predicador, pero no parece que el discurso mesiánico tuviera una gran aceptación popular. De hecho, la mayor parte de las ciudades habían mostrado ya su rechazo al proyecto de Fernando el Católico para la conquista del norte de África en 1516 (Milhou 1985: 62). Por otro lado, el tema no aparece prácticamente entre los planteamientos políticos expresados durante la revuelta de las Comunidades. Las escasas alusiones existentes se efectúan no en términos mesiánicos sino claramente políticos, al señalar que cualquier iniciativa que tome la Corona en esa dirección debe ser aprobada por las ciudades (Casado Alonso 1984). Cuestión distinta es la llamada a conservar los territorios recientemente conquistados por la Corona de Castilla. Hay aquí una alusión al tratado de Noyon entre Castilla y Francia, firmado recientemente, que supone una retirada parcial de Nápoles (Jerez 2007: 149). El predicador incide en la necesidad de continuar con la tradicional política exterior castellana, desconfiando de los intereses del círculo que rodea al rey. Esta idea se reproducirá en las peticiones presentadas en las Cortes celebradas meses después y también tendrá eco en el discurso de los Comuneros (Cortes, IV: 278).

Existen diferencias de tono entre los dos sermones de Fr. Pablo de León. Quizá, consciente del alcance de las palabras pronunciadas, el predicador ha transformado la descalificación en bloque del primer sermón en una exhortación a seguir el buen ejemplo de San Juan en el segundo. Esta se traduce en directrices políticas concretas, pero del sermón está ausente ya la ácida crítica al entorno del rey que encontramos en el primero. Significativamente, el sermón concluye con un elogio de los flamencos presentados como un modelo de piedad por el comportamiento mostrado el día de Navidad (Pesquisa, fl. 3v).

En suma, el discurso político de fray Pablo de León parece orientado a crear un estado de opinión para influir en la posición política de la ciudad en Cortes. Lo cierto es que sus sermones no provocaron ninguna reacción por parte de la autoridad. No fueron sus palabras las que pusieron en marcha el mecanismo de la justicia regia. Incluso si son perceptibles diferencias de tono entre el primero y el segundo, no debemos olvidar que fray Pablo no criticaba directamente al rey; más bien ensalzaba su figura como la del deseado, por más que se deshiciera en descalificaciones hacia la aristocracia, formulara críticas duras a los gobernadores y defendiera una determinada orientación de la política internacional. En último término podía pensarse que sus palabras representaban el tipo de discrepancia política que podía ser tolerada o incluso enunciada legítimamente. Así lo sugiere el que no provocaran una reacción inmediata de las autoridades.

3. La llamada a la sedición: el sermón de fray Juan de San Vicente.

En realidad, lo que disparó todas las alarmas fue el sermón pronunciado por Fr. Juan de San Vicente durante la celebración del día de San Esteban. Su discurso incorporaba algunos elementos contenidos en los otros sermones sobre la situación del reino, como la descalificación de la política exterior, o las alusiones a la corrupción de la justicia (Pesquisa, fl. 1r). Pero el sermón iba bastante más allá porque, dados los enfrentamientos existentes en el entorno regio, el predicador exhortaba a las ciudades a tomar el control político del reino. Fr. Juan de San Vicente desarrollará esta idea a partir de la *auctoritas* establecida para el día de San Esteban, el nombramiento de los diáconos:

In diebus autem illis crescente numero discipulorum **factus est murmur Graecorum adversus Hebraeos** eo quod dispicerentur in ministerio cotidiano viduae eorum. **Convocantes autem duodecim multitudinem discipulorum** dixerunt non est aequum nos

derelinquere verbum Dei et ministrare mensis. **Considerate ergo fratres viros ex vobis** boni testimonii septem plenos Spiritu et sapientia quos constituamus super hoc opus (Vulgata: Hechos de los Apóstoles, 6).

En su sermón, el fraile equiparó el enfrentamiento bíblico entre griegos y hebreos con los conflictos entre castellanos y flamencos, proclamando que de la misma manera debían elegirse siete hombres que se ocuparan del gobierno del reino. Que esto debía de producirse durante la próxima reunión de Cortes quedaba claro a ojos de los testigos. Tal y como recordaba el sermón uno de ellos, “los grandes tenían que procurar que se juntasen los procuradores del reino y escoger siete personas para el gobierno” (Pesquisa, fl. 1v.). Pero el fraile vertió también encendidas críticas hacia los aristócratas a los que consideraba deslegitimados para el gobierno (Pesquisa, fl. 1r). De modo que proclamaba que, al igual que los apóstoles, los grandes debían quedarse al margen de la elección.

¿Cómo debía efectuarse entonces esta elección? Los testigos ofrecen versiones parcialmente distintas y es aquí donde comienzan a percibirse diferencias en la recepción del discurso. Para el licenciado Sarmiento, el fraile había proclamado que la elección de los siete hombres debía de hacerse entre los *medianos* del reino, noción fácilmente identificable con las élites urbanas o con individuos que ocupaban posiciones relevantes en el aparato administrativo de la monarquía, como de hecho era su caso (Pesquisa, fl. 1r). Sin embargo, otros testigos no utilizaron el concepto de medianos, sino el de *populares*, o aludieron directamente a la elección entre el *pueblo*.⁵ Al igual que su equivalente en latín, *populus*, el concepto pueblo tenía un doble significado en el lenguaje político de la época. Se utilizaba para hacer referencia al conjunto de la comunidad política, pero también a un segmento restringido de la misma, en el sentido de *plebs* (Watts 2015, Oliva Herrer 2014). Parece claro que la apelación a populares debe entenderse en la primera acepción. Aun así, se trataba de un concepto mucho más inclusivo que el de *medianos*, en consonancia con una tradición de lucha por la representación política de los sectores del común urbano, que estallará con fuerza durante la revuelta de los Comuneros (Val Valdivieso 1998).

Por lo demás, el sermón desvela la existencia de modelos bíblicos que podían invocarse para legitimar la interferencia del reino en la acción de gobierno. Pero existían también otros modelos que otorgaban un papel importante a la organización del poder desde abajo y uno de ellos fue también invocado por fray Juan

⁵ Respuestas del bachiller Blas Ortiz, el Bachiller Cristóbal Cola y de García López del Rincón. Es significativo que

el de los ‘Jueces de Castilla’: Nuño Rasura y Laín Calvo. Los ‘jueces de Castilla’ eran personajes legendarios que se consideraba habían sido elegidos por los castellanos como autoridades en el siglo X. La elección de estos jueces habría marcado el momento de la independencia de Castilla respecto del reino de León. Con el tiempo, el tema tuvo varias reelaboraciones y paso a utilizarse como un elemento de legitimación del orden regio (Martin 1992). Sin embargo, alguno de los textos más tardíos recoge la leyenda en un sentido más parecido al original; por ejemplo, el contenido en el *Poema de Fernán González*, del siglo XIV (Victorio 1998: 163):

Todos los castellanos en uno se acordaron,
dos omnes de gran guisa **por alcaldes alçaron,**
los pueblos castellanos por ellos se guieron,
que non posyeron rrey, gran tiempo duraron.

La leyenda ofrecía un modelo de elección de las autoridades por parte del pueblo. Se trataba de un modelo prestigioso, porque hacía referencia a la fundación originaria de Castilla. No parece que el predicador estuviera aludiendo directamente a ninguna de las versiones textuales, más bien que se trataba de un motivo suficientemente conocido y ampliamente difundido por vía oral, sin obviar posibles intertextualidades.

La utilización de la leyenda refuerza su argumentación anterior y funciona como una exhortación a la acción política, cuestión que fue perfectamente entendida por los asistentes. Pero en el relato de los testigos del motivo de los jueces también se perciben sutiles diferencias que sugieren una recepción diferente. Así, el licenciado Sarmiento, alcalde de corte del rey, incidía claramente en la presencia de extranjeros en el gobierno al resaltar que la elección de los jueces se había producido como reacción a la presencia de leoneses en Castilla:

Era del tiempo del rey don Fruela el qual siendo rey ... **queriendo poner en castilla jueces leoneses se agraviaron los castellanos** y se juntaron todos e escogieron entre si dos personas que los juzgasen y governasen (Pesquisa, fl. 2r).

Otros testigos, como el Bachiller Manuel de Baeza, no mencionaban este extremo e incidieron más en la idea de elección popular:

Que seria razon que del pueblo o del reino oviesen o eligiesen personas que procurasen el remedio desto que asi se avia fecho

no ocupen cargos políticos relevantes, aunque el segundo era arrendador de impuestos (Pesquisa fl. 5 r y 6r)

en otros tiempos pasados y que le parece a este testigo que dixo en tiempo del rey Fruela **muy antiguamente se avian elegido jueces que ayudaban al rey a entender en la governacion del reino** y que de aquellos jueces venian los reyes de castilla (Pesquisa, fl. 2v)

La versión de Fernando de Prexamo, que participará con posterioridad en la revuelta comunera, iba incluso más allá⁶. Para él, lo trascendente era la legitimidad, casi obligación del reino, para reemplazar a los malos consejeros del rey.

Se avia acostumbrado en Castilla que cuando el rey avia tenido malos consejeros que se juntaba el reino y que le daba otros y que entre estos noto que fue elegido Lain calvo y Nuno Rasura para consejeros del rey (Pesquisa, fl. 4v).

La llamada a la sedición parece clara, pero estas diferencias en la recepción son también relevantes porque funcionan como indicios y son reveladoras de una audiencia fragmentada en cuanto a sus aspiraciones políticas.

De hecho, podemos hacer una observación similar si tomamos el conjunto de temas que fueron evocados por los predicadores y la manera desigual en que fueron referidos en sus relatos por los testigos. Ciertamente, los problemas en el gobierno del reino son referidos por todos. Muchos, aunque no todos, mencionaron también las críticas a la aristocracia⁷. Pero cuestiones como que los cargos públicos debían reservarse a los castellanos⁸, la crítica a la política exterior e incluso las descalificaciones a los flamencos no parecen haber capturado la atención en tanta medida⁹. Quizá porque no todos los que escucharon el sermón se consideraron directamente concernidos.

Sería erróneo tratar de atribuir de manera automática posiciones políticas a partir de las declaraciones de los testigos, pero lo que dejar entrever un análisis atento son visiones diferentes acerca de cuáles eran los problemas del reino y concepciones distintas sobre cómo solucionarlos. De hecho, estas visiones diferentes anticipan en alguna medida algunas de las posiciones que afloraron con posterioridad durante la Guerra de las Comunidades de Castilla, cuando los distintos participantes en la revuelta expresaron concep-

⁶ La implicación de Fernando de Prexamo en la revuelta Bataillon (1968: 262).

⁷ Mencionadas por cinco de los nueve testigos, aunque presentes en la mayor parte de los sermones.

⁸ Cuestión que sólo fue evocada por dos testigos, el Licenciado Juan Sánchez de Briviesca y el Bachiller Ortiz (Pesquisa, fl. 2v y 5r).

⁹ Un ejemplo muy revelador lo ofrece el Licenciado Sánchez de Briviesca, alcalde de la corte, quien dice no haber asistido al sermón de Fray Juan de San Vicente, pero lo refiere de oídas y declara que “el dicho fraire

ciones diversas sobre las relaciones entre el rey el reino, la organización de la comunidad política local, o la importancia dada a la presencia de extranjeros en cargos de importancia (Oliva Herrer 2017). Todo esto es interesante a la hora de valorar la predicación en tanto mecanismo de difusión política. Los sermones de Valladolid muestran que la predicación funciona como un medio que permite la difusión de discursos y que puede incluso incitar a la movilización. Pero también que ésta actúa sobre una audiencia ya politizada con la que esos discursos deben relacionarse. En suma, la predicación opera sobre un entramado denso de concepciones políticas previas y la recepción no está garantizada.

4. Predicación y comunicación política: mensajes y lenguajes.

Los sermones son también interesantes porque permiten analizar la predicación como elemento para la difusión de lenguajes políticos entre el conjunto de la población, entendiendo el concepto de acuerdo con la formulación clásica de Pocock (Pocock 2009)¹⁰. Una primera observación sobre el lenguaje político de los sermones es suficientemente reveladora: a diferencia de lo que encontramos en episodios contemporáneos de agitación por parte de predicadores vinculados a revueltas (Haberker 2017), la retórica profética está prácticamente ausente de los sermones vallisoletanos. Incluso la crítica al estado del reino de Fr. Juan de San Vicente, que había anunciado la llegada del rey como castigo a los pecados de los castellanos, se efectuó en términos esencialmente políticos. La apelación al tema de la elección de los diáconos se formula en términos de autoridad, desprovista de referencias de contenido profético o milenarista. Obviamente, como ha recordado J. P. Genet, el lenguaje político a fines del medievo no es completamente autónomo y no escapa a una cierta impregnación de carácter religioso, pero constituye un conjunto de herramientas para argumentar en términos políticos, con una independencia relativa de otro tipo de lenguajes (Genet 2014). Los conceptos usados en los sermones remiten esencialmente a ese lenguaje.

Para describir la situación política se recurre a una serie de nociones clave: junto a la referencia al servicio de dios, se emplean conceptos como el bien de los reinos (Pesquisa, fl. 1v), el provecho los reinos (Pesquisa, fl. 1r) o la conveniencia de la república (Pesquisa, fl. 2r), o incluso se alude al

avia dicho muchas cosas en perjuicio de los flamencos en especial que avia dicho que Francia gobernaba Castilla.” Se trata de elementos que están muy poco presentes en las declaraciones de testigos que si asistieron al sermón (Pesquisa, fl. 2v)

¹⁰ Sobre la importancia de abordar el análisis del lenguaje político ha incidido recientemente Genet (2013).

“bien universal destes rreynos y de la buena gobernación” (Pesquisa, fl. 1r). Se trata de expresiones características típicamente asociadas al lenguaje político del bien común.¹¹ Esto es, un dispositivo ético-político en el que la comunidad fundada en la concordia requiere el mantenimiento de la justicia y la búsqueda del bien común mediante la superación de los intereses particulares (Mineo 2013). Así, uno de los testigos, el licenciado Juan Sánchez de Briviesca atribuyó a fray Polanco haber dicho que los grandes “no se dolían del bien publico destes reinos” (Pesquisa, fl. 6v). El sermón de fray Juan de San Vicente lo formulaba de una manera más explícita: “los grandes que cada uno negociaba e procuraba su propio ynterese” (Pesquisa, fl. 2rv). El relato de Francisco de Castilla del mismo sermón añade una dimensión más al referir “que los grandes actúan movidos por sus pasiones y con sus intereses particulares” (Pesquisa, fl. 2rv). Resta decir que, aun con matices, pasiones e intereses juegan un papel prácticamente intercambiable, como contrarios a la consecución del bien común.

En el empleo de esta retórica de matriz aristotélica, los predicadores estaban haciendo uso de lo que desde hace mucho tiempo era el lenguaje de la gobernación tanto a escala local como del reino. De hecho, en las Cortes de Toledo de 1480, se observa que estaba definitivamente incorporada a la normativa regia. Aquí, se establece un perfil del gobernante que no sólo debe caracterizarse por ser un hombre prudente, temeroso de Dios, de buen entendimiento y alejado de la codicia. También se refiere explícitamente que el buen gobernante debe ser aquel capaz de dominar sus pasiones e inclinaciones naturales y regirse por el freno de la razón (Cortes, IV: 154). No se trata, en todo caso, únicamente de una teoría sobre el buen gobierno, sino de un lenguaje que permite la construcción de argumentos de naturaleza política. De modo que incluso es posible encontrar argumentaciones anteriores de crítica a los grandes del reino en términos similares, como las de F. de Pulgar, quien en su *Crónica de los Reyes Católicos* denunciaba que “los grandes en sus pasiones e cobdiçias piensan acreçentar sus estados faziendo diuisión en los reynos” (Carriazo y Arroquia 1943: 398).

Recientemente se ha insistido en que, durante la revuelta, los Comuneros construyeron su discurso político apelando a la noción de bien común, y se ha querido ver en ello una especificidad del programa político comunero (Suárez Varela 2007 y 2014). Pero la cuestión es algo más compleja. No

¹¹ Sobre el bien común Lecuppre Desjardin, Van Bruane (2010). Para su utilización en Castilla el trabajo pionero de Bonachía Hernando (1996). Respecto a su uso como referente legitimador de la monarquía castellana, los trabajos seminales Nieto Soria (1988) y Torres Sanz (1985). Sobre su uso en las relaciones entre monarquía ciudades, Jara Fuente (2010). Más recientemente, Oliva Herrer (2014) y Luchía (2016).

solo los Comuneros, sino también los realistas se referían al bien común para justificar sus posiciones. Este aspecto fue referido de forma irónica por uno de los cronistas del movimiento comunero quien, al revisar los argumentos ofrecidos por unos y por otros durante el conflicto, afirmaba que “Todos, así los grandes como los comunes, decían que andavan para aumentar el servicio de Dios y de su magestad y por el vien e pro común del reyno. Así, que viérades una guerra nunca otra tal vista, quiriéndose todos matar como enemigos por una cosa así” (BNE. Ms. 1779, fl. 139r). Esto nos permite efectuar una reflexión de acuerdo a alguno de los argumentos más recientes que ha proporcionado la crítica sobre el bien común (Challet 2010, Dumolyn y Lecuppre-Desjardin 2010, Boucheron 2010). Largamente considerado un elemento de legitimación del poder político, en realidad el lenguaje del bien común operaba como un conjunto de conceptos públicos que podían cargarse de significados diferentes y a los que los actores recurrían para la construcción de sus estrategias discursivas¹². De hecho, la fijación de su significado concreto era objeto de enfrentamiento discursivo y, por tanto, político. En Castilla, como he señalado, la retórica del bien común se utilizaba desde hace mucho tiempo en la gobernación regia y urbana; pero también las estrategias de oposición política empleaban el mismo lenguaje, que puede llegar a ser utilizado incluso por los sectores populares de la población que, en la medida en que se trata de conceptos públicos, han llegado a asimilar¹³.

Es aquí precisamente donde la predicación vuelve a tomar protagonismo, como un mecanismo que permite la difusión de estos conceptos políticos. Se ha discutido mucho sobre la existencia de un pensamiento político franciscano¹⁴, por más que lejos de ser uniforme, y también sobre el protagonismo de los franciscanos en la elaboración de literatura política (Rojo Alique 2014). Pero lo que me interesa resaltar es el papel del predicador como intermediario cultural en una sociedad como la medieval, caracterizada por lo que se ha dado en llamar *restricted literacy* (Genet 2003). Cabe incluso invocar precedentes ilustres que muestran también esa intermediación en la difusión de conceptos políticos. Así, un concepto como el de tiranía, originado en ámbitos letrados, fue incorporado y difundido por el propio San Vicente Ferrer en sus prédicas (Cátedra 1994: 293-294).

Los sermones de Valladolid muestran que los predicadores conjugan el lenguaje del bien común con expresiones más abruptas que facilitan la com-

¹² Sobre la noción de conceptos públicos Watts (2014).

¹³ Sobre la asimilación popular del repertorio del bien común Dumolyn (2013).

¹⁴ Particularmente estudiado para la Corona de Aragón (Évangelisti 2006, Ramis Barceló 2015). Sobre el papel de los franciscanos en Castilla en la corte, Nieto Soria (1990).

presión del mensaje. Así, para fray Juan de San Vicente, los grandes “el uno porque le vuelva lo que tenia de Málaga y el otro por que le vuelva otra cosa que queria, los unos a los otros se estorbaban e ladraban como perros” (Pesquisa, fl. 1v). Para ello recordaba el reciente enfrentamiento entre la ciudad de Málaga y el Almirante de Castilla (Cruces Blanco et al. 2017) quizá ya conocido en Valladolid, pero que ayuda a difundir públicamente. Esta incorporación de acontecimientos lejanos ofrece una perspectiva adicional del protagonismo de la predicación en lo que podemos denominar, no sin ciertas reservas, una esfera pública medieval¹⁵.

5. A modo de conclusión

Los sermones que hemos analizado, una vez restituida su exacta datación y el contexto en que se pronunciaron, resultan del mayor interés por varias cuestiones en parte relacionadas. De entrada, la restitución cronológica devuelve al acontecimiento su verdadero alcance, lo que es relevante para la propia historia del movimiento comunero ya que aparece como un indicativo de las fuertes resistencias que tuvo que afrontar Carlos I desde el momento de su llegada a Castilla, hasta el punto de haberse efectuado proclamas políticas que incitaban a la revuelta contra el rey. Ello pone de manifiesto que la posibilidad de que las Cortes tomaran el control político del reino estaba presente en el ambiente, aunque fuera de manera marginal, desde un primer momento. Pero desde otro punto de vista, los sermones son también de interés para el análisis de la cultura política y las formas de movilización, en la medida en que desvelan la existencia de referentes y modelos que podían ser invocados para articular y legitimar un imaginario político de oposición al rey. En tercer lugar, habría que aludir al papel activo de los predicadores como importantes agentes en la esfera pública medieval y no sólo en términos de conformación de la opinión y de agitación política, sino también como vectores para la difusión de informaciones, mensajes e incluso de lenguajes políticos de referencia. Sin embargo, y sin disminuir un ápice su importancia, el análisis de las reacciones del público a los sermones contribuye a resaltar el protagonismo de la audiencia en el marco del sistema de comunicación política medieval. Una audiencia que se muestra capaz de mantener una distancia relativa y de acomodar el mensaje de acuerdo a sus propias concepciones políticas.

¹⁵ Sobre la aplicación del concepto habermasiano de esfera pública a la Edad Media, Boucheron, Offenstadt (2012) y Oliva Herrero et al. (2014).

Abreviaturas

AGS. CCM = Archivo General de Simancas. Cámara de Castilla. Memoriales

AGS. RC = Archivo General de Simancas. Consejo Real de Castilla

AGS. PT = Archivo General de Simancas. Patronato Real

ARCV. P = Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, Pergaminos

BNE = Biblioteca Nacional de España

Fuentes manuscritas

Archivo General de Simancas. Cámara de Castilla. Memoriales (AGS. CCM), 127, fl. 106.

Archivo General de Simancas. Consejo Real de Castilla (AGS. RC), 165, fl. 4.

Archivo General de Simancas. Consejo Real de Castilla, 840, fl. 4.

Archivo General de Simancas. Patronato Real (AGS. PT), 6, 1.

Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, Pergaminos (ARCV. P). C. 58.12

Biblioteca Nacional Española, Manuscrito 1779.

Fuentes impresas

CARRIAZO Y ARROQUIA, Juan de Mata (1943). *Crónica de los Reyes Católicos*. Madrid: Espasa Calpe.

Colección de documentos inéditos para la Historia de España (1842). Madrid: Viuda de Calero. V. I. (CODOIN)

Cortes de los antiguos reinos de Castilla y León (1968). 4 v, Madrid: Real Academia de la Historia.

VICTORIO, Juan (ed.) (1988). *Poema de Fernán Gonzalez*. Madrid: Cátedra.

Bibliografía

ANDREWS, Frances (2014). “Preacher and Audience: Friar Venturino da Bergamo and ‘Popular Voices’”, in Jan DUMOLYN, Jelle HAEMERS, Hipólito Rafael OLIVA HERRER, Vincent CHALLET (ed.), *The Voices of the People in Late Medieval Europe. Communication and Popular Politics*. Turnhout: Brepols, 185-204.

BATAILLON, Marcel (1968). *Erasme et L’Espagne*. Ginebra: Droz.

BONACHÍA HERNANDO, Juan Antonio (1996). “‘Mas honrada que ciudad de mis reinos...’. La nobleza y el honor en el imaginario urbano (Burgos en la Baja Edad Media)”, in Juan Antonio BONACHÍA HERNANDO (ed.), *La ciudad medieval*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 169-212.

BOUCHERON, Patrick (2010). “Politisation et dépolitisation dans lieu commun. Re-

- marques sur la notion de Bien Commun dans les villes d'Italie centro-septentrionales entre commune et seigneurie”, in Elodie LECUPPRE-DESJARDIN, Anne Laure VAN BRUAENE (ed.), *De bono Communi. The Discourse and Practice of the Common Good in the European City (13th-16th c.)*. Turnhout: Brepols, 253-268.
- BOUCHERON, Patrick, OFFENSTADT, Nicolas (ed.) (2012). *L'Espace public au Moyen Âge*. Paris: PUF.
- CARRETERO ZAMORA, José Manuel (1999). “Los arrendadores de las tercias de Castilla a comienzos del siglo XVI (1517-1525)”, *Studia Histórica. Historia Moderna*, 21, 143-190.
- CASADO ALONSO, Hilario (1984). “Nuevos documentos sobre la Guerra de las Comunidades en Burgos”, in *La ciudad de Burgos. Actas del Congreso de Historia de Burgos*. León: Junta de Castilla y León, 247-260.
- CATEDRA, Pedro (1994). *Sermón, sociedad y literatura en la Edad Media. San Vicente Ferrer en Castilla (1411-1412)*. Salamanca: Junta de Castilla y León.
- CATEDRA, Pedro (1998). “El taller del predicador. A propósito de un sermón castellano para el Domingo de Ramos”, in José María SOTO RABANOS (ed.), *Pensamiento medieval hispano: homenaje a Horacio Santiago-Otero*. Madrid: CSIC, I, 291-320.
- CHALLET, Vincent (2010). “Le bien commun à l'épreuve de la pratique: discours monarchique et réinterprétation consulaire en Languedoc à la fin du Moyen Âge”, *Revue Française d'Histoire des Idées Politiques*, 32, 311-324.
- CHALLET, Vincent (2017). “Violence as a political language. The uses and misuses of violence in late medieval French and English popular rebellions”, in Justine FIRNHABER-BAKER, Dirk SCHOENAERS (ed.), *The Routledge History Handbook of Medieval Revolt*. Abingdon y New York: Routledge, 279-99.
- COOPER, Edward (2008). “La iglesia y los comuneros: una interpretación anti-anseñorial”, in Fernando Martínez Gil (ed.) *En torno a las Comunidades de Castilla. Actas del Congreso Internacional: Poder, conflicto y revuelta en la España de Carlos*. Cuenca: Universidad de Castilla La Mancha, 279-308.
- CRUCES BLANCO, Esther, LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, José Enrique, RUÍZ POVEDANO, José María (2017). *Málaga y el almirantazgo mayor del reino de Granada (1510-1538)*. Málaga, Fundación Unicaja.
- DIAGO HERNANDO, Máximo (2009). “El factor religioso en el conflicto de las Comunidades de Castilla (1520-1521). El papel del clero”, *Hispania Sacra*, 119, 85-39.
- DUMOLYN, Jan (2013), “Urban ideologies in Later Medieval Flanders. Towards an Analytical Framework”, in Andrea GAMBERINI, Jean-Philippe GENET, Andrea ZORZI (ed), *The Languages of Political Society*. Roma: Viella, 69-96.
- DUMOLYN, Jan, LECUPPRE-DESJARDIN, Elodie (2010). “Le bien commun en Flandre médiévale: une lutte discursive entre prince et sujets”, in Elodie LECUPPRE-DESJARDIN y Anne Laure VAN BRUAENE (ed.), *De bono Communi. The Discourse and Practice of the Common Good in the European City (13th-16th c.)*. Brepols: Turnhout, 253-268.

- EVANGELISTI, Paolo (2006). *I francescani e la costruzione di uno Stato. Linguaggi politici, valori identitari, progetti di governo in area catalano-aragonesa*. Padova, EFR.
- FIRNHABER-BAKER, Justine, SCHOENAERS, Dirk (eds.) (2017). *The Routledge History Handbook of Medieval Revolt*. Abingdon y New York: Routledge
- GARNOT, Benoît (2003). *Les temoins devant la justice*. Rennes: PUR.
- GAUVARD, Claude (ed.) (2008). *L'enquête au Moyen Âge*. Roma: EFR.
- GENET, Jean-Philippe (2003). *La genèse de l'État Moderne. Culture et société politique en Angleterre*. Paris: PUF.
- GENET, Jean-Philippe (2013). «L'historien et les langages de la société politique», in Andrea GAMBERINI, Jean PHILIPPE, Andrea ZORZI (ed.), *The Languages of Political Society*. Roma: Viella, 17-37.
- GENET, Jean-Philippe (2014). “Espace public: du religieux au politique ?”, in Hipólito Rafael OLIVA HERRER, Vincent CHALLET, Jan DUMOLYN y María Antonia CARMONA (ed.). *La comunidad medieval como esfera pública*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 23-42.
- GINZBURG, Carlo (1990). “The inquisitor as anthropologist”, *Miths, emblems, clues*. Londres: Random House, 157-61.
- GUADALAJARA MEDINA, José (1996), *Las profecías del anticristo en la Edad Media*. Madrid, Gredos.
- HABERKER, Phillip (2017). “Prophetic rebellions: radical urban theopolitics in the era of the Reformations”, in Justine FIRNHABER-BAKER, Dirk SCHOENAERS (ed.), *The Routledge History Handbook of Medieval Revolt*. Abingdon y New York, 2017: Routledge, 349-368.
- JARA FUENTE, José Antonio (2010). “Con mucha afecção e buena voluntad por seruir a bien público: la noción ‘bien común’ en perspectiva urbana. Cuenca en el siglo XV”, *Studia historica. Historia medieval*, 28, 55-82.
- JÉREZ, José Joaquín (2007). *Pensamiento político y reforma institucional durante la Guerra de las Comunidades de Castilla*. Madrid: Marcial Pons.
- LECUPPRE DESJARDIN, Elodie, VAN BRUANE, Anne Laure (eds.) (2010). *De bono Communi. The Discourse and Practice of the Common Good in the European City (13th-16th c.)*. Turnhout: Brepols.
- LETT, Didier (2008). *Un procès de canonisation au Moyen Âge. Essai d'histoire sociale*. Paris, PUF.
- LUCHÍA, Corina (2016). “La noción de ‘bien común’ en una sociedad de privilegio: acción política e intereses estamentales en los concejos castellanos (siglos XV-XVI)”, *Edad Media. Revista de Historia*, 17, 307-328.
- MARTIN, Georges (1992). *Les juges de Castille: mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*. Paris: Publication du Séminaire d'Études Médiévales Hispaniques de L'Université de Paris XIII.
- MARTÍNEZ GIL, Fernando (2002). “Furia popular: la participación de las multitudes urbanas en las Comunidades de Castilla”, in Fernando MARTÍNEZ GIL (ed.) *En*

- torno a las Comunidades de Castilla. *Actas del Congreso Internacional: Poder, conflicto y revuelta en la España de Carlos I*. Cuenca: Universidad de Castilla La Mancha, 309-320.
- MILHOU, Alain (1982). “La chauve-souris, le nouveau David et le roi caché (trois images de l’empereur des derniers temps dans le monde ibérique : XIIIe-XVIIe s.)”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 18, 61-78.
- MILHOU, Alain (1985). “Propaganda mesiánica y opinión pública; las reacciones de las ciudades del reino de Castilla frente al proyecto fernandino de cruzada (1510-11)”, Luis RODRÍGUEZ ZÚÑIGA, María Carmen IGLESIAS CANO, Carlos MOYA VALGAÑÓN (ed.), *Homenaje a José Antonio Maravall*. Madrid: CIS. V. III, 51-62.
- MINEO, Igor (2013). «Cose in comune e bene comune. L’ideologia della comunità in Italia nel tardo medioevo», Andrea GAMBERINI, Jean-Philippe GENET, Andrea ZORZI (eds), *The Languages of Political Society*: 39-67. Roma, Viella, 39-67.
- MOLINA MOLINA, Ángel Luis (1996). “Sermones, procesiones y romerías en la Murcia bajomedieval”, *Miscelánea Medieval Murciana*, 19-20, 221-232.
- MUESSIG, Carolyn (ed.) (2002). *Preacher, Sermon and audience in the Middle Ages*. Leiden: Brill.
- NIETO SORIA, José Manuel (1988). *Fundamentos ideológicos del poder regio en Castilla*. Madrid: Eudemau.
- NIETO SORIA, José Manuel (1990). “Franciscanos y franciscanismo en la política y en la corte de la Castilla Trastámara (1369-1475)”, *Anuario de Estudios Medievales*, 20, 109-131.
- NIEVA OCAMPO, Guillermo (2011). “Frailes revoltosos: corrección y disciplinamiento social de los dominicos de Castilla en la primera mitad del siglo XVI”, *Hispania. Revista española de Historia*, 237, 39-64.
- NIEVA OCAMPO, Guillermo (2016). “De la colaboración a la oposición: los frailes dominicos y la realeza castellana (1370-1474)”, *Erasmus. Revista de Historia Bajomedieval y Moderna*, 2, 89-99.
- OLIVA HERRER, Hipólito Rafael (2010). “La memoria fronteriza. Memoria histórica campesina a fines de la Edad Media”, in José Ramón DÍAZ DE DURANA, Jon Andoni FERNÁNDEZ DE LARREA (eds.), *Memoria e Historia: utilización política en la Corona de Castilla al final de la Edad Media*. Madrid: Sílex, 249-272.
- OLIVA HERRER, Hipólito Rafael (2011). “‘La prisión del rey’: voces subalternas e indicios de la existencia de una identidad política en la Castilla del siglo XV”. *Hispania. Revista española de Historia*, 238, 363-388.
- OLIVA HERRER, Hipólito Rafael (2014). “¿Que es la comunidad? Reflexiones acerca de un concepto político y sus implicaciones en Castilla a fines de la Edad Media”, *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, 24, 281-306.
- OLIVA HERRER, Hipólito Rafael, CHALLET, Vincent, DUMOLYN, Jan, CARMONA, María Antonia (ed.) (2104). *La comunidad medieval como esfera pública*. Sevilla: Universidad de Sevilla.

- OLIVA HERRER, Hipólito Rafael (2017). “Interpreting large-scale revolts: some evidence from the War of the Communities of Castile”, in Justine FIRNHABER-BAKER, Dirk SCHOENAERS (ed.). *The Routledge History Handbook of Medieval Revolt*. Abingdon y New York: Routledge, 331-348.
- PÉREZ, Joseph (1965). “Moines frondeurs et sermons subversifs en Castille pendant le premier séjour de Charles-Quint en Espagne”, *Bulletin hispanique*, 67, 5-23.
- PÉREZ, Joseph (1977). *La revolución de las Comunidades de Castilla (1520-1521)*. Madrid: Siglo XXI.
- POCOCK, John Greville Agard (2009). “The concept of a language and the metier d'historien: some consideration on practice”, in *Political Thought and History. Essays on Theory and Method*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RAMIS BARCELÓ, Rafael (2015). “El pensamiento político franciscano de la Corona de Aragón (siglos XIII-XV)”, *Mirabilia. Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval*, 21, 110-131.
- ROJO ALIQUE, Francisco Javier (2014). “Intelectuales franciscanos y monarquía en la Castilla medieval”. *Semata, Ciências Sociais e Humanidades*, 26, 297-318.
- SUÁREZ VARELA, Antonio (2007). “Celotismo comunal. La máxima política del pro-común en la revuelta comunera”, *Tiempos Modernos. Revista electrónica de Historia Moderna*, 15.1, 1-34 (<http://www.tiemposmodernos.org/viewissue.php?id=18>).
- SUÁREZ VARELA, Antonio (2014). “‘Esta señora de España siempre le pondrá cuernos con este enamorado de comunidades.’ Un análisis histórico conceptual del discurso político en el movimiento comunero”, *Studium. Revista de Humanidades*, 20, 55-96.
- TORRES SANZ, David (1985), “Teoría y práctica de gobierno en el mundo medieval castellano-leonés”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 25-26, 8-88.
- VAL VALDIVIESO, María Isabel del (1998). “La revolución comunera como punto de llegada de las luchas por el poder en las ciudades castellanas del siglo XV”, in *Scripta. Estudios en homenaje a Éldida García García*. Oviedo: Universidad de Oviedo, Vol. II, 617-633.
- WATTS, John (2014). “Popular Voices in England’s War of the Roses, c. 1445-c. 1485” in Jan DUMOLYN, Jelle HAEMERS, Hipólito Rafael OLIVA HERRER, Vincent CHALLET (ed.), *The Voices of the People in Late Medieval Europe. Communication and Popular Politics*. Turnhout: Brepols, 107-122.
- WATTS, John (2015). “The commons in Medieval England”, in Jean Philippe GENET (ed.), *La légitimité implicite*. Paris: Publications de la Sorbonne/École Française de Rome. V. II, 207-231.

Entre a política e o luto: as cartas consolatórias dirigidas a D. João III e D. Catarina de Áustria (1545-1557)

Between politics and mourning: consolatory letters to King John III and Catherina of Austria (1545-1557)

ANA MAFALDA PEREIRA LOPES¹

PIUDHist / Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
anamafaldapopes@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on 28/06/2017

Texto aprovado em /Text approved on 30/12/2017

Resumo: Este artigo pretende analisar algumas cartas consolatórias dirigidas a D. João III e D. Catarina de Áustria entre 1545 e 1557. As cartas consolatórias visavam ajudar o enlutado a superar a dor da perda e a encarar a morte como a vontade suprema de Deus. Estas serão analisadas num duplo sentido: por um lado, iremos ver como acompanhavam as transformações do luto no sentido do autocontrolo emocional; por outro, atentaremos no seu simbolismo político, ao apelar que monarca mantivesse a firmeza, as virtudes e a dignidade necessárias ao bom governo. Consolando a pessoa real, estas consolavam também toda a comunidade política, transmitindo-lhe a segurança e a estabilidade necessárias em contextos de crise.
Palavras-chave: Luto; Política; Cartas Consolatórias; Portugal; Crises Dinásticas

Abstract: This article analyses some consolatory letters to king John III of Portugal and his wife Catherine of Austria between the years of 1545 and 1557. The purpose was to help people through mourning to overcome the loss of their loved ones and face death as an expression of God's will. They will be analysed from a double perspective: first, the ways they faced changes during mourning, in an emotional sense of self-control; second, we shall focus on their political symbolism, as they appeal to the monarch's virtues and dignity deemed indispensable to the rule over his/her subjects. By consoling royalty, such letters would also aim at the political community, sharing security and stability in times of crises.

Keywords: Mourning; Politics; Consolatory Letters; Portugal; Dynastic Crisis

1. Cartas Consolatórias: um género literário

Género literário pouco conhecido em Portugal, as cartas consolatórias têm a sua origem na Antiguidade Clássica (séc. IV a.C.) tendo sido recupera-

¹ Bolseira do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: Mudança e Continuidade num Mundo Global, financiado no âmbito dos Programas de Doutoramento FCT. Este artigo retoma alguns tópicos da minha dissertação de Mestrado, onde se analisa a literatura consolatória em Portugal e Castela nos séculos XV-XVI (Lopes 2017a).

das pelos humanistas nos séculos XV e XVI². Desde as suas origens, os seus autores tinham como objetivo persuadir o enlutado a controlar e a ultrapassar a dor, levando-o a aceitar o destino como inevitável e a adotar uma atitude estoica, de moderação e resignação perante a morte. As cartas consolatórias do humanismo foram influenciadas, na sua forma e no seu conteúdo, não só por autores clássicos como Crantor de Solos, Cícero e Séneca, mas também por obras bíblicas, como as *Lamentações* de Jeremias.

Crantor de Solos, filósofo grego dos séculos IV-III a.C., é tido como o “fundador” do género com a obra *De luctu*, tendo sido o primeiro a enfrentar-se com os princípios do estoicismo, que defendia a insensibilidade e a passividade perante os infortúnios, e a moderação das paixões, que Crantor intitulou de “metriopatia”. Através destes princípios, o filósofo procurava reduzir os sentimentos à razão e à justa medida (Mariné Isidro 1996: 11). É do mesmo autor a célebre máxima greco-latina *optimum non nasci*, que pressupunha que era melhor não nascer, ou morrer muito cedo (Vega 2015: 341).

O género consolatório foi adaptado pelos romanos, nas obras de Cícero e Séneca. No ano de 45 a.C., Cícero escreveu a si mesmo uma *Consolatio* pela morte da sua filha Túlia, onde a máxima *optimum non nasci* teve uma extraordinária repercussão (Vega 2015: 341). Esta máxima iria persistir na filosofia moral, nos tratados e nos diálogos de *miseria hominis* do século XV e XVI, escritos em Espanha e Itália entre 1455 e 1530, onde se lamentava o nascimento do homem e se opunha a morte a uma vida de calamidade e contradições (Vega 2015: 341). A percepção da miséria e da infelicidade da vida tornou-se frequente nas obras morais de Petrarca, como em *Familiares*, onde recorda “que existió un pueblo —quizá lo tracios— que sabiamente celebraba los decesos con alegría y los nacimientos con llanto y luto” (Vega 2015: 344-345). Este exemplo tornar-se-ia comum nas consolatórias do século XV e XVI.

Apesar da importância de Crantor de Solos e de Cícero para o desenvolvimento deste género, foi Séneca quem mais contribuiu para a sua difusão através das suas três cartas consolatórias: a *Consolação a Márcia* (37-41 d.C.), a *Consolação a Hélvia* (41-42 d.C.) e a *Consolação a Políbio* (43 d.C.). Nelas refletiu sobre os infortúnios típicos da morte e do exílio, e seguiu os princípios gerais do estoicismo, transmitindo a ideia de que é necessário aceitar a nossa sorte e ser forte e digno durante o luto uma vez que a morte não é nada, e o sofrimento não devolve a pessoa que partiu (Veyne 1996:

² É um género bem conhecido em Espanha, com os estudos de Pedro M. Cátedra, Tomás González Rolán, Pilar Suárez-Somonte, José Miguel Baños Baños, Miguel Ángel Pérez Priego, Jacobo Sanz Hermida, Ángel Alcalá Galve e Ángel Rodríguez Sánchez, e com as teses de doutoramento de Tomás Fanego Pérez e Ruth Martínez Alcorlo. Estas cartas apresentam conteúdos complexos, podendo ser estudadas do ponto de vista literário, filosófico, político, antropológico, cultural e emocional.

187-188). Adotar uma atitude estoica seria a melhor forma de combater as dores da alma, de atingir a tranquilidade e, conseqüentemente, alcançar a felicidade. Além disso, devia valorizar-se não o tempo que a pessoa viveu, mas as qualidades que demonstrou ao longo da sua vida, recordando que morte faz parte da lei da vida (Díaz Torres 2012: LIII-LV). A *Consolação a Políbio* é particularmente interessante, uma vez que Séneca adapta a carta consolatória ao estatuto social do enlutado. Séneca aconselha Políbio, chefe de família, a demonstrar-se forte perante os seus irmãos, a sua esposa e o seu filho, como forma de lhes aliviar a dor e dar força, e a estar à altura do cargo público e político que desempenha, não devendo por isso abandonar-se à dor (Díaz Torres 2012: LV). Estas ideias terão eco nas cartas consolatórias a analisar, chegando praticamente inalteradas ao mundo cristão e ao humanismo.

As *Lamentações* de Jeremias influenciaram também as cartas consolatórias humanísticas. Uma das mais elaboradas composições da Bíblia, estas lamentam a destruição de Jerusalém e do seu templo pelas tropas de Nabucodonosor, rei da Babilónia, em 587 a.C., revelando tanto o sofrimento psicológico do seu povo, como o simbolismo político da queda da cidade (Hillers 1992: 3). O profeta chora os mortos, os prisioneiros, as ruínas da cidade e do rei, permanecendo a dúvida quanto ao futuro da nação de Israel, que se encontrava sem terra, sem rei e sem templo. A destruição do seu reino era vista como um sinal da impotência de Deus face ao poder dos deuses babilónicos e da sua ira pelos pecados passados e recentes da nação (Hillers 1992: 3).

Mais que uma demonstração do horror vivido e da dor e do luto sentida pelo povo de Israel, as *Lamentações* revelam uma crise de fé provocada por estes acontecimentos, acompanhada por uma manifestação de culpa e de arrependimento pelos pecados cometidos pelos indivíduos e pela comunidade. Estas provações contribuiriam para a renovação espiritual da comunidade, na medida que o sofrimento da nação, provocado por Deus, serviria para purificar os pecados dos homens. Deus é todo-poderoso, justo e misericordioso, e quando castiga fá-lo sempre com bondade (García de la Fuente 1998: 438). As *Lamentações* de Jeremias abordam ainda a ideia do *optimum non nasci*. Jeremias, como também Job, defende, face à infelicidade e às misérias da vida, uma morte prematura ou anterior ao nascimento, tendo amaldiçoado o dia do seu nascimento e desejado morrer no útero materno (Vega 2015: 350). A literatura consolatória humanista evidenciará uma grande dívida para com as *Lamentações*. Tal como estas, as cartas consolatórias lamentam a morte e a crise instalada na comunidade política, atribuindo-a à vontade de Deus, sendo uma forma do indivíduo olhar para si e para os seus pecados, com vista a uma mudança nos comportamentos.

As cartas consolatórias ressurgiram por volta do século XV, graças aos valores do humanismo cristão, que procurava enquadrar a cultura e as línguas clássicas dentro das crenças religiosas e da ética cristã (González Rolán, Baños Baños e Suárez-Somonte 2005: LXIX). Do ponto de vista teórico, este ressurgimento renovou as antigas formas da *ars dictandi*³, de tradição clássica e medieval, e contribuiu para a introdução de um novo gênero literário. Do ponto de vista prático, tiveram um grande impacto humano e social, uma vez que eram escritas em situações limite como doença, exílio, prisão, perda e morte (Cátedra 1997: 469). As dificuldades enfrentadas no século XIV, como a peste, acentuaram a sua função social, intelectual e retórica, tornando-as num gênero moral e meditativo, que recupera as ideias cristãs e senequianas dos Padres da Igreja (Cátedra 1997: 470).

No entanto, apesar de as cartas consolatórias recuperarem a tradição clássica, assumiram novas características, como o uso da língua vulgar ou a difusão da imprensa. Com efeito, o humanismo tornou clara a consciência nacionalista, e a expansão do império português motivou a necessidade de dispor de uma língua capaz de transmitir ao mundo a sua cultura e estilo de vida. A língua deveria acompanhar o império e afirmar a expansão, fortalecer o sentimento de comunidade e conferir-lhe uma nova consciência nacional (Curto 2007: 57-70). As cartas a analisar encontram-se escritas em português, e não em latim, refletindo a valorização do português como língua de cultura.

Também a imprensa conferiu novas características à carta consolatória, contribuindo para a sua divulgação a um público mais vasto. Paul Veyne resalta que este gênero literário não era somente destinado ao indivíduo que recebia a carta, mas também ao público. Ambos eram consolados, ao mesmo tempo que a memória de determinada família ou do próprio falecido se preservava aos olhos do destinatário e do público que as lia. O consolador, por sua vez, aproveitava para tecer elogios ao destinatário e à sua família e, em relação aos leitores, mostrar sentido de oportunidade e engenho literário (Veyne 1996: 188). Esta ideia insere-se dentro da noção atual de “implied reader”, de leitor implícito, ou seja, aquele leitor, por vezes ficcional, a quem o autor quis realmente deixar uma mensagem (Iser 1991: 27-38). A divulgação das cartas consolatórias através da imprensa, ou de cópias manuscritas, comprova essa intenção de as tornar públicas, estendendo-as a um público-alvo.

Ao contrário da realidade castelhana, onde surgem cartas consolatórias impressas, do nosso universo de análise fazem apenas parte cópias manuscritas, inseridas em códices que contêm documentos de índole histórico-política e literária, mas que teriam certamente a mesma função de divulgação (cf.

³ Epístolas retóricas.

Buescu 2003: 19-48; Buescu 2016: 245-269). Segundo Sena-Lino, a quantidade de cópias “revela uma rede de leitores que era provavelmente coincidente com as elites políticas, religiosas e literárias da época”. Estas cartas eram enviadas ao seu destinatário, passando, no entanto, por outros leitores “semi-destinatários, ou alter-destinatários” (Sena-Lino 2010: 76). Enfim, contrariando a ideia de privacidade do manuscrito, a divulgação e cópia destas cartas, e a sua preservação em bibliotecas e arquivos, provam que, apesar de pessoais, dirigidas por um autor à pessoa real, não eram cartas privadas, uma vez que não foram destruídas e, muito pelo contrário, foram preservadas de forma a fazê-las chegar a um público alargado (cf. Bouza Álvarez 1998: 29-49; Bouza Álvarez 2001).

Por fim, a mudança que se registou nas formas de luto no século XV, no sentido de um autocontrolo emocional, parece também ter contribuído para o ressurgimento das cartas consolatórias. Com efeito, as manifestações de dor e de luto foram objeto de uma evolução entre finais da Idade Média e início da Idade Moderna, assistindo-se a um processo de autocontrolo na forma de exteriorizar a dor, passando as suas manifestações de públicas a privadas. O luto, pelo menos na corte, deixou de se exprimir através das práticas dos prantos e lamentações, para se expressar sob formas mais ritualizadas, como através do vestuário, da duração e da intensidade do luto, das cerimónias fúnebres, e através da literatura, em cartas familiares e privadas trocadas entre membros da família real ou com pessoas próximas, ou sob a forma de panegíricos, epitáfios, sermões fúnebres e cartas consolatórias (cf. Lopes 2017b).

Neste sentido, data de 1455 a carta consolatória portuguesa mais antiga de que tive conhecimento⁴. Intitulada de *Tragédia de la insigne reyna doña Isabel*, esta auto-consolatória é da autoria do filho do infante Regente D. Pedro, D. Pedro de Coimbra, 5º Condestável de Portugal, e foi escrita pela morte da sua irmã a rainha D. Isabel, em 1455 (Vasconcelos 1922; Condestable 1975; Gascón Vera 1974; Fonseca 1993: 531-533). Durante os reinados de D. João II e D. Manuel surgiram novas cartas consolatórias, tanto portuguesas como castelhanas, escritas aquando a morte do príncipe herdeiro D. Afonso, filho de D. João II e D. Leonor, e pela morte da então rainha consorte de D. Manuel, D. Isabel, filha dos Reis Católicos⁵.

⁴ “Eugenio Asensio afirmou, contudo, que foi Lourenço de Cáceres, humanista português e mestre do infante D. Luís, filho de D. Manuel, o introdutor do género consolatório na literatura portuguesa, em 1522 (Asensio 1974: 169-171)”.

⁵ Encontramos para este período três cartas consolatórias dirigidas a D. João II, D. Leonor e D. Isabel, escritas pelo Cardeal Alpedrinha, em 1491; outra, impressa, dirigida à princesa D. Isabel, escrita por Alonso Ortiz, em 1493; e duas cartas escritas por Frei Íñigo de Mendoza, dirigidas aos Reis Católicos pela morte de D. Isabel, em 1498. Sobre a carta consolatória do cardeal de Alpedrinha, cf. Braga (2008), Mendonça (1991) e Sá (2011).

2. As cartas consolatórias no reinado de D. João III

Durante o reinado de D. João III e D. Catarina de Áustria encontramos uma fértil literatura consolatória. Com efeito, este reinado ficou fortemente marcado por dolorosos acontecimentos: ambos assistiram à morte de todos os seus nove filhos; D. João III assistiu à morte de sete dos seus dez irmãos e do seu filho natural D. Duarte; e a rainha à morte do monarca, seu marido durante um casamento de mais de trinta anos (cf. Lopes 2017a: 27-43; Braga 2002: 59-67; Buescu 2007: 181-210 e 265-312).

Neste sentido, as mortes dos príncipes herdeiros e a morte do rei propiciaram a escrita de cartas consolatórias⁶. Estas eram escritas sobretudo pela morte de príncipes herdeiros e pela morte do rei, detentores de importância política e cuja morte constituía um momento de transtorno emocional, afetando não só a coroa como também a gente comum⁷. Estas mortes eram especialmente dramáticas uma vez que colocavam em causa a continuidade do trono e conseqüentemente a independência do Reino. Não só a pessoa real se via confrontada com a dor de perder um filho ou um cônjuge, como a comunidade política se sentia órfã perante o vazio político ocasionado por essa morte.

A primeira carta consolatória deste período foi escrita por um dos grandes humanistas portugueses da época, D. António Pinheiro (1510-c.1583), e foi dirigida ao monarca pela morte da sua filha D. Maria, em 1545. Cronista, visitador, reformador da Universidade de Coimbra, educador dos príncipes e tradutor de textos clássicos, foi ainda o “orador oficial” da corte régia, desenvolvendo uma retórica propagandística que demonstra a sua proximidade do poder, bem como o seu protagonismo político desde o reinado de D. João III até Filipe II (cf. Buescu 1996: 89-91; Graes 2008: 345-382). A proximidade do rei e a defesa de Filipe II vai ser bem visível nesta carta consolatória, onde lhes tece vários elogios. Conhecedor profundo de Séneca, Cícero, Quintiliano, Demóstenes, e outros autores antigos, soube aplicar os saberes da antiguidade clássica à teologia moral e política do cristianismo, que se espelharia na

Sobre a carta consolatória de Alonso Ortiz, cf. Martínez Alcorlo (2012: 253-266). Sobre a carta consolatória de Fr. Ínigo de Mendoza, cf. Amaro (1917: 459-463) e Rodríguez Puértolas (1968). Sobre o estudo completo destas cartas consolatórias, cf. Lopes (2017a).

⁶ O bispo D. João Soares, provavelmente em 1535, dirigiu uma carta consolatória a D. João III pela morte do príncipe herdeiro D. Manuel, sobre a qual não nos iremos deter por não se enquadrar na nossa cronologia (BNP, Mss. Reservados, Cód. 589, fl. 33v-38).

⁷ Existem, no entanto, outras cartas consolatórias escritas noutros contextos e para outro tipo de público, como cartas escritas pela morte de irmãos do rei, ou dirigidas a religiosos e a membros de famílias fidalgas, na ânsia de imitar os costumes reais, ou como forma de exibir erudição literária (cf. Santos 1977: 235-250; Campos 2013: 126-127).

consolatória pela morte de D. Maria. Esta constitui, a meu ver, o mais completo exemplar do género consolatório em Portugal em termos de influência clássica (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 139-150).

Outra carta do nosso universo de análise foi escrita por um anónimo, pela morte do príncipe herdeiro D. João, em 1554, também dirigida a D. João III, (BNP, Mss. Reservados, Cód. 3776, fl. 175-179).

Por fim, temos uma carta dirigida a D. Catarina pela morte de D. João III, datada de 27 de junho de 1557, e escrita por João Rodrigues de Sá, o “Velho” (c. 1487-1579). Alcaide-mor do Porto, poeta e humanista, João Rodrigues de Sá esteve ligado à corte desde os tempos de D. Manuel, e adquiriu um papel de destaque no panorama literário, político e diplomático português (cf. Fardilha 2008; Fardilha 2003: 305-316). A carta consolatória que dirige à rainha revela alguma proximidade, apesar de então se encontrar afastado da corte. Esta carta foi trazida à luz por alguns estudos, que a analisaram sob o ponto de vista político da regência da rainha (cf. Buescu 2007; Cruz 1992). No entanto, pode ser perspectivada sob outros ângulos, evidenciando-se algumas características que nos permitem inseri-la no género consolatório (BNP, Mss. Reservados, Cód. 3776, fl. 169-172v).

2.2. Cartas consolatórias e política

As cartas consolatórias a analisar, antes de refletirem uma conjuntura marcada pela dor e o luto, traduzem a política matrimonial impulsionada pelos monarcas portugueses e castelhanos, que teve como consequência um tratado de aliança entre as duas coroas, através de um duplo matrimónio entre os únicos filhos vivos de D. João III e D. Catarina, D. Maria e D. João, e os filhos do imperador Carlos V e D. Isabel de Portugal, D. Filipe e D. Joana.

Este projeto matrimonial, que começou a ser pensado por D. Catarina e pela imperatriz Isabel em 1539, tornou-se uma prioridade nos inícios dos anos 40, quando só restavam aos monarcas portugueses dois filhos vivos, sendo por isso necessário assegurar descendência. Carlos V, por seu turno, acabou por concordar quando anteviu a possibilidade de D. Maria herdar a Coroa de D. João III, uma vez que o príncipe herdeiro D. João era uma criança muito doente e fraca; para Filipe, a ideia de um dia se tornar rei de Portugal era também do seu agrado (Braga 2001: 84; Braga 2002: 75). Além disso, Carlos V pretendia assegurar o futuro do seu filho, iniciando-o no poder e preservando a continuidade dinástica através de uma nova aliança matrimonial (Fernández Álvarez: 625-628). Desta forma, segundo Isabel Drumond Braga, vemos que a política matrimonial dos anos 40 foi ditada sobretudo

pelas oportunidades que Portugal oferecia a Espanha (Braga 2001: 83-86).

No entanto, este acordo, celebrado em 1542, contou com vários opositores no conselho do rei, que temiam a saúde débil do príncipe herdeiro D. João e a possibilidade de o trono cair sobre a sua irmã D. Maria e Filipe de Espanha (Buescu 2007: 265-266; Braga 2002: 75). O falecimento da princesa, em 1545, viria a acentuar esta preocupação, uma vez que a sucessão do trono português ficava reduzida a um único herdeiro, de saúde frágil, e ao único neto dos monarcas, D. Carlos, herdeiro espanhol.

Em 1554, o príncipe D. João acabaria também por falecer, poucos dias antes da princesa D. Joana dar à luz o príncipe D. Sebastião. Falecia assim o último filho dos monarcas, colocando o reino dependente do sucesso do parto da princesa e da boa saúde da criança tão “desejada” que estava para nascer. O nascimento do príncipe renovou as esperanças no povo, mas também fez crescer os ressentimentos contra os monarcas, uma vez que, se tudo corresse mal, o trono cairia em mãos castelhanas. Desta forma, correram pela cidade papéis a maldizer o rei e a rainha por terem casado a sua única filha com o futuro rei de Espanha (Buescu 2007: 308; Cruz 2006: 22). Numa carta anónima, que lamenta a morte do príncipe D. João, também foram lançadas fortes críticas aos monarcas, considerando que esta constituía um castigo divino pelos pecados dos que governam o reino (BNP, Mss. Reservados, Cód. 887, fl. 112-115v). Anos mais tarde, em 1557, faleceria D. João III, tornando-se D. Catarina regente do reino e tutora de D. Sebastião (Braga 2002: 105-111; Buescu 2005: 283-289). A morte do monarca significava não só que morria aquele que garantia a independência do país, como deixava o reino entregue a uma rainha pouco querida por muitos portugueses devido às suas posições pró-castelhanas.

Neste sentido, conseguimos compreender a importância destas cartas consolatórias. Todas estas mortes revestiram-se de um importante peso político, e todas elas ditariam a continuidade ou a ruína do reino de Portugal. Ao mesmo tempo, colocava um povo inteiro na ânsia de ver crescer com boa saúde o príncipe D. Sebastião, tão decisivo para o reino no seu nascimento, como viria a ser também na sua morte. Neste contexto de crise política, apaziguar os ânimos na corte e no reino tornava-se uma prioridade, missão que as cartas consolatórias acabariam por cumprir.

2.2 As cartas consolatórias como “remédio para a alma”

As cartas consolatórias dirigidas a D. João III e D. Catarina apresentam argumentos comuns que visavam ajudar as pessoas reais a encarar a morte

dos seus, funcionando como dispositivos de controlo das emoções e dos comportamentos. Estes argumentos eram corroborados com exemplos e textos de autoridades clássicas e bíblicas, normalmente escritos em latim. Estas cartas revelam, no entanto, características distintas, como o contexto no qual são redigidas, ou a relação entre o autor e o destinatário, onde o papel de consolador se confunde com o papel de amigo, típico das relações de amizade que deviam existir entre o rei e os homens da corte (cf. Lopes 2017a: 74-86; Cardim 1999: 21-57).

Neste contexto, um dos tópicos comuns destas cartas é o da inevitabilidade da morte, onde se defende que a morte atinge a todos e que sofrer não devolve a pessoa que partiu. D. António Pinheiro lembra na sua consolatória dirigida a D. João III que “nascendo nos condenam à morte”, não devendo esta ser encarada como um acontecimento inesperado (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 142). Num longo comentário sobre a importância das lágrimas, Pinheiro considera-as “o primeiro e mais natural remédio do coração angustiado”, uma vez que aliviam o espírito e o coração. As lágrimas eram vistas como purificadoras da alma e reveladoras de arrependimento (cf. Tausiet 2009: 143-165). No entanto, devia-se chorar com moderação e não “como fazem os que não esperam a universal ressurreição” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 139 v). De facto, os prantos e as lamentações estavam associados à descrença na ressurreição e na vida eterna, e deixaram de ser aceites pela Igreja ainda durante a Idade Média (Marques 1974: 214; Mattoso 1996: 111; Rosa 2010: 402-417).

O autor afirma ainda que quanto mais se chora, mais se acha que se sofre. Evocando uma frase de Santo Ambrósio, escreve que “assim como as minas dos metais os que cavam mais alto mais acham, assim quem cavar profundas causas de sua dor acha sempre mais que sentir” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 147). D. António Pinheiro acrescenta que “fraqueza é chorar muito, dureza é não chorar, entre a posição destes dois vícios estão a paciência cristã, a qual rege e modera os movimentos naturais sem destruir a natureza...” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 140). O consolador apela, assim, à moderação das paixões, e pede ao monarca para sofrer com paciência e com fé na ressurreição. A atitude do monarca perante a morte da princesa D. Maria foi elogiada, uma vez que “chorou como pai piedoso e que se consolou como príncipe católico” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 140-140v).

Por sua vez, na carta dirigida a D. João III pela morte do príncipe D. João volta a surgir a ideia de que de nada adianta chorar pela morte de alguém, mas desta feita criticam-se as lágrimas. Segundo o autor anónimo, “as lágrimas somente farão para remédio desculpas, e que em qualquer outra parte estão fora de seu natural especialmente em coisas que com lágrimas se não podem

curar nem remediar”. Além disso, “é de pouca prudência acrescentar aflição à aflição sem fruto”, devendo o rei manter a serenidade e firmeza perante o seu reino e súbditos (BNP, Mss. Reservados, Cód. 3776, fl. 178v-179). Este argumento visava a moderação dos sentimentos, reavivando as propostas de Séneca sobre o domínio da dor.

Outro argumento comum entre as cartas consolatórias é o que defende que, se Deus dá a vida, também tem direito de a tirar, só restando aceitar a sua vontade. D. António Pinheiro insiste nesta ideia, escrevendo que “não é fiel depositário o que com tristeza torna depósito”, e acrescenta que “não é da boa condição o devedor que por lhe pedir seu dono o dinheiro não agradece o tempo que se sustentou com ele” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 144 v). Para o autor, o monarca devia agradecer a Deus o tempo que a princesa foi “emprestada”, e não fazer da sua “devolução” uma coisa má ou triste. Uma vez mais D. António Pinheiro elogia a postura do monarca, lembrando as adversidades pelas quais passou antes da morte da princesa, e louvando-o como exemplo de bem sofrer, sempre em conformidade com a vontade de Deus.

Na carta de João Rodrigues de Sá, o autor afirma que a rainha deveria “obedecer a Deus, e não resistir à sua vontade por não cair em sua indignação que São Paulo diz que é coisa dura e muito grave” (BNP, Mss. Reservados, Cód. 3776, fl. 172). A não-aceitação da vontade de Deus era assim vista como uma ofensa e ingratidão a Deus.

Outro dos argumentos mais recorrentes nestas cartas consolatórias afirma que é melhor morrer jovem do que viver muito neste “vale de misérias e lágrimas”. D. António Pinheiro afirma na sua consolatória que se espanta que se queixem da brevidade da vida “conhecendo as misérias dela” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 142). Para Pinheiro, a morte é um “oportuno remédio dos males”, já que a vida na terra é cheia de perigos, devendo-se olhar para a morte como uma consequência da misericórdia e do amor de Deus. O consolador recorda “os povos de Trácia que aos defuntos faziam festas, e os que nasciam recebiam com choro” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 141), e lembra que “Job dizia mal do dia em que nascera como se nele se começara a obrigação das desaventuras que padecia” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 148). Estes argumentos já os vimos anteriormente, o que corrobora as influências clássicas e bíblicas desta literatura.

Elogiando D. Maria, o consolador afirma que, por ter sido uma princesa virtuosa, Deus quis levá-la cedo para que as malícias deste mundo a não corrompessem:

e se alguma morte deu certos sinais de glória que por ela se possuía a da senhora princesa que Deus escolheu nos deixou disso prova-

bilíssimas conjeituras dos que bem acabam e uma mocidade diz a escritura que os leva para que a malícias os não dane porque se contentou Deus de suas almas (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 142v).

Todos são julgados pela forma como viveram, e o bom comportamento da princesa em vida seria recompensado em morte. Por isso,

descansado deve estar o espírito de V. S. acerca do estado de alma da princesa sua filha cuja vida posto que a outros seja mais particularmente notória, todavia a devoção sua exterior, a continuação nos officios divinos, a mansidão e afabilidade, o acatamento e filial obediência que tinha a V. A. a humildade sujeição com que se submetia à Virgem Nossa Senhora, todas estas virtudes provavam a pureza dos seus pensamentos, a moderação de seus desejos a benignidade da sua condição (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 142v).

A esperança na salvação está nas boas ações e na vida honesta do defunto. O papel da princesa como esposa é também elogiado, louvando o consolador “a vigilância com que aguardou a regra matrimonial” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 143). E quanto ao papel de mulher, deixa um importante testemunho do pensamento na época, afirmando que “como diz Plutarco assim como as trombetas são mais pela boca do instrumento que pelas suas assim o que manda a mulher vai mais grave e melhor entoando pela boca do marido nesta concórdia viveu dois anos como se trouxera escrito no coração” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 143).

D. António Pinheiro lembra ainda que embora a princesa tenha morrido jovem, a sua morte não devia ser lamentada, uma vez que cumpriu com grande virtude o seu papel de mulher e esposa, e levou uma vida inocente. No pouco que viveu a princesa fez muito, lembrando que “a mercadoria que vale muito ocupa pouco” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 148). Por isso, o monarca deveria guardar boas recordações do pouco tempo que viveu, e não se esforçar por esquecê-la. Ao morrer jovem não deixou tempo para que se corrompessem as suas virtudes, sendo recompensada por elas na vida eterna, onde estaria junto de Deus e em paz. A sua morte devia ser encarada pelo monarca mais “com gratulação que de lágrimas”, já que a princesa se tornou “senhora de mais reinos” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 144). E “em nenhum de seus filhos diga que os perdeu, o que se perde não se sabe onde está V. A. os seus tem na glória achados” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 147 v), ou seja, junto de Deus.

Anos mais tarde, este argumento não perdera força. Na carta dirigida a D. João III, o autor anónimo defende que o príncipe D. João foi o escolhido e merecedor de alcançar a graça de Deus, que o tirou desta mísera vida, onde reinam “os perigos, as misérias, [borrão] enfermidades, as moléstias, as injúrias os trabalhos”, levando-o para um porto seguro. Deus deu ao príncipe “Reino eterno por temporal; Reino descansado por Reino tão trabalhado”. Sobre o assunto o autor dá um exemplo elucidativo, ao contar que

o lavrador diligente como é [borrão] aparelhado a tempestades dá-se pressa a recolher o trigo para sua casa porque a tempestade lhes não possa prejudicar, nosso *senhor* é lavrador diligente que semeou as criaturas racionais neste campo mísero da vida para as recolher a seu tempo quando se esperam grandes tempestades sobre algum dos seus escolhidos recolheu para si com tempo porque a tempestade lhe não prejudicasse assim ordenou sua *misericórdia* infinita no caso de que a fraqueza da nossa carne se mostra tão sentida (BNP, Mss. Reservados, Cód. 3776, fl. 176v-177v).

Mais uma vez se contrapõe o mundo terreno, onde imperam a malícia e os perigos, e onde os bens materiais corrompem o juízo, ao reino eterno, onde prevalece a paz e a segurança da alma. Quanto antes Deus levar para junto de si as pessoas virtuosas e inocentes, mais a salvo estas ficam da corrupção terrena. Deus é, por isso, misericordioso e bom.

Esta ideia voltou a surgir na carta escrita por João Rodrigues de Sá a D. Catarina, afirmando que Deus quis tirar o monarca

deste vale de misérias e lágrimas, e lhe pagar a jornal de seus grandes trabalhos, com o levar a sua glória, o que se deve [folha rasgada] sem nenhuma dúvida pois que assim por razão e justiça se devia a tanta devoção como era a sua e temor de Deus amor e zelo a seu [borrão] divino, e a tamanha benignidade [sic] em [borrão] // e a tamanha honestidade de vida e bons costumes, e obras virtuosas e santas... (BNP, Mss. Reservados, Cód. 3776, fl. 170-170v).

Ainda que o príncipe D. João tivesse vivido mais anos que os outros príncipes, volta a surgir a ideia que Deus compensou com a morte e a vida eterna aqueles que levaram uma vida de devoção. Deus só faz bem, levando a pessoa de uma vida de miséria, para uma vida melhor.

Nestas cartas consolatórias, encontramos ainda o argumento de que o rei,

enquanto chefe político, não se pode entregar à dor, sendo um dos argumentos que mais impacto teria junto dos destinatários reais. Procurando mitigar a dor do enlutado de forma a levá-lo a modificar comportamentos e controlar emoções, D. António Pinheiro e João Rodrigues de Sá aconselhavam os monarcas a não se entregarem à dor e a terem em consideração o seu povo e o reino, pelo muito que estes deles necessitavam.

Na carta consolatória de D. António Pinheiro, este admite que os chefes políticos são os que mais sofrem, porque “qualquer folha que lhes cai soa muito” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 147v). As mortes em volta da pessoa real tiveram, de facto, uma grande importância política na época, por depender deles muitas vezes a continuidade dinástica do reino. Sobre a importância política das mortes reais, a consolatória do autor anónimo é bem clara. O autor recorda que D. João III “perdeu filho depois de tantos perdidos, e conter Estados e Reinos para lhe deixar quem pudera ser insensível, que em caso semelhante não mostre extremos sentimentos” (BNP, Mss. Reservados, Cód. 3776, fl. 175v). No entanto, os chefes políticos deviam manter-se constantes e fortes, para não abalar o reino e transmitir segurança. É neste sentido que o autor pede que

vossa Alteza se lembre quanto importa sua vida e saúde a estes Reinos de que nosso senhor o fez pastor, e que pela lei evangélica é obrigado a pôr a vida por eles quanto mais trabalhar de a conservar sendo para eles tão importante, e para universal consolação de seus vassallos (BNP, Mss. Reservados, Cód. 3776, fl. 179).

Quando D. Catarina se tornou regente, foi a sua vez de ser aconselhada, enquanto governante, a reagir à dor que a morte do seu marido lhe provocara. Segundo João Rodrigues de Sá,

é necessário que viva para o Rei seu neto, e para todos seus Reinos e senhorios, seu remédio e conservação consiste e pende somente da vida de vossa Alteza que por isso é obrigada a suster, e dar conta dela a seus súbditos vassallos, e servidores, porque assim como estes Reinos nunca tiveram outra tal necessidade, assim nunca tiveram outra Rainha para os poder amparar com ânimo e esforço, e reger com prudência, conselho e piedade, e com ajudas e aderências de fora quando fossem necessárias, e ainda que as outras Rainhas todas fossem muito virtuosas, e algumas santas não concorreram nelas tantas e tais qualidades para tal efeito como é a conservação e firmeza destes Reinos (BNP, Mss. Reservados, Cód. 3776, fl. 170).

Enfim, as emoções dos monarcas deviam ser subordinadas à política, pois os deveres para com o reino e as comunidades deviam constituir prioridade.

O último argumento comum às três cartas em análise defende que Deus é a verdadeira consolação e compensará na outra vida as adversidades desta. Para os consoladores, não basta ao enlutado contar com as consolações humanas, devendo este apoiar-se na consolação divina, a mais eficaz e verdadeira. Na carta consolatória de D. António Pinheiro surge a ideia de que, através dos castigos e das provações, o intento de Deus não é punir, mas sim emendar a forma de estar na vida de quem sofre e “com um mesmo tiro ameaçar a muitos e ferir a poucos” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 145 v). Para Pinheiro, é necessário sofrer para conseguirmos voltar a encontrar a Deus, e “quanto mais atribulados vivemos temos a Deus mais perto de nós” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 144 v). A vida do cristão está repleta de lutos, perdas e adversidades, durante os quais se segue sofrimento, mas também se põem à prova as nossas virtudes e paciência, que um dia serão recompensadas por Deus. Segundo o mesmo autor,

consideremos que tudo nos serve para as nossas necessidades e não para nosso gosto, não como queremos, nem como pedimos senão como nos é melhor, e assim como as mezinhas corporais mais amargam melhor purgam, assim os nossos quanto mais amargos são, tanto mais purificam a consciência e saúde na alma (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 146).

Devemos “desconfiar das cousas do mundo”, mas não desconfiar da misericórdia de Deus, pois ele nunca abandona e “grande cuidado tem Deus da honra dos que o servem” (ANTT, Mss. Livr., L. 1113, fl. 146 v).

No momento difícil da morte da princesa D. Maria, Pinheiro argumenta que Deus achou no monarca uma pessoa forte e capaz para superar mais uma provação, e o ajudou colocando junto de si pessoas que o apoiaram. Assim,

posto que V. A. era bastante para sofrer todo o peso de seu nojo, todavia lhe ajudou Deus muito a conservar dando-lhe a rainha nossa senhora, a qual na sua firmeza e conformidade o ajudasse a dar com tudo graças ao senhor, dando-lhe tão piadosos irmãos que sendo-lhes necessária consolação, encobriam muita parte de sua dor por não acrescentarem a de V.A. dando-lhe povo tão fiel e obediente que desejando manifestar-se o que sentia com estrondo e alarido venceu sua paixão e costume por imitar o silêncio de V.A. e da rainha nossa senhora, dan-

do pessoas devotas e religiosas com quem pudesse comunicar sua paixão e ouvir o remédio dela pelas quais razões dela (ANTI, Mss. Livr., L. 1113, fl. 146 v-147).

Esta passagem confirma que, nesta época, o luto dos monarcas deveria ser sobretudo silencioso e privado, contrastando com o luto da gente comum, feito através dos prantos e lamentações. Diz-nos D. António Pinheiro que, pelo monarca, o povo venceu as paixões, mas temos que recordar que o verdadeiro motivo desse silêncio pode não estar na solidariedade do povo, mas sim numa manifestação de alívio pelo fim do casamento da princesa D. Maria com D. Filipe de Espanha, que teria sido controverso por colocar a independência do reino português em risco.

Por sua vez, no final da consolatória dirigida a D. João III pela morte do príncipe D. João, o autor anónimo realça que

a condição de Deus é dar açoute com uma mão e com a outra limpar as lágrimas como porque este é o caminho para o aplacar se porventura está irado contra nós porque desta tristeza resultará a emenda de alguns pecados, e levantará seu furor de sobre nossas culpas, e abrirá o seio de sua misericórdia com que console a vossa Alteza, e a estes seus Reinos dando-lhes Rei natural que os governe, por muitos anos (BNP, Mss. Reservados, Cód. 3776, fl. 179).

Mais uma vez surge a ideia de que Deus, ao colocar tribulações na vida das pessoas, pretende levar à remissão dos pecados e à purificação da alma daquele que sofre. Por fim, na carta consolatória a D. Catarina, João Rodrigues de Sá salienta que

sua tristeza tão estremada mui notória é, e assim o é, e não menos que não há aí conselhos nem consolações gerais nem particulares que bastam para ela, e como um filósofo disse para si mesmo, que sabia que não sabia posso eu dizer por todos os que conheço com perdão e licença deles que sei que não saberá nenhum como possa consolar vossa Alteza da mingua e perpétua ausência, e apartamento de seu marido com que viveu trinta e dois anos em toda a perfeição de paz e amor, e conformidade que nunca se dela apartou quarenta dias inteiros e de que houve muitos filhos, e com quem passou o nojo e desconsolação (BNP, Mss. Reservados, Cód. 3776, fl. 170).

Nesta passagem considera-se que consolação humana não é suficiente para mitigar a dor da rainha e daí a necessidade, ainda que subentendida, de procurar a consolação em Deus.

Em suma, ainda que pareçam óbvios, estes argumentos teriam grande poder persuasivo junto dos enlutados, uma vez que apelavam a que a pessoa real tivesse em consideração dois fatores importantes: a vontade de Deus e o bem-comum do reino e das comunidades.

3. As cartas consolatórias entre a política e o luto: conclusão.

Recorde-se o que já antes se disse: D. João III e D. Catarina assistiram, ao longo dos anos, à morte de todos os seus filhos, e D. Catarina, à morte do monarca. Estas mortes sucessivas constituíram momentos de crise pessoal e política, uma vez que colocaram em causa a continuidade do trono e, conseqüentemente, a independência do Reino. Nestas alturas de luto, a pessoa real via-se confrontada entre a dor de perder um filho ou um cônjuge e a incapacidade de assegurar a sucessão, ao mesmo tempo que a comunidade política se sentia órfã perante o vazio político que essa morte acarretava, tornando-se esta dor numa “dor transpessoal”, “dor nacional” e “dor política”, segundo as palavras de Luís Adão da Fonseca (Fonseca 1993: 532).

Neste sentido, as cartas consolatórias tinham um carácter prático e moralizador, não só porque evocavam a vontade de Deus, à qual deviam obedecer, mas também porque funcionavam como verdadeiros instrumentos de controlo das emoções e dos comportamentos, numa época na qual se verificava uma evolução nas formas de luto em Portugal, no sentido de uma progressiva ritualização da dor e do autocontrolo emocional. Assim, tal como os novos rituais impunham uma postura aparentemente fria, de racionalidade e de contenção, também os autores das cartas consolatórias exortavam aos enlutados reais a adotar uma atitude concordante com a sua posição social, controlada e racional. As cartas consolatórias seriam, portanto, mais uma forma de codificar o luto e de, nas palavras de Pedro Cardim, “atuar dentro das mentes”, acabando por ter a mesma função dos livros de cortesia, espelhos de príncipes, ou outros livros que estabeleciam normas e que fixavam comportamentos e as condições de exteriorização dos sentimentos (Cardim 1999: 30-38).

Por fim, a necessidade de dirigir cartas consolatórias às pessoas reais em alturas de crise dinástica mostra-nos o seu forte simbolismo político. Nelas se lamenta a morte e a dor de ver partir um ente querido, mas também a instabilidade que o seu desaparecimento provocou na comunidade política. Ao procurar aliviar os sentimentos de dor da pessoa real, e ao lembrar-lhe do lugar

central que ocupava na sociedade, o consolador teria como objetivo último que o monarca mantivesse a firmeza, as virtudes e a dignidade necessários ao bom governo e essenciais numa altura de crise e instabilidade política e emocional. Por outro lado, os elogios lançados nesta ocasião à pessoa real eram aproveitados como forma de propaganda política, inserindo-se numa cultura do elogio à pessoa real (cf. Fonseca 1986: 449-464; Sousa 1984; Fonseca 1993).

Em suma, controlando as emoções e colocando o bem-estar das suas comunidades e o seu dever político acima dos sentimentos, a pessoa real conseguiria transmitir segurança aos seus povos e apaziguar os ânimos. Consolando reis e rainhas, estas cartas consolavam também, em última instância, toda a comunidade política, sendo verdadeiros espelhos do luto e das lógicas políticas da época.

Abreviaturas

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, Livro 1113, fl. 139-150.

Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados, Cód. 589, fl. 33v-38.

Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados, Cód. 887, fl. 112-115v.

Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados, Cód. 3776, fl. 169-172v.

Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados, Cód. 3776, fl. 175-179.

Fontes Impressas

AMARO, Alejandro (1917). “Dos cartas de Fr. Íñigo de Mendoza a los Reyes Católicos”. *Archivo Ibero-Americano*, 19, 459-463.

Obras Completas do Condestável Dom Pedro de Portugal (1975). Luís Adão da Fonseca (ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GASCÓN VERA, Elena (1974). *Don Pedro, Condestable de Portugal*. Madrid: Fundación Universitaria Española.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de (1922). *Tragédia de la insigne reyna doña Isabel*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Bibliografia

- ASENSIO, Eugénio (1974). “Lourenço de Cáceres o el latín al servicio del portugués”, in *Estudios Portugueses*. Paris: Centro Cultural Português, 163-176.
- BRAGA, Isabel Drumond (2001). *Um Espaço duas Monarquias. Interrelações na Península Ibérica no Tempo de Carlos V*. Lisboa: Hugin.
- BRAGA, Paulo Drumond (2002). *D. João III*. Lisboa: Hugin.
- BRAGA, Paulo Drumond (2008). *O Príncipe D. Afonso, filho de D. João II. Uma Vida entre a Guerra e a Paz*. Lisboa: Colibri.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando (1998). *Cartas para Duas Infantas Meninas: Portugal na Correspondência de D. Filipe I para as Suas Filhas (1581-1583)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando (2001). *Corre Manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons.
- BUESCU, Ana Isabel (1996). *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-49)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- BUESCU, Ana Isabel (2003). “A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII”, *Ler História*, 45, 19-48.
- BUESCU, Ana Isabel (2005). *D. João III*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BUESCU, Ana Isabel (2007). *Catarina de Áustria: (1507-1578): Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*. Lisboa: A esfera dos livros.
- BUESCU, Ana Isabel (2016). *A livraria de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- CAMPOS, Nuno Luís de Vila-Santa Braga (2013). *A Casa de Atouguia, os Últimos Avis e o Império: Dinâmicas entrecruzadas na carreira de D. Luís de Ataíde (1516-1581)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- CARDIM, Pedro (1999). “Amor e Amizade na Cultura Política dos Séculos XVI e XVII”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 11, 21-57.
- CÁTEDRA, Pedro M. (1997). “Modos de consolar por carta”, in *Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. Alcalá: Universidad de Alcalá, 469-487.
- CRUZ, Maria Augusta Lima (2006). *D. Sebastião*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CRUZ, Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo (1992). *As regências na menoridade de D. Sebastião: elementos para uma história estrutural*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CURTO, Diogo Ramada (2007). *Cultura Escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- DÍAZ TORRES, Juan Manuel (2012). “Introdução”, in *Lúcio Anneo Séneca, Consolaciones. Diálogos. Apocolocintosis. Epístolas morales a Lucilio*. Madrid: Editorial Gredos.
- FARDILHA, Luís Fernando de Sá (2008). *A nobreza das letras: os Sás de Meneses e o renascimento português*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

- FARDILHA, Luís Fernando de Sá (2003). “João Rodrigues de Sá de Meneses na corte de D. Manuel”, *Revista da Faculdade de Letras «Línguas e Literaturas»*, XX, 1, 305-316.
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ (1979), Manuel, *La España del Emperador Carlos V: (1500-1558; 1517-1556)*. Madrid: Espasa Calpe.
- FONSECA, Luís Adão da (1993). “A morte como tema de propaganda política na historiografia e na poesia portuguesa do século XV”, *Biblos*, LXIX, 507-538.
- FONSECA, Luís Adão da (1986). “Una elegía inédita sobre la familia de Avis. Un aspecto de la propaganda política en la Península Ibérica a mediados del siglo XV”, *Anuario de Estudios Medievales*, 16, 449-464.
- GARCÍA DE LA FUENTE, Olegario (1998). *Los profetas de Israel: Isaías, Jeremías, Lamentaciones y Baruc*. Málaga: Universidad de Málaga.
- GONZÁLEZ-ROLÁN, Tomás, BAÑOS BANÓS, José Miguel, SUÁREZ-SOMONTE, Pilar (2005). *El humanismo cristiano en la corte de los Reyes Católicos: las “Consolatorias” latinas a la muerte del príncipe Juan de Diego de Muros, Bernardino López de Carvajal-García de Bovadilla, Diego Ramírez de Villaescusa y Alfonso Ortiz*. Madrid: Ediciones Clásicas.
- GRAES, Isabel (2008). “António Pinheiro: um testemunho jurídico-político na corte quinhentista portuguesa”, *Cuadernos de Historia del Derecho*, 15, 345-382.
- HILLERS, Delbert R. (1992). *Lamentations*. New York: Doubleday.
- ISER, Wolfgang (1991). *The act of reading: a theory of aesthetic response*. London: The Johns Hopkins University Press.
- LOPES, Ana Mafalda (2017a). *Confortando reis e rainhas: as cartas consolatórias entre a política e o luto (sécs. XV-XVI)*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- LOPES, Ana Mafalda (2017b). “O Luto em Portugal: da Corte à Gente Comum (Séc. XV-XVI)”, *Medievalista*, 22, (<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA22/lopes2207.html>, consultado em 2017.12.21).
- MARINÉ ISIDRO, Juan (1996). “Introdução”, in *Lúcio Anneo Séneca, Diálogos. Consolaciones a Marcia, a su madre Helvia y a Polibio. Apocolocintosis*. Madrid: Biblioteca Clásica Gredos.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1974). *A Sociedade Medieval Portuguesa*. 3ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- MARTÍNEZ ALCORLO, Ruth (2012). “La literatura entorno a las hijas de los Reyes Católicos: inicios de una tesis doctoral”. *Dicenda. Cuadernos de Filología Hispánica*, 30, Número Especial, 253-266.
- MATTOSO, José (1996). *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa.
- MATTOSO, José (1997). *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*, vol. III. Lisboa: Editorial Estampa.
- MENDONÇA, Manuela (1991). *D. Jorge da Costa, “Cardeal de Alpedrinha”*. Lisboa: Colibri.
- RODRÍGUEZ PUÉRTOLAS, Julio (1968). *Fray Íñigo de Mendoza y sus “Coplas de Vita Christi”*. Madrid: Gredos.
- ROSA, Maria de Lurdes (2010). “A morte e o Além”, in MATTOSO, José (dir.), *História*

- da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 402-417.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2012). *Rainhas consortes de D. Manuel I: Isabel de Castela, Maria de Castela e Leonor da Áustria*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SANTOS, Cândido Augusto Dias dos (1977). *Os Jerónimos em Portugal. Das Origens aos fins do Século XVII*. Tese de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SENA-LINO, Pedro (2010). “Cartas Corridas”, in CASTRO, Inês de Ornellas e, ANASTÁCIO, Vanda (coord.), *Géneros literários: Continuidades e rupturas da antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 73-81.
- SOUSA, Armindo (1984). “A morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)”, in *Lucerna: Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. Porto: Ministério da Cultura/ Delegação R. do Norte, Centro de Estudos Humanísticos.
- TAUSIET, María, e AMELANG, James (2009). *Accidentes del Alma: Las Emociones en la Edad Moderna*. Madrid: Abada Editores.
- VEGA, María José (2015). “Optimum non nasci. Herencia consolatoria y formas de la impiedad en los diálogos humanistas de misera hominis”, *Romanistisches Jahrbuch*, 66, 1, 338-360.
- VEYNE, Paul (1996). *Séneca y el estoicismo*. México: Fondo de Cultura Económica.

Demolir ou reparar: das normas jurídicas portuguesas para edifícios em ruína (séculos XV a XIX)

Demolish or repair: Portuguese legal norms for ruined buildings (15th-19th centuries)

SANDRA M. G. PINTO¹

CHAM – Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa
sandramgpinto@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 11/11/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 19/01/2018

Resumo: Este artigo aborda as normas jurídicas estabelecidas pelos poderes públicos portugueses para acautelar o perigo iminente provocado por edifícios em ruína entre o fim da Idade Média e o Liberalismo Clássico. São utilizados dois tipos de fontes documentais: para os períodos mais recuados a pesquisa assenta nas práticas jurídicas inseridas nas atas das câmaras dos concelhos; para os períodos mais recentes usam-se as normas jurídicas fixadas nas posturas municipais, enquadradas pela legislação geral do reino. O exame às normas jurídicas permite perceber que as câmaras municipais sempre aplicaram a mesma regra preventiva: a obrigatoriedade dos edifícios em ruína serem demolidos ou reparados. Por isso, estas normas constituem um singular e expressivo caso de persistência dentro do ordenamento jurídico português relacionado com a construção.

Palavras-Chave: Edifícios em ruína; Normas jurídicas; Portugal; séculos XV-XIX.

Abstract: This article addresses the legal norms established by Portuguese public authorities to protect against the imminent danger caused by ruined buildings between the Late-Middle Ages and the Classical Liberalism. It uses two types of documentary sources: for the earlier periods the research is based on legal practices inserted in the municipal councils' records; for the recent periods it is used the legal norms established in the municipal regulations, framed by the Kingdom legislation. The exam of legal norms shows that the municipal councils have always applied the same preventive rule: the obligation of ruined buildings being demolished or repaired. Therefore, these norms constitute a unique and significant case of persistence within the Portuguese legal system for construction.

Keywords: Ruined buildings; Legal norms; Portugal; 15th-19th centuries.

¹ Trabalho inserido no projeto de pós-doutoramento da autora, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/84349/2012). Um agradecimento é devido aos dois revisores anónimos, pelos comentários e pertinentes contributos, ainda que o espaço disponível tenha inviabilizado que todas as sugestões pudessem ser incorporadas.

1. Introdução

Neste artigo procura-se contribuir para a história do ordenamento jurídico português relacionado com a construção, focando em especial as normas jurídicas estabelecidas para acautelar o perigo iminente provocado por edifícios em ruína entre o fim da Idade Média e o Liberalismo Clássico.

Desde que existem edifícios existem ruínas. A simples passagem do tempo e os ciclos climatéricos são suficientes para provocarem a degradação dos elementos materiais que compõem os edifícios. À deterioração material segue-se a deformação física que, se não for acautelada, provoca a quebra de uma das mais importantes características dos edifícios: a capacidade estrutural. Em ambiente urbano o desmoronamento de um edifício em ruína não acarreta danos apenas ao seu proprietário. Tal afeta também os donos dos edifícios vizinhos, pela contiguidade ou proximidade física das construções, como ainda, ou com grande probabilidade, os transeuntes, sempre que a derrocada ocorra nos espaços de circulação viária. Um edifício em ruína constitui, portanto, um perigo iminente para pessoas e bens. Daí que os poderes públicos considerem indispensável prevenir este perigo através do estabelecimento de normas jurídicas.

Nos mais antigos documentos normativos das povoações portuguesas, em especial naqueles que contêm as normas jurídicas reguladoras da vida local, isto é, os *Foros* e *Costumes*, compilados no final do século XIII e início do século XIV (Domingues, Pinto 2015: 155-160), não se encontra nenhuma norma especialmente dirigida aos edifícios em ruínas². Tal ausência não constitui, contudo, uma situação excecional. Foram vários os assuntos que ficaram por registar nestes documentos, pois, se por um lado, grande parte do direito consuetudinário desta época provinha de práticas jurídicas orais, por outro, os magistrados tinham autoridade para julgar, como melhor soubessem, as matérias ausentes na documentação oficial.

O estabelecimento do cargo de vereador, durante o reinado de D. Afonso IV, veio dar origem às principais fontes escritas sobre os assuntos correntes de gestão concelhia. Os vereadores, saídos de entre os homens-bons da povoação, tornavam-se nos oficiais específicos do governo local com missão de decidir todas as coisas que fossem em “prol e bom vereamento” dos concelhos³. Os vereadores desempenhavam, assim, tarefas administrativas e execu-

² Contrariamente, tal assunto aparece em alguns costumes medievais de povoações estrangeiras, caso de Palermo (Pasciuta 2016, 284).

³ Conforme as competências descritas no regimento dos corregedores de 1340, publicado por Caetano 1981: 158-174.

tivas e, em conjunto com os juízes e o procurador do concelho, formavam o corpo principal dos oficiais da câmara dos concelhos. Por lei, estas câmaras tinham de se reunir periodicamente num lugar próprio e registar as principais determinações num livro específico. Daí que as atas das vereações se constituam como as principais fontes para o conhecimento das práticas camarárias. Elas permitem não só corroborar a efetividade dos costumes escritos e das posturas estabelecidas, como ainda inferir as práticas jurídicas que não se encontravam fixadas nos documentos legais. Todavia os escassos livros de atas camarárias medievais que chegaram até hoje (Vereações: 9-10, 19), também não se revelam suficientes para se poder apreciar as primeiras resoluções dos vereadores relativamente aos edifícios em ruína.

Contudo, no século XIV existiram vários edifícios em ruína. Num contexto adverso de crise económica, de fomes e de epidemias (como a peste negra), os edifícios degradavam-se e ruíam em consequência da má construção e/ou da falta de manutenção, das intempéries, dos fogos, dos terramotos e das guerras que ocasionalmente se faziam sentir. As construções que ruíam ou deixavam de ter condições para serem habitadas eram chamadas de *pardieiros* (do latim *parietinarii*, paredes arruinadas), como comprovam os contratos enfiteúticos desta época, pelos quais os proprietários obrigavam os enfiteutas a reconstruir os pardieiros que tinham sido casas ou a construir casas novas nos terrenos vazios onde tinham existido edifícios⁴.

A existência de muitos terrenos agrícolas abandonados, bem como, de edifícios em ruína deu origem à chamada lei das *sesmarias* (Barros 1885-1992, III: 699-721; Rau 1982). A lei outorgada por D. Fernando I em 26 de maio de 1375 estabelecia que as herdades de lavoura abandonadas – cuja condição de abandono seria avaliada por dois oficiais isentos e escolhidos para o efeito – deveriam ser expropriadas e entregues a quem as quisesse aproveitar (Ordenações IV: 281-295). Tal ideia jurídica encontrava sustentação no direito romano justinianeu, o qual, por esta altura, era direito subsidiário do reino, fosse por via das traduções dos textos legislativos ou dos textos doutrinários (Cruz 1975: 206-212). De facto, o Código Justiniano continha uma lei (C.11.59.8) que permitia a ocupação de todas as terras abandonadas por quem as quisesse recuperar. O proprietário afetado só poderia reclamar e reaver as suas antigas terras dentro do prazo de dois anos e mediante compensação ao ocupante pelas melhorias entretanto efetuadas.

Porém, tal prática era já aplicada às propriedades urbanas. Em Beja, a “ordyãõ” local de 1339 estabelecia que as casas desconsertadas e os pardieiros,

⁴ Ver, entre outros exemplos possíveis, os documentos da colegiada de Guimarães, em Archivo 1905: 142-145; 1906: 138; 1907: 8, 14; 1908: 7-8, 22-24, 170-175.

localizados dentro ou fora da cerca urbana, fossem entregues a novos donos, contanto que tais propriedades estivessem naquela condição há mais de dez anos e que, durante um ano e um dia, houvesse um pregão para alertar os proprietários afetados, os quais podiam ainda conservar a sua propriedade caso procedessem à reparação nesse período (ANTT, Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 458, fl. 54v). Em 1366, uma disposição semelhante à de Beja aplicava-se a todas as terras situadas na comarca do Sul, reduzindo-se apenas o tempo de pregão para três meses (Dissertações: 129-130).

Em Coimbra, a aplicação da lei das sesmarias regista-se em 1378, precisamente, por causa dos muitos pardieiros e parcelas vazias dentro da cerca da cidade, incluindo as propriedades do concelho que não eram aforadas devido ao custo da reconstrução e dos encargos anuais que os enfiteutas tinham de suportar. Por pedido da câmara, o rei autorizou a concessão destas propriedades, como coisa própria e hereditária, a quem as habitasse (Descobrimentos: 413). Também a pedido do concelho de Santarém, D. João I, em 1387, autorizou a câmara a estabelecer a seguinte norma: os donos dos pardieiros ficavam obrigados a tapá-los e a repará-los no prazo de seis meses, sob pena de serem alienados por sesmaria (Rau 1982: 171).

Em 1394 os concelhos solicitavam já a autorização régia para poder impor às pessoas poderosas com edifícios em ruína um prazo para os recuperarem, caso contrário os edifícios seriam doados a outrem. Neste caso, o rei não autorizou tal medida, mandando antes aplicar as leis anteriores e respeitar os costumes vigentes ou os privilégios outorgados (Sousa 1990, II: 248).

Com efeito, ainda que a lei das sesmarias previsse a transferência imobiliária, as câmaras deveriam sempre obter confirmação régia para a poder aplicar em determinadas condições, bem como, para poderem privatizar as propriedades dos concelhos. É que só o rei detinha o poder jurisdicional, da graça ou mercê, para alterar os direitos e os equilíbrios estabelecidos (Hespanha 1994: 489).

Pese embora a capacidade dissuasora da lei das sesmarias, procurando que os proprietários não deixassem arruinar os seus edifícios, a verdade é que ela funcionava sobretudo *a posteriori*, isto é, quando as estruturas já se encontravam derruídas e abandonadas. Com carácter preventivo, as primeiras regras dirigidas aos edifícios em ruína que aparecem na documentação dos concelhos datam apenas de meados do século XV.

2. Das medidas pontuais às práticas continuadas

Dentro da competência dos vereadores de zelar pelo *bem comum*, cabia naturalmente a defesa, conservação e melhoria dos espaços públicos de cir-

culação viária (estradas, caminhos, ruas, largos)⁵. Por extensão, a fiscalização ao estado das vias públicas abrangia o exame da parede exterior (fachada) dos edifícios que as confinavam, dado que estas estruturas se constituíam como a fronteira física e legal entre as propriedades privadas e os espaços comuns (Pinto 2016: 153-155).

Se os vereadores tinham poder para impor restrições à construção das fachadas, com vista a garantir a boa circulação viária, tinham igual poder para exigir que as fachadas construídas estivessem em bom estado, de modo a garantir a segurança dos transeuntes. Assim, e para acautelar o perigo provocado pelo desmoronamento total ou parcial das paredes exteriores arruinadas, os vereadores ao verificarem o seu mau estado começaram a impor aos respetivos proprietários duas opções: a demolição ou a reparação das estruturas.

Fosse ou não pela condição de que problemas semelhantes geram soluções análogas, certo é que também para esta regra se encontram precedências jurídicas no direito subsidiário do reino. Desde logo no direito romano justinianeu, onde uma lei imperial (C.8.10.8) reconhecia aos decuriões a obrigação de verificar o estado dos edifícios urbanos e de exigir a sua reparação⁶. Idêntica regra existia nas coletâneas jurídicas de origem castelhana, em especial nas *Siete Partidas* de Afonso X de Castela, as quais foram traduzidas para português, tendo sido fonte imediata ou subsidiária do direito português (Domingues 2014: 218-224). A Terceira Partida (P.3.32.10) continha, então, uma lei que estabelecia que o juiz podia e devia impor aos proprietários dos edifícios antigos que estivessem em perigo de cair as mesmas duas opções: “*que los enderescen ó que los derriben*”.

Para o efeito da aplicação desta regra preventiva, os vereadores determinavam um prazo a cumprir pelo proprietário. Mas se nada fosse feito no tempo estabelecido as câmaras usariam dos próprios meios para eliminar o perigo iminente, demolindo os edifícios e imputando os custos ao proprietário faltoso. Aos incumpridores das ordens camarárias aplicavam-se multas, podendo ainda passar alguns dias na cadeia.

Vários são os documentos que comprovam estas práticas. A câmara do Porto, em 1432, obrigou dois proprietários de casas, na Rua dos Mercadores e na Ribeira, que estavam para cair a derrubá-las ou a repará-las num prazo de oito dias, caso contrário seriam condenados a uma pena monetária. A justificação para tal ordem assentava na preocupação de que “poderyam perecer alguma gente” com a queda dos edifícios (Vereações: 108-109). Da mesma câ-

⁵ Sobre a relação etimológica da palavra vereador com a função de zelar pelo bom estado dos caminhos, ver Coelho/Magalhães 2008: 29.

⁶ Para aprofundamento deste tema no direito romano, ver Jiménez Salcedo 2017.

mara encontra-se, em 1493, o registo do pagamento a um carpinteiro por demolir umas casas que estavam para cair e, em 1497, a imposição da correção de uma casa que, sobre o muro da cidade, ameaçava o desabamento (Costa 1999: 544). No ano de 1563, os vereadores de Braga notificaram o dono de uma casa para derrubá-la ou repará-la, pelo perigo em que esta se encontrava, sob pena monetária e de oito dias na cadeia (Acordos XXIX: 398-399). Em Viseu, em 1594, um proprietário foi intimado pelos vereadores para retirar, dentro de quinze dias, o velho avançado sobre a rua que estava em muito mal estado, pois colocava em perigo as pessoas que passavam por debaixo dele (Aragão 1936: 210).

Porém, e para evitar males maiores, entre a verificação do mau estado dos edifícios e a sua reparação ou demolição, as estruturas podiam ser escoradas. O concelho do Porto, no outono de 1497, decidiu escorar a casa da câmara que se apresentava muito danificada e com o telhado apodrecido, chovendo até no seu interior. A obra de reparação era grande e para ficar bem-feita não podia desenrolar-se na estação das chuvas. O escoramento permitia segurar a estrutura da casa até ser devidamente reparada (Figueiredo 1996: 106-107). O mesmo também se verificou na casa da câmara de Braga, em 1581, tendo todos os pisos e o telhado sido escorados por um carpinteiro com madeira forte. Em 1582, esta mesma câmara notificou um proprietário para derrubar a fachada da sua casa, alertando-o para escorar o resto do edifício e desocupar a rua pública no máximo de três dias. Se não o fizesse toda a casa seria derrubada pelos oficiais camarários à sua custa (Acordos XXIV: 379, 423).

Qualquer pessoa podia alertar os vereadores sobre o perigo iminente de uma estrutura em mau estado. O rei, em 1569, informou o concelho de Lisboa que várias casas de pessoas nobres estavam muito perigosas, pedindo-lhe para “tomar enformação do estado das ditas casas” (Documentos VIII: 50). Mas, como é óbvio, o perigo iminente de um edifício em ruína não provinha apenas dos edifícios particulares. Também o mau estado dos edifícios e estruturas públicas foram alvo de queixa. Em 1485, o rei informou a câmara de Lisboa que um pedaço do muro da cidade junto aos seus fornos do biscoito já tinha caído e outra parte estava para cair, ordenando-lhe que o reparasse o quanto antes (Documentos III: 229). Informado pelas religiosas do mosteiro da Encarnação de Lisboa de que o muro da cidade tinha sinais evidentes de ruína, o rei em 1644 mandou a mesma câmara proceder à respetiva reparação (Elementos IV: 558).

Paralelamente, algumas câmaras foram autorizadas pelo rei a intensificar as penas para os incumpridores. Em 1511, Évora recebeu um alvará que, além de estabelecer que os donos dos pardieiros tinham de os concertar dentro

de um ano, permitia ainda, em caso de incumprimento, que o concelho se apropriasse dos pardieiros com poderes para os aforar a outrem (Os originais XXI: 186, 188). Em 1528, o rei, sabendo que muitas pessoas em Santarém tinham casas danificadas e arruinadas na área da antiga judiaria e que estas não as queriam reparar, ordenou que o concelho apregoasse a obrigatoriedade de recuperação num prazo de um ano, pelos proprietários, senão seriam doadas por sesmaria (Beirante 1981: 45).

A partir do século XVII, algumas câmaras começaram a fixar a regra preventiva relativa aos edifícios em ruína nos seus documentos legais, tornando-se assim numa efetiva norma de polícia. Em 1624, por provisão do Desembargo do Paço a uma questão levantada pelos vereadores de Évora, a câmara desta cidade ficou autorizada a obrigar os donos a reparar os edifícios em ruína. Se estes não o fizessem ou não o conseguissem, então, a câmara podia mandá-los derrubar (Os originais XXX: 301). Em Angra, nas posturas de 1718, dava-se apenas trinta dias para alguém reparar as casas arruinadas ou para as demolir até às vigas ou até onde mostrassem perigo, senão o concelho fazia essas obras imputando-lhe os custos; em 1788 o prazo foi reduzido para apenas oito dias, mas se os donos esperassem ser notificados pela câmara, então, o tempo era encurtado para apenas três dias acrescido de pena monetária (Post. Camarárias: 394, 404, 415, 425).

Pelas atas camarárias do período moderno verifica-se que o exame à segurança estrutural dos edifícios particulares passou a ser executado através de vistoria, segundo procedimentos e custos similares aos usados no licenciamento de obras particulares. Bastava os vereadores serem informados do perigo iminente, quer por conhecimento direto, quer por petição de terceiros, para dar início à vistoria.

Em Lisboa, por acordo camarário de 1699, definiu-se que a averiguação técnica do mau estado das casas particulares ou do muro da cidade seria feita pelos mestres-de-obra da cidade, que iam ao local e registavam o seu parecer numa certidão (Elementos IX: 522-523). Seguindo as advertências dessa certidão de vistoria, a vereação atuava sumariamente e notificava os donos dos edifícios arruinados para os reparar ou demolir (p.e. Elementos XV: 435).

Todavia, para que o procedimento descrito fosse atendível, tinha de existir um claro prejuízo público, e isto só acontecia quando as estruturas em perigo ladeavam as ruas ou outros espaços comuns. Se o risco ameaçasse apenas outros particulares, no caso, por exemplo, em que a estrutura em mau estado estivesse no interior dos quintais, então, o caso passaria para o juízo competente, a almotaçaria, que resolvia os conflitos entre particulares, seguindo as formalidades jurídicas ordinárias (Pinto 2015: 372-380). Assim mesmo

aconteceu em Lisboa, em 1674, tendo os mestres-de-obra da cidade atestado que uma parede em ruína, de que havia queixa, não representava perigo público, porque não ladeava a rua (Elementos VIII: 43-44).

Alguns proprietários notificados para derrubar ou reparar os seus edifícios em ruína recorriam judicialmente da decisão dos vereadores, atrasando as obras de reparação e aumentando o perigo de derrocada. Desta circunstância dá-se conta, por um acidente ocorrido em Lisboa no inverno de 1707-1708, que resultou na queda de várias casas e na morte de muitos moradores, numa importante rua da cidade. Por isso, os vereadores solicitaram ao rei o poder para mandar demolir todas as casas em perigo iminente, mesmo aquelas que estivessem escoradas, caso o proprietário depois de notificado para demolir não cumprisse a ordem dentro de 24 horas. O objetivo era preservar o dano previsto, sem mais dilações. Para efetivar a ordem bastava que o perigo iminente fosse determinado na vistoria e atestado na certidão dos mestres-de-obra. A partir de então, os proprietários afetados que se sentissem prejudicados pela demolição deixavam de poder apelar para as justiças ordinárias e assim delongar as obras, podendo apenas recorrer para o rei, por súplica ou por revista (Elementos X: 411-412, XI: 23-24)⁷.

3. Da obrigatoriedade administrativa

Nas primeiras décadas do século XIX, Portugal sofreu uma profunda reforma das instituições políticas e administrativas, assente no princípio da separação dos poderes públicos. A nova administração pública, organizada segundo um modelo centralizado no governo do Estado, cujas diversas entidades administrativas lhe estavam hierarquicamente subordinadas, conservou como corpo administrativo dos concelhos as câmaras municipais. Esvaziadas de algumas funções, os órgãos de poder local mantiveram, porém, quase todas as suas antigas competências de âmbito administrativo e policial (Hespanha 2004: 339-343). Dentro das últimas encontravam-se, naturalmente, os domínios relacionados com a construção.

Assim, entre muitas outras atribuições destrinchadas no primeiro Código Administrativo Português de 31 de dezembro de 1836, encontra-se a especificação de que competia às câmaras (art. 82, § 19): “Mandar demolir os

⁷ Após o terramoto de 1755 a câmara de Lisboa foi afastada do processo de reedificação da cidade, passando o domínio urbanístico a estar concentrado nos órgãos do governo régio. Tal afastamento abrangeu a jurisdição sobre obras particulares, incluindo a fiscalização dos edifícios em ruína (ver uma síntese em Pinto 2016: 164-168). Mas, por este ser um caso excepcional e circunscrito, remete-se o seu estudo para uma outra oportunidade.

edifícios particulares que pelo seu estado de ruína ameacem desastre, ou se tornem prejudiciaes ás propriedades visinhas, precedendo vistoria que prove a necessidade da demolição”.

Esta norma de polícia tornou-se finalmente geral em todo o reino, mesmo naquelas povoações que ainda não a aplicavam. O Código Administrativo seguinte, de 18 de março de 1842, manteve a norma ajustando ligeiramente a sua disposição. Competia, agora, às câmaras fazer posturas e regulamentos (art. 120, n. VIII) “Para ordenar a demolição dos edifícios arruinados, que ameacem a segurança dos indivíduos ou das propriedades precedendo vistoria e as mais formalidades legais” (COdLP 1842: 118).

Assim, dentro nas novas coletâneas de posturas, a norma relativa aos edifícios em ruína passava a referir apenas a obrigação de demolição, como acontece nas posturas de Seia de 1843 (Post. Cea: 6), de Machico de 1856 (Post. Machico: 6-7), de Anadia de 1858 (Post. Anadia: 4), de Góis de 1860 (Proj. Goes: 9) e de Celorico da Beira de 1863 (Cod. Celorico: 4), apesar de outras manterem as vetustas duas opções de demolição ou de reparação, caso de Cambra de 1852 (Post. Cambra: 5) e de Angra do Heroísmo de 1855 (Post. Angra: 13). Outras câmaras adicionaram, ainda, uma terceira opção, que consistia no atulhamento das portas e janelas, de modo a consolidar as paredes exteriores e a não permitir o acesso ao interior do edifício, como aparece nas posturas de Sines de 1849 (Annaes: 142).

Em todo o caso, as sanções para os incumpridores eram idênticas ao que até então se praticava: a câmara procederia à demolição do edifício em ruína, imputando as despesas aos proprietários ou usando os meios legais para poderem ser indemnizadas, para além de poderem impor uma coima que variava conforme os municípios (1000 réis em Sines; 2000 a 4000 r. em Góis e Celorico da Beira; 5000 r. em Anadia; 6000 r. em Seia; 20000 r.⁸ em Angra do Heroísmo).

Na maior parte dos Códigos de Posturas da primeira metade do século XIX o processo administrativo quase nunca aparece descrito. As posturas de Góis e Celorico da Beira referem apenas que para a demolição ter efeito seria necessário preceder vistoria da câmara, com aviso aos interessados. Nas posturas consultadas só as de Machico pormenorizam tais formalidades. O dono do edifício arruinado seria intimado para se fazer vistoria a qual podia ser ordenada a requerimento de um particular ou do município. A vistoria era presidida pelo presidente da câmara e composta pelos louvados (escolhidos até oito dias após a intimação) e pelas partes interessadas (que se não compa-

⁸ Limite máximo fixado pelo artigo 489 do Código Penal, aprovado em 10 de dezembro de 1852, para as penas monetárias estabelecidas nas posturas das câmaras municipais (COdLP 1853: 736).

recessem o ato era feito à revelia). Se os louvados decidissem pela demolição parcial ou total do edifício, a decisão teria de ser executada no prazo estabelecido, fazendo-se nova intimação para o efeito. Se a demolição não fosse feita nesse prazo, o presidente da câmara mandava executá-la e só em caso de discordância se admitia a execução de uma segunda vistoria, nos oito dias seguintes à primeira. Se a contestação se mantivesse depois da segunda vistoria, o processo seria levado à instância administrativa superior, ou seja, ao conselho de distrito (Post. Machico: 6-7).

O Código Administrativo de 1842 manteve-se em vigor até 1878, com exceção do período em que vigorou a Lei de Administração Civil, de 26 de junho de 1867, logo revogada a 14 de janeiro de 1868 (Langhans 1938: 193-196). Em todo o caso, na Lei de Administração Civil estabelecia-se que as câmaras deliberavam, definitivamente e sem necessidade de aprovação superior, as resoluções sobre um vasto conjunto de normas de polícia sobre segurança e limpeza urbana (serviço sanitário, socorros para extinção de incêndios e contra inundações), incluindo a demolição de edifícios arruinados ou que ameaçassem ruína, nos termos da legislação em vigor (art. 83, n. 13) (COdLP 1867: 207). O legislador retirava, então, das câmaras municipais a capacidade de fazer posturas sobre este assunto, devendo apenas aplicar a legislação em vigor.

De facto, à época existia uma lei de 16 de Julho de 1863, dirigida apenas às câmaras de Lisboa e Porto, que regulava o processo e os recursos administrativos estabelecidos para a demolição de qualquer construção em ruína com perigo para a segurança pública ou particular. Pelo seu artigo 10, renovava-se o antigo preceito de admitir a reparação de um edifício em ruína, aplicando-se, contudo, as mesmas formalidades exigidas para a demolição (COdLP 1863: 338-339).

Aprovada durante o período conhecido como Regeneração, a lei de 1863 tinha, contudo, origem num projeto de lei apresentado em 1861 por um deputado da nação e antigo vereador de Lisboa, José Joaquim Alves Chaves. Este justificava a necessidade desta lei porque sabia que muitos proprietários de edifícios em ruína usavam das formalidades legais “para no poder judicial se escapar por um anno, e mais, a decisão sobre a demolição de um prédio que, pelo seu estado de ruína, ameaça prompto e imediato desabamento”, não tendo depois a câmara nenhum outro meio para evitar as desgraças e vítimas, algo que recorrentemente sucedia sobretudo nos edifícios mais antigos (Diário 1861: 480-481).

No entanto, em 1864, as câmaras de Coimbra e Ponta Delgada pediram aos deputados o poder para também usar a lei de 1863 (Diário 1864: 1738),

algo que legalmente estava vedado, pois no seu artigo 11 estabelecia-se que para tal lei ser extensiva a outros municípios seria necessária uma aprovação por lei especial. Este pedido acabou por ser atendido e estendido aos restantes municípios, por via da lei de 18 de Junho de 1866 (COdLP 1866: 231). Com esta lei substituíram-se algumas normas definidas no recente decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1864, criado para regular a polícia da viação pública, pelas quais se retirava a possibilidade dos edifícios em mau estado serem reparados e que estabelecia procedimentos e instâncias de recurso diferentes dos que tinham ficado definidos em 1863 (art. 48, 54 e 57) (COdLP 1864: 1041-1049).

Assim, pelas leis de 1863 e 1866, qualquer câmara estava mandatada para intimar e obrigar o proprietário de um edifício, muro ou qualquer outra construção em ruína, a demoli-lo ou a repará-lo e a concluir as obras no prazo definido. O proprietário podia opor-se à demolição por requerimento dirigido à câmara e, neste caso, procedia-se à vistoria por quatro peritos, sendo que dois eram nomeados pela câmara e os outros dois eram nomeados pelo proprietário, juntando-se eventualmente mais um, escolhido em conjunto e por acordo, para efeitos de desempate. Se da vistoria saísse a decisão de demolição, o proprietário teria que a iniciar o mais brevemente possível e concluí-la dentro do prazo definido. Se não o fizesse, a câmara fazia a obra vendendo em hasta pública os materiais da demolição para suportar a despesa. Se dessa venda houvesse lucro, tal montante seria entregue ao proprietário, mas se não fosse suficiente, o proprietário seria obrigado a embolsar o remanescente.

Todavia, o proprietário podia ainda recorrer da própria decisão de vistoria para a instância superior, o conselho de distrito, através de requerimento, o qual seria acompanhado com uma declaração sua, pela qual se responsabilizava sobre todos os danos que, entretanto, viessem a resultar do desabamento da construção em ruína. Com o recurso, a decisão camarária ficava suspensa, podendo o conselho de distrito ordenar nova vistoria. Se nesta segunda vistoria se decidisse a não demolição, então, a câmara municipal ficava impedida de exigir nova ação de demolição durante um ano, com exceção dos casos manifestamente graves.

Pouco tempo depois, a aplicabilidade das leis de 1863 e 1866 suscitou dúvidas. O governador civil do Porto questionou o governo se tais leis se aplicavam tanto aos edifícios construídos como também aos que estivessem em fase de construção, já que algumas câmaras entendiam que tais disposições tinham aplicação apenas nos últimos, provavelmente porque desde há muito estavam incumbidas de ordenar as providências necessárias aos primeiros. Por portaria de 11 de junho de 1877, o governo respondeu que o sentido

alegado não era o das leis ou do próprio governo, porque as referidas leis mais não eram que o desenvolvimento do artigo do Código Administrativo contendo a indicação dos meios processuais que as câmaras municipais deviam empregar para manter a segurança nas vias públicas. Depois, a portaria de 25 do mesmo mês e ano, acrescentava que não competia às câmaras o direito de fiscalizar a construção dos edifícios, mas apenas agir sobre estes quando fosse claramente visível os vícios e defeitos de construção, ameaçadores da segurança da via pública (COdLP 1877: 159, 178).

Em 1881 foi a vez da câmara de Serpa questionar o governo se as leis sobre os edifícios em ruína abrangiam também os edifícios do Estado. Em causa estavam as torres e muralhas da vila que ameaçam cair. Por portaria de 4 de junho, o governo respondia positivamente à questão, informando ainda o governador civil do distrito que tal providência tinha por fim garantir a segurança pessoal dos cidadãos e, por isso, também os edifícios que fossem propriedade do Estado tinham de se sujeitar a tal norma (COdLP 1881: 95).

Em 1878 entrou em vigor o novo Código Administrativo⁹ aprovado a 6 de maio e que, por ser um dos mais descentralizadores, conservou a competência das câmaras em fazer posturas sobre edifícios em ruína, pese embora definisse que as formalidades legais tinham de se conformar às leis gerais em vigor, e que a vistoria tinha de ser feita antes da intimação de demolição ou de reparação (art. 104, n. 8) (COdLP 1878: 81). Mas no início de 1880 já se propunha a reforma deste Código, o que veio a suceder somente mais tarde (Langhans 1938: 223).

No Código Administrativo de 17 de julho de 1886 efetuava-se finalmente a alteração indiciada na Lei de Administração Civil, isto é, as câmaras tinham apenas competência para deliberarem sobre a demolição ou reparação de edifícios arruinados, e o mesmo processo especial podia ser usado para edifícios em construção e para tudo o mais que ameaçasse a segurança pública e individual, conforme as portarias governamentais entretanto expelidas (art. 117, n. 24). Com vista ao saneamento das povoações, adicionava-se ainda a capacidade de se aplicar as mesmas formalidades às habitações insalubres, desde que enquadradas por parecer de peritos (art. 117, n. 25). Pelo facto de as regras e procedimentos sobre os edifícios em ruína estarem já providenciados por lei geral, retirou-se das câmaras a capacidade de fazer posturas e regulamentos de polícia que dispusessem de modo diferente (art. 120, § único) (COdLP 1886: 377-379).

⁹ Em 21 de julho de 1870 foi aprovado um Código Administrativo, que não chegou a vigorar, e que mantinha a disposição sobre os edifícios em ruína do Código de 1842 ainda em vigor (COdLP 1870: 407, art. 119, n. VIII).

Com exceção da norma sobre as habitações insalubres, as restantes foram mantidas no Código Administrativo subsequente, de 2 de março de 1895 (art. 49, n. 6; art. 51, § único; art. 57 e art. 60, n. 24) (COdLP 1895: 270-272), logo substituído pelo Código Administrativo de 4 de maio de 1896 (art. 50, n. 7 e art. 52, § único) (COdLP 1896: 204-205) e que vigou até à implantação do regime republicano em 1910.

Dado o conteúdo das leis de 1863 e 1866, várias posturas municipais passaram a remeter diretamente para elas, como aparece nas de Aveiro de 1870 (Cod. Aveiro: 6), de Caminha de 1871 (Camara: 15), de Alenquer de 1888 (Cod. Alemquer: 22), de Almada de 1890 (Cod. Almada: 30), de Estremoz de 1891 (Cod. Estremoz: 19), de Azambuja de 1893 (Cod. Azambuja: 11-12) e de Ferreira do Alentejo de 1898 (Cod. Ferreira: 16-17); ou até a copiá-las como anexo, como acontece nas de Cascais de 1881 (Cod. Cascais: 63-65) e de Lisboa de 1882 (Cod. Lisboa: 148-150).

Mas se as câmaras estavam impedidas de fazer posturas sobre os meios processuais, o mesmo não acontecia relativamente a matérias ainda não reguladas pela legislação. Assim, no caso em que os edifícios, muros ou paredes se encontrassem já derruídos sobre as estradas ou ruas públicas, por causa de temporais, má construção ou outros motivos, algumas câmaras passaram a estabelecer a obrigatoriedade dos seus proprietários: a) removerem os escombros e entulhos num prazo máximo de alguns dias – caso do Porto em 1869 (Cod. Porto: 20), de Caminha em 1871 (Camara: 15-16), de Vila Real de Santo António em 1877 (Cod. Villa Real: 9), de Cascais em 1881 (Cod. Cascais: 19), de Olivais em 1882 (Cod. Oliveas: 16) e de Alenquer em 1888 (Cod. Alemquer: 22); b) reconstruírem o edifício caído nos próximos meses – caso de Oliveira do Hospital em 1859 (Collecção: 26-27) e Viana do Castelo em 1880 (Cod. Vianna: 35); c) ou levantarem um tapume com altura não inferior a dois metros de altura – caso de Estremoz em 1891 (Cod. Estremoz: 17) e de Ferreira do Alentejo em 1898 (Cod. Ferreira: 16-17).

Outras câmaras impunham, ainda, a mesma obrigatoriedade de reconstrução do pardieiro ou edifício em ruína dentro de um prazo definido, não porque dele resultasse perigo iminente, mas porque desfigurava o aspeto geral das ruas, sob sanção de expropriação e indemnização pelo valor do imóvel, como acontece em Aveiro em 1870 (Cod. Aveiro: 6) e em Pombal em 1875 (Cod. Pombal: 5). O instrumento da expropriação era também invocado nas posturas de Vila Real de Santo António de 1877, caso os proprietários não cumprissem a ordem de demolição (Cod. Villa Real: 9).

Por tudo isto, em muitas posturas, as normas sobre os edifícios em ruína

deixavam de estar dentro da secção de polícia¹⁰ ou sob denominações direcionadas – como por exemplo: edifícios ameaçando ruína, demolição de prédios arruinados¹¹ –, para passarem a estar inseridas no grupo de normas sobre construção, reconstrução e reparação de edifícios¹².

Ao contrário do que acontecia no período moderno, com o Código Administrativo a norma preventiva passava a ter aplicabilidade não só às fachadas, mas em todas as outras paredes dos edifícios, incluindo aquelas que confrontassem com as propriedades vizinhas, ou seja, as paredes laterais, mearas e traseiras. A prevenção do dano previsto abrangia agora os indivíduos e as propriedades, procurando garantir tanto a segurança da via pública, como a segurança dos bens privados. Todavia, se algumas câmaras municipais tornaram perceptível, no texto da norma, a aplicação destes dois âmbitos de segurança – caso das posturas de Seia de 1843 (Post. Cea: 6), de Machico de 1856 (Post. Machico: 6), de Góis de 1860 (Proj. Goes: 9), de Celorico da Beira de 1863 (Cod. Celorico: 4) ou de Caminha de 1871 (Camara: 15) – outras, porém, mantiveram o entendimento antigo, referindo-se somente à segurança pública – caso das posturas de Coimbra de 1848 (Post. Coimbra: 5), de Cambra de 1852 (Post. Cambra: 5), de Aveiro de 1870 (Cod. Aveiro: 6), ou de Vila Real de Santo António de 1877 (Cod. Villa Real: 9).

Em rigor, também as portarias de 1877 apenas mencionavam a segurança da via pública como propósito das leis de 1863 e 1866, não obstante estas últimas abrangerem a segurança particular (CODLP 1877: 159, 178). Além do mais, este mesmo entendimento, mas em sentido inverso, isto é, de que as normas preventivas sobre edifícios em ruína relativamente às propriedades particulares faziam parte das relações jurídicas reguladas pelo direito privado, esteve também para ficar fixado no primeiro Código Civil Português (Pinto 2015: 372-382). De facto, o primeiro projeto completo de codificação civil, desenvolvido por António Luiz de Seabra em 1858, incluía um artigo que especificava exatamente esta matéria (art. 2538): se o edifício ou parede vizinha ameaçasse ruína, podia o proprietário ser obrigado a demoli-lo ou fazer os reparos necessários a fim de evitar o prejuízo para terceiros (Seabra 1858:

¹⁰ Ver as posturas de Seia de 1843 (Post. Cea: 6), de Angra do Heroísmo de 1855 (Post. Angra: 13), de Góis de 1860 (Proj. Goes: 9), ou de Celorico da Beira de 1863 (Cod. Celorico: 4).

¹¹ Ver as posturas de Cambra de 1852 (Post. Cambra: 5), de Machico de 1856 (Post. Machico: 6-7), ou de Anadia de 1858 (Post. Anadia: 4).

¹² Ver as posturas de Oliveira do Bairro de 1877 (Cod. Oliveira: 9), de Viana do Castelo de 1880 (Cod. Vianna: 35), de Cascais de 1881 (Cod. Cascais: 19), de Olivais de 1882 (Cod. Oliveas: 16), de Alenquer de 1888 (Cod. Alemquer: 22), de Estremoz de 1891 (Cod. Estremoz: 17), ou de Ferreira do Alentejo de 1898 (Cod. Ferreira: 16-17).

591)¹³. Porém, este artigo acabou por ser suprimido, pela comissão revisora em 1865, dado ser considerado uma verdadeira norma (administrativa) de polícia e não de relação jurídica (civil) entre particulares (Actas: 670). Em todo o caso, os proprietários dos edifícios em ruína responderiam sempre pelos danos causados a terceiros, provando-se a sua negligência em reparar ou em tomar as precauções necessárias para evitar o seu desabamento (Cod. Civil, art. 2395).

4. Conclusão

Pelo exposto, verifica-se que desde meados do século XV algumas câmaras concelhias de Portugal aplicaram providências com vista a atender ao perigo iminente que advinha dos edifícios em ruína. Estas medidas assentavam maioritariamente na obrigação de demolição ou de reparação das estruturas em mau estado. Da sua imposição pontual, passou-se a uma prática continuada determinada legalmente nas posturas dos concelhos. Sempre que dessa prática adviesse a alteração de direitos estabelecidos ou a imposição de penas mais vigorosas, as câmaras tinham de solicitar e obter autorização régia sem a qual qualquer ordem ficaria sem efeito. Em todo o caso, os particulares não conformados com as decisões camarárias podiam sempre recorrer para as instâncias superiores. Durante o período Liberal Clássico, a lógica desta regra preventiva não foi alterada, passando a estar legalmente consagrada no Código Administrativo, como parte das competências das câmaras municipais enquanto entidades responsáveis pelos atos de natureza policial que visavam a segurança das povoações, ainda que deixassem de poder fazer posturas sobre o assunto.

Verifica-se assim, que estas normas jurídicas foram mantidas e aplicadas pela mesma entidade ao longo de muito tempo, resistindo às transformações político-administrativas e centralistas do século XIX. Nem mesmo as leis gerais de 1863 e 1866, que definiam o processo e os recursos, provocaram inovações particularmente relevantes. De facto, alguns dos principais procedimentos formais, como as intimações e as vistorias, a exigência de avaliação do estado físico do edifício ser feita por técnicos sabedores, ou as garantias dadas aos proprietários afetados através do recurso, já existiam e eram aplicadas em várias povoações no período moderno. Estas leis mais não fizeram

¹³ Como paralelo, note-se que o Código Civil Espanhol, de 25 de julho de 1889 e ainda em vigor, contém uma norma (art. 389) que obriga os proprietários de edifícios em ruína a demolir ou a executar as obras necessárias para evitar a sua demolição, senão a autoridade pode mandá-lo demolir à sua custa (Gaceta 1889: 256).

do que uniformizar as formalidades legais em todo o território, tal como fez o Código Administrativo para a estrutura administrativa e para a própria regra preventiva, ao mesmo tempo que autonomizava a administração pública face ao poder judicial mantendo a avaliação dos recursos sobre este assunto dentro da própria esfera concelhia (Hespanha 2005: 119-122); algo que, em todo o caso, não constituía uma exigência nova, como se viu para Lisboa no início do século XVIII.

A principal alteração ocorreu no âmbito da aplicação da regra preventiva. Com efeito, durante o primeiro período moderno, a obrigação de demolir ou reparar um edifício em ruína aplicava-se às paredes exteriores, com vista à segurança das vias públicas onde se implantavam ou com que confrontavam. No século XIX, com o interesse público, enquanto interesse oposto e superior ao privado, estas normas tornaram-se extensivas às paredes exteriores que confrontassem com as propriedades vizinhas com objetivo de atender também à segurança das propriedades particulares. Além disso, tais normas extravasam os próprios edifícios em ruína, por se tornarem eficazes sobre edifícios insalubres ou feios, com vista a garantir não apenas a segurança, como ainda a salubridade e a estética das povoações. Não é, pois, por acaso que as posturas passaram a incluir normas reguladoras da definição compositiva e estética da fachada dos edifícios (Pinto 2016: 167-174).

Ora, dentro do ordenamento jurídico português para a construção, a persistência da regra preventiva relativa aos edifícios em ruína e da sua aplicação pelas câmaras constitui um caso expressivo porque singular. De facto, tanto o licenciamento das obras particulares, como o licenciamento dos estabelecimentos industriais – domínios de polícia administrativa relacionados com a construção que secularmente andavam na competência do poder local – passaram, em meados do século XIX a ter uma maior ingerência do governo central, não apenas ao nível do direito processual, como ainda ao nível do direito substantivo, dada a imposição de novas restrições à liberdade de edificar. Tal ingerência manifestou-se ainda no afastamento das próprias câmaras enquanto autoridade policial. Em 1850, as câmaras deixaram de conceder licenças de obras particulares nas propriedades localizadas no domínio geral da nação (estradas, margens dos rios, valas reais), e em 1855 deixaram de licenciar qualquer estabelecimento industrial, mesmo aqueles localizados no domínio municipal. É certo que a este movimento de maior centralização e burocracia de meados do século XIX se contrapôs um outro, no final do mesmo século, em que o governo procurou simplificar e descentralizar os serviços públicos, conciliando os interesses particulares com os do Estado (Pinto 2018a, 2018b). Não obstante, e como se procurou mostrar, as câmaras

sempre mantiveram (e, em rigor, ainda mantêm) dentro das suas atribuições o domínio policial sobre os edifícios em ruína.

Abreviaturas de Arquivos

ANTI = Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fontes manuscritas

ANTI, Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 458.

Fontes impressas

“Acordos e Vereações da Câmara de Braga no Episcopado de D. Frei Bartolomeu dos Mártires” (1970/1975), *Bracara Augusta*, XXIV, 284-435; XXIX, 377-426.

Actas das Sessões da Comissão Revisora do Projecto de Código Civil Portuguez (1869). Lisboa: Imprensa Nacional.

“Archivo da colegiada de Guimarães” (1905/1906/1907/1908), *Revista de Guimarães*, 22, 142-145; 23, 138; 24, 8, 14; 25, 7-8, 22-24, 170-175.

Annaes do Municipio de Sant’Iago de Cacem (1869). Lisboa: Imprensa Nacional.

Camara Municipal do Concelho de Caminha: Codigo de Posturas (1871). Valença: Typ. De V. de Moraes.

Codex Iustinianus – Corpus Iuris Civilis, Volumen Secundum (1982). Berolini: Apud Weidmannos.

Codigo Administrativo Portuguez (1837). Lisboa: Imprensa Nacional.

Codigo Civil Portuguez (1867). Lisboa: Imprensa Nacional.

Codigo das Posturas Municipaes do Concelho de Villa Real de Santo Antonio (1877). Coimbra: Typ. de M. C. da Silva.

Codigo de Posturas da Camara Municipal de Cascaes (1909). Coimbra: Imprensa Academica.

Codigo de Posturas da Camara Municipal de Celorico da Beira (1863). Coimbra: Imprensa da Universidade.

Codigo de Posturas da Camara Municipal de Lisboa (1882). Lisboa: Typ. Universal.

Codigo de Posturas da Camara Municipal de Pombal (1875). Coimbra: Typ. de M. C. da Silva.

Codigo de Posturas da Camara Municipal do Concelho de Almada (1890). Almada: Typ. do Puritano.

Codigo de Posturas da Camara Municipal do Concelho de Estremoz (1892). Estremoz: Typ. de José da Silva.

Codigo de Posturas da Camara Municipal do Concelho dos Olivaeas (1882). Lisboa: Imprensa Nacional.

- Código de Posturas Municipaes do Concelho d'Alemquer* (1888). Lisboa: Typ. Minerva Central.
- Código de Posturas Municipaes do Concelho d'Aveiro* (1894). Aveiro: Minerva Central.
- Código de Posturas Municipaes do Concelho de Ferreira do Alentejo* (1898). Coimbra: Imprensa Academica.
- Código de Posturas Municipaes do Concelho de Oliveira do Bairro* (1877). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Código de Posturas Municipaes do Concelho do Concelho d'Azambuja e respectivos regulamentos* (1894). Alenquer: H. Campeão & C.^a.
- Código de Posturas Municipaes do Porto* (1869). Porto: Imprensa Portuguesa.
- Código de Posturas: Regulamentos e outras disposições policiaes da Camara Municipal do Concelho de Vianna do Castello* (1880). Viana do Castelo: Typ. da Aurora do Lima.
- COdLP = *Collecção Official da Legislação Portuguesa* (1842-1897). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Collecção de Posturas para Regulamento da Policia Rural e Urbana do Concelho de Oliveira do Hospital* (1859). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Descobrimientos Portugueses, Documentos para a sua história, Suplemento ao Volume I* (1988). Lisboa: INIC.
- Diario do Governo* (1869-1913). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudência ecclesiastica e civil de Portugal, Tomo III. Parte II* (1813). Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa* (1957-1964). 8 vols. Lisboa: Câmara Municipal.
- Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa* (1822-1911). 17 vols. Lisboa: Typ. Universal.
- Gaceta de Madrid* (1889). Madrid: Imprensa Nacional.
- Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso El Sabio* (1807). 3 vols. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Ordenações Afonsinas* (1984). 5 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- “Os originaes do cartório da Câmara Municipal de Évora” (1964/1973), *A cidade de Évora, Boletim*, XXI, 163-225; XXX, 263-343.
- Posturas Camarárias dos Açores* (2007-2008). Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Posturas da Camara Municipal da Cidade d'Angra do Heroismo* (1855). Angra do Heroísmo: Typ. do Visconde de Bruges.
- Posturas da Camara Municipal da Villa de Machico* (1856). Funchal: Typ. de T. D. Vianna.
- Posturas da Camara Municipal do Concelho de Cambra* (1873). Porto: Imprensa Real.
- Posturas Municipaes do Concelho d'Anadia* (1858). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Posturas Municipaes para o regimen do Concelho de Cea* (1844). Lisboa: Typ. de J. M. de Carvalho.
- Posturas Municipaes para Regular a Policia e Bom Regimen da Cidade de Coimbra* (1848). Coimbra: Imprensa de E. Trovão.
- Projecto de Collecção de Posturas da Camara Municipal de Goes* (1860). Miranda do

Corvo: M. C. da Silva.

SEABRA, António Luís (1858). *Código Civil Portuguez, Projecto, redigido por Antonio Luiz Seabra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
Vereações, 1431-1432 Livro 1 (1985). Porto: Câmara Municipal.

Bibliografia

- ARAGÃO, Maximiano (1936). *Viseu, Instituições Sociais*. Lisboa: Edição Seara Nova.
- BARROS, Henrique Gama (1885-1922). *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 4 vol. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha (1981). *Santarém Quinhentista*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita.
- CAETANO, Marcello (1981). *A administração municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia (1179-1383)*. 2.ª ed. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero (2008). *O Poder Concelhio: das origens às cortes constituintes, Notas da História Social*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica.
- COSTA, Adelaide Millán da (1999). *Projeção espacial de domínios das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à Universidade Aberta (<http://hdl.handle.net/10400.2/2426> consultado em 11/08/2017).
- CRUZ, Guilherme Braga da (1975). “O direito subsidiário na história do direito português”, *Revista Portuguesa de História*, 14, 177-316.
- DOMINGUES, José (2014). “O elemento castelhano-leonês na formação do Direito Medieval Português”, *Cuadernos de Historia del Derecho*, 21, 213-227.
- DOMINGUES, José; PINTO, Pedro (2015). “Os Foros extensos na Idade Média em Portugal”, *Revista de Estudos Histórico-Jurídicos*, 37, 153-174.
- FIGUEIREDO, Maria Amélia dos Santos (1996). *A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o Livro 6 de Vereações*. Porto: dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Porto.
- HESPANHA, António Manuel (1994). *As vésperas do Leviathan, Instituições e poder político, Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina.
- HESPANHA, António Manuel (2004). *Guiando a mão invisível. Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico português*. Coimbra: Almedina.
- HESPANHA, António Manuel (2005). “O direito administrativo como emergência de um governo activo (c. 1880-c. 1910)”, *Revista de História das Ideias*, 26, 119-160.
- JIMÉNEZ SALCEDO, Carmen (2017). “Perspectivas en torno al medioambiente urbano. Especial referencia a las ruinas de edificios, incendios, basuras, inmisiones, etc.”, *Glossae. European Journal of Legal History*, 14, 368-399.
- LANGHANS, Franz-Paul de Almeida (1938). *Estudos de direito municipal: As posturas*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- PASCIUTA, Beatrice (2016). “From Ethnic Law to Town Law: The Customs of the Kingdom of Sicily from the Twelfth to the Fifteenth Century”, *Rechtsgeschichte Legal History*, 24, 276-287.
- PINTO, Sandra M. G. (2015). “«Portugal plantou a mais duradoira de suas conquistas». Da antiga tradição jurídica para o construtivo em Portugal e no Brasil: inovação e permanência em perspectiva comparada”, *Anais de História de Além-Mar*, 16, 369-405.
- PINTO, Sandra M. G. (2016). “A regulação jurídica das fachadas em Portugal (séc. XIV-XIX)”, *Revista de Estudos Histórico-Jurídicos*, 38, 149-177.
- PINTO, Sandra M. G. (2018a). “O licenciamento dos estabelecimentos insalubres, incómodos ou perigosos no século XIX e as plantas dos processos do distrito de Coimbra”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 31-1, 125-162.
- PINTO, Sandra M. G. (2018b). “Da polícia dos bens nacionais de uso geral e comum: licenciamento, servidões e restrições impostas à propriedade particular para utilidade pública em Portugal de oitocentos”, *Revista de Estudos Histórico-Jurídicos* (no prelo).
- RAU, Virgínia (1982). *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Presença.
- SOUSA, Armindo (1990). *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, 2 vol. Porto: INIC.

Grupos sociais da Beira Interior em meados do século XIX

Social classes in Beira Interior in the middle of the 19th century

JOÃO NUNES

Instituto Politécnico de Viseu
jnunes@esev.ipv.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 20/11/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 27/03/2018

Resumo: No planalto beirão, região grosso modo confinada pela serra da Lapa e o rio Mondego, a distribuição da população por grupos sociais não era homogénea, em meados do século XIX. Havia localidades onde a categoria jornaleiro era a mais representativa, em contraponto com outras onde as categorias lavrador ou seareiro acabavam por ser as mais expressivas. O direito liberal parece não ter contribuído para a proliferação de indivíduos pertencentes à categoria proprietários. Com efeito, o aumento foi mais visível noutras categorias sociais.

Palavras-chave: Grupos sociais; Liberalismo; Propriedade.

Abstract: On the beirão plateau, a region confined by the Lapa mountain and the Mondego river, the distribution of the population by social classes was not homogeneous in the middle of the 19th century. There were localities where the peasant category was the most representative, in counterpoint to localities where the farmer categories turned out to be the most expressive. In parishes where property was allocated to a small number of individuals, liberal laws does not seem to have contributed to the proliferation of landowners; in these localities, the increase was visible in other social categories.

Keywords: Social classes; Liberalism; Land ownership.

1. Introdução

Na primeira metade do século XIX, Portugal era um país marcadamente rural, campesino e analfabeto, com baixos níveis de desenvolvimento humano. Para acabar com o atavismo do país, as elites liberais estabeleceram um quadro legislativo regulador da propriedade no plano da tributação (aliviando a carga fiscal sobre a propriedade fundiária) e no plano das trocas comerciais (promovendo a compra e venda de terras). Com as leis da desamortização, a legislação relativa aos baldios, as disposições legais que determinaram o fim dos morgadios, bem como com a diversa jurisprudência sobre propriedade, criaram-se instrumentos suscetíveis de contribuir, acreditava-se, para a

renovação das estruturas agrícolas do país, renovação considerada basilar ao desenvolvimento (Vaquinhas, Neto 1993: 325-331).

O direito liberal teve implicações económicas e sociais. O número de proprietários aumentou (Martins, Monteiro 2002: 68-69). Para este aumento concorreram vários fatores, que não apenas de ordem política; fatores demográficos (o século XIX foi marcado por um crescimento populacional) e culturais (na centúria de Oitocentos, a propriedade fundiária continuava a ser vista como elemento de afirmação social). Contribuiu, igualmente, para a redução das áreas incultas e atomização da propriedade (Vaquinhas 1993: 481, Veiga 2004: 20-31).

Pese embora a relevância da temática, o impacto da legislação liberal tem sido estudado de forma parcimoniosa; a historiografia tem privilegiado as áreas da economia, demografia, sociedade e cultura¹. Em 1993, Irene Vaquinhas e Fernando Taveira da Fonseca reconheciam que a distribuição da população pelas categorias sociais não havia sido estudada (Vaquinhas 1993: 486; Fonseca 1993: 470-471). Por sua vez, Conceição Andrade Martins e Nuno Gonçalo Monteiro, em 2002, afirmavam que não era possível fazer um “balanço seguro” do impacto da legislação liberal sobre a propriedade fundiária (Martins, Monteiro 2002: 68-69). Compreende-se, assim, que certos aspetos da realidade social de Oitocentos continuem envoltos por uma nebulosa. Veja-se, por exemplo, a questão dos proprietários. Diz-se que o direito liberal contribuiu para o aumento do seu número. Mas, de que tipo de proprietários se tratava? Das pessoas que pertenciam à categoria proprietário tal como era entendida no século XIX, isto é, indivíduos detentores de um grande número de propriedades à escala local? Ou dos seareiros e lavradores, que eram igualmente detentores da posse da terra, conquanto de um número inferior de propriedades quando comparados com a categoria proprietários? E o aumento foi sentido da mesma forma nas diversas regiões do país?

Com este trabalho pretende-se contribuir para aprofundar o conhecimento sobre a vida no campo no período liberal. Por outras palavras, pretende-se estudar os grupos sociais que compunham a sociedade em meados do século XIX, numa região da Beira Interior – compreendida entre as penedias da serra da Lapa e o curso do rio Mondego –, e a forma como se encontravam distribuídos pela população desta mesma região.

Em termos metodológicos, optou-se por centrar a análise numa freguesia: Forninhos. Trata-se de uma aldeia distante dos principais centros urbanos

¹ Sobre família e demografia ver o artigo de síntese de Rowland (1984). Sobre aspetos económicos, continua imprescindível a obra de Justino (1988). Os grupos sociais têm sido estudados sobretudo em trabalhos de cariz monográfico, de que se destacam os seguintes: Cascão (1988); O'Neill (2011); Neto (2015).

do país, com dimensão e características similares a inúmeras povoações do interior rural. Todavia, o campesinato de Forninhos tem obrigatoriamente de ser percecionado num contexto mais amplo, cotejado com estruturas campesinas de outras localidades da região. Assim, partindo desta localidade, intentar-se-á vislumbrar a existência de modelos e/ou particularidades locais numa região constituída por várias freguesias dos concelhos de Aguiar da Beira e de Fornos de Algodres. As amostras populacionais utilizadas neste trabalho são constituídas, quase exclusivamente, por trabalhadores do género masculino, pelo facto de, por norma, as fontes não referenciam o tipo de trabalho realizado pelas mulheres. A aferição e distribuição dos grupos sociais foi feita tendo em consideração a forma como os indivíduos são considerados na documentação da época como pertencentes a determinada categoria social: proprietários, jornaleiros, lavradores ou seareiros, por exemplo. No caso dos proprietários, uma vez que lavradores, seareiros ou mesmo jornaleiros podiam ser pequenos proprietários, optou-se por considerar como fazendo parte da categoria proprietários apenas indivíduos identificados nas fontes como tal.

As fontes utilizadas para a realização deste trabalho são de tipologia variada: registos paroquiais; inventários; relatórios; censos. Para perscrutar as categorias sociais e a sua distribuição pela população, foram utilizados registos de batismo de diversas freguesias do planalto beirão. Estruturalmente, estes registos são constituídos por referências relativas aos nomes do batizado, dos progenitores, dos padrinhos e do clérigo que presidia à cerimónia. Em meados do século XIX, seguramente por imposição da hierarquia da Igreja, tornaram-se mais completos: acabaram por ser constituídos por informes relativos à profissão dos progenitores e dos padrinhos de batismo; as referências à data, hora e local de nascimento também aparecem de forma sistemática em diversos registos. Infelizmente, estas referências, imprescindíveis para a realização de um trabalho sobre grupos sociais a partir de registos desta natureza (sobretudo as referentes à profissão dos intervenientes na cerimónia de administração do sacramento) deixam de fazer parte dos registos paroquiais, após as décadas de 1860-70. No caso de Forninhos, este tipo de referências só aparece em registos realizados entre 1860 e 1862, o que obrigou a que a janela temporal deste estudo se circunscrevesse às décadas de 1860 e 1870.

Para complementar os dados dos registos paroquiais foram utilizadas outras fontes de tipologia diversa. O inventário de José do Nascimento Cardoso, natural de Forninhos, permitiu observar a vida de um lavrador da segunda metade do século XIX. As genealogias de alguns indivíduos dos estratos mais elevados da população foram colhidas em fontes dos arquivos da Inquisição, designadamente nas Habilitações do S. Ofício.

As restantes fontes serviram para entrever aspetos, maioritariamente, relativos à caracterização de Forninhos. Num trabalho desta natureza era importante olhar para a demografia. A evolução da população de Forninhos, paradigmática da demografia do planalto beirão, foi feita a partir de um conjunto variado de censos manuscritos e impressos das Épocas Moderna e Contemporânea. Por sua vez, a sinalização dos espaços populacionais da freguesia foi realizada, quer através dos registos paroquiais (que permitiram aferir os espaços habitados), quer através dos registos do Governo Civil da Guarda (que possibilitaram a aferição do estado de salubridade). Certas fontes do Arquivo Histórico Militar permitiram ainda sinalizar a existência de vias de comunicação relevantes, que atravessavam o planalto beirão, no século XIX, sendo que uma das principais passava precisamente por Forninhos.

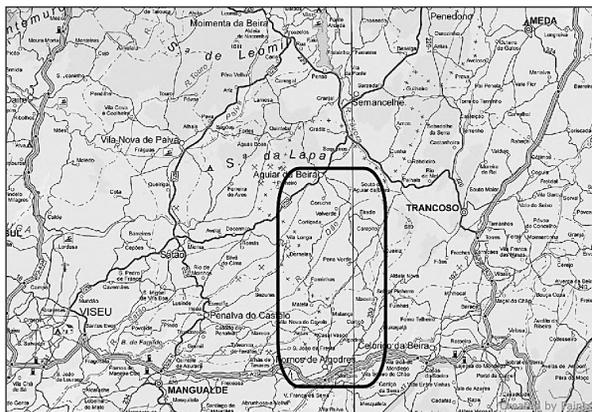
2. A freguesia

Forninhos encontra-se localizada no planalto beirão, sendo parte integrante do concelho de Aguiar da Beira. Localiza-se na parte sul do concelho, o chamado “baixo concelho”, confinando com os limites dos concelhos de Penalva do Castelo e de Fornos de Algodres.

É composta por duas povoações: Forninhos e Valagotes. O termo da freguesia espalha-se por uma área que ascende a 9,62 km² com uma altimetria que se situa em torno dos 500/600 metros (o Castelo de Forninhos, local situado a 650 metros de altitude, é um dos pontos mais elevados do alfoz). Atravessam a freguesia dois cursos de água principais, o rio Dão e o rio Carapito. Todavia, acabam por ser os córregos que se constituem como principais recursos hídricos para a prática agrícola, sendo o mais relevante a ribeira de S. Pedro. A agricultura em Forninhos não se distinguiu da que era praticada na região, sendo sobretudo vocacionada para a produção de cereais, particularmente milho e centeio, bem como pelo cultivo da batata (Oliveira 2010: 81-84).

No plano administrativo, até ao século XIX, fez parte do concelho de Penaverde, comarca de Linhares (ANTI, Mem. Paroq., 16-128, fl.789-790). Após 1836, e depois de uma breve passagem pelo concelho de Fornos de Algodres, passou a integrar o termo de Aguiar da Beira, do qual ainda faz parte (Collecção de Leis 1837: 329).

Mapa 1. Região do planalto beirão – entre a serra da Lapa e o rio Mondego (carta administrativa de Portugal-Direção Geral do Território)



Até ao século XVI, a localidade chamava-se Fornos: em 1258, possuía esta designação, sendo que no ano de 1527 ainda se mantinha este topónimo². Na segunda metade do século XVI, passa, contudo, a ser utilizado o diminutivo para a designar. Em 1590, já aparece referenciada enquanto tal; num registo de batismo da vizinha paróquia de Antas, lê-se que os padrinhos eram oriundos de Forninhos (ADV, Paróquia de Antas, Mistos, Cx.1, nº1, fl. 3).

No último quartel do século XVI, refere-se o seguinte a respeito da localidade: “Forninhos He cousa pouca nao convem estar ali igreja pode ir a Dornelas ou a Matança dando-se algua cousa pellos curarem mas nao a Dornelas por serem a[m]bas anexas a Pena Verde” (AHDV, lv. 226 A). Depreende-se, assim, que já era sede de paróquia em finais século XVI. Foi, seguramente, instituída no contexto da reforma tridentina, isto é, na segunda metade da centúria de Quinhentos, período fértil de criação de paróquias anexas (Nunes 2016a: 14-15). É verosímil que a utilização de Forninhos, ao invés de Fornos, que como se verifica foi concomitante ao surgimento da paróquia, possa ter tido a ver com a necessidade de a distinguir. Com efeito, já existiam, desde os tempos medievais, paróquias no bispado com esta designação em localidades próximas, designadamente em Azurara e nas terras de Algodres (Nunes 2016b: 48-49).

² Nas Inquirições de 1258 aparece designada por Fornos; esta designação mantém-se no Cadastro da população do Reino de 1527. Estes documentos foram publicados por Lemos (2001).

Mapa 2. Freguesia de Forninhos



A freguesia é composta por dois aglomerados populacionais principais: Forninhos e Valagotes. Forninhos, a povoação mais habitada da freguesia, era constituída por vários espaços populacionais em meados do século XIX, sendo o Lugar e a Lameira os mais densamente habitados. Lugar designa uma povoação pequena e a designação de Lameira decorre de o solo ser lamacento (Bluteau 1728: 202). Lajes e Outeiro eram igualmente espaços habitacionais, a despeito de serem habitados por um número inferior de habitantes quando comparados com os restantes. Lajes, deriva de laje, que remete para a existência de um local coberto por pedras de perfil achatado ou plano. Quanto a Outeiro, trata-se de um “lombo de terra que se levanta da planície” (Bluteau 1728: 155).

Tabela 1³. Espaços habitados referenciados nos registos de batismo entre 1860 e 1862

Seareiros	4	8%
Jornaleiros	13	26%
Lavradores	15	30%
Outros ofícios/profissões	16	32%
Proprietários	2	4%

No século XVI ou alvares do século XVII, surgiu a povoação Valagotes; em inícios do século XVII, o local já era habitado sendo designado “quinta dos Valagotos”. Num batizado ocorrido em 1634 foram madrinhas “Maria Vaz e Catarina Luiz mulher de Francisco Fernandes moradoras na Quinta

³ É verosímil que possam ter existido outros espaços habitacionais na freguesia. De referir, que estes núcleos populacionais foram sinalizados de forma indireta, a partir de referências colhidas nos registos paroquiais, designadamente em ADG, Paróquia de Forninhos, Baptismos, II-A-1.2 cx.8.

dos Valagotos desta freguesia”⁴. Valagotes, deriva assim de valagoto, cuja etimologia remete para um terreno composto por pequeno vale ou barranco (Vasconcelos 1939: 262). Este núcleo habitacional foi comumente chamado “Quinta dos Valagotos” até ao século XIX. A designação “quinta” indicia que se constituiu a partir de uma unidade de exploração agrícola.

Os quantitativos populacionais da freguesia revelam uma tendência estrutural de crescimento populacional. Entre 1675 e 1864, a população duplicou (à entrada do último quartel do século XVII, contavam-se apenas 215 pessoas, sendo que em 1864 já eram 451 habitantes). Sabe-se que, na Época Contemporânea, a freguesia foi afetada por várias epidemias. Em 1859, uma notícia de jornal dava conta de que em “Forninhos grassa atualmente uma febre de carácter maligno” (*A Ilustração* 1859: 97). Por trás das epidemias estava o estado deplorável de salubridade. Em 1911, num relatório dirigido à Direção das obras públicas do Distrito da Guarda, refere-se:

São causas de insalubridade as estrumeiras nas lojas, pateos e nas ruas. A água do único chafariz que a povoação tem, em ocasião de chuvas fortes é de fácil inquinação por as enxurradas se misturarem com ella. A água provem de duas minas e a entrada para uma d’ellas em declive até serve de latrina da vizinhança como tive ocasião de ver!! De modo que, quando chove fortemente, a enxurrada lá arrasta para dentro da mina toda a imundice e porcarias depositadas á entrada da mesma. De tanta imundice, pois, e da inquinação das águas deverão provir por certo as graves doenças que de tempos a tempos afligem a população (ADG, Direcção das obras públicas do Distrito da Guarda, I-D-3.1 Cx. 8).

Apesar da existência de surtos epidémicos, a tendência de crescimento populacional manteve-se até meados do século XX, com algumas oscilações em 1900 e 1920. Estas quebras foram motivadas pela proliferação de epidemias; em 1918, a gripe espanhola dizimou um número significativo de indivíduos na região (Nunes, Castilho 2015: 12).

Após meados do século XX, a população sofreu um forte decréscimo: era composta por 662 habitantes em 1950, sendo que passou a contar com apenas 222 em 2011. A diminuição da taxa de natalidade, a emigração e as migrações para os centros urbanos do país foram fatores que estiveram por trás do acentuado decréscimo populacional.

⁴ Como se pode aferir a partir dos registos paroquiais de inícios de Seiscentos. ANTT, Paróquia de Forninhos, Mistos, Lv. M. 1, Cx. 6.

Gráfico 1⁵. Habitantes (1675-2011)

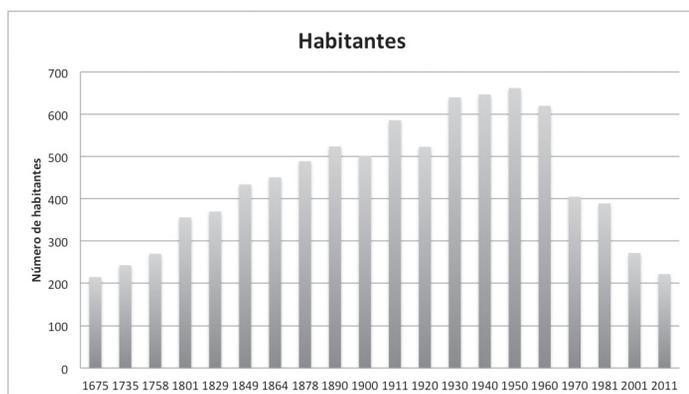


Tabela 2. Habitantes (1675-2011)

Ano	Habitantes	Ano	Habitantes
1675	215	1911	586
1735	243	1920	523
1758	270	1930	640
1801	356	1940	647
1829	370	1950	662
1849	434	1960	620
1864	451	1970	405
1878	489	1981	389
1890	524	2001	272
1900	502	2011	222

Importa assinalar dois aspetos relevantes da história da localidade. Pelo seu alfoz passava uma importante via de comunicação interior/litoral que ligava Almeida a Coimbra, cujo percurso era o seguinte: Almeida; Pinhel; Trancoso; Forninhos; Viseu; Sabugosa; Criz; Galhano; Coimbra (Eliot 1811: 298). A travessia do Dão, junto a Forninhos, acabava por ser feita através de uma ponte de madeira (AHM, Correspondência de António Joaquim Morais, cx. 20 doc. 35, fl. 1). Refira-se, igualmente, o culto à Senhora dos Verdes

⁵ Os dados relativos à população, que serviram para a construção do gráfico I e da tabela II, foram coligidos em: ADV, Cabido de Viseu, Avulsos, cx. 6, doc. 2; ANTT, Memórias paroquiais de 1758, 16-128, fl.789-790; AHDV, Relação alfabética dos lugares e povoações do bispado de Viseu (1829-1830), lv. 78, III – 3ª A; Lima (1734-1736); Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849 (2000) X recenseamento geral da população: prédios e fogos; população-dados retrospectivos (1960), bem como dos censos de 1970, 1981 e 2011.

que nesta paróquia era vivido de forma fervorosa numa capela “fora do povo” (ANTT, Mem. Paroq., 16-128, fl.789-790). Na Época Contemporânea, a festa era muito concorrida. Leite de Vasconcelos, em 1896, refere o seguinte a propósito da festividade celebrada no dia 15 de agosto:

viam-se á entrada do terreiro dois arcos, um enfeitado com folhagens, outro já despido. Estes arcos usam-se muito entre nós: armam-se nos locais por onde a procissão tem de passar. Ordinariamente estão dispostos com bastante arte, enfeitados simetricamente na parte superior: constituem como que arcos triunfais (Vasconcelos 1927: 133).

Como sucedia noutras paróquias, a exemplo de Abruñosa (Mangualde) onde também se cultuava a Senhora dos Verdes, em Forninhos havia o costume de se cumprir o voto, isto é, fiéis de várias paróquias deslocavam-se, em romaria, à capela em determinadas épocas do ano para invocar a proteção da santa através de orações e ladainhas (Lemos, 2001: 341).

3. Os grupos sociais

O grosso da população ativa de Forninhos, em inícios da década de 1860, vivia da prática agrícola. Com efeito, 70% dos indivíduos eram jornaleiros, lavradores, seareiros ou proprietários. Os restantes, cerca de 1/3 do cômputo geral, dedicavam-se a diversos ofícios/profissões, nomeadamente pedreiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, taberneiros, tecedeiras, criados de servir e moleiros. Não será de excluir, pelo que se conhece de outras comunidades, que alguns dos que praticavam estes ofícios se dedicassem, concomitantemente, à prática agrícola (O'Neill 2011: 135).

Gráfico 2⁶. Grupos sociais – Forninhos (1860-1862)

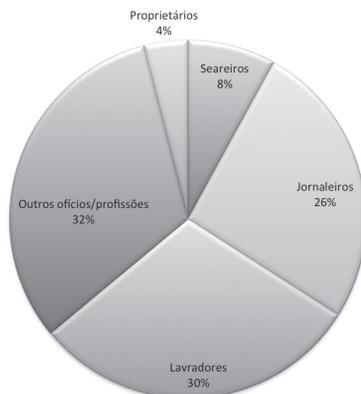


Tabela 3. Grupos sociais – Forninhos (1860-1862)

Seareiros	4	8%
Jornaleiros	13	26%
Lavradores	15	30%
Outros ofícios/profissões	16	32%
Proprietários	2	4%

As categorias sociais mais comuns eram as seguintes: lavradores, que se distinguiam no norte do país pela posse de animais de tiro, sendo, igualmente, detentores de propriedade fundiária (Serrão 2002:49); trabalhadores à jorna, designados jornaleiros ou cabaneiros (Almeida 2002:151). Estas duas categorias representavam a maioria da população em meados do século XIX: 30% pertenciam ao grupo lavradores, sendo 26% jornaleiros.

O número de proprietários, isto é, de indivíduos que detinham um número elevado de propriedades (O’Neill 2011: 149), era reduzido. Apenas se sinalizaram duas pessoas referenciadas como tal (4%). De igual modo, o número de seareiros, detentores ou arrendatários de pequenas parcelas de terra também não era expressivo: correspondia a 8% do cômputo geral. As restantes profissões ocupavam cerca de 30% do total. Eram profissões associadas a ofícios, maioritariamente relacionados com o comércio ou a pequena indústria.

Os proprietários estavam na cúspide da hierarquia. A forma como eram

⁶ Trata-se de uma amostra não aleatória. As unidades estatísticas foram constituídas a partir de referências documentais coligidas em registos de batismo, referentes a progenitores e padrinhos de batismo. ADG, Paróquia de Forninhos, Baptismos, II-A-1.2 cx. 8.

tratados, com particular deferência, espelha a importância que detinham no seio da comunidade. A utilização do epíteto “dona” estava reservada ao género feminino desta categoria. Em inícios da década de 1860, a proprietária Escolástica Moreira era tratada desta forma (ADG, Paróquia de Forninhos, Baptismos, II-A-1.2 Cx.8, fl. 33v-34).

Os lavradores e os seareiros ocupavam os lugares intermédios da sociedade local. No caso de Forninhos pertenciam a diversas famílias, por exemplo Marques, Almeida ou Cardoso. O património que detinham era constituído por imóveis e propriedades fundiárias. Em 1906, no inventário por óbito de José do Nascimento Cardoso, residente em Valagotes, e oriundo de uma família de lavradores ou seareiros, constava uma casa sobradada, a terça parte de uma casa “onde vive Alexandrina Tenreiro”, uma palheira, bem como diversas propriedades fundiárias que serviam, maioritariamente, para o cultivo de cereais. As propriedades constituíam-se como principal fonte de riqueza: os bens foram avaliados em 1.196 mil réis, com as propriedades fundiárias a valerem 1.106 mil réis e os imóveis 90 mil. De notar, que as terras não estavam concentradas num local. Por exemplo, as tapadas estavam localizadas nos sítios designados Nogueira e Hortas e os lameiros em Corga, Caldeirão e S. Pedro (ADG, Comarca de Trancoso, Inventários, V-AE-4.1/ Mç.121/ 4).

Por sua vez, os jornaleiros ocupavam os patamares inferiores da sociedade. Tratava-se de gente muito pobre. Sinal revelador de pobreza e marginalização social era o facto de as mães solteiras serem, por norma, jornaleiras. Dos cinco casos que foi possível contabilizar, entre 1860 e 1862, quatro eram jornaleiras, sendo uma tecedeira. Noutras regiões do país, as mães solteiras acabavam, igualmente, por ser oriundas dos estratos inferiores da sociedade (O'Neill 2011: 394).

Os grupos sociais estavam distribuídos pelos espaços habitacionais de forma particular. No Lugar vivia um número considerável de jornaleiros (em treze indivíduos que habitavam este núcleo populacional, nove eram jornaleiros). Já em Lameira estavam sediados, regra geral, as famílias de proprietários e lavradores (num grupo constituído por seis pessoas que viviam no local, quatro pertenciam a estas categorias). Curiosamente, ainda hoje é possível entrever a distribuição dos grupos sociais pela dimensão das casas tradicionais na localidade. As de maiores dimensões estão sobretudo concentradas na Lameira, sendo as habitações do Lugar mais pobres.

A distribuição das categorias sociais por género não é fácil de determinar já que as fontes, por norma, são omissas relativamente a esta matéria (raramente se menciona as funções desempenhadas pelas mulheres na comunidade). Em algumas comunidades, certas tarefas eram quase sempre desempenhadas por homens, caso dos lavradores (Nunes, Castilho 2015: 104).

Em Forninhos, há indícios de que os lavradores eram, maioritariamente, do género masculino e oriundos de famílias de lavradores. Por exemplo, num registo de batismo de inícios da década de 1860 refere-se que José era filho de Francisco Marques e Maria José, lavradores, moradores na Rua das Lajes. O padrinho chamava-se José Marques; era igualmente lavrador, sendo tio paterno do batizado. O trabalho à jorna era exercitado, quer por homens, quer por mulheres. Maria Joaquina Valente era jornaleira em meados do século XIX, sendo familiar de Ana Valente igualmente jornaleira. Também a categoria proprietários acabava por ser indistinta no que se refere ao género. José Fernandes de Figueiredo e Escolástica Moreira, que habitavam na Lameira, eram considerados proprietários.

Quanto aos ofícios, alguns eram desempenhados por homens, caso dos carpinteiros, ferreiros, sapateiros ou alfaiates, sendo os ofícios ligados à fição (fiadeiras e tecedeiras) ou à costura desempenhados exclusivamente por mulheres. Algumas atividades eram desempenhadas indistintamente por homens e mulheres, caso dos seareiros, moleiros e taberneiros. Por exemplo, num registo de batismo de 1862 refere-se que a madrinha era Maria de Albuquerque, taberneira. Refira-se que as tabernas da localidade eram locais sombrios e pouco higiénicos. Leite de Vasconcelos, em 1896, descreve a “casa da venda” de Forninhos, como uma “escura espelunca onde ninguém veria nada”. Era constituída pela venda e por uma “quintã pegada à casa, recinto descoberto que corresponde exactamente ao páteo ou páitos da Extremadura” (Vasconcelos 1927: 132).

Tabela 4. Grupos sociais - Forninhos (1860-1862)

Jornaleiros	13
Lavradores	15
Tecedeiras	6
Seareiros	4
Carpinteiros	3
Pedreiros	2
Proprietários	2
Alfaiates	1
Moleiros	1
Sapateiros	1
Taberneiros	1
Criados de servir	1

A estrutura social de Forninhos tem obrigatoriamente de ser lida num contexto mais abrangente, sob pena de se ficar com uma perspetiva enviesada da sociedade camponesa. Uma amostra formada por 537 unidades, de sete freguesias da região⁷, permite entrever as categorias sociais existentes no planalto beirão em meados do século XIX⁸.

Gráfico 3. Grupos sociais – Beira Interior (1860-1874)

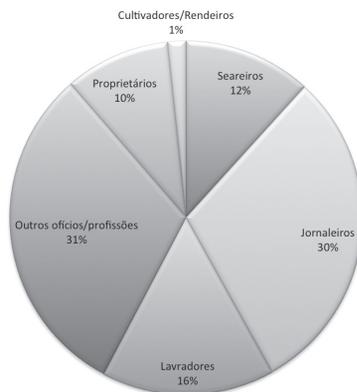


Tabela 4. Grupos sociais – Beira Interior (1860-1874)

	Número	Porcentagem
Seareiros	63	12%
Jornalheiros	162	30%
Lavradores	85	16%
Outros ofícios/profissões	166	31%
Proprietários	52	10%
Cultivadores/Rendeiros	9	1%

⁷ As freguesias consideradas foram as seguintes (entre parêntesis, o número de habitantes de cada localidade em 1864): Fornos de Algodres (1361); Aguiar da Beira (930); Matança (679); Casal Vasco (531); Penaverde (974); Forninhos (451); Vila Chã (248). Instituto Nacional de Estatística – X recenseamento geral da população.

⁸ Amostra construída a partir de referências documentais à profissão de progenitores e/ou padrinhos de batismo entre 1860 e 1874, não aleatória, estratificada em função do peso percentual dos habitantes de cada freguesia na população do conjunto das freguesias. O número de referências coligidas em cada uma das localidades foi o seguinte: Fornos de Algodres (149); Aguiar da Beira (87); Matança (67); Casal Vasco (65); Forninhos (50); Vila Chã (24). ADG – Paróquia de Aguiar da Beira, Baptismos, II-A-1.1 cx.1; Paróquia de Penaverde, Baptismos, II-A-1.2 cx. 10; Paróquia de Fornos de Algodres, Baptismos, II-B-1.1 cx. 4; Paróquia de Casal Vasco, Baptismos, II-B-1.1 cx. 1 A; Paróquia de Matança, Baptismos, II-B-1.2 cx. 7; Paróquia de Forninhos, Baptismos, II-A-1.2 cx. 8; Paróquia de Vila Chã, Baptismos, II-B-1.3, cx. 9.

A esmagadora maioria da população dedicava-se ou vivia da prática agrícola (cerca de 2/3 do cômputo geral; os ofícios ocupavam 1/3 da população). Neste plano, Forninhos não se distinguia das comunidades circunvizinhas. Verificam-se, igualmente, semelhanças na forma como se estruturava a distribuição da população pelas categorias sociais; a percentagem de jornaleiros e seareiros estava de acordo com o peso das categorias na região (30% de jornaleiros e cerca de 12% de seareiros). Contudo, observam-se algumas particularidades. O número de lavradores era consideravelmente superior (30% em Forninhos e 16% na região) e o de proprietários inferior (4% em Forninhos contra 10% na região). Por que se verificam estas particularidades?

Nas freguesias de Penaverde, Fornos de Algodres e Vila Chã, a categoria mais representativa era a de jornaleiro (cerca de 40% da população exercia esta atividade em meados do século XIX). Por sua vez, nestas localidades, o número de lavradores e seareiros era reduzido (inferior a 20% do cômputo geral da população). Já em Aguiar da Beira, Matança e Casal Vasco sucedia o inverso; as categorias com maior representatividade eram constituídas por lavradores ou seareiros (cerca de 30%), sendo o número de jornaleiros inferior (menos de 20% do cômputo geral). Assim, é possível entrever a existência de dois grupos de localidades, tendo em consideração as categorias sociais mais representativas. Um grupo (A) onde os jornaleiros eram particularmente expressivos (Penaverde; Fornos de Algodres; Vila Chã). Neste grupo cerca 35% a 45% da população trabalhava à jorna. E um segundo grupo (B), da qual fazia parte Forninhos, onde as categorias lavradores/seareiros acabavam por ser as mais representativas (Aguiar da Beira; Matança; Casal Vasco). Aqui 30% a 40% da população era lavrador ou seareiro. Como se verifica, a distribuição da população pelos diversos grupos sociais era distinta em localidades geograficamente muito próximas.

A hidrografia e a orografia estão por trás da existência de particularidades, especialmente o peso de certos ofícios na comunidade local. A localidade de Matança era atravessada por um curso de água com suficiente caudal para permitir a existência de vários engenhos de moagem, sendo as suas margens propícias à existência destes engenhos. Contudo, se é possível estabelecer esta relação entre alguns ofícios e a geografia física, no que se refere aos grupos que dependiam da prática agrícola, tal relação não parece suscetível de ser estabelecida; as localidades do planalto beirão são marcadas por características orográficas e climatéricas similares.

No campesinato, a distribuição da população pelos grupos sociais dependia da forma como a propriedade se encontrava alocada. Nas freguesias em que a propriedade estava concentrada nas mãos de um número reduzido

de indivíduos, as cifras de jornaleiros eram superiores. Alguns dos principais proprietários, em meados do século XIX, eram oriundos da nobreza. Penaverde, Fornos de Algodres e Vila Chã acabam por ser localidades onde o peso senhorial era evidente (nestas povoações viviam famílias fidalgas, a exemplo dos Lemos e Nápoles, em Penaverde, os Abreu Castelo Branco e os Albuquerque, em Fornos de Algodres, e os Pedroso, em Vila Chã. Estas famílias há muito que se haviam estabelecido na região. Por exemplo, na diligência de habilitação de António de Lemos e Nápoles, refere-se que era “Fidalgo da Casa de sua Magestade, solteiro, natural e morador do lugar do Mosteiro termo da vila de Penaverde” (ANTI, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 92, doc. 1724). Os membros destas famílias constituíam-se como principais proprietários à escala local. António Pedroso de Sousa Coutinho Castelo Branco, residente em Vila Chã, e Luís de Albuquerque e Vasconcelos, natural de Fornos de Algodres, em 1860, foram taxados em 32 600 réis e 17 070 réis de décima, respetivamente; eram valores muito altos quando comparados com os valores pagos pela restante população (Nunes; Castilho 2015: 103). As cifras elevadas de jornaleiros nestas localidades decorrem deste facto. Eram necessários à prática agrícola, uma vez que os proprietários não a exercitavam, primeiramente pela sua condição, depois porque o número de parcelas de terra que possuíam era de tal forma elevado que tinham obrigatoriamente de recorrer a trabalhadores à jorna. De notar, que a concentração da propriedade num número reduzido de proprietários potenciava a existência de jornaleiros (O’Neill 2011: 422).

Ao invés, nas localidades onde a propriedade não estava concentrada nas mãos de um número reduzido de proprietários, o número de trabalhadores à jorna era inferior. Com efeito, nestas freguesias, a terra estava distribuída de forma mais equitativa, isto é, vários indivíduos, maioritariamente pertencentes às categorias lavradores e seareiros, detinham parte considerável das parcelas de terra (Nunes; Castilho 2015: 102; 110). Estas localidades não eram, por norma, habitadas por gente fidalga. Em Matança não havia gente nobre, sendo que em Aguiar da Beira, no século XIX, considerava-se que uma das razões do atraso da localidade se prendia com o facto de os fidalgos há muito dali terem debandado (Costa, Portugal 1985: 23). Casal Vasco foi habitada por uma família nobre, os Cáceres. Na Época Moderna, todavia, esta família deixou de viver em Casal Vasco e as propriedades da casa passaram para a família Sá e Melo (Coimbra) e posteriormente para a Casa da Ínsua – Penalva do Castelo (Marques 1988: 240). Ora, lavradores e seareiros assumiam a responsabilidade do cultivo das suas terras; por isso, nestas localidades, os jornaleiros eram em número reduzido.

Poder-se-á pensar que as assimetrias que se observam no planalto beirão são uma particularidade da região. Todavia, em Trás-os-Montes, foram detetadas discrepâncias no que concerne à distribuição da população por grupos sociais em localidades pertencentes à mesma freguesia (O'Neill 2011: 422). Nestas comunidades, o crescimento populacional que se fez sentir no século XIX contribuiu para o aumento das categorias intermédias da organização social, caso dos seareiros e lavradores. Veja-se, como exemplo, o caso da quinta do Mineiro, localizada em Matança (Fornos de Algodres). Até ao século XIX esteve nas mãos de um indivíduo, que se dedicava à prática agrícola e ao comércio. No decurso da centúria de Oitocentos foi dividida em múltiplas parcelas, propriedade de vários indivíduos. O espaço habitacional da quinta também mudou. Deixou de ser constituído apenas pela casa do proprietário fundador, para se transformar num pequeno núcleo habitacional (Nunes, Castilho 2015: 20-21). Tudo isto concorreu naturalmente para a atomização da propriedade.

O aumento do número de jornaleiros, seareiros e lavradores, potenciado pelo crescimento da população que se fez sentir no século XIX, foi efetivo no planalto beirão. Ao invés, o aumento de proprietários, considerados como tal pelas fontes, não foi substantivo. Esta categoria, composta por indivíduos detentores de propriedades fundiárias e capital social, era constituída por um número reduzido de pessoas (cerca de 10% da população).

4. Conclusão

Este trabalho tem limitações que importa assinalar. Cinge-se a uma área pequena do território do país, num período temporal reduzido. Em todo o caso, foi possível entrever uma realidade que tem sido pouco estudada e por isso, ou talvez por isso, objeto de generalizações e simplificações que acabam por ser redutoras da realidade.

Com efeito, foi possível observar uma sociedade agrária, campesina, em meados do século XIX, constituída por pequenas localidades, onde a maioria da população dependia exclusivamente da terra para sobreviver (lavradores, seareiros e jornaleiros). Localidades distantes dos principais centros urbanos e marcadas por vias de comunicação deficitárias. Percebe-se, assim, a existência de uma multiplicidade de profissões/ofícios que asseguravam a vivência da população em meados do século XIX.

A distribuição da população por grupos sociais era distinta em localidades geograficamente próximas, pese embora se possa considerar a existência de dois grupos (localidades onde a categoria jornaleiro era a mais represen-

tativa, em contraponto a localidades onde as categorias lavrador ou seareiro acabavam por ser as mais expressivas).

A maioria das localidades da região, a exemplo de Forninhos, era composta por terras pobres, que continuaram a sê-lo nos alvares da segunda metade do século XIX. O Liberalismo não veio alterar de forma significativa a existência da população que crescia de forma desmesurada, sem que os recursos existentes crescessem de igual modo. Não foi por acaso que esta região se constituiu como um dos principais alfobres da emigração portuguesa para a América, sobretudo para o Brasil (Nunes, Castilho 2015: 137-141).

A reforma da propriedade fundiária, um dos escopos do direito liberal no plano económico, teve como principal propósito renovar e desenvolver o país nas dimensões agrícola e industrial. Contudo, a aplicação do direito não contribuiu para o desenvolvimento no planalto beirão. Em primeiro lugar, porque não teve em consideração as especificidades do país no plano económico e social. No interior, a distribuição da população por grupos sociais não era uniforme; ao invés, era diferenciada em localidades geograficamente próximas. Em segundo lugar, não alterou de forma significativa a estrutura social pré-existente. Na região, a existência de lavradores, seareiros e jornaleiros está documentada para as épocas anteriores ao período contemporâneo. No século XIX, alguns indivíduos, sobretudo os lavradores mais ricos, passam a ser considerados proprietários (Nunes, Castilho 2015: 103). Todavia, esta categoria, nas décadas de 1860 e 1870, não era expressiva.

Em terceiro lugar, o crescimento populacional potenciou o aumento das cifras de indivíduos dos grupos sociais intermédios e baixos da hierarquia social. Os que pertenciam a estes estratos eram, na sua maioria, detentores de pequenas propriedades; em Matança, a grande parte dos lavradores e seareiros declarou de décima predial, na década de 1860, um montante inferior a 4 mil réis anuais, o que era um valor particularmente baixo (Nunes, Castilho 2015: 103; 108). Nesse sentido, a proliferação de lavradores e seareiros contribuiu para a atomização da propriedade. Mas o desenvolvimento da agricultura não era compatível com a divisão da propriedade fundiária. Liberalizar a terra, sem procurar evitar a sua dispersão, não contribuiu para o desenvolvimento agrícola, pois impediu a existência de unidades agrícolas rentáveis⁹.

⁹ Por isso, no século XX, foram reforçados os direitos legais de preferência, caso por exemplo dos direitos dos proprietários dos prédios rurais confinantes. Sobre este assunto ver Miranda (2015).

Abreviaturas de arquivos

AHM = Arquivo Histórico Militar

ANTT = Arquivo Nacional Torre do Tombo

ADV = Arquivo Distrital de Viseu

AHDV = Arquivo Histórico da Diocese de Viseu

ADG = Arquivo Distrital da Guarda

Fontes manuscritas

AHM, Correspondência de António Joaquim de Morais [...], Divisões, Portugal e Campanhas na Europa, Comando do Conde de Goltz (1801-1807), cx. 20, doc. 35.

ANTT, Memórias paroquiais de 1758, 16-128, fl.789-790.

—, Paróquia de Forninhos, Mistos, lv. M1, cx. 6.

—, Paróquia de Forninhos, Baptismos, lv. B3, cx. 7.

—, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 92, doc. 1724.

ADV, Cabido de Viseu, Avulsos, cx.6, doc. 2.

—, Paróquia de Antas, Mistos, cx.1, n.º 1.

AHDV, Relação alfabética dos lugares e povoações do bispado de Viseu (1829-1830), lv. 78, III – 3.ª A.

—, Livro do sitio de cada igreja deste bispado e da quallidade dellas, lv. 226 A.

ADG, Direcção das obras publicas do Distrito da Guarda, I-D-3.1 cx. 8.

—, Comarca de Trancoso, Inventários, V-AE-4.1/ mç.121/ 4.

—, Paróquia de Aguiar da Beira, Baptismos, II-A-1.1, cx.1; Paróquia de Penaverde, Baptismos, II-A-1.2, cx.10; Paróquia de Fornos de Algodres, Baptismos, II-B-1.1, cx. 4; Paróquia de Casal Vasco, Baptismos, II-B-1.1, cx. 1 A; Paróquia de Matança, Baptismos, II-B-1.2, cx.7; Paróquia de Forninhos, Baptismos, II-A-1.2, cx.8; Paróquia de Vila Chã, Baptismos, II-B-1.3, cx.9.

Fontes impressas

A Ilustração Luso-Brasileira (1859). Lisboa: Typographia de A. J. F. Lopes.

BLUTEAU, Raphael (1728). *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no 1º Semestre de 1837 (1837). Lisboa: Imprensa Nacional.

ELIOT, William Granville (1811). *A treatise on the defence of Portugal with a military map of the country to which is added a sketch of the manners and customs of the inhabitants and principal events of the campaigns under lord Wellington*.

London: T. Egerton, Militar Library Whitehall.
Instituto Nacional de Estatística (1960). *X recenseamento geral da população: prédios e fogos; população-dados retrospectivos*.
LIMA, Luiz Caetano de (1734-1736). *Geografia Histórica [...]*. Lisboa: na Off. De Joseph Antonio da Sylva.
Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849 (2000). Lisboa: INE, 2000.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Antónia Pires (2002). “Jornaleiros”, in MADUREIRA, Luís Nuno, MARTINS, Conceição A., MONTEIRO, Nuno G., *História do Trabalho e das Ocupações*. Lisboa: Editorial Celta, vol. III, 151-159.
- COSTA, Fernando Jorge dos Santos, PORTUGAL, João António (1985). *Aguiar da Beira – A história, a terra e as gentes*. Aguiar da Beira: Câmara Municipal de Aguiar da Beira.
- CASCÃO, Rui (1998). *Figueira da Foz e Buarcos, 1861-1910. Permanência e mudança em duas comunidades do litoral*. Coimbra: Ed. Minerva.
- FONSECA, Fernando Taveira da (1993). “Elites e classes médias”, in José Mattoso, *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. V, 459-477.
- Forninhos a Terra dos nossos avós* (2013). Viseu: Junta de freguesia de Forninhos.
- JUSTINO, David (1988). *A formação do espaço económico nacional – Portugal 1810-1913*. Lisboa: Vega Editores.
- LEMOS, Luís Ferreira (2001). *Penaverde (Aguiar da Beira) sua vila e termo*. [s.n.]: Edição de autor.
- MARQUES, José Pinheiro (1988). *Terras de Algodres (concelho de Fornos)*. Fornos de Algodres: Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
- MARTINS, Conceição Andrade, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2002). “Proprietários”, in MADUREIRA, Luís Nuno, MARTINS, Conceição A., MONTEIRO, Nuno G., *História do Trabalho e das Ocupações*. Lisboa: Editorial Celta, vol. III, 64-72.
- MIRANDA, Filipa Lobo de (2015). *A atribuição dos direitos de preferência em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (dissertação de doutoramento policopiada). (https://run.unl.pt/bitstream/10362/15180/1/Miranda_2015.pdf, consultado em 2018.03.02)
- NETO, Margarida Sobral (2015). *Penela. Um percurso pelo tempo*. Coimbra: Palimage.
- NUNES, João (2016a). “Circunscrições eclesíásticas: arceprestados e freguesias”, in PAIVA, José Pedro, *História da Diocese de Viseu*. Viseu e Coimbra: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. II, 12-24.
- NUNES, João (2016b). “A geografia diocesana (1147-1505)”, in PAIVA, José Pedro, *História da Diocese de Viseu*. Viseu e Coimbra: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. I, 43-55.

- NUNES, João, CASTILHO, Liliana (2015). *De tempos immemoriaes. A Matança: história e património de uma comunidade*. Guarda: Câmara Municipal de Fornos de Algodres; Junta de Freguesia de Matança.
- OLIVEIRA, João Nunes de (2010). “Entre a tradição e a inovação A agricultura da Beira Alta nos séculos XVIII e XIX”, *Revista Portuguesa de História*, 41, 73-103.
- O’NEILL, Brian Juan (2011). *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras, Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana (1870-1978)*. Porto: Ed. Afrontamento.
- SERRÃO, José Vicente (2002). “Lavradores”, in MADUREIRA, Luís Nuno, MARTINS, Conceição A., MONTEIRO, Nuno G., *História do Trabalho e das Ocupações*. Lisboa: Editorial Celta, vol. III, 45-54.
- ROWLAND, Robert (1984). “Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada”, *Ler História*, 3, 13-32.
- VAQUINHAS, Irene, NETO, Margarida Sobral (1993). “Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações”, in MATTOSO, José, *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. V, 325-333.
- VAQUINHAS, Irene (1993). “O campesinato”, in MATTOSO, José, *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. V, 479-491.
- VASCONCELOS, José Leite de (1939). *Revista lusitana: arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, vol. 37-38. Lisboa: A.M. Teixeira.
- VASCONCELOS, José Leite (1927). *De terra em terra. Excursões arqueológico-Etnográficas através de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, Teresa Rodrigues (2004). *A população portuguesa no século XIX*. Lisboa: Afrontamento.

Apêndice

Grupos sociais por freguesia

	Lavradores	Jornaleiros	Seareiros	Proprietários	Cultivadores/rendeiros	Outros ofícios/profissões
Forninhos	30	26	8	4	0	32
Penaverde	19	45	9	7	0	20
Aguiar da Beira	28	19	6	10	8	29
Matança	14	16	31	5	3	31
Fornos de Algodres	11	38	3	11	0	37
Casal Vasco	3	18	31	17	0	31
Vila Chã	4	39	4	15	0	38

Grupos sociais (totais)

Seareiros	63
Jornaleiros	162
Lavradores	85
Outros	166
Proprietários	52

“Almoços, lunchs, jantares e ceias”: os serviços de restauração em Lisboa à luz dos anuários comerciais (1871-99). Tipologias, serviços e produtos.

“Almoços, lunchs, jantares e ceias”: Lisbon food services in annual commercial directories (1871-99). Typologies, services and products.

JOÃO PEDRO GOMES¹

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

Projeto DIAITA: Património Alimentar da Lusofonia

jpdrgms@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 21/06/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 06/02/2018

Resumo: As transformações sociais que ocorreram na Europa ao longo do século XIX refletiram-se com particular intensidade no universo alimentar onde, paralelamente à crescente urbanização das cidades, se registou um aumento de serviços de produção e comercialização de preparados culinários bem como no estabelecimento de uma heterógena rede comercial, preparada para responder às necessidades de quase todos os estratos sociais.

Lisboa, como capital, não foi estranha a estas alterações, que podem ser percebidas através dos anuários comerciais. Analisados em longo espectro, permitem observar a dinâmica comercial e publicitária da rede comercial de serviços de restauração urbanos, bem como tipologias de estabelecimentos de restauração, serviços e produtos oferecidos e, em determinados casos, preços praticados.

A análise aqui conduzida concentra-se num conjunto de sete volumes publicados entre 1871 e 1899 e respeitantes a duas publicações específicas: o *Almanach da Agência Primitiva de Annuncios* e o *Anuario Commercial ou Anuario Oficial de Portugal*.

Palavras-chave: Lisboa, século XIX, Alimentação, Restauração, Publicidade.

Abstract: The social changes that have occurred in Europe throughout the 19th century reflected a change of the food universe where, parallel to the rising of population's urbanization, occurs an increasing in the production and commercialization of food ready to eat, provided by a heterogeneous commercial network, which answered to the needs of almost all social strata.

Lisbon, as the country's capital, was no stranger to these changes that can be perceived through the analyses of published annual commercial directories. Analyzed on a broad spectrum, this kind of publications allows us to observe the commercial and advertising dynamics of catering establishments, types of shops, services and products offered and, in specific cases, established prices of some services.

This analysis was based on a set of seven volumes, published between 1871 and 1899, and related to two specific publications: the *Almanach da Agência Primitiva de Annuncios* e o *Anuario Commercial ou Anuario Oficial de Portugal*.

Keywords: Lisbon, 19th century, Food, Food Services, Publicity.

¹ Bolseiro de doutoramento FCT (SFRH/BD/129185/2017). Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT.

1. Introdução. Alimentação e sociabilidade urbana na segunda metade do século XIX: o caso de Lisboa.

O século XIX reveste-se de especial interesse no que respeita às práticas alimentares quotidianas. Entre o fausto dos banquetes, bailes e soirées da aristocracia e alta burguesia e a constante privação e monotonia alimentar das classes operárias e agrícolas, os centros urbanos condensavam em si esta dualidade social que desde o início do século vinha sofrendo alterações.

Símbolos da modernidade e progresso, às cidades era imperativo a existência de serviços alimentares que, por um lado, suprissem as necessidades básicas da classe operária e, por outro, respondessem às extravagâncias alimentares da burguesia e aristocracia urbanas. Se, para os primeiros, uma rede de estalagens, hospedarias e tabernas permitia um acesso direto e pouco dispendioso a refeições rápidas² (sempre que possível, substituídas pela “merenda” trazida de casa), para as classes privilegiadas os serviços a oferecer deveriam ser mais requintados, sofisticados e dispendiosos. O quotidiano destes, pautado pela oscilação entre práticas domésticas (privadas) e práticas sociais (em contexto privado e público), atos regrados e carregados de teatralidade, incutiam na alimentação e práticas alimentares um papel de primaz importância (Cascão 2011: 222). Para a burguesia emergente que se constituía como grupo social de relevo, dispendir dinheiro em comida era essencial à manutenção da sua imagem, independentemente da ocasião (Drouard 2007: 276): bailes e “soirées” em casa, idas ao teatro, jantares em restaurantes de renome ou reuniões em cervejarias, cada ocasião requeria um tipo de serviço, produto alimentar ou local específico.

Em Lisboa, até à década de 1880, registava-se uma peculiar escassez de locais de diversão e lazer públicos que se coadunassem com as práticas burguesas (Cascão 2011: 71). A tardia revolução urbanística experimentada entre as décadas de 1860 e 1880, numa tentativa de “modernização” das infraestruturas da capital e equiparação com as demais congéneres europeias (Silva e Matos 2000), potenciaria o desenvolvimento da malha urbana e comercial da cidade apenas na última década do século.

Assim, o quotidiano burguês e aristocrático de Lisboa, aparece, à data, pautado por eventos sociais de carácter pouco cidadão, detetando-se uma grande profusão de bailes, “lunchs”, soirées e jantares nas casas aristocráticas

² A existência de serviços ditos de restauração em contexto urbano está atestada desde a Antiguidade Clássica (O’Gorman 2005). Em Portugal, desde a Idade Média, são conhecidas estalagens e albergarias que dispunham de serviços alimentares, evidenciando-se, já no período moderno, uma maior especialização, registando-se tabernas, lojas de confeitores e pasteleiros (Braga 2014 e Gomes 2017).

e burguesas (Cascão 2011: 221), mantendo a aristocracia portuguesa afastada dos locais públicos de socialização (Lousada 2011: 454), privilegiando as reuniões em contexto doméstico e cujos repastos, grande parte das vezes, eram assegurados por renomados estabelecimentos comerciais que ofereciam produtos requintados e sofisticados (Cascão 2011: 67). Bastará folhear a obra de Eça de Queirós ou Ramalho Ortigão para detetar a importância das refeições formais e informais no quotidiano das classes urbanas mais privilegiadas³, herdeiras dos salões aristocráticos setecentistas⁴ que, paulatinamente, se foram alargando a outros grupos sociais a partir do século XIX (Lousada 2004: 21-23).

Será apenas na última década do século XIX que a estas formas de sociabilidade se acrescentam outras de carácter verdadeiramente urbano, abrangendo todas as classes sociais (Cascão 2011: 224). Difundem-se restaurantes, cafés, confeitarias, cervejarias, botequins e casas de pasto, alargando o leque de produtos e serviços alimentares disponíveis, registando-se a venda de refeições mais ou menos sofisticadas para consumo no local, venda para fora e entregas ao domicílio, desenhando-se, assim, uma rede de serviços de restauração heterógena e preparada para responder às distintas demandas de uma população que passaria de cerca de 240.000 habitantes para mais de 350.000 em 1900 (Veiga 2004:63).

O reconhecimento destes novos serviços alimentares, associados a novas práticas de sociabilidade, encontra nas publicações periódicas dedicadas à divulgação e publicidade uma fonte privilegiada (a par dos jornais diários). Partindo da iniciativa dos proprietários, com o intuito de captar mais clientes, o registo e divulgação de estabelecimento nestas publicações representam uma imagem fiável do dispositivo comercial e industrial ativo na capital, em cada ano da sua publicação.

Duas destas publicações oferecem uma considerável quantidade de dados: o *Almanach da Agência Primitiva de Annuncios* e o *Annuario Commercial ou Annuario Official de Portugal*⁵. Pela sua específica natureza editorial, permitem conhecer algumas das características dos estabelecimentos dedicados à venda de comida, nomeadamente os produtos e serviços oferecidos, con-

³ Peixinho, 2016. A riqueza da obra queirosiana em elementos que permitem uma caracterização dos hábitos e práticas alimentares da sociedade portuguesa de oitocentos pode ser percebida nos estudos de Dário Alves (Alves, 1992).

⁴ Ainda que no espaço português não sejam numerosos os casos dos salões de cariz intelectual/artístico (Lousada 2004: 18).

⁵ Para o estudo em questão, foram considerados os anos de 1871, 1873 e 1874 do *Almanach da Agência Primitiva de Annuncios* (de ora em diante referido como *Almanach*) e os anos de 1896, 1897, 1898 e 1899 do *Annuario Official de Portugal* (de ora em diante referido como *Annuario*), os únicos volumes disponíveis na coleção da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra referentes ao século XIX.

sumidores associados e a sua dispersão pela malha urbana de Lisboa. Para o estudo em questão, foram selecionados os dados referentes a nove categorias de estabelecimentos considerados de restauração: Casa de Pasto, Confeitaria, Hotel, Restaurante, Estalagem, Conservaria, Empresa Culinária, Jantares ao Domicílio e Cervejaria. As distinções entre estes estabelecimentos, nem sempre claras e evidentes, serão exploradas adiante.

2. Almanach da Agência Primitiva de Anuncios e o Annuario Commercial ou Annuario Official de Portugal: as especificidades das fontes.

Ainda que o *Almanach* e o *Annuario* tenham nascido da necessidade de informar e de divulgar as diversas atividades comerciais e industriais existentes no país, os distintos contextos editoriais condicionaram, à partida, os resultados das leituras estatísticas feitas dos estabelecimentos publicitados em ambos os impressos.

O *Almanach da Agência Primitiva de Anuncios* era uma publicação anual da Agência Primitiva de Anúncios, propriedade de Luiz Maria Pereira de Braun Peixoto, que seria, nos modelos atuais, uma companhia de publicidade encarregada de compor graficamente e publicar em vários jornais anúncios de estabelecimentos comerciais privados, mediante pagamento. Publicava, anualmente, um almanaque que reunia todas as publicidades encomendadas. O processo de divulgação de um estabelecimento passava pela contratualização da produção de um anúncio para qualquer fim o qual seria igualmente publicado na edição desse ano, a cargo da empresa. Depreende-se que o preço da publicidade seria calculado pelo número de linhas de texto e tamanho do anúncio, como assim parece indicar o próprio anúncio à Agência (*Almanach* 1874: 507-508).

A esta secção de anúncios, com uma média de 200 anúncios por ano, acrescentavam-se variadas informações úteis como dias santos, efemérides, taxas de correio postal e alfandegárias ou relações de funcionários ministeriais. Cada número era vendido a 120 réis, aumentado para 200 réis em 1874 (*Almanach* 1874: 3-6).

O *Annuario*, como resultado da própria evolução deste tipo de publicações anuais, compreendia um maior volume de informação sobre estabelecimentos comerciais, contemplando também secções de informações úteis. Grande parte deste periódico era dedicado ao registo dos estabelecimentos comerciais, industriais, associativos e profissionais liberais do país, reunidos em longas listagens que alcançavam alguns milhares de entradas, organizados

em mais de duas centenas de categorias. Apresentava, igualmente, uma secção de anúncios, com uma média de 250 anúncios por ano. Importa, para o estudo em questão, apontar a fraca incidência de anúncios relativos às tipologias selecionadas, existindo apenas registos para hotéis, confeitarias, e empresas culinárias/jantares ao domicílio, quando comparados com os índices gerais de estabelecimentos. O custo deste periódico fixava-se nos 2.000 réis.

A divulgação de um estabelecimento no *Annuario* era bastante simples e poder-se-ia fazer de dois modos: a inclusão do estabelecimento nos índices de atividades ou a publicação de um anúncio. Invariavelmente, todo o estabelecimento que detinha um anúncio era incluído nos índices de atividades, figurando na entrada correspondente a indicação da página onde o anúncio se encontrava.

Os esforços na contínua atualização das listagens levariam mesmo a que a redação do *Annuario*, a partir de 1899, incluísse, no volume, formulários que poderiam ser preenchidos com novas informações ou correções e enviados para a sede⁶.

A inexistência de regras específicas para a publicação de um anúncio, em ambos os periódicos, leva a crer que este formato era pago e contratualizado individualmente entre cada interessado e a redação, devendo ser um serviço dispendioso, uma vez que a percentagem de anúncios no *Annuario* é, entre 1896 e 1899, residual quando comparada com o número de entradas nos índices.

Ainda que os estudos sobre publicidade em Portugal na segunda metade do século XIX não sejam numerosos⁷ e se desconheçam, em detalhe, as características do mundo publicitário oitocentista⁸, publicações como o *Almanach* e o *Annuario* acompanhavam a dinâmica do tecido comercial urbano (de Lisboa, neste caso particular) e respondiam às necessidades de uma crescente cultura de massas para a qual o poder de escolha e de variedade era essencial (Dias 2007: 312-313). Os próprios anúncios, apenas de algumas linhas de texto e de menor investimento gráfico, em diários como o *Diário de Notícias* ou em publicações especializadas em anúncios como *O Grátis*⁹, evidenciam a expansão dessa cultura de massas a quase todos os segmentos da sociedade lisboeta a partir da primeira metade do século XIX.

⁶ Como exemplo, ver folha entre página 781 e 782 do *Annuário* de 1899.

⁷ Veja-se, a título de exemplo, Tengarrinha 1989 e Braga e Oliveira 2008.

⁸ “Foi Você que Pediu uma História da Publicidade?”, de Luís Trindade, constitui-se como a obra de referência sobre a história da publicidade no espaço nacional, ainda que se limite à análise desta no século XX (Trindade 2008).

⁹ Publicação que reunia pequenos anúncios de texto das mais diversas naturezas, registando-se anúncios a casas de pasto e outros estabelecimentos de venda de comida de baixo preço (Braga 2000: 181-186).

3. Os estabelecimentos comerciais: definição de conceitos.

As nove categorias de serviços de restauração selecionadas correspondem a categorias existentes nos três volumes do *Almanach* e nos quatro volumes do *Annuario*: Casa de Pasto, Confeitaria, Hotel, Restaurante, Estalagem, Conservaria, Empresa Culinária, Jantares ao Domicílio e Cervejaria. O denominador comum a todos estes, e razão da seleção para este estudo, assenta na sua associação a serviços de venda de comida/refeições preparadas, tanto para consumo no próprio estabelecimento como para consumo domiciliar, correspondendo a cada um uma tipologia de serviço/produto, direcionados a distintos consumidores.

Os dicionários contemporâneos às fontes permitem um melhor esclarecimento sobre a tipologia de serviços e consumidores associados a cada estabelecimento, nomeadamente o *Grande Dicionário Português ou Thesouro da Língua Portuguesa*, publicado em 1873 por Frei Domingos Vieira¹⁰, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, editado por Basílio de Castelbranco em 1881¹¹ e o último dicionário editado no século XIX, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, publicado em 1899¹².

Casa de pasto, segundo o *Grande Dicionário*, era uma “casa onde se vai comer por preços determinados” (Vieira 1873: 129), uma definição muito próxima à de Rafael Bluteau no primeiro quartel do século XVIII¹³. O *Novo Dicionário* vai mais longe, definindo-a como “estabelecimento culinário onde a toda a hora se vende e serve qualquer refeição” (Castelbranco: 1881 (II): 1308). Curiosamente, o termo deixou de figurar no *Dicionário Contemporâneo*, aparecendo como uma definição para restaurante.

A cervejaria seria, tanto pelo *Dicionário Contemporâneo* como pelo *Novo Dicionário*, um estabelecimento dedicado à produção e/ou venda de cerveja (Castelbranco 1881: 314 e Figueiredo 1899: 279). No entanto, a listagem de algumas cervejarias no *Annuario* de 1896 na categoria de “Restaurante” induz a considerar que estes estabelecimentos dispunham também de serviço alimentar, a par da venda de cerveja.

A confeitaria, que surge em Portugal no século XVI com a ascensão da classe profissional dos confeitores (Braga 2014 e Gomes 2014: 220), irá manter o âmbito comercial original, isto é, o de “casa onde se fazem ou ven-

¹⁰ Referido, de ora em diante, como *Grande Dicionário* (Vieira 1873).

¹¹ Referido, de ora em diante, como *Dicionário Contemporâneo* (Castelbranco 1881).

¹² Referido, de ora em diante, como *Novo Dicionário* (Figueiredo 1899).

¹³ “Casa em que se dá de comer por dinheiro” (Bluteau, 1720: 311).

dem doces” (Castelbranco 1881: 375) a que, como se verá, se acrescentam outras valências comerciais no final do século XIX.

Os termos “conservaria”, “empresa culinária” e “jantares ao domicílio” não figuram em nenhum dos dicionários mencionados. O seu sentido é apenas aferido através da análise dos anúncios.

Também à estalagem se associa a atividade hoteleira e serviço de cozinha: o *Grande Dicionário* afirma tratar-se de uma “casa onde se dá cama e meza aos viajantes por dinheiro” (Vieira 1873: 389), a qual, acrescenta o *Diccionario Contemporâneo*, poderá ser comparada a uma “hospedaria de pouco luxo e asseio; poisada de recoveiros” (Castelbranco 1881: 698), ideias repetidas pelo *Novo Dicionário*, que remete o termo estalagem para “poisada; hospedaria; albergaria, casa de malta”¹⁴ (Figueiredo 1899: 562).

O termo hotel só faz a sua aparição no *Diccionario Contemporâneo*, cuja entrada assinala ser uma “hospedaria. [Diz-se ordinariamente da que se acha estabelecida em casa grande e apalaçada] | F. fr. *Hôtel*” (Castelbranco 1881: 909), ou seja, um estabelecimento dedicado ao alojamento de pessoas¹⁵. A definição de Cândido de Figueiredo, em 1899, esclarece ainda que se trata de um neologismo (captado do francês “hotel” como faz notar o *Diccionario Contemporâneo*) e que é “o mesmo que hospedaria, especialmente hospedaria asseada ou luxuosa. É t. fr., inutilmente importado” (Figueiredo 1899: 711). Também a este estabelecimento serão incorporadas valências alimentares passíveis de ser identificadas nos anúncios dos dois periódicos.

Por fim, o termo restaurante ou “restaurant”¹⁶ aparece, estranhamente, pouco distinto de uma casa de pasto: no *Diccionario Contemporâneo* surge, entre outras definições, como “casa de pasto, lugar público onde se preparam e servem comidas” (Castelbranco: 1881: 1541), definição que se repete de forma idêntica no *Novo Dicionário* (Figueiredo: 1899: 454).

Se a leitura dos sinónimos das tipologias de estabelecimentos identificadas permite, à partida, uma distinção elementar entre eles, fruto da progressiva especialização dos estabelecimentos (Lousada 2004: 12), as especificidades de cada um podem ser melhor delimitadas com a análise da publicidade e divulgação a si associadas. Tipologias de clientes, preços praticados, qualidade da comida e ambiente proporcionado são alguns dos elementos passíveis de ser identificados nos anúncios e divulgações de cada tipo de estabelecimento.

¹⁴ Por sua vez, casa de malta remete para uma “casa onde vivem ou dormem, como em família, vários môços de fretes” (Figueiredo 1899 (II): 81).

¹⁵ “Hospedaria: estabelecimento onde se admitem hóspedes mediante certo preço” (Castelbranco 1881: 909).

¹⁶ Até ao ano de 1899, aparece grafado “restaurants”, mudando depois para “restaurantes”.

4. Anúncios e Índices: formas de divulgação e evolução

A peculiaridade da publicação do *Almanach* (incluir anúncios previamente publicados em outros suportes), não permite perceber, com pormenor, qual a expressão dos estabelecimentos comerciais dedicados à venda de comida preparada na cidade de Lisboa, uma vez que os registos são em reduzido número: em 1871 e 1873 oito estabelecimentos são divulgados e em 1874 este número baixa para cinco, registando-se casas de pasto, confeitarias, conservarias e hotéis (Gráfico 1). No entanto, a informação a si associada é bastante relevante.

O *Annuario*, por seu turno, apresenta um grande volume de informação. As extensas listagens de estabelecimentos e os anúncios anexos permitem quantificar e perceber a evolução do registo (e efetiva existência) de estabelecimentos comerciais de restauração, zonas de maior concentração de um ou mais tipos de categorias comerciais ou, ainda, a relação que se estabelecia entre a tipologia do estabelecimento e o tipo de publicidade associado (Gráfico 1).

A informação contemplada para cada estabelecimento nos índices permite mesmo, num segundo plano de análise, perscrutar a “vida comercial” de alguns deles, nomeadamente a evolução da própria rede comercial, percebendo-se a abertura e a falência de estabelecimentos e as mudanças ou permanências de proprietários¹⁷.

Apesar da disparidade do volume de informação entre as duas publicações, a presença de determinados estabelecimentos em ambas e a natureza editorial dos dois títulos permite uma visão de conjunto da informação, percebendo-se alguns pontos caracterizadores da restauração em Lisboa. Assim, atentando no Gráfico 1, observa-se que as casas de pasto, sendo a categoria com maior número de registos no *Annuario*, arrolam um considerável acréscimo de registos no ano de 1899, a par das estalagens, com 75 estabelecimentos listados, no mesmo ano em que hotéis e restaurantes veem o número de registos diminuir. As confeitarias, por seu turno, são a categoria que maior estabilidade apresentou ao longo dos anos, mantendo os quatro estabelecimentos registados nos *Almanach* nos anos de 1870 e, no *Annuario*, os 53 em 1896, descendo depois para 51 até 1899. É relativamente aos hotéis que se regista a mais expressiva diminuição do número de estabelecimentos listados no *Annuario*, passando de 48 entradas em 1896 para 38 entradas em 1899, contabilizando dois anúncios nos *Almanach* de 1871 e 1873 e apenas um anúncio em 1874. Este acentuado decréscimo nos registos de hotéis, quando comparados com as outras tipologias comerciais, não encontra justificação dire-

¹⁷ Apesar de registrarmos o grande potencial que os dados recolhidos encerram para a história comercial e industrial de Lisboa, esta análise não dará lugar a estudos de maior profundidade quanto à sua dinâmica comercial.

ta, sendo de supor que os últimos anos do século XIX, marcados pelo rescaldo da crise financeira de 1891 e com implicações diretas no capital disponível para o investimento privado e circulação interna de moeda metálica (Santos 2001), poderão estar na origem deste decréscimo.

Destaque-se, igualmente, o carácter exclusivo dos estabelecimentos que se fizeram publicitar através de anúncio no *Annuário*: apenas se registaram anúncios de confeitarias, hotéis e empresas culinárias e, dentro destas, contabilizaram-se percentagens na ordem dos 20%-30% comparando o número total dos estabelecimentos listados e os anunciados (Gráfico 2), à exceção das empresas culinárias, cuja especificidade será tratada adiante.

As baixas percentagens de anúncios dentro de cada categoria e a ausência de anúncios em mais de metade das tipologias de estabelecimentos seleccionadas levam a considerar que apenas as atividades comerciais mais lucrativas dispunham de recursos para investimento em publicidade. A análise do conteúdo dos anúncios denuncia que os serviços prestados por estas se direcionavam para um público-alvo de estratos socioeconómicos mais elevados bem como para uma carteira de clientes mais alargada e numerosa, onde a publicidade se constituía como importante ferramenta de captação.

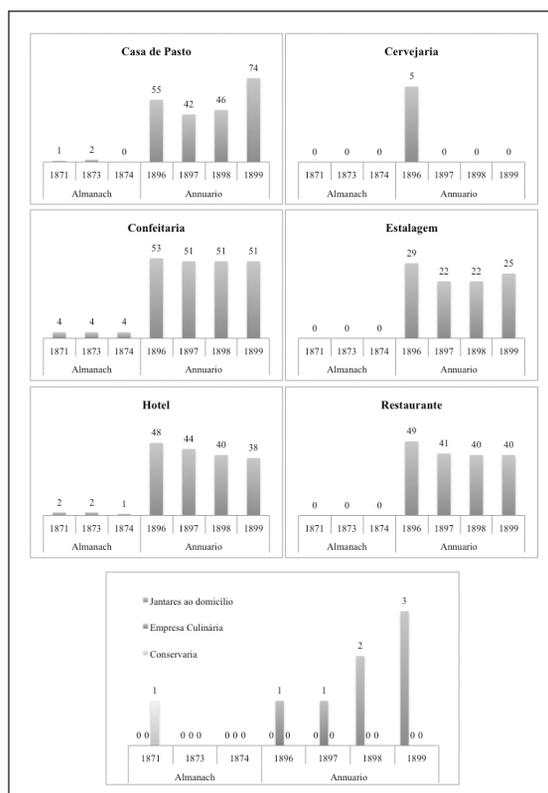


Gráfico 1. Total de estabelecimentos registados no *Almanach* 1871, 1873-74 e no *Annuario* 1896-99.

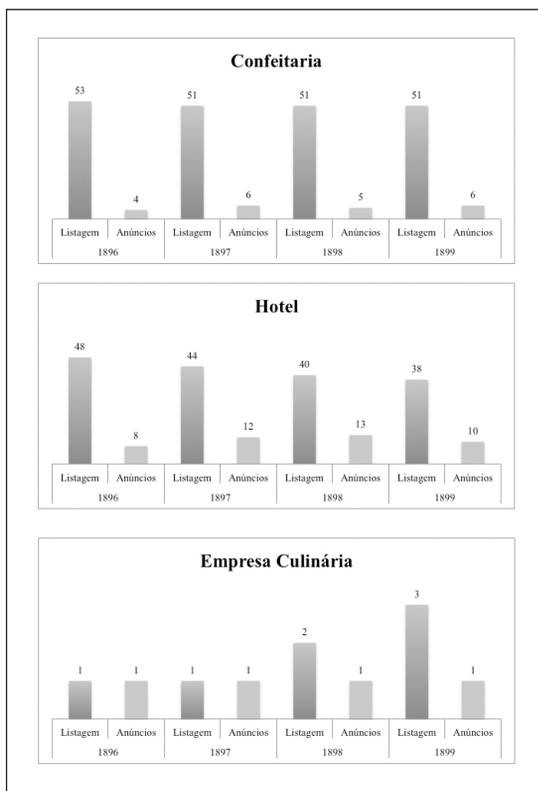


Gráfico 2. Relação entre estabelecimentos registrados e anúncios publicados no *Anuário* 1896-99.

5. Divulgar pela imagem: produtos e serviços anunciados

Aliando um peculiar cuidado estético com riqueza informativa de texto, os anúncios em ambas as publicações encerram uma significativa quantidade de informação relevante para a clarificação das especificidades dos serviços e produtos alimentares que estes estabelecimentos ofereciam. Entre o *Almanach* e o *Anuário* registam-se anúncios de confeitarias, hotéis e empresas culinárias, sendo ainda de destacar o anúncio a um café no *Almanach* de 1871¹⁸.

5.1. As confeitarias

Ao que às confeitarias diz respeito, em 1871 e 1873 são seis os estabelecimentos publicitados no *Almanach*: “Confeitaria Nacional”¹⁹,

¹⁸ O Café Montanha, analisado adiante.

¹⁹ *Almanach* 1871: 295 e 1873: 432.

“Confeitaria Lisbonense”²⁰, “Confeitaria Gratidão”²¹, “Merceria e Confeitaria”²², “Confeitaria Ocidental”²³, “Confeitaria Portuguesa”²⁴, “Confeitaria Ultramarina”²⁵ e “Confeitaria de Manuel José da Silva Araújo”²⁶ (Estampas 1 a 3)

A todas é comum a venda ao público de vinhos, bebidas alcoólicas nacionais e estrangeiras e doces variados, destacando-se três estabelecimentos pela pormenorização dos produtos vendidos:

- a “Confeitaria Nacional”, propriedade da Viúva Balthazar e seu filho, primava pela diversidade de produtos: em 1871 (Estampa 1) divulgava a sua produção de doces finos e pastéis, geleias de mão de vaca, de marmelo e de maçã, lampreias de ovos, pudins, “bolos de phantasia, charlot russe e lamange”, tortas de carne e vol-au-vent de frutas, revendia renomados vinhos e licores, “manjar branco e arrufada de Coimbra, pastéis de Tentugal, ovos moles e mexilhões d’Aveiro, caixas de fructas de Elvas, Coimbra e Seixal, biscoitos e palitos d’Oeiras, queijadas de Cintra, laranjas de Setubal, cavacas das caldas”²⁷. Fabricava chocolates “pelo processo hespanhol” e todos os produtos poderiam ser vendidos para consumo próprio ou para revenda. Em 1873 (Estampa 2) investe num novo grafismo²⁸, passando a divulgar em página dupla uma vista da sua fachada e uma alteração no texto de divulgação: as iguarias estrangeiras são agora substituídas por “lampreias, peixes e presuntos de ovos, pudins de todas as qualidades; lindos bolos artisticamente adornados, proprios para brindes”, aos quais se acrescentam biscoitos ingleses recebidos diretamente da fábrica Peek Freanna & C.²⁹, continuando a primar pela diversidade de iguarias regionais portuguesas.

- a “Confeitaria Lisbonense (Estampa 3), versada, igualmente, na venda de doces vários, dispunha de “rebuçados peitorais, segundo a fórmula do dr. Centazzi” para “as tosses rebeldes”. Servia “jantares, lanches e soirées” bem

²⁰ *Almanach* 1871: 279 e 1873: 305.

²¹ *Almanach* 1871: 188.

²² *Almanach* 1871: 240.

²³ *Almanach* 1873: 305.

²⁴ *Almanach* 1873: 344.

²⁵ *Almanach* 1873: 400-401.

²⁶ *Almanach* 1874: 405. Esta confeitaria apresenta o mesmo proprietário e a mesma morada que a Confeitaria Portuguesa, anunciada neste mesmo *Almanach* na página 344. Não foi possível apurar se se tratavam de dois estabelecimentos distintos ou não.

²⁷ *Almanach* 1871: 295.

²⁸ A aposta em um novo anúncio era parte integrante de um conjunto de investimento da família no estabelecimento durante os anos 70 do século XIX: como exemplo, em 1872 é inaugurado, no primeiro andar, um salão, que aparece publicitado no *Almanach* de 1873.

²⁹ *Almanach* 1873: 433.

como “Bandejas de dôces finos para saraos enfeitadas com todo o esmero”³⁰. Igual variedade de produtos podia ser encontrada também na Confeitaria Ocidental, do mesmo proprietário.

- a “Confeitaria Gratidão”, antes propriedade de António Roberto Justo³¹ e a única com anúncios em ambos os periódicos considerados, estava em 1871 (Estampa 1) já sob propriedade de Manuel Antunes, “sucessor de Viuva Justo”. Destaca-se, no anúncio, o leque de produtos regionais disponíveis para encomenda, bem próximo dos comercializados pela Confeitaria Nacional, acrescentando “Pão de ló de Margaride” e “murcellas de Arôuca”³². A confeitaria irá manter a sua publicidade inalterada até 1899.

— 279 —

CONFEITARIA LISBONENSE
133 — RUA LARGA DE S. ROQUE — 135

LIBROA

Rebucados piteiros, segundo a formula do dr. Cenzani. Combatem energicamente as tosses rebeldes. O credito incontestavel que tem afeitado dispensam quaisquer elogios.

Bandejas de dôces finos para saraos, enfeitadas com todo o esmero; galudos de diferentes qualidades, tortas, lampreias, pratos montados, pastéis de diferentes qualidades, e dôces sortidos para chá, tudo por preços mais remissos do que em parte alguma.

Excelente geleia de mão de vacca, feita todos os dias.

MERCEARIA
E
CONFEITARIA
57 — RUA DO LORETO — 59

Bello e elegante estabelecimento, onde se encontra o melhor em todos os generos alimenticios. Dôces e vinhos enfeitados; gabelas e licores finos Timbra na localidade com que se serve o commumitor.

— 344 —

CONFEITARIA PORTUGUEZA
DE
MANUEL JOSÉ DA SILVA ARATTO
44, TRAVESSA DE S. NICOLAU, 42

Além de todos os artigos proprios da sua classe, vende

Superiores vinhos enfeitados, da Madeira, Porto, Moscatel de Setúbal, Champagne, Bordeaux, Xerez, e de muitas outras qualidades.

Licores misturados e estrangeiros, de diferentes qualidades.

Chocolates.

Docinhos ingleses das mais acreditadas fabricas.

Doceiras.

Cognaç.

Farinhas piteiras, etc.

44, TRAVESSA DE S. NICOLAU, 42
LISBOA

— 188 —

CONSERVARIA ITALIANA
PRIMEIRA NA EXPOZIÇÃO INTERNACIONAL DO PORTO DE 1865

M. G. FERRARI
91, RUA NOVA DO ALMADA, 95

Principal fornecedor de bollos, pastéis, lanchas e sorvês; fabrica de chocolate e pastellaria; dôces, gelados, sorvetes e conservas de todas qualidades; vinhos, Cognaç, e licorça, enfeitados, misturados e estrangeiros; gabelas de Hollanda, cerviça, etc. Recebe encomendas de todos estes generos, e fabrica fructos em lanchas, à national.

CONFEITARIA GRATIDÃO
DE
ANTONIO ROBERTO JUSTO
108, RUA DO CHIADO, 110

LIBROA

Com bom sortimento de chá, café, assucar, e dôces de todas as qualidades; conservas, amêndoas, geleias, e toda a qualidade de fructos crystalladas, para exportação; vinhos do Porto de diferentes qualidades, bollos, etc., etc.

— 295 —

CONFEITARIA NACIONAL
ESTABELECIADA EM 1829

VIUVA BALHAZAR & FILHO
57, 59, Rua da Bicesga, 61, 63

Neste estabelecimento encontra-se sempre um grande sortimento de dôces finos e pastéis feitos todos os dias; especialissimas geleias de mão de vacca, marshmallow e marsh, que pela sua superior qualidade tem sido recommendadas por alguns dos aza. facultativos da capital. Tomam-se encomendas de lampreias de ovos, pastas, bollos de phantasia, chafiz russes e bompas, tortas de carne e vol-au-vent de fructas; havendo as lanchas de carne e vol-au-vent de fructas, todas as quintas e domingos (sem necessidade de encomenda). Completo sortimento de vinhos e licorça, havendo vinho do Porto da acreditada marca J. da Eduarda dos Santos. Fructas de todas as qualidades, preparadas e garantidas para exportação. Recorre-se com muita frequencia manjar branco e arrafadas de Coimbra, pastas de Fontugal, ovos moles e marshmallow d'Avicir, salmas com fructas d'Evra, Coimbra e Setúbal, biscotos e pastéis d'Ourra, garfadas de Cintra, lamujas de Setúbal, caracas das Cidades, bonitas cuscarrinhas proprias para as construir.

CHOCOLATES FABRICADOS PELO PROCESSO HISPANOL

QUALIDADE PARA TODOS OS PAISES

As porções superiores a 5 kilos, sendo para tornar a vender, tem abastimento

CONFEITARIA NACIONAL

57, 59, RUA DA BICESGA, 61, 63

ESTABELECIADA EM 1829

BALHAZAR RODRIGUES CASTANHEIRO

Neste estabelecimento encontra-se sempre um grande sortimento de dôces finos e pastéis feitos todos os dias; especialissimas geleias de mão de vacca, marshmallow e marsh, que pela sua superior qualidade tem sido recommendadas por alguns dos aza. facultativos da capital. Tomam-se encomendas de lampreias de ovos, pastas, bollos de phantasia, chafiz russes e bompas, tortas de carne e vol-au-vent de fructas; havendo as lanchas de carne e vol-au-vent de fructas, todas as quintas e domingos (sem necessidade de encomenda). Completo sortimento de vinhos e licorça, havendo vinho do Porto da acreditada marca J. da Eduarda dos Santos. Fructas de todas as qualidades, preparadas e garantidas para exportação. Recorre-se com muita frequencia manjar branco e arrafadas de Coimbra, pastas de Fontugal, ovos moles e marshmallow d'Avicir, salmas com fructas d'Evra, Coimbra e Setúbal, biscotos e pastéis d'Ourra, garfadas de Cintra, lamujas de Setúbal, caracas das Cidades, bonitas cuscarrinhas proprias para as construir.

CHOCOLATES FABRICADOS PELO PROCESSO HISPANOL

QUALIDADE PARA TODOS OS PAISES

As porções superiores a 5 kilos, sendo para tornar a vender, tem abastimento

Estampa 1.

Estampa 2.

Estampa 1. Anúncios de confeitarias no *Almanach* 1871: 188, 240, 279 e 295 (da esquerda para a direita, de cima para baixo).

Estampa 2. Anúncios de confeitarias no *Almanach* 1873: 344 e 432-433 (da esquerda para a direita, de cima para baixo).

³⁰ *Almanach* 1873: 305.

³¹ *Almanach* 1871: 188.

³² *Anuario* 1896: 433.



Estampa 3. Anúncios de confeitarias no *Almanach* 1874: 351, 400-401, 405, 454-455 (da esquerda para a direita, de cima para baixo).

No *Anuario*, entre 1896 e 1899, acrescentam-se seis novos estabelecimentos ausentes no *Almanach*: “Antiga Confeitaria Rosa Araújo”³³ (antigo estabelecimento de Rosa Araújo, o “Cóco”, presidente da Câmara, à qual Eça de Queirós atribui os melhores folhados da cidade³⁴), “Maison Parisienne”³⁵, “Confeitaria Alemã”³⁶, “Antiga Casa Baltresqui”³⁷, “Pastelaria Raymundo”³⁸ e “Confeitaria e Pastelaria Suíça”³⁹ (Estampas 4 a 7). Deste grupo importa destacar:

- a “Maison Parisienne”, situada na Rua Áurea, anunciava-se como “confiserie-pâtisserie” (Estampa 4), com “especialidade em sorvetes e gelados de todos os generos”, dedicando-se a “fornecimentos para lanchs, bailes e soirées”. A partir de 1898, muda o grafismo do seu anúncio sem alterar o texto.

³³ *Anuario* 1896: 433, 1897: 460, 1898: 477 e 1899: 480.

³⁴ *Queríos*, s/d: 338.

³⁵ *Anuario* 1896: 431, 1897: 459, 1898: 477e 1899: 545.

³⁶ *Anuario* 1897: 461.

³⁷ *Anuario* 1898: 478.

³⁸ *Anuario* 1899: 480.

³⁹ *Anuario* 1899: 480.

MAISON PARISIENNE
 CONFISERIE — PATISSERIE
 FORNECIMENTOS PARA LUNCHS, BAILES E SOIRÉES
 Grande sortimento de vinhos finos
 NACIONAES E ESTRANGEIROS
ESPECIALIDADE EM SORVETES
 E GELADOS EM TODOS OS GENEROS
 262 — RUA AUREA — 264
 « LISBOA »

ANTIGA CONFETARIA
ROSA ARAUJO
 44, Rua de S. Nicolau, 48.
 « LISBOA »

Esta acreditadissima confitaria continua fabricando com o maior esmero as especialidades de doce que tanto renome lhe alcançaram. O seu actual proprietario, Ilydio Mendes da Silva, empregado n'esta casa ha perto de 24 annos, e garante officiente, pela sua longa pratica, de que o fabrico das antigas officinas de Rosa Araujo em nada demerça dos bons creditos que conquistou. N'esta casa se encontram, de magnifica qualidade, os seguintes generos: chi, café, assucar, bolachas, superiores vinhos encarrufados (nacionaes e estrangeiros), licores e generos. Tomam-se encomendas pertencentes á arte de copular e copas. Fornece-se almoço, lanche, jantares, serviço de baile e credas para o serviço.

CONFETARIA GRATIDÃO
 de
MANUEL ANTUNES
 Successor de VIUVA JUSTO
 Especialidade em fructas crystallizadas para exportação
 104 E 106, RUA GARRETT (VELGO CHADO), 104 E 106
 (junto ao Hotel Borges)
 « LISBOA »

Tomam-se encomendas para os seguintes generos: Pão de M. de Marquês, queijadas de Cante, macieiras de Arroz, maças brancas e azedas de Cande, cerejas de Cande, Stoccos e pastas de Oitras servico as encomendas de bolos com amêndoas.

Estampa 4. Anúncios de confeitarias no *Anuario* 1896: 431 e 433 (da esquerda para a direita, de cima para baixo).

- a “Confeitaria e Pastelaria Allemã”⁴⁰, de Frederico Willmanky, anuncia da apenas em 1897 (Estampa 5), tinha a particularidade de executar “todas as encomendas pelos processos alemão, portuguez e francez”. Possivelmente para servir a comunidade alemã, anunciava-se como “Deutsche Conditorei” especializada em “Bestllungen für Baumkuchen, Torten Aufsätze, Speiseeis Schüsseln, Cream & Gelée, diverse Weine”⁴¹. Executava, também, “lunches”.

- a “Antiga Casa Baltresqui”⁴², definindo-se como confeitaria e pastelaria, faz-se anunciar em 1898 (Estampa 5) em apenas duas linhas, encarregando-se de “almoços, lunchs, jantares e ceias, serviços completos ou incompletos”, complementando a sua atividade com a venda de vinhos e licores. De todas

⁴⁰ *Anuario* 1897: 461.

⁴¹ Tradução livre: “Encomendas para Baumkuchen, Decorações de bolos, Gelado, Creme e Geleia, vinhos diversos”.

⁴² *Anuario* 1898: 478. Na obra de Gervásio Lobato, *Lisboa em Camisa*, é a esta que Justino Antunes se desloca para comprar a ceia que alimentará os convivas que tardam em abandonar o lar da família Antunes (Lobato 1882: 136).

as confeitarias referenciadas, esta é a única que refere executar almoços que, por norma, se constituíam como a refeição diário de carácter mais doméstico e familiar e, portanto, feita em casa⁴³.



Estampa 5. Anúncios de confeitarias no *Anuario* de 1897: 461 e 1898: 478.

- a “Pastelaria Raymundo”⁴⁴, o único estabelecimento identificado exclusivamente como pastelaria (Estampa 6), localizava-se no novo coração elitista de Lisboa, a Praça dos Restauradores, tendo como especialidade os pastelões de ovos, dispondo de “variado sortimento de pastelaria e doces finos”, “Fiambre, Salames, Mortadella, e Vitela. Um variadissimo sortimento de artigos estrangeiros como Bonbons, Amendoas, Marrons, Cartonagens e Conservas”. Tinha, igualmente, serviço de comida para fora.



Estampa 6. Anúncios de confeitarias no *Anuario* 1899: 480.

⁴³ Como aconselham os manuais de civilidade da época. Ver, por exemplo, Nazareth 1908.

⁴⁴ *Anuario* 1899: 480.

- a “Confeitaria e Pastelaria Suíssa”, propriedade de Lino da Silva e Costa (Estampa 7), apesar do seu singular nome, não apresenta serviços que a destaquem das suas congêneres, restringindo o fornecimento de géneros a “lunchs e soirées”. Este estabelecimento viria a suceder à “Antiga Casa Baltresqui”, situada na mesma morada e anunciada um ano antes no *Annuario*⁴⁵.



Estampa 7. Anúncios de hotéis no *Annuario* 1896: 435, 451, 474, 507 e 542 (da esquerda para a direita).

A efetiva existência de um elevado número de confeitarias em Lisboa e o papel que estas detiveram no quotidiano e sociabilidade da capital pode ser depreendida do fato de grande parte destas casas serem fornecedoras dos eventos e banquetes da aristocracia portuguesa e Casa Real (Braga 2000: 59-61) e, inclusive, banquetes de casamentos e batizados (*Diário Ilustrado*, 22 de julho de 1898).

Eça de Queirós chegava mesmo a denunciar que as “meninas solteiras” de Lisboa, “só comem doce e alface. Jantam sobremesas”, apontando que “Lisboa é uma cidade gulosa, como Paris é uma cidade revolucionária. Paris cria a ideia e Lisboa o pastel” (Queirós 1872: 48-49).

Previsivelmente, uma parte considerável destas localizava-se no eixo

⁴⁵ Vide nota 41.

Chiado-Baixa (Tabela 1), zona comercial por excelência da cidade e que registava uma grande concentração de atividades comerciais de venda ao público, nomeadamente de comida (Braga 2000: 189-190). Esta localização, já perceptível desde o início do século XIX (Braga 2000: 179) está, em grande medida, em sintonia com a crescente prática de passeios público na zona ribeirinha da cidade (Lousada 2004: 8), conhecida como “fazer o Chiado” (Lousada 2004: 10), em detrimento do Passeio Público, que não era frequentado com a mesma afluência (Lousada 2004: 9).

Tabela 1. Confeitarias anunciadas no *Almanach* e no *Annuario* com respetivas moradas e bairro de localização

Nome	Rua	Bairro
Confeitaria Ocidental	Rua de S. Bento, 49-51	Estrela
Confeitaria Lisbonense	Rua Larga de S. Roque, 133-135	Bairro Alto
Confeitaria Ultramarina	Rua de S. Boaventura, 19	Bairro Alto
Confeitaria Gratidão	Rua do Chiado, 108-110	Chiado
Mercearia e Confeitaria	Rua do Loreto, 57-59	Chiado
Antiga Casa Baltresqui	Rua de S. Nicolau, 91	Baixa
Antiga confeitaria Rosa Araújo	Rua de S. Nicolau, 44	Baixa
Confeitaria Alemã	Rua de S. Nicolau, 24	Baixa
Confeitaria Nacional	Rua da Bitesga, 57-63	Baixa
Confeitaria Portuguesa	Travessa de S. Nicolau, 44-48	Baixa
Maison Parisienne	Rua Aurea, 262	Baixa
Pastelaria Raymundo	Praça dos Restauradores, 26	Baixa

5.2. Os Hóteis

Entre os volumes analisados registam-se 45 anúncios a hotéis, relativos a 14 estabelecimentos diferentes (Estampa 8 e 9): “Grande Hotel Central”⁴⁶, “Hotel Aliança”⁴⁷, “Club Hotel”⁴⁸, “Avenida Palace”⁴⁹, “Francfort Hotel”⁵⁰,

⁴⁶ *Almanach* 1871: 186, 1873: 374. No *Annuario* passa a chamar-se Hotel Central (Grande): 1897: 483, 1898: 504, 1899: 542.

⁴⁷ *Almanach* 1871: 293 No *Annuario* passa a chamar-se Hotel Alliance: 1896: 435, 1897: 484, 1898: 506 e 1899: 501.

⁴⁸ *Almanach* 1873: 392.

⁴⁹ *Annuario* 1896: 507, 1897: 485 e 1898: 504.

⁵⁰ *Annuario* 1896: 507, 1897: 485, 1898: 506 e 1899: 502.

“Hotel das Nações”⁵¹, “Hotel Durand”⁵², “Hotel Francfort”⁵³, “Hotel Borges”⁵⁴, “Hotel de l’Europe”⁵⁵, “Grand Hotel Continental”⁵⁶, “Hotel Paraense e Lusitano”⁵⁷, “Hotel Camões”⁵⁸ e “Hotel Universal”⁵⁹. Destes, sete fazem referência aos serviços alimentares prestados: o “Grand Hotel Central”, o “Avenida Palace”, o “Hotel das Nações”, o “Hotel Francfort”, o “Grand Hotel Continental”, o “Hotel Alliance” e o “Hotel Universal” anunciam serviços de jantares particulares, mesas redondas⁶⁰ e comensais, prevendo serviços de alojamento com alimentação incluída.

A variedade de preços apresentada para um mesmo serviço alimentar evidencia uma clara hierarquização entre os hotéis, onde a qualidade se refletiria, teoricamente, nos maiores preços⁶¹. Uma parte significativa destes dispunha de um serviço de alojamento e alimentação combinados mas, também, de serviço de “mesa redonda” sem alojamento, sendo de referir que tanto o “Hotel Francfort” como o “Hotel das Nações” disponibilizava um incomum serviço de almoço, sendo os únicos estabelecimentos que fazem referência a esta refeição. O “Hotel das Nações” é o único a anunciar e a taxar um serviço de comensais, pago mensalmente, ficando por esclarecer se se tratava de um contrato mensal de alojamento e refeição diária ou, como a denominação parece indicar, apenas de refeição; apenas o “Grand Hotel Continental” publica possuir nas suas instalações um “restaurant”⁶², sinal da crescente especialização dos locais de sociabilidade e em sintonia com o fenómeno global da difusão dos restaurantes associados a hotéis de luxo. Situado no novo ex-libris da capital, o “Avenida Palace” (Estampa 8), apresentando-se em francês, elevava a fasquia do conforto e luxo, anunciando que contava com um “café”, um “glacier” e uma “magasin de comestibles” (Tabela 2).

⁵¹ *Anuario* 1896: 451, 1897: 484 e 1899: 503.

⁵² *Anuario* 1896: 474, 1897: 484, 1898: 506 e 1899: 503.

⁵³ *Anuario* 1896: 512, 1897: 484, 1898: 507 e 1899: 502.

⁵⁴ *Anuario* 1896: 435, 1897: 486, 1898: 505 e 1899: 502.

⁵⁵ *Anuario* 1896: 435, 1897: 486, 1898: 507 e 1899: 503.

⁵⁶ *Anuario* 1897: 485, 1898: 503 e 1899: 501.

⁵⁷ *Anuario* 1897: 486, 1898: 507 e 1899: 503.

⁵⁸ *Anuario* 1897: 483 e 1898: 505.

⁵⁹ *Anuario* 1898: 507.

⁶⁰ Mesa redonda dizia respeito a um serviço de almoço ou jantar com um menu predefinido, opondo-se ao serviço “à la carte”, onde o consumidor escolhia os pratos desejados.

⁶¹ O elevado preço da “mesa redonda” e até mesmo do alojamento pode ser aferido se se considerar, como ponto de comparação, o salário diário de um operário (masculino) na indústria moageira na área de Lisboa, no início do século XX, 448 réis (Martins 1997: 507) e o de um governador civil, 1.200.000 réis anuais (Martins 1997: 509), tendo este último à disposição de cerca de 3.287 réis de rendimento diário.

⁶² No entanto, a tipologia restaurante aparece já no *Anuário* de 1896. O “Grand Hotel Continental” publicava, pontualmente, as ementas do seu restaurante no *Diário Ilustrado*.



Estampa 8. Anúncios de hotéis no *Annuario* 1897: 483, 485, 486 e 507 (de cima para baixo).

A predominância da oferta de serviços de jantar leva a crer que os serviços alimentares prestados pelos hotéis anunciados se inseriam numa tipologia mais requintada que as estalagens e muito próximas dos restaurantes, que no presente estudo têm uma presença residual. Restaurantes independentes de hotéis eram uma realidade na cidade e estão presentes nos índices do *Annuario*: de 1897 a 1899, registam-se um total de 171 estabelecimentos desta tipologia (aproximadamente 43 registos por ano). No entanto, a ausência de informação complementar sobre estes não permite considerações adicionais sobre esta realidade.

Ainda assim, a reduzida informação complementar que os anúncios dos hotéis facultam sobre os seus restaurantes permite perceber que estes se dedicavam, na sua maioria, a servir o jantar (Drouard 2007: 263). O “Grand Hotel Central” distinguia-se dos mais por apresentar salas privadas, um elemento distintivo da qualidade entre estabelecimentos (Spang 2003: 234), permitindo maior privacidade aos clientes (Spang 2003: 240). Por outro lado, a ausência de informação sobre eventuais serviços “à la carte” e a predominância do serviço de mesa redonda, com menu preestabelecido e de preço fixo, parece afastar estes estabelecimentos do mundo de requinte de fantasia que os serviços “à la carte” despertava nos clientes mais exigentes e que caracterizou, em

grande medida, a natureza dos restaurantes franceses da primeira metade do século XIX (Spang 2003: 207) e, num segundo momento de expansão da alta cozinha francesa, do ideal de luxo e gastronomia dos restaurantes de hotéis como o Ritz, em Paris, ou o Savoy, em Londres, no final do século XIX (Shore 2007: 323 e Pitte 2013: 477-478).

Assim, e para o caso português, os restaurantes de hotel aqui elencados apresentam-se mais como serviços alimentares complementares à estadia de hóspedes e opções cosmopolitas mais requintadas para clientes mais exigentes, afastando-se do conceito de “templos de gastronomia” dos congéneres europeus (Ferguson 2006: 87).

Tabela 2. Listagem de hotéis e serviços anunciados no *Almanach* 1871, 1873-74 e no *Annuario* 1896-99.

Estabelecimento	Anos	Serviço	Preço	Horas
Grande Hotel Central	1871, 1873-74	Jantares particulares	-	
		Jantares de mesa redonda	-	17h30
	1897-98	Quarto e comida	2\$250 réis/dia	-
		Jantares de mesa redonda	1\$000	18h30
		Quartos de sala para famílias e para jantares	-	-
	1899	Quartos e salas para famílias e jantares particulares	-	-
Jantares de mesa redonda		1\$000	18h30	
Avenida Palace	1896-97	Café	-	-
Magasin de comestibles		Glacier	-	-
		-	-	
Hotel das Nações	1896	Comensais, mensalidades	18\$000	-
		Mesa Redonda Almoço	\$400	-
		Mesa Redonda Jantar	\$500	-
	1897-99	Comensais, mensalidades	16\$000 a 18\$000	-
Hotel Francfort	1896	Almoço	-	9h às 12h
		Jantares de mesa redonda	-	16 às 18h
		Quartos com comida, vinho ao jantar, chá à noite, luz e serviço	1\$000 1\$200 1\$500 1\$800 2\$000	-

Grand Hotel Continental	1897-99	Serviço de Restaurant	-	-
Hotel Alliance	1897	Mesa redonda	-	16h e 18h
		Quarto e comida	1\$200 4\$500	-
Hotel Universal	1898	Sala de jantar espaçosa	-	-
		Mesa redonda	-	-

6. Originalidade e versatilidade: os serviços da “Conservaria Italiana”, do “Café Montanha” e da “Empreza Culinaria”

Não sendo considerados confeitarias ou restaurantes, três estabelecimentos destacam-se pela originalidade dos serviços alimentares prestados: a “Conservaria Italiana”⁶³, o “Café Montanha”⁶⁴ e a “Empreza Culinária”⁶⁵ (Estampa 9).

Sendo a única da sua tipologia, a “Conservaria Italiana”⁶⁶ que, à partida, poderia ser entendida como uma indústria de conservas alimentares, apresenta-se, em 1871, como o “principal fornecedor de bailes, jantares, lunches e soirées”, premiada em 1865, na Exposição Internacional do Porto, com produção própria de “chocolates e pastelaria, doces, gelados, sorvetes e conservas de todas as qualidades” e “fructos em latas, á nacional”, dispondo de uma grande variedade de bebidas alcoólicas⁶⁷.

Associada a um novo proprietário em 1896, João Luiz Pereira⁶⁸, e com distinto grafismo, reafirma o serviço de comida ao domicílio (jantares, lunches, bailes e soirées), destacando a inclusão de “todos os objectos necessários” ao serviço encomendado, “em menor ou maior escala”. As especialidades da casa anunciadas resumem-se, agora, aos “doces de ovos, neve, etc., etc.” bem como aos vinhos nacionais e estrangeiros. De notar que, em relação a 1871, o estabelecimento deixa de divulgar a produção de conservas e frutas enlatadas, ainda que o nome se mantenha como conservaria, permanecendo

⁶³ *Almanach* 1871: 188, *Annuario* 1896: 432, 1897: 459, 1898: 478 e 1899: 479.

⁶⁴ *Almanach* 1871: 285.

⁶⁵ *Annuario* 1896: 438, 1897: 487, 1898: 580 e 1899: 486.

⁶⁶ Identificada, nos *Annuarios*, na categoria das confeitarias. Fundada por Mathias Gonçalo Ferrari em 1821 (Braga 2000: 179).

⁶⁷ *Almanach* 1871: 188.

⁶⁸ *Annuário* 1896: 432.

o anúncio inalterado nos anos de 1897⁶⁹, 1898⁷⁰ e 1899⁷¹. De registrar que os anúncios do *Annuario* informam tratar-se da “Antiga Casa Ferrari”, fator essencial para garantir aos consumidores a permanência da qualidade dos produtos servidos e, assim, a sua fidelidade.

Efetivamente, a casa alcançou grande fama na cidade, destacando na preparação de refeições festivas e comemorativas para a burguesia e aristocracia: tomem-se como exemplos o “delicado e profuso *lunch* do Ferrari” servido no casamento da filha do Governador de Lisboa Marinho da Cruz a 18 de abril de 1896 (*Diário Ilustrado* 19 de abril de 1896) ou o “serviço de refrescos e bufete” encomendado à Casa Ferrari em Março de 1898, pela ocasião do baile da Sociedade de Geografia de Lisboa (*Diário Ilustrado*: 29 de março de 1898)⁷².

Anunciado apenas no ano de 1871⁷³, o “Café Montanha” disponibilizava, no 1º andar, “gabinetes reservados para famílias, onde são servidos os almoços, lunches e ceias”, continuando “a servir canja, e galinha (do meio dia em diante)”, acrescentando ainda “comidas frias [...] vinhos e licores finos”. Também este servia, para fora, “almoços e ceias [...] todo o serviço de mesa, assim como latas para conduzir as comidas às casas dos consumidores”. Se a omissão do serviço de jantares pode ser explicado pela formalidade e complexidade que a preparação desta refeição poderia adquirir, incompatível com o ambiente menos formal de uma sala de bilhares, não passa despercebida a referência a “gabinetes reservados para famílias”, espaços normalmente associados a restaurantes, atestando a porosidade conceptual entre os estabelecimentos de venda de comida ao público na cidade de Lisboa (Lousada, 2004: 12).

A “Empreza Culinária” será o mais curioso e original negócio publicitado da totalidade dos estabelecimentos analisados. Aparece, apenas, a partir do *Annuario* de 1896 e o seu anúncio está entre os menos pretensiosos, graficamente. Apresentando-se como “Jantares ao domicílio – Empreza Culinária – Carnide & Garcia”, detinha a sua sede na Rua Vasco da Gama⁷⁴ e destinava-se “a fornecer jantares nos domicílios, e todas as iguarias concernentes, á arte culinaria e á pastelaria”⁷⁵, por preços fixos de 340, 300 e

⁶⁹ *Annuário* 1897: 459.

⁷⁰ *Annuario* 1898: 478.

⁷¹ *Annuario* 1899: 478.

⁷² Sobre alguns dos menus servidos por esta casa nos séculos XIX e XX, que se faziam identificar com a impressão da palavra “Ferrari” ou “Maison Ferrari” (Braga 2006: 77 em diante)

⁷³ *Almanach* 1871: 285.

⁷⁴ Paralela à Avenida 24 de Julho, entre o largo de Santos e a Praça D. Luiz.

⁷⁵ *Annuario* 1896: 438.

240 réis. As encomendas poderiam ser feitas na sede ou então na Tabacaria Neves, na Casa Havaneza e na Tabacaria Pinho.

Para o *Anuario* de 1899 a “Empreza Culinaria” publica um novo anúncio, alargando o tipo de serviços prestados a “jantares especiaes e lunchs para dias festivos e de tudo que diz respeito a pastelaria: vol-au-vents, pasteis, croquettes, etc, por preços convencionaes.”

Prevê, também, assinaturas de 1 e 2 jantares por 10 dias e 30 dias, com a possibilidade de levantamento das refeições na sede, com redução de preço. Outra interessante curiosidade introduzida é a publicação, à quarta-feira, de menus semanais no *Diário de Notícias*.

É de realçar que os serviços de venda de comida para fora são o único serviço prestado por este estabelecimento, sendo, pois, impossível o consumo no local de venda. A localização da empresa aponta, igualmente, nesse sentido: instalada na Rua Vasco da Gama (atual Rua D. Luís), fazia parte de uma mancha ainda pouco urbanizada que registava uma maior concentração de atividade industrial desde a década de 50 do século XIX (França, 2009: 548). A “Empreza Culinária” seria, assim, um estabelecimento de cariz industrial e a sua atividade era exclusivamente direcionada para a produção e venda de refeições para fora e serviços de *catering* próxima dos atuais processos industrializados, podendo ser sintomática tanto da reduzida importância do ato público de comer entre os estratos sociais menos abastados⁷⁶ como, também, da crescente necessidade de opções alimentares intermédias que pudessem satisfazer as necessidades de uma classe média em desenvolvimento.

Por fim, importa referir o “Restaurant Central”, que em 1873 se faz publicitar no “Almanch”. É a única publicidade desta tipologia de estabelecimento de entre os 7 anos analisados⁷⁷.

⁷⁶ Confronte-se um jantar ao preço mais baixo, 240 réis, com um jantar de mesa redonda no Hotel das Nações (400 réis, vide Tabela 2) ou com o jantar de 120 réis da casa de pasto na rua dos Canos (Braga 2000: 184).

⁷⁷ *Almanach* 1873: 341.

CAFÉ MONTANHA

146, RUA DO ARCO DO BANDEIRA, 158
14, TRAVESSA D'ASSUMPTIO, 80

Um dos mais bem localizados cafés, e dos que melhor serviço apresentam, tanto de copa como de cozinha.

Neste estabelecimento ha seis milhares de gesto moderno, sendo dai recentemente vindo de Paris.

No 1.º andar ha galinharia reservada para familias, onde são servidos os

Almoços, lunches e ceias

Continua a servir ensais, e gallinha (do modo dia em dia).

Comidas frias

Peixe de diversas qualidades em conserva, salmão, presunto de fiambre, vitela assada, etc. etc.

Vinhos e liceres finos, nacionaes e estrangeiros

Servem-se igualmente para fira, almoços e ceias, assim como os demais generos que ha no estabelecimento. Fornecem todo o serviço de mesa, assim como latas para conduzir as comidas da casa dos consumidores.

Durante a noite considera-se o estabelecimento aberto, enquanto estiver aberto o candeieiro de vidros encendados, collocado na copina.

RESTAURANT CENTRAL

RUA AUREA, 1.º ANVAR
Entrada pela travessa d'Assumpção, 90
PREZIDENTE, L. O. G. TRAVESSA

Este estabelecimento acha-se habilitado para servir almoço, lunch, jantares e ceias, para o que tem uma excellente sala e galinharia reservadas para familias. Tambem toma incumbencia de jantares para fira, por todos os preços, e bem assim de qualquer prato de cozinha e copa.

Vinhos e liceres nacionaes e estrangeiros

PRAEÇOS MUITO RASOAVEIS

CONSERVARIA ITALIANA

PREMIA DA EXPOZICAO INTERNACIONAL DO PORTO DE 1885

M. G. FERRARI
61, RUA NOVA DO ALMADA 65

Principal fornecedor de bollos, jantares, lunches e sobras; fabrica de chocolate e pastilharia, doces, gelados, sorbetes e conservas de todas qualidades; vidros Copine, e liceres, encarnados, nacionaes e estrangeiros; pimenta de Hollanda, correja, etc. Bem como commendas de todos estes generos, e fabrica fructos em latices, à nacional.

JANTARES AOS DOMICILIOS

EMPRESA CULINARIA

Carnide & Garcia

LISBOA — 54 A 58, RUA VASCO DA GAMA, 54 A 58 — LISBOA

Esta empresa entrega a Cozinha franceza e Portugueza e desliza-se a fornecer jantares aos domicilios, e bollos as ligarías concurrenças, si este valheres e si pastilharia. Os commensales si esta empresa concurrenças, si por da grande economia e da succedente mais, se comoda fira em generos de primeira qualidade, e sempre a preço, visto que si se prepara a que fira a melhor qualidade concurrençada. Os jantares custam 280, 300 e 240 reis entregues no domicilio em qualquer ponto da cidade; pedir no telefone.

RECEBEM-SE COMMENDAS nas Tabacarias Neves, Bocio—Casa Havana, Chindo—Tabacaria piano, rua de Bato, 3 e 9, e o escriptorio da sede, rua Vasco da Gama, 54 e 58.

JANTARES AOS DOMICILIOS

EMPRESA CULINARIA

54 — RUA VASCO DA GAMA — 58

A Empresa Culinaria, fundada para o fim de fornecer jantares aos domicilios, concorre-se além dos jantares por preços certos, de jantares especiais e lunches para dois dietos e de todo que diz respeito a pastilharia, vidros, ensais, encarnados, etc. por preços concurrençados.

Os jantares levados aos domicilios em qualquer ponto da cidade, dentro da antiga circumvallação, custam:

De jantares mandados trazer a sede da Empresa, custam:

Cada jantar prático 280 reis, excepto de 1 jantar por 30 dias 2800 reis, de 2 jantares 4800 reis, cada jantar a mais 240 reis.

A assignatura de 1 jantar por 30 dias levada ao domicilio, custa 2800 reis, assignatura de 1 jantar mandado trazer a sede da Empresa custa 3000 reis.

O menu é publicado ás quartas feiras no DIARIO DE NOTICIAS

As commensales devem ser feitas ás vespertias até ás 9 horas da noite na Tabacaria de propriedade da Empresa, Culinaria, Rua de Bato, 3 e 9 e até ás 10 horas da manhã no proprio dia no escriptorio da Empresa, Rua de Vasco da Gama, 54.

Estampa 9. Anúncios do “Café Montanha” no *Almanach* 1871: 285, do “Restaurant Central” e “Conservaria Italiana” no *Almanach* 1873: 341 e 188 e da empresa “Jantares aos Domicilios – Empresa Culinaria” nos *Anuario* 1896: 438 e 1899: 486.

7. Conclusão. Para todos os gostos... e bolsos.

Tanto o *Almanach* como o *Anuario* não apresentam o panorama completo do tecido comercial lisboeta da segunda metade do século XIX. São vários os exemplos literários, noticiosos e até mesmo fotográficos que expõem numerosos estabelecimentos não contemplados nos periódicos. Mesmo no caso do *Anuario*, as listagens gerais não permitem perceber quais os serviços alimentares que os estabelecimentos dispunham. O Café Montanha é disso exemplo.

No entanto, a análise dos anúncios permite uma melhor percepção tanto da versatilidade como da diversidade de serviços que confeitarias, restaurantes em hotéis e também cafés colocavam ao dispor do consumidor.

Desde logo, os produtos e serviços publicitados induzem a considerar que o público-alvo destes se centrava nas classes burguesas e aristocráticas

lisboetas, uma vez que, além de comercializarem iguarias culinárias europeias para os gostos mais refinados, os preços praticados afastavam o mero operário ou funcionário público de baixo escalão de frequentar ou mesmo adquirir produtos e serviços.

Um olhar mais atento sobre estes permite, também, perceber práticas alimentares associadas às classes mais favorecidas: a preponderância do jantar como refeição orientada para a sociabilidade e ostentação, passível de ser feita em lugares públicos (ainda que em espaços reservados, os salões) a par da prática estabelecida de *lunchs*, soirées, bailes e ceias em contexto doméstico e para os quais confeitarias, cafés e restaurantes/hotéis dispunham de serviço de entrega ao domicílio, disponibilizando requintados pratos, objetos e até serviços.

Observa-se, assim, que um vasto leque de estabelecimentos comerciais se adaptava às práticas de sociabilidade da burguesia e da aristocracia, oferecendo culinária requintada para fastos jantares ou refeições menores tanto em contexto semipúblico, em salões reservados e acolhedores, como em contextos mais domésticos, registando-se uma particular permeabilidade entre o mundo privado e público.

Destaque-se, igualmente, a venda generalizada de vinhos nacionais e estrangeiros, licores e outras bebidas espirituosas, e uma vasta gama de doces de tradição regional, atestando o seu alargado consumo pelas classes urbanas lisboetas.

Por outro lado, a vasta dispersão pela malha urbana da capital de estalagens, casas de pasto e restaurantes menos requintados e de cujos serviços culinários pouco se conhece, admite a possibilidade de o leque de serviços alimentares oferecidos à população contar com uma maior diversidade de produtos e preços, adaptados a todos os gostos e bolsos.

No que às estalagens e casas de pasto respeita, estas estavam claramente direcionadas para trabalhadores não-qualificados, viajantes, negociantes de poucas posses e demais população que, por diversos motivos, não dispunha de local próprio para se alimentar, recorrendo, por isso, a estabelecimentos públicos de baixa qualidade onde era vendida comida durante todo o dia e, no caso das estalagens, dormida.

Fontes

Almanach da Agencia de Primitiva Anuncios, Lisboa: 1871, 1873, 1874.

Anuario Commercial ou Anuario Official de Portugal, Lisboa: 1896, 1897, 1898, 1899.

Diário Illustrado, 29 de março de 1898, 19 de abril de 1896 e 22 de julho de 1898.

LOBATO, Gervásio (1882). *Lisboa em Camisa*. Lisboa: Empreza Litterária de Lisboa.

NAZARETH, Beatriz (8º ed.,1908). *Manual de Civilidade e Etiqueta. Regras indispensáveis*

para se frequentar a boa sociedade. Editor Arnaldo Bordalo.
QUEIRÓS, Eça (Março de 1872). *As Farpas*. Lisboa: Tipografia Universal.

Bibliografia

Dicionários

- BLUTEAU, Rafael (1720). *Vocabulário Portuguez*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus.
- CASTELBRANCO, Basílio (1881). *Diccionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, vols. I e II, Lisboa: Imprensa Nacional
- FIGUEIREDO, Cândido (1899). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.
- VIEIRA, Frei Domingos (1873). *Grande Diccionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*. Porto.

Outras obras

- ALVES, Dário (1992). *Era Tormes e Amanhecia. Dicionário Gastronómico Cultural de Eça de Queiroz*. Lisboa: Livros do Brasil.
- BRAGA, Isabel Drumond (2000). *Portugal à mesa. Alimentação, etiqueta e sociabilidade (1800-1850)*. Lisboa: Hugin Editores.
- BRAGA, Isabel Drumond (2006). *Os menus em Portugal: para uma história das artes de servir à mesa*. Lisboa: Chaves Ferreira.
- BRAGA, Isabel Drumond (2014). “Confeiteiros na Época Moderna: Cultura Material, Produção e Conflituosidade”, in SOARES, Carmen, COUTINHO, Irene Macedo (ed.), *Ensaio sobre o Património Alimentar Luso-Brasileiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 165-192.
- BRAGA, Isabel Drumond, OLIVEIRA, Ricardo Pessa de (2008). “Seduzir para vender: para o estudo da publicidade em São Miguel no século XIX”, in *O Liberalismo nos Açores: Do Vintismo à Regeneração. O tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870)*. *Actas do Colóquio*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 415-436.
- CASCÃO, Rui (2011). “O quadro doméstico: em família”, in VAQUINHAS, Irene (ed.), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CASCÃO, Rui (2011). “O quadro material: entre paredes”, in VAQUINHAS, Irene (ed.), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores.
- DIAS, Luis Augusto Costa (2007). “O papel do impresso. A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XIX - primeiro quartel do século XX)”, *Estudos do Século XX*, 7, 307-317.
- DROUARD, Alain (2007). “Chefs, Gourmets and Gourmands”, in FREEDMAN, Paul (ed.), *Food. The History of Taste*. London: Thames & Hudson, 263-300.
- FERGUSON, Priscilla Parkhurst (2006). *Accounting for taste. The triumph of French*

- Cuisine*. Londres e Chicago: The University of Chicago Press.
- FRANÇA, José-Augusto (2009). *Lisboa. História Física e Moral*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- GOMES, João Pedro (2014). “Uma doce viagem: doces e conservas na correspondência de D. Vicente Nogueira com o Marquês de Niza (1647/1652)”, in SOARES, Carmen e COUTINHO Macedo, Irene (ed.), *Ensaio sobre o Património Alimentar Luso-Brasileiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 213-252.
- GOMES, João Pedro (2017). “Comida de rua na Lisboa Moderna (sécs. XVI e XVII)”, in *Diz-me o que comes... alimentação antes e depois da cidade, Fragmentos de Arqueologia*. Lisboa: Câmara Municipal, 99-109.
- LOUSADA, Maria Alexandre (2004). “A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime”, in VENTURA, Maria da Graça Mateus (ed.), *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, 95-120 (em linha https://www.academia.edu/3684106/A_rua_a_taberna_e_o_sal%C3%A3o_elementos_para_uma_geografia_hist%C3%B3rica_das_sociabilidades_lisboetas_nos_finais_do_Antigo_Regime consultado em 20/12/2017).
- LOUSADA, Maria Alexandre (2011). “Vida privada, sociabilidades culturais e emergência do espaço público”, in MONTEIRO, Nuno Gonçalo (ed.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores /Temas e Debates, 424-456.
- MARTINS, Conceição Andrade (1997). “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, *Análise Social*, 42, 483-535.
- O’GORMAN, Kevin (2005). “Modern Hospitality: Lessons from the Past”, *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 12.2, 141-151.
- PEIXINHO, Ana Teresa (2016). “Estética alimentar queirosiana: notas gastronómicas na obra de Eça de Queirós”, in SOARES, Carmen e PINHEIRO, Joaquim (ed.), *Patrimónios Alimentares de Aquém e Além-Mar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 199-218.
- PITTE, Jean-Robert (2013). “The rise of restaurant”, in FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo (ed.), *Food. A Culinary*, New York: Columbia University Press: editora, 471-480.
- SANTOS, Luís Aguiar (2001). “A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação”, *Análise Social*, XXXVI, 185-207.
- SHORE, Elliott (2007). “Dinning Out”, in FREEDMAN, Paul (ed.), *Food. The History of Taste*. London: Thames & Hudson, 301-332.
- SPANG, Rebecca (2003). *A Invenção do Restaurante*. Lisboa: Temas e Debates.
- TENGARRINHA, José, (1989). *História da Imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- TRINDADE, Luís (2008), *Foi Você que Pediu uma História da Publicidade? Lisboa: Tinta da China*.
- VEIGA, Teresa (2002). *A População Portuguesa no século XIX*. Lisboa: CEPES e Edições Afrontamento.

O caminho de ferro de Moçâmedes: entre projeto militar, instrumento tecnodiplomático e ferramenta de apropriação colonial (1881-1914)

The railway of Moçâmedes: between military project, technodiplomatic instrument and tool for colonial appropriation (1881-1914)

HUGO SILVEIRA PEREIRA¹

CIUHCT – U. Nova de Lisboa

Institute of Railway Studies – U. York

hugo jose.pereira@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 28/11/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 29/01/2018

Resumo: A partir da década de 1880, Portugal decidiu aplicar em Angola o projeto de desenvolvimento fontista que vinha implementando na metrópole desde 1850 e que assentava, em grande medida, na construção ferroviária. Depois de o investimento inicial se dirigir para Luanda e Ambaca, os responsáveis nacionais viraram a sua atenção para Moçâmedes. Neste artigo, iremos analisar o processo de implementação da ferrovia neste distrito do sul de Angola, desde a década de 1880 até à I Guerra Mundial, em três momentos diferentes: o processo de decisão, a construção e a exploração. Recorrendo à bibliografia já existente e a documentação inédita de arquivos portugueses e britânicos, iremos evidenciar as motivações que subjazeram à decisão de construir um caminho de ferro (tecnodiplomáticas, militares e económicas) e os desafios que se levantaram à construção e exploração. No final, explicaremos até que ponto as expectativas criadas e estimativas antecipadas foram efetivamente cumpridas.

Palavras-chave: tecnodiplomacia; Angola; colonização; *scramble for Africa*.

Abstract: From the 1880s onwards, Portugal applied in Angola the investment programme it had been implementing in the mainland since the 1850s (fontismo), which was strongly based in the construction of railways. The initial investment took place in Luanda and Ambaca, but shortly afterwards Portuguese experts turned their attention to Moçâmedes. In this paper, we will analyse the process of railway implementation in this district of the South of Angola from the 1880s until World War I, in three different moments: the decision-making process, the construction and the operation. Using previously published bibliography and unpublished primary sources (kept in Portuguese and British archives), we will highlight the motivations behind the decision to build the railroad (technodiplomatic, military and economic) and the challenges engineers and workers faced during construction and operation. In the end we will explain whether the expectations behind the investment were met or not.

Keywords: technodiplomacy; Angola; colonization; *scramble for Africa*.

¹ Financiado por Fundos Nacionais Ref.ª SFRH/BPD/95212/2013 (Colónias, progresso e investimento: os caminhos-de-ferro ultramarinos (1870-1914) no âmbito do CIUHCT (UID/HIS/00286/2013).

1. Introdução

A partir de meados do século XIX, diversos países europeus encetaram políticas de desenvolvimento tecnológico baseadas no ideal saint-simonista de progresso, pelas quais se media o valor civilizacional de cada povo (Adas 1989; Schot, Scranton 2014: X). De entre os novos instrumentos tecnológicos, um se destacava pelo seu impacto material e simbólico: o caminho de ferro. Em África, a construção, desde 1860, de longas vias-férreas consolidou a superioridade europeia e incentivou um novo imperialismo (Headrick 2010: 1-2). Em ambos os contextos, a ferrovia contribuía para a construção de identidades nacionais (Nye 1999: 68 e ss.).

Portugal não ficou ao lado destes acontecimentos, tendo a partir de 1851 promovido na metrópole uma política de melhoramentos materiais fortemente assente em tecnologia e em particular nos caminhos de ferro (Justino 2016: 56-63; Saraiva 2007), que a partir de finais da década de 1870 foi transplantada para as colónias (Diogo 2009).

Aqui, a construção ferroviária tinha uma dupla motivação, correspondendo aos mitos do Eldorado e da herança sagrada (Alexandre, Dias 1998: 39-48): as vias-férreas deviam promover a colonização das regiões, aproveitar os seus miríficos recursos e legitimar a presença nacional em territórios cobichados por outras nações (Alexandre, Dias 1998: 46-51).

Em finais do século XIX e inícios do século XX, um dos territórios *sacralizados* era Angola. Neste artigo, daremos especial atenção ao seu distrito de Moçâmedes, fronteiro à colónia alemã do *Südwestafrika* (atual Namíbia), onde o caminho de ferro era encarado como um instrumento para aceder ao fértil planalto da Huíla e barrar a cobiça germânica sobre o território.

A linha de Moçâmedes foi recentemente estudada em detalhe por Marçal (2016: 385-404). Neste artigo, procuraremos contribuir para a história desta ferrovia, enfatizando as suas ligações com a experiência metropolitana, os contornos tecnodiplomáticos do projeto e os detalhes da construção e operação ferroviária. Focaremos a nossa análise no período entre o início da década de 1880, quando surgem os primeiros alvites para a sua construção, e o início da I Guerra Mundial, que marca o começo dum novo paradigma político e de exploração ferroviária.

Por tecnodiplomacia entende-se a prática de conduzir negociações entre nações com interesses tecnológicos antagónicos ou, mais latamente, o uso da tecnologia para impor objetivos diplomáticos (Pereira 2017a, 2017c). A análise da linha de Moçâmedes sob esta perspetiva será feita com recurso aos pareceres das autoridades coloniais e em comparação com a bibliografia so-

bre a agenda diplomática alemã e inglesa para o sul de Angola. Os números do assentamento e exploração serão retirados de diversos relatórios guardados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

2. Antecedentes geopolíticos

Moçâmedes era um distrito no sul de Angola com um litoral baixo, irregularmente acidentado (altitude máxima de 542 m) e completamente árido. O seu porto fica numa baía vasta e segura com bom fundeadoiro. Para o interior, a serra da Chela (um muro vertical de 300 m cortado por vários desfiladeiros) marca o início do planalto da Huíla, fértil e de clima semelhante ao europeu (Amaral 1962: 30-1).

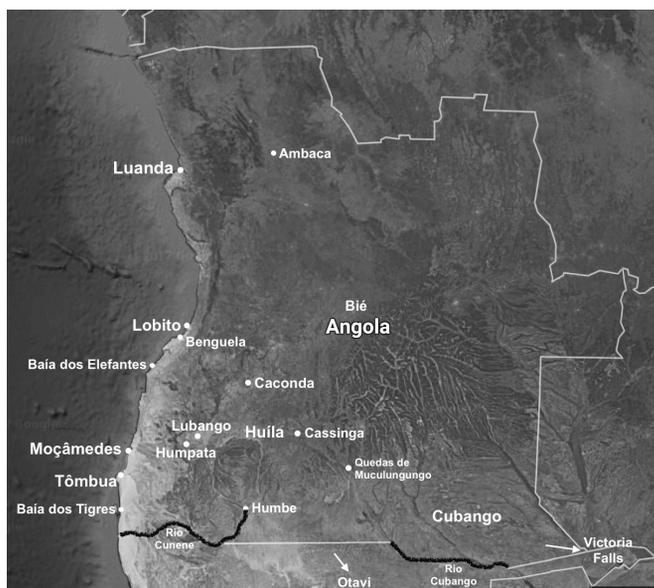


Figura 1 – Mapa de Angola
Fonte: Google Maps e elaboração própria

A colonização desta região iniciou-se no final da década de 1830. Nas décadas seguintes, colonos portugueses e *boers* fixaram-se em Moçâmedes, Porto Alexandre (Tõmbua), São Januário (Humpata) e Sá da Bandeira (Lubango) (Azevedo 2014: 66-101). Em 1883, o padre Almeida Pedroso, da missão na Huíla, chamava a atenção para a necessidade de melhores meios de transporte – que se resumiam a animais de tiro e carros de bois (Azevedo 2014: 144-5) – e a ameaça aos interesses nacionais da presença alemã em Angra Pequena (Lüderitz) no Sudoeste Africano. Apesar de aquele território contar apenas 20 km de fronteira, temia-se a expansão da sua influência ao sul

de Angola e à própria Bechuanalândia britânica (Pakenham 2003: 207-17).

Contudo, a prioridade dos responsáveis portugueses dirigia-se para Luanda. Em 1881, a Junta Consultiva de Obras Públicas (JCOP), órgão consultivo do ministério, considerava urgente a construção dum caminho de ferro até Ambaca. Uma via-férrea servindo Moçâmedes era incluída no plano da viação acelerada de Angola, mas não era prioritária². Mais tarde, a Conferência de Berlim e a pressão inglesa fizeram ver que Portugal devia ocupar aquela parte do *hinterland* angolano o mais rapidamente possível. Assim, em 1885, a escolha do governo português para a primeira ferrovia angolana recaiu sobre a que ligava Luanda a Ambaca (Alexandre 2008: 153-60; Marçal 2016: 69, n. 187 e 222-33).

3. Em prol da linha de Moçâmedes

Isto não esmoreceu os esforços para levar a viação acelerada ao sul de Angola. Em 1886-8, os exploradores Capelo e Ivens, na sequência da sua expedição à contracosta, requereram ao governo a concessão dum caminho de ferro de Moçâmedes à Caconda, Huíla e Bié, que promovesse a formação duma “Nova Lusitania”³, *civilizasse* os autóctones e limitasse os avanços alemães (Marçal 2016: 365-6).

O governo não aceitou a proposta, mas ordenou a realização de estudos a Joaquim José Machado⁴, um engenheiro português que trabalhava em África desde 1877 (Marçal 2016: 120-31). Machado (1889: 228-41) revelou-se “verdadeiramente entusiasmado pela riqueza de terrenos que examinou” e pelas condições do porto de Moçâmedes, uma excitação que se justifica sobretudo pela necessidade que o engenheiro sentia em promover a realização de grandes obras públicas em África, que não só abria aos seus camaradas um amplo mercado de trabalho, mas principalmente lhes concedia prestígio social como executores do desígnio nacional de ocupar o continente negro (Diogo 2009; Rodrigues 1999: 67-82).

Em termos técnicos, Machado (1889: 255-8) sugeria o uso duma bitola (distância entre carris) de 1 m. Nos principais caminhos de ferro europeus, a bitola *normal* oscilava entre os 1,44 e os 1,67 m e era empregada em linhas de grande velocidade e alta capacidade de transporte. Em África, não se exigiam altas velocidades ou elevadas capacidades de tráfego, o que explica a generalização de medidas de 60 e 106,7 cm, que adaptavam o leito mais facilmente

² AHU, 461 1F, parecer 26.12.1881, 62v.

³ AHU, 279 1H, requerimentos 25.3.1888 e 21.11.1888.

⁴ *Diário da Camara dos Deputados* (DCD), 7.7.1890, 1095.

ao terreno e assim reduziam os custos de construção (Divall 2003: 198). No caso português, o padrão métrico tinha sido estudado por outros engenheiros e tinha aplicações práticas no continente (Tua, Viseu e Guimarães) e ultramar (Ambaca e Mormugão). Machado transferiu assim o conhecimento técnico preexistente para um outro contexto geográfico.

O engenheiro português apresentou uma diretriz extremamente irregular, com declives até 50 mm/m e raios de curva mínimos de 60 m. Em termos de comparação, nas linhas do continente, os declives não ultrapassavam os 19 mm/m e os raios de curvas não desciam dos 150 m. A contrapartida era um orçamento relativamente baixo de 2997 contos ou 16,8 contos/km, que contrastava com os 22 da linha de Guimarães ou os 37 da do Tua (Pereira 2012a: anexos 20-1).

Quanto à exploração, Machado (1889: 239-41) antecipava valores anuais baixos, de 10 000 t de mercadorias e 10 000 passageiros. A linha do Tua no seu primeiro ano de exploração, transportou 13 000 t de mercadorias e 27 000 passageiros⁵. O rendimento líquido esperado era de 50 contos ou 1,68% de taxa de retorno, um valor baixo que afastaria a iniciativa privada e que recomendava a construção da linha pelo Estado, mas que poderia ser compensado pelo desenvolvimento que a ferrovia traria à região.

Machado não foi o único a promover a obra. Em Moçâmedes, o governador e diversos cidadãos representaram a mesma necessidade a Lisboa⁶ enquanto no parlamento Dantas Baracho pressionava o governo com narrativas de insubordinações na região, que lesavam o brio nacional⁷.

No entanto, a iniciativa esbarrou nas objeções da JCOP, que duvidava dos estudos de Machado⁸.

Entretanto, o Ultimato e a acentuação da sacralização do Império (Alexandre, Dias 1998: 115-9) levou o ministro Júlio de Vilhena a propor ao parlamento a construção da linha, para demonstrar que Portugal era uma nação colonial de mérito próprio e cuja soberania sobre o sul de Angola não podia ser contestada (Alexandre 2008: 175-81). A via devia ainda fomentar a colonização do território e contribuir para a *civilização* do nativo. Uma vez que a prioridade não era a velocidade nem a capacidade de transporte, a construção devia ser do tipo mais simples possível (custo inferior a 17 contos/km) e privilegiar tarifas baixas, promovendo assim a apropriação do território (sobre apropriação, Headrick 1988: 15; Mardsen, Smith 2005: 167-75). Contudo, a intervenção direta do Estado era afastada, preferindo-se a contratação

⁵ *Elementos Estatísticos dos Caminhos de Ferro do Continente de Portugal de 1877-1910*, 1912, 24-5 e 38-9.

⁶ AHU, 279 1H, relatórios 30.3.1887, 4.6.1889 e 4.1.1890 e representações 20.12.1888 e 22.8.1889.

⁷ DCD, 23.4.1889, 407

⁸ *Revista de Obras Publicas e Minas*, 249-50 (1889), 317-27.

duma companhia com maioria de diretores, trabalhadores e capital nacionais, à qual se garantia um juro de 6%.

O debate evidenciou as más experiências anteriores com ferrovias ultramarinas (Ambaca, Lourenço Marques e Mormugão), todas entregues a interesses britânicos, todas originadoras de graves problemas financeiros e ameaças para a soberania portuguesa (Marçal 2016: 280-316; Pereira 2015: 251-61). Por isto, o governo propunha um novo paradigma de imperialismo ferroviário assente exclusivamente em interesses nacionais.

As intenções lusas foram devidamente reportadas em Inglaterra. O ministro em Lisboa, Petre, apressou-se a comunicar estes planos ao *Foreign Office*⁹, enquanto o prestigiado *The Railway Times* mantinha os seus leitores informados sobre o processo¹⁰. Os britânicos conheciam bem o potencial do caminho de ferro para exercer imperialismo informal (Robinson 1991), que no caso de Moçâmedes podia também limitar o avanço germânico no território.

Outra novidade na discussão foi a eclosão de rivalidades entre regiões ultramarinas, designadamente com Benguela (Braga 1889; Mesquita 1890). Também a metrópole questionou a razoabilidade de investir no ultramar quando no continente Trás-os-Montes ou o Alto Minho continuavam órfãos da viação acelerada (Pereira 2017b: 54-5). Mesmo entre os engenheiros, não havia consenso: para Sárrea Prado, “a pausa no progresso material [forçada pela bancarrota] somente deverá suportar-se na metropole”¹¹, ao passo que para Espregueira o investimento no continente deveria ter prioridade (Moreira 2006).

De qualquer modo, o projeto de lei transformou-se na lei de 12 de agosto de 1890, que autorizava a adjudicação em concurso da linha¹². Nos meses seguintes, diversos engenheiros procuraram melhorar o anteprojeto de Machado, com inovações como o uso de uma linha Decauville (Pereira Dias) ou do sistema Riggenbach (Fell) ou com uma alteração da rota (Ribeiro Sampaio e Poças Leitão)¹³.

Contudo, nunca o executivo abriu concurso. As dificuldades financeiras do Tesouro na sequência da bancarrota, que também levava à suspensão da construção ferroviária em Portugal (Pereira 2012a: 144-50), impedia o investimento.

⁹ The National Archives (TNA), FO 63/1262, carta 11.7.1890.

¹⁰ *The Railway Times* (RT), 2728 (19.4.1890), 518; 2729 (26.4.1890), 549; 2732 (17.5.1890), 630; 2735 (7.6.1890), 733.

¹¹ DCD, 6.7.1893, 15.

¹² *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro ultramarinos* (LDRCU), volume 1, 425-8.

¹³ AHU, 279 1H, relatórios 1.6.1891 e 20.11.1891.

4. Embates tecnodiplomáticos

A partir de 1894, a linha foi usada no jogo geopolítico entre Portugal, Inglaterra e Alemanha. Para agilizar a construção, o governo concedeu à Companhia de Moçâmedes poderes majestáticos sobre o território (Alexandre 2008: 181-4)¹⁴. Contudo, rapidamente esta companhia foi dominada por capital britânico (Seleti 1990: 42). Para o contrariar, o governo tentou, em vão, conceder linhas em Benguela e Moçâmedes a empreendedores diferentes (Cunha 1897; Esteves 2000: 55)¹⁵. Ao mesmo tempo, ordenou novos estudos ao engenheiro Serrão¹⁶ (Serrão 1900: 347-9).

Em 1898, empreendedores germânicos, apoiados por capital britânico, procuraram obter o controlo da Companhia de Moçâmedes, visando a construção duma ferrovia até às minas de Otavi. O projeto, que refletia o acordo secreto de 1898 entre as duas nações para a divisão das colónias portuguesas de Angola e Moçambique, contribuiria para a agenda expansionista alemã sobre o sul de Angola e auxiliaria os colonos ingleses do Barotze (Zâmbia), Rodésia (Zimbabwe) e Bechuanalândia (Botswana) com uma ligação até ao Atlântico (Guevara 2006: 199-203 e 261-86).

Para obstar aos avanços germânicos, o governo autorizou a companhia a contratar a firma *Trans African Railway* para construir a linha da costa à Cassinga e ao Humbe com um ramal até à fronteira com o Sudoeste Africano¹⁷. Porém, esta empresa era subsidiária da *Railway & Works*, dominada por capitalistas ingleses e germânicos (Guevara 2006: 283-4)¹⁸. Nada se concretizou e nos anos seguintes, os interesses alemães foram sendo afastados da arena tecnodiplomática. Em 1899, Portugal decretou a construção da linha de Benguela¹⁹, que deveria desviar o tráfego da África Central do território germânico (Esteves 2000: 55; Katzenellenbogen 1973: 42-3). Os alemães ainda procuraram obter uma linha da Baía dos Tigres ao Sudoeste Africano (Pohl 1982), o que foi recusado²⁰. No dia 14 de outubro de 1899, Portugal assinava com Inglaterra o acordo de Windsor, que reafirmava os direitos portugueses sobre a região e bloqueava as pretensões teutónicas (Alexandre 2008: 181-4; Guevara 2006: 287-8). Os alemães viraram-se assim para outra solução, que passou pela concessão (1900) da linha entre Swakopmund e as minas de

¹⁴ LDRCU, volume 1, 704-8.

¹⁵ LDRCU, volume 1, 715-38.

¹⁶ AHU, 279 1H, relatório 12.11.1912.

¹⁷ LDRCU, volume 2, 1427.

¹⁸ TNA, BT 31/15184/34930.

¹⁹ LDRCU, volume 2, 1055-8.

²⁰ AHU, 279 1H, proposta 12.9.1899 e carta 17.10.1899.

Otavi e Tsumeb à *Otavi Mining and Railway Company* (Shaw 1958: 37-9).

A decisão alemã não dissuadiu Portugal de procurar a fronteira com o Sudoeste Africano, na condição de manter o caminho de ferro sob controle nacional. Em 18 de maio de 1900, o governo propôs ao parlamento assentar a linha da Baía dos Tigres à confluência da raia com o rio Cunene. O debate mostrou novamente as típicas refregas políticas, mas terminou sem decisão²¹.

Entretanto, a Companhia de Moçâmedes continuou os estudos no terreno, que apresentou em 1902. Divergências em relação à diretriz (passagem pelo Humbe, como pretendia o governo) afastaram os investidores²².

O processo esteve parado até que em 1904 o desbaratamento dum reconhecimento militar por uma milícia de cuamatos pôs em causa a capacidade colonizadora de Portugal, sobretudo porque do lado alemão, na mesma altura, uma revolta local foi esmagada em menos dum ano (Marçal 2016: 387-9; Pakenham 2003: 777-94). Para contrariar esta percepção e auxiliar a resposta militar, o governo incumbiu em 1905 a Direção dos Caminhos de Ferro de Luanda de novos estudos²³. Mais tarde, o ministro Moreira Júnior, propôs a contração dum empréstimo de 1500 contos para construir a linha por administração direta do Estado²⁴. O orçamento era drasticamente reduzido, através do uso duma bitola de 60 cm, solução técnica já empregue em Moçambique, na linha da Beira, e também nas linhas do Sudoeste Africano (Baxter 1998: 7; Moir, Crittenden 1967). A medida foi aprovada por decreto de 27 de maio de 1905²⁵.

5. A construção

A obra foi confiada à Direção do Caminho de Ferro de Malange, que iniciou os trabalhos em 9 de agosto de 1905, mas em 1907 foi criada a Direção do Caminho de Ferro de Moçâmedes para o mesmo efeito (Marçal 2016: 391-3).

O trabalho foi particularmente rápido nos primeiros meses, já que o objetivo era levar a linha o mais rapidamente possível ao conflito. O assentamento foi extremamente simples e barato (5,4 contos/km), evitando terraplanagens e movimentos de terra, com pontes provisórias e adaptando a via o máximo ao terreno²⁶: “atiraram-se os rails sobre a areia movediça, mas plana, do litoral

²¹ DCD, 18.5.1900, 4-13; 19.5.1900, 2-7.

²² AHU, 279 1H, ofício 25.9.1902 e relatório 18.7.1903.

²³ LDRCU, volume 2, 1487-8.

²⁴ DCD, 14.4.1905, 11-2.

²⁵ LDRCU, volume 2, 1506-8.

²⁶ AHU, 275 1H, processo 28, vários relatórios; 278 1H, volume 1, processo 3, vários relatórios; processo

de Mossamedes e sobre essa linha de serviço fez-se, não digo deslizar, mas sim arrastar um comboio” – escrevia o governador local²⁷.

Engenheiros do Estado geriam a obra, mas certos troços da linha foram entregues a empreiteiros particulares. Em média, 650 nativos/mês trabalharam na obra, um número insuficiente para o serviço, que exigia cerca de 2 mil²⁸. Contudo, a dureza do trabalho, a escassez de água e a concorrência das lides agrícolas e do assentamento da linha de Benguela (Marçal 2016: 416) contribuíam para a insuficiente afluência de mão de obra. Os proprietários locais forneciam os seus serviços²⁹, mas reservavam os melhores para si próprios. O recurso a trabalhadores nativos fazia parte da *missão civilizadora* da ferrovia, já que “obrigar os Cumatos [sic] a dar braços para a construção do caminho de ferro [...] hade concorrer para a sua civilização”³⁰.

A afirmação do domínio luso no território podia também passar pelo fornecimento de material nacional. No entanto, e embora só tenhamos dados para 1905-9, não foi este o caso. Dos 582 contos de fornecimentos, 509 foram faturados por empresas estrangeiras. O grosso deste valor (377 contos) respeitava a material trator (da Decauville e Koppel)³¹. Por esta altura, a CP e os Caminhos de Ferro do Estado davam os primeiros passos no fabrico de locomotivas. Por outro lado, um dos engenheiros responsáveis pela gestão das máquinas das linhas de via estreita do Estado, Zacarias Santana, chegou a trabalhar em Moçâmedes (Oliveira 2010: 60-3; Pedreira 2010: 76-7). Em todo o caso, preferiu-se privilegiar os fornecedores internacionais.

Os trabalhos foram marcados por várias dificuldades. A falta duma ponte-cais em Moçâmedes (a sua construção só se iniciou em 1908) e de armazéns na localidade vizinha do Saco dificultou a chegada do material de construção, uma situação recorrente no ultramar português (Pereira 2015: 257)³². A qualidade do material deixou muito a desejar, o que, com a baixa qualidade do assentamento, causou vários descarrilamentos. A isto acresciam ainda as chuvas, que “cahiam em verdadeiros lençoes de agua”³³, e as baixas temperaturas e humidade, que aliadas à insalubridade de algumas

‘transformação da bitola de via de 0m,60 para 1m,00’, relatório 15.10.1906.

²⁷ AHU, 278 1H, relatório 10.12.1906.

²⁸ AHU, 275 1H, processo 29, relatório 30.11.1907; processo 30, vários relatórios; 278 1H, processo ‘transformação...’, relatório 15.10.1906; 284 1H, volume 1, processo 18, atas 11.12.1907 e 24.5.1909.

²⁹ Diário do Senado (DS), 26.3.1912, 5.

³⁰ AHU, 275 1H, processo 29, relatório 30.9.1907.

³¹ AHU, 277 1H; 2526 1B.

³² TNA, FO 63/1326, rel. 25.10.1895.

³³ AHU, 287 1H, relatório 30.4.1909.

zonas, sujeitavam os trabalhadores a doenças³⁴.

Para financiar a construção, o governo abriu, até 1908, vários créditos e dotações orçamentais e, a partir de 1909, verbas do fundo dos caminhos de ferro de Angola (Marçal 2016: 391, n. 1268). Até 1911, o investimento montava a mais de 1700 contos (tabela 1), superando, portanto, o orçamento previsto. Em 1912, o total rondava os 2063 contos³⁵. Até 1914, os registos computam um acréscimo de 130 contos. No entanto, estes documentos só cobrem 18 meses, pelo que o valor total será maior³⁶.

Tabela 1 – Custo da construção (contos)

Origem	Itens	1905-6	1906-7	1907-8	1908-9	1909-10	1910-1	Subtotais
Metrópole	Pessoal	5,4	2,8	4,6	2,8	2,9	-	18,5
	Material	262,3	103,8	39,8	123,8	35,1	-	564,8
	Fretes/seguros	14,4	13,0	5,7	21,7	9,4	-	64,2
	Subtotal metrópole	282,2	119,5	50,1	148,2	47,4	138,8	786,3
Angola	Estudos	5,9	4,4	5,4	14,1	10,8	-	40,7
	Pessoal	26,2	50,4	31,8	17,1	9,3	-	134,9
	Acampamentos	0,4	-	4,9	5,1	1,3	-	11,6
	Movimento de terras	30,8	50,8	34,7	34,5	16,0	-	166,8
	Obras de arte	1,6	6,8	6,5	5,6	3,1	-	23,6
	Estações	5,9	19,0	23,3	22,1	10,9	-	81,2
	Assentamento e conservação de via	10,0	34,2	9,5	5,5	1,5	-	60,6
	Instalações elétricas	1,2	1,1	1,0	0,5	0,2	-	4,0
	Material circulante	-	-	1,0	-	-	-	1,0
	Acessórios de via	0,6	-	0,1	0,0	-	-	0,7
	Diversos	21,9	36,4	21,2	22,6	19,8	-	121,9
Subtotal Angola	104,6	203,1	139,2	127,2	72,9	268,7	915,7	
Totais parciais	386,8	322,6	189,3	275,4	120,3	407,6	1702,0	

Fonte: AHU, 277 1H, custo da construção

³⁴ AHU, 271 1H, processo 32; 275 1H, processos 28-30; 278 1H, volume 1, processo 3; processo 'transformação...'; 281 1F, processo 33; 284 1H, volume 1, processo 18; 287 1H, vários relatórios.

³⁵ AHU, 279 1H, relatório 12.6.1912.

³⁶ AHU, 271 1H, processo 32; 272 1H; 275 1H; 281 1F, processo 33; 570 1F; 931 1L; 2462 1B; 2473 1B, vários relatórios.

Ao mesmo tempo que se assentavam os carris, realizavam-se estudos de terreno para melhorar as diretrizes de Machado e Serrão. Os engenheiros Torres e Regala apresentaram diferentes soluções, cada uma delas com dificuldades específicas (necessidade duma cremalheira, difíceis obras de arte, diretrizes baratas, mas pouco convenientes, impossibilidade de futura rebitagem). Para evitar uma decisão irrefletida, o governo suspendeu a construção entre julho e novembro de 1907. A decisão final recaiu num traçado pelo Cuto, Bibala e Matuco (Marçal 2016: 392, n. 1270). Pensou-se igualmente em rebitolar a linha para o padrão africano de 106,7 cm, mas optou-se por não o fazer até aquela chegar ao planalto³⁷.

Em 1910, a questão da rebitolagem foi retrazida pela Companhia de Moçâmedes numa proposta para tomar conta da construção até ao Humbe. A oferta trouxe de novo os argumentos tecnodiplomáticos ao debate. Ainda que a companhia argumentasse que a sua sugestão “afirmaria de modo bem eloquente e energético, que não poderá a teimosia da Allemanha encontrar pretexto para negar o nosso dominio alli por falta de occupação effectiva”³⁸, a Direção Geral do Ultramar mantinha que os caminhos de ferro coloniais deviam estar nas mãos do Estado³⁹.

Todavia, o ministro Cerveira de Albuquerque preferiu confiar na companhia, a qual contratou para rebitolar a linha para 1,067 m e prolongá-la por Cassinga (com ramal para o Humbe) até ao rio Cubango, na confluência com a fronteira luso-germânica (Marçal 2016: 396). A companhia devia assentar 80 km/ano por menos de 11,25 contos/km⁴⁰. Até então, a construção custara cerca de 9 contos/km, mas avançara apenas 29 km/ano. O ministro aceitava gastar mais, mas obter um assentamento mais rápido, já que acreditava que o caminho de ferro “é o único ponto de apoio, que o país tem para sustentar a sua autonomia”⁴¹. O esquema era ainda um meio de impedir a caducidade da companhia e, ao mesmo tempo, reduzir a área da sua concessão. Já a empresa contava aceder a um empréstimo que lhe possibilitasse construir outras linhas no distrito. Todavia, os financeiros com quem a companhia negociava acabaram por não a apoiar, sendo todo o negócio abortado⁴².

³⁷ AHU, 275 1H, processos 28-29, relatórios 30.4.1906, 30.9.1906 e 31.7.1907; 278 1H, volume 1, processo 3, ofícios 29.6.1907, 18.10.1907 e 29.11.1907 e relatório 20.2.1907; processo ‘transformação...’, relatório 29.10.1906 e orçamento 26.8.1907.

³⁸ AHU, 279 1H, processo ‘Negociações para o seu prolongamento’, ofícios 2.11.1910 e 12.1.1912. RT, 98:20 (12.11.1910), 504.

³⁹ AHU, 279 1H, ofício 29.12.1910.

⁴⁰ AHU, 279 1H, rascunho 18.5.1911.

⁴¹ DS, 28.2.1912, 8.

⁴² AHU, 279 1H, processo ‘Negociações...’, ofícios 5.8.1911, 22.8.1911, 6.11.1911, 16.4.1912 e 7.12.1912 e relatório 12.6.1912.

A construção, suspensa desde 26 de fevereiro de 1912⁴³, por causa da negociação, foi retomada a 28 de março de 1913⁴⁴. De novo foi colocada a questão da rebitolagem da linha, bem como da diretriz até ao Lubango – por Quilemba ou Cahungue através duma cremalheira ou por Bibala ou Humpata com leito convencional –, para lá deste ponto – Humbe, Cassinga ou Cubango – e até à fronteira – em direção a Victoria Falls ou ao Sudoeste Alemão⁴⁵ (Galvão 1915; Marçal 2016: 394-5). Apesar de o *hinterland* da colónia germânica já contar com uma ligação ao litoral desde 1906 (Shaw 1958: 37-9), mantinha-se em Portugal o plano de o ligar até à costa sul angolana.

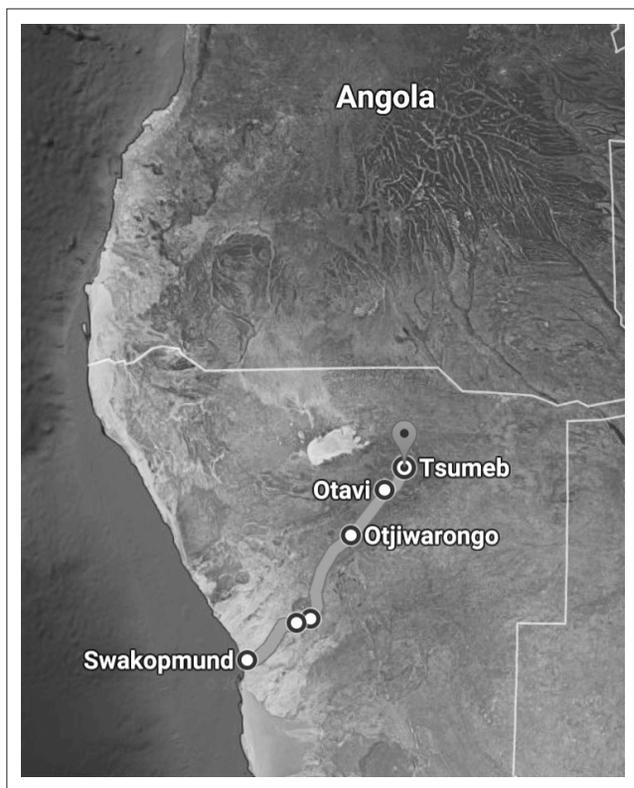


Figura 2 – Diretriz aproximada do caminho de ferro de Swakopmund

Fonte: Google Maps, Shaw 1958: 37-9 e elaboração própria

⁴³ AHU, 277 1H, processo ‘Sobre o alargamento da via, construção e suspensão dos trabalhos, redução de pessoal e abonos ilegais’, portaria 26.2.1912. DCD, 28.11.1911, 7.

⁴⁴ AHU, 284 1H, volume 1, processo 18, ofício 4.4.1913.

⁴⁵ AHU, 276 1H, processo ‘Cremalheira da Quilemba’, ofícios 29.11.1912, 30.12.1912, 22.3.1913, 7.4.1913, 7.5.1913 e 13.9.1913, parecer 8.7.1913 e relatório 13.9.1913; 278 1H, volume 1, processo 14, ofícios 28.5.1914, 8.6.1914 e 31.6.1914 e recortes 31.5.1914 e 8.6.1914; 279 1H, relatório 12.6.1912; processo ‘Negociações...’, proposta sem data (1912); relatório 12.11.1912; 283 1H, processos. 35-36, relatórios 30.6.1913, 31.7.1913, 31.5.1914 e 31.7.1914; 284 1H, volume 1, processo 18, ofício 4.4.1913 e relatório 4.3.1913; 2672 1B, relatório ??4.1913; DS, 19.2.1913, 7-8; 2.3.1914, 6-7; 20.4.1914, 15.

De novo as motivações económicas (utopia de fazer de Moçâmedes o porto atlântico das colónias inglesas e alemã vizinhas) coexistiram com um racional tecnodiplomático, já que o caminho de ferro “fazendo tremular de um modo constante a bandeira das quinas em agoas do Cunene e Cubango, representará uma afirmação de soberania, sem duvida, de importante valor nas lutas diplomaticas a travarem-se de futuro”⁴⁶. A questão animou algumas sessões do senado, mas o governo limitou-se a decretar novos estudos, entretanto interrompidos pelo deflagrar da guerra (Marçal 2016: 395-8).

6. Aspetos da exploração

À medida que os trabalhos avançavam, a linha foi inaugurada por secções. O esforço não conseguiu levar as forças militares portuguesas ao palco da guerra com os cuamatos, mas foi importante para as transportar até ao km 73 (Marçal 2016: 394).

Tabela 2 – Inaugurações

Data	Km	Nome da estação
19.2.1907	67	Pedra Grande
1.5.1907	73	-
1.9.1908	107	-
1.6.1910	126	-
1.12.1910	147	-
1.2.1912	169	Vila Arriaga (atual Bibala)*
5.10.1913	176	Bela Vista

* Esta secção já era usada desde 1910.

Fonte: *Caminho de ferro de Moçâmedes*.

⁴⁶ AHU, 279 1H, processo ‘Negociações...’, relatório 12.11.1912.

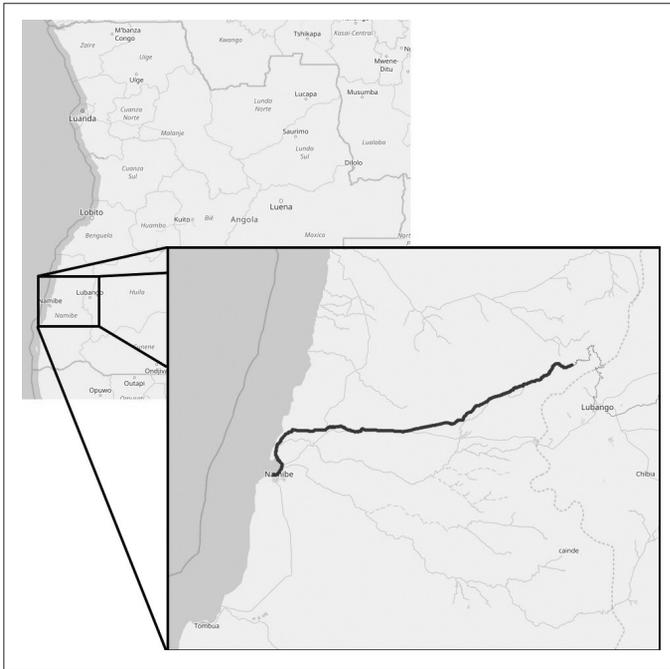


Figura 3 – Linha de Moçamedes
Fonte: Share-map.org e elaboração própria

Situações em que os caminhos de ferro respondiam inicialmente a objetivos militares e só depois a necessidades económicas não eram incomuns (Divall 2003: 199). O mesmo se passou com a linha de Moçamedes, que acabou por servir para melhorar as condições de transporte locais, ainda que com várias dificuldades.

Tal como acontecera na construção, a falta de investimento no porto dificultava a exploração. Na linha, o mau estado da infraestruturas e as frequentes avarias do material trator (pela falta de competência dos maquinistas⁴⁷, alto teor calcário da água e baixa qualidade do carvão) impediam uma operação estável. O *stock* de material rolante pouco evoluiu em 1908-12: dez a 13 locomotivas serviram na linha; o transporte de passageiros foi assegurado por 17 carruagens até 1912, quando foram adquiridos mais cinco veículos aos quais se juntaram mais seis em 1914; quanto ao transporte de mercadorias, os 148 vagões que se estream na operação foram reduzidos a 89 em janeiro de 1912. Não surpreende assim a forte redução do número de viagens duma média anual de 980 em 1908-11 para 445 no triénio seguinte. A velocidade praticada não ultrapassava os 15 km/h, metade do valor praticado nos primórdios do caminho de ferro no continente (Pereira 2012b: 29), o que permitia algo

⁴⁷ DCD, 28.5.1913, 6.

de tão caricato como os vetustos carros *boers* fazerem concorrência à ferrovia (Marçal 2016: 394)⁴⁸. Contavam-se entre os seus clientes os próprios colonos portugueses, o que levou o diretor de exploração a lamentar-se por ver

os estrangeiros transportando todas as suas mercadorias pelo caminho de ferro, mostrando por esta fórmula mais amôr pela prosperidade da terra onde vivem como hospedes do que a grande maioria d'aqueles que tinham como restrita obrigação o zelar pelos interesses e pela prosperidade do paiz onde nasceram.⁴⁹

Com o passar dos anos, a linha foi sendo alvo de melhorias, o que permitiu uma operação mais regular e veloz, mas sempre deficitária até 1914, quando registou um resultado positivo (tabela 3). A estes números devemos adicionar o aumento da receita da alfândega (tabela 4), já que o caminho de ferro foi custeado pelo Estado. No ano da abertura da linha, nota-se um aumento, em relação a 1905, de 54 contos, valor que cresce em 1911-2, depois duma curta queda em 1908-10. É impossível determinar até que ponto estes aumentos se deveram à ferrovia, contudo parece claro que o Estado também lucrou via receitas aduaneiras.

Tabela 3 – Resultados operacionais (contos)

Ano	Receita		Despesa		Líquido	
	Total	/km*	Total	/km	Total	/km
1907**	15,2	0,2	16,1	0,2	-0,9	0,0
1908***	21,0	0,3	55,0	0,7	-33,9	-0,4
1909	18,9	0,2	67,5	0,6	-48,6	-0,5
1910	15,2	0,1	70,3	0,6	-55,2	-0,5
1911	34,4	0,2	66,8	0,5	-32,4	-0,2
1912	44,3	0,3	76,4	0,5	-32,1	-0,2
1913****	38,7	0,2	62,4	0,4	-23,8	-0,1
1914	88,7	0,5	47,8	0,3	40,9	0,2

* Tendo em conta as inaugurações dos diversos troços

** Dados de receita a partir de fevereiro e de despesa a partir de julho

*** Sem despesa para maio

**** Sem despesa para janeiro

Fonte: AHU, 271 1H, processo 32; 275 1H; 283 1H; 292 1H; 319 1H; 942 1N; 2473 1B; 2508 1B; 2756 1B.

⁴⁸ AHU, 271 1H, processo 32; 275 1H, processos 29-30; 278 1H, volume 1, processo 7; 281 1F, processo 33; 283 1H, processos 35-36; 284 1H; 287 1H; 292 1H, vários relatórios; 277 1H, processo 'Sobre o alargamento...'; ofício 23.7.1912.

⁴⁹ AHU, 283 1H, processo 36, relatório 28.2.1914.

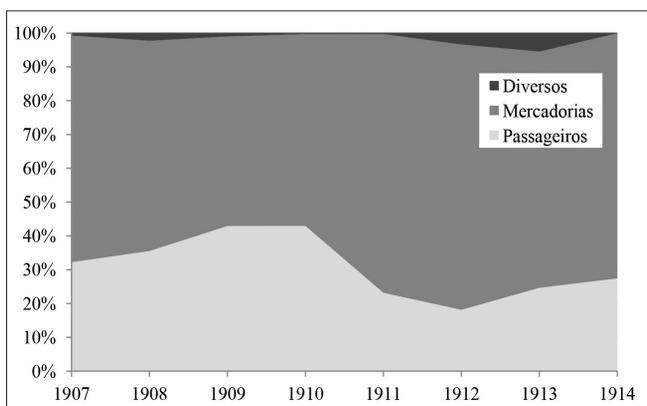
Tabela 4 – Receita aduaneira de Moçâmedes (1905-1912)

Ano	Impostos aduaneiros	Imposto s/ peixe	Receita total
1905	88	5,4	93,4
1906	107	5,5	112,5
1907	142	5	147
1908	111	5,2	116,2
1909	108	4,7	112,7
1910	98	5,3	103,3
1911	145	5,2	150,2
1912	156	5,3	161,3

Fonte: Galvão 1915.

Para a receita operacional, contribuiu sobretudo o tráfego de mercadorias (56%-79%). Em 1914, a receita atingiu máximos históricos (0,5 contos/km), que, conjugada com um mínimo igualmente histórico na despesa (0,27 contos/km), justificou a obtenção dum resultado positivo.

Gráfico 1 – Componentes da receita

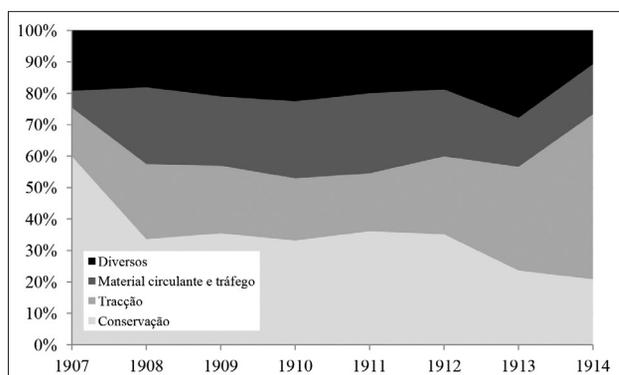


Fonte: As mesmas da tabela 3

Quanto à despesa (gráfico 2), a conservação justificou até 1912 mais de 30% do total, o que se deve à má construção da linha. Quando esta componente deixou de ser tão forte (20-23% em 1913-4), o total de despesa baixou, beneficiando o resultado líquido. Como vimos, em 1912, houve uma forte redução do número de comboios, encetada precisamente para reduzir os custos

de conservação e tráfego⁵⁰. Outros cortes (salários e postos) manifestaram-se a partir de 1914 na categoria de diversos⁵¹. Tudo isto permitiu que os recursos da linha pudessem ser aplicados mais proficuamente na tração (locomotivas), o que beneficiou o serviço.

Gráfico 2 – Componentes da despesa



Fonte: As mesmas da tabela 3

Do facto de um caminho de ferro não ser lucrativo não se pode inferir que tenha sido um mau investimento, sobretudo num contexto como o de África, em que as ferrovias tinham um propósito colonizador e tecnodiplomático.

Sem dúvida, a linha contribuiu para o aumento da mobilidade dos habitantes da região (tabela 5), incluindo a dos nativos: em 1911, foi criada uma quarta classe de passageiros para que “o indigena rude e ignorante se habitue e afeiçoe a ser transportado em caminho de ferro”⁵², que foi a mais usada em 1912-3. Os dados mostram também que o grosso dos passageiros fazia a viagem no sentido do interior (gráfico 3). O saldo entre movimento ascendente e descendente apresenta uma média anual de 5569 indivíduos, o que permite especular que a ferrovia contribuiu para um aumento populacional no interior de Moçâmedes.

⁵⁰ AHU, 277 1H, processo ‘Sobre o alargamento...’, ofício 23.7.1912; 278 1H, volume 1, processo 7, ofício 30.12.1913.

⁵¹ AHU, 284 1H, volume 1, processo 18, ofício 23.9.1912.

⁵² AHU, 278 1H, processo ‘Tarifas’, relatório 18.4.1906 e parecer 4.3.1907.

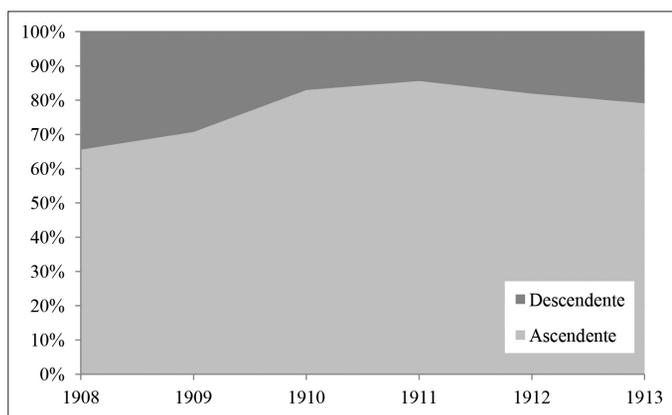
Tabela 5 – Transporte de passageiros por classe

Ano	1ª	2ª	3ª	4ª	Total
1907*	98	918	981	-	1997
1908	708	1546	5375	-	7629
1909	870	1997	3800	-	6667
1910	842	2401	5305	-	8548
1911	1305	3397	5587	3050	13339
1912	997	2689	1573	4030	9289
1913	1737	2495	1562	6602	12396
1914	2406	4076	7094	6344	19920

* A partir de fevereiro

Fonte: AHU, 271 1H, processo 32; 275 1H; 281 1F, processo 33; 287 1H; 292 1H

Gráfico 3 – Transporte de passageiros por sentido



Fonte: As mesmas da tabela 5

Também o transporte de mercadorias foi crescendo ao longo do período em estudo (tabela 6), o que permite concluir que a redução do material circulante de mercadorias se deveu a uma melhor gestão do serviço e não a uma quebra da procura de transporte, podendo-se inclusivamente especular que com comboios mais curtos o desgaste da via era menor, o que melhorou o serviço e o resultado líquido.

Tabela 6 – Transporte de mercadorias

Ano	t
1907*	699,1
1908	2501,5
1909	2420,5
1910	2179,8
1911	3347,6
1912	6064,9
1913	6420,7
1914**	5644,1

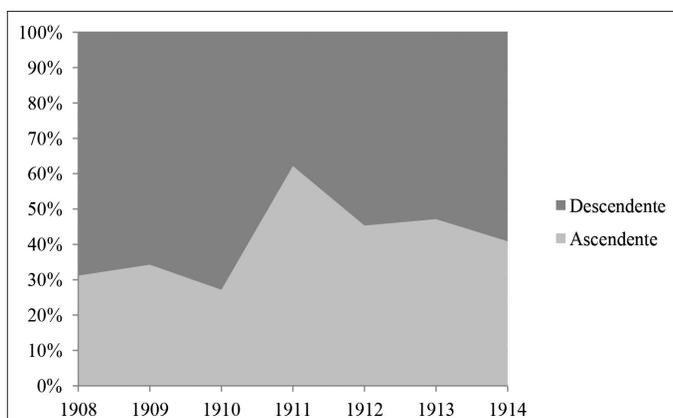
* A partir de fevereiro

** Sem dados para setembro, novembro e dezembro

Fonte: As mesmas da tabela 5

A análise de fluxos por peso e sentido (gráfico 4) mostra a predominância do tráfego descendente, o que pode indiciar que o caminho de ferro contribuiu para a exploração do *hinterland* de Moçâmedes, mas que pode ser explicado pelo facto de as mercadorias vindas do interior serem mais pesadas que as que lá chegavam.

Gráfico 4 – Transporte de mercadorias por sentido

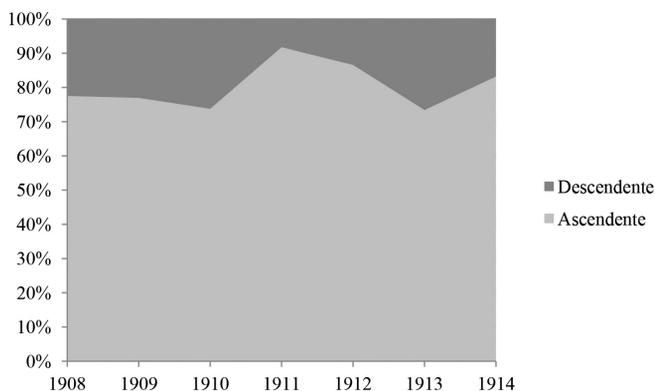


Fonte: As mesmas da tabela 5.

Já as receitas seguiram o comportamento inverso, o que se justifica pelo facto de as tarifas cobradas às mercadorias importadas serem superiores às

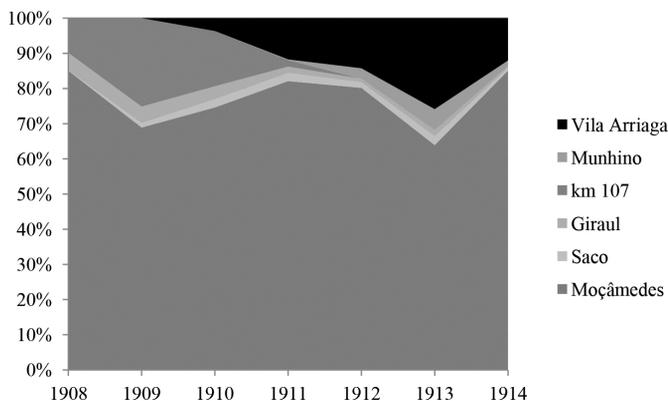
cobradas aos bens de exportação. Neste sentido, é natural que a estação mais lucrativa fosse a de Moçâmedes, por onde entravam as mercadorias mais valiosas (gráfico 6). Porém, Vila Arriaga, criada após a chegada do comboio (Marçal 2016: 394), registou também um crescimento considerável, que não seria decerto possível sem o caminho de ferro.

Gráfico 5 – Receita do transporte de mercadorias por sentido



Fonte: As mesmas da tabela 5.

Gráfico 6 – Rendimento da linha por estação*



* Excetuam-se, pelo seu reduzido valor, as estações de Quipola, km 42, Pedra Grande, km 126, km 135 e Bela Vista

Fonte: AHU, 292 1H

Os fluxos por mercadoria (valor e tonelagem totais) foram também registrados pela direção do caminho de ferro, incluindo, em 1913-4, a destriça por sentido de viagem. De entre os 101 tipos de artigos transportados entre 1907 e 1914, 39 registaram mais de 75 t cada um, justificando 93% da tonelagem total. Estas 39 categorias foram agrupadas em 20 classes, discriminadas na tabela 7.

Tabela 7 – Classes de mercadorias transportadas (1907-1914)

Classes	Bens	t	% tonelagem total	Sentido predominante*
Açúcar	Dito	88,6	0,3%	Descendente
Água	Dita normal e mineral	473,9	1,6%	Descendente
Algodão	Dito	139,0	0,5%	Descendente
Alvenaria	Dita, cantaria e pedra	7 347,2	25,1%	Descendente
Artigos domésticos	Ditos e mobília	99,7	0,3%	Ascendente
Bebidas alcoólicas	Ditas, aguardente e vinho	1 605,4	5,5%	Ascendente
Cana-de-açúcar	Dita	815,5	2,8%	Ascendente
Capim	Dito e palha	559,7	1,9%	Descendente
Cereais e legumes	Batata, batata doce, mandioca, gengibre, cebola, alho, milho	1 544,4	5,3%	Descendente
Couros	Ditos e cabedais	92,4	0,3%	Descendente
Farinhas	Ditas	548,1	1,9%	Misto**
Lenha	Dita	4 727,9	16,2%	Descendente
Máquinas	Ditas	88,9	0,3%	Sem dados
Material de construção	Adobes, cimento, ferro, ferramentas, ferragens, madeira, dito, material telegráfico, pólvora, zinco	3 238,5	11%	Ascendente
Minério	Dito	288,6	1%	Sem dados
Produtos de iluminação	Ditos e petróleo	169,3	0,6%	Ascendente
Sabão	Dito	114,8	0,4%	Ascendente
Sal	Dito	1 829,7	6,3%	Misto***
Tecidos	Ditos e fazendas	374,0	1,3%	Ascendente
Viveres	Peixe e rancho	3 142,9	10,7%	Ascendente

* De acordo com os dados de 1913-4

** 51,1% do tráfego em sentido descendente

*** 53,1% do tráfego em sentido descendente

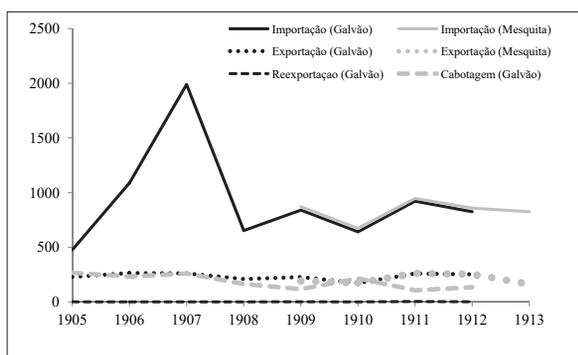
Fonte: As mesmas da tabela 5 e Galvão 1915

Estes dados indicam que a operação da linha assumiu contornos algo endo-gâmicos, uma vez que os principais bens transportados (65% do total) respeitavam à própria construção: material de construção e víveres para os trabalhadores seguiam no sentido ascendente e, no sentido inverso, vinham a pedra retirada das obras, o capim cortado do leito e a lenha para alimentar as locomotivas.

Os mesmos números parecem também sugerir que a ferrovia contribuiu para o esforço de colonização e para desenvolver algumas atividades económicas locais. Era pelo comboio que subiam os confortos da civilização (artigos de habitação e vestuário) e o suco de Baco (que aliviava o europeu e vinculava pelo vício o africano ao trabalho); e que desciam a água (em direção à desértica costa), o algodão, cereais, legumes e couros, frutos da fertilidade do planalto, já exportados desde a década de 1850 (Azevedo 2014: 123). A produção açucareira preexistente (Azevedo 2014: 250, n. 79) parece ter sido igualmente fomentada pela ferrovia, que levava a cana (que servia igualmente para a produção de aguardente) para cima e trazia o açúcar para baixo. Quanto à farinha, é possível que em sentido ascendente seguisse a de trigo, importada (Azevedo 2014: 122) para alimentar os colonos e os construtores, e no sentido contrário a de milho produzida no sertão (Azevedo 2014: 217). Relativamente ao sal, o trajeto no sentido ascendente é óbvio; já as razões para o périplo descendente podem ligar-se a redistribuições a jusante ou a alguma produção de sal no interior (Azevedo 2014: 121).

Estes resultados, que acabam por não surpreender, considerando que até 1914 o caminho de ferro só tinha operado durante sete anos e não vencia a Chela, são ainda confirmados pelos números do porto de Moçâmedes (gráfico 7), que registam sobretudo um crescimento das importações, sendo praticamente estática a evolução das exportações.

Gráfico 7 – Movimento do porto de Moçâmedes em contos



Fonte: Galvão 1915; Mesquita 1918.

7. Conclusão

A linha de Moçâmedes é um excelente exemplo da falta de critério que caracterizou a política ferroviária portuguesa para o Ultramar (Marçal 2016), que se inspirava já no modelo metropolitano (Pereira 2012a), onde a tomada de decisão em relação às linhas a construir, condições técnicas, responsável pela construção (Estado ou privados) variava conforme as circunstâncias do momento.

À ferrovia analisada foram atribuídas diferentes vocações conforme o contexto específico das épocas em que foi proposta. Começou por ser encarada como um instrumento de apropriação colonial que levantaria uma barreira aos avanços germânicos sobre o sul de Angola, até que um fortuito militar a transformou numa linha com propensão marcial. Entrementes, debateu-se ainda se a linha deveria servir apenas o território nacional ou dar vazão ao movimento das colónias vizinhas.

Esta hesitação refletiu-se na abordagem técnica à sua construção, desde logo na escolha da bitola: os primeiros estudos apontavam para um valor de 1 m, que transferia a experiência metropolitana para a colónia; a urgência da construção recomendou depois uma medida de 60 cm, que aproveitava a experiência de outros estaleiros africanos; cedo, porém, se começou a falar na rebitolagem para o padrão africano de 1,067 m, que possibilitava uma ligação mais fácil com a rede férrea da África do Sul. O mesmo se passou com a diretriz, que variava não só em relação à opinião dos engenheiros que a estudaram, mas sobretudo de acordo com a função que se atribuía à ferrovia, e com a escolha da forma de concessão (Estado ou companhia privada).

De qualquer modo, com mais ou menos hesitações, a linha foi assente até chegar, em 1913, à base da Chela, o que acabou por constituir uma oportunidade para os engenheiros portugueses demonstrarem a sua perícia e participarem no esforço colonizador nacional.

Podemos especular que a linha foi importante para a solidificação da soberania nacional na região, ainda que mais importantes tenham sido o acordo de Windsor que reafirmou os direitos nacionais sobre Angola e a consequente procura alemã de outras soluções de transporte, que passaram pela ligação das suas minas à costa do Sudoeste Africano.

Já para a colonização da região, o caminho de ferro parece ter tido um papel relevante ao agir como facilitador da mobilidade em direção ao planalto e ao fornecer uma saída mais rápida para as produções do interior. No entanto, esta conclusão necessita dum estudo mais prolongado no tempo, até porque nas décadas seguintes a linha cresceu até chegar a Sá da Bandeira (1923),

Chibia (1949) e Serpa Pinto, atual Menongue (1961), já depois de ter sido totalmente rebitolada para o padrão africano de 1,067 m em 1955 (Marçal 2016: 403-4).

Abreviaturas de arquivos

AHU= Arquivo Histórico Ultramarino

DCD= Diário da Camara dos Deputados

DS= Diário do Senado

JCOP= Junta Consultiva de Obras Públicas

LDRCU= Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro ultramarinos

RT= The Railway Times

TNA= The National Archives

Fontes manuscritas

AHU, livro 942 1N, Caminho de ferro de Moçâmedes

— maços. 271-2 1H, id.

— 275-9 1H, id.

— 281 1F, id.

— 283 1H, id.

— 284 1H, Actas da Comissão do Caminho de ferro de Moçâmedes

— 287 1H, Caminho de ferro de Moçâmedes

— 292 1H, id.

— 319 1H, Caminho de ferro de Luanda

— 461 1F, Caminho de ferro de Ambaca

— 570 1F, Caminho de ferro de Moçâmedes

— 931 1L, Caminhos de ferro ultramarinos, receita e despesa de Moçâmedes

— 2462 1B, Despesa Caminho de ferro de Moçâmedes

— 2473 1B, Caminho de ferro de Moçâmedes

— 2508 1B, id.

— 2526 1B, Questão do caminho-de-ferro de Lourenço Marques

— 2672 1B, Miscelânea

— 2756 1H, id.

TNA, BT 31/15184/34930, Railway and Works Company

— FO 63/1262, Delagoa Bay Railway Arbitration

— FO 63/1326, id.

— FO 63/1445, Benguella Railway

Periódicos

DCD= Diário da Camara dos Deputados (1889, 1890, 1893, 1900, 1905, 1911, 1913).

DS= Diário do Senado (1912, 1913).

RT= The Railway Times (1890, 1910).

Revista de Obras Publicas e Minas (1889, 1891, 1897, 1899, 1900).

Outras fontes publicadas

BRAGA, E. (1889). *Assuntos Africanos: Caminho de ferro de Benguela ao Bié*. Lisboa: Tip. Matos Moreira.

CUNHA, H. L. (1897). “Caminhos de Ferro de Benguela a Mossamedes”, *Revista de Obras Publicas e Minas*, 329-330, 257-73.

Caminho de ferro de Moçamedes. S. l.: s. n., 1949.

DIAS, J. J. P. (1891). “O Caminho de Ferro de Mossamedes”, *Revista de Obras Publicas e Minas*, 255-6, 62-75.

Elementos Estatísticos dos Caminhos de Ferro do Continente de Portugal de 1877-1910, Lisboa, IN, 1912.

GALVÃO, A. (1915). *O caminho de ferro de Mossamedes e o seu prolongamento para além de Vila Arriaga*. Luanda: IN.

LDRCU= *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro ultramarinos*, Lisboa, IN, 1908.

MACHADO, J. J. (1889). “Caminho de Ferro de Mossamedes ao Bihé”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, 247-8, 219-96.

MESQUITA, P. J. F. (1890). *Assumptos africanos. Caminho de ferro de Mossamedes ao Bihé. Compilação de artigos sobre a directriz d’esta linha e resposta a um folheto intitulado «O Futuro da Africa Portuguesa»*. Lisboa: Tip. Franco-Portuguesa.

MESQUITA, J. (1918). *Dados estatísticos para o estudo das pautas de Angola. Exportação pelas Alfândegas do Circulo e do Congo*. Luanda: IN.

PEDROSO, Pe. A. (1883). “Africa Occidental Portugueza. A fronteira do Sul”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 10, 470-6.

SERRÃO, F. M. C. (1900). “Systema ferro-viario de penetração em Africa. Linha do sul de Angola. Missão de estudos (1895-1897)”, *Revista de Obras Publicas e Minas*, 367-9, 211-351.

Bibliografia

ADAS, M. (1989). *Machines as the Measure of Men. Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ithaca: Cornell University Press.

ALEXANDRE, V., DIAS, J. (1998). “O Império Africano 1825-1890”, in SERRÃO,

- J., MARQUES, A. H. O. (eds.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estampa, volume X.
- ALEXANDRE, V. (2008). *A Questão Colonial no Parlamento 1821-1910*. Lisboa: D. Quixote.
- AMARAL, I. (1962). *Ensaio de um estudo geográfico da rede urbana de Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- AZEVEDO, J. M. (2014). *La Colonización del Sudoeste Angoleño del Desierto de Namibe al Planalto de Huíla*. Salamanca: dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Salamanca.
- BAXTER, A. (1998). *The Two Foot Gauge Enigma. Beira Railway, 1890-1900*. Norwich: Plateway.
- DIOGO, M. P. (2009). “Domesticating the Wilderness: Portuguese Engineering and the Occupation of Africa”, in MATOS, A. C., DIOGO, M. P., GOUZÉVITCH, I., et al. (eds.), *Jogos de Identidade Profissional: os Engenheiros entre a Formação e a Acção*. Lisboa: Colibri, 471-82.
- DIVALL, C. (2003). “Railway Imperialisms, Railway Nationalisms”, in BURRI, M., ELSASSER, K. T., GUGERLI, D. (eds.), *Die Internationalität der Eisenbahn 1850-1970*. Zúrique: Chronos, 195-209.
- ESTEVES, E. (2000). “O caminho-de-ferro de Bengela e o impacto económico, social e cultural na sua zona de influência (1902-1952)”, *Africana Studia*, 3, 49-72.
- JUSTINO, D. (2016). *Fontismo. Liberalismo numa Sociedade Liberal*. Lisboa: D. Quixote.
- KATZENELLENBOGEN, S. E. (1973). *Railways and the copper mines of Katanga*. Oxford: Clarendon.
- GUEVARA, G. (2006). *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- HEADRICK, D. R. (1988). *The Tentacles of Progress. Technology Transfer in the Age of Imperialism*. Oxford: Oxford U. Press.
- HEADRICK, D. R. (2010). *Power over peoples. Technology, environments, and western imperialism, 1400 to the present*. Princeton: Princeton University Press.
- MARÇAL, B.J.N. (2016). “Um império projectado pelo «silvo da locomotiva»». *O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)*. Lisboa: dissertação de doutoramento apresentada à Universidade NOVA.
- MARDSEN, B., SMITH, C. (2005). *Engineering Empires. A Cultural History of Technology in Nineteenth-Century Britain*. Londres: Palgrave MacMillan.
- MOIR, S. M., CRITTENDEN, H. T. (1967). *Namib Narrow Gauge*. Lingfield: Oakwood Press.
- MOREIRA, F. (2006), “Manuel Afonso de Espregueira (1833-1917)”, in MÓNICA, M. F. (ed.), *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Lisboa: ICS, volume 2, 66-8.
- NYE, D. (1999). *American Technological Sublime*. Cambridge: The MIT Press.
- OLIVEIRA, N. (2010). “Contributos sobre a evolução da tracção a vapor 1910-1960”, in ANTUNES, A. et al. (eds.), *1910-2010: o Caminho de Ferro em Portugal*. Lisboa:

- CP; REFER, 59-73.
- PAKENHAM, T. (2003). *The Scramble for Africa. White Man's Conquest of the Dark Continent From 1876 to 1912*. Nova York: Perennial.
- PEDREIRA, F. M. C. (2010). "Material circulante", in ANTUNES, A. et al. (eds.), *1910-2010: o Caminho de Ferro em Portugal*. Lisboa: CP; REFER, 75-87.
- PEREIRA, H. S. (2012a). *A política ferroviária nacional*. Porto: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras.
- PEREIRA, H. S. (2012b). "La vitesse dans les chemins de fer portugais (1851-1892)", *Revue d'Histoire des Chemins de Fer*, 46-7, 25-50.
- PEREIRA, H. S. (2015). "Fontismo na Índia Portuguesa: o caminho-de-ferro de Mormugão", *Revista Portuguesa de História*, 46, 237-62.
- PEREIRA, H. S. (2017a). "Especulação, Tecnodiplomacia e os caminhos-de-ferro coloniais entre 1857 e 1881", *História. Revista da FLUP*, 4:7, 137-162.
- PEREIRA, H. S. (2017b). "Tecnologia, periferia, caciquismo: Abílio Beça e o caminho-de-ferro de Bragança", *Análise Social*, 222: LII (1.º), 40-71.
- PEREIRA, H. S. (2017c). "The technodiplomacy of Iberian transnational railways in the second half of the nineteenth century", *History and Technology*, 33:2, 175-95.
- POHL, M. (1982). *Concentration in German Banking (1848-1980)*. Frankfurt: Fritz Knapp.
- ROBINSON, R. E. (1991). "Conclusion: Railways and Informal Empire", in DAVIS, C. B., WILBURN JR., K. E., ROBINSON, R. E. (eds.), *Railway Imperialism*. Londres: Greenwood, 175-97.
- RODRIGUES, M. L. (1999). *Os Engenheiros em Portugal*. Oeiras: Celta.
- SARAIVA, T. (2007). "Inventing the Technological Nation: the Example of Portugal (1851-1898)", *History and Technology*, 23:3, 263-73.
- SELETI, Y. N. (1990). "The Development of Dependent Capitalism in Portuguese Africa", in KONCZACKI, Z. A., PARPART, J. L., SHAW, T. M. (eds.), *Studies in the Economic History of Southern Africa*. Londres: Frank Cass, 30-74.
- SCHOT, J., SCRANTON, P. (2014). "Making Europe: An Introduction to the Series", in KOHLRAUSCH, M., TRISCHLER, H. (eds.), *Building Europe on Expertise. Innovators, Organizers, Networkers*. Basingstoke: Palgrave-MacMillan, IX-XVI.
- SHAW, F. J. (1958). *Little Railways of the World*. Berkeley: Howell-North.

Controlo, Vigilância e Repressão: A evolução e ação da Guarda Fiscal em Portugal (1885-1945)

Control, Surveillance and Repression: The evolution and action of the Fiscal Guard in Portugal (1885-1945)

MARIANA CASTRO¹

Universidade Nova de Lisboa – IHC
mariana.c_15@hotmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 28/02/2018

Resumo: O estudo da história da Guarda Fiscal tem ficado à margem da historiografia portuguesa, havendo uma atenção acrescida apenas por temas relacionados com outras instituições como a PSP e a PVDE/PIDE. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivos principais compreender a dimensão e a representação do termo “ordem pública” e o conceito de polícia; apresentar a orgânica do corpo da Guarda Fiscal, desde a sua criação, organização e distribuição à sua evolução; e, por último, perceber a sua extensão/ação no território português.

Palavras-Chave: Controlo, Vigilância, Repressão, Guarda Fiscal.

Abstract: The study of the history of the Fiscal Guard has been on the margins of Portuguese historiography, with an increased focus only on issues involved with other institutions such as PSP and PVDE / PIDE. In this way, the main objective of this work is to understand the dimension and representation of the term “public order” and the police concept; to present the organization of the body of the Fiscal Guard, from its creation, organization, distribution to its evolution and, finally, to realize its extension/action throughout the Portuguese territory.

Keywords: Control, Surveillance, Repression, Fiscal Guard.

1. Notas introdutórias

O estudo da Guarda Fiscal tem ficado à margem da historiografia portuguesa e do interesse dos investigadores. Menciona-se apenas a existência de linhas de investigação em torno dos estudos das instituições policiais, como a PSP ou a PVDE/PIDE, esquecendo outros organismos policiais, importantes para entender a extensão do poder estatal no âmbito nacional e local.

Deste modo, os principais objetivos deste artigo passam por analisar a criação, organização e evolução do corpo da Guarda Fiscal, desde 1885 até ao final da Segunda Guerra Mundial, através de três abordagens: a compreensão de como o combate da evasão fiscal se tornou relevante para o sistema poli-

¹ Bolseira de doutoramento da FCT, com o projeto *Contrabando na Fronteira: Controlo, Repressão e Resistência (1919-1949)* (SFRH/BD/134037/2017).

cial português; o estudo da sua orgânica enquanto extensão do poder estatal e instituição autónoma; e a percepção da sua ação no território português, durante o período em análise. Este estudo encontra-se dividido em quatro partes: na primeira, apresenta-se uma breve contextualização do conceito de ordem pública e de polícia; na segunda, a análise da criação e organização do corpo da Guarda Fiscal, entre 1885 e 1945; na terceira, a sua distribuição no território português; e na última parte estuda-se a sua ação e relação com a sociedade. Interessa principalmente refletir sobre o papel que estas autoridades tinham, não só como cumpridoras das regras impostas pelo Estado, como também pela sua autonomia e envolvimento com a sociedade.

Quanto à metodologia utilizada, apesar da enorme dificuldade em estudar um corpo policial que não dispõe de um arquivo que centralize toda a documentação, destacam-se as fontes provenientes de outros acervos documentais, como o Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana, o Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (onde podemos encontrar correspondência trocada entre a Guarda Fiscal e outras entidades). Os órgãos de soberania (Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, Diário da Câmara dos Deputados e Diário do Governo), as publicações periódicas, a bibliografia de cariz institucional ou alguns trabalhos desenvolvidos sobre o tema do contrabando também são úteis para o aprofundamento do tema.

Este artigo tem como intuito contribuir para o aumento do interesse dos investigadores em estudar um organismo policial determinante para a história do policiamento e do sistema fiscal em Portugal, a partir do século XIX. A Guarda Fiscal, com dinâmicas próprias e criada, inicialmente, como um dispositivo de manutenção da ordem pública do Estado, tornou-se uma instituição com impacto político, económico e social. Ou seja, num debate em torno destas questões, pretende-se (re)pensar quem eram e o que faziam estes “tentáculos” do poder estatal.

2. Limites e Representações da Ordem Pública e da Polícia

A conceptualização do conceito de ordem pública é um pouco complexa e de difícil entendimento no que diz respeito ao seu significado, dimensão e representação. Nas áreas onde se insere, como a justiça, a sociologia ou a criminologia, ainda prevalecem algumas limitações no âmbito de uma reflexão e teorização mais aprofundada. Contudo, pode-se afirmar que este conceito se encontra no cerne de um debate entre o Estado, a Sociedade e o Indivíduo,

na medida em que, o seu limite jurídico e ideológico se aplica na capacidade de intervenção de uma entidade superior face ao combate à desordem, tendo como principal intuito garantir a paz e a segurança de um território, região, comunidade, grupo ou indivíduo.

De acordo com a conceção de Armando Carlos Alves existe uma ambiguidade conceptual na expressão terminológica “ordem pública” (Alves 2008:31). Se por um lado pode ser entendida como ordem social, compreendendo os valores morais existentes numa sociedade; por outro, funciona como ordem jurídica, entendida como um conjunto de leis ou regras instauradas com o propósito de assegurar a paz social (Alves 2008:31-32). Um dos mecanismos da ordem pública é a extensão de corpos de polícia, especializados e preparados para constituírem extensões do poder central no âmbito local. Segundo Jean-Paul Brodeur, “(...) la police constituerait un «Etat dans l’Etat»; selon la seconde, elle formerait le «bras armé de l’Etat»” (Brodeur 1984:16) e para o autor Pedro José Clemente, “(...) a Polícia é uma força coersiva dotada de meios armados ao serviço do interesse público e sujeita à lei vigente, ou seja, a Polícia constitui uma força pública genuína” (Clemente 1998: 47).

É difícil perceber o que é esta organização, que tendo sido criada para constituir um dos “braços” do Estado nas ruas, apresentava uma orgânica complexa que envolvia diferentes poderes. Inicialmente, considerada um mecanismo ou dispositivo utilizado pelo Estado, a polícia foi sempre associada à entidade estatal começando, tardiamente, a adquirir uma representação mais autónoma. Quer isto dizer que, apesar de ser um organismo criado pelo Estado, não deixa de ter uma estrutura que lhe permite uma certa capacidade de organização do seu funcionamento interno e externo.

No que diz respeito aos estudos que incidem sobre as entidades policiais, tem surgido uma enorme preocupação em torno deste tema nas áreas da criminologia, sociologia ou história, surgindo reflexões no âmbito da legitimação, dimensão do material e formas de policiamento de uma instituição que se movimenta entre as esferas do público e do privado (Newburn 2008:4-5). Foi durante a década de 1960 que o tema da polícia despertou maior interesse, principalmente em Inglaterra e nos EUA (Gonçalves 2017:16). A título de exemplo, um dos autores de destaque, que aborda o tema das polícias, é Clive Emsley, com os livros *Crime, Police, and Penal Policy* (2007) e *Gendarmes and the state in nineteenth-century Europe* (1999). Em França, destacam-se os trabalhos de Jean-Paul Brodeur, “La Police: Mythes et réalités” (1984) e Michel Foucault, *Security, Territory, Population* (1977-1978).

O trabalho de Emsley é pertinente para o estudo das polícias existentes no

contexto europeu e dá-nos um panorama do estado da historiografia sobre o tema. A partir do estudo do caso da *Metropolitan Police*, em Inglaterra, da *Gendarmerie Nationale*, em França, dos *Carabinieri*, em Itália ou da *Guardia Civil*, em Espanha, o autor conclui que, não obstante as suas diferenças, resultantes da conjuntura em que se inserem, estes corpos policiais revelam semelhanças, nomeadamente no tocante à sua estrutura militar, aos modos de operação e à missão de reprimir o crime e manter a ordem (Emsley 1999:249-250).

Muitos investigadores que se dedicam ao tema das instituições policiais, revelam um interesse pela representação da polícia autoritária, controladora, vigilante e repressora, deixando muitas vezes de lado uma análise do ponto de vista humano, ou seja, o estudo de uma polícia que tem como missão assegurar a paz e a segurança no seio de uma sociedade. Miguel López Corral, no seu livro *La Guardia Civil: claves históricas para entender a la Benemérita y a sus hombres* (2009), aborda esta questão da análise da vertente humana e da sua mentalidade, para além de estudar o seu papel dentro do Estado, da sua evolução como modelo policial e relação com o poder (Corral 2009:9). Outra crítica que podemos considerar é a que Gonçalo Gonçalves faz acerca dos estudos que, muitas vezes, utilizam fontes policiais como base empírica e não produzem uma reflexão sobre as práticas policiais (Gonçalves 2017:27).

No contexto português, os investigadores têm centrado o seu estudo na ação da polícia entre os séculos XIX e XX, como a Polícia de Segurança Pública (1867), a Guarda Nacional Republicana (1911) ou a Polícia Internacional e de Defesa do Estado ou PIDE (1945-1969). A título de exemplo, destacam-se os trabalhos de António Pedro Ribeiro dos Santos, *O Estado e a Ordem Pública. As Instituições Militares Portuguesas* (1999); Pedro José Lopes Clemente, *Da polícia de ordem pública* (1996); Pedro Tavares de Almeida e Tiago Pires Marques, *Lei e ordem: Justiça penal, criminalidade e polícia, séculos XIX-XX* (2006); Maria da Conceição Ribeiro, *A polícia política no Estado Novo: 1926-1945* (1995); Susana Durão, *Patrulha e Proximidade: Uma etnografia da Polícia em Lisboa* (2008); Diego Palacios Cerezales, *Portugal à Coronhada – Protesto Popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX* (2011), entre outros.

Só muito recentemente é que os historiadores começaram a refletir acerca da história da polícia e do policiamento, mas existe ainda um longo caminho a percorrer. O trabalho desenvolvido no projeto *Polícia urbana em Portugal: história da polícia e histórias de polícias, 1860-1960*, sob a coordenação de Susana Durão, com o intuito de esboçar uma história social e institucional da polícia urbana em Portugal, entre as décadas de 1860 e 1960, é exemplo disso, assim como o ensaio de Gonçalo Gonçalves, intitulado “Polícia, ordem pública e ‘novas’ formas de vigilância: as dinâmicas e os dilemas da segurança” (2015). Nele consegue realizar

uma abordagem profunda sobre as dinâmicas da ordem pública e da polícia. Em 2017, o livro *Polícia e Polícias em Portugal. Perspetivas Históricas*, organizado por Gonçalo Gonçalves e Susana Durão, também é um exemplo de uma abordagem do conceito de polícia em Portugal entre 1750 e 2015, através de diversos estudos em torno da Polícia Cívica, Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana. Relativamente aos estudos sobre a Guarda Fiscal, destacam-se apenas os trabalhos realizados por Pedro Ribeiro dos Santos e Álvaro Proença Esteves.

No tocante aos trabalhos sobre a fiscalidade ou os problemas relacionados com a evasão fiscal, associados à criação da Guarda Fiscal, devemos referir aqueles desenvolvidos por Diego Palacios Cerezales, Carlos Bastien, Nuno Valério, Ana Bela Nunes e Maria Eugénia Mata².

Todavia, apesar dos contributos e de uma tentativa de encarar a complexidade que este tema apresenta, ainda persiste a necessidade de abordar, com maior profundidade, as orgânicas internas de cada instituição policial, e principalmente, analisar corpos de polícia, prolongamentos do poder estatal e protagonistas da sua própria história. O corpo de polícia da Guarda Fiscal é o exemplo mais ilustrativo de um organismo policial que ainda continua à margem da historiografia e dos debates em torno da fiscalidade.

3. Criação e organização da Guarda Fiscal

A busca da ordem pública e o equilíbrio no sistema fiscal fizeram parte das agendas do governo português e das reformas que promoveu a partir do século XVIII. Segundo Flávio Borda d'Água, desde o Antigo Regime, “as diversas administrações do poder central tomam consciência de que é necessário redobrar as atenções na gestão do quotidiano urbano, no controlo do território e na provisão do bem-estar da população” (Borda d'Água 2017: 8).

Durante o século XIX, principalmente entre a década de 30 e 40, o debate divide-se entre a necessidade de assegurar a segurança e a justiça pública, num território atingido pela criminalidade e formas de comércio ilícito, como o contrabando, assim como aumentar as cobranças como um meio de financiar o projeto de modernização (criação de uma rede de estradas e caminhos-de-ferro) do governo conservador radical (Bastien 2006: 29). Nas palavras do deputado Manuel António de Carvalho para a Câmara, na sessão de 03 de fevereiro de 1840: para “(...) evitar o contrabando pela raia secca imensíssima de Portugal, e pelo litoral, será preciso pegar em todo o exercito Portuguez (...)”³.

² Destacam-se os seguintes trabalhos: Cerezales 2007; Valério, Nunes, Bastien, et al. 2006.

³ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Sessão de 03 de fevereiro de 1840, p. 21.

Deste modo, para exercer a fiscalização ou cobrança de impostos, o estado português cria guardas para vigiar as Alfândegas e percorrer o país, com o pressuposto de evitar contrabando e descaminhos de mercadorias. Logo no início do século XIX, nas entradas das cidades de Lisboa e do Porto, os Guardas Barreiras fiscalizam a entrada e a saída das mercadorias. Mais tarde, em 1836, este corpo é integrado no Ministério da Fazenda e adquire a missão de fiscalizar os vinhos e licores sujeitos ao direito de consumo (Santos 1985:55).

A partir de 1831, a Regência da Ilha Terceira estabelece um *Systema de Guardas da Alfândega*, com o pressuposto de prevenir o contrabando e o descaminho dos géneros e mercadorias que são importados e exportados para a ilha (*Revista da Guarda Fiscal* 1985:31). No ano seguinte, a reforma fiscal, promovida por Mouzinho da Silveira, remete a competência para evitar os contrabandos e descaminhos para a Diretoria-Geral das Alfândegas (Santos 1985:49).

No ano de 1833, segundo o relatório do decreto de 17 de setembro:

é indispensável que haja pessoas a quem se encarregue de ver que de bordo dos Navios não saiam Fazendas senão para a Alfândega; mas também é necessário que essas pessoas sejam fiscalizadas por outras, [...]. Desta forma se justificava a criação dos Corpos de Guardas das Alfândegas, estabelecidos pelo mesmo decreto, compostos por guardas de preferência militares (*Revista da Guarda Fiscal* 1985:25).

Pelo decreto de 13 de janeiro de 1834 é criado o Corpo de Guardas da Alfândega em Lisboa. Estes corpos são constituídos por um capitão, dois alferes, seis cabos, dois sargentos, quarenta guardas de primeira classe e setenta de segunda classe, no total de 121 homens (*Revista da Guarda Fiscal* 1985:25). Posteriormente, pelo decreto de 16 de janeiro de 1837, a fiscalização externa das alfândegas de Lisboa sofre uma reforma, no seguimento da qual se constrói uma doca artificial junto à Alfândega, para um vigilante guarda responsável por a inspecionar (Santos 1985:55-56).

A fiscalização rigorosa prolonga-se ao longo dos anos e existe a percepção de que é necessário aumentar o número de guardas. Em 1861, o corpo dos guardas da Alfândega de Lisboa é aumentado e, pelo decreto de 23 de dezembro de 1869, fica dividido em duas secções: uma com funções na raia, litoral, rios e ancoradouros; e outra com funções no interior do país (*Revista da Guarda Fiscal* 1971:28). Todavia, segundo o deputado Visconde de Moreira de Rey, na sessão de 30 de janeiro de 1877 da Câmara dos Deputados,

a capacidade organizacional portuguesa continuava inferior à de Espanha, o que poderia dificultar a missão de controlo do contrabando. Segundo o Visconde Moreira de Rey:

A Hespanha, que tem uma fiscalização muito superior á nossa, ainda assim não consegue evitar o contrabando portuguez, que constitue a industria principal dos habitantes de algumas povoações da raia; como póde Portugal, com um pessoal muito menor, ter pretensões a uma fiscalização, não direi perfeita, mas simplesmente regular? (*Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Sessão de 30 de janeiro de 1877, p. 214)

Na década de 80, o regulamento da fiscalização externa das Alfândegas do continente do Reino, aprovado pelo decreto de 1 de setembro de 1881, estabelece que o serviço passa a consistir na fiscalização da polícia fiscal na costa, enseadas, rios, portos, raia seca e estações de caminho-de-ferro, mantendo ainda funções de cobrança de impostos e tudo o que diz respeito ao fabrico e venda de tabaco (*Revista da Guarda Fiscal* 1971:28). No ano seguinte, estas disposições são estendidas às ilhas adjacentes, com sede em Ponta Delgada (*Revista da Guarda Fiscal* 1971:28).

Embora com as alterações efetuadas no seu interior, a fiscalização externa continua muito subordinada às Alfândegas e proximidades, dificultando um maior controlo no restante território. Segundo o relatório apresentado pelo Ministro da Fazenda (Hintze Ribeiro), na sessão de 28 de fevereiro de 1885 da Câmara dos Deputados, acerca da reorganização dos serviços aduaneiros e fiscais, existiam poucos efetivos e estavam mais concentrados em Lisboa e no Porto e menos na fronteira, onde o contrabando era mais intenso.⁴

Hintze Ribeiro, do partido regenerador, defendia que, para resolver o problema do contrabando, era necessário modificar o sistema de fiscalização. Do lado do partido progressista, o deputado Mariano de Carvalho afirma que a solução se encontra na reforma das pautas aduaneiras. Este deputado, na sessão de 26 de março de 1884, afirma o seguinte: “a meu ver o contrabando em Portugal depende de duas causas, a configuração do paiz na sua raia secca, e a diferença entre as pautas portuguezas e as hespanholas.”⁵

Numa discussão entre regeneradores e progressistas, o sistema de fiscalização é reformulado através da lei de 31 de março de 1885 e o Decreto n.º 4 de 17 de setembro de 1885, referenciada por Fontes Pereira de Melo, Hintze

⁴ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Sessão de 28 de fevereiro de 1885, p. 560.

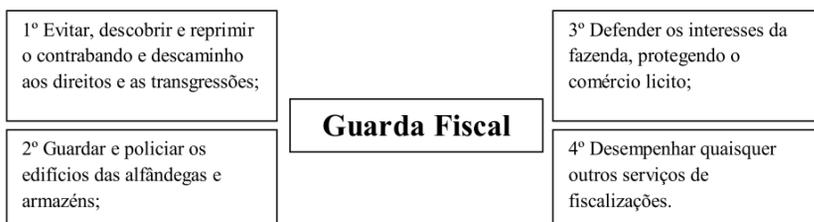
⁵ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Sessão de 26 de março de 1884, p. 854.

Ribeiro e Manuel Pinheiro Chagas. É criado o Corpo da Guarda Fiscal, subordinado ao Ministro dos Negócios da Fazenda. A formação de um corpo militar, capaz de assegurar o controlo e repressão do contrabando, surge com o principal motivo de estender os serviços de fiscalização exercidos junto às Alfândegas. Num país onde o contrabando era um dos grandes inimigos da economia, a solução consistia no reforço da malha policial ao longo do território, com a missão de reprimir qualquer ação de comércio ilícito.

A sua natureza militar segue um modelo semelhante ao da *Guardia Civil*, em Espanha, mas ao contrário do que aconteceu nos países europeus, como em Inglaterra, Itália ou no vizinho espanhol, a centralização das polícias não aconteceu no território português. A Guarda Fiscal foi mais uma polícia a ser criada, num espaço onde já circulava a Polícia Cívica (mais tarde PSP); GNR; a Polícia Especial de Emigração; a Polícia de Investigação Criminal (PIC); entre outras. Com base no artigo n.º 14 do *Boletim Oficial da Guarda Fiscal* (1886), o corpo da Guarda Fiscal era constituído por forças militares do reino que podiam ser mobilizadas em tempo de guerra, sempre que fosse necessário (*Boletim Oficial da Guarda Fiscal* 1886:6).

Neste sentido, de acordo com a definição do artigo n.º 1 do *Boletim Oficial da Guarda Fiscal* de 1886, “a guarda fiscal é um corpo especial da força pública, organizado militarmente para o serviço da fiscalização dos impostos e rendimentos públicos, a cargo da administração geral das alfândegas e contribuições indirectas” (*Boletim Oficial da Guarda Fiscal* 1886:821). As suas funções são as seguintes:

Quadro 1. Funções da Guarda Fiscal (*Boletim da Guarda Fiscal* 1886: 821).



Em termos de distribuição dos postos ao nível interno, os agentes da Guarda Fiscal podiam ser inspetores, chefes de distrito de 1ª e 2ª classe, segundo cabo, guarda a cavalo e guarda a pé. Segundo o artigo n.º 3 do *Boletim Oficial da Guarda Fiscal* de 1886,

o serviço de fiscalização terrestre exerce-se nas zonas fiscais da raia e do litoral, no interior do paiz, e nas ilhas adjacentes, e tem por objectivo principal: a repressão do contrabando e dos descaminhos aos direitos que se cobram nas alfândegas; a fiscalização, cobrança e arrecadação dos impostos de pescado e sal. (Boletim Oficial da Guarda Fiscal 1886:3)

O imposto de sal, uma vez extinto pelo novo Ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho, deixa de fazer parte da competência da Guarda Fiscal. O motivo desta extinção prendeu-se com o facto de Mariano de Carvalho considerar que este imposto “(...) gerava uma receita insignificante (...)” (Fernandes 2010:255).

Por sua vez, a sua distribuição divide-se pelo Comando Geral, os Batalhões, as Companhias, as Secções e os Postos. Pelo decreto de 17 de março de 1886, o corpo da Guarda Fiscal é composto por quatro batalhões: Lisboa, Coimbra, Porto e Évora. Nas ilhas adjacentes é composta por companhias (sede no Funchal, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta), secções e postos (*Revista da Guarda Fiscal* 1972:25). O primeiro comandante, Eliseu Xavier de Sousa e Serpa, assume o posto de general e impulsiona o crescimento do número de Guardas-fiscais (*Revista da Guarda Fiscal* 1972:25). No serviço marítimo e fluvial, segundo o artigo n.º 134, do *Boletim Oficial da Guarda Fiscal* de 1886, vigia os navios á carga ou descarga “(...) e todo o que se relaciona com o expediente do despacho e movimento de mercadorias dentro dos portos (...)” (*Boletim da Guarda Fiscal* 1886: 34). No ano de 1886, no dia 02 de Dezembro, após a criação do corpo da Guarda Fiscal, o administrador geral das Alfândegas e Contribuições Indirectas do Ministério da Fazenda envia um officio ao Director Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Reino a solicitar a tomada de medidas para uma vigilância rigorosa, no sentido de impedir a introdução de armamento, pela raia espanhola, nos concelhos de Idanha-a-Nova e Penamacor⁶.

No ano seguinte, apesar dos diversos casos de contrabando, o número total de guardas é de 4781 homens. A somar a isto, no mesmo ano é criada a Polícia Fiscal, sob a superintendência da Administração Geral das Alfândegas (decreto de 17 de novembro), com a missão de controlar os impostos da real água e a fiscalização das fábricas de tabacos. Esta questão foi muito debatida nas sessões da Câmara dos Deputados, uma vez que, segundo o deputado José Augusto Soares de Castro e Francisco José Machado, a existência de três

⁶ ANTT, Ministério do Reino, Direcção-Geral da Administração Política e Civil, 3ª Repartição, Correspondência recebida (1886), mç.2834.

corporações fiscais, nomeadamente, a Guarda Fiscal, a Polícia Fiscal e a Polícia Fiscal Reservada, todas com distintas funções e comandantes, provocava o conflito e aumentava as despesas do Estado. Assim, a criação de mais um organismo com funções fiscais, pelo partido progressista de Mariano de Carvalho, gerou muitas críticas. Segundo o deputado José de Castro, na sessão de 11 de agosto de 1890, o contrabando era maior desde a criação dessa polícia fiscal porque não existia união entre as polícias⁷. Ou seja, para além de existir rivalidade entre as polícias em Portugal, também no seio das polícias fiscais existia o mesmo problema. Deste modo, a tentativa de retirar a fiscalização dos impostos (água e tabacos) ao corpo da Guarda Fiscal é arruinada, voltando esta a ser umas das suas funções, pelo decreto de 21 de abril de 1892 (Esteves 1985:36-37).

Ainda na década de 90 do século XIX, num país assombrado pela crise política, financeira e monetária, a Guarda Fiscal volta a sofrer uma reorganização interna, reintegrando forças na fiscalização marítima (decreto de 21 de abril de 1892). Os serviços do Comando-Geral passam a ser desempenhados pela 2ª Repartição da Direcção Superior dos Serviços Aduaneiros e Contribuições Indirectas (Santos 1985:109). Em 1901, são extintos o comando militar e a 2ª Repartição da Administração-Geral das Alfândegas e Contribuições Indirectas (decreto de 24 de dezembro de 1901) (Santos 1985:116). Pelo decreto de 24 de abril de 1890, a fiscalização do serviço de mercadorias em trânsito nos caminhos de ferro passa a ser exercida pela Guarda Fiscal e, pelo decreto de 19 de julho de 1894, é aprovado o seu regulamento disciplinar.

No dealbar da Primeira República, a Guarda Fiscal combate ao lado dos militares e, em 1911, pelo decreto n.º 1 de 27 de maio, fica sob a alçada do Ministério das Finanças, passando a depender “para todos os assuntos da administração, fiscalização e penas disciplinares” (Santos 1985:127). No ano de 1916, de acordo com o rescaldo da revolta de 26 de maio de 1915 e o envolvimento da Guarda Fiscal, o centro de decisão e administração organiza o corpo policial dentro do Ministério das Finanças, tendo este “(...) a seu cargo todos os serviços do pessoal, material, administração e disciplina da mesma guarda, bem como a responsabilidade pela execução dos serviços de fiscalização segundo as instruções da Direcção-Geral das Alfândegas.” (Santos 1985:131 e decreto n.º 2822 de 27 de novembro de 1916).

Durante o período do Sidonismo, o corpo da Guarda Fiscal é reorganizado com a criação de três batalhões de infantaria para o serviço do continente e o restabelecimento dos pressupostos de 1886, recuperando a sua estabili-

⁷ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Sessão de 11 de agosto de 1890, pp.1807-1808.

dade institucional (Santos 1985:138-139). No ano de 1918, no fim da Primeira Guerra Mundial, é aprovado, pelo decreto n.º 4177 de 27 de abril, o *Regulamento Disciplinar da Guarda Fiscal*, onde a premissa era a obediência e cumprimento da lei do Estado.

Em 1920, numa conjuntura política e económica do país, caracterizada pela instabilidade, inflação e aumento da especulação e do contrabando, a Guarda Fiscal, pelo decreto n.º 6695 de 21 de junho, é reorganizada. Continua a ser um corpo organizado militarmente, a cargo do Ministério das Finanças, à disposição do Ministério da Guerra, no caso de alteração da ordem pública, e o seu comando geral passa a estar distribuído por duas repartições: à primeira, competiam as relações com outras entidades e o registo de correspondência; à segunda, cabia a organização orçamental da guarda.

A partir de 1922, são instaurados uma reforma tributária e o sistema de fiscalização sobre os bens de consumo, baseado num imposto sobre o valor das transações, dando-se a extinção de diversos postos fiscais existentes nas periferias das cidades de Lisboa e Porto (Santos 1985:150-151). No mesmo ano, segundo o decreto n.º 8511 de 29 de novembro, a guarda passa a estar distribuída pelos seguintes Batalhões e Companhias (*Revista da Guarda Fiscal* 1982:28):

- Batalhão n.º 1 – Cinco companhias com sede em Lisboa (Boa Vista, Rossio, Cascais, Figueira da Foz e Cacilhas);
- Batalhão n.º 2 – Cinco companhias com sede em Castelo Branco, Elvas, Serpa, Vila Real de Santo António e Faro;
- Batalhão n.º 3 – Sete companhias com sede em Gaia, Porto, Valença, Chaves, Bragança, Mogadouro e Vilar Formoso;
- Ilhas Adjacentes – constituída por quatro companhias.

Ao longo dos anos, foram criados postos fiscais, enquanto outros foram extintos. Durante o período da Ditadura Militar e o Estado Novo, existem muitas transformações no interior da Guarda Fiscal e esta ganha uma maior institucionalização. Em 1926, a Lei n.º 1874, de 16 de junho, decreta o *Regulamento Disciplinar da Guarda Fiscal*, correspondendo às disposições disciplinares do Exército e da mesma guarda (*Revista da Guarda Fiscal* 1982:28). No período da Guerra Civil de Espanha até ao início da Segunda Guerra Mundial, não houve grandes alterações nas disposições do corpo da Guarda Fiscal. No entanto, destaca-se um relatório dirigido ao Ministério das Finanças, em 1938, pelo qual se solicita um quadro privativo de Oficiais para a Guarda Fiscal. Segundo o relatório:

(...) por parte dos oficiais de satisfazerem ás respectivas condições, impõem a criação dum quadro fechado de oficiais para o serviço na Guarda Fiscal, de ha muito previsto e reconhecido como uma das condições necessárias para o reasurgimento deste organismo, cuja importância é desnecessário encarecer.⁸

A partir de 1941 existem modificações mais significativas. Pelo decreto-lei n.º 31488, de 28 de agosto, promulga-se o aumento dos efetivos dos Batalhões n.º 2 e 3, em quarenta soldados cada um⁹. Em novembro do mesmo ano, pelo decreto-lei n.º 31665, é aprovada uma Reforma Aduaneira pelo Ministério das Finanças, promulgando o seguinte: “entende-se que é essencialmente de vigilância a missão da Guarda Fiscal, e nesta qualidade auxiliar das alfândegas (...)”¹⁰. De acordo com as disposições nesta reforma, pela portaria n.º 11107, de 17 de setembro de 1945, a fiscalização aduaneira da costa passa a ser integrada no Ministério da Marinha, com a principal função de fiscalizar e vigiar os navios e as embarcações suspeitas de delito.¹¹

Em termos gerais, a Guarda Fiscal, desde a sua criação até à sua institucionalização, viveu dois momentos: primeiro, debateu-se com a presença de outras polícias no território, dificultando a sua missão; depois, ao longo da sua legitimação, sofreu diversas reformas que impediram a sua legitimação. Só a partir da instauração da República, começou a ser um corpo policial mais sustentado. Na Ditadura Militar e no Estado Novo, com o apoio dos governos, endureceu ainda mais, sendo mais valorizada no seio da sociedade portuguesa.

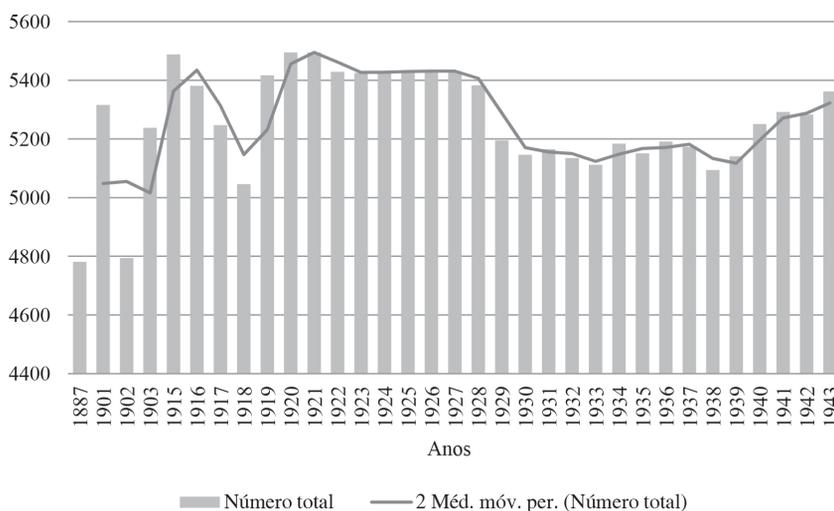
⁸ ANTI/AOS, FI-25, Reorganização dos serviços da Guarda Fiscal, cx. 239, pt. 4.

⁹ *Diário do Governo* n.º200, Série I de 28 de agosto de 1941, p.793.

¹⁰ *Diário do Governo* n.º273, Série I de 22 de novembro de 1941, p.1059.

¹¹ *Diário do Governo* n.º208, Série I de 17 de setembro de 1945, pp.751-752.

Gráfico 1. Número total de forças da Guarda Fiscal (1887- 943).



Evolução do número total de forças (1887-1943). (*Anuário Estatístico de Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1915-1943)¹².

Como se pode verificar, no gráfico 1, o número total de forças da Guarda Fiscal apresenta uma tendência crescente durante a República. Podemos verificar que, entre 1887 e 1903, existe uma oscilação que se explica devido ao período de estabilização que a guarda estava a enfrentar e a disponibilidade financeira que existia para o apoio ao nível do material e dos efetivos. Em 1887, o número total de guardas era de cerca de 4781 homens. (Esteves 1985:36-37) e, em 1903, de 5238. O acréscimo do número de homens é um fator que possibilita um maior controlo da ordem pública e do contrabando, no entanto, não resolve o problema da fiscalização da fronteira.

A partir de 1915, de acordo com a desordem pública e a elevada crise das subsistências, provocadas pelo impacto da Primeira Guerra Mundial, existe uma subida para 5488 efetivos. Na transição de 1918 para 1919, verificou-se uma subida bastante significativa de cerca de 5046 para 5417 elementos da força especial de fiscalização (ver gráfico 1). Esta situação pode ser explicada pela intensa mobilização, em 1914, para as colónias portuguesas e pelas medidas implementadas, a partir de 1919, no sentido de aumentar o número

¹² O Anuário não apresenta valores nos anos 1885-1900; 1904-1914 e 1944-45. O valor de 1887 não é retirado do Anuário, mas da *Revista da Guarda Fiscal*.

ro de forças no território português. A título de exemplo, Tomé Rodrigues é chamado para as operações do Sul do Rovuma e, de seguida, regressa ao país, passando ao Batalhão n.º 1; ou o soldado Manuel Fernandes, que fez parte da secção fiscal de S. Tomé em 1915 e, em 1918, passa ao Batalhão n.º 2.

Entre 1922 e 1927, o número de forças da Guarda Fiscal não sofre alterações, mas até 1930 constata-se um decréscimo acentuado (ver gráfico 1). A título de exemplo, em 1920, existe cerca de 5495 homens e em 1930, 5146. Em outubro de 1926, a Lei n.º 16084 promulga o aumento do efetivo da companhia n.º 1 da Guarda Fiscal e, pelo decreto n.º 19428, a guarda passa a compor-se por um comando geral e pelas suas tropas; o Comandante-Geral despacha diretamente com o Ministério das Finanças e os serviços de Comando Geral da Guarda Fiscal têm duas repartições e um conselho administrativo (a seu cargo tinham os processos de alistamento de praças, expediente, pensões, aquisição de artigos de material de guerra, apreciação dos autos de notícia, entre outras funções)¹³.

Entre o período correspondente a 1933 e 1937, existe pouca flutuação no número total de forças da Guarda Fiscal, registando-se apenas uma subida ligeira. Entre 1937 e 1939, verificamos um ligeiro decréscimo e, de 1939 a 1943, um acréscimo exponencial. A partir do início da Segunda Guerra Mundial, o número de forças da Guarda Fiscal aumenta devido à conjuntura e uma maior necessidade de reforçar o controlo do contrabando e a passagem de indivíduos que estejam contra o Estado.

No final da Segunda Guerra Mundial, a Guarda Fiscal cumpre apenas o serviço terrestre e fronteiriço. Todavia, não se pode esquecer o papel dos seus efetivos enquanto agentes que evitam, descobrem e reprimem qualquer ato fraudulento, auxiliando até outros corpos de polícia do território português. Deste modo, a sua atividade, organização e evolução comprovam a sua importância e impacto, ao longo do século XIX e XX.

4. Ação da Guarda Fiscal no serviço terrestre e fronteiriço (séc. XIX-1945)

O corpo da Guarda Fiscal, criado em 1885, torna-se um dos representantes ou extensões dos “tentáculos” do poder estatal. Distribuído em todo o território português é utilizado como um instrumento ou dispositivo de controlo, vigilância e repressão que agia perante situações suspeitas de contrabando, descaminho ou transgressão fiscal. Desde o século XIX até à Segunda Guerra Mundial, apreendia diversos casos de contrabando de mercadorias e verifica-

¹³ *Diário do Governo* n.º 55, Série I de 7 de março de 1931, pp. 412-418.

va passagens de pessoas que tentavam passar a fronteira luso-espanhola.

Na década de 90 do século XIX, o assunto do debate parlamentar de 5 de julho incide sobre o contrabando de azeite e a necessidade de reforçar o número de forças de Guarda Fiscal¹⁴. Em 1891, com a Revolta no Porto, o Batalhão n.º 3 da Guarda Fiscal envolve-se no acontecimento, “(...) apresentando-se prontamente e em breve tempo, apesar de estarem as forças disseminadas por muitos postos fiscais situados a grandes distâncias (...)” (*Revista da Guarda Fiscal* 1982:9-10).

Segundo Diego Palacios Cerezales, “depois da revolução republicana, tal como aconteceu em 1834, governar, ou seja, conseguir que as ordens das autoridades fossem aceites e a lei respeitada, implicava, também para os republicanos, contar com polícias leais” (Cerezales 2011:218). A Guarda Fiscal participa na revolução republicana de 1910, ao lado dos militares, verificando-se, posteriormente, a sua integração no Ministério das Finanças e uma importância acrescida no seio da população. Segundo o debate da sessão do Parlamento, em maio de 1912:

Todos falam dos funcionários civis, mas ninguém se lembra da guarda-fiscal, por exemplo, que na fronteira tantos serviços tem prestado à Pátria. Talvez a República não encontre quem, como ela, a defenda com maior ardor, com mais dedicação.¹⁵

O papel que a Guarda Fiscal desempenha face à clandestinidade consiste no controlo, vigilância e repressão. Ao visualizarem indivíduos suspeitos de transgressão das leis fiscais, contrabando ou descaminho, procediam imediatamente à apreensão dos mesmos. De seguida, registavam um auto de contencioso fiscal, no qual informavam o processo de apreensão e as suas conclusões. Os apreendidos podiam estar sujeitos a multa ou serem presos, por julgamento do Tribunal do Contencioso Fiscal e as mercadorias eram leiloadas em praça pública. Durante o período compreendido entre a sua criação até ao início da Primeira Guerra Mundial, a sua ação regia-se por estas disposições. A partir de 1914, com a eclosão da guerra, estes corpos policiais continuam a defender os interesses do Estado português, mas de forma mais intensa.

Não obstante, apesar de existir a noção de que esta guarda era um organismo importante para a defesa do país, existiam muitas reclamações em relação à sua distribuição. Segundo um ofício de 1914, do Governador Civil

¹⁴ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Sessão n.º 35 de 05 de Julho de 1890, p. 474.

¹⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 118 de 24 de maio de 1912, p. 20.

de Bragança ao Diretor Geral de Administração Política e Civil, a guarda era considerada um proveitoso elemento de vigilância e informação, mas o seu atual efetivo na área das secções era insuficiente¹⁶. Nos debates parlamentares de 1915, existiam muitas chamadas de atenção para o elevado contrabando de gado com destino a Espanha, sendo muito difícil evitá-lo, por este ocorrer numa grande extensão ao longo da raia, em regiões muito próximas das zonas de fronteira¹⁷. O mesmo sucedia com o trânsito diário de vagões de peixe em direção ao vizinho espanhol. Segundo o ofício da Câmara Municipal de Elvas para o Governador Civil de Portalegre, estes vagões saíam da região elvense, sem que esta fosse beneficiada com o facto e dificultando o trabalho desenvolvido pelos corpos da Guarda Fiscal¹⁸.

Para além do exercício da guarda na repressão do contrabando de géneros alimentícios, na fronteira do Norte, ou de grandes quantidades de volfrâmio, que saíam da raia, pela Galiza, com destino a Espanha¹⁹, destacam-se as solicitações efetuadas com o intuito de evitar a emigração clandestina. A título de exemplo, num ofício de 31 de março de 1917, do Comissário da Polícia Especial de Emigração ao Diretor Geral da Administração Política e Civil, é solicitado que o Comandante da Guarda Fiscal tomasse providências para que as praças exercessem maior fiscalização e repressão da emigração clandestina pela fronteira do Distrito de Portalegre²⁰.

Mais tarde, em 1918, num ofício do Diretor Geral das Alfândegas ao Diretor Geral dos Negócios Comerciais e Consulares é informado que um alemão, residente em Valência de Alcântara, fazia contrabando de volfrâmio²¹. O contrabando de volfrâmio era praticado de forma intensa, assim como o do gado. Num ofício enviado pelo Comandante da Companhia da Guarda Fiscal ao Comandante do Batalhão n.º 3, regista-se a entrada de uma quantidade de gado em Monção e Melgaço, pedindo-se que, nos limítrofes da raia, fossem estabelecidos postos especiais de comando e aumentado o número de forças da guarda²².

¹⁶ ANTI, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, cx. 23, m. 53.

¹⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 67 de 31 de agosto de 1915, p. 20.

¹⁸ ANTI, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, cx. 32, m. 62.

¹⁹ *Jornal do Comércio e das Colónias*, 10 de dezembro de 1916, p.1. e *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 53 de 29 de março de 1916, p. 21.

²⁰ ANTI, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, cx. 43, m. 73.

²¹ AHDME, Exportação fraudulenta de volfrâmio, 3º piso, Armário 15, m. 11 e 12.

²² ANTI, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, cx. 52, m. 82.

Paralelamente ao problema quantitativo de meios, a Guarda Fiscal tinha dificuldades em reprimir formas de comércio ilícito, uma vez que as forças ao serviço nos postos fiscais, desconheciam os caminhos percorridos pelos contrabandistas e envolviam-se em práticas ilegais. Segundo as conclusões da sessão de 5 de agosto de 1918, na Câmara dos Deputados, o contrabando era difícil de evitar porque as autoridades competentes eram os primeiros contrabandistas. Ou seja, era possível que os agentes fiscais também se envolvessem nos negócios de comércio ilegal que tinham lugar na fronteira luso-espanhola²³.

Durante o período do pós-guerra, a ação da Guarda Fiscal foi contestada, porque permitia a passagem de grandes quantidades de peixe ou volfrâmio, sendo que, a partir de 1920, se verifica um aumento significativo destas infrações²⁴. Segundo João Manuel Silva, existiam negociantes clandestinos, espalhados pelas aldeias, que aproveitavam os benefícios do câmbio espanhol para praticar atos de comércio ilícito (Silva 1997:47). No debate da Câmara dos Deputados de novembro, concluía-se que, para evitar o contrabando praticado por diversas pessoas, era necessário intensificar não só a vigilância da Guarda Fiscal, como também a das associações operárias e de outros poderes públicos²⁵.

Nos anos 30, segundo um relatório dirigido a António de Oliveira Salazar, fazia-se contrabando de perfumes em grande escala pela costa do Algarve, julgando-se que a Guarda Fiscal não estivesse envolvida nesta realidade.²⁶ Existiam outras regiões onde se cometiam ilegalidades fiscais e o Estado português sabia que deveria reforçar o número total de forças da Guarda Fiscal.

Entre 1936-1939, durante o período da Guerra Civil de Espanha, prevalece a intenção de uma maior intervenção na fiscalização e repressão do contrabando. No entanto, de acordo com os dados apresentados anteriormente, é precisamente nesta altura que se verifica um decréscimo dos efetivos deste corpo policial. Esta redução pode estar relacionada com medidas instauradas pela PVDE-PIDE que, ao reprimirem a passagem de refugiados políticos e casos de contrabando, também retiravam uma certa autonomia à Guarda Fiscal²⁷. Segundo Paula Godinho, percebe-se que, durante este período, a zona raiana portuguesa tinha mais pontos de vigia da Polícia de Vigilância e

²³ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº10 de 05 de agosto de 1918, p. 28.

²⁴ AHGMR, Autos de Contencioso Fiscal registados pela Companhia da Guarda Fiscal de Elvas e Secção de Caia, 1919-1922.

²⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº147 de 05 de novembro de 1920, p.27.

²⁶ ANTI/AOS, FI-25, Correspondência sobre a repressão do contrabando (1929-1933), cx. 239, pt. 1.

²⁷ Ver outras medidas do governo português em TÁBOAS, Daniel Lanero; MACHO, Antonio Míguez; GALLARDO, Ángel Rodríguez, "La Raia galaico portuguesa en tiempos convulsos. Nuevas interpretaciones

Defesa do Estado (PVDE), mais tarde PIDE (Godinho 2009:41).

A Guarda Fiscal também auxiliava outras entidades policiais, o que prejudicava as suas funções e atrasava a resolução dos vários processos de ilegalidade a seu cargo. Por exemplo, num ofício de 25 de janeiro de 1937, do oficial do Batalhão n.º 1 da Guarda Fiscal ao Comando Geral da Guarda Fiscal, é comunicado que cerca de quatro súbditos espanhóis deveriam ser entregues à PVDE de Bragança²⁸, ou do chefe da Repartição do Comando Geral da Guarda Fiscal ao Comandante do Batalhão n.º 3 da Guarda Fiscal, ao mesmo tempo que um indivíduo de nacionalidade espanhola, em fuga num automóvel, deveria ser entregue à Polícia de Segurança Pública (PSP) da cidade de Viana do Castelo²⁹.

Relativamente aos protagonistas do contrabando, estes podiam ser desde comerciantes até aos próprios agentes ligados ao poder regional ou estatal. No caso do contrabando em Arouca, segundo António Vilar, o volfrâmio era transportado por proprietários de casas de comércio, cafés e casas de pasto (Vilar 1998:189). Por outro lado, o contrabando podia ser organizado por transporte rodoviário e depois em comboios-bloco, atravessando a Península Ibérica em direção a França ocupada pelos alemães (Nunes 2010:418-419). Portanto, o contrabando, favorável ou desfavorável, era protagonizado por diversos atores e reprimido, segundo a legislação, pela Guarda Fiscal, uma das extensões dos “tentáculos” do Estado português, entre o século XIX e XX.

5. Conclusões

Nas áreas da criminologia, sociologia ou história, tem surgido uma enorme preocupação em torno dos temas sobre a ordem pública e as polícias, permitindo reflexões no âmbito da legitimação, dimensão do material e formas de policiamento de uma instituição que se movimenta entre as esferas do público e do privado. Os estudos que abordam o papel da repressão e vigilância das autoridades policiais têm deixado à margem o seu impacto no âmbito nacional e local. Deste modo, este artigo contribui para apresentar mais uma autoridade – o corpo da Guarda Fiscal – que tem ficado silenciada na historiografia portuguesa.

Criada em 1885, esta guarda teve como principal função evitar, descobrir e reprimir qualquer ato de comércio fraudulento, quer fosse contrabando, descaminho de direitos ou transgressões fiscais. Quanto à sua distribuição

sobre el control político y la cultura de frontera en las dictaduras ibéricas (1936-1945)” in FREIRE, Dulce; ROVISCO, Eduarda; FONSECA, Inês (coord.), *Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2009, pp.71-73.

²⁸ ANTT/AOS, FI-25, Informação dos comandos das unidades da Guarda Fiscal, cx. 239, pt. 1.

²⁹ ANTT/AOS, FI-25, Informação dos comandos das unidades da Guarda Fiscal, cx. 239, pt. 1.

pelo território português, entre 1887 e 1943, podemos verificar que houve uma oscilação, entre 1887 e 1903; uma descida acentuada do número de forças entre 1915 a 1918; entre 1922 e 1927, não sofre alterações, no entanto, até 1930 constata-se um decréscimo acentuado. Entre o período correspondente a 1933 e 1937, existe uma baixa flutuação, registando-se apenas uma subida ligeira. Entre 1937 e o início da Segunda Guerra Mundial, regista-se um ténue decréscimo e, até 1943, um crescimento exponencial.

Relativamente à ação desempenhada pela Guarda Fiscal, destaca-se o controlo, vigilância e repressão de mercadorias, emigrantes clandestinos e refugiados políticos, que circulavam sem autorização pelo país. Os guardas realizavam a captura de suspeitos tentando, de certa forma, reduzir o elevado número de fugas à economia nacional ou às leis impostas pelo Estado. No entanto, conclui-se que esta autoridade nem sempre cumpria as ordens que lhe eram remetidas, sendo alvo de um conjunto de reclamações relativas aos atos clandestinos praticados pelos seus efetivos. Ou seja, era um corpo que, para além da função de controlar, vigiar e reprimir, também podia estar envolvido em práticas de comércio ilícito. Porém, esta representação, sublinhada na época, não retira a sua importância para o sistema político, fiscal, económico e social em Portugal, durante os séculos XIX e XX.

Abreviaturas dos arquivos

AHGNR = Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana

AHDMNE = Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

ANTT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT/AOS = Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar

Fontes manuscritas

AHGNR, Autos de Contencioso Fiscal registados pela Companhia da Guarda Fiscal de Elvas e Secção de Caia, 1919-1922.

AHDMNE, 3º piso, Armário 15, m. 11 e 12.

ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, cx. 23, m. 53; cx. 32, m. 62; cx. 43, m. 73; cx. 52, m. 82.

ANTT/AOS, FI-25, Correspondência sobre a repressão do contrabando (1929-1933), cx. 239, pt. 1; Informação dos comandos das unidades da Guarda Fiscal, cx. 239, pt. 1; Reorganização dos serviços da Guarda Fiscal, cx. 239, pt. 4.

ANTT, Ministério do Reino, Direcção-Geral da Administração Política e Civil, 3ª Repartição, Correspondência recebida (1886), mç.2834.

Fontes publicadas

- Diário da Câmara dos Deputados* (1915-1943).
Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino (1840-1890).
Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa (1840-1890).
Diário do Governo (1915-1943).
Anuário Estatístico de Portugal (1915-1943).

Periódicos

- Boletim Oficial da Guarda Fiscal* (1886).
Jornal do Comércio e das Colónias (1916).
Revista da Guarda Fiscal (1971, 1972, 1982 e 1985).

Bibliografia

- ALVES, Armando Carlos (2008). *Em busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
- BASTIEN, Carlos (2006). “A abolição do sistema fiscal do Antigo Regime”, in VALÉRIO, Nuno, NUNES, Ana Bela, BASTIEN, Carlos, et. al. (ed.). *Os Impostos no Parlamento Português. Sistemas Fiscais e Doutrinas Fiscais nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 13-27.
- BORDAD’ÁGUA, Flávio (2017). “Breves reflexões sobre a história da polícia em Portugal durante o Antigo Regime”, in GONÇALVES, Gonçalo Rocha, DURÃO, Susana (ed.), *Polícia e Polícias em Portugal. Perspetivas Históricas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 5-14.
- BRODEUR, Jean Paul (1984). “La Police : Mythes et réalités”, *Revue Criminologie*, 17-1, 9-41.
- CEREZALES, Diego Palacio (2011). *Portugal à coronhada: protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-china.
- CORRAL, Miguel López (2009). *La Guardia Civil: claves históricas para entender a la Benemérita y a sus hombres*. Madrid: La Esfera De Los Libros.
- CLEMENTE, Pedro José Lopes (1998). *Da polícia de ordem pública*. Lisboa: Governo Civil do Distrito de Lisboa.
- DOUKI, Caroline (2003). “Entre État et Société : La Gendarmerie au XIX e siècle”, *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, 50, 189-197.
- EMSLEY, Clive (1999). *Gendarmes and the State in Nineteenth-Century Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- ESTEVES, Álvaro Proença (1985). *Missões Históricas e Actuais da Guarda Fiscal. 1º Centenário da Guarda Fiscal, 1885-1985*. Lisboa: Edição comemorativa.

- FERNANDES, Paulo Jorge (2010). *O "Poder Oculto" - Mariano Cirilo de Carvalho. O poder oculto do liberalismo progressista (1876-1892)*. Lisboa: Texto Editores.
- FOUCAULT, Michel (1977-78). *Security, Territory, Population*. France: Lectures at the Collège de France.
- GODINHO, Paula (2009). "Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista. O concelho de Chaves e a comarca de Verín entre velhos quotidianos e novas modalidades emblematizantes", in FREIRE, Dulce, ROVISCO, Eduarda, FONSECA, Inês (ed.), *Contrabando na fronteira Luso-Espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 29-55.
- GONÇALVES, Gonçalo Rocha (2012). "Polícia, ordem pública e "novas" formas de vigilância: as dinâmicas e os dilemas da segurança", *Análise Social*, 204, XLVII (3º), 713-723.
- GONÇALVES, Gonçalo Rocha (2017), "Polícia e modernidade. As múltiplas dimensões de um objeto historiográfico", in GONÇALVES, Gonçalo Rocha, DURÃO, Susana (ed.), *Polícia e Polícias em Portugal. Perspetivas Históricas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 15-34.
- NEWBURN, Tim (2008). "Introduction: understanding policing", in NEWBURN, Tim (ed.). *Handbook of Policing*. London: Second Edition, Routledge, 1-12.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2010). *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947)*. 1ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Pedro Ribeiro (1985). *Génese e Estrutura da Guarda Fiscal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SILVA, João Manuel Gonçalves (1997). "O clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido Reconstituente (1920-1923)", *Análise Social*, 140, 31-74.
- TÁBOAS, Daniel Lanero, MACHO, Antonio Míguez, GALLARDO, Ángel Rodríguez (2009). "La Raia galaico portuguesa en tiempos convulsos. Nuevas interpretaciones sobre el control político y la cultura de frontera en las dictaduras ibéricas (1936-1945)", in FREIRE, Dulce, ROVISCO, Eduarda, FONSECA, Inês (ed.). *Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 57-87.
- VILAR, António (1998). *O Volfrâmio de Arouca no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*. Arouca: Edição da Câmara Municipal de Arouca.

Le sale cinematografiche nello scenario moderno dell'architettura portoghese della prima metà del XX secolo : alcuni esempi a confronto

The cinemas in the modern scenery of Portuguese architecture of the first half of the 20th century: some samples in comparison

MARIANGELA LICORDARI¹

ED 441 – Laboratoire HiCSA - Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

IHA Instituto de História da Arte - Universidade Nova de Lisboa FCSH-UNL

mariola_lico@libero.it; mariangela.licordari@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on 16/09/2017

Texto aprovado em /Text approved on 17/01/2018

Riassunto: Vero e proprio fenomeno culturale del XX secolo, in ambito architettonico il cinema rappresenta da sempre il simbolo della modernità e del progresso tecnologico. Nella storia dell'architettura moderna, la progettazione delle sale cinematografiche va di pari passo con la sperimentazione di nuove forme architettoniche rese possibili dall'impiego di moderni materiali da costruzione (quali *in primis* il cemento armato), divenendo un importante banco di prova tanto per la verifica tecnologica degli stessi quanto per l'immaginazione spaziale di nuovi ambienti, così divergenti da quelli propriamente classici dei teatri. Spazio architettonico fruibile e funzionale al vissuto umano, il cinema diventa rapidamente espressione di crescita, di sviluppo sociale ed economico e di prestigio urbanistico. Anche in Portogallo, come nel resto dell'Europa, le sale cinematografiche sono segnali tangibili del cambiamento stilistico e formale dell'architettura della prima metà del Novecento, facendosi portavoce di un'immagine nuova che rapidamente adorerà le città portoghesi d'un aspetto moderno e scenografico al tempo stesso.

Parole chiave: Cinema; architettura portoghese; XX secolo; Movimento Moderno.

Abstract: Real cultural phenomenon of the twentieth century, in the architectural world the cinema has always been the symbol of modernity and technological progress. In the history of modern architecture, the design of the cinema goes hand in hand with the experimentation of new architectural forms made possible by the use of modern building materials (such as reinforced concrete), becoming an excellent test both for technological verification of the same as for the space imagination of new environments, so divergent from those of the theatres. Architectural space usable and functional for the human life, the cinema quickly becomes expression of growth, of social and economic development and urban prestige. Even in Portugal, as in the rest of Europe, the cinemas are tangible signs of the stylistic and formal change of the architecture of the first half of the twentieth century, becoming "spokesman" of a new modern image that will quickly adorn Portuguese cities with a scenic look.

Keywords: Cinema; Portuguese Architecture; 20th Century; Modern Movement.

¹ FCT Scholarship SFRH/BD/115014/2016

1. Introduzione

Nell'architettura portoghese del XX secolo, i primi segnali di un cambiamento stilistico e formale in chiave moderna risalgono all'inizio degli anni '20, quando un ristretto numero di giovani architetti di formazione *beaux arts* comincia ad ipotizzare la nascita di una nuova estetica architettonica direttamente desunta dall'uso di moderne tecniche costruttive, quali *in primis* il cemento armato. Contro tutte le aspettative derivanti dalla loro formazione storicista e dal gusto nazionalista e pittoresco ancora in uso, questi pochi ma coraggiosi architetti si affidano alle teorie dei grandi pionieri europei dell'architettura moderna nella ricerca di nuove forme architettoniche e nella sperimentazione di un'estetica lontana dagli ornamenti decorativi della cultura eclettica di inizio secolo. La Casa dos Açores di Miguel Nogueira, del 1921, l'Agência Havas di Carlos Ramos, del 1922, o ancora il Sanatório Heliantia di Francisco Oliveira Ferreira, realizzato a Porto tra il 1926 e il 1930, sono solo alcuni dei tentativi portoghesi in cui è possibile scorgere questa propensione al moderno. La semplificazione estetica dell'edificio, nelle forme e nella decorazione parietale, rappresenta dunque la vera innovazione stilistica dell'architettura portoghese delle prime decadi del Novecento, in alcuni casi ancora mitigata dall'adozione di facciate monumentali pronte a definire gerarchicamente la posizione dell'immobile nel contesto urbano adiacente.

Qualora esistesse un'indicazione cronologica certa alla quale ricondurre gli esordi dell'architettura moderna portoghese, questa potrebbe essere individuata nel 1927: anno in cui si forma quella *geração do compromisso*, così chiamata da Carlos Ramos, uno dei suoi principali architetti, impegnata nell'adozione anche in Portogallo di una sintassi architettonica moderna ed internazionale. Il 1927 è, inoltre, l'anno della pubblicazione delle riviste *Arquitectura*, co-fondata dall'architetto Jorge Segurado, e *Presença*, entrambe tese a promuovere la nascita di una "coscienza moderna" nella società portoghese e divenute un riferimento importante per l'ambiente architettonico di quegli anni, in parallelo alla rivista *Orfeu* che, sin dal 1915, anno della sua pubblicazione, aveva una valenza più letteraria (Almeida, Fernandes 1986: 23, 112).

A questi richiami umanistici di indubbia rilevanza, devono essere associati altrettanti importanti riferimenti architettonici che, con la loro estetica avanguardistica e moderna, ampliano lo scenario portoghese della prima metà del Novecento. È questo, infatti, un periodo definito dalla presenza di un certo numero di edifici pubblici e privati in cui le moderne tecniche costruttive dell'epoca cominciano ad essere utilizzate secondo la "grammatica stilistica" del razionalismo funzionalista europeo del momento.

Neste primeiro período [...] a inovação técnica, as estruturas arrojadas, a expressão estética identificada com a tal ética da verdade nua e crua dos materiais, é agora proposta pelos próprios arquitetos e não se traduz apenas nos tais temas marginais mas nos edifícios que aparecem em plena cidade. Começa-se pelos cinemas e garagens, passa-se aos liceus e estacoes de correio e, logo, aos prédios de rendimento. Lembre-se a garagem de O Comércio de Porto (Rogério de Azevedo), o Cinema Capitólio (Cristina da Silva), o cinema Éden (Cassiano Branco), os liceus de Beja (Cristino) ou Filipa de Lancastre (Carlos Ramos e Segurado), a Telefónica do Estoril (Adelino Nunes), o Instituto S. Técnico (Pardal Monteiro), a clinica de Miramar (Oliveira Ferreira) os frigoríficos de Massarelos (Manuel e Januario Godinho), a Casa da Moeda (Segurado) até às moradas do Porto (M. Marques, Viana de Lima), entre muitas outras obras que surgem nessa década e das quais se pode dizer que, em todas, a estrutura de betão armado é decisiva para a forma arquitectónica (Portas 1980: 15).

In questo scenario, il Cine-Teatro Capitólio di Luis Cristino da Silva marca, senza alcun dubbio, una rottura netta con l'architettura portoghese del periodo precedente, preannunciando i grandi cambiamenti estetici imposti dal Movimento Moderno. L'ante-progetto, da far risalire al 1925, è di chiara derivazione europea e richiama il razionalismo purista all'epoca in voga nel resto d'Europa. Volumi puri e geometrici privi di decorazioni di stampo *revival*, grandi spazi interni sprovvisti di sostegni verticali, ampie vetrate mobili ed una copertura a terrazzo fanno di quest'opera il primo esempio di architettura moderna portoghese le cui forme plastiche sono direttamente desunte dall'architettura

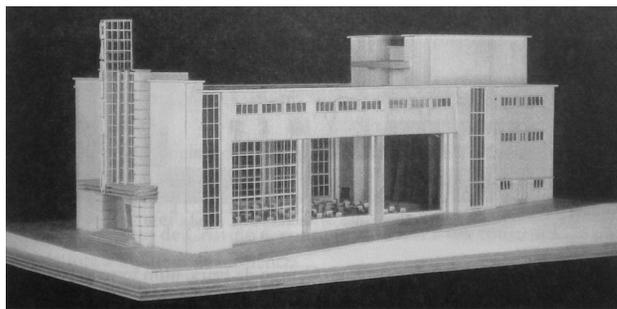


Fig. 1. Luis Cristino da Silva, Cinema Capitólio. Plastico del progetto. (RODOLFO 2002, p. 75).

funzionalista dello scenario internazionale.

Risulta difficile discernere con precisione quali siano stati i modelli internazionali che più di altri abbiano determinato la nascita di una sen-

sibilità moderna in seno all'architettura portoghese. Senza dubbio, la cultura lusofona del primo quarto del XX secolo risulta caratterizzata da una crescente "volontà di nuovo" che, attraverso viaggi studio, partecipazioni a esposizioni, incontri e congressi internazionali, ha alimentato confronti ideologici e contribuito alla diffusione di nuove correnti artistiche. Per gli architetti portoghesi degli anni '20 e '30, la Germania, la Francia, la Spagna, il Belgio e l'Italia divengono punti di riferimento importanti per una progettazione all'avanguardia. Pensiamo all'influenza di Mallet-Stevens nell'architettura moderna del Portogallo di quegli anni, il cui impatto sarà inizialmente maggiore a quello dello stesso Le Corbusier le cui teorie architettoniche troveranno conferma solo qualche anno dopo grazie alle opere contemporanee dei grandi architetti brasiliani.

Il peso delle moderne avanguardie europee sarà dunque determinante per la definizione di una nuova coscienza portoghese; Cassiano Branco, ad esempio, assimilando le teorie architettoniche di Mallet-Stevens, sarà in grado di realizzare un codice formale altamente creativo e al tempo stesso facilmente riproducibile (Fernandes 1993: 64). I suoi *prédios de rendimento*, caratterizzati da volumi geometrici semplici, stemperati da linee curveggianti, saranno presi ad esempio da molti altri esponenti del mondo della costruzione a lui contemporaneo, divenendo, nella categoria di abitazioni collettive realizzate da privati, le icone architettoniche della Lisbona degli anni '30. Più di molti altri architetti del suo tempo, Cassiano Branco ha saputo mescolare le potenzialità espressive del razionalismo purista al decorativismo *Art déco* d'inizio secolo, ideando opere architettoniche di inconfondibile carattere scenografico: pensiamo, fra tutte, al progetto che realizza nel 1929 per il Cine-Teatro Éden di Lisbona. Infatti, sebbene la versione finale del lavoro (1937) non presenti espressamente la firma dell'architetto, molto di quello che è stato realizzato è opera sua. In particolare, per la modernità delle scelte progettuali adottate, meritano di essere ricordati il vestibolo d'ingresso all'edificio e la facciata della terza versione del prospetto principale, successivamente semplificata nella realizzazione finale. Quest'ultima, perché ripropone perfettamente quella fusione tra forme puriste e decorazioni *Art déco* di cui si è accennato in precedenza ed il vestibolo perché, nella complessità delle sue grandi scale moderne e nelle sue "superficies higienicamente lisas e esmaltadas que o neoplasticismo não desdenharia" (Caldas 1997: 23-32), dà prova delle enormi qualità progettuali e scenografiche di Cassiano Branco, paragonabili, per certi versi, a quelle di un Auguste Perret nella realizzazione del suo Teatro agli Champs-Élysées.

2. Il Cinema Capitólio e la sua influenza sulle altre sale cinematografiche del Paese.

Nello scenario costruttivo del Portogallo della prima metà del XX secolo, dunque, i cinema si presentano come un vero e proprio fenomeno architettonico di straordinario valore avanguardistico. Pensati come *templi* dello spettacolo nella derivazione teatrale del secolo precedente, ancora visibile ad esempio nella progettazione di alcuni cinema d'inizio Novecento, come il Cinema Tivoli di Raul Lino a Lisbona, come *fabbriche* d'illusioni nell'accezione più moderna del termine, o ancora come *navi* attraverso le quali viaggiare con la fantasia (Acciaiuoli 2012: 88), i cinema portoghesi degli anni '30 sono forse gli esempi più significativi del cambiamento dei tempi e dell'evoluzione architettonica all'epoca in atto nel paese, soprattutto dal punto di vista funzionalista e razionalista. Tanto nella diversa concezione spaziale degli ambienti interni e nell'adozione di nuovi *comforts* ambientali quanto nella scelta di forme architettoniche che siano espressione dei tempi moderni e manifestazione del progresso che avanza, attraverso l'adozione d'immagini avveniristiche e luci sfavillanti, questi edifici divengono rapidamente il metro di paragone attraverso il quale misurare lo "scenario architettonico" di un intero paese.

Come ribadito da Mallet-Stevens nel suo testo intitolato *Les Cinémas*, pubblicato nel catalogo *L'Exposition de l'art dans le cinéma français*, del maggio 1924, "di tutte le costruzioni realizzate ai nostri giorni, la sala cinematografica è quella che deve avere il carattere più moderno", poiché "essendo un monumento essenzialmente nuovo per il suo destino, dovrebbe essere francamente moderno" (Acciaiuoli 2012: 81). La critica nasceva essenzialmente dalla necessità di allontanarsi da una progettualità condizionata da canoni architettonici ancora legati al passato. Il Cinema Capitólio, in questo senso, è un esempio emblematico di rottura con il contesto architettonico di allora; grazie all'adozione di una "diversità progettuale" che farà da apripista alla costruzione di nuovi e moderni cinema portoghesi, stimolando nel contempo la modernizzazione delle vecchie sale di spettacolo oramai trasformate nella nuova destinazione d'uso.

La moderna maniera di vivere questo spazio costruito, non più teatrale ma cinematografico, diventa dunque il fondamento dal quale partire per la nascita di una nuova progettualità. Gli architetti del periodo, infatti, muovendo dalla funzionalità dell'edificio, si impegnano nella ricerca di soluzioni architettoniche adeguate alle differenti problematiche riscontrabili in fase di progetto, il più delle volte conseguenza delle molteplici incongruenze costruttive esistenti tra "teatro" e "cinema": dalle prime file della platea del teatro, con le rispettive parti laterali, che nel cinema non hanno alcuna utilità; alla presenza

della cabina di proiezione che implica una diversa progettazione dello spazio interno della sala, con alterazioni nel tracciato delle gallerie; al pericolo di incendi legato alla zona cabina, sempre posizionata dietro il pubblico e sull'ingresso principale, che implica un sistema di evacuazione differente da quello ipotizzato per i teatri, dove il pericolo è localizzato quasi sempre nel palco; alla perdita d'importanza del foyer e dello spogliatoio, a causa dell'assenza di grandi intervalli di tempo tra una proiezione e l'altra.

La sicurezza, il comfort degli spettatori ed i nuovi requisiti tecnici legati al cinema sonoro sono, dunque, alcune delle cause che hanno portato alla rapida realizzazione di nuove sale cinematografiche ed alla modernizzazione delle antiche sale teatrali. A riguardo, il nuovo *Regulamento dos Teatros*, emanato in Portogallo nel 1927, conteneva un congiunto di regole che definivano la nozione di "spettacolo cinematografico", sistematizzando i procedimenti da adottare nella definizione di nuove sale o nella modernizzazione di quelle già esistenti. Licenze di funzionamento dopo l'approvazione dei progetti, registri d'esercizio dell'attività e autorizzazioni per la realizzazione di ogni spettacolo erano, infatti, solo alcune delle norme imposte dal regolamento portoghese.

In questa propensione al moderno, il Cinema Capitólio rappresenta senza alcun dubbio un importante punto d'arrivo. Come ricordato da Margarida Acciaiuoli nel suo libro *Os Cinema de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*:

O Cinema Capitólio é a primeira tentativa bem lograda de fazer corresponder a arquitectura às funções que se lhe destinavam. Com efeito, é possível defender que a ideia que nele se efectiva não só destronou certos códigos convencionais que vigoravam na concepção dos cinemas, como também fixou algumas das premissas que o modernismo trazia (Acciaiuoli 2012: 82).

Progettato per essere costruito nel Parque Mayer - giardino annesso al palazzetto della famiglia Mayer che, in seguito alla morte del patriarca Adolfo Lima, è acquistato dall'impresario Luis Galhardo e dalla sua Sociedade Avenida Parque - il Cinema Capitólio faceva parte del vasto programma di trasformazione che aveva interessato il parco a partire dal 1920 (Acciaiuoli 2012: 83). Sebbene localizzato in una zona ammirabile della città, a ridosso della centralissima Avenida da Liberdade, il cuore della moderna Lisbona, l'ampio spazio godeva di un isolamento volontario, o imposto, che ha avuto il suo peso nella scelta della destinazione d'uso d'attribuire al luogo. Mentre il palazzetto Mayer, infatti, inizialmente pensato come edificio da adibire a teatro, nel 1930 è venduto al Consolato di Spagna per farne la loro sede ufficiale, il parco sin da subi-

to è destinato a luogo di intrattenimento; come testimoniato dalla presenza di caffè, ristoranti e teatri che già a partire dagli anni '20 sono costruiti all'interno dell'ampio recinto. Nel 1922 viene inaugurato il Teatro Maria Victòria, realizzato in legno, mentre qualche tempo dopo vengono costruiti il Pavilhão Português e la Esplanada Egipcia, quest'ultima ipotizzata per la proiezione di films all'aria aperta e progettata da Luis Cristino da Silva e Porfírio Pardal Monteiro.

A Cristino da Silva viene anche affidata la decorazione dell'ingresso al parco, che il giovane architetto realizza secondo il gusto Art déco all'epoca in voga. È l'inizio di un intervento più complesso che ha il suo culmine nel 1925 con l'incarico del Capitólio: un teatro music-hall con *esplanada* da costruire al posto della Esplanada Egipcia già esistente. Approvato con progetto definitivo nel 1929 ed inaugurato nel 1931, il Cinema Capitólio si presenta come un grande parallelepipedo caratterizzato, nella parte anteriore e posteriore, da volumi sfalsati che rendono asimmetrici i prospetti. L'ossatura in cemento armato dell'edificio, progettata dall'ingegnere Bèlard da Fonseca, permette la realizzazione di una grande sala di spettacolo di 18,5 m di larghezza per 24,00 m di lunghezza, all'interno della quale sono ricavati circa 2000 posti a sedere. L'adozione della struttura trave-pilastro e di una copertura che non prevede appoggi intermedi rende possibile un ambiente interno molto spazioso, secondo il principio di *plan livre* promosso dall'architettura moderna. Anche le soluzioni architettoniche previste per i prospetti laterali nascono dall'articolazione interna della pianta libera e dall'adozione dell'ossatura in cemento armato. La presenza, infatti, di tre grandi aperture vetrate, occupanti quasi i tre/quarti dell'altezza dell'edificio, in una corrispondenza tra dentro e fuori assolutamente innovativa per il Portogallo dell'epoca, sono la naturale conseguenza dell'utilizzo del cemento armato e del concetto di *plan livre* e *façade livre*. Il tetto falso utilizzato nella sala spettacolo, realizzato con un'ondulazione fortemente decorativa, ha in realtà il compito di nascondere le lampade del soffitto, creando un particolare gioco d'illuminazione indiretta.



Fig. 2. Luis Cristino da Silva, Cinema Capitólio. Interno della sala. (wikipedia.pt)



Fig. 3: Luis Cristino da Silva, Cinema Capitólio. Balconata superiore e particolare della soluzione ondulata del soffitto. (wikipedia.pt)

Nel progetto, tutto è studiato nel minimo dettaglio. L'attenzione verso i particolari e la volontà di realizzare un edificio moderno al passo con i tempi, anche dal punto di vista della pubblicità e della visibilità commerciale, è presente inoltre nella decisione di inserire un corpo verticale e vetrato nella parte centrale della facciata principale dell'edificio. Munito del *lettering* del nome del cinema, questo corpo sporgente, che si illuminava di notte quasi fosse un "faro", ripropone insieme al resto del prospetto ed in forma più semplice e geometrica quanto realizzato qualche anno prima nella struttura d'ingresso al parco. Altra novità, assolutamente "moderna" per l'epoca, è la presenza di un tapis roulant all'interno dell'edificio, qui utilizzato per l'accesso ai piani superiori. La copertura a terrazzo, in breve, viene adibita a cinema all'aria aperta, anche grazie all'istallazione di uno schermo di grandi dimensioni, divenendo ben presto un luogo di ritrovo "economico" per le famiglie e la gioventù dell'epoca. Negli anni '30, la grande sala interna viene trasformata in cinema, con conseguente chiusura delle aperture delle facciate laterali e costruzione di balconate fisse per i posti a sedere. Successivamente anche il terrazzo subisce delle modifiche, con l'introduzione di una copertura metallica che di molto deturperà il progetto di Cristino da Silva.

Nel parlare del Cinema Capitólio, ciò che importa sottolineare è l'audacia della proposta architettonica e l'influenza che essa ha avuto nella definizione di una prospettiva progettuale nuova che notevole peso avrà nell'ideazione dei successivi cinema della capitale. Il fatto di essere stato un edificio destinato ad una zona interna della città, chiusa da un recinto e non affacciante su una via principale, probabilmente ha dato a Cristino da Silva quella libertà progettuale che gli ha permesso d'interpretare senza impedimenti i canoni estetici della nascente architettura moderna, allontanandosi totalmente dalle reminiscenze decorative legate all'ecclettismo storicista ancora in voga all'inizio del Novecento. In questo, il Capitólio deve essere considerato opera pioniera dell'avanguardia portoghese, tanto nella distribuzione razionale degli spazi interni quanto nella forma architettonica.

Nel 1938, sette anni dopo l'inaugurazione del cinema, la *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos* riteneva ancora la progettualità di questi edifici di così grande complessità, e allo stesso tempo di così grande interesse, da dedicargli un intero articolo nel primo numero della rivista, pubblicato nel febbraio di quello stesso anno. L'intento era quello di enfatizzare la modernizzazione architettonica dei cinema sia dal punto di vista strutturale e funzionale che estetico. Il testo in questione, tradotto in portoghese con il titolo "Cinemas Franceses de actualidades", era un estratto dell'intervento presentato da Adrienne Gorska alla 4ª Riunione Internazionale degli Architetti,

tenutasi a Parigi nel giugno del 1937, in cui l'autrice russa si occupava delle principali norme progettuali da seguire per la corretta realizzazione di "cinema moderni". Il passaggio da un ambiente ancora impostato secondo le antiche sale di spettacolo teatrali ad uno che rispecchiasse le moderne esigenze funzionali del cinema era alla base della riflessione proposta. La volontà di realizzare ambienti in grado di soddisfare il pubblico ed insieme i proprietari dell'attività commerciale, la regola principale da seguire.

Satisfazer o público; satisfazer o empresário. Os dois problemas têm a mesma importância, e sacrificar um ou o outro seria inadmissível. [...] Há cinco razões de ser fisicamente feliz numa sala de cinema. [...] O espectador deve: 1) vêr; 2) ouvir; 3) encontrar-se num ambiente climatérico agradável; 4) estar instalado de modo confortável que lhe permita gozar, em completo bem estar, o prazer que procurou; 5) enfim, gozar êste prazer com tôda a segurança, sem receio de que um incêndio ou o pânico venham perturba-lo. [...] Para vêr, há que ter em conta o facto natural [...] de que o olho humano, para atingir a sua plenitude de visão deve conter no seu campo todos os objectos que tem a intenção de abranger. [...] Não se deve obrigá-lo a lançar olhadelas circulares para abranger a totalidade do «écran» (RSNA, n. 1, 1938: 15).

Nell'intento di creare una formula architettonica "nuova", legata alla funzionalità degli ambienti, il ruolo dell'architetto diveniva allora di estrema importanza, tanto nella scelta dei materiali da utilizzare quanto nella progettazione interna dei locali, derivanti dalla pianificazione di regole ben precise: dalla pianta che non doveva essere troppo larga per non creare, negli spettatori laterali, una visione distorta dell'immagine proiettata sullo schermo; alla dimensione dello schermo stesso, che, in larghezza, doveva essere leggermente superiore ad 1/6 della profondità della sala; all'inclinazione dei pavimenti della platea e dei balconi, che doveva essere realizzata di modo da permettere allo sguardo di uno spettatore X di passare al di sopra della testa di uno spettatore Y seduto due file avanti, con un dislivello di circa 15 cm tra il punto focale di uno spettatore (preso utilizzando la base dello schermo come punto di riferimento) e quello posizionato due file avanti. Così facendo, in breve tempo, il cinema diviene luogo di sperimentazione progettuale, d'evoluzione tecnologica e di trasformazione architettonica nella scelta di forme avveniristiche direttamente desunte dal repertorio internazionale dell'architettura moderna.

Questo tipo di interventi, ovviamente, interesserà molti architetti portoghesi del periodo che, nella progettazione dei loro edifici, ben si ispireranno a modelli stranieri. Così ad esempio, nel 1959, l'architetto Fernando Silva descrive il suo intervento di "modernizzazione" del Cinema Imperial in un articolo dal titolo "Cinema em Lisboa", presente sul numero 2 della rivista *Atrium* :

O cinema que apresentamos nestas páginas resulta da remodelação total de uma casa de espectáculos existente havia muito tempo num bairro popular de Lisboa de forte densidade habitacional. A necessidade de prover esta zona de uma casa de espectáculos condigna, com condições de visibilidade e conforto, em tudo semelhante às melhores casas do género existentes na capital, obrigou à total demolição do velho edifício. Daí nasceu a possibilidade de uma completa revisão da solução e a adopção de um novo esquema de aproveitamento de que resultou uma melhor divisão de áreas e o aumento do número de espectadores. Uma das necessidades que ocasionou a demolição da antiga construção era criada também pela exiguidade do "écran" que impossibilitava a projecção pelo sistema CinemaScope (Silva 1959: 4).

Con il tempo, la volontà di dotare le città di un numero adeguato di cinema in grado di servire un bacino d'utenza sempre più ampio spinge gli organi di potere portoghesi a realizzare i nuovi edifici non solo nei centri delle città ma anche nelle zone periferiche, dove quasi ogni *bairro* viene dotato del proprio cinema di riferimento. Progettato secondo le caratteristiche proprie del quartiere a cui è destinato, dalla densità della sua popolazione alla localizzazione nel suo tessuto urbano, il cinema molto spesso diviene motivo di riconversione di un'intera zona. Pensiamo alla realizzazione del *Cine-arte* a Lisbona, nel Largo de Santos, o ancora al *Cinema São Jorge* sull'Avenida da Liberdade o al *Cinema Batalha* a Porto.

In questa idea di riqualificazione urbana, le facciate dei cinema prospicienti le piazze, gli slarghi o le vie principali delle città, acquistano una grande importanza scenica, divenendo anch'esse motivo di ricerca sperimentale. A caratterizzarle sono non solo l'adozione di moderne forme architettoniche ma anche la natura stessa dei prospetti, dotati di pannelli pubblicitari e d'illuminazione notturna per accentuare ulteriormente il potere attrattivo dell'edificio.

O arquitecto que cria uma fachada nua e deixa colocar-lhe em cima uma publicidade qualquer, prejudica por completo o resultado a

obter. É necessário que a arquitectura faça corpo com o reclamo luminoso. A fachada deve ser estudada para ser vista indiferentemente de dia ou de noite e para um objectivo: a atracção do público (RSNA, n. 1, 1938: 18).

Nella decorazione effimera di scritte al neon e pubblicità, i cinema dei *bairros* portoghesi trovano dunque la loro principale espressività architettonica. Pensiamo al Cine-arte di Lisbona, realizzato nel 1938 su progetto dell'architetto Raul Rodrigues Lima ed inaugurato nel 1940.



Fig. 4. Raul Rodrigues Lima, Cine-arte. Facciata principale. (Arquitectos, n. 12, 1940, p. 332)

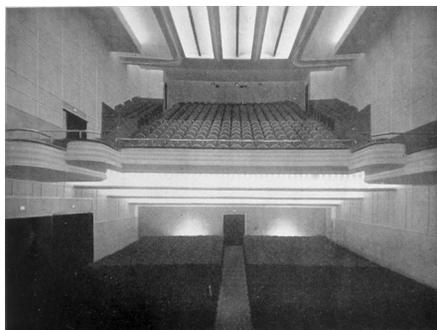


Fig. 5. Raul Rodrigues Lima, Cine-arte, Balcón superior. (Ibidem, p. 338)

L'edificio risente apertamente delle moderne concezioni architettoniche riguardanti la progettazione delle sale cinematografiche, divenendo un altro importante esempio portoghese della nuova architettura dei cinema. Anche il carattere "industriale" che contraddistingue la facciata principale non è pensato come casuale, ma rispondente ad un percorso ideologico che, secondo i canoni dell'architettura moderna, nasce dal concetto di funzionalità ed efficienza direttamente desunto dagli edifici industriali. Questo spiega l'intento di Rodrigues Lima nel definire una facciata come un "manifesto pubblicitario", visibile sia di giorno che di notte, che descriva con chiarezza le funzionalità dell'edificio divenendo nel contempo elemento attrattivo dell'intero immobile. La realizzazione di una torre luminosa dove posizionare il nome del cinema, definito con lettere al neon e illuminato da luce indiretta, e la presenza di uno spazio da destinare ai cartelloni pubblicitari sono una chiara conseguenza di questa esigenza. Nella realizzazione del progetto, dunque, l'intento dell'autore è quello di disciplinare e proporzionare i volumi architettonici per definire chiaramente il fine dell'edificio, dando ad ogni elemento "o partido architectural concordante com os principios da arquitectura contem-

porânea” (Acciaiuoli 2012: 107). Come lo stesso Rodrigues Lima spiegherà nella memoria descrittiva accompagnante il progetto:

Ao edificio dei uma expressão que traduzisse claramente o fim a que se destinava, procurando conseguir um conjunto que estivesse de acôrdo com os princípios da arquitectura contemporânea. Fiz dominar sôbre tôda a construção a tôrre luminosa encimada pelo título do cinema e criei para tôda a publicidade o seu lugar proprio, disciplinando-a dentro do conjunto. O espaço destinado ao grande cartaz-rèclame fica enquadado pela tôrre luminosa e a iluminação foi feita por projectores cujas caixas existem lateralmente (RSNA, n. 12, 1940: 333).

Internamente il Cine-arte è progettato tenendo conto delle norme regolamentari previste per le moderne sale cinematografiche, a ulteriore testimonianza della preparazione progettuale dell'autore. Rodrigues Lima fa suo quanto sperimentato in quegli stessi anni in molti altri cinema europei, riproponendo con abilità quei concetti architettonici ampiamente descritti dall'architetto Gorska nella sua già citata comunicazione sui cinema francesi che, quasi sicuramente, Rodrigues Lima conosceva:

No que respeita à instalação dos serviços destinados ao público procurei principalmente dar aos espectadores: boa visibilidade, boa audição, um agradável ambiente climatérico, instalá-lo de modo confortável que lhe permitisse gozar um completo bem estar, com tôda a segurança e sem o receio de que um incêndio ou qualquer pânico o pudesse afligir. Para obter uma boa visibilidade coloquei os espectadores de tal forma que nunca vissem as imagens desformadas, tomando em linha de conta que o olho humano, para atingir a sua plenitude de visão, deverá conter no seu campo todos os objectos que tenha a intenção de abranger e que neste caso é o “écran” todo. No que respeita ao pavimento da sala êste foi traçado de modo que o olhar de um espectador passe precisamente acima do alto da cabeça do que está sentado duas filhas à frente, utilizando a base do “écran” como um foco dessa curva, como está mais ou menos estabelecido (RSNA, n. 12, 1940: 333).

Dal punto di vista costruttivo, la presenza del cemento armato nella definizione della struttura portante dell'edificio risulterà estremamente importante. Realizzato interamente con la tecnica in questione, a causa delle condizioni ge-

ologiche del terreno che resero necessario l'uso del materiale, l'edificio presenta, per la prima volta in Portogallo, l'adozione di una trave portante in cemento armato secondo il sistema *Vierendeel*, qui utilizzata per la struttura sospesa delle balconate (RSNA, n. 12, 1940: 339). Nell'ottica di rendere l'edificio al passo con i tempi ed altamente efficiente, importantissime sono state le collaborazioni di Rodrigues Lima con gli ingegneri Ricardo Teixeira Duarte, indispensabile per lo studio geologico del terreno, e Angelo Ramalheira al quale si devono tutti i calcoli statici della costruzione; così come la collaborazione con gli ingegneri Adelino Pinto Gonzalez, per l'impianto elettrico e gli impianti di proiezione, e Nunes Correia, per gli impianti di riscaldamento e ventilazione.

Se il Cine-Arte nasceva dalla volontà di dotare la capitale di un altro cinema di qualità (dopo l'inaugurazione del Cinema-Teatro Eden di Cassiano Branco avvenuta nel 1937), il Cinema São Jorge costruito sull'Avenida da Liberdade, nel cuore della moderna Lisbona, si poneva l'ambizioso compito di fare della città una vera capitale contemporanea, attraverso un edificio che nella sua posanza architettonica e nell'estetica adottata rivaleggiasse con i moderni cinema delle capitali europee, divenendo la "primeira casa de espectaculos da capital" (Acciaiuoli 2012: 176). Nato per volontà della "Sociedade Anglo-Portuguesa de Cinemas Lda", il progetto definitivo dell'edificio, che risale al 1947, è interamente realizzato dall'architetto Fernando Silva. Abbandonata la prima proposta dell'architetto inglese Leonard Allen, rigettata dalle autorità portoghesi perché non in linea con le qualità tecnico-funzionali desiderate, Silva adotta una soluzione in grado di soddisfare tanto gli interessi commerciali dell'impresa quanto i problemi progettuali causati dall'irregolarità del terreno e dalla sua diversa pendenza tra le due arterie del lotto.



Fig. 6. Fernando Silva, Cinema São Jorge. Facciata principale. (Arquitectura, n. 35, 1950, p. 13)

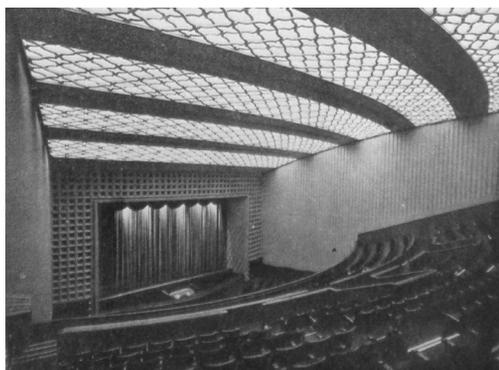


Fig. 7 : Fernando Silva, Cinema São Jorge. Sala principale. (Ibidem, p. 15)

Il cinema è costruito secondo una struttura in cemento armato, i cui calcoli statici furono realizzati dagli ingegneri Nuno Abrantes e Fernando Bonjardino. Esternamente la facciata principale presenta un rivestimento di “cavan e de pedra de lioz” (*Arquitectura*, n. 35, 1950: 15), con l’utilizzo del marmo nei due pilastri dell’entrata e di alcune parti interne del vestibolo; soluzione che conferisce all’edificio un indubbio valore architettonico, probabilmente imposto dall’importanza urbanistica dell’arteria sulla quale l’edificio affaccia. Di chiara espressione razionalista, il Cinema São Jorge si allontana con forza dai modelli del “figurino barrôco-pitoresco” (Pereira 1997) in parte ancora presenti nella realtà costruttiva portoghese, definendo la propria autonomia estetica. Come ribadito dalla rivista *Arquitectura*:

Numa terra onde a arquitectura é pedida, estimulada e feita segundo preceitos e moldes obsoletos, o aparecimento de um edifício, como este, atinge uma importância que noutro meio seria normal e certa, mas que no nosso temos de considerar elevada (*Arquitectura*, n. 35, 1950: 14).

Così come già era stato per il Cine-arte, anche il Cinema São Jorge presenta tutte le caratteristiche dei cinema moderni: dall’organizzazione della sala cinematografica, all’isolamento acustico, alla climatizzazione, all’illuminazione, etc. Dotata di 1.827 posti, dei quali 913 nella platea e 914 suddivisi nelle tre balconate, la sala presenta una forma trapezoidale che, tanto nella platea quanto nelle balconate, permette di sfruttare al massimo lo spazio a disposizione, realizzando più posti a sedere e consentendo di avere condizioni di visibilità e di audio molto buone (*Arquitectura*, n. 35, 1950: 14). La buona acustica della sala dipende tanto dall’impiego del sughero (*cortiça*), utilizzato come rivestimento del tetto della platea e delle pareti laterali della zona superiore delle balconate, quanto dall’impiego di pannelli di legno lucido adoperato nelle restanti parti delle pareti. La costruzione del Cinema São Jorge marcherà profondamente l’architettura dei successivi cinema del paese che vedranno nell’estetica semplice ma elegante del progetto e nella funzionalità della sua sala moderna, esempi ai quali ispirarsi.

Questa uguale propensione al moderno, la ritroviamo in un altro esempio particolarmente rilevante dell’architettura cinematografica portoghese della prima metà del secolo: quello riguardante il Cinema Batalha² di Porto. Situato nel cuore del centro storico della città, l’edificio si pone come un elemento di rottura con il contesto urbano adiacente, soprattutto per la scelta di

² In merito all’edificio, consultare l’ampia documentazione presente all’AHMP (Licença de Obras - LO 1945-0148).

una forma architettonica volutamente avveniristica e per la realizzazione, per l'epoca, di una delle facciate più futuristiche ed innovative dell'intera città.



Fig. 8. Artur Andrade, Cinema Batalha. Prospettiva sulla piazza principale.

Progettato dall'architetto Artur Andrade ed inaugurato nel 1947, l'edificio è un esempio paradigmatico d'architettura moderna nella città di Porto. È un'opera dotata di peculiarità progettuali innovative, tanto nell'articolazione dello spazio interno delle sale e nella composizione volumetrica dell'immobile quanto nel suo inserimento nel contesto urbano adiacente, dal quale si discosta nettamente. Nel suo essere opera di transizione, il Cinema Batalha gode ancora di alcuni elementi propri del gusto Art déco; come la presenza di elementi decorativi e di una volumetria geometrica che tuttavia non rinuncia ad una forma aerodinamica, nonostante l'assimilazione di alcune caratteristiche proprie dell'architettura razionalista dell'International Style, quali il funzionalismo degli spazi interni e la definizione delle grandi vetrate che caratterizzano le facciate prospicienti Praça da Batalha, risultato di un rigido scambio di opinioni con la Câmara Municipal della città.

La possanza architettonica dell'edificio e la sua modernità trovano il loro apice nella soluzione d'angolo che interessa i due prospetti affacciatesi su Praça Batalha e Rua de Santo Ildefonso, nonché nella presenza di un corpo asimmetrico sovrastante quello principale che nasconde un tetto a padiglione ricoperto a tegole. Le ampie aperture dei prospetti godono invece di un valore progettuale aggiunto: permettono di intravedere la struttura interna dell'edificio, divenendo parete trasparente che di notte rilascia la luce dei locali generando un insolito esempio d'illuminazione indiretta tanto cara agli architetti dei "cinema moderni".

Prima del progetto definitivo del 1945, conclusosi nel 1947, il Cinema

Batalha era passato attraverso un ante-progetto del 1942 ed una versione intermedia del 1944, subito abbandonata. I due progetti più importanti, quello del 1942 e del 1945, presentano una pianta simile caratterizzata da una sala orientata in profondità per ricavare maggiori posti a sedere (per l'esattezza 1.176 posti nella versione definitiva, dei quali 444 in platea, 252 in tribuna e 480 nella balconata³) ed in concreto differiscono l'uno dall'altro nella soluzione d'angolo che caratterizza il progetto definitivo e nella realizzazione della tribuna al posto di una delle balconate dell'ante-progetto, nata dalla presenza di una platea più corta rispetto a quella del progetto precedente. L'unica balconata rimasta si proietta a sbalzo all'interno della sala e, realizzata interamente in struttura di cemento armato con due travi trasversali (una *Vierendeel* e l'altra a T) e quattro *consoles* prefabbricate, si presenta come "a peça dominante do conjunto geral da sala" (AHMP, LO 1945-0148-003v). La sua costruzione implicò un rigoroso studio statico realizzato dall'ingegnere Bernardino de Barros Machado, reso ancora più difficile dalle scelte progettuali ipotizzate per la pianta della sala che imposero l'utilizzo del calcestruzzo armato proprio per la sua alta capacità portante. Come si evince dalla memoria descrittiva del progetto:

O balcão tem um balanço de 11,60 m. e, para que altura do edifício não excedesse a que o estudo das fachadas tinha fixado, só se podia dar às consolas da estrutura uma altura, na secção de encastramento de 3,40 m. Resultava dêste modo impossível segurar o balcão só com as consolas, já porque elas proprias não resistiriam, já e sobretudo, porque os porticos a que elas ligam eram solicitados por forças que excediam largamente as suas possibilidades [...]. Também não bastavam vigas transversais lançadas duma parede à outra da sala de espetáculos, para suportar o balcão, porque as bôcas de acesso vinham impedir colocá-las em número e com a altura suficientes. Encarou-se por isso uma solução mixta em que as vigas e as consolas, colaborando elasticamente se auxiliassem mutuamente (AHMP, LO 1945-0148-026 e LO 1945-0148-026v).

Tanto l'ante-progetto quanto il progetto definitivo subirono forti opposizioni dalle autorità competenti preposte alla loro valutazione architettonica. Opposizioni che portarono ad una drastica modifica dei prospetti dell'ante-progetto, considerati eccessivamente sproporzionati e grandiosi rispetto al contesto costruito, e alla nascita del progetto del '45. Anche la versione finale

³ Per maggiori informazioni a riguardo cfr.: AHMP, LO 1945-0148-003.

ipotizzata da Artur Andrade, tuttavia, non fu priva di critiche. Riguardo a ciò, nella memoria descrittiva del 26 di Gennaio 1945 si può leggere :

Não foi a mania de fazer obra original que nos levou a escolher esta solução, mas antes o sentimento da criação plástica, da composição harmonica dos volumes e das linhas, e por isso, com a consciência bem segura das responsabilidades insistimos nela novamente. A natureza do edificio que se projecta – um cinema - a situação do terreno - vizinho doutros cinemas – e a concordância de alinhamentos de altura diferente que houve que resolver, admitem perfeitamente, em nossa modesta opinião, a plástica e movimento da fachada anterior. De resto ela traduz de forma bem visível o partido e a resolução da planta, o que é uma das disciplinas mais severas da arquitectura. Não é irreverencia vir reafirmar a nossa simpatia – simpatia racionada – pela solução que apresentamos e contra a qual nenhuma razão concludentes ou regulamentares se podem opôr. De resto, aquilo que a Ex.^{ma} Comissão de Estética pretende, em qualquer tempo se pode vir a fazer, e nos estaremos sempre prontos a mudar de opinião quando verificarmos o nosso êrro (AHMP, LO 1945-0148-065v e LO 1945-0148-066).

Come i cinema precedentemente trattati, anche il Cinema Batalha godeva di tutte le qualità ed i *comforts* dei cinema moderni. Ciò che rende, tuttavia, unico questo edificio è una sua qualità aggiunta: un'estetica moderna non banale che, nella scelta di forme architettoniche sinuose e belle, si inserisce in un contesto urbano storico per trasformarlo con eleganza e originalità.

3. Conclusioni

Nella prima metà del Novecento, alcuni progetti architettonici più di altri marcano con forza lo scenario costruttivo del Portogallo. In breve tempo essi diventano un banco di prova importante per l'accettazione e la divulgazione nel paese dei canoni estetici del Movimento Moderno, sebbene talvolta accompagnati da accesi dibattiti e controversie di natura culturale e politica. L'avvento dell'architettura moderna, infatti, genera un momento di rottura netto con il passato, determinando grandi cambiamenti architettonici e tecnologici che trovano in alcune tipologie edilizie più che in altre una significativa predisposizione sperimentale. I cinema, il cui concetto di discontinuità

fisica e teorica introdotta nell'architettura dei teatri si pone sotto certi aspetti analogo all'impatto che l'architettura moderna ha avuto sul contesto costruttivo delle prime decadi del Novecento, appaiono come esempi appropriati del cambiamento dei tempi appena menzionato e della modernità ad esso relazionata. Già Mallet-Stevens, nel 1925, scriveva :

L'architettura moderna è essenzialmente fotogenica: grandi piani, linee rette, sobrietà d'ornamenti, superfici uniformi, netta opposizione tra ombra e luce; si può sperare in uno sfondo migliore per le immagini in movimento, una migliore opposizione per mettere in risalto la vita? [...] Le esigenze del cinema hanno creato un'architettura semplice, i nuovi materiali da costruzione, come il cemento armato, hanno lavorato nella stessa direzione, i risultati devono dunque convergere verso uno stesso fine e se a questo aggiungiamo l'odierna "economia" che non ammette il superfluo, nonché il gusto attuale per la "macchina" essenzialmente pura e geometrica, dovremo arrivare a una concezione unitaria tra architettura-cinema e l'architettura abitativa in senso proprio (*Cinema & Cinema*, n.47, 1986 : 28-29)

Da qui l'auspicio che il cinema faccia appello agli architetti moderni per la realizzazione della sua architettura e che questo avvenga nella maggior parte dei paesi, di modo che la magnifica propaganda di questi edifici diventi un importante mezzo educativo per la propensione al moderno ed al progresso sociale e tecnologico.

Alla luce di quanto detto, si può concludere che l'architettura moderna portoghese ha avuto un'evoluzione stilistica in parte simile a quella realizzata negli altri paesi europei, dall'abbandono dei canoni dell'ecllettismo storicistico sino alla maturazione di un'architettura Art déco per giungere infine al rifiuto della decorazione parietale priva di fondamento e all'adozione di volumi geometrici definiti da una plasticità formale quasi eccessiva. In questa metamorfosi formale, il cinema ricoprono senza dubbio un ruolo di primo piano, grazie al loro carattere utilitaristico e commerciale che molto agevolò nella diffusione delle nuove forme architettoniche⁴. Il Cinema Capitólio, il

⁴ Contrariamente a quanto avvenuto per la costruzione di altri edifici portoghesi, quali ad esempio gli istituti di cultura o di educazione, l'essere stati delle opere a carattere commerciale ha preservato gli autori dei progetti da critiche provenienti da un ambiente accademico ancora contrario all'accettazione incontestata dei principi dell'architettura moderna. Pensiamo al caso controverso del Liceo di Beja di Luis Cristino da Silva, il cui progetto marcatamente funzionalista e razionalista portò, in Portogallo, all'inizio della contestazione dei canoni estetici del Movimento Moderno; o ancora alla lunga progettazione dei prospetti della Casa da Moeda di Jorge Segurado, le cui varianti furono più volte riproposte alle autorità competenti per il semplice fatto di godere di un'estetica eccessivamente internazionale.

Cinema São Jorge, il Cine-arte e il Cinema Batalha sono solo alcuni dei riferimenti importanti dell'evoluzione in chiave moderna dell'architettura portoghese nella prima metà del XX secolo. Nella loro modernità e audacia architettonica, visibile nella scelta di un'estetica anticonformista ed avanguardistica, questi edifici hanno fortemente condizionato la progettualità della successiva generazione di architetti portoghesi, creando un "solco" netto tra il prima ed il dopo e permettendo di diffondere, anche in Portogallo, l'onda dirompente della moderna architettura.

Fonti Archivistiche

AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto:

- LO (Licença de Obras) 1945-0148
- LO 1945-0148-003
- LO 1945-0148-003v
- LO 1945-0148-026 e LO 1945-0148-026v
- LO 1945-0148-065v e LO 1945-0148-066

Riviste

Arquitectura (1927). Lisboa: Imp. Libânio da Silva.

Atrium: Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas (1959). Lisboa: Oficinas Gráficas de Bertrand.

RSNA - Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos (1938). Lisboa: Adelino dos Santos.

Les Cahiers du Mois-Cinéma (1924). Paris : Éditions Émile-Paul Frères.

Cinema & Cinema (1974). Bologna: Marsilio.

Bibliografia

ALMEIDA, Pedro Vieira de, FERNANDES, José Manuel (1986). *História da Arte em Portugal: A arquitectura moderna*. Lisboa: Publicações Alfa.

ACCIAIUOLI, Margarida (2012). *Os Cinema de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bisanzio.

ACCIAIUOLI, Margarida (1991). *Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes. Restauração e celebração*. Texto policopiado, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

Arquitectura do século XX: Portugal (1997). Lisboa/Frankfurt: Deutsches Architektur – Museum.

BANDEIRINHA, José António Oliveira (1996). *Quinas Vivas: memoria descritiva de alguns episodios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na*

- arquitectura portuguesa dos anos 40*. Porto: FAUP.
- CALDAS, João Vieira (1997). “Cinco entremeios sobre o ambiguo modernismo”, in *Arquitectura do século XX: Portugal*. Lisboa/Frankfurt: Deustches Architektur – Museum.
- “Cinemas franceses de actualidades”, in *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, n. 1, Fevereiro de 1938.
- “Cinearte”, in *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Lisboa, n. 12, Janeiro/Abril 1940.
- “Cinema S. Jorge”, in *Arquitectura*, Lisboa, n. 35, Agosto 1950.
- Cinema & Cinema*, Bologna, n.47, Dicembre 1986.
- FRANCA, José Augusto (1974, 1ª ed.). *A Arte em Portugal no século XX*. Lisboa: Bertrand Editora.
- FERNANDES, José Manuel (1993). *Arquitectura modernista em Portugal, 1890-1940*. Lisboa: Gradiva.
- MALLET-STEVENS, Robert (1925). “Le cinéma et les arts: l’architecture”, in *Les Cahiers du Mois-Cinéma*, n.16-17, Paris, septembre-octobre 1925 ; et in Marcel L’HERBIER (1946), *Intelligence du Cinématographe*. Paris: Editions Correa.
- PORTAS, Nuno (1980). “O ciclo do betão em Portugal”, *Arquitectura de Engenheiros séculos XIX e XX, Participação Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Maio/Junho.
- PEREIRA, Nuno Teotónio. “A Arquitectura de Regime 1938-1948”, in *Arquitectura do século XX: Portugal*. Lisbonne/Frankfurt: Deustches Architektur – Museum, 1997.
- RODOLFO, João de Sousa (2002). *Luís Cristino da Silva e a arquitectura moderna em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.
- SILVA, Fernando (1959). “Cinema em Lisboa”, *Atrium: Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*, n. 2, Novembro/Dezembro.
- TOSTOES, Ana (1997). *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto: FAUP.

Tutankhamon em Portugal: relatos na imprensa portuguesa (1922-1939). A revista *Diónysos*, Humberto Pinto de Lima e Tutankhamon

Tutankhamun in Portugal: reports in the Portuguese press (1922-1939). The journal Diónysos, Humberto Pinto de Lima and Tutankhamun

JOSÉ DAS CANDEIAS SALES

(Universidade Aberta; CHUL)

Jose.Sales@uab.pt

SUSANA MOTA

(CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)

susana-mota@hotmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 22/09/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 27/11/2017

Resumo: A descoberta do túmulo de Tutankhamon, em 1922, foi noticiada pela imprensa internacional, de forma inusitada, tornando este faraó e o arqueólogo responsável pelo achado sobejamente conhecidos de milhões de leitores. Ironicamente, Tutankhamon era um dos faraós menos conhecidos da história egípcia e Howard Carter um arqueólogo sem créditos firmados que, assim, literalmente de um dia para o outro, passaram da obscuridade para as páginas dos periódicos. Na imprensa portuguesa, a partir de 1925, a revista *Diónysos* reservou espaço em três números para pequenos ensaios, genericamente intitulados “Quem era Tutankhamen”, da autoria de Humberto Pinto de Lima, então assistente de Ciências Históricas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Neste artigo apresenta-se uma análise detalhada desses textos, relevando o domínio científico das problemáticas pelo Autor e o seu contributo para a discussão dos temas de história egípcia entre nós.

Palavras-chave: Recepção, Tutankhamon, revista *Diónysos*, Humberto Pinto de Lima.

Abstract: The discovery of Tutankhamun's tomb, in 1922, was reported, in an unusual way, by the international press, making this pharaoh and the archaeologist responsible for the finding very well known to millions of readers. Ironically, Tutankhamun was one of the less known pharaohs of ancient Egypt's history and Howard Carter an archaeologist without consolidated credits that suddenly went from obscurity to the pages of the periodicals. In the Portuguese press, from 1925, the journal *Diónysos* reserved a space, in three numbers, to small essays generically entitled “Quem era Tutankhamen”, by Humberto Pinto de Lima, at the time an Assistant in Historical Sciences of the Faculty of Letters of the University of Porto. In this article a detailed analysis of those texts is presented, revealing the scientifically domain of the author of the problematics and his contribution to the discussion of the themes of Egyptian history among us.

Keywords: Reception, Tutankhamun, journal *Diónysos*, Humberto Pinto de Lima.

Entre março de 1912 e abril de 1928 publicou-se, em Portugal, a revista *Dionysos. Revista Mensal de Philosophia, Scienza e Arte*. A publicação conheceu quatro séries (as duas primeiras editadas em Coimbra, pela Casa Minerva, e as restantes no Porto, pela Companhia Portuguesa Editora, Lda), sob a direção de Aarão de Lacerda e João de Lebre e Lima (série 1), Aarão de Lacerda e Raul Martins (série 2) e Aarão de Lacerda (3.ª e 4.ª séries), tendo, em 1913 (série 2), atualizado a grafia do título (*Diónyssos*) e, a partir de 1925 (3.ª série), mudado a periodicidade indicada no subtítulo e modernizado a palavra «Philosophia», passando a ser *Diónyssos. Revista Bimestral de Filosofia, Scienza e Arte*¹.

Como explicitamente se indicava no topo da página de informação técnica de cada número, a revista pretendia apresentar-se como um contributo inovador no panorama académico-científico português, declarando como manifesto de ação:

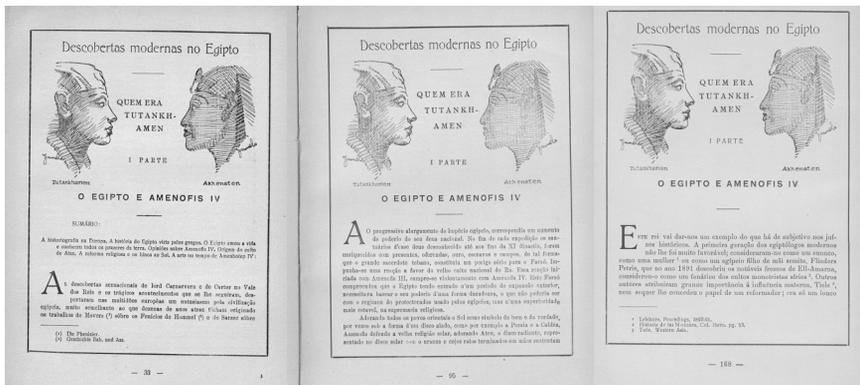
Synthese do movimento intelectual contemporâneo: o pragmatismo e as novas correntes philosophicas. Chronicas de sociologia, historia e arte. Artigos de esthetica musical e artes plásticas (esthetica regionalista). As Ideias e os Factos. Estudos de índole especulativa. Literatura e Poesia.

É nesta revista que são publicados três ensaios assinados por Pinto de Lima, genericamente intitulados *Descobertas modernas no Egipto. Quem era Tutankhamen – I Parte. O Egipto e Amenofis IV*², suscitados pela então recente descoberta do túmulo de Tutankhamon, no Vale dos Reis, por Howard Carter e Lord Carnarvon. O primeiro texto, com 5 páginas (33-37), foi publicado em 1925 (3.ª série, n.º 1, julho), o segundo, com 6 páginas (95-100), no mesmo ano (3.ª série, n.º 2, outubro), e o terceiro já em 1926 (3.ª série, n.º 3, maio), com 5 páginas (168-172).

Todos os ensaios abrem com dois esboços dos perfis dos rostos de Tutankhamon, à esquerda, e Akhenaton, à direita, sempre designados pelo Autor como «Tutankhamen» e «Akhenaten», sobre os quais aparece a assinatura manuscrita «Jarmelo» (Lima 1925a: 33; 1925b: 85 e 1926: 168).

¹ A revista encontra-se disponível na Biblioteca da Universidade de Coimbra (UCBGRP-8-18).

² É preciso mencionar que há um quarto trabalho publicado na *Diónyssos* relativo ao antigo Egipto: trata-se do texto de Aarão Lacerda, historiador de arte e diretor da revista, publicado na 4.ª Série, n.ºs 1-2, em abril de 1928, 42-48. Embora sob o signo da Egiptologia, este artigo não é da autoria de Pinto de Lima nem deriva diretamente da descoberta do túmulo de Tutankhamon, não sendo, por isso, tratado nesta nossa abordagem.



Figs. 1-3. Esboços desenhados dos perfis dos rostos de Tutankhamon, à esquerda, e Akhenaton, à direita. Página inicial de cada um dos três números da *Diônyssos* (série 3, n.º 1, julho 1925, p. 33; n.º 2, outubro 1925, p. 95; n.º 3, maio 1926, p. 168).

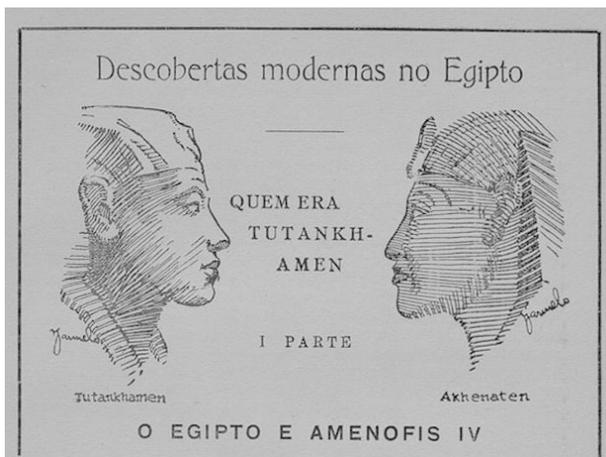
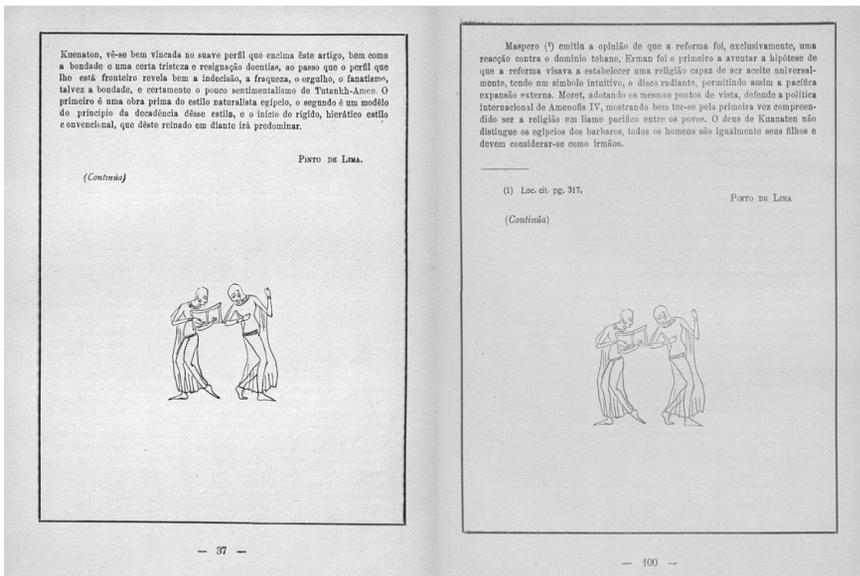


Fig. 4. Ampliação dos esboços.

Na página final dos dois textos de 1925, o espaço em branco é preenchido com uma ilustração, sem qualquer legenda, de duas bailarinas, de cabeças rapadas, tocando uma delas um tamborim rectangular (Lima 1925a: 37 e 1925b: 100).



Figs. 5-6. Ilustração na página final dos textos de 1925 (série 3, n.º 1, julho 1925, p. 37; n.º 2, outubro 1925, p. 100).



Fig. 7. Ilustração ampliada.

Em nenhum dos números em causa da *Diónyssos* se fornecem quaisquer informações sobre esta figura. No entanto, estamos seguramente perante a imagem observada e retirada da obra de Gustave Le Bon, *Les Premières Civilisations*, de 1889, editada em Paris pela Ernest Flammarion, que Pinto de Lima menciona no seu primeiro texto. Trata-se do aproveitamento da parte central da fig. 73, p. 155, daquela obra, legendada como *Danseurs égyptiens, joueurs et joueuses d'instruments. D'après Champollion et Wilkinson (Peintures de Thèbes du quinzième siècle avant notre ère)*³.

³ Gustave Le Bon (1841-1931) dedicou um livro inteiramente à civilização egípcia (livro III, 10 capítulos, pp. 191-458). A obra, com 820 pp., era ilustrada com 443 figuras: 333 reproduções, 41 restituições, 60

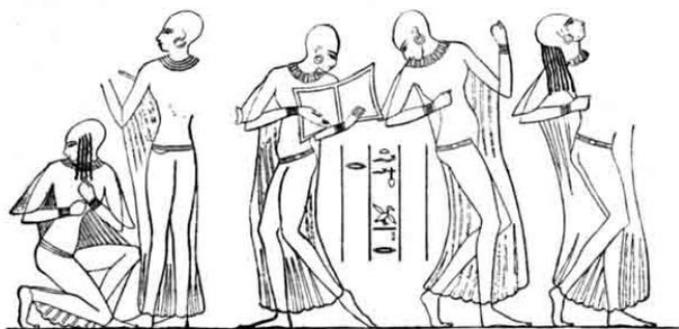


Fig. 8. Figura 73 da obra de Gustave Le Bon, *Les Premières Civilisations*, de 1889, p. 155.

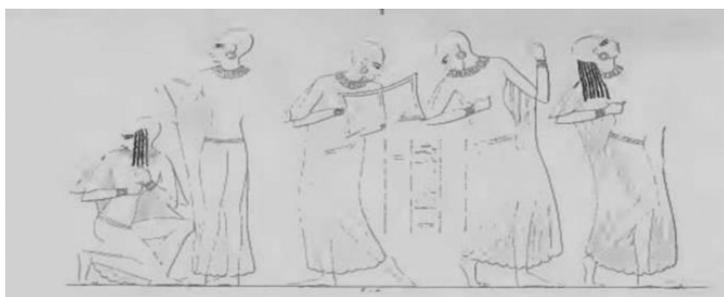


Fig. 9. Pl. CLXXV da obra de Jean-François Champollion, *Monuments de l'Égypte et de la Nubie d'après de dessins exécutés sur les lieux sous la direction de Champollion le jeune et des descriptions autographes qu'il a laissées*, vol. II, Paris: Firmin-Didot, 1835.



Fig. 10. Ilustração da obra de Sir John Gardner Wilkinson, *The manners and customs of the Ancient Egyptians*, vol. I, New York: Dodd, Mead and Company Publishers, de 1878, p. 501.

fotografuras, 9 fotografias tiradas nos locais ou a partir de documentos autênticos. Em relação à menção da legenda «D'après Champollion et Wilkinson», a obra de Jean-François Champollion subjacente a esta referência é *Monuments de l'Égypte et de la Nubie...*, de 1835 (pl. CLXXV). A obra de Sir John Gardner Wilkinson em causa, mais recente, de 1878, era *The manners and customs of the Ancient Egyptians*, vol. I, 501.

Pinto de Lima (1902 – 1984), o Autor dos textos de seu nome completo Humberto Pinto de Lima, acabara de se licenciar (1 de novembro de 1924) em Ciências Histórico-Geográficas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com 19 valores (Pina 1966: 151)⁴. Pelas Atas do Conselho Escolar dessa Faculdade (sessão n.º 72, de 17 de fevereiro de 1925), sabemos que, sob proposta do Prof. Damião Peres, fora proposto para assistente do 4.º grupo (Ciências Históricas), o que o Conselho deferiria na sessão n.º 76, de 31 de julho de 1925, o mês em que foi justamente publicado na *Diónyssos* o primeiro dos três textos (Pina 1966: 106, 107).

Nas mesmas atas apuramos que lhe foi entregue a regência da cadeira de Geografia Política e Económica (sessão n.º 81, de 16 de novembro de 1925), tinha já ele publicado no mês anterior, em outubro, o texto do n.º 2 da 3.ª série da *Diónyssos* (Pina 1966: 108). Quatro meses depois de publicar o seu terceiro ensaio na revista dirigida por Aarão Lacerda, seu colega na Faculdade de Letras do Porto, ocorre a sua recondução na cadeira (sessão n.º 92, de 4 de setembro de 1926). Há registos da sua vida académica pelo menos até 1929, lecionando Antropologia Geral (1927), Geografia Política Económica (1928) e Arqueologia (1929) – (Pina 1966: 110, 123, 127, 128 e 13).



Fig. 11. Ano letivo 1927-1928, Faculdade de Letras do Porto. 1.ª fila, sentado à esquerda, Humberto Pinto de Lima, professor de História Antiga.

⁴ Vide https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=18282 consultado em 28/08/2017.



Fig. 12. Ampliação da foto de Humberto Pinto de Lima.

A partir de 1932 vamos encontrar Humberto Pinto de Lima dedicado a funções diplomático-consulares, como cônsul de Portugal em Nairóbi (1932), como gerente do consulado no mesmo local (1937-1938) e como cônsul em São Francisco (1944). Em 1959 é cônsul-geral de Portugal em Salisbury (Zimbabuê), para, no ano seguinte, ser cônsul-geral em Tãnger, e em 1962-1964 ocupar o lugar de embaixador português em Brazzaville (Congo) – (Souto 2013: 146)⁵.

Os Egípcios, Tutankhamon, Amenhotep IV e a tradução do *Hino a Aton*

No «Sumário», que publica a abrir o texto de julho de 1925, Pinto de Lima explicita os pontos elegidos para a sua tripla explanação:

A historiografia na Europa. A história do Egipto vista pelos gregos. O Egipto amou a vida e conheceu os prazeres na terra. Opiniões sobre Amenofis IV. Origem do culto de Aton. A reforma religiosa e os hinos ao Sol. A arte no tempo de Amenhotep IV⁶ (Lima 1925a: 33).

Inicia o primeiro artigo com a menção daquilo que esteve na base do seu trabalho e da sua reflexão: a descoberta do túmulo de Tutankhamon (1922) e a morte de Lord Carnarvon ocorrida dois anos antes da publicação dos seus textos (5 de abril de 1923), ambas profundamente noticiadas pela imprensa na Europa e em Portugal:

As descobertas sensacionais de lord Carnarvon e de Carter no Vale dos Reis e os trágicos acontecimentos que se lhe seguiram, despertaram nas multidões européas um entusiasmo pela civilização

⁵ Vide https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=18282 consultado em 28/08/2017.

⁶ Trata-se da única vez em que Pinto de Lima grafa “Amenhotep IV”, preferindo sempre ao longo dos seus três artigos a forma “Amenofis IV”.

egípcia, muito semelhante ao que dezenas de anos atrás tinham originado os trabalhos [...] de Champollion e de Mariette. (Lima 1925a: 33)

Esta afirmação de abertura é acompanhada de indicações bibliográficas em notas de rodapé: de Jean-François Champollion referem-se *L’Égypte sous les Pharaons*⁷ e *Lettre a M. Dacier*⁸, obras de 1814 e 1822, respetivamente, mas cujos anos ou local de edição não são mencionados; de Auguste Mariette são listadas três obras (*Notice des Principaux Monuments*⁹, *Les Listes Géographiques des Pylones de Karnak*¹⁰ e *Lettres et Souvenirs*)¹¹, sem, porém, igualmente, indicar as respetivas datas ou locais de publicação.

Pode dizer-se que o “entusiasmo pela civilização egípcia” atingiu também Pinto de Lima e que o compeliu à reflexão sobre o Egito do Império Novo (*O Egito e Amenofis IV*), quando existiram os faraós “Akhenaten” e “Tutankhamen”, fazendo-o com a sustentação e erudição académica própria do seu tempo.

O seu discorrer sobre o Egito e as figuras de “Amenofis IV” e “Tutankhamen” é enquadrado por uma série de pressupostos em que destaca algumas das ideias fortes de *A historiografia europeia*, como indica no sumário. Na senda da obra *Decadência do Ocidente* do historiador alemão Oswald Spengler (1880-1936)¹², vê o entusiasmo então existente pela história como uma das principais características da civilização ocidental (Lima 1925a: 34)¹³.

Na visão de Pinto de Lima, a antiga cultura egípcia encontrava-se entre as que se desenvolveram como núcleos de assinalável civilização, perdurando ao longo de vários séculos, acabando por conhecer, por motivos vários, segundo o modelo interpretativo de O. Spengler, o inevitável esfacelamento e desaparecimento:

⁷ O título completo desta obra de Champollion, publicada em Paris, em 1814, é *L’Égypte sous les Pharaons, ou recherches sur la géographie, la religion, la langue, les écritures et l’histoire de l’Égypte avant l’invasion de Cambyse*.

⁸ O título completo desta obra, também publicada em Paris, considerada o texto fundador da decifração dos hieróglifos egípcios e das suas significações lineares, é *Lettre à M. Dacier relative à l’alphabet des hiéroglyphes phonétiques employés par les Égyptiens pour inscrire sur leurs monuments les titres, les noms et les surnoms de souverains grecs et romains* (Sales 2001: 198, 199; Goyon 1989).

⁹ O título completo desta obra, editada em Paris, em 1869, é *Notice des principaux monuments exposés dans les galeries provisoires du Musée d’Antiquités Égyptiennes de S.A. le vice-roi A. Boulaq*.

¹⁰ Também com um extenso título (*Les Listes Géographiques des Pylones de Karnak Comprenant La Palestine, L’Ethiopie, Le Pays des Somâl*), esta obra foi publicada em 1875, em Leipzig.

¹¹ Já do século XX (1904), o título completo desta obra publicada em Paris era *Lettres et Souvenirs personnels (avec un portrait de Mariette Pacha)*.

¹² Do original *Der Untergang des Abendlandes*, de 1918-1922. A obra é também designada em português pelo título *O Declínio do Ocidente* (Gomes 2011: 1, 2).

¹³ Sobre a obra de Spengler, a própria *Diónyssos* publicaria um texto de Agostinho da Silva, em 1928 (4ª série, n.º 1/2, 1-15).

As culturas ou originam áreas de civilização ou nascem nos limites de outras culturas. As primeiras, realizado o anelo cósmico, marcado pelo seu horizonte histórico-geográfico, enquistam-se, o seu desenvolvimento estaciona, e esperam pelo alongar dos séculos ou a sua desapareição ou o despedaçamento do seu horizonte devido a energias externas. Eis como devemos compreender a história da China, do Egito, da Caldéia e da Índia. (Lima 1925a: 34)

Quando aborda o tópico seguinte do seu sumário (*A história do Egito vista pelos gregos*), Pinto de Lima critica os europeus por encetarem o estudo do antigo Egito imbuídos do espírito helénico, nomeadamente através dos relatos de Heródoto, o que, na sua opinião, dificulta a compreensão histórica e explica o relativo desconhecimento existente sobre o “povo construtor das pirâmides”:

Os europeus, ao encetarem o estudo das maravilhosas ruínas do vale do Nilo, fizeram-no imbuídos do espírito helénico, o povo mais a-histórico, na opinião de Spengler, e isso explica o desconhecimento em que até há pouco era tido o carácter do povo construtor das pirâmides. Habitados a estudá-lo sôb o aspecto que Heródoto o mostrou, o Egito era considerado como um povo tendo sempre a imagem da morte sôb os olhos, perseguido pela idêa do Além, dominado por um politeísmo estranho, desprezando a vida e a natureza, criando por isso uma arte sóbria, austera, de linhas pesadas, contornos maciços, figuras hieráticas, sempre absorvidos pelo mistério esfingico do mais além da vida. (Lima 1925a: 35)

Como menciona de seguida, este panorama traçado pela historiografia não resistia ao confronto com os documentos egípcios (“as inscrições de Unas”, “os frescos d’Ell-Amarna” e “os textos de Ptah-hotep” que ele aponta — Lima 1925a: 35):

É certo que tinham sempre a imagem da morte sob os olhos; mas souberam tirar-lhe o que ela tem de horrível, embelezando-a, porque o egípcio amava com transporte o prazer. As assembleias, os festins, as alegres reuniões, a dança, a música, a conversação, os jogos, a pompa das cerimónias religiosas, toda a espécie de espectáculo ou de diversão em comum divertia-o. (Lima 1925a: 34, 35)

Pinto de Lima não baseia estas afirmações na sua «intuição», mas anota em rodapé a obra de G. le Bon, *Les Premières Civilisations*, uma vez mais sem indicação de data, local e páginas¹⁴. É, pois, através deste autor francês que, citando Ptah-hotep, alista no sumário o item *O Egito amou a vida e conheceu todos os prazeres da terra*.

A partir daqui o texto de Pinto de Lima desenvolve-se através de «oposições argumentativas»: ao Egito abstrato descrito pelos Gregos, “de dogmas rígidos, cultos formidáveis e dos cerimoniais complicados (...) sempre confinado a uma determinada sociedade, aos colégios sacerdotais, ao Faraó e aos grandes dignatários”, opõe o Egito “amante da vida jovial e amável”, “livre, social, alegre” (Lima 1925a: 36). Exemplifica este Egito prazenteiro e requintado com “o Scheik-al-Beled e as colheres de perfumes”¹⁵, e data-o do período que vai dos “Shenshu-Hor”¹⁶, ou seja, desde as míticas épocas da história do Egito, até Amenófis IV, no Império Novo.

No mesmo registo antitético, opõe “Amenofis IV” e “Tutankh-Amen”¹⁷, que classifica de “sôgro e genro” e personificações dos “dois polos opostos da vida egípcia”. Para ele, Amenófis IV é alguém que “sonha com um Egito maior, tendo um domínio externo mais estável, procurando para isso tornar-se o chefe religioso de toda a Ásia Ocidental”, baseando toda a sua política internacional num “culto abstracto, comum a todo o Oriente desde a Índia até aos povos asiáticos: o culto do disco solar, Aten” (Lima 1925a: 36). Desta vez, serve-lhe de referência bibliográfica “Moret, *Des Clans aux Empires*, pag. 341”¹⁸. Segundo ele, o reinado de Amenófis IV foi “artística e literariamente o mais brilhante da longa série de dinastias egípcias, explicando-se esse grande desenvolvimento do espírito de então pela liberdade e vida que revela o culto por ele introduzido” (Lima 1925a: 36).

¹⁴ Vide nota 3.

¹⁵ Refere-se à estátua do «sacerdote-leitor chefe» Kaaper, que viveu em Mênfis, c. de 2500 a.C., vulgarmente conhecido como Cheikh el-Beled, descoberta por A. Mariette, em Sakara, em 1860. Hoje encontra-se no Museu Egípcio do Cairo (CG 34). As «colheres de perfumes» eram usadas para cosméticos (unguentos, óleos e perfumes). As formas destes pequenos objectos (de 15 a 30 cm) variam de acordo com a imaginação e a sensibilidade do escultor. A expressão serena e durável que as figuras femininas apresentam, a delicadeza dos seus contornos, a perfeição anatómica dos animais representados, os temas tratados (a apanha de nenúfares, a natação, a música, etc.) fazem destas produções requintados objectos artísticos em madeira.

¹⁶ Designação que no domínio da Egiptologia classifica os chamados «Seguidores de Hórus», concetualmente uma série de reis míticos que governaram o Egito depois dos deuses e antes dos faraós, ajudando Hórus nas suas lutas com Set, mencionados, por exemplo, no *Cânone Real de Turim*.

¹⁷ Ao contrário do que acontece na folha de rosto deste texto, junto ao desenho do perfil do rosto do faraó (e depois nos dois seguintes), em que prefere a forma “Tutankhamen”, no corpo do texto usa sempre a forma “Tutankh-Amen” (3 vezes) — Lima, 1925a: 36 e 37.

¹⁸ A referência correta e completa é Alexandre Moret e Georges Davy, *Des Clans aux Empires: l'organisation sociale chez les primitifs et dans l'Orient ancien*, 1923 (Moret e Davy 1923).

Por sua vez, Tutankhamon é “que destruirá o culto de Aten (derivado do velho culto nacional de Ra) e que facilita o advento de uma família querida do sacerdócio tebano” (Lima 1925a: 36). Para o nosso Autor, Tutankhamon, que, erradamente, coloca na XIX dinastia, é um “exclusivista, preso ao culto restrito tebano”, que protegeu os artistas “que souberam criar as maravilhas que surpreenderam os felizes descobridores do seu túmulo em Biban-el-Muluk”¹⁹ (Lima 1925a: 36).

Justificando os perfis dos dois faraós desenhados no início do artigo e sem disfarçar a clara preferência por Amenófis IV/Akhenaton, Pinto de Lima escreve a terminar o seu primeiro trabalho:

A forte vida interior, a independência de intelecto e a coragem moral, capaz de arrostar com o poderio dos sacerdotes de Tebas, e que tanto distingue Kuenaton²⁰, vê-se bem vincada no suave perfil que encima êste artigo, bem como a bondade e uma certa frieza e resignação doentias, ao passo que o perfil que lhe está fronteiro revela bem a indecisão, a fraqueza, o orgulho, o fanatismo, talvez a bondade, e certamente o pouco sentimentalismo de Tutankh-Amen. O primeiro é uma obra prima do estilo naturalista egípcio, o segundo é um modelo do princípio da decadência desse estilo, e o início do rígido, hierático estilo e convencional, que deste reinado em diante irá predominar. (Lima 1925a: 36, 37)

No segundo ensaio, Pinto de Lima centra-se no faraó Amenófis IV e no Egito do seu tempo, cumprindo assim outro tópico do seu sumário (*Opiniões sobre Amenofis IV*). Destaca, primeiramente, a sua violenta ação contra o sacerdócio egípcio, que na sua opinião terá sido iniciada por Amenófis III. Explica essa ação contra o velho culto nacional de “Ra” como resultado do sério perigo que este constituía para o faraonato (pelo aumento de poderio e enriquecimento material resultante do alargamento do Império egípcio) e pela intenção de alcançar o domínio sobre os territórios exteriores não através do existente regime de protetorados, mas de uma superioridade baseada na supremacia religiosa (Lima 1925b: 95). Daí o estabelecimento de um novo culto de carácter solar:

Adorando todos os povos orientais o Sol como símbolo do bem e da verdade, por vezes sob a forma d’um disco alado, como por

¹⁹ «Biban el-Muluk», «Portas dos Reis», é a designação em árabe para o Vale dos Reis, em Tebas Ocidental.

²⁰ Designação usada para Akhenaton.

exemplo a Persia e a Caldéa, Amenofis defende a velha religião solar, adorando Aten, o disco radiante, representado no disco solar com o uraeus e cujos raios terminados em mãos sustentam cruzes ansadas símbolo da vida, e levam oferendas que lhe são dedicadas. Esta imagem não foi introduzida com Amenofis IV; já aparecera no reinado anterior, desaparecendo completamente depois dos reis heréticos. (Lima 1925b: 95, 96)

O novo deus “Aten” destitui o “poderoso deus tebano” e, naturalmente, “o ouro da Síria deixa de afluir ao templo de Amen, e o seu grande sacerdote já não é o conselheiro rial” (Lima 1925b: 96). Destas considerações iniciais de Pinto de Lima destacam-se a afirmação de que o deus nacional tebano era um “deus desconhecido até aos fins da XI dinastia” (Lima 1925b: 95) e de que as riquezas provenientes da expansão territorial egípcia da época de Amenófis IV (“presentes, oferendas, ouro, escravos e campos” — Lima 1925b: 95) eram canalizadas para o grande deus de Tebas. São informações historicamente corretas, certamente recolhidas na bibliografia consultada.

O mais substantivo deste segundo trabalho de Pinto de Lima, sob a alínea *A reforma religiosa e os hinos ao Sol* que enumerou no sumário, é o que vem a seguir e que nós hoje, situados noutra momento do tempo, podemos reconhecer e avaliar: a primeira tradução para português do *Hino a Aton*²¹. Não o faz a partir de originais egípcios, mas sim de abalizadas obras da sua época, de que dá conta em nota de rodapé, informando os leitores do processo metodológico usado:

Esta tradução foi elaborada, segundo trechos reproduzidos por Moret, *Rois et Dieux de l'Égypte*, pp. 62; Id. *Des Clans aux Empires*, pg. 345, Maspero, *Hist. des Peuples de l'O.* Vol. II, pg 320, Lagier, *L'Égypte Mon. et Pit.* pg. 102, Naville, *La Religion Egyptienne* pg. 131, e Petrie, *Hist. de las Naciones*, trad. Ibern. pg. 32. (Lima 1925 b: 96, nota 1)

Registe-se, neste caso, a preocupação de rigorosamente indicar as páginas onde constam os trechos-base consultados para a tradução realizada. O Autor é claramente devedor da Egíptologia francesa de finais do século XIX/início do século XX e das suas produções. A obra de Alexandre Moret a que alude (*Rois et Dieux d'Égypte*), é de 1911, editada, em Paris, por A. Colin; *Des Clans aux Empires*, do mesmo autor, como vimos, também foi publicada em Paris

²¹ Vide a tradução integral em causa em anexo a este texto.

(editora la Renaissance du Livre, 1923). No caso de Gaston Maspero, o volume citado da *Histoire ancienne des Peuples de l'Orient classique*, publicado em Paris pela Librairie Hachette, é um pouco anterior, de 1897; A publicação de *L'Egypte monumentale et pittoresque. Notes de voyage*, de Camille Lagier, é, por sua vez, de 1914 (1.^a ed.) e de 1922 (2.^a ed.), editadas em simultâneo em Bruxelas e em Paris, pelas Vromant C^o e Imprimeurs-Éditeurs, respetivamente. No caso da obra de Édouard Naville, o título correto é *La religion des anciens Égyptiens*; obra publicada em Paris, por Ernst Leroux Editeurs, em 1906²². No caso da obra de Flinders Petrie citada, trata-se, como é indicado, de uma tradução, neste caso em espanhol²³.

Sobre o hino solar em causa, o nosso Autor reconhece a sua “expressão grandiosa, e delicada inspiração” (Lima 1925b: 98) e destaca os três aspetos mais relevantes que, na sua opinião, ele contempla: o faraó considerar-se igual à sua esposa; a menção aos países estrangeiros anteceder a que é feita ao Egito e a identificação de «Aten» como “deus todo poderoso” do Egito (Lima 1925b: 98). O aspecto mais significativo que retira do hino é, porém, a política internacional que Amenófis IV procurava ao “adorar um deus comum á Nubia, á Síria e ao Egito, do qual ele era o único intérprete consciente, senhor de toda a verdade” (Lima 1925b: 99).

Pinto de Lima alude ainda à *damnatio memoriae* a que o deus tebano Amon foi votado (“O deus tebano foi perseguido, o seu nome foi picado em todos os monumentos, o que equivalia a uma verdadeira morte” — Lima 1925b: 99) e sublinha a excecionalidade de tal ato (“A perseguição só recaiu sobre Amon” — Lima 1925b: 99).

Embora usando uma citação onomástica quase incompreensível, sobretudo para os menos familiarizados com a terminologia hieroglífica transcrita, o docente de História menciona igualmente um dos traços mais marcantes associados ao faraó Amenófis IV, isto é, a conhecida alteração do seu nome: “(...) e o rei cujo nome d’Horus era Amenotpu Nofirkhopirati Uânri, transforma o seu nome em Knenaten Neb-hopr Ra” (Lima 1925b: 99; Beckerath 1999: 142).

Em boa transcrição, temos a transformação de *Amenhotep Neferkheperuré-uaenré*

²² Sobre estes autores Vide Bierbrier (1995).

²³ O original inglês de Flinders Petrie, cap. I (*The Egyptians*, 1-68) da *Hutchinson's story of the nations*, de c. de 1920, publicada em Londres pela Hutchinson & Co. (Publishers) Ltd), nomeadamente a p. 34, onde aparece traduzido para inglês uma passagem do *Hino a Aton*, não parece ter sido consultado por Pinto de Lima, mas sim, de facto, a tradução para espanhol de Guillermo de Boladeres Ibern, como ele indica, editada em Barcelona, na Casa Editorial Seguí (1920), sob a designação completa de *Historia de las Naciones: popular, concisa, pintoresca y autorizada relación de cada una de las naciones desde los tiempos más remotos hasta nuestros días*. O contributo de Petrie constava no tomo I.

em *Akhenaton Nebkheperre*, historicamente ocorrida no ano 5 do seu reinado. Não estamos, todavia, perante o nome de Hórus do faraó, como Pinto de Lima menciona, mas dos *Nomen* e *Prenomen* por ele usados nos dois momentos da sua história pessoal e política²⁴. Se bem que os nomes atribuídos a Amenhotep IV estejam corretos, traduzíveis como “Amon está satisfeito, belas são as transformações de Ré, o único de Ré”, o *prenomen* de Akhenaton “Eficaz para Aton” não era “Nebkheperre”, mas sim, também, Neferkheperuré-uaenré, ou seja, não conheceu qualquer modificação. Não se pode responsabilizar o Autor por esta incorreção, mas provavelmente as suas fontes, embora, como não as refere, não saibamos quais eram.

O resto do segundo ensaio é consagrado a referências às manifestações artísticas (alínea *A arte no tempo de Amenhotep IV* do sumário), denotando claramente que o Autor observara em obras especializadas alguns artefactos ou que consultara descrições/ opiniões escritas sobre as mesmas ou as duas coisas:

Encanta-nos a intimidade da família real revelada pelas representações de Ikutaten²⁵ contrastando fortemente com o nulo ambiente familiar que as representações das outras épocas nos revelam. Há mesmo uma representação da rainha sentada, n’uma atitude de gracioso abandono, nos joelhos do rei. (Lima 1925b: 98)

Reafirmando a ideia que já apontara para o hino, Pinto de Lima volta a destacar a noção da «igualdade» do rei e da rainha também observada na arte (“Os retratos do Faraó e da esposa estão feitos segundo as mesmas proporções” — Lima 1925b: 99) e não deixa de comentar as «distorções» das representações humanas amarnianas:

Certamente que as figuras grotescas d’esta época, cabeças estiradas, ventres flácidos, coxas pendentes, pescoços ridículos, são devidos a uma caricatura inconsciente, originada por um excesso de observação. (Lima 1925b: 99)

Nestas referências, o Autor não nos dá, todavia, nenhuma referência bibliográfica que nos ajude a entender em que autor/autores se baseou para as suas observações. Em contraste, o último parágrafo do ensaio é uma tentati-

²⁴ O nome de Hórus de Amenófis IV era *Ka nakht kai-chuti*, «Touro poderoso das Duplas Plumas», e o de Akhenaton, *Meriaton*, «O Amado de Aton» (Beckerath 1999: 142).

²⁵ Designação usada para a cidade de Akhetaton, Tell el-Amarna.

va de explicar a reforma religiosa amarniana, indicando três autores que lhe serviram de referência e correspondentes hipóteses: Maspero, que a vê como uma reação ao domínio tebano; Erman, “o primeiro a aventar a hipótese de que a reforma visava estabelecer uma religião capaz de ser aceite universalmente, tendo um símbolo intuitivo, o disco radiante, permitindo assim a pacífica expansão externa” (Lima 1925b: 100)²⁶; Moret, que defendia a utilização da religião amarniana como elo de ligação pacífico entre os povos, ou seja, ao serviço da política internacional de Amenófis IV (Lima 1925b: 100).

Quando publica o seu terceiro trabalho, Pinto de Lima vai regressar ao tratamento do faraó Amenófis IV, o seu predileto, e fá-lo com a pretensão expressa de, a partir desse exemplo, mostrar o “que há de subjectivo nos juízos históricos” (Lima 1926: 168). Começa com uma constatação sobre a forma como este antigo rei egípcio fora tratado pela historiografia: “A primeira geração dos egiptólogos modernos não lhe foi muito favorável” (Lima 1926: 168), diz ele, arrolando, de seguida, alguns dos «juízos» negativos emitidos, como “eunuco”, “mulher”, “filho de mãe semita”, “fanático dos cultos mono-teístas sírios” e “louco fanático” (Lima 1926: 168, 169). Em contraste, Maspero, Naville, Erman e sobretudo Moret apresentaram uma visão mais positiva sobre este faraó:

Maspero, Naville, Erman, e finalmente Moret, foram-lhe mais favoráveis, principalmente este último, que considera a sua política internacional como uma criação admirável, chocante pela amplitude de vistas, pela beleza das concepções, pelo elevado dos sentimentos. (Lima 1926: 169)

Esta referência é acompanhada por uma nota de rodapé que remete para uma obra de Moret: *Rois et Dieux de l'Égypte*. Uma vez mais, Pinto de Lima é muito devedor da sua leitura de A. Moret, mas, uma vez mais também, não nos dá qualquer informe bibliográfico complementar (nem local de edição, nem data, nem páginas). Sabemos, como vimos, que o trabalho de Moret é datado do ano anterior, 1925, e que foi publicado em Paris, pela Librairie Armand Colin. O nosso Autor revela, porém, que acompanha e que está atualizado no que diz respeito à Egiptologia científica, sobretudo de origem francesa.

Talvez por isso, sente-se apto a estudar Amenófis IV, essa “enigmática personagem” (Lima 1926: 169), optando por uma das duas vias possíveis: ou

²⁶ «Erman» é Adolf Erman (1854-1937), egiptólogo alemão da Escola de Berlim. Pinto de Lima não nos diz, porém, de que obra(s) de Erman se serviu ou se a tese deste autor foi por ele recolhida noutras leituras.

atender à sua vida intelectual, artística, política e moral, determinando as correntes que poderiam ter influenciado o faraó egípcio, ou, partindo do culto solar, “descobrir que elementos estranhos nele se revelam” (Lima 1926: 169). A opção é clarificada: “Adotei este segundo alvitre por mais expeditamente conduzir a um resultado positivo” (Lima 1926: 169).

No seu dissertar sobre Amenófis IV, Pinto de Lima vai abordar a então relevante questão da origem asiática do culto solar a Aton, justificando-se pela origem de “Tii”, a mãe do faraó, e pela afinidade do culto solar atoniano com os cultos monoteístas semitas (Lima 1926: 169). Discorre sobre a filiação de Amenófis IV e de Nefertiti (chamada de “Nofrititi”) e alude às várias controvérsias existentes entre os historiadores, pontuando os seus comentários com notas bibliográficas, acabando por concluir que Nefertiti era, “segundo o velho costume nacional, uma irmã de Amenófis IV” (Lima 1926: 170). Alude aos trabalhos de F. Petrie que considerava a rainha Tiy como síria e que teria trazido consigo para o Egito a devoção a Aton, imbuindo o seu filho dessas crenças até ao fanatismo (Lima 1926: 170). No entanto, conjugando as informações artísticas e arqueológicas disponíveis, Pinto de Lima acaba por aceitar que Tiy era “originária de uma família modesta de Akhnnim. Amenofis teria desposado uma pastora dos seus estados” (Lima 1926: 171).

Esta é, ainda hoje, a ideia dominante no seio da Egiptologia: a rainha Tiy não tinha sangue real; era oriunda de Akhmim, perto de Abidos, no Alto Egito, filha do casal Tuya e Yuya, mas não era, todavia, uma «pastora» ou uma mulher de origens humildes, pois os seus pais eram membros da elite local, que tiveram, aliás, o raro privilégio de serem enterrados no Vale dos Reis (Dodson, Hilton 2004: 144, 145; Grajetzki 2005: 58, 59; Tyldesley 2006: 115)²⁷.

Quanto à ação de Tiy sobre a religiosidade e política do filho, Pinto de Lima, alinhado com os mais atualizados egiptólogos da sua época, não explica o movimento religioso de Amenófis IV em resultado dessa ação materna, nem de uma pretensa influência semita. Antes, filia o culto do disco solar amarniano na própria religião egípcia (Lima 1926: 171).

Para ele, o argumento que aproximava o culto solar egípcio mais dos cultos monoteístas semitas do que da base politeísta egípcia era falacioso. O culto solar atoniano explicava-se pela própria evolução da religião egípcia e ademais esta acomodava duas vertentes: a popular – mais dada à multiplicidade de divindades e de atributos divinos – e a sacerdotal – mais elevada e que alcançou, na sua opinião, “um notável monoteísmo” (Lima 1926: 169), dando como exemplo que o Egípcio antigo “sób o nome de Ptah, Ra ou Amon, adora um único Deus” (Lima 1926: 169).

²⁷ O túmulo de Tuya e Yuya (KV 46) foi descoberto, em 1905, por James E. Quibell, cabendo a Theodore M.

Esta demanda de encontrar um sentido monoteísta ou monoteizante subjacente à antiga religião egípcia leva Pinto de Lima a escrever:

esse deus todo poderoso tinha-se originado a si próprio de toda a eternidade, sendo o único que existe por essência, o único que vive em substância, o único creador do céu e da terra, que não foi creado. Único em essência não é o único em pessoa: é ao mesmo tempo o pai, a mãe e o filho de Deus. Este Deus triplo e uno tem todos os atributos de Deus: a imensidade e a eternidade, a independência e a vontade toda poderosa, a bondade sem limites. Desenvolve eternamente estas qualidades soberanas, ou como se dizia antigamente no velho Egipto, nas suas escolas teológicas cria os seus próprios membros que são os deuses. (Lima 1926: 169, 170)

Na terminologia usada ecoam simultaneamente elementos egípcios e bíblicos, pois se ao “deus todo poderoso” que se originou a si próprio pode estar subjacente ao deus egípcio Atum ou Ré (Sales 2012: 192-197), a menção ao “Deus triplo e uno” parece ser muito devedora do conceito de Trindade. Interessante é a forma como essa divindade una se desmultiplica nos deuses das várias “escolas teológicas” egípcias que, não sendo explicitadas, são facilmente identificáveis: heliopolitana, menfita, hermopolitana e tebana.

Esta ideia forte da análise religiosa egípcia do «uno» e do «múltiplo», muito cara à Egíptologia²⁸, acaba por ser sublinhada por Pinto de Lima pela nota que faz em rodapé, em que praticamente traduz na íntegra as páginas 99 e 100 de Grébaud, na obra de 1874, *Hymne à Ammon-Ra*²⁹.

Eu creio com efeito que o Egipto monoteísta considera os deuses do seu pantheon, como os nomes que um ser único recebia nas suas diversas funções, conservando em cada um com a sua identidade, a plenitude dos seus atributos. Este ser que em si, uno e imutável, mas também misterioso e inacessível às inteligências, não tem nem forma nem nome, revela-se pelos seus actos, manifesta-se nas suas funções, as quaes originam o nascimento d’uma forma divina. Assim se multiplicam as formas do ser que não tem forma, e o deus

Davis a publicação da escavação, em 1907. Até à descoberta do túmulo de Tutankhamon, em 1922, o KV 46 era o mais rico e o mais bem preservado de todos os túmulos do Vale e o primeiro a ser encontrado com a maior parte do seu espólio *in situ* (Grajetzki 2005: 58; Tyldesley 2006: 116).

²⁸ Talvez a expressão mais conhecida desta linha de reflexão seja a obra de Erik Hornung, de 1971, traduzida depois para inglês (1982) e francês (1986).

²⁹ Grébaud 1874.

cujo nome é desconhecido torna-se um multiplicando dos seus nomes. (Lima 1926: 170)

Aflorando a temática do nome no antigo Egito, Pinto de Lima refere o mito egípcio em que “Ísis, para ser superior a todos os deuses procura saber o nome de Ra” (Lima 1926: 170) e acrescenta: “O deus era adorado sob vários nomes aos quais correspondiam diversas representações materiais; mas o nome e a forma verdadeira do Grande Ser do qual emanavam os outros deuses, eram desconhecidos” (Lima 1926: 170). Subjacente a estas passagens está indubitavelmente o mito do poderoso nome secreto de Ré, em que, desejando intimamente apreender o potencial mágico inerente ao nome secreto do pai dos deuses, para o utilizar em todos os seus feitiços e encantos, e, assim, ascender na hierarquia mágico-divina, Ísis traçou um ardiloso estratagema para forçar Ré à revelação do seu verdadeiro nome (Sales 2007: 119-133).

Terminamos a análise do terceiro texto de Pinto de Lima com uma observação sobre a procura de rigor metodológico introduzido no seu trabalho: quando alude à adoração de um único deus sob os nomes de Ptah, Ré ou Amon, faz uma nota de rodapé, em que remete para a “Grébaut, *Hymne à Amon-Ra*; pag. 14”, e acrescenta a transcrição aí encontrada e respetiva tradução para português:

ati (nx) (u)t'a s (enb) neb nuter-u neb-u kemeh-fsu heri xu-t heri pat-u anker ámen ren-f/r mesu-f m ren-f pu n amen. Príncipe supremo, senhor dos deuses todos que se faz vêr no horizonte, chefe dos seres de Ager, misterioso é o seu nome mais que os seus nascimentos: é no seu nome de Amen. (Lima 1926, 169, nota 1)

Não temos qualquer informação que nos demonstre que Pinto de Lima sabia ler os hieróglifos egípcios e fazer transliterações ou transcrições. Pensamos que não. No entanto, observou-os de perto na obra manuscrita de Eugène Grébaut.

Considerações finais

Os três aliciantes trabalhos de Humberto Pinto de Lima, de 1925 e 1926, na revista *Diónysos*, apresentam consistentes desenvolvimentos de temas egiptológicos, claramente estimulados pelas descobertas do túmulo de Tutankhamon, em 1922, justificativos, aliás, da designação genérica que os agrega: *Descobertas modernas no Egípto*.

A forma aprofundada como capta determinadas problemáticas inerentes ao tratamento do assunto que elegeu, a preocupação de anotar em rodapé os seus comentários, que remetem para alguns importantes egiptólogos da época, sobretudo de cultura francesa, e a forma metodologicamente rigorosa que intenta conferir às suas abordagens, fazem destes ensaios fascinantes dissertações sobre a antiga civilização egípcia.

Particularmente atraído por Amenófis IV em detrimento de Tutankhamon, Pinto de Lima foi muito sensível à questão do culto solar atoniano e não resistiu, por isso, a uma análise aprofundada das origens e motivações deste culto e, socorrendo-se de egiptólogos de relevo do seu tempo, a traduzir para português o fundamental *Hino a Aton*. Talvez tivesse consciência que era o primeiro a fazê-lo, mas não podia, contudo, evidentemente, perceber que passaria mais de meio século até que, de novo, com intuítos académicos, o mesmo texto viesse a ser traduzido entre nós³⁰. Mais não fosse, só por esse facto, Humberto Pinto de Lima e a revista *Diónysos* merecem o nosso destaque.

Apêndice

Hino ao Sol

- Explendido é o teu despertar no horizonte celeste, ó Aten, deus vivo.
- Princípio da vida tu surges no Oriente, enchendo a terra com a tua beleza.
- Tu és esplendido, grande, radioso, dominas a região.
- Teus raios envolvem o Universo e tudo quanto criaste.
- Como Ra trazes o necessário às tuas criaturas.
- Dardejas teus raios sobre a terra e o dia segue os teus passos.
- Visto que és Ra criador, possuis o que ela (as terras) produzem, e prendes tudo nos laços do teu amor.

³⁰ São os casos das traduções de Lopes 1989: 165-169; Sales 1999: 76-78; Carreira 2004: 258-261 e Araújo 2005: 97-102. Todos estes autores, como Pinto de Lima, usaram preferencialmente versões francesas e inglesas como base para as suas traduções. A primeira tradução a partir do hieroglífico será feita por Carreira 2008.

- Quando repousas no Horizonte ocidental, a terra nas trevas, é como os mortos nas suas criptas, as cabeças enfaixadas, as narinas tapadas, os olhos sem vista.
- Todos os bens lhes podem ser roubados mesmo aqueles que estão sobre as suas cabeças, sem que o sintam.
- Então todo o leão sai da sua caverna, toda a serpente morde.
- Fica escuro como um forno, a terra cala-se.
- Aquele que tudo criou repousa no seu horizonte.
- A terra ilumina-se quando te ergues no horizonte, brilhante como Aten no dia.
- A escuridão desaparece ao lançares os teus raios; as duas terras regozijam-se todos os dias.
- Os homens erguem-se sobre os seus pés porque tu surges.
- Lavam os seus membros, retomam os seus vestuários, as suas mãos adoram o teu alvorecer, e fazem os seus trabalhos na terra.
- Todos os animaes vão para as suas pastagens, as arvores e plantas crescem, os pássaros voam nos bosques, as asas planas adorando o teu duplo, os animais saltam.
- Quando te levantas para eles os pássaros escondidos, voltam.
- Os barcos descem e sobem o rio porque todo o caminho abre-se com a tua aparição.
- Os peixes saltam para ti, e os teus raios penetram o Grande Verde (Mediterranio).
- É ele que suscita o gérmen das mulheres, e cria o poder gerador dos homens.
- É ele que anima a criança no seio materno, e que acalma a criança para que ela não chore.
- Nutre-a pelo seio (de sua mãe) dá a respiração para animar tudo quanto criou.
- Quando a criança sai do seio materno no dia do seu nascimento, abre a sua boca para as palavras, e satisfaz as suas necessidades.
- Quando os pássaros estão nos ovos – um suspiro na pedra – dá-lhes a respiração dentro da casca para que eles vivam.
- Quando tu o desenvolveste tanto para partir o ovo, ele sai, para gritar a sua existência, e anda sobre os seus pés logo que sai.
- Como são numerosas as tuas obras!
- Elas não podem ser alcançadas com a nossa vista, ó Deus único e sem rival!
- Criaste a terra no teu coração, quando eras só, os homens, os animaes domésticos e os animais selvagens, e tudo o que anda, e tudo o que está no alto e voa com as suas asas, os paizes estrangeiros (Khast), da Síria (Kharu), da Núbia (Kush) e do Egipto (Qemt).
- Tu põis cada homem no seu lugar, criando o que lhe é necessário, cada um com seu património e seus bens, com a sua linguagem verdadeira, a sua forma e a sua côr de pele própria.
- Tu o senhor da escolha, distinguiste de nós as raças estrangeiras.
- Tu criaste o Nilo no abismo, e tu o conduzes á tua vontade para que ele faça viver os homens.
- Tu fizeste viver também as nações afastadas.
- Colocaste um Nilo no ceu, que desce para eles (a chuva).
- Criaste lagos grandes como mares, nas montanhas, tu inundas os campos nos seus ter-

ritórios, tu alimentas cada região.

- O Nilo do céu é para as nações estrangeiras e para os animais selvagens, mas o Nilo que vem do Abismo é para o Egípto.
- Tu fazes produzir todas as tuas obras nas estações do ano.
- Fizeste o céu longínquo para elevar-te nele e veres tudo o que produziste quando estavas sós.
- Tu despertas na forma de Aten vivo, tu ergues-te esplendoroso, tu desapareces e voltas.
- Criaste todas as formas, tu isolado, os nomes [sic], as cidades, os campos, as estradas, as águas.
- Todos os olhos te contemplam no alto, porque tu és o deus único, que reuniu as suas formas á do disco vivo, sol levante, brilhante, que desaparece e surge de novo e todas estas formas existem em ti, deus único.
- Tu estás no meu coração; não ha ninguém que te compreenda, a não ser eu, teu filho.
- Tudo o que corre sobre os teus pés, desde que lançaste os fundamentos da terra, tu produziste tudo para teu filho, saído da tua essencia, o rei do Sul e do Norte, que vive na verdade, o senhor das duas coroas, Khunaten, grande em duração, e para a grande esposa rial, que ele ama, a senhora dos dois paizes, que vive e prospera para sempre e jámais.

Bibliografia

- ARAÚJO, Luís Manuel de (2005). *Mitos e lendas do antigo Egípto*. Lisboa: Centralivros.
- BECKERATH, Jürgen von (1999). *Handbuch der ägyptischen Königsnamen*. Mainz: Verlag Philipp von Zabern.
- BIERBRIER, Morris L. (1995). *Who was who in Egyptology*. Londres: Egypt Exploration Society.
- CARREIRA, Paulo (2004). “Textos da religião de Aton”, *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, Ano III, n.º 5/6, 231-262.
- CARREIRA, Paulo (2008). *Akhenaton, uma perspectiva teo-histórica*. Lisboa: Faculdade e Letras da Universidade de Lisboa (tese de Mestrado).
- CHAMPOLLION, Jean-François (1835). *Monuments de l'Égypte et de la Nubie d'après de dessins exécutés sur les lieux sous la direction de Champollion le jeune et des descriptions autographes qu'il a laissées*, vol. II, Paris: Firmin-Didot.
- DODSON, Aidan, HILTON, Dyan (2004). *The complete royal families of Ancient Egypt*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- GRAJETZKI, Wolfram (2005). *Ancient Egyptian Queens. A hieroglyphic dictionary*. Londres: Golden House Publications.
- GREBAUT, Eugène (1874). *Hymne à Ammon-Ra des papyrus égyptien du Musée de Boulaq*. Paris: Librairie A. Franck.
- GOMES, Augusto Patrini Menna Barreto (2011). “Decadência e História em Oswald Spengler”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho, 1-16.

- GOYON, Jean-Claude (1989). *Lettre à M. Dacier par Jean-François Champollion suivie de La Bataille des Hiéroglyphes*. Montpellier: Fata Montana.
- HORNUNG, Erik (1971). *Der Eine und die Vielen: Altägyptische Götterwelt*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- HORNUNG, Erik (1982). *Conceptions of God in Ancient Egypt: The One and the Many*. Ithaca: Cornell University Press.
- HORNUNG, Erik (1986). *Les dieux de l'Égypte. Le Un et le Multiple*. Monaco: Éditions du Rocher.
- LACERDA, Aarão (1928). “Notas Históricas e Arqueológicas – 1. Guilherme Worringer e a Cultura Egípcia/ 2. Novas Descobertas no Egito”, *Diónyssos*, 4.ª Série, n.ºs 1-2, abril, 42-48.
- LIMA, Pinto (1925a). “Descobertas modernas no Egito. Quem era Tutankhamen – I Parte. O Egito e Amenofis IV”, *Diónyssos*, 3.ª série, n.º 2, julho, 33-37.
- LIMA, Pinto (1925b). “Descobertas modernas no Egito. Quem era Tutankhamen – I Parte. O Egito e Amenofis IV”, *Diónyssos*, 3.ª série, n.º 2, outubro, 95-100.
- LIMA, Pinto (1926). “Descobertas modernas no Egito. Quem era Tutankhamen – I Parte. O Egito e Amenofis IV”, *Diónyssos*, 3.ª série, n.º 3, maio, 168-172.
- LOPES, Maria Helena Trindade (1989). *O homem egípcio e sua integração no Cosmos*. Lisboa: Teorema.
- MORET, Alexandre; DAVY, Georges (1923). *Des Clans aux Empires: l'organisation sociale chez les primitifs et dans l'Orient ancien*. Paris: La Renaissance du Livre.
- PINA, Luís de (1966). “Faculdade de Letras do Porto (Breve História)”, *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I, 59-172.
- SALES, José das Candeias (1999). *As divindades egípcias. Uma chave para a compreensão do Egito antigo*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SALES, José das Candeias (2001). “Champollion”, in Luís Manuel de Araújo (dir.), *Dicionário do Antigo Egito*. Lisboa: Editorial Caminho, 198-199.
- SALES, José das Candeias (2007). *Estudos de Egiptologia. Temáticas e Problemáticas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SALES, José das Candeias (2012). “Diálogo teológico-cosmogónico egípcio”, *Revista Lusófona de História das Religiões*, Ano X – n.º 16/17, 193-232.
- SILVA, Agostinho da (1928). “Sobre algumas páginas de Spengler”, *Diónyssos*, 4.ª série, n.ºs 1/2, abril, 1-15.
- TYLDESLEY, Joyce (2006). *Chronicle of the queens of Egypt from early dynastic times to the death of Cleopatra*. London: Thames and Hudson.
- WILKINSON, John Gardner (1878). *The manners and customs of the Ancient Egyptians*, vol. I. New York: Dodd, Mead and Company Publishers.

As mudanças económicas do pós-guerra e a questão alimentar em Portugal: padrões de consumo, tendências sociais e assimetrias regionais

The post-war economic changes and the food question in Portugal: consumption patterns, social tendencies and regional differences

LEONARDO ABOIM PIRES

(IHC - FCSH/UNL)

leonardopires5@hotmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 29/11/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 05/04/2018

Resumo: É praticamente impossível, ao estudar o crescimento económico português entre 1950 e 1973, não mencionar as mudanças sociais. Contudo, a literatura especializada não tem conferido a devida importância aos aspetos relacionados com o quotidiano, e, especificamente com a alimentação no período do Estado Novo. É nosso propósito, com este ensaio, identificar e caracterizar os novos caminhos da vida quotidiana em Portugal no segundo pós-guerra, tentando responder a duas questões principais: como é que o desempenho económico português afetou a indústria alimentar e como a população percecionou as mudanças, construiu alternativas ou manteve certas práticas nas várias regiões do país.

Palavras-Chave: Estado Novo; Alimentação; Indústria; Quotidiano.

Abstract: It is quite impossible to study the period of economic growth in Portugal from 1950 to 1973 without mentioning the social changes. However, the Portuguese literature has given less attention to the aspects of everyday life and, specifically, to the food question during the *Estado Novo* period than they deserve. It is our purpose, with this paper, to identify and characterise the new social paths of the everyday life in Portugal at the second post-war period by trying to answer two main questions: how the performance of the Portuguese economy affects the food industry and how the population perceived the changes, created alternatives or maintained certain practices in the different regions.

Keywords: Estado Novo; Food; Industry, Everyday Life.

1. Introdução

O período que se seguiu ao fim da II Guerra Mundial marcou, a nível global e a nível nacional, uma viragem no que concerne aos postulados económicos seguidos até então. Marcada por um acentuado investimento governativo no sector industrial em detrimento do sector agrícola e pontuada por fenómenos como o da litoralização, o êxodo rural e a emigração, a realidade por-

tuguesa das décadas de 1950 a 1970 foi alvo de mudanças, que se traduziram no exercício dos hábitos de consumo, nomeadamente no consumo alimentar.

Foi neste período cronológico que se assistiu à criação e reapetrechamento de unidades fabris ligadas à indústria alimentar mas também se detetaram outras alterações como a génese do consumo de congelados; o aumento do consumo de conservas alimentares e produtos fruto-hortícolas processados, como o concentrado de tomate; ou ainda, a nível das infraestruturas comerciais, o surgimento dos primeiros estabelecimentos *self-service* e dos supermercados. A inserção destas mudanças e alterações no movimento de modernização do pós-guerra é um dos pontos de análise deste ensaio.

Além de um olhar sobre a modernização, um dos objetivos a que nos propomos neste artigo é perspetivar este período sob o prisma das continuidades. Deste modo, a comparação entre o meio rural e o meio urbano terá de ser feita de modo a compreender as assimetrias que caracterizaram o crescimento económico português do pós-guerra, segundo uma visão dicotómica, coexistindo, no mesmo país, dois sistemas: um em mutação e outro em evidente estagnação, refletindo-se, em primeira instância, na demografia e, conseqüentemente, nas dinâmicas económicas.

A análise do consumo alimentar neste período terá de obedecer ao que designamos como um jogo de escalas, sintoma dos paradoxos que atravessam a sociedade portuguesa no pós-guerra. Para um melhor esclarecimento conceptual, partilhamos a definição de Mónica Truniger, segundo a qual o consumo alimentar “pode ser interpretado como um ato de comunicação e expressão, sendo simultaneamente um veículo de identificação ou de diferenciação (Truniger 2010: 41), facetas essas que, numa análise como a que se segue, se revelam importantes.

Balizando este estudo¹ entre as políticas de combate à “crise das subsistências”, no rescaldo da II Guerra Mundial, e o início da crise económica que pôs termo aos *trinta gloriosos anos* do capitalismo (1950-1973), pretendemos averiguar como é que as mudanças que se operaram na alimentação e nos hábitos quotidianos dos portugueses, num período de crescimento económico, se inscrevem num movimento mais lato, de diferenciação regional e de construção dicotómica entre litoral e interior.

Para alcançar os objetivos propostos será recorrente o uso sistemático de fontes primárias, bem como a utilização de premissas conceptuais radicadas na História e na Sociologia. Deste modo, pretendemos dar um contributo

¹ Este artigo foi elaborado a partir da comunicação apresentada no 4º Fórum-Estudante em História e Culturas de Alimentação, em 22 de maio de 2017, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Agradeço à Professora Doutora Dulce Freire a leitura atenta do texto, as correções e as referências bibliográficas sugeridas.

para um melhor conhecimento sobre o consumo alimentar no Portugal contemporâneo, tema a que a historiografia tem votado menor atenção, embora se contem algumas exceções (Pereira 1975: 610-631; Rocha 2009: 249-262; Reis 2009: 263-279; Freire 2011: 101-126; Cascão 2011: 56-91).

2. Uma economia em transformação e as dinâmicas de uma sociedade dual

A economia portuguesa do pós-guerra situou-se na encruzilhada entre o modelo autárquico e predominantemente agrícola, com as suas fragilidades expostas durante o conflito mundial, e os novos preceitos globais, onde a internacionalização dos mercados e das atividades económicas se mostrava como a alternativa mais viável.

Os anos que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial potenciaram um notável crescimento económico, quebrando-se este ciclo com o choque petrolífero de 1973. Esta conjuntura externa foi altamente favorável ao crescimento interno da economia portuguesa, sendo a partir dos anos 50 que se lançaram as bases para um processo no qual a convergência de Portugal com as economias mais desenvolvidas foi sendo notória. A abertura aos movimentos de cooperação europeia, como a adesão à OECE, em 1948 e à EFTA, em 1959, redobrou a atenção aos mercados externos e à intensificação dos fatores de produção para tornar a economia competitiva marcando um processo que constituiu “a vitória da ideia de que a estratégia de desenvolvimento já não podia passar só, nem sobretudo, pelo mercado interno” (Rollo 1994: 465). A internacionalização sofrida pela economia portuguesa, o pleno emprego, o aumento do nível da procura e o aproveitamento do progresso técnico despoletou um crescimento inaudito, “com uma taxa média anual de 5,6% do PIB *per capita*, entre 1953 e 1973” (Mateus 1998: 77).

Paralelamente, as migrações internas e externas foram outras das faces da transformação da sociedade portuguesa neste período. Ao êxodo para o estrangeiro, com a saída de cerca de 1,4 milhões de portugueses entre 1960 e 1973, somam-se as migrações para os centros urbanos emergentes. Consequentemente deu-se a desertificação dos campos, antiga tendência que se acentuou com o modelo de desenvolvimento implementado no pós-guerra. O fenómeno da urbanização, associado igualmente à industrialização, contribuíram para um declínio da agricultura, não sendo de estranhar que se passasse de 48% da população ativa empregue no sector primário, em 1950, para 32%, em 1970.

O quadro de desenvolvimento económico motivou novas formas de sociabilidade e de consumo. O êxodo rural, a urbanização e a industrialização formaram as bases da rutura com as tendências socioprofissionais que haviam

caracterizado os anos anteriores, acentuando um movimento que Adérito Se-das Nunes definiu da seguinte forma:

vigorosa polarização do acesso à civilização moderna em áreas privilegiadas, escassez de focos de propagação de tal movimento em todo o resto do território, indiscutível predomínio da civilização tradicional numa área geográfica e social incomparavelmente mais lata que a daquelas zonas (Nunes 1964: 417).

Deste modo, o acesso à modernização teve uma evidente concentração nas cidades verificando-se que “enquanto o litoral se modernizava a bom ritmo, o interior persistia arcaico e amarrado a modestos indicadores de desenvolvimento” (Garrido 2014: 146). O crescimento urbano e a expansão do nível de rendimentos levaram a novos hábitos de consumo e formas de sociabilidade, a que a alimentação e todo o cosmos em que esta se integrava não foi imune. No Portugal do pós-guerra, se por um lado, se torna evidente a dicotomia entre o litoral em desenvolvimento e o interior estagnado, dentro dos núcleos que mais se transformam, isto é, as cidades, os padrões de consumo alimentar não são uniformes. As periferias urbanas constituem locais nos quais certas formas de alimentação se caracterizam por carências, nomeadamente em zonas da cintura industrial de Lisboa ou dos polos industrializados do Porto.

3. Alterações nos comportamentos sociais

3.1. Os lugares de consumo alimentar

A partir do momento em que a alimentação sofre mudanças no que toca aos rituais de comensalidade, estes criam um mercado de consumo para um nível mais alargado da população. Os *trinta gloriosos anos* levaram a que, de forma mais vincada, a alimentação saísse das estruturas tradicionais, isto é, o lar, passando a ser uma base para novos comportamentos sociais. Estes eram diferentes “pela urbanização, pela industrialização das cidades das décadas de 1950-1960, pela profissionalização das mulheres, pelo aumento do nível de vida e da educação, pela generalização do automóvel, pelo maior acesso da população ao lazer, às férias, às viagens” (Fischler 1998: 421). Em Portugal, foi ao longo dos anos 60 que estas premissas se fizeram sentir de forma mais vincada, ainda que mitigadas pois não se generalizam às diversas camadas da sociedade, patente na saída das populações rumo à emigração e na estagnação económica das zonas rurais. Vejamos, como paradigma das alterações na

sociedade urbana, o caso da capital do país, Lisboa.

No que toca especificamente aos espaços de consumo alimentar, foi no dealbar dos anos 50 que surgiram novos lugares na cidade, embora outros permanecessem como ponto central na convivência dos habitantes da capital, sobretudo os cafés onde “o convívio era aí interclassista” (Pinheiro 2011: 368). As casas de petiscos e marisqueiras foram dando lugar a restaurantes, funcionando sob duas lógicas distintas: se uns “constituíam lugares gastronómicos, templos da (suposta) boa comida, lugares de distinção, os outros, sendo mais modestos, tinham como “sua principal função [...] alimentar quotidianamente uma clientela cada vez mais numerosa de homens e mulheres que deixaram de comer em casa” (Saramago 2004: 227). Uma das principais estruturas foram as cantinas para estudantes, operários e funcionários do sector terciário, que deste modo “ficavam arregimentados num regime de comensalidade” (Saramago 2004: 232), sendo um dos pontos mais conhecidos era o Restaurante Correia, localizado na Avenida 5 de Outubro.

Também o surgimento dos primeiros snack-bares foi sintoma de uma nova abordagem sobre os rituais de comensalidade. O primeiro snack-bar, o *Pique-Nique* surgiu em Lisboa, no Rossio, em 1954, a que se seguiram muito outros, contando-se, em 1969, cerca de 50 snack-bares na capital. Entre os mais conhecidos destacava-se o *Noite e Dia*, na Avenida Duque de Loulé; o *Cova da Moura*, na Avenida Infante Santo, ou ainda o *Pisca-Pisca* e o *Pam-Pam*. Segundo a imprensa da época, o snack-bar tornou-se “num hábito cómodo, hábito adquirido por pessoas de todas as idades e profissões”². Perpetuando a lógica dos ritmos do trabalho a influenciar os ritmos alimentares, os snack-bares renunciaram o que ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, isto é, a “*macdonalização* dos costumes” (Fischler 2001: 413-430) através das primeiras cadeias de *fast-food* a instalarem-se em Portugal. Através destes espaços, a ocupação profissional determinava a forma de comer, no sentido de uma maior racionalização do tempo despendido na refeição, algo que se acentuará nas décadas seguintes. Em suma, tempos de confeção e de ingestão curtos e um preço módico determinaram as novas tendências da restauração urbana.

Para lá do consumo relacionado com as classes médias, é importante vislumbrar o que ocorria nas classes mais desfavorecidas. Neste sentido, a ação assistencial que o regime salazarista empreendeu, no contexto da previdência corporativa, levou ao surgimento de locais que pretendiam resolver o problema alimentar. Para as camadas mais jovens da população, as cantinas escolares tinham uma grande importância, mas também as colónias balneares, muitas vezes subsidiadas pelas Juntas de Freguesia e as Juntas de Província,

² *Diário de Lisboa*, nº 16.837 (3 de novembro de 1969), p. 1.

e que forneciam refeições diárias. Para a população adulta, a ação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) foi fundamental, tendo esta criado vários refeitórios populares espalhados por Lisboa, Porto e Coimbra e em algumas zonas fabris. Além da FNAT, também a Obra das Mães pela Educação Nacional e a Legião Portuguesa foram criando serviços de assistência alimentar, que muitas vezes surgiam associados a creches ou postos de distribuição.

Além da assistência promovida pelo Estado, outros espaços de consumo alimentar de apoio social perduraram nos anos em estudo. Em muitos concelhos rurais funcionaram “sopas dos pobres” até aos finais dos anos 60 e 70 como em Almeirim, Alpiarça, Bragança, Campo Maior, Grândola, Nisa, Samora Correia ou Viana do Alentejo, dinamizadas pelas comissões concelhias de beneficência. A especial predominância no destas instituições no Alentejo poder-se-á prender com os efeitos do desemprego rural e as consequentes situações de pobreza que grassavam na região. Além dos locais assistenciais quais eram os lugares de consumo alimentar em meio rural? Mais uma vez, a resposta a esta questão parte da evidente continuidade com hábitos precedentes à guerra, onde os ritmos de trabalho determinavam os locais onde se comia e em que a refeição quotidiana era “mais uma necessidade repetitiva do que um vínculo de sociabilidade” (Roche 1998: 269), permanecendo tabernas como locais onde mais se poderia vislumbrar o convívio sob o signo da comensalidade.

3.2. A comercialização, as infraestruturas e as redes de distribuição dos produtos alimentares

Outra das características deste período foi o desaparecimento de determinados ofícios vocacionados para o abastecimento alimentar, sendo substituído por postos de venda devidamente regularizados. A venda porta a porta foi sendo substituída pelos serviços de *self-service* e, posteriormente, pelos supermercados. Leiteiras, aguadeiras, varinas, vendedoras de hortaliças foram desaparecendo da paisagem urbana, fenómeno associado ao abandono da venda a avulso e à vulgarização do uso das embalagens de plástico com repercussões, sobretudo, na venda de azeite, de leite e de água. Em seu lugar, foram criados postos de venda, nomeadamente os de fruta, sob a incitativa do Ministério da Economia em associação com a Junta Nacional das Frutas. Surgiram também postos de venda de leite, os postos da União das Cooperativas Abastecedoras de Leite de Lisboa, cuja atuação se estendia por vários pontos do país, de modo a que “parte da lavoura que até agora tem sido excluída do

abastecimento de leite à cidade, em benefício dos produtores dos concelhos limítrofes, passar a concorrer para aquele estabelecimento”³.

No que concerne à venda de peixe fresco, e devido à sua importância na alimentação nas cidades, foi com o surgimento do Serviço de Abastecimento ao País (SAPP), sob a égide da Junta Central de Pescas, que se criou uma nova abordagem ao consumo de pescado. Esta iniciativa pretendeu contrariar uma tendência: “o consumo no interior do País [...] realizava-se cada vez mais dificilmente à medida que aumentam as distâncias dos locais das lotas, e conseqüentemente, se tornam maiores as despesas correspondentes a transportes e quebras”⁴. Deste modo, assistiu-se, pela primeira vez, à “tentativa de lançar no consumo uma nova categoria de pescado, além dos tradicionais bacalhau seco, sardinha em salmoura ou conserva de molhos e peixe fresco: os congelados” (Garrido 2000: 653). Através de uma frota automóvel, o SAPP empreendeu uma das tentativas mais significativas nas mudanças no consumo alimentar do período em análise.

Entre as diversas conseqüências da inserção da economia portuguesa nos mercados europeus, conta-se a introdução de novos sistemas de comercialização e venda de produtos alimentares. A internacionalização económica vivida convocava a ideia de que “a nossa entrada para a EFTA parece aconselhar-nos a usar métodos de trabalho análogos aos dos nossos participantes”⁵. Assim, verificou-se a importação do modelo de estabelecimentos de venda de *self-service*, o primeiro dos quais inaugurado, em fevereiro de 1961, na Avenida de Roma, em Lisboa. Aquando da sua inauguração, constatou-se que “o moderno sistema é prático, útil e higiénico e os retalhistas de mercearia mesmo os que não tenham possibilidade de o pôr em prática totalmente terão de o ir adotando em parte”⁶. Estes novos estabelecimentos constituíram um separador entre dois grupos: se dum lado estavam “os defensores do *status quo ante*, os velhões bonzos protetores das lojas desordenadas, sujas e anacrónicas”, do outro lado estavam “os jovens turcos – revolucionários dentro da legalidade total – os partidários do progresso técnico, do engrandecimento económico, e dos conseqüentes aumento do poder de compra e elevação do nível de vida”⁷.

Como se relatou à época, os supermercados “podem, dentro de alguns

³ ANTI, AOS, CO/E, pasta 25, pt. 1, 2ª sub., p. 78.

⁴ ANTI, AOS, CO/E, pasta 25, pt. 1, 2ª sub., p. 54.

⁵ *Fundexport: boletim semanal de informação do Fundo de Fomento de Exportação*, ano 1, nº 24 (14 de agosto de 1960), p. 1.

⁶ *O Comércio de Víveres*, ano XXXII, nº 935 (1 de março de 1961), p. 3.

⁷ *Fundexport: boletim semanal de informação do Fundo de Fomento de Exportação*, ano 2, nº 88 (5 de novembro de 1961), p. 1.

anos, revolucionar completamente o comércio de mercearias a retalho, levando à extinção de numerosas empresas que não queiram, não possam ou não saibam integrar-se nos novos moldes comerciais”⁸. A consciencialização para a inovação comercial levou a algumas mudanças, sobretudo na estrutura corporativa, consubstanciada no Grémio dos Retalhistas de Mercadoria do Sul, que defendeu a concentração como forma de sobrevivência comercial nos tempos que se avizinhavam. Segundo alguns comerciantes, “os supermercados são, de momento, [...] os que mais prejudicam o retalhista menos favorecido, até por constituírem novidade [...]”⁹ e o próprio ministro da Economia, Correia de Oliveira, afirmou que era necessário “fazer que se fundam as unidades mais fracas, para que apareçam úteis, fortes e ricas”¹⁰. À semelhança de outros países, em Portugal, “as estruturas grossistas reagiram criando cadeias voluntárias onde os pequenos comerciantes independentes que quisessem aderir poderiam obter preços vantajosos, atuar sob uma insígnia comum e fazer publicidade coletiva” (Teixeira 1996: 76). Contudo, este movimento de concentração revelou-se de fraca expressão, por diversos motivos, entre os quais as imposições legais do condicionamento industrial ou ainda a fraca adesão dos retalhistas.

Quadro I. Localização e data de abertura dos primeiros estabelecimentos *self-service* em Portugal

<i>Localização</i>	<i>Data de abertura</i>
Lisboa (Avenida de Roma 46-A)	fevereiro de 1961
Évora	maio de 1961
Lisboa (Avenida João Crisóstomo, 10)	outubro de 1961
Lisboa (Praça Duque de Saldanha, 31-B)	outubro de 1961
Lisboa (Rua Ferreira Borges, 92-C)	novembro de 1961
Lisboa (Rua 1º de Dezembro)	dezembro de 1961
Lisboa (Avenida dos Estados Unidos da América, 97)	dezembro de 1961

Fonte: TEIXEIRA 1996: 75

A abertura do primeiro supermercado em 1970, na Avenida dos Estados Unidos da América, estendeu a um novo patamar este tipo de comércio, entendido, nas palavras do Secretário de Estado do Comércio, Valentim Xavier Pintado como “símbolo da modernização do nosso sistema de distribuição;

⁸ *O Comércio de Viveres*, ano XXXII, nº 939, (1 de maio de 1961), p. 9.

⁹ *O Comércio de Viveres*, ano XXXIII, nº 957 (1 de fevereiro de 1962), p. 8.

¹⁰ *O Comércio de Viveres*, ano XXXIII, nº 961 (1 de abril de 1962), p. 11.

da passagem gradual [...] do sistema tradicional de produtos avulso em pequenos estabelecimentos com reduzido volume de negócios, base financeira precária, equipamento escasso”¹¹. A reação do público foi positiva devido, entre outros fatores, aos produtos mais baratos que, em muitos casos, eram 10% mais baratos que no comércio tradicional. Com a entrada do grupo brasileiro “Pão de Açúcar” no mercado nacional assistiu-se a uma expansão dos supermercados, tendo sido inaugurado o seu primeiro supermercado em Alcântara, em novembro de 1970, num espaço com uma área de 6000 m² seguindo a mesma lógica de produtos baratos e de acesso fácil.

Mais uma vez, a reação do público foi positiva, verificando-se, em outras cidades, o surgimento de cadeias de supermercados como os Invictos, no Porto, os Colmeia, em Coimbra ou os Grupal, em Aveiro, acentuando o declínio do comércio tradicional, mas também das cooperativas de consumo que face “da prática de um lucro do máximo [dos supermercados], as cooperativas se mostram incapazes de vencer”¹².

A aproximação de Portugal aos movimentos de cooperação económica europeia levou à introdução de mecanismos que possibilitavam a colocação da produção alimentar nacional nos seus circuitos comerciais. Como Xavier Pintado referiu, “uma das preocupações dominantes [...] é, a da modernização e da procura de eficiência do sistema de produção e distribuição, como única via de assegurar às populações um nível satisfatório de vida”¹³, onde o consumo alimentar se converteu numa questão de capital económico, e não de sobrevivência, consequência das mudanças sociais dos *trinta gloriosos anos*.

No caso das frutas e legumes, sector que conheceu uma significativa expansão no rasgo cronológico em análise, defeitos de coloração, deformações e defeitos na epiderme destes produtos levavam à sua exclusão dos circuitos comerciais que tinha em vista a sua utilização, sobretudo, pelo consumidor doméstico. Também da OCDE vinham diretrizes no que toca ao acondicionamento das frutas e dos legumes. Assim deveria ter-se “especial atenção [à] limpeza do conjunto”, devendo evitar-se “corpos estranhos, folhas, raminhos, areia ou terra”¹⁴, que prejudicam a boa apresentação das mercadorias. Esta questão revelava-se de especial importância pois, como à época se mostrava, “ainda não nos livramos da fama, nos mercados externos, de não sabermos como se embala. Temos ainda um longo e trabalhoso caminho a percorrer

¹¹ O *Comércio de Viveres*, ano XLI, nº 1156, (15 de maio de 1970), p. 1.

¹² O *Comércio de Viveres*, ano XLI, nº 1159 (1 de julho de 1970), p. 12.

¹³ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 341, (outubro de 1970), p. 6.

¹⁴ *Frutos: boletim anual de hortofruticultura* (1966), p. 71.

neste capítulo das atividades comerciais e industriais”¹⁵. Partindo deste sintomático exemplo, há uma verdadeira mutação na ideia de consumo, onde o gosto e o olhar do consumidor determina a própria aparência do produto, aliada à questão da competitividade económica.

O frio industrial foi um dos pontos-chave no que concerne ao aproveitamento industrial de produtos de origem animal e origem vegetal. A sua importância partia do facto de “manter os produtos num estado tal que as transformações físico-químicas da matéria não provoquem a destruição das células e dos líquidos intersticiais, durante um tempo consideravelmente superior” (Salles 1966: 21). O desenvolvimento dos equipamentos frigoríficos proporcionava à indústria alimentar novas potencialidades que visavam a comercialização dos mais diversos produtos. A frígorigação de legumes, de frutos, de pescado ou carne era apenas um culminar de um processo que logo se iniciava aquando da colheita ou captura/abate, em que o transporte deveria ser feito de modo a minorar possíveis danos nesses produtos.

De notar, que tal como em outros países, verificou-se em Portugal uma crescente importância dos alimentos industrializados, sobretudo, devido à sua praticidade numa época em que as mulheres ingressavam no mercado de trabalho. É assim que as conservas de tomate pelado, refeições pré-confecionadas, polpas não fermentadas e conservas alimentares, como as de pimento ou as de ervilha, começam a ser cada vez mais consumidas em Portugal. Se verificarmos as estatísticas fornecidas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), entre 1963 e 1974, o grupo dos produtos hortofrutícolas é dos que acompanha o aumento exponencial da produção e exportação, “tendo passado de 997 mil toneladas em 1963 para 1 220 mil toneladas em 1974, com um máximo de 1 285 mil toneladas em 1970” (Campos 1979: 55).

No que concerne à indústria alimentar em específico, o sector onde se denotou uma apurada atenção foi o do concentrado de tomate. A liberalização que este sector sofreu neste período constituiu um catalisador para a criação de novas unidades fabris dedicadas à sua exploração. Em 1954, existiam apenas 7 fábricas e em meados de 1974, existiam 29 fábricas de concentrado de tomate, das quais 12 funcionavam de forma autónoma. A exportação era um dos principais destinos desta indústria, com aumentos exponenciais, atingindo, na segunda metade da década de 1960, níveis de importância quase semelhantes aos do vinho do Porto ou dos resinosos, onde os países da EFTA eram o mercado preferencial para este comércio. A conjuntura externa era altamente favorável ao desenvolvimento da indústria do concentrado de

¹⁵ *Fundexport: boletim semanal de informação do Fundo de Fomento de Exportação*, ano 1, nº 12 (22 de maio de 1960), p. 1.

tomate. A redução das áreas cultivadas em Itália contribuiu para esta expansão, em que países como o Reino Unido, Canadá, Noruega e Dinamarca voltaram a sua atenção para a produção portuguesa.

Outros sectores experimentaram um desempenho económico assinalável no pós-guerra. O sector cervejeiro foi outro dos quais a conjuntura económica interna e externa muito favoreceu. Através do lançamento de planos de reapetrechamento das fábricas existentes, abriu-se caminho para a criação de outras, nomeadamente, nas colónias, tendo sido inaugurado a primeira, em Moçambique, em 1951. Entre 1951 e 1959, a produção metropolitana de cerveja aumentou 160,3% enquanto o consumo mundial aumentou cerca de 28,8%, embora o consumo anual *per capita* fosse mais reduzido do que os restantes países europeus, com exceção da Grécia (Silva 2012: 20).

4. Os padrões alimentares em Portugal no pós-guerra

4.1. Perspetivas e variações regionais da alimentação

Com o pós-guerra surgiram alguns estudos que se propõem a analisar os hábitos alimentares da população portuguesa em diversas localidades. Mas ainda em 1942, o nutricionista Rocha Faria, num artigo publicado no *Jornal do Médico* intitulado “A alimentação dos trabalhadores rurais portugueses: resumo de algumas investigações” (Rocha 1942: 44-48) defendeu a necessidade em realizar inquéritos sobre a alimentação dos portugueses, que deveriam ser diretos e baseados em critérios científicos. Nesse mesmo artigo apontava para que a alimentação dos rurais estava diretamente ligada a diversas condicionantes: o clima, as condições pecuniárias, mas, acima de tudo, às explorações agropecuárias. Também acusava a quase ausência de proteínas animais, gorduras e vitamina C, bem como uma nutrição pobre das crianças, sendo uma causa direta para a elevada mortalidade infantil. Com a criação do Centro de Estudos Económicos e do Centro do Estudos Demográficos do INE, em 1943, começaram a surgir diversos inquéritos nos moldes que Rocha Faria defendeu.

Fora da atividade académica, também se dava uma atenção redobrada às questões da alimentação. O final da II Guerra Mundial não se traduziu na regularização e no término da “questão das subsistências”. Como o então ministro da Economia, Daniel Barbosa referiu, a situação alimentar em Portugal no rescaldo da guerra pautava-se por uma insuficiência calórica fornecida pelos alimentos racionados e uma percentagem de gorduras igualmente insuficiente. Deste modo, surgiu a necessidade de “irmos buscar, aos géneros em venda

livre, as calorias restantes, e um corretivo à deficiente composição alimentar” (Barbosa 1948: 215). Assim, o ministro empreendeu uma política para pôr cobro às dificuldades no abastecimento alimentar, exacerbadas durante o conflito armado¹⁶.

Apesar de certas iniciativas políticas e dos reptos lançados pelos investigadores, a situação alimentar, em contexto rural, demonstrou uma continuidade com o que caracterizara os anos 30 e 40. Partindo dos inquéritos realizados no Minho e no Ribatejo, em 1950, “a população rural toma geralmente 4 refeições por dia: almoço das 7 às 8 horas; jantar das 12 às 14; merenda das 16 às 18; ceia das 20 às 22” (Pinho e Campos 1950: 17), sendo o jantar a refeição mais substancial de todas. Já entre os pratos principais deste extrato populacional sobressaía o caldo, uma sopa constituída sobretudo por hortaliças e temperada com azeite, e o presigo, composto por arroz ou massa com feijão. No que toca à proteína animal escasseava a carne, surgindo por vezes sardinha ou bacalhau.

Através deste quadro, é possível concluir que, tal como na cidade, mas de forma mais exacerbada e com outras implicações, os ritmos de trabalho impunham certos modelos de alimentação. Assim, “longe dos conselhos dos agentes sanitários que alertavam para a necessidade de uma dieta variada e suficientemente calórica, eram corpos que privilegiavam [...] uma alimentação farta e bem regada” (Ferreira 2011: 252). Deste modo, a alimentação no campo e na cidade contrastava fortemente: se nas cidades, o acesso a determinados alimentos a tornava, vitamínicamente, mais correta, nos campos, eram privilegiadas características alimentares que sustentassem os diversos trabalhos agrícolas.

Outra diferença que se acentuava entre campo e cidade era o próprio modo em que se processava a refeição. Poder-se-ia verificar uma multiplicidade de objetos para o ato de comer no seio de uma família urbana de classe média ou média-alta, sendo também provável a não partilha do pão, tendo cada um dos presentes direito ao seu. Além disso, estas famílias poderiam dispor de criadas e serviçais, cujas funções partiam da “aprendizagem de padrões e procedimentos técnicos, o respeito pelas regras de precedência” (Brasão 2012: 174), contribuindo para este quadro de inculcação de certos valores de civilidade e de distinção à mesa. Já nos meios rurais, na refeição poderia existir um pão grande partilhado pelos diversos elementos da família, além de uma frugalidade e maior simplicidade nos utensílios utilizados, sendo este um modelo que as famílias portuguesas emigradas nos diversos pontos da Europa repetiam.

¹⁶ Para uma visão detalhada dessas políticas veja-se Rosas 2001: 123-149.

Deste modo, o consumo material e alimentar reproduz mecanismos que derivam dos “posicionamentos que ocupam no sistema de estratificação, da necessidade de conformidade com o grupo e das lógicas de distinção social” (Rosales 2009: 25-26). A disciplina da comensalidade e os rituais de mesa advogava uma imagem de individualização dos elementos familiares em meio urbano, ao contrário do que continuavam a decorrer nas zonas rurais, embora se deva frisar que “a autonomização urbana só pode encontrar um eco rural na casa dos privilegiados” (Roche 1998: 284).

Dentro das próprias cidades, mas fora da esfera da classe média, também se verificavam diversos matizes no que toca a como as pessoas se alimentava. Através de um inquérito realizado entre os operários da Fábrica de Louça em Sacavém, em 1949, é possível verificar carências de diversos tipos. As condições de vida desta faixa populacional pautavam-se pelas:

habitações modestas, por vezes bastante modestas e raras vezes havia horta ou animais domésticos que contribuíssem com alimentos além dos obtidos na loja. E mesmo quando assim sucedia era em tão pequena escala que praticamente não vinha modificar a homogeneidade do abastecimento (Pinho 1949: 20).

Especificamente, sobre a alimentação, surgiram como conclusões que “os valores energéticos das rações alimentares são, na generalidade, suficientes” (Pinho 1949: 10), onde apenas 21 das 118 famílias inquiridas apresentavam um consumo familiar diário abaixo de 3000 calorias. Ainda assim, se verificavam carências a nível vitamínico e mineral, de onde sobressaiu a falta de cálcio que se traduzia em problemas ósseos nas crianças e jovens. Já na zona industrial de Alcântara, no final da década de 1960, a base da alimentação partia do consumo de batata e arroz, uma quase inexistência de gorduras, vitaminas e proteínas, onde os fracos recursos da população permitiam, na sua maioria, uma refeição diária, ou seja, “a alimentação prima pela insuficiência não só pela qualidade como em quantidade, comendo-se unicamente para tapar a fome” (Serra 1967: 21).

A evolução do consumo vitamínico diário em Portugal traduziu-se da seguinte forma, patente no quadro II, de onde se denota um crescente aumento dos consumos médios de hidratos de carbono, proteínas animais e vegetais, embora tais dados sejam aplicados, sobretudo, à realidade urbana, graças à subida de rendimentos.

Quadro II. Consumo médios por pessoa e por dia (gramas)

Anos	Hidratos de carbono	Proteínas		Gorduras
		Animais	Vegetais	
1937/38	320,8	20,4	37,8	65,2
1947	362,5	21,4	43,2	67,0
1948	361,0	20,1	42,0	65,7
1949	373,2	20,1	43,3	66,8
1950	404,5	22,5	48,8	66,7
1951	394,5	21,0	46,8	69,8
1952	378,3	22,5	43,7	63,8
1953	406,2	24,6	45,7	61,9
1954	416,0	23,9	47,2	57,2
1955	392,0	24,7	44,5	65,9
1956	401,5	24,5	45,2	69,4
1957	408,3	24,9	45,6	63,5
1958	387,5	25,9	42,9	62,0
1959	398,3	25,4	44,3	63,5
1960	415,5	25,7	45,6	65,3
1961	413,0	27,4	45,7	67,6
1962	417,0	28,1	44,8	66,6
1963	437,3	27,0	48,9	69,3
1964	417,3	30,7	46,6	69,4
1965	417,5	31,1	46,8	73,2
1966	410,0	30,3	46,0	72,1
1967	435,8	33,7	48,6	72,1
1968	440,3	31,6	48,1	80,5
1969	442,3	32,4	47,6	80,0
1970	439,3	34,7	47,2	79,8

Fonte: Peres 1973: 77

4.2. Os padrões de consumo alimentar

Como se notou à época, nas principais cidades denotava-se “uma procura mais apurada, apoiada num poder de compra mais alto” (Lobão 1966: 15) que se repercutia, não apenas nas estruturas do mercado retalhista, como foi mostrado, mas também a nível da percentagem de rendimentos para a alimentação. Se atendermos à repartição de rendimentos no que toca à alimen-

tação, esta é a maior despesa em contexto urbano, sofrendo uma variação de 10% entre Lisboa e Porto, e pequenas variações nas cidades do interior.

Quadro III. Estrutura das despesas de consumo privado em contexto urbano

	Lisboa 1948-49	Porto 1950-51	Coimbra 1953-54	Évora 1955-56	Viseu 1955-56
Alimentação e bebidas	52,6	62,7	54,7	51,9	47,3
Bebidas alcoólicas	2,8	6,8	4,2	1,4	0,1
Vestuário e Calçado	10,5	8,1	9,1	9,2	10,8
Habitação	11,1	9,2	9,8	9,8	10,4
Combustíveis e Eletricidade	4,2	5,8	5,1	5,4	5,1
Higiene	1,5	1,9	2,1	3,6	2,9
Recheio de Habitação	3,2	2,2	2,5	1,8	2,7
Servidores	2,4	0,9	1	0,5	0,9
Transportes e Comunicações	5,2	2,5	3	1	2
Saúde	3,7	2	1,4	2,8	2,7
Tabaco	1,2	2,1	1,4	2,2	1,2
Educação	1,7	0,5	1,2	0,7	1,8
Diversos	2,6	2,3	8,7	11,2	12,2

Fonte: Pires 1966: 25.

Estas variações eram detetáveis dentro das próprias cidades, nas quais, na sua população eram visíveis certas diferenças no seu quotidiano. Veja-se o seguinte exemplo: entre os anos 40 e 50, e apesar de a eletrificação ser uma realidade há várias décadas, e em que “a difusão dos aparelhos elétricos nos lares esteve na base do aumento do bem-estar doméstico no Portugal de pós-guerra” (Bussola 2005: 13), certas famílias da classe média continuavam a utilizar candeeiros a petróleo ou fogareiros, continuando a existir o hábito da compra de carvão em tabernas. A transposição de certos aspetos e hábitos quotidianos típicos do interior rural para as cidades poderá explicar esta lenta transição de costumes, de que a situação mencionada é apenas um de vários exemplos.

Este quadro de continuidades teve impactos na alimentação embora, a partir dos anos 60, se tenham processado várias alterações. Numa situação económica pautada pelo envio das remessas dos emigrantes, um crescente

fluxo de turistas e aumentos salariais, os níveis de consumo alimentar tenderam a mostrar a evolução em determinados produtos, fazendo-se “em benefício dos chamados produtos agrícolas ricos — carne, leite, ovos, fruta, etc. — e em detrimento dos mais pobres — cereais, como o centeio, a cevada e o arroz, mas também a batata, o vinho e outros” (Amaral 1994: 904). Veja-se o caso do consumo de produtos animais (leite, queijo e ovos) que, entre 1963 e 1965, aumentou 38%. Também as carnes entram cada vez mais nas rotinas alimentares dos portugueses. Ainda assim, para o caso de Lisboa, durante a década de 1960, notava-se que “das flutuações cíclicas características da nossa oferta de animais de açougue [...] resultam variações nos preços dos gados”¹⁷, sobretudo do gado bovino e do gado ovino, que dificultavam a compra das carnes por parte dos talhantes. É neste contexto que sobressaiu, à semelhança do pescado, a necessidade de abastecer a cidade com carne congelada. Já no caso dos produtos agrícolas, “podem formar-se dois subgrupos bem diferenciados [...] produtos hortícolas e frutas por um lado, numa linha de evolução idêntica à dos produtos animais, e cereais e derivados e batatas e leguminosas, que que o ritmo de evolução é mais muito mais lento, podendo mesmo falar-se neste último caso de tendência à saturação” (Alves e Silva 1969: 27).

No campo, uma vez mais, a alimentação era manifestamente exígua, em termos proteicos, assistindo-se a um exclusivismo alimentar, com poucas variações, cuja base partia dos cereais que chegavam “a representar 80 a 90% das calorias totais da alimentação” (Mira 1948: 371). Como notou António de Almeida Garrett, “as classes rurais de um modo geral, têm pior alimentação quantitativa e qualitativamente, que a dos meios urbanos ou da vizinhança destes” (Garrett 1957: 42). A escassez de determinados géneros, como o pescado, e o pouco consumo de frutas contrastavam como grande consumo de batata e pão, alimentos abundantes em hidratos de carbono. No caso do concelho de Resende, região muito marcada pelos trabalhos agrícolas em torno da viticultura, na época das vindimas, os jornaleiros “levam broa, um bocado de bacalhau, e lá dão-lhe caldo e o vinho” sendo “quase toda a sua alimentação, a trabalhar de sol a sol, carregando cestos de quatro e cinco arrobas” (Almeida 1967: 16). A questão do consumo de vinho revela-se importante pois era defendido que “o vinho deve ser consumido em quantidade proporcional à qualidade da alimentação e exclusivamente às refeições” (Ferreira 1946: 58), o que muitas vezes não acontecia.

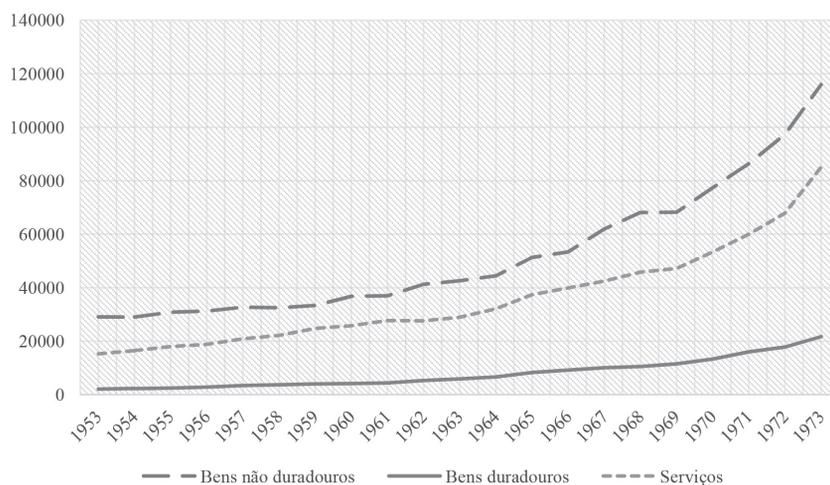
Noutro ponto geográfico, o Alto Alentejo, as refeições da população partiam de um residual consumo de carne e peixe; ovos, leite, manteiga e queijo

¹⁷ ANTT, AOS, CO/E, pasta 19, pt. 5, p. 221.

eram considerados artigos de luxos e a fruta apenas surgia às refeições consoante a época de cultivo. Assim, o que sobressaia era o consumo de pão, batata, hortaliças, isto é, uma alimentação baseada na ingestão de hidratos de carbono o que levava a que “um grande número de famílias encontra-se subalimentadas e assim muitas doenças de carência se manifestam: raquitismo, anemias, caries dentárias (muito), afeções cutâneas” (Filipe 1967: 42).

Ainda assim, quando comparados com os restantes países da Europa, os padrões de consumo alimentar ainda estão distantes do nível de vida europeu. Enquanto noutros países, as despesas familiares já previam gastos com atividades de lazer, as despesas com alimentação continuam a ocupar um nível preponderante nos orçamentos das famílias portuguesas.

Gráfico I. Evolução do consumo privado em Portugal (1953-1973) (milhões de escudos)



Fonte: Valério e Silva 1997: 200-201.

Nota: preços correntes.

Contudo, essa importância sofreu alterações pois o lugar que esta ocupava na estrutura do consumo privado passou de 52,2%, em 1958, para 46,8%, em 1973. Já o consumo não alimentar, onde se incluiu despesas de habitação, de saúde, compra de veículos, transportes e comunicações, entre outros, passa de 47,8% para 53,2%, respetivamente.

Quadro IV. Evolução, em percentagem, da estrutura do consumo privado (1958-1973)

	1958	1968	1973
Consumo alimentar	52,2	47,9	46,8
Pão e produtos à base de cereais	9,1	6,5	4,8
Carne	7,4	7,7	8,0
Peixe, crustáceos e moluscos	4,5	3,7	5,1
Leite, queijos e ovos	2,8	2,7	2,2
Bebidas	8,6	8,9	11,7

Fonte: Santos 1989: 135

As alterações nas despesas do consumo privado levaram a que a economia nacional e, especificamente, a agricultura não correspondesse às necessidades da sociedade da época, “quer em quantidade, quer em preço, pelo que se tem recorrido a elevadas importações, com a conseqüente repercussão sobre a balança de pagamentos” (Alves e Silva 1969: 115). A modernização tecnológica dos métodos de exploração agrícola, a reconversão de certas culturas e até mesmo a reestruturação da estrutura fundiária acabaram por contribuir para o quadro atávico em que o sector primário se encontrava, que igualmente se repercutia na oferta de matéria-prima para as indústrias alimentares, que tinham de recorrer à importação. Apesar de um quadro contínuo de mudança, e com diferenças que muitas vezes, além de regionais, se operavam na estrutura interna das cidades, certas carências permaneceram.

Como sintetiza Dulce Freire, “o consumo de alimentos habitual em Portugal estava visivelmente desconectado dos padrões europeus, o que socialmente era insustentável e, além disso, percebido pelas organizações internacionais” (Freire 2011: 126). Não obstante o desenvolvimento industrial, a agricultura dificilmente correspondeu às alterações alimentares, permanecendo a escassez de produtos como o leite ou a carne até à década de 1980.

5. Conclusão

A alimentação é uma das bases estruturantes do quotidiano, facto que em contexto de mudança se revela como um indicador económico, social e cultural. No caso português e no período do segundo pós-guerra, a internacionalização económica foi pretexto para um esforço de modernização,

acompanhando determinadas tendências da Europa industrializada, nomeadamente, nas infraestruturas de comercialização, de que os supermercados são o melhor exemplo.

Contudo, não se poderá ver nesta situação uma ideia de generalização a todos os estratos sociais, verificando-se uma dicotomia campo/cidade e litoral/interior. Enquanto nas cidades as alterações a nível do consumo e distribuição se tornavam evidentes, as áreas rurais permaneciam arreigadas a certas continuidades do consumo alimentar, onde o peso do trabalho agrícola exacerbava as carências e determinava os ritmos do dia-a-dia. O desenvolvimento económico e social vivido depois do fim da II Guerra Mundial terá de ser visto numa perspetiva bipolarizada, repartindo-se entre o mundo urbano e o mundo rural que permaneciam afastados em muitos aspetos. Os desequilíbrios alimentares são passíveis de mapeamento onde “no Sul faltavam alimentos protetores, enquanto no Norte rareavam alimentos energéticos” (Cascão 2011: 81), traduzindo-se em insuficiências e desproporções calóricas, muito notadas pela classe médica.

Através deste ensaio, pretendeu-se contribuir para uma melhor definição dessa visão, sendo possível constatar, como já se referiu, que a alimentação se construiu num jogo de escalas. Se à escala nacional, existia a referida divisão entre o consumo alimentar no interior e no litoral, já dentro do litoral e dos núcleos urbanos aí localizados, também se dava, na perspetiva dos estabelecimentos, compra e venda de produtos alimentares, uma distinção entre diversas zonas das cidades. Retomando a citada definição sobre consumo alimentar, no período final do Estado Novo este era, claramente, um veículo de identificação ou de diferenciação social e económica, patente nas idiosincrasias a que fomos fazendo menção ao longo deste ensaio.

Fontes manuscritas

ANTI, AOS, CO/E = Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Economia, pastas 19 e 25.

Fontes impressas: publicações periódicas

Diário de Lisboa (1960-1973).

Fundexport: boletim quinzenal de informações do Fundo de Fomento de Exportação (1960-1973).

O Comércio de Víveres (1961-1973).

Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas (1947-1973).

Fontes impressas: artigos e estudos da época

- ALMEIDA, Margarida Nogueira de Mesquita Cardoso de Sousa e (1967). “Aspetos da alimentação no concelho de Resende”, in *Problemas nacionais de alimentação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Ultramarinas, 14-18.
- BARBOSA, Daniel Maria Vieira (1948). *Na pasta da Economia: discursos, declarações e súmulas das conferências com a imprensa*. Lisboa: Portugalíia Editora.
- CORRÊA, António Augusto Mendes (1951). *A alimentação do povo português*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos.
- FARIA, Fernando da Conceição Rocha (1942). “A alimentação dos trabalhadores portugueses: resumos de algumas investigações”, *Jornal do Médico*, 44-48.
- FARIA, Fernando da Conceição Rocha (1950). *O problema alimentar português: subsídios para a sua resolução*. Lisboa: Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda do Ministério da Economia.
- FERREIRA, F. A. (1946). *Problemas científicos e sociais da alimentação*. Lisboa, Cosmos.
- FILIFE, Francisco Luís B. (1967). “Algumas considerações do que eu conheço sobre a alimentação das populações rurais do Alto Alentejo”, in *Problemas nacionais de alimentação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Ultramarinas, 41-43.
- GARRETT, Almeida (1957). *Para uma alimentação racional*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- LOBÃO, António J. Cortez (1966). “Dinâmica da comercialização dos produtos agrícolas perante as novas solicitações do consumo: referência especial ao sector hortofrutícola”, *Revista Agronómica*, L, 1-21.
- MIR, Ferreira da (1948). “Inquérito à alimentação e condições sanitárias do pessoal numa exploração agrícola”, *Gazeta Médica Portuguesa*, 2, 371-393.
- PERES, Rogério Inácio (1973). “Os níveis de nutrição da população continental portuguesa”, *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, 1, 76-78.
- PINHO, Bernardino de (1949). *Inquérito alimentar entre os operários da Fábrica de Louça de Sacavém*. Lisboa: Ministério do Interior/Direcção-Geral de Saúde.
- PINHO, Bernardino de, CAMPOS, Fausto Cruz de (1950). *Inquéritos alimentares entre famílias rurais*. Lisboa: Ministério do Interior/Direcção-Geral de Saúde.
- PIRES, Maria Margarida Câmara (1966). “Estudo sobre as estruturas do consumo”, *Planeamento e Integração Económica: boletim do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho*, X-XI, 15-27.
- SALLES, Charles (1966). “A congelação e a sobrecongelação de frutos e legumes”, *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 21-28.

Bibliografia

- ALVES, António Monteiro, SILVA, Fernando Gomes (1969). *Consumo privado e consumo alimentar em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de Economia Agrária/Fundação

Calouste Gulbenkian.

- AMARAL, Luciano (1994). “Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)”, *Análise Social*, 128, 889-906.
- BRASÃO, Inês (2012). *O tempo das criadas: a condição servil em Portugal (1940-1970)*. Lisboa: Tinta-da-China.
- BUSSOLA, Diego (2005). *A “modernização” dos lares lisboetas: consumo de energia e electrodomésticos na Lisboa de após guerra (1947-1975)*. Lisboa: ISCTE (dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, texto policopiado).
- CAMPOS, João da Silva (1979). *Balanças alimentares: a balança alimentar do continente português, período de 1963-75*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- CASCÃO, Rui (2011). “À volta da mesa: sociabilidade e gastronomia”, in VAQUINHAS, Irene (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: a época contemporânea*. Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 56-91.
- FERREIRA, Vítor Sérgio (2011). “Modas e modos: a privatização do corpo no espaço público português”, in ALMEIDA, Ana Nunes (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: os nossos dias*. Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 242-276.
- FISCHLER, Claude (2001). “A “macdonalização” dos costumes”, in FLANDRIN, Jean Louis, MONTANARI, Massimo (coord.), *História da Alimentação: da Idade Média aos tempos actuais*, Lisboa: Terramar Editores, 413-430.
- FREIRE, Dulce (2011). “Produzir mais e melhor: Estado, agricultura y consumo alimentario em Portugal (1926-1974)”, *Ayer*, 83, 101-126.
- GARRIDO, Álvaro (2000). “Políticas de abastecimento no segundo pós-guerra: a “Organização das Pescas”, *Análise Social*, 156, 651-694.
- GARRIDO, Álvaro (2014). “População e sociedade”, in PINTO, António Costa, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (dir.), CARDOSO, José Luís (coord.), *História Contemporânea de Portugal. Olhando para dentro: 1930-1960*. Lisboa: Objectiva, 2014, 145-175.
- MATEUS, Abel (1998). *Economia portuguesa: crescimento em contexto internacional (1910-1998)*. Lisboa: Editorial Verbo.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1975). “Niveaux de consommation, niveaux de vie au Portugal (1874-1922)”, *Annales : Économies, Sociétés, Civilisations*, 30, 610-631.
- VALÉRIO, Maria José, SILVA, Fátima (1997). “Estatísticas da produção, despesa e rendimento”, in PINHEIRO, Maximiano (coord.). *Séries longas para a economia portuguesa pós II Guerra Mundial*. Lisboa: Banco de Portugal, 181-232.
- PINHEIRO, Magda (2011). *Biografia de Lisboa*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- REIS, Jaime (2009). “Migração, estatura e consumo: o nível de vida em Lisboa, 1890-1910”, in SERRÃO, José Vicente, PINHEIRO, Magda Avelar, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (org.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois Séculos – Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 263-279.
- ROCHA, Maria Manuela (2009). “Economia moral e abastecimento: a intervenção

- pública no mercado de carne em Lisboa: 1850-1900”, in SERRÃO, José Vicente, PINHEIRO, Magda Avelar, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (org.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois Séculos – Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 249-262.
- ROLLO, Maria Fernanda (1994). “A industrialização e os seus impasses” in MATTOSO, José (dir.), ROSAS, Fernando (coord.), *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*, vol. 7. Lisboa: Editorial Estampa, 450-471.
- ROSALES, Marta Vilar (2009). *Cultura material e consumo: uma introdução*. Lisboa: Celta Editora.
- ROSAS, Fernando (2001). “Daniel Barbosa e a política de estabilização económica e social do pós-guerra (1947/48)”, in *Salazarismo e fomento económico*. Lisboa: Editorial Notícias, 123-149.
- SANTOS, Américo Ramos dos (1989). “Abertura e bloqueamento da economia portuguesa” in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 5. Lisboa: Publicações Alfa, 109-150.
- SARAMAGO, Alfredo (2004). *Para uma história da alimentação de Lisboa e seu termo*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- SILVA, Filipe Guimarães da (2012). “A nacionalização que se deseja”: notas para uma breve história da indústria cervejeira nacional do Estado Novo às nacionalizações revolucionárias. Lisboa: FCSH/UNL, 2012 (dissertação de mestrado em História Contemporânea, texto policopiado).
- TEIXEIRA, José Afonso (1996). *O comércio alimentar na área metropolitana de Lisboa nos últimos trinta anos*. Lisboa: FCSH (tese de doutoramento em Geografia Humana, texto policopiado).
- TRUNINGER, Mónica (2010). *O campo vem à cidade: agricultura biológica, mercado e consumo sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.



**CADERNO
TEMÁTICO**

Do temor à chuva ao céu de onde descem dragões. Percepção e registo de fenómenos naturais (séculos VII a XVIII)

A explicação dos fenómenos naturais na cultura ocidental experimentou, entre os tempos medievais e os modernos, uma transição do predomínio do pensamento religioso ao domínio do pensamento racional baseado na ciência. Esta passagem foi lenta e, mais do que limites ou fronteiras, houve durante várias centúrias um convívio entre maneiras de perceber e significar que só posteriormente seriam classificadas como ‘científicas’ ou ‘não científicas’. Embora essa classificação por vezes pareça baseada na metodologia, na verdade são outros os motivos que levam a aceitar ou não, segundo os critérios atuais, a validade das teorias do passado. Por exemplo, uma década depois de Descartes ter publicado o *Discurso sobre o método*, James Ussher situava a Criação no dia 22 de outubro do ano 4004 a.C. a partir de uma análise dos textos bíblicos muito similar às realizadas por Johannes Kepler, ou pelo “filósofo da natureza” Isaac Newton, entre outros. Do ponto de vista destes autores, o método utilizado para calcular a idade do mundo não era diferente de outros aplicados para explicar ou justificar fenómenos astronómicos, geológicos ou biológicos a partir de observações, medições e experiências. E, de facto, o que diferencia esses cálculos dos atuais não é o método, mas a natureza dos dados em análise.

Para um investigador atual a Bíblia não é válida para estudar a origem da Terra ou do Universo, mas pode ser uma fonte para o estudo de outros fenómenos e, fundamentalmente, é uma fonte essencial para o estudo da percepção desses fenómenos no passado. A leitura dos movimentos celestes como mensagens e das catástrofes naturais como castigos divinos foi constante ao longo das idades Média e Moderna, e os registos do passado devem ser analisados tendo em conta essas vivências e essa percepção. Conscientes de que um eclipse ou um meteorito não têm para um astrónomo contemporâneo o mesmo significado que tinham para um monge do século XII, ou para um camponês do século XVI, os investigadores sabem que a maneira como estes fenómenos foram experimentados e interpretados ao longo do tempo condicionou a forma como foram vividos e registados.

No momento presente, as preocupações sobre o clima e as suas mudanças impulsionam múltiplos projetos interdisciplinares focados no estudo dos fenômenos atmosféricos, muitos deles enquadrados dentro da chamada História Ambiental. Os dados recolhidos pela Geologia, a Biologia ou a Física são complementados nesses projetos com outros preservados em fontes escritas produzidas por testemunhas coevas e, portanto, registados em função de critérios diferentes dos atuais, que é necessário compreender para poder ‘traduzir’ essas fontes e trabalhar esses dados. A função simbólica que durante séculos tiveram os fenômenos celestes, o significado que era dado às epidemias ou a maneira como as estações condicionavam o quotidiano são, por este motivo, importantes não só para conhecer melhor as mentalidades de períodos pretéritos, mas para interpretar os registos que os habitantes dessas épocas produziram.

Ao lançarmos o repto para este caderno temático, tivemos o ensejo de integrar na *Revista de História da Sociedade e da Cultura* um contributo coletivo, para o desenvolvimento de um debate científico, que anima a atualidade historiográfica e vai ao encontro de preocupações da comunidade científica e da sociedade civil dos nossos dias. Em resultado da chamada de artigos e posterior avaliação científica das propostas, apresentamos, hoje, um conjunto de estudos redigidos em inglês, castelhano, francês e português, produzidos por investigadores das universidades de Granada, Requejavique, Girona, São Petersburgo, Cidade de Nova Iorque, Évora e Porto. Apesar de publicar, exclusivamente, trabalhos de carácter historiográfico, este caderno temático beneficiou também de contributos provenientes dos estudos literários e da musicologia.

Com análises que observam a percepção, a reação e o registo de fenômenos naturais, numa espacialidade que integra o Próximo Oriente, o Mediterrâneo, a Europa Central e Setentrional, a Península Ibérica e os Açores, este caderno temático interpela-nos a refletir sobre o peso das condições ambientais, no quotidiano de diferentes sociedades e culturas, entre os séculos VII e XVIII. A Natureza é aqui abordada, nas suas diferentes manifestações. Ao folhear das páginas, deparamo-nos com ocorrências simples – como o Sol, o vento e a chuva do dia-a-dia –, fenômenos mais violentos e extemporâneos – como os tremores de terra, as secas e as inundações – e ainda manifestações visualmente mais impressionantes – como os eclipses e as auroras boreais.

O conjunto engloba abordagens historiográficas plurais, assentes numa plêiade de fontes heterogênea, porque heterogêneas são também as geografias e as cronologias em foco. A análise de crônicas é preponderante, sobressaindo a frequência com que são utilizadas e a grande diversidade dos seus

contextos de produção laicos e eclesiásticos; mas o substrato documental que fundamenta os trabalhos integra, também, fontes como textos litúrgicos, correspondência, literatura de viagem e jornais. A percepção da natureza foi assim analisada a partir de registos individuais e subjetivos, mas também com base em discursos estruturados para o coletivo, em que os diferentes fenómenos veiculam uma mensagem ideológica – religiosa e política – e são imbuídos de um significado.

No seu conjunto, estes estudos contribuem para a compreensão da percepção dos fenómenos naturais, pela Humanidade, ao longo de mais dez séculos de História, oferecendo-nos interpretações dos efeitos da meteorologia, da sismicidade e da astronomia na paisagem natural, edificada e sonora; nas vivências sociais e espirituais; e na construção política de diferentes poderes. Maioritariamente enquadrado numa cronologia anterior à normalmente estabelecida para a consolidação do pensamento científico, este caderno fornece dados fundamentais para a real compreensão dos conhecimentos e da consciência que as sociedades medievais e modernas tinham da Natureza. E, nesse sentido, a sua leitura global permite abordagens comparativas e o aprofundamento de um conhecimento diacrónico, centrado na visão e na compreensão humana da Natureza e das suas diferentes manifestações.

Publicado num tempo em que se debate, de forma polémica e controversa, a capacidade do Homem de intervir e ameaçar os equilíbrios atmosféricos, este caderno coloca-nos perante a percepção do natural pela Humanidade, ao longo de mais de 1000 anos. Individual ou coletivamente, os diversos artigos fornecem importantes conclusões sobre a reação e a percepção das sociedades face à Natureza e às sequelas materiais e psicológicas que as suas manifestações lhes imprimiam, tal e qual, um dia, também a sociedade atual estará em análise. Nessa capacidade de nos fazer percorrer cronologias e geografias díspares, de nos apresentar as marcas da Natureza na materialidade e na mentalidade de diferentes épocas e civilizações, obrigando-nos à reflexão e ao questionamento permanente acerca do real conhecimento do Homem face ao Ambiente, se cumprem os objetivos iniciais das coordenadoras deste caderno que, agora, o entregam à fruição e ao estudo do leitor.

COVADONGA VALDALISO-CASANOVA

CH – U. Lisboa / CHSC - U. Coimbra

covaldaliso@gmail.com

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

CHSC – U. Coimbra / CIDEHUS – U. Évora

melicampos@gmail.com

From fear of rain to dragons descending from the skies: perceptions and records of natural phenomena (from the 7th to the 8th century)

Explanations of natural phenomena in Western culture underwent a transition between medieval and modern times, in which the prevailing religious notions gave way to rational thinking based on science. It was a slow transition and, rather than creating limits or boundaries, the different ways of perceiving and giving meaning to what would later be classified as 'scientific' or 'non-scientific' coexisted for several centuries. Although this classification appears at times to be based on methodology, there are, in fact, other motives for deciding whether to accept the validity of theories from the past on the basis of current criteria. For example, one decade after Descartes published his *Discourse on the Method*, James Ussher calculated the date of the Creation as 22nd October 4004 BC based on an analysis of Biblical texts that was very similar to the work of Johannes Kepler or the "natural philosophy" of Isaac Newton, amongst other scholars. In the view of these authors, the method used to calculate the age of the world was no different from the methods employed to explain or justify astronomical, geological or biological phenomena using observation, measurements and experiments. In fact, what differentiates these calculations from the ones used today is not the method, but the nature of the data under analysis.

For the researcher today, the Bible is not valid for studying the origins of the Earth or the universe but may be a useful source for studying other phenomena and an essential source for studying how they were perceived in the past. Interpreting celestial movements as messages and natural catastrophes as divine punishments continued throughout the medieval and modern ages and any analysis of records from the past should take these experiences and this perspective into account. Aware that an eclipse or a meteorite does not have the same significance for a contemporary astronomer as they would have had for a monk in the twelfth century or a peasant in the sixteenth century, researchers know that the way in which these phenomena were experienced and interpreted over time has influenced the way in which they were felt and recorded.

Nowadays, concerns about climate change have led to a number of interdisciplinary projects focussing on the study of atmospheric phenomena, many within the field of environmental history. In these projects, data collected from geology, biology and physics is supplemented with other data preserved in written sources produced by contemporary witnesses and therefore recorded

using different criteria, which has to be understood in order to ‘translate’ the sources and work with the data. The symbolic function which celestial phenomena maintained for centuries, the meaning attributed to plagues, or the way in which the seasons affected everyday life are therefore important, not only in terms of developing a better understanding of ways of thinking in past times, but also for interpreting the records which the people of those times produced.

In launching the challenge for this thematic edition, we had the opportunity to offer the *Journal of the History of Society and Culture* a collective contribution to develop a scientific debate that is of great interest to historiography and reflects the concerns of the academic community and civil society nowadays. Following our call for papers and subsequent review of the proposals, we now present a collection of studies written in English, Spanish, French and Portuguese, produced by researchers from the universities of Granada, Reykjavik, Girona, St. Petersburg, New York City, Evora and Porto. Although it the Journal is exclusively dedicated to publishing historiographical articles, this thematic edition has also benefited from contributions from literary studies and musicology.

Containing analyses of perceptions, reactions and records of natural phenomena in a spatial area that includes the Near East, the Mediterranean, Central and Northern Europe, the Iberian Peninsula and the Azores, this issue invites us to reflect on the importance of environmental conditions in the everyday life of different societies and cultures between the seventh and eighteenth centuries. It addresses nature in all its different manifestations: browsing through the pages, we encounter simple events, such as the sun, wind and rain on an ordinary day, more violent and extemporaneous phenomena, including earth tremors, droughts and floods, and even more visually striking examples, such as eclipses and the aurora borealis.

The collection encompasses a plurality of historiographical approaches, based on a plethora of different sources, since the geographies and chronologies in question are also very different. Chronicles are the main focus of analysis, highlighting the frequency with which they are used and the wide range of secular and religious contexts in which they were produced, although the documentary base for these studies also includes sources such as liturgical texts, correspondence, travel literature and journals. Perceptions of nature have therefore been analysed on the basis of individual, subjective records which are, nevertheless, founded on collectively structured discourses in which the different phenomena convey an ideological – religious and political – message and are imbued with meaning.

As a whole, the studies contribute towards developing an understanding of how humanity perceived natural phenomena over more than ten centuries of history, offering interpretations of the effects of weather, seismicity and astronomy on the natural, built and sonic landscape, social and spiritual experiences and the political construction of different powers. Largely framed within an earlier chronology than the one normally established for the consolidation of scientific thinking, this publication provides essential data for a real understanding of the knowledge and awareness of nature in medieval and modern societies. Thus, its overall interpretation allows for comparative approaches and a more profound diachronic understanding, focussing on the human vision and comprehension of nature and its different manifestations.

Published at a time when humanity's capacity to intervene and threaten the atmospheric balance is the subject of controversial and heated debate, this publication presents us with humanity's perceptions of the natural world over more than one thousand years. Individually or collectively, the different articles offer important conclusions on how societies react to and perceive nature and how they are affected by its material and psychological consequences, just as, one day, our society will also be analysed. By enabling us to explore various chronologies and geographies, presenting us with evidence of the influence of nature on the material conditions and mental processes in different ages and civilisations, and forcing us to reflect on and constantly question humanity's real understanding of the environment, it has fulfilled the initial objectives of the coordinators, who now present it for the enjoyment and the study of the reader.

COVADONGA VALDALISO-CASANOVA

CH – U. Lisbon / CHSC - U. Coimbra
covaldaliso@gmail.com

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

CHSC – U. Coimbra / CIDEHUS – U. Evora
melicampos@gmail.com

El maldito siglo VII: los efectos del enfriamiento y las catástrofes naturales en Siria-Palestina según las crónicas

The wicked 7th century: the effects of the cooling and the natural disasters in Syria-Palestine according to the chronicles.

CARLOS MARTÍNEZ CARRASCO

Centro de Estudios Bizantinos - Universidad de Granada
cmtnez@ugr.es

Texto recibido em / Text submitted on 09/11/2017

Texto aprobado em / Text approved on 18/12/2017

Resumen: Las condiciones climáticas influyeron en los grandes sucesos que agitaron un siglo VII marcado por una profunda crisis. Centrados en la región de Siria-Palestina, los efectos del enfriamiento global están relacionados con la expansión del islam. Asimismo, terremotos y otros fenómenos celestes, acrecentaron la sensación de estar ante el Apocalipsis.

Palabras clave: Edad Media; Enfriamiento global; Terremoto; Oriente Medio; Crónicas.

Abstract: The weather conditions influenced on the great facts that shook a 7th century marked by a deep crisis. Focused on the region of Syria-Palestine the effects of the global cooling are connected with the Islamic expansion. Also, earthquakes and other heavenly phenomena, grew the feeling of be in front of the Apocalypse.

Keywords: Middle Age; Global Cooling; Earthquake; Middle East; Chronicles.

1. Introducción

Las transformaciones que afectaron al Mediterráneo oriental, y en especial a la Romania¹, culminaron en el siglo VII con una crisis que afectó a todas las estructuras sociales, económicas, políticas y religiosas. Fue un período de inusual inestabilidad, con los golpes de Estado de Focas (602-610) y Heraclio (610-641); la crisis dinástica de febrero de 641 (Motos 2015); y una “pequeña anarquía militar” entre 695-705. Afloraron problemas latentes no resueltos como las querellas cristológicas, que dividieron la cristiandad

¹ En este trabajo me referiré al Imperio romano de Oriente o a la Romania en lugar del más usual Bizancio o Imperio bizantino. Por esta razón, cuando se hable de romanos, estaré haciendo referencia a los ciudadanos de este Estado, independientemente de su etnia, que se especificará cuando sea necesario.

oriental en grupos antagónicos e irreconciliables; un enfrentamiento enquistado que estalló al romperse el equilibrio imperante desde la segunda mitad del siglo VI. Sirvieron como catalizadores dos invasiones y guerras consecutivas. La primera, la de los persas, en el marco de un enfrentamiento secular que entre 603-628 estuvo a punto de acabar con la existencia de la Romanía. La segunda, la de los árabes musulmanes que conquistaron definitivamente las provincias del Próximo Oriente y Egipto. La crisis se desarrolló en un contexto ambiental específico y acompañada por una serie de desastres naturales, que completan la imagen de la época; crisis que para muchos tiene un cierto componente malthusiano sobre la base de un supuesto estancamiento técnico (Stathakopoulos 2004: 166) que habría que matizar.

En este estudio me propongo calibrar el impacto que tuvieron estos condicionantes en la sociedad a través de las crónicas, tanto contemporáneas a los hechos, como las compuestas posteriormente, pero tomando como base otros relatos perdidos, por lo que cubren un período comprendido entre los siglos VII-XII. El nexo de unión entre todas ellas es que pertenecen al ámbito cristiano oriental, con toda la heterogeneidad que ello comporta, tanto por la variedad de grupos religiosos —jacobitas, maronitas y ortodoxos— como por la multiplicidad de lenguas en las que están escritas —griego, siríaco, armenio y árabe—. Unos relatos que complementaré con los análisis arqueométricos de los estudios más recientes² que permitirán contextualizar las afirmaciones de los cronistas. Fijaré la atención sobre la región que comprende los actuales Siria, Líbano, Jordania y Palestina, ya que fue la zona en donde se dejaron sentir con mayor intensidad las transformaciones del siglo séptimo.

El objetivo principal será mostrar cómo terremotos, eclipses, cometas o heladas quedaron insertos en el relato de las crónicas, como una parte más del devenir histórico. Hay que tener en cuenta que aquéllos que se citan son los que dejaron una huella más profunda y los que conmocionaron a los cronistas y a sus coetáneos. Al centrarme en obras historiográficas, soy consciente de que quedan fuera del foco otro tipo de fuentes, como las apocalípticas o hagiográficas, de gran riqueza pero que obedecen a las características propias de su género y tipología. Asimismo, trataré de mostrar cómo las condiciones ambientales fueron un factor determinante en las decisiones políticas, militares o económicas, intentando no caer en ningún tipo de determinismo ambiental.

² Para un estado de la cuestión y de la problemática de estos estudios, Manning (2013: 103-107).

2. Por la remisión de los pecados: el marco ideológico

En sociedades ritualizadas como la romana-oriental, las representaciones religiosas de la realidad tenían un papel central. Es lo que Tzvetan Todorov llamó el nivel de comunicación hombre-mundo³. Éste se entabla cuando el otro es un desconocido, al que no se sabe muy bien cómo calificar, por lo que no se dirigen directamente a ellos, sino a la divinidad, con el fin de encontrar alguna respuesta a los desafíos planteados por fuerzas extrañas (Todorov 2010: 82), como lo fueron persas y árabes. Es dentro de ese sistema hombre-mundo en el que se “traducen” los cambios y las derrotas, cuando hay que explicarlos y acoplarlos al conjunto de creencias propias, labor de la que se encargaron unos cronistas pertenecientes al clero.

De este modo, lo que en un principio pudo parecer un suceso singular, como la conquista de una parte del Imperio o una serie de crisis políticas, ahora queda inscrito como parte del plan providencial. Por su carácter de designio divino, la aparición de los árabes tenía que venir acompañada por una serie de presagios y profecías, el lenguaje con el que habitualmente Dios se había comunicado con el pueblo elegido. De este modo, todos los hechos acaecidos, en tanto que anunciados y planeados por Dios, eran algo inevitable. Esta idea dejaba a salvo todo el sistema no sólo de creencias, sino de la articulación política y social nacida del cristianismo que regulaba en buena medida la identidad no sólo de la Romanía, sino también de aquellos cristianos que vivían bajo el islam. Es un determinismo que encaja dentro del “monoteísmo historiográfico”, según el cual, todos los hechos están justificados y cobran sentido en tanto que representan la culminación de la Historia a través del cristianismo, como elemento purificador, cuyo último acto sería el Juicio Final (Fowden 2014: 78-79).

Todo queda inserto en una cadena de pecado-castigo-purificación-salvación del pueblo; un sistema de pensamiento que se había forjado entre los siglos IV-V, pero que cristalizó sobre todo en el VII, sobre la base de un fuerte sentimiento milenarista. Una serie a la que se une la formada por desastres naturales-hambrunas-epidemias. Por esta razón, todos los fenómenos naturales eran entendidos como una muestra de la cercanía de la Parusía y una manifestación de la cólera de Dios ante las desviaciones de los romanos. La quiebra de la *táxis*, el orden social establecido y querido por Dios, que se agravó por el matrimonio ilegítimo de Heraclio con su sobrina Martina y la promulgación de la *Ékthesis* (638) y el *Typos* (648), creando una

³ El otro nivel de comunicación es el hombre-hombre, que se entabla entre iguales, cuando se conocen los códigos que rigen en cada grupo.

nueva doctrina religiosa, el monotelismo, que sería condenado en el VI Concilio Ecuménico de Constantinopla (680-681), fueron los principales hitos.

En las fuentes no se explicita la relación entre pecado y desastres naturales, pero se deduce del contexto, de la sucesión de los acontecimientos y del modo en que el cronista los ordena. No obstante, en dos de las obras más tempranas y representativas de este período, escritas ambas a lo largo de la segunda mitad del siglo VII, por el desconcierto en el que vivían, tenían mayor necesidad de buscar una explicación sobre la base de ese nivel de comunicación hombre-mundo al que he hecho referencia.

La primera de ellas es la *Historia* del obispo armenio Sebeos (+ 655-661), una obra que pudo haber tenido un uso litúrgico, en la que se presenta una narración de corte eclesiástico mezclada con hechos históricos, convenientemente seleccionados y presentados con un fin moralizante. Así, señala “los malos sucesos de nuestro tiempo, como consecuencia del desgarrón del velo de la antigua fe”. Sentenciando: “Y lo hemos merecido, porque hemos pecado contra el Señor y hemos enfadado al santo de Israel” (Sebeos: 129). Compara la conquista islámica con los efectos del simún, viento abrasador que sopla en las zonas desérticas de África y Arabia, que en este caso reviste tintes destructivos, con esa imagen de árboles y jardines quemados por él. Es en definitiva una metáfora de los tiempos en que escribe Sebeos, amenazados por un pueblo, el árabe, salido del desierto, como el simún.

Esta imagen conecta con otra posterior en el tiempo que encontramos en la *Historia Breve* del patriarca Nicéforo I de Constantinopla (806-815). Según su relato, en torno al año 750, cuando nació el futuro León IV (775-780), hubo un terremoto en Siria y en muchos lugares se abrieron enormes simas que se tragaron los asentamientos. Y cuenta que de una esas fosas, en Mesopotamia de Siria, emergió un asno con el don de la profecía que vaticinaba “la catástrofe de los árabes” (Nikeph.: § 69), i.e. la “revolución ‘abbasi” que comenzó ese mismo año. Era el aliento del onagro el que, según la tradición semítica, provocaba el simún. Un animal que estaba asociado a las divinidades del Inframundo, de ahí que salga de una sima y se asocie este viento con los espíritus malignos (Martínez 2017: 229-230).

La segunda fuente es el *Ktābā d-rīš mellē* (= *Libro de los puntos principales*) que escribió Juan Bar Penkāyē entre 686-693, del que sólo se han conservado el final del libro XIV y el XV. Es una historia eclesiástica, con una fuerte carga providencialista que precisamente gira en torno a la idea del castigo de Dios para explicar la aparición y expansión del islam. Según su visión, los “diversos portentos” que se observaron, eran señales enviadas por la divinidad para avisar a los hombres de lo errado de su postura. Era el lenguaje de Dios; el

mismo modo de comunicación que aparece en las páginas del Antiguo y el Nuevo Testamento. Para el cronista, nada de lo que sucedía en su tiempo representaba una novedad, ya que en los textos sagrados había evidencias que anunciaban esos desastres. Juan Bar Penkāyē hace uso de algunos fragmentos bíblicos para reforzar su visión: la voz de Dios que hace estremecer la tierra (Sal. 46, 7) y cumplió, como recoge Mateo en su Evangelio, con el envío de epidemias, terremotos y hambrunas (Mt. 24, 7) (Iohan. Penk.: XV.159, 67). El recurso a este Evangelio refuerza el tono milenarista con el que Bar Penkāyē analiza la realidad: Mateo es el único que describe en el capítulo 24 cómo sería la Parusía (Martínez, 2017: 260). Convencido de la proximidad del fin de los tiempos, afirma: “Aquí están las hambrunas, terremotos y plagas; sólo una cosa nos falta: el advenimiento del Impostor” (Iohan. Penk.: XV.165, 72), i.e. del Anticristo.

Es una generación de pecadores y herejes la que, según señala el cronista, está siendo castigada. Una generación que, acuciada por su naturaleza malvada, ignoró las señales enviadas. Ninguno de ellos se preguntó acerca de la razón de tantos males (Iohan. Penk.: XV.154, 63). Habla del “cisma que tuvo lugar hasta nuestros días” (Iohan. Penk.: XV.145, 60) en alusión a la querrela monotelita. Suponía la ruptura de la unidad de la Iglesia, que debía asegurar la paz y la cohesión de cara a la salvación de los cristianos. Por tanto, aquella actitud ponía en peligro la redención de la Humanidad y la validez de la institución eclesíastica y la del Imperio en tanto que garante último del bienestar de sus súbditos.

3. Frío, hambre, guerra y peste

Para la historia climática, parte del período al que hago referencia es recientemente conocido como *LALIA* (=Late Antique Little Ice Age), que ocupa los años 536-660, y que bien pudo ser la causa de las grandes transformaciones sociopolíticas vividas durante esos años (Büntgen et al. 2016a: 231) aunque sea conveniente no caer en un excesivo determinismo ambiental. El enfriamiento global se habría producido como consecuencia de las erupciones volcánicas de los años 536, 542 y 547 unidas al mínimo solar que se alcanzó durante el siglo VII (Büntgen et al. 2016a: 232-233).

Al comienzo de la centuria tenemos las primeras noticias de fuertes heladas y nevadas en la región de Oriente Próximo, fechadas en 606-607, con desastrosos resultados como fueron la pérdida de árboles y cosechas (Mich. Syr.: ii, 10.25, 378), que se repetiría en años sucesivos, en torno a 608-609 y 610-611, cuando según los cronistas incluso se congelaron el río Éufrates

y la orilla del mar (Theoph.: 6101, 297; Mich. Syr.: ii, 10.25, 379). Algo insólito, sobre todo esto último, pero que sucedió recientemente, en torno a mediados del siglo VI, según apunta Jordanes en sus *Getica*, cuando tenemos constancia de que tanto el Bósforo como el lago Maeotis (=Mar de Azov) se solidificaron; una helada que sin embargo no afectó al río Tanais (=Don) (Iord.: 65). No obstante, estas primeras décadas del siglo están entre las más frías (Büntgen et al. 2016a: 234).

Lo llamativo de esta situación es que el enfriamiento coincide con una época de sequía durante el primer año del reinado de Heraclio, i.e. entre 611-612, que llevó a que se malogran las cosechas y se produjera la consiguiente hambruna. La imagen más descarnada de lo que aconteció en ese año la ofrece Agapios de Menbidj (+ 941): “entre los romanos hubo una gran hambruna, de manera que los hombres se comieron los cadáveres y las pieles de los animales” (Agap.: 190). Y tomando esta última como fuente, el patriarca jacobita de Antioquía Miguel el Sirio (+ 1199) muestra que “no se encontraba ni trigo ni ningún otro cereal” (Mich. Syr.: ii, 11.1, 401).

El impacto del enfriamiento y las hambrunas vino a sumarse a la coyuntura política: el inicio de la invasión persa del Oriente Medio romano y la guerra civil tras los golpes de Estado de Focas y Heraclio. La ciudad de Dara, en la Mesopotamia de Siria, fue tomada y saqueada por Cosroes II (590-628) en mayo-junio de 604. Y en 611, Antioquía, la tercera ciudad de la Romania, fue conquistada por los persas (Soto 2012: 116 y 162). Son dos ejemplos que pueden servir para entender la precaria situación en la que se encontraba la población romana durante las dos primeras décadas del siglo. Las tropas sasánidas avanzaron a través de un territorio empobrecido como consecuencia las malas cosechas. Quizás su rápida progresión y la facilidad con la que tomaron las ciudades sirio-palestinas se debieran en parte a la desnutrición y empeoramiento de las condiciones climáticas que, junto con otros condicionantes como la crisis política tras el golpe de Estado de Focas o el enfrentamiento religioso, los habrían dejado sin recursos ni capacidad para frenar a los invasores. Como pone de manifiesto Stathakopoulos, el mero acuartelamiento de las tropas en las ciudades suponía un desvío de recursos para alimentarlos, lo que en periodos de escasez o carestía suponía un perjuicio para las poblaciones locales (Stathakopoulos 2004: 48) provocando una reacción contra su presencia (Martínez 2017: 275-276).

Esto puede estar en relación con la supresión del reparto gratuito de pan a la población de Constantinopla entre 617-618 (*Chron. Pasch.*: 164). Se alude a los silos vacíos de la ciudad porque se cortó el suministro de trigo desde Egipto (Nikeph.: § 8), cuya conquista por el general persa Shahrvarāz (+ 629)

comenzó en 617. A ello habría que añadir la imposibilidad de abastecerse de grano suficiente para alimentar a la población⁴ en los mermados campos de los alrededores.

Las crónicas de las que disponemos dejan de dar noticias acerca de las condiciones climáticas a partir de este momento. En la lógica que rige el nivel de comunicación hombre-mundo este silencio adquiere todo su sentido. Tiene un carácter teleológico toda vez que los acontecimientos que se narren están encaminados a mostrar la victoria final de Heraclio sobre Cosroes II y el triunfo de Cristo sobre Ahura-Mazda. Ya no hay que contar más derrotas acompañadas de señales funestas para hacer ver que se trata de un castigo divino, sino todo lo contrario.

Aunque los testimonios de heladas reaparecen en la segunda mitad del siglo VII, nada hace pensar que el avance de los árabes no se hiciera en unas condiciones similares al de los persas. Es más que probable que la *LALIA* condicionara el modo en que se hizo frente a la expansión islámica en un país debilitado por el esfuerzo de guerra, pero sobre todo por unas condiciones climáticas adversas, causantes de una posible serie de malas cosechas que condicionaron la respuesta no sólo de Heraclio sino también de las elites locales. Unos árabes que, por el contrario, se vieron favorecidos por el enfriamiento. En un clima desértico como el de la península arábiga, éste suavizó el ambiente, incrementando las precipitaciones y con ellas la disponibilidad de pastos que permitieron una mejor alimentación para el ganado, en especial los camellos (Büntgen et al. 2016b: 24).

La helada más próxima al tiempo de la conquista de la que tenemos constancia en las fuentes se produjo a mediados del mes de abril de 658-659, por los daños que ocasionó en las viñas (*Chron. Maron.*: 32; Elías: 88). Se aprecia el enfriamiento climático con un episodio de esta magnitud en plena primavera, afectando a los cultivos durante la floración, con lo que supuso para la cosecha de ese año. Esta hambruna y las consiguientes agitaciones sociales, conectan con la situación política de la Romanía, que en 661 desembocó en la marcha a occidente del emperador Constante II, huyendo de una Constantinopla en la que cada vez era más impopular por las decisiones políticas y la situación económica, unido al deseo de emular a su abuelo Heraclio, poniéndose al frente de sus ejércitos para atacar a los longobardos que amenazaban el Exarcado de Italia o a los árabes que invadían el Exarcado de África (Kaegi 2010: 171-

⁴ La población de Constantinopla entre los siglos VII-VIII habría pasado de los 500.000 habitantes que se estiman para el siglo VI, a unos 40.000-50.000 (Dagron 2002: 398). No obstante, la noticia de la epidemia de 618 (Nikeph.: § 8) en la ciudad indica un poblamiento concentrado, quizás una imagen ilusoria dada la afluencia de refugiados que habrían llegado huyendo de la guerra y el hambre en el campo.

174). Pero las heladas continuaron en los años siguientes. En torno al 664-665, se recoge la noticia de fuertes nevadas y heladas que echaron a perder las plantaciones de olivos (*Chron.* 819: 77). Una situación similar a la que se vivió alrededor de 669, cuando también hubo “un invierno riguroso: mucho frío, hielo y nieve; los olivares y las viñas se secaron en toda Siria y Mesopotamia” (*Mich. Syr.*: ii, 11.13, 457) y “muchos hombres, así como bestias, sufrieron enormemente” (*Theoph.*: 6162, 353) cuando no perecieron (*Agap.*: 231).

Tanto olivos como viñedos forman parte del paisaje rural de Oriente Medio, por la enorme extensión de su cultivo. En el caso de las viñas, estaba presente independientemente del nivel de riqueza de los campesinos. No obstante, es un cultivo que requiere de unos cuidados específicos y de una inversión, sobre todo en aquellas zonas en las que es necesario contar con un sistema de regadío. Representa un esfuerzo que sólo se entiende si tenemos en cuenta que el vino es un elemento clave en la alimentación de los campesinos, además del aspecto simbólico que tiene en la cultura cristiana, también para aquéllos que habían quedado bajo el califato islámico. Las viñas eran un recurso en épocas de escasez, cuando los pobres vendían las pasas para ganar algún dinero. El olivo se cultivaba bajo unas condiciones similares a las del viñedo, dedicado a la producción de aceite, en parte para el consumo humano, en parte destinado a otras funciones, como la iluminación o el culto. Es llamativo el hecho de que, en determinadas zonas del norte de Siria o Transjordania, su presencia fuera abrumadora, hasta el punto de haber sido considerado como un monocultivo (*Kaplan 1992: 33-35*).

Es de suponer que, durante estas heladas, un buen número de campesinos quedaron en la miseria, una situación de carestía compartida con ciertos sectores de la población urbana, porque no toda la producción sería consumida en el lugar. Una parte se exportaría a los mercados de las ciudades a través de unas redes comerciales locales y/o regionales, por lo que la contracción económica causada por la pérdida de las cosechas no habría afectado sólo al ámbito rural, sino que habría ido más allá. A eso habría que añadir la presión fiscal, que no debió variar entre el período romano y el califal, como muestran los papiros de Nessana, donde se observa una línea de continuidad entre ambos sistemas (*Papaconstantinou 2010: 64*), descartando el tópico extendido de su carácter abusivo, como se ha puesto de manifiesto en algunos estudios (*Cosentino 2004: 340-341*).

Estos episodios de frío extremo vienen acompañados por un rebrote de las epidemias de peste. Es lo que sucede con el brote fechado en torno a 639-640 que afectó a las poblaciones de Siria y Mesopotamia (*Mich. Syr.*: ii, 11.8, 431), coincidiendo con un descenso de las temperaturas de aproximadamente 1 °C

según los estudios realizados (Büntgen et al. 2016a: 234). También durante la gran helada de 668-669 se produjo una epidemia en Mesopotamia, coincidiendo con la ruptura de la tregua entre romanos y árabes (Mich. Syr.: ii, 11.12, 450). En ese mismo año habrían coincidido tres desastres que parecen guardar una estrecha relación: guerra, hambre y peste. Y no sería el único ejemplo en el que se muestran unidos. También sucedió tras el final de la guerra civil que asentó a 'Abd al-Malik al califato en 685, cuando se produjeron al mismo tiempo una hambruna y una epidemia que asoló Siria (Theoph.: 6176, 361) coincidiendo con otro episodio de descenso térmico (Büntgen et al. 2016a: 234) que bien podría haber dado lugar a heladas que arruinaron las cosechas, aunque no hayan quedado reflejadas en las crónicas. Unas ciudades sobrepobladas por causa de la emigración provocada por una hambruna como consecuencia de las heladas a los que se unen los refugiados que huyen de los saqueos árabes, eran pasto fácil para una epidemia que se cebaba sobre organismos desnutridos o subalimentados, entre los cuales la ratio de mortalidad ascendía al 60% (Stathakopoulos 2004: 160). Unos movimientos de población que se produjeron en otros puntos del Mediterráneo, como la isla de Cerdeña, estudiada por Cosentino, donde se observa una afluencia de refugiados procedentes del área norteafricana conquistada por los árabes, con el consiguiente cambio social y económico (Cosentino 2004: 341-343).

En relación con esto debemos situar uno de los acontecimientos más destacados de los que reflejan las fuentes para los años centrales del siglo VII: la inundación de la ciudad de Edesa (actual Urfa, Turquía). Las fuentes no se ponen de acuerdo en qué fecha se produjo, datándola en un arco de tiempo que oscila entre 665-668. No obstante, todos los que hacen referencia a ella en sus obras coinciden en la destrucción que ocasionó, señalando explícitamente los daños a las murallas y el elevado número de muertos que dejó, tanto personas como animales, por haberse producido durante la noche (Theoph.: 6159, 353; Dionisio: 193; Agap.: 229; Mich. Syr.: ii, 11.11, 451). Sólo Teófanos el Confesor (+ 817) y Miguel el Sirio ofrecen algunos datos acerca de cómo se produjo. El primero dice que tuvo lugar durante el invierno, mientras que el segundo alude como responsables a las crecidas de los ríos Tigris y Éufrates, este último a unos 50 km. de la ciudad, que arruinaron muchos enclaves. Una situación que afectó a tantos enclaves al mismo tiempo, según el relato del patriarca antioqueno, no podría ser causada por un incremento de la pluviosidad. Si volvemos a las variaciones de temperaturas de las que disponemos, se observa una subida brusca hacia finales de la década de los sesenta, después de un período de continuas heladas, como he expuesto anteriormente. Así pues, la crecida de los ríos, pudo ocasionarse por ese incremento térmico y el consiguiente deshielo

que aumentó el caudal de los ríos.

A finales del siglo se vuelve a vivir una situación de inviernos extremadamente duros, con la congelación del Éufrates durante seis días en 687-688. También se heló la tierra, dificultando las labores en el campo. Volvemos a tener constancia de olivos que se secaron por el frío extremo y de las penurias y muertes que ocasionó entre hombres y animales domésticos (Mich. Syr.: ii, 11.15, 471; Elías: 93). Se reitera la idea de una población rural profundamente afectada por la crisis, en retroceso demográfico y económico, de ahí que muchos de los que vivían en Siria huyeran a la Romanía en busca de mejores condiciones de vida (Theoph.: 6179, 364). Como he señalado en diversas ocasiones, la hambruna vino seguida de una epidemia. Contemporáneos como Juan Bar Penkâyē, pintan una situación catastrófica. Una vez más la enfermedad es una señal de Dios que los emplazaba al arrepentimiento y no fue atendida. Y se lamenta por ello: “en ese año 67 (687) la maldita epidemia empezó, no hubo nada parecido y espero no haya nada similar de nuevo” (Iohan. Penk.: XV.160, 68). Causó un profundo impacto en la mentalidad de los supervivientes, por la enorme mortandad y las imágenes de calles llenas de cadáveres sin enterrar. Supuso el punto culminante de una centuria crítica.

4. Cuando la tierra ruge y el cielo se oscurece

Según la visión cristiana del mundo, todo cuanto acontecía en la tierra era un reflejo del cielo. Quizás por esto, los cronistas recogían terremotos y fenómenos celestes a la par; por lo que los signos celestes —eclipses o cometas— anunciaban los temblores de tierra. Unos hechos extraordinarios que se hacían coincidir con momentos de gran turbación. No sólo guerras, sino también con las agitaciones que sacudían una Iglesia enfrascada en las sempiternas querellas cristológicas.

El siglo comenzó con un eclipse de sol⁵: “la oscuridad se abatió sobre toda la tierra y las estrellas pudieron verse a mediodía” (*Chron.* 819: 76) que habría tenido lugar el 10 de marzo (Mich. Syr.: ii, 10.23, 373). Unos días más tarde, de acuerdo con el relato de Miguel el Sirio, el 2 de abril se produjo un terremoto, “la tierra hirvió y se hundió” (Mich. Syr.: ii, 10.23, 373). Corría el año 600-601, el mismo año en el que el cronista de la 819 data el golpe de Estado de Focas contra el emperador Mauricio. Un fenómeno formidable para otro no menos

⁵ También los habrá de luna, pero éstos son menos espectaculares, por lo que casi no aparecen reseñados en las fuentes. Tan sólo he hallado un caso mencionado en la *Crónica* de Elías Bar Shinaya († 1050) para el 16 de junio de 604 (78), al que se añadiría el del 28 de junio de 622 durante la campaña de Heraclio (Soto 2012: 209-210).

formidable como fue el asesinato de toda la familia imperial. Una deposición violenta como no se había visto otra igual en la historia de la Romania, inicio de una guerra civil cuyo primer episodio fue el levantamiento de Narsés, con la toma de Edesa y la lapidación del obispo calcedoniano Severo en 603 (Iacob. Edess.: 38; *Chron.* 819: 76; Mich. Syr.: ii, 10.23, 373-374). Una muerte tras la que no sólo estaba el deseo de acabar con un partidario del usurpador, sino también una represalia por los asesinatos de monjes jacobitas como resultado de la política religiosa de Focas, de reforzar la ortodoxia calcedoniana con el beneplácito de la Roma de Gregorio Magno (590-604) (Martínez 2017: 157). En la lógica de un patriarca jacobita como Miguel el Sirio, se entiende la correlación entre el eclipse y el asesinato de sus correligionarios: unas autoridades herejes que ordenan la ejecución de unos monjes fieles a la verdadera fe y ello despierta la ira de Dios que avisa a los hombres a través de un eclipse solar.

El final del reinado de Focas y el inicio del de Heraclio vino acompañado de presagios que anunciaban una nueva ruptura de la *táxis* y un cambio de gobierno tan violento como el anterior. Hubo un eclipse de sol y un terremoto para saludar al nuevo emperador en Constantinopla (*Chron. Pasch.*: s. a. 611, 153; Mich. Syr.: ii, 11.1, 401). El temblor de tierra tuvo que afectar sobre todo a la capital de la Romania, según se desprende del relato que del acontecimiento se hace en el *Chronicon Paschale*. La imagen de la población de la ciudad congregada un 22 de abril de 611, pocos días antes de Pentecostés, en el Campo de Marte, en el Hebdomon⁶, para una oración colectiva, da una idea de la magnitud del seísmo y los efectos que debió causar en la ciudad y sus habitantes. También de cuál fue la interpretación que el patriarcado dio al terremoto. Ciriaco (595-606) coronó a Focas emperador durante una ceremonia religiosa, dándole el carácter de un emperador sagrado, por lo que el posterior apoyo de Sergio (610-638) a Heraclio para deponerlo, era entendido como un sacrilegio, por más que se creara una nueva legalidad a través de la propaganda áulica del nuevo emperador (Soto 2012: 108 y 144; Martínez 2017: 173-175).

Pero el sangriento golpe de Estado que debía acabar con el reinado del terror de un gobernante al que los cronistas posteriores calificaron de usurpador, fue anunciado por medio de un prodigio celeste, recogido por Agapios: la aparición entre octubre de 609 y abril de 610 de una estrella de la que salían rayos de sangre (Agap.: 188). La descripción es, por sí sola, reveladora de lo que iba a suceder y la gravedad que revestirían los acontecimientos, presagiando el derramamiento

⁶ Suburbio de Constantinopla en el que tenía su sede un tribunal. La zona conocida como Campo servía como campamento militar además de ser el lugar donde se realizaban las proclamaciones de los nuevos emperadores. El arrabal fue devastado durante los dos sitios árabes a la capital de la Romania en 673 y 717 (Aguado 2007).

de sangre en un nuevo conflicto civil. Debo reiterar el carácter teleológico de muchos de estos relatos y el interés de los cronistas por presentarlo todo sobre la base de una interpretación providencialista de la Historia. El día 5 de octubre de 610 se produjo la entrada de Heraclio en Constantinopla y su coronación-matrimonio de la mano del patriarca, después de una serie de combates entre los partidarios de Focas y los rebeldes; una jornada en la que se vivió la ejecución ritual del depuesto emperador (Soto 2012: 143-144). En el cielo los romanos tendrían un anuncio de la violencia y el crimen de lesa majestad que se iba a ejecutar.

Pero a diferencia de lo que veíamos anteriormente, durante la guerra romano-persa, los cronistas continuaron aludiendo a fenómenos celestes, por su carácter de señales de la Providencia, anunciadores de la victoria final sobre los zoroastras. Uno de los primeros lo hallamos en la *Crónica de Zuqnín* donde se hace referencia a una lluvia de estrellas fechada alrededor de 625-626. Dice el cronista que cayeron como flechas lanzadas hacia el norte y que fueron tomadas como el presagio de la derrota de los romanos a manos de los árabes (*Chron. Zuq.*: 142). Esta interpretación parte más de la realidad de quien la escribió en el siglo VIII que de los acontecimientos que se estaban viviendo en la Romania del VII. En ese año 625-626, la principal amenaza para los romanos la representaba la coalición de persas, ávaros y eslavos que asediaron Constantinopla (Soto 2006)⁷. O en Jacobo de Edesa (+ 708) quien en sus *Cartas* alude a un eclipse solar después de mencionar el viaje comercial que Muḥammad hizo por Palestina, la provincia romana de Arabia y Fenicia y antes de que los persas llegaran hasta el Ponto, en referencia a la presencia del general Shahīn en las inmediaciones de Calcedonia, c. 613 (Martínez 2014: 63-64), cuando aún no se había producido la Hégira (Iacob. Edess.: 39). Tanto la lluvia de estrellas como el eclipse cumplen con su función de acuerdo con la lógica de estas obras: la de servir como introductores de los nuevos actores, los árabes de Muḥammad, en la secuencia de los acontecimientos relevantes, no como una religión diferenciada de judaísmo y cristianismo, sino como un nuevo reino.

Los grandes hechos políticos serían anunciados por medio de fenómenos naturales, como sucedió con la firma del acuerdo de paz de Arabissus-Tripotamus en julio 628 entre Heraclio y Shahrvarāz, poniendo fin a 25 años de guerra. El año antes, entre junio y octubre de 627, según el relato de varios cronistas, hubo un eclipse solar que ocultó a la mitad de la esfera del astro rey,

⁷ En el año 626 se registra uno de esos episodios de bajada de las temperaturas, relacionada con un incremento de las cenizas que denotan una importante actividad volcánica (Büntgen et al. 2016a: 234), que podría servir como un hecho más a tener en cuenta al analizar el acuerdo al que el khagan ávaro habría llegado con los persas. Detrás de todo estaría la necesidad de estos pueblos asentados en la zona sud-oriental de Europa, moviéndose en busca de mejores condiciones de vida.

provocando el miedo de hombres y mujeres que creyeron no volverían a ver toda su luz (Dionisio: 135; Agap.: 192; Mich. Syr.: ii, 11.3, 411). Este eclipse parcial adquiere todo su significado en tanto que, en esos años, Persia entra en crisis como consecuencia de la guerra que Heraclio ha llevado a su territorio, provocando el derrocamiento de Cosroes II. Se habría eclipsado el poder en la mitad del orbe por la política de un Heraclio que fue visto como un nuevo Alejandro Magno en un período de revitalización de su leyenda entre las comunidades cristianas animadas por el espíritu de “guerra santa” (Reinink 1999: 153-154).

Según la *Crónica de 640*⁸, en junio de 628, un mes antes del acuerdo, se produjo durante una noche un terremoto (*Chron. 640*: 13), con el cual el cronista quería resaltar la importancia de una paz entre las dos grandes potencias del momento. Era una vuelta al equilibrio primitivo del mundo entre sus dos ojos, según eran vistos ambos imperios por sus contemporáneos (Canepa 2009), que se conmemoró con la construcción de una iglesia a la que llamaron Eirēnē (=Paz) (*Chron. 640*: 13), certificando el triunfo del cristianismo no sólo en la guerra sino también en la propia Persia, donde iba camino de convertirse en la religión mayoritaria, desplazando al zoroastrismo oficial (Rahimi 2014: 118-121). El culmen de las expectativas escatológicas llegó cuando en 630 se entregó la Vera Cruz robada por los persas de Jerusalén en 614. Era el momento del “emperador de los últimos días” que restauraba la cristiandad como paso previo a la venida de Cristo, por lo que, en tales circunstancias, Agapios describe la escena dándole una connotación evangélica, ya que, según su relato, el sol se oscureció y hubo un terremoto (Agap.: 208), en una imagen muy similar a la que según la tradición se vivió en el Gólgota durante la crucifixión de Cristo. Según la apocalíptica cristiana, el emperador tenía que devolver la Vera Cruz antes de ascender a los cielos desde el monte Calvario para dar comienzo al Reino de Dios en la Tierra (Kraft 2012; Martínez 2017: 232-233).

He señalado cómo antes de que se presentaran en la Romanía, hubo signos que auguraban la aparición de los árabes. Pero no será hasta 629, con la derrota en Mu'ta a manos de los romanos, cuando se convirtieron en una amenaza real y comenzaron a sucederse los fenómenos celestes, anunciando la conquista. Así sucedió en 632, año en que un terremoto sacudió Palestina y “apareció en los cielos un signo llamado *dokites*”⁹, con forma de espada, que se movía de sur a norte y, según los cronistas, duró todo el mes de junio (Theoph.: 6124,

⁸ No existe una crónica con este nombre como tal, sino que Andrew Palmer distinguió en el *Chronicon Miscellaneum ad AD 724 pertinens* una parte diferenciada del resto, compuesta en torno a 640, de ahí que en su antología de crónicas siríacas le dé el título de *Crónica del 640*.

⁹ Del griego δοκός < rayo.

336, Mich. Syr.: ii, 11.4, 414). Señala el camino que siguieron los árabes en su conquista de la región, siendo el año 632 el del inicio de las incursiones militares sobre Palestina al mismo tiempo que, según la tradición islámica, moría Muḥammad y se iniciaba la *ridda* durante el gobierno de Abū Bakr (632-634). Era un presagio de la nueva guerra que tendrían que soportar la región durante años, a lo largo de los cuales las ciudades irían cayendo una a una.

Hay algunos ejemplos más de terremotos y fenómenos celestes que hicieron creer a los cristianos orientales que estaban ante el fin de los tiempos, como sucedió cuando en marzo de 672, apareció un arcoíris en el cielo durante la noche (Theoph.: 6164, 353; Dionisio: 194; Agap.: 231; Mich. Syr.: ii, 11.13, 456). Otro tanto ocurrió a mediados de siglo como consecuencia de la caída del cielo de un polvo que causó gran miedo (Theoph.: 6144, 345). No obstante, los que parece dejaron mayor huella en el imaginario colectivo de los cristianos orientales fueron los que sucedieron durante los primeros años del gobierno de Muʿāwīya.

El primer califa omeya aparece muy ligado a las comunidades cristianas sirio-palestinas, como mediador en las disputas entre ortodoxos, jacobitas y maronitas que, según las fuentes, se desarrollaban en su presencia. Como ya he señalado, los debates cristológicos, en los que se evidencia la desunión de la Iglesia, son anunciados y acompañados por terremotos, como los que tuvieron lugar en junio de 659 durante uno de estos encuentros en Damasco, devastando varios lugares de Palestina (*Chron. Maron.*: 30-31). Pero fue en el año de su proclamación como califa en Jerusalén cuando tuvieron lugar unos hechos cuyo simbolismo no debió pasar desapercibido para quienes los vivieron. Muʿāwīya acudió a rezar a los lugares más sagrados del cristianismo: Getsemaní y el sepulcro de María (*Chron. Maron.*: 31). Una escena que nada tiene que ver con la “desolación del lugar sagrado” que protagonizó ‘Umar entrando en Jerusalén vestido con una piel de camello tras la conquista de esta ciudad en 638 (Martínez 2017: 293-294).

El terremoto de 661 vendría a señalar el inicio de un nuevo período en la Historia, con un nuevo reinado. Una de las ciudades que se menciona entre las afectadas es Jericó, la misma cuyas murallas derribaron las trompetas del ejército de Josué y sobre la cual pesaba el anatema (Jos. 6-7), y que en esta ocasión perdió todas sus iglesias. Pero, sobre todo, debió afectar el derrumbe de la “Casa del Señor Juan en el lugar del bautismo de Nuestro Salvador en el Jordán” y de los conventos de monjes y eremitas, que tenían un peso considerable en la región de Siria-Palestina (*Chron. Maron.*: 31). Todos estos eran indicios de la cólera de Dios desatada por lo sucedido en Jerusalén, evidenciando la amenaza que se cernía sobre la Iglesia, quizás no por estar englobadas en un califato en

el que el islam aún no había cristalizado, sino por haber salido de la Romania, la estructura política que debía ampararla para cumplir con los designios de la Providencia.

El 3 de abril de 679, Domingo de Resurrección, se produjo un terremoto que afectó a la región de la Mesopotamia romana, donde se vieron seriamente dañadas localidades como Sarug, que quedó en ruinas, y la propia ciudad de Edesa, en la que se menciona el hundimiento del ciborio y otras partes de la Gran Iglesia, dejando un buen número de muertos (*Chron.* 819: 77; *Chron. Zuq.*: 146; *Theoph.*: 6170, 356; *Dionisio*: 195; *Agap.*: 233, *Mich. Syr.*: ii, 11.13, 457). Pero las iglesias habrían de ser reconstruidas por orden del califa Mu'awiya si bien las motivaciones —cuando las mencionan los cronistas— varían. Unos apuntan a que lo hizo presionado por el celo de los cristianos, lo que indicaría la fuerza de este colectivo dentro del califato. Otros aluden a la deuda que Mu'awiya adquirió con Edesa durante la guerra contra 'Alī: mientras descansaba en esta ciudad tuvo un sueño en el que se le anunciaba la victoria.

6. Conclusiones

La crisis del siglo VII en la Romania revistió múltiples facetas y no sólo política, como consecuencia de la cadena de golpes de Estado, inestabilidad interna y ataques externos. He puesto de manifiesto cómo tampoco las condiciones climáticas fueron las óptimas. Las heladas, pérdidas de cosechas, hambrunas y epidemias, no fueron un invento de los cronistas para dar mayor patetismo a sus relatos, sino más bien el resultado de una “pequeña edad de hielo” que se dejó notar con mayor fuerza durante esta centuria. Llamen la atención los distintos momentos en que el mar se congeló, dando la medida del desplome de las temperaturas, sobre todo si tenemos en cuenta la fase posterior, en la que el clima fue mucho más benigno. Por regulares que pudieran ser estos desastres naturales, los cronistas recogieron los que afectaron más duramente a la población. Transmiten la imagen de un Imperio empobrecido y en descenso demográfico. Pero, aun así, sigue siendo codiciado por los pueblos (semi) nómadas de los alrededores: ávaros, eslavos y árabes.

A pesar del escenario crítico que describen los cronistas, hay ciertos indicadores que permiten hablar del mantenimiento de las estructuras urbanas. Como he reiterado, las menciones de epidemias indican una aglomeración de población en un espacio reducido, de ahí que se pueda sostener que aún las ciudades seguían estando en pie y conservaban su carácter de polos de atracción para las poblaciones rurales del entorno. Asimismo, las noticias de hambrunas y las pérdidas en olivares y viñedos son relevantes en tanto que afectan al mundo

urbano, que necesita del campo para sobrevivir, en el marco de una economía compleja a pesar de las crisis. Similar conclusión a la que llegamos observando el caso de Edesa, arrasada por la riada que provocó la crecida del Éufrates. Con el río relativamente lejos del núcleo urbano, lo lógico es pensar que la inundación se produjo a través del sistema de canales que, por otra parte, debería seguir en pie y en uso a pesar de las guerras contra Persia o la conquista árabe.

Terremotos y eclipses cumplen una función simbólica en las crónicas, sirviendo como prueba de la intervención de Dios en la vida de los hombres y los imperios. Constituían un aviso para el arrepentimiento de los pecados, en medio de una sucesión de hechos enviados para castigar los pecados de la humanidad. Cada acontecimiento de relevancia política se producía entre fenómenos extraordinarios. Por este medio, se legitimaban las decisiones tomadas, para bien o para mal, insertándolas en una cadena que debía llevar al Juicio Final y la Parusía, lo cual no se entiende si no tenemos en cuenta el caldo de cultivo ideológico del siglo VII, profundamente imbuido por el milenarismo.

Todos estos fenómenos se leyeron en clave apocalíptica. En la mayoría de los casos, la inserción en la secuencia de los acontecimientos obedece a un carácter teleológico; a la necesidad de los cronistas que recrean el pasado de darles una explicación. Todo debía ser anunciado por Dios, sobre todo cuando se trata de cambios profundos. Fue el paso sangriento del gobierno de Focas al de Heraclio, pero, sobre todo, a la hora de anunciar la que sería la más profunda de las transformaciones: la expansión del islam. No obstante, sería el establecimiento del califato Omeya, cuya capitalidad se fijó en Damasco, en el centro de la Siria romana, el que acapare la mayoría de las señales, especialmente porque en Jerusalén, ciudad santa para los tres monoteísmos, cobró carta de naturaleza.

Abreviaturas y fuentes

Agap.=Vasiliev, Alexandre ed. y trad. (1971). *Kitab al-'Unvan. Histoire universelle écrite par Agapius (Mahboub) de Menbidj. Second Partie.* Turnhout: Editions Brepols.

Chron. 640=“Extract from a Chronicle composed about AD 640”, in A. Palmer trad. (1993). *The Seventh Century in the West-Syrian Chronicles.* Liverpool: Liverpool University Press, 5-24.

Chron. 819=“Extracts from the Chroniclers of AD 819 y AD 846”, in A. Palmer trad. (1993). *The Seventh Century in the West-Syrian Chronicles.* Liverpool: Liverpool University Press, 75-84.

Chron. Maron.=“Extract from the Maronite Chronicle” in A. Palmer trad. (1993). *The Seventh Century in the West-Syrian Chronicles.* Liverpool: Liverpool University Press, 29-35.

- Chron. Pasch.*=Whitby, Michael y Whitby, Mary trads. (2007). *Chronicon Paschale*, 284-628 AD. Liverpool: Liverpool University Press.
- Chron. Zuq.*=Harrak, Amir trad. (1999). *The Chronicle of Zuqnīn. Parts III and IV A.D. 488-775*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies.
- Dionisio="The Secular History of Dionysus of Tel-Maḥrē" in A. Palmer trad. (1993). *The Seventh Century in the West-Syrian Chronicles*. Liverpool: Liverpool University Press, 85-221.
- Elías=Delaporte, Louis J. trad. (1910). *La Chronographie d'Élie Bar-Shinaya, métropolitain de Nisibe*. Paris: Librairie Honoré Champion.
- Iacob. Edess.=“Fragment of the Charts of James of Edessa, AD 691/2”, in A. Palmer trad. (1993). *The Seventh Century in the West-Syrian Chronicles*. Liverpool: Liverpool University Press, 36-42.
- Iohan. Penk.=Brock, Sebastian P. (1992), “North Mesopotamia in the Late Seventh Century. Book XV of John Bar Penkāyē’s Rīš Mellē” in *Ibid. Studies in Syriac Christianity. History, Literature and Theology*. Hampshire-Vermont: Ashgate, pp. 51-75.
- Iord.=Mommsen, Theodor ed. (1882). *Iordanis Romana et Getica*. Berlín: Weidmannos.
- Mich. Syr.=Chabot, Jean-Baptiste trad. (1901). *Chronique du Michel le Syrien Patriarche Jacobite d'Antioche*. Bruselas: Ernest Leroux.
- Nikeph.=Motos, Encarnación trad., introd. y notas (en presa). Patriarca Nicéforo. *Historia Breve*. Granada: C.E.B.N.Ch.
- Sebeos=Macler, Frédéric trad. (1904). *Histoire d'Heraclius par l'èvêque Sebéos, traduit de l'arménien et annotée*. Paris: Imprimerie Nationale.
- Teoph.=Mango, Cyril y Scott, Roger trads. (1997). *The Chronicle of Theophanes Confessor. Byzantine and Near Eastern History AD 284-813*. Nueva York: Clarendon Press.

Bibliografía

- AGUADO, Francisco (2007). *Guía de Constantinopla*. Granada: C.E.B.N.Ch.
- BÜNTGEN, Ulf et al. (2016a). “Cooling and societal change during the Late Antique Little Ice Age from 536 to around 660 AD”, *Nature Geoscience*, 9, 231-237.
- BÜNTGEN, Ulf et al. (2016b). “Cooling and societal change during the Late Antique Little Ice Age from 536 to around 660 AD. Supplementary information”, *Nature Geoscience*, 9, 1-36.
- CANEPA, Matthew P. (2009). *The Two Eyes of the Earth. Art and Ritual of Kingship between Rome and Sassanian Iran*. Los Ángeles-Londres: University of California Press.
- COSENTINO, Salvatore (2004). “Byzantine Sardinia between West and East. Features of a Regional Culture”, *Millennium*, 1, 327-365.
- DAGRON, Gilbert (2002). “The Urban Economy, Seventh-Twelfth Centuries” in

- LAIYOU, A. E. (ed.), *The Economic History of Byzantium. From the Seventh Century through the Fifteenth Century* (3 vols.). Washington: Dumbarton Oaks, vol. 2, 393-461.
- FOWDEN, Garth (2014). *Before and after Muhammad. The First Millennium Refocused*. Princeton-Londres: Princeton University Press.
- KAEGI, Walter E. (2010). *Muslim Expansion and the Collapse of Byzantine Empire in North Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KAPLAN, Michel (1992). *Les hommes et la terre à Byzance du VI^e au XI^e siècle*. Paris: Éditions de la Sorbonne.
- KRAFT, András (2012). "The last Roman emperor *topos* in the Byzantine Apocalyptic tradition", *Byzantion*, 82, 213-257.
- MANNING, Sturt W. (2013). "The Roman World and Climate: Context, Relevance of Climate Change, and some issues", in HARRIS, W. V. (ed.), *The Ancient Mediterranean Environment between Science and History*. Leiden-Boston: E. J. Brill.
- MARTÍNEZ, Carlos (2014). "Un pasaje controvertido en los Annales de Eutiquio de Alejandría. El ataque judío a la ciudad de Tiro", *Collectanea Christiana Orientalia*, 11, 53-73.
- MARTÍNEZ, Carlos (2017). *La disidencia religiosa en el seno del cristianismo oriental y sus implicaciones en la primera expansión del islam (634-661)*. Granada: Tesis doctoral.
- MOTOS, Encarnación (2015). "Crisis institucional y política de destierros. El año 641 en Bizancio", in M. VALLEJO GIRVÉS-J. A. BUENO DELGADO-C. SÁNCHEZ-MORENO ELLAR (eds.). *Movilidad forzada entre la Antigüedad Clásica y Tardía*. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones UAH, 197-230.
- PAPACONSTANTINO, Arietta (2010). "Administering the Early Islamic Empire: Insights from the Papyri", in J. HALDON (ed.). *Money, Power and Politics in Early Islamic Syria. A review of current debates*. Burlington: Ashgate, 57-74.
- RAHIMI, Narges (2014). *Análisis histórico-antropológico del proceso de islamización de la sociedad persa en la Edad Media*. Tesis doctoral – Universidad de Granada.
- REININK, Gerrit Jan (1999). «Alexandre et le dernier empereur du monde: le développement du concept de la royauté chrétienne dans les sources syriaques du septième siècle», in L. HARF-LANCNER-C. KAPLER-F. SUARD (eds.), *Alexandre le Grand dans les littératures occidentales et proche-orientales*. Actes du colloque de Paris, 27-29 novembre 1999. Paris: Université Paris X-Nanterre, 149-159.
- SOTO, José (2006). "Constantinopla ciudad sitiada AD 626", in E. MOTOS-M. MORFAKIDIS (eds.). *Constantinopla. 550 años desde su caída. 1: Constantinopla bizantina*. Granada: C.E.B.N.Ch., 110-133.
- SOTO, José (2012). *Bizancio y los sasánidas. De la lucha por el Oriente a las conquistas árabes, 565-642*. Granada: C.E.B.N.Ch.
- STATHAKOPOULOS, Dionysios (2004). *Famine and Pestilence in the Late Roman and Early Byzantine Empire*. Aldershot: Ashgate.
- TODOROV, Tzvetan (2010). *La conquista de América. El problema del otro*. Madrid: Siglo XXI.

Red lights in the sky, hunger in sight. Aurora borealis and famine between experience and rhetoric in the early Middle Ages.

Luzes vermelhas no céu. Auroras boreais e fome, entre a experiência e a retórica na Alta Idade Média.

ANDREA MARASCHI¹

University of Iceland
andri.maraschi@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on 28/09/2017

Texto aprovado em /Text approved on 01/02/2018

Abstract: The purpose of the present paper is to analyse the mental and cultural attitudes of early medieval people towards one celestial “unidentified” phenomenon: aurora borealis. Celestial signs were often – but not always - interpreted on the basis of biblical prophecies, as visible words through which God forewarned humanity of future major events like the death of a king, pestilence, or famine. Attention will be mainly focused on the latter aspect, and specifically on the potential connection between the signs associated with the end of times in the Gospels, and actual records of aurorae, which were in turn interpreted as proving and confirming biblical prophecies. Aurora borealis seems to have generated anxiety about climate and hunger and to have enjoyed a particularly bad reputation, the reasons depending either on the moral purposes of related records, the rhetorical strategies they offered, or the actual emotional impact they had on the observers.

Keywords: Aurora borealis; Famine; Eschatology; Early medieval Europe; Early medieval astronomy.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as atitudes mentais e culturais das pessoas da Alta Idade Média perante um fenómeno celestial ‘não identificado’: a aurora boreal. Os sinais celestiais eram frequentemente – mas nem sempre – identificados da mesma maneira que as profecias bíblicas, como palavras visíveis com as que Deus anunciava à humanidade os acontecimentos futuros mais relevantes, como a morte de um rei, a peste ou a fome. Normalmente eram as últimas as que mais atenção levavam, e sobre tudo a potencial conexão entre os sinais associados com o fim dos tempos dos Salmos e os registos de auroras, interpretadas no sentido de provar ou confirmar as profecias bíblicas. A aurora boreal parece ter causado preocupações em relação com o clima e a fome, e também ter tido bastante má reputação, mas os motivos relacionavam-se às vezes com os propósitos morais dos registos, outras com as estratégias retóricas que utilizavam, e algumas umas com o impacto emocional que tiveram nas testemunhas.

Palavras-chave: Aurora boreal; Fome; Escatologia; Europa Alta Idade Média; Astronomia na Alta Idade Média.

¹ Post Doc at the Faculty of History and Philosophy - University of Iceland, The Árni Magnússon Institute for Icelandic Studies, Suðurgata, 101 Reykjavík. Presently, the author is Lecturer in Medieval History at the Department LeLia (Lettere Lingue Arti) of the University of Bari, via Michele Garruba 6, 70121 Bari (Italy). andrea.maraschi@uniba.it.

1. Multicoloured ranks, dragons, and fires in the skies

If celestial ordinary phenomena such as meteors, comets, bolides, eclipses, solar haloes, *parhelia* and others were known to early medieval intellectuals and can be tracked in the sources, there is no scientific medieval classification of aurora borealis (Dall’Olmo 1980; Martínez Usó, Marco Castillo 2017). Its relationship with solar activity was unknown, and it was mostly interpreted as an ill omen: it was believed it forewarned mankind of famine, bad weather, pestilence, war, the death of a king, and so on. Therefore, in the absence of a scientific description in early medieval times, researchers and scholars have had to scan the sources in search of supposed records of auroral displays (Frobesius 1739; Mairan 1754; Link 1962; Newton 1972; Stothers 1979a). Various terms were employed to indicate possible aurorae, which are quite indicative of the observers’ mental attitude, even though some of them might have referred to other phenomena, at times: since northern lights in continental and southern Europe were mostly associated with the colour red, aurora might have been confused with the reddening of the sky at dawn or sunset, for instance. As will be noted, though, many descriptions reflect the actual structure and movements of northern lights in a fairly logical way, and can safely be interpreted as descriptions of auroral displays especially when lights were said to have appeared in the northern direction. An important deductive method is to start from records of aurorae of different colours than red, which can thus be hardly mistaken for other phenomena: Flodoard of Reims, for instance, recorded that *acies diversorum colorum in caelo visae sunt mense Decembrio* in 940 (“ranks [of soldiers] of different colours were seen in the sky in December”, *Annales a. 919-966*: 388), placing an emphasis on the sharp-edged form which resembled a line of infantry deployed in the heavens (in conjunction with the severe episodes of famine in Europe from 940 to 945, as we will see later).

This formula was undoubtedly one of the more commonly used, and comparisons with other similar descriptions show a systematic parallel between auroras and calamities: the annals of the Abbey of Sens record that, at the beginning of February 919, *igneae candidae diversorumque colorum acies* (“red, white and variously-coloured ranks”), which were seen moving as if they were to strike a blow, were interpreted as predicting the Christian-Moorish war in Spain in 920 (*Annales sanctae Columbae Senonensis a. 708-1218*: 104). Flodoard’s annals, in turn, record strange “distortions” of nature: in 920, in the area of Reims, honey was found in spikes of grain, and flowers were found in certain mature trees and fruits; in 921, the summer was particularly hot

in northern France, and a great drought hit the area from July to September (*Annales a. 919-966*: 369).

The *Fragmentum Chronici Fontanellensis* records two different cases in one. In the late winter of 842, in northern France, “ranks appeared in the sky” *prima hora noctis* (“in the first hour the night”), that is just after sunset: this indication would suggest that the phenomenon might not have been an aurora, since northern lights could hardly be seen at such low latitudes before complete darkness (Martínez Usó, Marco Castillo 2017: 2). But then, according to the same source, “dreadful ranks were seen in the sky in the second hour of the night” in the north, east and west: its structure (sharp-edged), colours (white, black, red, green), location in the sky, and the fact that it was visible when it was dark, suggests that both this and the previous phenomena were indeed auroral displays (*Fragmentum Chronici Fontanellensis a. 841-859*: 301-302). They were regarded as ill omens predicting the earthquake and the cough outbreak that caused many deaths in the area the following November: and, in fact, the winter between 842 and 843 was extremely cold and long-lasting, with severe consequences for agriculture, livestock, and beekeeping, according to the Frankish historian Nithard (*Historiarium libri III*: 49).

Other descriptions help modern scholars identify such *acies* as northern lights. The monk Richer of Reims, who wrote his *Historiae* in the second half of the tenth century, describes the *ignae acies* and the “bleeding fires” which lit up the sky over Reims in 934 as “darts or serpents”: a plague soon followed, claiming victims among the population (*Historiarum libri III a. 884-995*: 586). Similar descriptions recur in later records, as well. Just for reference, the annals of St. Pantaleon’s Church in Cologne report that a night around the half of July 1241, a *figura ignea ad modus draconis* (“fiery figure in the shape of a dragon”) was seen flying in the sky over Cologne, the Rhine, and Westphalia, “with a big head and a shining, oblong and thick body, and a slender red tail”: in the same year, the Mongols brought terror, hunger and death to Europe, all the way to the Alps (*Annales sancti Pantaleonis Coloniensis*: 536).

The vocabulary of auroral displays features many more expressions, including the generic *signum*, as in the case of the *mirabile signum in caelo, variis coloribus permixtum* that was seen in 1117 in central Europe, which in Christian terms explicitly signified a “sign from God” (*Annales Sancti Disibodi a. 891-1200*: 22-23). This specific sign appeared (together with an eclipse) in conjunction with famine (*Chronicon s. Andreae castri Cameracesii*: 546), an earthquake, and huge floods in the whole continent and especially in Italy, to the point that a fast of three days was proclaimed in the entire peninsula to invoke God’s mercy.

The term *signum*, already used in Roman sources to indicate a variety of celestial phenomena, would be assigned eschatological significance in early medieval times (Dall’Olmo 1980), and would be systematically connected with biblical prophecies.

From a Christian perspective, there was a divine order in all things (as suggested by Isidore of Seville in his *Etymologiarum sive originum libri XX*, cl. 182, with reference to Gn 1:16-18), even in those that were apparently “unordinary” (de Nie 1987: 27-69). According to the Holy Scriptures, events altering the invariable order of nature were, in some sense, miraculous displays of God’s powers themselves (McCluskey 1998: 31), and signs in the sky were meant to forewarn about the nearing of the end of times. Indeed, when the disciples asked Jesus “...quanto haec erunt et quod signum cum fieri incipient” (“when will these things happen? And what will be the sign that they are about to take place?”, Lk 21:7, referring to the end of the world), Christ replied that, among other tragic occurrences, “terraemotus magni erunt per loca et pestilentiae et fames terroresque de caelo et signa magna erunt” (“there will be great earthquakes, famines and pestilences in various places, and fearful events and great signs from heaven”, Lk 21:11).

When focusing on the early Middle Ages, the importance of these biblical references should not be overlooked, but not stressed either. The relationship between celestial *signa*, plague and hunger soon became a recurrent element with a solid tradition within the context of early medieval chronicles and annals (Foot 2010: 25; Bartlett 2008: 51-70), but the case of northern lights requires deeper investigation. Displays of aurora borealis were occasionally visible at low latitudes² due to the absence of light pollution, and, as seen above, their spectacular features, their unordinary occurrence and their chromatic properties may have well suggested a connection with troops deployed for battle, blood and, in general, ensuing catastrophes: in this sense, instinctive emotional reactions and literary models may have overlapped. Nonetheless, records of aurora borealis were more likely based on actual observation, since biblical models were lacking: indeed, even if some scholars have argued that Ezekiel’s vision of a “nubes magna, et ignis involvens...quasi carboneum ignis ardentis” from north (Ez 1; Link 1967 lists two more biblical passages; Eather 1980; Silverman 1998; Siscoe et al. 2002) may have referred to an auroral display, such descriptions are rather vague, and the possibility that aurora could be seen 100 km south of Babylon (where the scene has been placed by scholars) is rare, at the very least.

Greek sources were reticent about auroral displays, too, unlike Roman

² That is, from areas in which our sources were written down.

ones. Actually, many kinds of celestial phenomena appear in classical texts (Krauss 1930; de Saint-Denis 1942; Jiménez Delgado 1961a, 1961b; Rawson 1971; Barrett 1978; Hartog 2000; Rasmussen, 2003: 16; Stothers 1979a, 1979b, 2007: 82; Solow 2005; Ramsey 2006), and Livy and his contemporaries used to ascribe such supernatural signs to the gods. As has been noted, on the contrary, early medieval intellectuals and – generally speaking – common people would see the hand of demons or the Lord behind celestial phenomena (Foot 2010: 30-31). The latter has been usually addressed as “providentialism” by scholars (Bennett 2005, 2007: 181-183; Palmer 2014: 108; Meyer and Mayer 1973; Cameron 1993; Hodgson 1989), the “theory of everything” of Christianity (Cameron 1993: 121).

The authors of our sources, mainly monks, were interested in natural phenomena, but they did not benefit much from the Greco-Roman astronomical tradition (McCluskey 1990: 9; Stahl 1962: 250-251), unlike in the Islamic world³: in the words of Stephen McCluskey, “in the early Middle Ages the Bible came to supplant the works of antique authors as the core of the education of medieval clerics and lay men and women” (McCluskey 1998: 29). As Paul Dutton and Sarah Foot have suggested, however, to draw such a conclusion does not do justice to the nuances of people’s reactions, which should not be simplistically catalogued as “collective” cultural and historical experiences (Dutton 2008: 167-168; Foot 2010: 32).

Here follows the analysis of a few emblematic cases from – mostly but not exclusively – chronicles and annals from the fifth to the tenth century, which in all likelihood refer to aurora borealis⁴. The aim is to answer the question of whether the fear of auroral displays may have derived from their alleged relationship with episodes of famine and from their potential interpretation as prophecies of the end of times; or, alternatively, whether such a connection was nothing else than a rhetorical device recalling biblical models; or if, finally, it depended on their mere chromatic and visual characteristics and on the writers’ experience (bearing in mind that these were not neutral observers; Dutton 2008: 168).

2. The dawn of the Middle Ages are red coloured

According to the sources, the major military and political events that shaped late antique and early medieval Europe were ushered in by auroral

³ In the Islamic world scientists practiced the most advanced astronomy of their times (Kennedy 1998).

⁴ Due to reasons of space, I have omitted examples featuring ambiguous descriptions which do not necessarily refer to auroral displays.

displays. The “*terribile signum columnae*” (“frightening sign, like a column”) of the year 388 mentioned by the Gallic chronicler of 452 (*Chronica Gallica a CCCCLII*, a. 388: 648; Muhlberger 1990: 152-160) was probably linked with the defeat of the Western Roman Emperor Magnus Maximus against Theodosius I, and the same chronicler associated the “*igne super nube*” (“fiery cloud”) which appeared over Constantinople in 395 with Theodosius’ death and the division of the empire into two parts (*Chronica Gallica a CCCCLII*, a. 395: 650; Cameron 2001: 47). But many of said displays were connected more specifically with episodes of devastation and hunger. Hydatius, the bishop of Aquae Flaviae (modern Chaves, Portugal, ca. 428-469), wrote in his chronicle of his times that Attila’s defeat at the Catalaunian Plains in the June of 451 was preceded by certain signs on the 3rd of April, among which an earthquake and the appearance of red, fiery spears in the sky in the northern direction (*Chronicon*: 883)⁵. Hydatius was probably a direct observer, and among the first Christian chroniclers to employ such formulas. His description is quite sensible, since in the Mediterranean skies northern lights generally appear as “red or yellowish white” (Stothers 1979a: 85; Silverman 1998)⁶. On the same line, Gregory the Great recorded that in 568 (the year of the Lombard invasion of Italy) many people witnessed *terribilia signa* all over Italian skies, namely “fiery swords and ranks” from the northern direction (*Dialogi*, vol. 260, 3, XXXVIII: 430)⁷: they were, as Paul the Deacon added two centuries later, the omen of the swords of the Lombards that would soon gleam with the blood of their victims (the chromatic parallel is clear; *Historia Langobardorum*, 2, 5: 75)⁸. Interestingly, as the mid-ninth century diocesan history of Naples would remark – drawing upon both Gregory and Paul – the Lombard invasion would be accompanied by *famis nimia* (“a great famine”) in the Italian peninsula (*Gesta episcoporum Neapolitanorum*, 20: 412): in fact, the connection between celestial phenomena and episodes of hunger would continue to recur quite frequently. This rhetorical (and mental) scheme can be found in many a historical source from the Middle Ages. It was perpetuated for centuries, also due to the practice of textual borrowing, as just seen: this, however, does not imply that records of auroral displays were exploited as

⁵ “...ab Aquilonis plaga coelum rubens sicut ignis aut sanguis efficitur, intermixtis per igneum ruborem lineis clarioribus in speciem hastarum rutilantium deformatis...”

⁶ Umberto Dall’Olmo shows that, in both classical and in medieval times (thus, mainly, in the Mediterranean regions), northern lights were often associated with the idea of “bleeding” (Dall’Olmo 1980: 13-14).

⁷ “Mox enim illa terribilia in coelo signa secuta sunt, ut hastae atque acies igneae ab Aquilonis parte viderentur.”

⁸ “Continuo apud Italiam terribilia noctu signa visa sunt, hoc est igneae acies in caelo apparuerunt, eum scilicet qui postea effusus est sanguinem coruscantes.” Franklin Krauss observed that Greek and Roman intellectuals were aware that clouds could sometimes embody psychological projections (Krauss 1930: 79).

mere literary devices. Although medieval historiography “tended to telescope events” (Dutton 2008: 173), ancient records of strange phenomena should be respected for what they are, for what reactions they elicited, and for how they were explained by intellectuals.

3. Gregory of Tours, northern lights, and God’s presence in the unfolding of history (538-594 A.D.)

One of the most remarkable resources within the context of early medieval astronomical events is, undoubtedly, Gregory of Tours’ *Libri historiarum X* (henceforth: *LH*). The bishop of Tours showed a pronounced interest in the topic, as suggested by his concise manual on stars and monastic timekeeping, *De cursu stellarum* (McCluskey 1990; Obrist 2002). The numerous descriptions of portents in *LH* are particularly illuminating about their interpretation by a portion of Christian intellectuals (de Nie 1994: 78). For instance, Gregory reports that the plague that wreaked death and havoc on Clermont in 563 was announced by unmistakable signs: the appearance of three or four suns, the coming of a comet, the partial darkening and discolouring of the sun, and by the sky catching fire (“caelum ardere visum est”, a red aurora; *LH*, IV, 31: 164-165)⁹. We may assume that Gregory, who probably learned his astronomy from reading Martianus Capella (Bergmann and Schlosser 1987; Montgomery 2000: 55, fn. 25; McCluskey 1998: 101; cf. Eastwood 2007: 20), had read about other cases of solar haloes, *parhelia* or sun dogs (Fabian 2001: 80-81) that occurred in the past¹⁰, that he knew the astronomical and physical causes of solar eclipses, and that he had read other accounts of auroral displays (whence the formula *caelum ardere visum est*)¹¹. But the *rustici* of the region did not, most certainly: they are described as being terrified before such supernatural prodigies¹², hounded by a “persistent lack of confidence in the cosmos” (Tuan 1979: 80).

For his part, Gregory did not believe in astrology (*De cursu stellarum ratio*, 16, 413), but the notion of heavenly portents as omens was based on a solid Christian historiographical tradition (Halfond 2012: §7). The key

⁹ “Similiter et ante cladem Arvernam magna regionem illam prodigia terruerunt. [...] Nam et stilla, quam quidam comiten vocant, radium tamquam gladium habens, super regionem illam per annum integrum apparuit, et caelum ardere visum est...”

¹⁰ For example, Aristotle, *Meteorology*, III, 2. Cf. Cicero, *De re publica*, I, X; Lucius Apuleius, *Apologia*, xvi. See Johnson (2009).

¹¹ See Halfond (2012): §5, fn. 4, and de Nie 1987, where the authors remark that Gregory of Tours distinguished *signa* (Christian prodigies) from *auspicia* (Pagan beliefs).

¹² Gregory may have had in mind Eccl 12:1-2.

was to remind the reader that this was the way by which God historically forewarned humankind of future major events (de Nie 2002: 265). One night in 577, while in Paris, Gregory saw twenty rays of light shining from north and moving in the heavens (*LH*, V, 18: 223-224)¹³: he was not able to provide any explanation but, he said, “I suppose [*credo*] they announced Merovech’s death”. While witnessing (or simply recording) similar *prodigia*, Gregory’s encyclopedia was the Bible. For example, he did not hesitate to interpret the great famine which, in 591, oppressed Angers, Nantes and Le Mans, and the pestilence that, in the same year, attacked the province of Marseilles (*LH*, X, 25: 517-518), on the basis of Mt 24:7-8: “...et erunt pestilentiae et fames et terraemotus per loca” (“There will be plagues and famines and earthquakes in various places”). Despite Devroey’s punctual observation about the change in the perception of the causes of famine from the Merovingian to the Carolingian period (from natural disaster, to an outcome of sin; Devroey 2014), Gregory of Tours shows that celestial phenomena and events on Earth were tightly bound to each other. *Signa* were not just witnessed and recorded, but also inserted within a purely Christian narratological framework: if, indeed, the Gospel of Matthew adds that “multi pseudoprophetae surgent et seducent multos” (“many false prophets will appear and deceive many people”, Mt 24:11), Gregory symptomatically records that, at the time of the aforementioned famine and plague, a man from Bourges said he was Christ and deceived more than three thousand people.

Celestial phenomena should have looked all the more impressive in the deep, dark medieval skies, especially on the occasion of rare ones like auroras (at least for what concerns central and southern Europe; Phillips 1995: 15; Fabian 2001: 83). As noted earlier, Gregory would often employ the expression *caelum ardere visum est* to describe them, quite common since at least Seneca’s and Livy’s day. Already at the time of Hesiod’s *Theogony* (eighth or seventh century B.C.) formulas such as “fiery sky dragons” or “flaming heavens” were seemingly used to describe auroral appearances (Stothers 1979a: 85): definitions that are quite telling in themselves. Gregory would also employ, among others: “fiery pillars” and “big beacon” (*columnae igneae* and *pharus magna*, *LH*, VII, 11: 333), in conjunction with vines bearing deformed fruits; “shiny rays” (*radii relucens*, *LH*, VI, 33: 304), in conjunction with locusts devastating trees, vines, forests, and fruits¹⁴; “splendour”, “gleam”

¹³ “Cum autem apud Parisius moraremur, signa in caelo apparuerunt, id est viginti radii a parte aquilonis, qui ab oriente surgentes, ad occidentem properabant; ex quibus unus prolixior et alius supereminens, ut est in sublimi elevatus, mox defecit, et sic reliqui qui secuti fuerant evanuerunt. Credo, interitum Merovechi pronuntiassent.”

¹⁴ Cf. *LH*, VIII, 17: 384, which Gregory expected to be the sign that some plague would be sent from heaven; *LH*, IX, 5: 416, in conjunction with vines bearing deformed fruits, a poor grape harvest, heavy rainfalls.

(*fulgor*, *LH*, IV, 51: 187), “like that we once saw before the death of Clothar”. These, and the other terms employed to describe aurora borealis all express astonishment and terror, as Gregory himself occasionally confirms: “Et ecce! dum eos miraremur attoniti”, said about bright rays of light and blood-red clouds which he saw in the north, east and west (*LH*, VIII, 17: 384). Not only, then, chroniclers input their own personal and original descriptions of auroral displays, avoiding systematic quotations of earlier records, but they also left traces of their instinctive reactions as observers engaged with astronomy.

Interestingly, most if not all of the supposed records of auroral displays betrayed shock, and were connected with episodes of famine or with calamities which hit fields, vineyards, orchards, forests (and the livestock, as a consequence). The reasons for this were different, potentially: they could be

- a) the result of actual observation;
- b) literary devices with implicit moral purposes (Riché 1976, 204; Ashley 1994);
- c) a way to connect history with God’s plans for mankind (De Nie 1987, pp. 27-69; Halfond 2012).

A combination of a) and c) seems to be a sensible answer, as auroral displays may have well astounded their witnesses, and may have been plausibly interpreted by Christian intellectuals on the basis of biblical prophecies (De Nie 1994: 82). But a more complete perspective of the matter will possibly emerge from the analysis of further sources in the following section.

4. Auroras and hunger (sixth-tenth century)

Lights of various kinds continued to illuminate nocturnal landscapes in the following decades, according to our sources, and were often interpreted as ominous warnings of dire events to come. “Nothing, to the medieval scholar, was what it superficially seemed” (Tuan 1979: 107), Yi-Fu Tuan noted, maybe overlooking that medieval scholars could also be quite naturalistic at times. Nonetheless, the very fact that these phenomena were recorded in chronicles and annals implies that they were considered part of history and, in some sense, they were proof that history was unfolding along its predetermined path. Records of supposed auroral displays must always be contextualised, since they were generally used to emphasise certain political events: in the ninth century, for instance, the bishop of Ravenna Agnellus wrote that the death of the emperor Justinian (565) was portended by “red signs in the sky”

(*Liber pontificalis ecclesiae Ravennatis*, 90: 336)¹⁵. The recurrence of such a formula makes it difficult to assess whether it was based on the observation of reality or if it simply became a literary motif at some point. In any case, it is important to remember that this was *the* historical reality Agnellus and his contemporaries wanted to crystallize, preserve and perpetuate: it embodied their view of the world and of themselves.

The following examples are quite telling, in this sense. If the sky could truly forewarn mankind of incoming catastrophes, indeed, the celestial phenomena that occurred in the 780s did not promise anything good (Landes 1988: 191-192). Many Carolingian annals report strange *signa* appearing during that decade, some of which plausibly refer to auroras: in 781, many had their clothes marked with the sign of the cross, and both the earth and the sky began bleeding (*Annales Fuldenses sive Annales regni Francorum orientalis*: 10); after huge floods in 784-785 (*Annales Laureshamenses*: 32), “fearsome ranks” were seen in the sky in 786, “so great that nothing like it had occurred in our times” (*Annales Laureshamenses*: 33). “Tonitrua et fulgura immensa” (“great thunder and lightning”) then destroyed buildings and killed many people and birds, a glowing arch appeared at night among the clouds, and eventually a deadly plague finished off the job (*Fragmentum Annalium Chesnii [Annales Laureshamenses]*: 33). Were these the symptoms of a horrific event that was about to shake and devastate Europe? (Palmer 2014: 131).

Actually, in the following year (787), according to the *Anglo-Saxon Chronicle* (*The Anglo-Saxon Chronicle*, A.D. 787), the coasts of southern England were raided by the Vikings (Somerville and McDonald 2013: 16 ff.). Interestingly, only the manuscripts D, E and F of the *Chronicle*, which are later confluations of a northern version of the text (known as “Northern Recension”; Cesario 2016), record that in 793 the skies spoke again: “Here terrible portents came about over the land of Northumbria, and miserably frightened the people”, the *Anglo-Saxon Chronicle* reads. There were whirlwinds, lightning, and “fiery dragons were seen flying in the air”, and they were followed by “a great famine” (“fyrenne dracan wæron gesewene on þam lifte fleogende. þam tacnum sona fyligde mycel hunger”; *The Anglo-Saxon Chronicle*, A.D. 793, 55 and 57); eventually, the Lindisfarne abbey was plundered (Cavill 2001: 8; Logan, 2005: 25-26). There is no doubt that England was hit by famine in the years 792-793

¹⁵ “Et apparuerunt signa rubra in caelo...”. Here we can be particularly sure about the distance of the text from the biblical archetype. Agnellus based his work on the Roman *Liber pontificalis* (sixth century, with later additions down to 870), and he drew from various sources such as the works of Gregory of Tours and Gregory the Great, lists of the bishops of Ravenna, Paul the Deacon’s *Historia Langobardorum*, the *Chronicon* of Maximian, the *Passio* of St. Apollinaris, documents of the Ravennate church, inscriptions and dedications on buildings, and oral tradition (Mauskopf/Deliyannis 2001: 17).

(Cesario 2016: 155), and Carolingian sources inform us of severe food crises in continental Europe as well, which urged Charlemagne to ask both the ecclesiastical and secular powerful persons of his reign to feed four starving poor each until the following harvest (Devroey 2014). As for the interpretation of said *fyrenne dracan*, scholars have generally regarded it as either a description of meteor showers, comets, or as a biblical reference to the *ignitos serpentes* of Numbers 21:6 (Cesario 2016: 155-158), which God sent among the Israelites to admonish them. Nonetheless, evidence coming from our sources suggests that Marilina Cesario is right in holding that the chronicler actually witnessed northern lights (Cesario 2016: 161), which were then loaded with allegorical significance.

To no surprise, the Hungarian invasion was preceded by similar ominous portents, as well: Richer of Reims reports that in 937, before the Magyars raided Sens, Berry and the neighbourhood of Reims (Hildinger 2001: 86), the skies “were seen to catch on fire” in the northern direction (*Historiarum libri IIII a. 884-995*: 589)¹⁶. War, plague and hunger – the stereotypical attributes of the end of the world according to the biblical archetype – were then systematically announced by celestial phenomena, and often by red signs in the sky. Famine was not exclusively portended by northern lights, however: a number of sources record that the *maxima fames* and the livestock plague of 941 that hit “the entire world” were preceded by the appearance of a comet, an event which was presented just as an equation (“Cometes apparuit. Et fames subsequuta”, “A comet appeared. And famine ensued”; *Annales Leodienses a. 58-1054*: 16; see also *Annales Sangallenses Maiores*: 78 and other contemporary sources). Between rhetoric and observation, though, the parallel between supposed auroral displays and calamities concerning food production and supplies seems a proper “theme” in early medieval documents: the extraordinarily harsh winter of 927 (*Annales Augienses*, I, 68), which Regino of Prüm dated to 928, was followed by “acies igneae in caelo” in March, according to Flodoard of Reims, the major Frankish chronicler of the tenth century (*Annales a. 919-966*: 377); hunger and aurora, in turn, ushered in a deadly plague in Gaul and Germany. The question of whether the expression “ranks in the sky” did actually refer to northern lights is indirectly answered by Flodoard himself: in a more descriptive vein, indeed, he writes that the plague that hit Reims in 934 was announced by “ranks that were seen roaming the sky resembling a fiery serpent”¹⁷ (*Annales a. 919-966*: 382).

Could this all just be a matter of mere rhetoric?

¹⁶ “Et nocte diei succedente, caeli pars prodigiose flammis erumpentibus in septentrione ardere visa est. Qua etiam mox prosequitur et Hungarorum per Gallias repentina persecutio.” Here, Richer draws on Flodoard’s *Annales*: “Caeli pars ardere visa et Hungarorum persecutio ab eadem parte per Franciam insecuta est...” (*Annales a. 919-966*: 384).

¹⁷ “Igneae Remis in caelo acies visae sunt discurrere, et quasi serpens igneus...”

5. Conclusions: motif or experience?

Celestial phenomena played a fundamental role in the recording of history in early medieval times. The boundary between rhetoric and experience was subtle, given the importance of biblical parallels for Christian chroniclers, who would zealously search in the sky for symptoms of the incoming end of the world. Aurora borealis, though, seems to represent an exception, since no clear account of northern lights is featured in the Bible, thus no explicit literary model was available to chroniclers and annalists. The “unconscious” association of the appearance of northern lights with calamities (among which crops failures, livestock plagues, floods, and deformed fruits) might have simply been instinctive: this was true until very recent times, if the red aurora borealis that lit up the sky over Wheeling (West Virginia) in 1859 was still thought to foretell “war, famine, freezing, cold, death, pestilence, and even the end of the world” (*Wheeling daily intelligencer*, 01 Sept. 1859)18. This connection was totally logical, after all: aurora borealis is not a regularly visible event at low latitudes such as in continental and southern Europe, and its very structure and chromatic characteristics may have reasonably elicited dread and anxiety, even though the observers could associate it with either God or the actions of demons. The fact that accounts of the appearance of northern lights are often accompanied by records of famines, military devastations, and other agricultural calamities (featured in the same sources and in other contemporary ones) suggests that the relationship between auroral displays and hunger was thought to be validated by “evidence” - although said evidence was, in fact, totally coincidental. The association of celestial ill omens with famine is anything but surprising, and emerges among a number of ancient civilizations (Taub 2003): if human history has not been characterized by the persistence of hunger, indeed, it was definitely pervaded by the “fear of hunger” (Montanari 1999: 183), as logical for societies with low agrarian surpluses and limited technological resources that depended mainly on grains for nourishment (Tuan 1979: 80; Foot 2010: 33).

Among other *signa*, aurora borealis seems to have occupied an in-between position: on one hand, it could be rhetorically catalogued as yet another celestial phenomena to be interpreted eschatologically on the basis of biblical prophecies; on the other hand, early medieval records of aurora borealis have been validated by modern scholarship, and the fear associated with auroral displays may well have derived from actual observations of this phenome-

¹⁸ Eather (1980) at, respectively, p. 69 and 97, notes that the same belief was common in eighteenth-century Russia and North America.

non and from the instinctive sense of danger caused by red or multicoloured waves sparkling in the sky, which resembled ranks of soldiers, dragons, fires, or blood. It seems thus fair to conclude that McCluskey's idea, according to which in early medieval times the Bible replaced natural philosophy as the main key to the understanding of nature, may be dismissed as incomplete. On the contrary, both these perspectives were probably endorsed (Foot 2010: 39), with their respective role depending on the writer, his context, and the purposes of his work.

In conclusion, the present contribution wants to make a step beyond the traditional terms in which the "eschatology/observation" dichotomy has been discussed, and to endorse James T. Palmer's statement that "eschatology and apocalypticism thrived on immediate personal experience" more than on abstract elements such as dates or other escalating patterns of signs (Palmer 2014: 146): northern lights had an emotional dimension, behind the filters of historiography, textual borrowing and biblical prophecies. This means that a literary reading alone does not do justice to our sources: chroniclers and annalists did engage with early medieval astronomy (Borst 1993: ch. 4; Warntjes 2014), and chose to emphasize the eschatological or experiential dimension of celestial phenomena depending on their specific aim.

When compared with the "rationalistic" mood underlying Roman prodigy lists (Rawson 1971: 158; Lindahl et al. 2000, I: 20), it is fair to assume that the political, military, cultural and economic trends of the early medieval period might have led Christian intellectuals to lay a stronger emphasis on auroral displays, due to their ecclesiastical education and their providentialist interpretation of history. Yet, northern lights primarily belonged to the realm of experience, an emotionally engaging experience, by all odds.

Primary sources

Agnellus of Ravenna, *Liber pontificalis ecclesiae Ravennatis*. MGH SSRL, ed. Oswald Holder-Egger. Hannover: Hahn, 1878. 265-391.

Annales Augienses, Pars prima a. 709-858, MGH SS, 1, ed. Georg H. Pertz. Hannover: Hahn: 1826, 67-68.

Annales Fuldenses sive Annales regni Francorum orientalis, MGH SSRG, 7, ed. Georg H. Pertz and Friedrich Kurze. Hannover: Hahn, 1891.

Annales Laureshamenses, MGH SS, 1, ed. Georg H. Pertz. Hannover: Hahn, 1826, 22-39.

Annales Leodienses a. 58-1054, MGH SS, 4, ed. Georg H. Pertz. Hannover: Hahn, 1841, 9-20.

Annales Sanctae Columbae Senonensis a. 708-1218, MGH SS, 1, ed. Georg H. Pertz.

- Hannover: Hahn, 1826, 102-109.
- Annales Sancti Disibodi a. 891-1200*, MGH SS, 17, ed. G. Waitz. Hannover: Hahn, 1861, 4-30.
- Annales Sancti Maximini Trevirensis a. 538-987*, MGH SS, 4, ed. Georg H. Pertz. Hannover: Hahn, 1841, 5-7.
- Annales Sancti Pantaleonis Coloniensis*, MGH SS, 22, ed. Hermann Cardauns. Hannover: Hahn, 1872, 529-547.
- Annales Sangallenses Maiores*, Pars altera a. 919-1056, MGH SS, 1, ed. Georg. H. Pertz. Hannover: Hahn, 1826, 78-85.
- Aristotle, *Meteorology*, trans. E. W. Webster, in Jonathan Barnes, ed., *The Complete Works of Aristotle*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- Chronica Gallica a CCCCLII*, MGH AA, 9, ed. T. Mommsen. Berlin: Weidmann, 1892, 615-666.
- Chronicon Salernitanum a. 747-974*, MGH SS, 3, ed. Georg H. Pertz. Hannover: Hahn, 1839, 467-561.
- Chronicon S. Andreae castri Cameracesii*, MGH SS, 7, ed. L. C. Bethmann. Hannover: Hahn, 1846, 326-550.
- Cicero, *De re publica*, in *Cicero's Tusculan Disputations, Also, Treatises On The Nature Of The Gods, And On The Commonwealth*, trans. C. D. Yonge. New York: Harper & Brothers, 1877.
- Flodoard of Reims, *Annales a. 919-966*, MGH SS 3, ed. Georg H. Pertz. Hannover: Hahn, 1839, 363-407.
- Fragmentum Chronici Fontanellensis a. 841-859*, MGH SS, 2, ed. Georg H. Pertz. Hannover: Hahn, 1829, 301-304.
- Gesta episcoporum Neapolitanorum*. Pars prima (1-745), MGH SSRL, ed. G. Waitz. Hannover: Hahn, 1878, 402-424.
- Gregory of Tours, *De cursu stellarum ratio*, in *Gregorii episcopi Turonensis miracula et opera minora*, MGH SSRM, 1, 2, ed. Bruno Krusch. Hannover: Hahn, 1885, 404-422.
- Gregory of Tours, *Libri historiarum X*, MGH, SSRM, 1, 1, ed. Bruno Krusch and Wilhelm Levison. Hannover: Hahn 1885, repr. 1951.
- Gregory the Great, *Dialogi*, ed. Adalbert de Vogüé, *Sources Chrétiennes*, 3 vols, 251, 260, 265. Paris: Les Éditions du Cerf, 1978-1980.
- Hydatius, *Chronicon*, PL 51, ed. J.-P. Migne. Paris: Garnier 1861, 873-890.
- Isidore of Seville, *Etymologiarum sive originum libri XX*, ed. W. M. Lindsay. Oxford: Clarendon, 1966. Translation: *The Etymologies of Isidore of Seville*, trans. Stephen A. Barney et al. Cambridge: Cambridge University Press: 2006.
- Lucius Apuleius, *Apologia*, in Id., *The Apologia and Florida of Apuleius of Madaura*, trans. H. E. Butler. Oxford: Clarendon Press, 1909.
- Nithard, *Historiarum libri IIII*, MGH SSRG, 44, ed. Ernest Müller. Hannover-Leipzig, Hahn: 1907.
- Paul the Deacon, *Historia Langobardorum*, MGH SSRL, saec. VI-IX, ed. Georg Waitz and

- Ludwig Bethmann. Hannover: Hahn, 1878, 12-192.
- Paulus Orosius, *Adversus paganos historiarum libri septem*, ed. J. P. Migne, PL 31. Paris: Garnier, 1846, cll. 663-1174. Translation: *Orosio. Le storie contro i Pagani*, trans. Adolf Lippold. Milano: Lorenzo Valla, 1976.
- Richer of Reims, *Historiarum libri IIII a. 884-995*, MGH SS, 3, ed. Georg H. Pertz. Hannover: Hahn, 1839, 561-657.
- The Anglo-Saxon Chronicle: A Collaborative Edition. Vol. 6 MS. D*, ed. G. P. Cubbin. Cambridge: D. S. Brewer, 1996; *Vol. 7, MS. E*, ed. Susan Irvine. Cambridge: D. S. Brewer, 2004; *Vol. 8, MS. F*, ed. Peter S. Baker. Cambridge: D. S. Brewer, 2000.
- The Anglo-Saxon Chronicle*, ed. and trans. M. Swanton. New York: Routledge, 1998.
- Wheeling daily intelligencer*, 01 Sept. 1859. *Chronicing America: Historic American Newspapers*. Lib. of Congress., <http://chronicingamerica.loc.gov/lccn/sn86092535/1859-09-01/ed-1/seq-3/>
- * All biblical quotations are from: *Biblia Sacra Vulgata. Editio Quinta*, eds. Robert Weber and Roger Gryson. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft (electronic version retrieved from The Scholarly Bible Portal of the German Bible Society, available online at <http://www.academic-bible.com/en/online-bibles/vulgate/>).

Secondary sources

- ASHLEY, Scott (1994). "The power of symbols: interpreting portents in the Carolingian empire", *Medieval History*, 4, 34-50.
- BARRETT, Anthony A. (1978). "Observations of Comets in Greek and Roman Sources before AD 410", *Journal of the Royal Astronomical Society of Canada*, 72, 82-106.
- BARTLETT, Robert (2008). *The Natural and the Supernatural in the Middle Ages*. New York: Cambridge University Press.
- BENNETT, Brian P. (2005). "Sign Languages: Divination and Providentialism in the Primary Chronicle of Kevian Rus", *Slavonic and East European Review*, 83, 3, 373-395.
- BENNETT, Brian P. (2007). "Hermetic Histories: Divine Providence and Conspiracy Theory", *Numen*, 54, 2, 174-209.
- BERGMANN, Werner, and SCHLOSSER, Wolfhard (1987). "Gregor von Tours und der Rote Sirius: Untersuchungen zu den astronomischen Angaben in *De cursu stellarum ratio*", *Francia*, 15, 43-74.
- BLOCH, Raymond (1963). *Le prodiges dans l'Antiquité classique (Grèce, Étrurie et Rome)*. Paris: Presses Universitaires de France.
- BORST, Arno (1993). *The Ordering of Time: From the Ancient Computus to the Modern Computer* (trans. Andrew Winnard). Chicago: The University of Chicago Press.
- CAMERON, Alan (2001). "Oracles and Earthquakes: A Note on the Theodosian Sibyl", in Claudia SODE and Sarola TAKÁCS (eds.), *Novum Millennium. Studies on Byzantine History and Culture Dedicated to Paul Speck*. London: Routledge, 45-52.

- CAMERON, Averil (1993). "Divine Providence in Late Antiquity", in Leo HOWE and Alan WAIN (eds.), *Predicting the Future*. Cambridge: Cambridge University Press, 118-143.
- CAVILL, Paul (2001). *Vikings: Fear and Faith in Anglo-Saxon England*. London: Harper Collins.
- CESARIO, Marilina (2016). "Fyrenne Dracan in the Anglo-Saxon Chronicle", in Maren CLEGG HYER and Jill FREDERICK (eds.), *Textiles, Text, Intertext. Essays in Honour of Gale R. Owen-Crocker*. Woodbridge: The Boydell Press, 153-170.
- DALL'OLMO, Umberto (1978). "Meteors, Meteor Showers and Meteorites in the Middle Ages: From European Medieval Sources", *Journal for the History of Astronomy*, 9, 123-134.
- DALL'OLMO, Umberto (1980). "Latin terminology relating to aurorae, comets, meteors, and novae", *Journal for the History of Astronomy*, 11, 10-27.
- DE NIE, Giselle (1987). *Views from a many-windowed tower: studies of imagination in the works of Gregory of Tours*. Amsterdam: Rodopi.
- DE NIE, Giselle (1994). "Gregory of Tours' Smile: Spiritual Reality, Imagination and Earthly Events in the 'Histories'", in Anton SCHARER and Georg SCHEIBELREITER (eds.), *Historiographie im frühen Mittelalter*. Vienna: R. Oldenbourg, 1994, 68-95.
- DE NIE, Giselle (2002). "History and Miracle: Gregory's Use of Metaphor", in Kathleen MITCHELL and Ian WOOD (ed.), *The World of Gregory of Tours*. Leiden: Brill, 261-279.
- DE SAINT-DENIS, Eugène (1942). "Les énumérations de prodiges dans l'oeuvre de Tite-Live", *Revue de Philologie*, 16, 126-142.
- DEVROEY, Jean-Pierre (2014). "Food and Politics", in *A Cultural history of food in the early Medieval Age*. London: Berg, 73-89.
- DUTTON, Paul E. (2008). "Observations on Early Medieval Weather in General, Bloody Rain in Particular", in Jennifer R. DAVIS and Michael MCCORMICK (eds.), *The Long Morning of Medieval Europe: New Directions in Early Medieval Studies*. Aldershot: Ashgate, 167-180.
- EASTWOOD, Bruce (2007). *Ordering the Heavens: Roman Astronomy and Cosmology in the Carolingian Renaissance*. Leiden: Brill.
- EATHER, Robert H. (1980). *Majestic Lights: The Aurora in Science, History, and the Arts*. Washington, D.C.: AGU.
- FABIAN, Stephen M. (2001). *Patterns in the Sky. An Introduction to Ethnoastronomy*. Long Grove: Waveland Press.
- FLINT, Valerie (1991). *The Rise of Magic in Early Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- FOOT, Sarah (2010). "Plenty, Portents and Plague: Ecclesiastical Readings of the Natural World in Early Medieval Europe", in Peter CLARKE and Tony CLAYDON (eds.), *Studies in Church History vol. 46: God's Bounty? The Churches and the Natural World*. Woodbridge: Boydell Press, 15-41.

- FROBESIIUS, Iohannes Nicolaus (1739). *Nova et antiqua luminis atque aurorae borealis spectacula*. Helmstädt: Weygandt.
- HALFOND, Gregory (2012). “*Tenebrae Refulgeant: Celestial Signa in Gregory of Tours*”, *A Journal of Early Medieval Northwestern Europe*, 15: (<http://www.heroicage.org/issues/15/halfond.php#rasm2003>)
- HARTOG, François (2000). “The invention of history: the pre-history of a concept from Homer to Herodotus”, *History and Theory*, 39, 384-395.
- HILDINGER, Erik (2001). *Warriors of the Steppe: Military History of Central Asia, 500 B.C. To 1700 A.D.* Cambridge: First Da Capo Press.
- HODGSON, Peter C. (1989). *God in History*. Nashville: Abingdon.
- JIMÉNEZ DELGADO, José (1961a). “Importancia de los prodigios en Tito Livio”, *Helmantica*, 12, 27-46.
- JIMÉNEZ DELGADO, José (1961b). “Clasificación de los prodigios titolivianos”, *Helmantica*, 12, 441-461.
- JOHNSON, Monte R. (2009). “The Aristotelian Explanation of the Halo”, *Apeiron: a Journal for Ancient Philosophy and Science*, 42, 325-357.
- KELLEY, David H., MILONE, Eugene F. (2011). *Exploring Ancient Skies. A Survey of Ancient and Cultural Astronomy*. 2nd ed. New York: Springer.
- KENNEDY, Edward S. (1998). *Astronomy and Astrology in the Medieval Islamic World*. Aldershot: Ashgate.
- KRAUSS, Franklin B. (1930). *An Interpretation of the Omens, Portents, and Prodigies Recorded by Livy, Tacitus, and Suetonius*. Philadelphia: University of Pennsylvania.
- LAKE, Justin (ed.) (2013). *Prologues to Ancient and Medieval History: A Reader*. Toronto: University of Toronto Press.
- LANDES, Richard (1988). “Lest the Millennium be fulfilled: Apocalyptic Expectations and the Pattern of Western Chronography 100-800 CE”, in Werner VERBEKE et al. (eds.), *The Use and Abuse of Eschatology in the Middle Ages*. Leuven: Leuven University Press, 137-211.
- LEVISON, Wilhelm (1946). *England and the Continent in the eighth century. The Ford lectures delivered in Oxford in the Hilary term*. Repr.: Oxford: Clarendon Press.
- LINDAHL, Carl et al. (eds.) (2000). *Medieval Folklore: An Encyclopedia of Myths, Legends, Tales, Beliefs, and Customs*, 2 vols. Santa Barbara-Denver-Oxford: ABC-CLIO.
- LINK, František (1962). “Observations et catalogue des aurores boréales apparues en Occident de 626 à 1600”, *Geofysikální sborník*, 10, 297-387.
- LINK, František (1967). “On the History of the Aurora Borealis”, *Vistas in Astronomy*, 9, 297-306.
- LOGAN, F. Donald (2005). *The Vikings in History*. 3rd ed. New York: Routledge.
- MACBAIN, Bruce (1982). *Prodigy and Expiation: A Study in Religion and Politics in Republican Rome*. Brussels: Latomus.
- MAIRAN, Jean Jacques d’Ortous de (1754). *Traité physique et historique de l’aurore boréale*. Paris: Imprimerie Royale.

- MARTÍNEZ USÓ, María José, MARCO CASTILLO, F. J. (2017). “A Review of the Dall’Olmo Survey of Meteors, Meteor Showers and Meteorites in the Middle Ages from Medieval European Sources”, *Journal for the History of Astronomy*, 1-59.
- MASTROROSA, Ida Gilda (2012). “Calamità e prodigi nella storia di Roma repubblicana: la rilettura tardoantica di Orosio”, *Rursus*, 8 (<http://rursus.revues.org/1084>).
- MAUSKOPF DELIYANNIS, Deborah (2001). “Year-Dates in the Early Middle Ages”, in Chris HUMPHREY and W. M. ORMROD (eds.), *Time in the Medieval World*. York: York Medieval Press, 5-22.
- MCCLUSKEY, Stephen C. (1990). “Gregory of Tours, Monastic Timekeeping, and Early Christian Attitudes to Astronomy”, *Isis*, 81, 1, 8-22.
- MCCLUSKEY, Stephen C. (1998). *Astronomies and Cultures in Early Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MEYER Carl S., MAYER, Herbert T. (eds.) (1973). *The Caring God: Perspectives on Providence*. St. Louis: Concordia.
- MONTANARI, Massimo (1999). “Peasants, Warriors, Priests. Images of Society and Styles of Diet”, in Massimo MONTANARI and Jean-Louis FLANDRIN (eds.), *Food: A Culinary History* (trans. Albert Sonnenfeld). New York: Columbia University Press, 178-185.
- MONTGOMERY, Scott L. (2000). *Science in Translation: Movements of Knowledge Through Cultures and Time*. Chicago: The University of Chicago Press.
- MUHLBERGER, Steven (1990). *The Fifth-Century Chroniclers: Prosper, Hydatius and the Gallic Chronicler of 452*. Leeds: F. Cairns.
- NEWTON, Robert R. (1972). *Medieval Chronicles and the Rotation of the Earth*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- OBRIST, Barbara (2002). “Les Manuscrits du *De cursu stellarum* de Grégoire de Tours et le manuscrit, Laon, Bibliothèque Municipale 422”, *Scriptorium* 56, 335-345.
- PALMER, James T. (2014). *The Apocalypse in the Early Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PHILLIPS, Kenneth J. H. (1995). *Guide to the Sun*. Repr. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge.
- RAMSEY, John T. (2006). “A Descriptive Catalogue of Greco-Roman Comets from 500 BC to AD 400”, *Syllecta Classica*, 17, 1-242.
- RASMUSSEN, Susanne W. (2003). *Public Portents in Republican Rome*. Rome: «L’Erma» di Bretschneider.
- RAWSON, Elizabeth. (1971). “Prodigy Lists and the Use of the Annales Maximi”, *The Classical Quarterly*, 2, 21, 1, 158-169.
- RICHÉ, Pierre (1976). *Education and Culture in the Barbarian West: Sixth Through Eighth Centuries* (trans. John J. Contreni). Columbia, SC: University of South Carolina Press.
- SILVERMAN, Samuel (1998). “Early auroral observations”, *Journal of Atmospheric and Terrestrial Physics*, 60, 997-1006.

- SISCOE, George L. et al. (2002). "Ezekiel and the Northern Lights: Biblical Aurora Seems Plausible", *Eos*, 83, 16, 173-179.
- SOLOW, Andrew (2005). "On Celestial Events, Auroral Activity, and the Solar Cycle in Classical Antiquity", *Earth and Planetary Science Letters*, 232, 67-70.
- SOMERVILLE, Angus A., MCDONALD, Andrew (2013). *The Vikings and Their Age*. Toronto: University of Toronto Press.
- STAHL, William H. (1962). *Roman Science: Origins, Development, and Influence to the Later Middle Ages*. Madison: University of Wisconsin Press.
- STOTHERS, Richard (1979a). "Ancient Aurorae", *Isis*, 70, 85-95.
- STOTHERS, Richard (1979b). "Solar Activity Cycle during Classical Antiquity", *Astronomy and Astrophysics*, 77, 121-127.
- STOTHERS, Richard (2007). "Unidentified Flying Objects in Classical Antiquity", *The Classical Journal*, 103, 1, 79-92.
- TAUB, Liba (2003). *Ancient Meteorology*. London-New York: Routledge.
- TUAN, Yi-Fu (1979). *Landscapes of Fear*. New York: Pantheon Books.
- VAN NUFFELEN, Peter (2012). *Orosius and the Rhetoric of History*. Oxford: Oxford University Press.
- WARNTJES, Immo (2010). "An Irish Eclipse Prediction of AD 754: the Earliest in the Latin West", *Peritia*, 24-25, 108-115.

La percepción de las inundaciones en la Cataluña nororiental entre los siglos XIV y XVII: de las notas cronísticas a las autobiografías populares

The perception of floods in North-eastern Catalonia between 14th and 17th centuries: from chronicle notes to popular autobiographies

ALBERT REIXACH SALA¹

Universitat de Girona

albert.reixach@udg.edu / reixachsala.albert@gmail.com

Texto recibido em/Text submitted on 30/11/2017

Texto aprobado em /Text approved on 21/02/2018

Resumen: El presente artículo se propone analizar cómo eran percibidas las inundaciones en la Cataluña del largo periodo previo a la Ilustración en base al ejemplo de las tierras de Gerona. Se centra en notas cronísticas, dietarios y otros textos similares con el fin de observar la forma en la que se tomaba consciencia y se describían dichos fenómenos meteorológicos. También se examinan varios mecanismos de respuesta a las emergencias y de prevención de riesgos.

Palabras clave: Inundaciones; Cataluña medieval y moderna; fuentes narrativas; riesgo; prevención.

Abstract: This essay, centered on the district of Girona, aims to examine how floods were perceived in Catalonia during a long period before the Enlightenment. It focuses on short chronicles, journals and other similar texts in order to retrace the way people became aware and described the aforementioned meteorological phenomena. In addition, it observes several mechanisms to deal with emergencies and risk prevention.

Keywords: Floods; Premodern Catalonia; narrative sources; risk; prevention.

En la fachada de la iglesia del Pont Major, un núcleo ribereño en las afueras de Gerona, se conserva una lápida que atestigua el nivel del agua en unas extraordinarias inundaciones registradas en noviembre de 1617, año conocido en Cataluña como ‘el del diluvio’ (Thorndycraft et al. 2006). Al igual que en otras ciudades fluviales, las efemérides ligadas a las crecidas de ríos ocupan un lugar privilegiado en los anales de la capital gerundense, muy expuesta a

¹ Este artículo se ha elaborado en el marco del proyecto “La coyuntura económica y demográfica en Cataluña a fines de la época medieval: análisis crítico de los indicadores fiscales y financieros” (ref. HAR2014-54205-C2-1-P), financiado por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad, y en el seno del grupo de investigación consolidado de la Generalidad de Cataluña “Renda feudal i fiscalitat a la Catalunya baixmedieval (2017 SGR 1068)”. También se ha beneficiado de la I Beca de investigación Lluís Batlle i Prats.

ellas a raíz de la expansión urbanística hacia un área en el que confluían cuatro ríos, entre los que destacan el Ter y el Oñar, corriente de caudal irregular propio de las zonas mediterráneas (Fabre 1986). La demarcación nororiental catalana cuenta además con cuencas como la de la Muga y el Fluvià. En todas la amenaza de inundaciones constituye una constante. Así, no sorprende que sea un tema predilecto de la historia local desde la obra pionera de J. de Chía (1861)². Los desbordamientos de ríos también ocupan bastantes páginas de monografías de otras localidades catalanas. Más recientemente, el asunto atrajo el interés de la geografía dedicada al examen de áreas vulnerables (Ribas & Saurí 1996). Otra fructífera línea de investigación es la llamada climatología histórica, sobresaliendo en el panorama hispánico equipos como los de M. Barriandos y A. Alberola³. De hecho, asistimos a un contexto historiográfico europeo con un renovado interés —desde Le Roy Ladurie (1967) y otros autores— por el estudio de los fenómenos naturales como agentes históricos (Campbell 2010; Soens 2013; Parker 2013: 13-70; Curtis 2016). De esta forma, también se ha reivindicado el papel de la historia en la planificación frente a desastres de la naturaleza (van Bavel & Curtis 2016).

La etapa seleccionada se considera, a grandes rasgos, dentro de la Pequeña Edad del Hielo, que duró desde el siglo XVI hasta entrado el siglo XIX y que en la zona mediterránea se caracterizó, entre otros aspectos, por un incremento en la irregularidad de las precipitaciones, con alternancias de graves sequías y fuertes aguaceros (Alberola 2014: 79-130). Se han señalado tres periodos con gran frecuencia de inundaciones: las dos últimas décadas del siglo XVI y las primeras tres del XVII, el último cuarto del Setecientos y los decenios centrales del siglo XIX (Barriandos & Martín Vide 1998). El presente artículo no pretende poner a prueba dicho modelo ni ofrecer una relación exhaustiva de datos que contribuya a la reconstrucción de series. Va a centrarse en los testimonios escritos que dan cuenta de crecidas de ríos en la ciudad de Gerona y su región entre mediados del siglo XIV y finales del siglo XVII (Tabla 1). Presentadas las fuentes, se analizarán con el fin de comprender cómo eran percibidas por parte de los contemporáneos, y si existieron medidas o planes al respecto.

Las crecidas y desbordamientos son el único fenómeno natural analizado, aunque, como se insistirá, sería de interés compararlo con otros menos destacados en la documentación estudiada. Asimismo, se cierra el arco cronoló-

² Trabajo que va en sintonía con los de otros territorios europeos del momento, como muestran ejemplos franceses (Leguay 2002: 394).

³ Entre una larga lista de títulos, Barriandos (1999), Llasat et al. (2005), Alberola (2010), Fernández Cortizo (2016)

gico antes de inicios del Setecientos por dos motivos. El primero es ajeno a la
Tabla 1. Inundaciones documentadas en el área de Gerona entre 1366 y 1688⁴

Fechas	Descripción general	Fuente
1366/12/26-27	Desbordamiento del Ter y el Oñar en Gerona	AHG, Gi-05, vol. 186, f. 83r, 1366/12/28; Chía 1861 (con error en la datación)
1370/03/22	Desbordamiento del Ter y el Oñar en Gerona	AHG, Gi-05, vol. 203, f. 105v, 1370/03/22
1377/f. marzo- inicios abril	Desbordamiento del Ter y el Oñar en Gerona	AHG, Gi-05, vol. 222, 1377/04
1380/02/26	Desbordamiento del Oñar en Gerona	AHG, Gi-05, vol. 313, f. 47v
1403/07/26	Desbordamiento del Fluvià en Besalú	ACGAX, Be vol. 308, f. 1r
1411	Desbordamiento del Oñar en Riudellots de la Selva, Vilobí y Sant Dalmai	Mallorquí 2000: 20-21
1413/11/?	Pequeña inundación del Oñar en Gerona	AMGi, Correspondencia, legajo 8, reg. 4, f. 60v-61r, 1413/11/06
1421/10/08-13	Desbordamiento de Ter y Oñar en Gerona y de la Muga y el Fluvià en el Ampurdán	AMGi, MdA año 1421, f. 57r-58v, 1421/10/13; Anónimo 1880
1425/10	Desbordamiento del Ter en Gerona	AMGi, MdA año 1425, f. 95v-97r, 1425/10/10.
1434/01 (o finales de 1433)	Desbordamiento del Ter en Gerona	AMGi, MdA año 1434, f. 9v, 1434/01/08
1445/10/10	Desbordamiento del Ter, el Oñar, el Güell y el Galligants en Gerona	<i>Llibre Vermell</i> 2001: 648
1476	Desbordamiento del Ter en Gerona	ACA, C, reg. 3347, f. 66v-67r, 1476/09/18, Logroño
1490	Desbordamiento del Ter en Gerona	AMGi, Borradores Chía, f. 180r (no es posible comprobación en fuente original)
1512/11/12	Desbordamiento del Güell, el Marrocs y el Oñar en Gerona	AMGi, MdA año 1512, f. 147v
1519, s.d.	Desbordamiento del Ter, el Oñar y el Güell en Gerona	Chía 1861: 3
1528/01/27	Desbordamiento del Oñar en Gerona	AMGi, MdA año 1528, f. 12v, 1528/01/27
1533/10/04-07	Desbordamiento del Ter en Gerona	ACG, AC, vol. 7, f. 115r, 1533/10/11; AHG, Gi-06, vol. 639r, d.s., 73
1534/10/26	Desbordamiento del Ter en Gerona	ACG, Pontich, f. 106v
1545/09/14	Avenida de arroyos de la montaña de las Pedreres en Gerona	AHG, Gi-06 vol. 639, d.s., 73

⁴ Esta relación parte de la de Alberch et al. (1982: 32-47), habiendo revisado las fuentes primarias y ampliado varios datos.

1546/02/09	Desbordamiento del Oñar en Gerona (episodio dudoso)	AHG, Gi-06, vol. 639r, d.s., 73
1546/03/30	Desbordamiento del Ter en Torroella de Montgrí	ACG, Pontich, f. 106v
1552/10/18	Desbordamiento del Ter, el Oñar, el Güell y el Galligants en Gerona. 'Aguacero de san Lucas'	AHG, Gi-06, vol. 639r, d.s., 73; <i>Llibre Vermell</i> 2001: 648
1553/12/15	Amenaza de desbordamiento del Oñar en Gerona	AHG, Gi-06, vol. 639r, d.s., 73
1557/11/21-25	Desbordamientos del Ter y el Oñar en Gerona. 'Aguacero de santa Catalina'	AHG, Gi-06, vol. 639r, d.s., 73
1568/09/12	Desbordamiento del Oñar en Gerona	AHG, Gi-06, vol. 639r, d.s., 73
1575/10/04	Desbordamiento del Oñar y el Güell en Gerona	BNC, ms. 9308, f. 1v
1575/10/15-22	Desbordamiento del Ter, Oñar y Galligants en Gerona	ACG, AC, vol. 12 (1575-1580), f. 107r-v, 1575/10/15; AHG, Gi-06, vol. 639r, d.s., 73
1579/12/23-25	Desbordamiento del Ter, Oñar y Güell en Gerona	AHG, Gi-06, vol. 639r, d.s., 73; <i>Llibre Vermell</i> 2001: 648; Simon 1991: 198
1580/01/11	Desbordamiento del Ter en Gerona	Simon 1991:200
1599/10/25	Desbordamiento del Ter y el Oñar en Gerona	<i>Llibre Vermell</i> 2001: 648-649; Simon 1991: 246
1599/11/15	Desbordamiento del Ter y el Oñar en Gerona	<i>Llibre Vermell</i> 2001: 649; Simon 1991: 247-248
1600/01/08	Desbordamiento del Ter en Gerona (episodio dudoso)	ACG, Pontich, 107r
1603/03-04	Desbordamiento del Ter en Gerona	AMGi, MdA año 1603, f. 83v-84v, 1603/04/01
1605/12/20	Desbordamiento de la Muga y otros ríos en el Alto Ampurdán	Casas Homs 1975, I: 404-405
1608/10/31	Desbordamiento de varios ríos en el conjunto del obispado de Gerona	Casas Homs 1975, II: 81
1617/11/03	Desbordamiento del Ter y el Oñar en Gerona; del Fluvià en Olot y Besalú y de muchos otros ríos en el conjunto de Cataluña. 'Año del Diluvio'	AMGi, MdA año 1617, f. 133r-v, 1617/11/03; Thorndycraft et al. 2006
1621/11/11	Desbordamiento del Oñar en Gerona y de algunos otros ríos cercanos como el Daró en la Bisbal	Casas Homs 1975, III: 71
1623/11/22	Desbordamiento del Oñar en Gerona y la Muga, el Fluvià, el Ter y el Daró en el Ampurdán	Casas Homs 1975, III: 160
1625/05/22	Desbordamiento del Oñar en Gerona	Chía 1861: 9-10. Dice basarse en un diario personal que no ha sido identificado

1625/11/7-8	Desbordamiento del Ter en Gerona	Chía 1861: 10. Dice basarse en un dietario personal que no ha sido identificado
1642/11/14	Desbordamiento del Ridaura en la Garrotxa	Puigvert 2010: 82
1645/04/15	Desbordamiento del Oñar en Gerona	Busquets 1994, II: 220
1663/12/13	Desbordamiento del Ter en Gerona. 'Aguacero de santa Lucía'	Busquets 1994, II: 395
1669/10/12	Desbordamiento del Fluvià en Besalú	Montsalvatje 1908: 154-159
1669/11/23	Desbordamiento del Ter en Gerona	Busquets 1994, II: 420
1678/09/24	Desbordamiento del Oñar y del Güell en Gerona. 'Aguacero de san Dalmacio'	AMGi, MdA año 1678, f. 271v-272r, 1678/09/24; Busquets, 1994, II: 481-482; Gifre & Torres 2001: 60-61
1686/12-1687/01	Desbordamiento del Ter y del Güell en Gerona	AMGi, MdA año 1687, f. 229r, 1687/01.
1688	Desbordamiento del Oñar en Riudellots de la Selva	Mallorquí 2000: 21

climatología: los conocidos cambios institucionales en las administraciones locales catalanas y su impacto en muchos de los fondos archivísticos que nos ocupan. El segundo, en contrapartida, tiene que ver con las nuevas actitudes advertidas a lo largo del siglo XVIII en varios territorios hispánicos con las primeras observaciones meteorológicas, aunque todo ello no supusiera acabar con la mayoría de las tendencias anteriores (Alberola 2010: 115-123, 165-180).

1. Los notarios como cronistas, los dietarios y otras fuentes escritas en la Cataluña de los siglos XIV-XVII

Desde mediados del siglo XIV contamos con un abanico considerable de textos que nos ilustran acerca de aguaceros e inundaciones en la Corona de Aragón, en general, y en el noreste del Principado, en particular. Emergen en una sociedad cada vez más en contacto con la cultura escrita y se prestan a la siguiente clasificación aproximada.

Las primeras proceden de profesionales de la escritura que actuaban tanto en el ámbito privado como al servicio de instituciones. Consisten en las llamadas “notas cronísticas” (en latín —fundamental en el notariado de Cataluña hasta el siglo XVIII— o en catalán) insertadas en sus registros con la voluntad de dejar memoria de sucesos y anécdotas varias, a saber: guerras, decesos de personajes de relieve, hambrunas y fenómenos naturales como largas sequías,

eclipses y, según veremos, inundaciones (Noguera 1950; Pagarolas 1988: 80-82; Escartí 2010: 186-188; Simó 1990: 31-45). Sus autores tienden a adoptar un tono oficial asumiendo la función de verdaderos cronistas, retomando la tradición más remota de los anales o cronicones (Coll i Alentorn 1991, I: 11-62)⁵.

Durante los siglos XV y XVI se consolidaron formatos más consistentes, aunque constituyen un continuo de textos híbridos en los que prevalece la experiencia en primera persona (Simon 1991: 19-24). Uno de los noticiarios más antiguos, que se sitúa alrededor del año 1428, fue obra de un escribano de Vic, Joan Torralles; y otro similar de en torno a 1486 lo firmó el rector de una parroquia rural gerundense. Con todo, cuajaron antes las obras dietarísticas de corte institucional a cargo de oficiales del municipio de Barcelona y de la Diputación del General de Cataluña (Grau 2001: 264-266; *Dietaris de la Generalitat*, 1994-2007)⁶.

A lo largo del siglo XVI Cataluña y otros territorios de la Corona de Aragón acogieron el florecimiento de autobiografías populares, memorias y libros de notas, que tuvo lugar en muchos espacios del Occidente europeo (Torres 2000: 15-39; Gifre & Torres 2001: 9-14; Amelang 2003: 155-240). Estos textos, con utilidad práctica, pero también fruto del sentido del deber familiar y de la voluntad de ofrecer un legado de conocimientos, constituyen auténticas amalgamas de datos en los que se enlazan acontecimientos de primer orden con otras efemérides que se cruzaron con las vidas de los autores. De ahí que ofrezcan testimonios de exactitud desigual. Ninguno tenía como objeto exclusivo la climatología, aunque algunos mostraban un énfasis en hechos negativos, como el citado memorial de J. Torralles (Moliné 1916).

Si nos centramos en las tierras gerundenses, queda patente también la diversidad de extracciones sociales de sus responsables. Así, contamos, para la etapa anterior al siglo XVIII, con dietarios del doncel Jeroni de Real (1626-1683), afincado en la ciudad del Oñar; del rico ciudadano (y pariente del anterior) Jeroni Saconomina (1572-1602); del notario y convecino de ambos Miquel Martí Abric (1545-1579); del jurista Jeroni Pujades (con orígenes en el Ampurdán, donde se asienta definitivamente en 1623); y con varios libros de notas de campesinos de las comarcas cercanas, como los Anglada de Fonteta o los Fina de Palafrugell (Busquets 1994, I: 21-116;

⁵ Sin ir más lejos, el escribano municipal que registró el desbordamiento del Güell en 1512 explicita que su nota había sido ordenada por los regidores dada la magnitud del caso (AMGi, MdA año 1512, f. 147v, 1512). Y resulta paradigmática la forma en la que un notario de la villa de Caldes de Malavella registró un evento de carácter bélico en 1365: "Haec scriptura infrascripta facta ad habendum memoriam in eternum de infrascriptis" (AHG, Notariales, Caldes de Malavella, f. 102r, 1365/12/16). Agradezco la referencia a Lluís Sales Favà.

⁶ Sobre el género historiográfico que se cultivó en la Corona de Aragón durante la baja Edad Media, y que tuvo cierta continuidad durante los siglos modernos, Toldrà (2015); Rossich & Valsalobre (2011: 196-212).

Simon 1991: 181-253; Mirambell 1969; Casas Homs III: 138; Soler 1994: 13-26; Prat & Vila 1998: 9-12)⁷.

En definitiva, desde el siglo XIV se produjo un despliegue progresivo de nuevos formatos; cosa que no impidió la continuidad de las notas breves con la implantación de los registros sacramentales (Puigvert 2010: 82; Busquets 1994, II: 481; Constans 1992: doc. 1622,1678/09/24)⁸. Y eso por no mencionar los primeros grandes inventarios de archivos eclesiásticos de los siglos XVII y XVIII, en los que se tiende a la compilación de noticias, como los realizados por el canónigo Sulpici Pontich en la sede de Gerona (Jiménez 1999: 188-189). A su lado, existen fuentes que, sin presentar una voluntad cronística, también contienen ciertos relatos sobre fenómenos naturales y otros sucesos, como las actas de corporaciones municipales o eclesiásticas, a la par que su correspondencia (Soldevila 1999: 99)⁹.

En el área de Gerona, desde la historiografía local del siglo XIX, solo se han utilizado los textos de carácter memorialístico con el fin de situar los sucesivos episodios, extrayendo datos cualitativos aislados para complementar los de las actas administrativas. Sin embargo, en el conjunto de Cataluña varios autores ya se han adentrado en su contenido a partir de muestras de dietarios personales de los siglos XVI-XVIII procedentes de la ciudad de Barcelona y de algunas otras comarcas (Peña Díaz 1984, Dantí 2006, Martí 2009), al igual que ha sucedido en Valencia (Alberola 2016). En otros territorios como Castilla también se ha advertido el potencial de las fuentes narrativas a la hora de captar la percepción de los contemporáneos (Valdaliso 2016: 198-205). Es justamente el aspecto en el que aquí se profundiza.

2. Los cauces habituales del relato de las inundaciones

El análisis se centrará en las inundaciones, definidas como un aumento hidrométrico excepcional fruto de la llegada brusca a un lugar concreto del excedente de una masa de agua (Leguay 2002: 393-394). En el territorio que nos ocupa suelen afectar a ríos o riachuelos y los incrementos van ligados a episodios de precipitaciones intensas. La documentación gerundense reunida utiliza siempre una terminología similar para dicho proceso. El vocablo

⁷ Un censo de los libros de familia de labradores del conjunto del Principado (Torres 2000: 109-123).

⁸ Aparecen notas de carácter memorialístico en lugares más insospechados como en un manuscrito cuatrocentista catalán de Petrarca vinculado a sagas de Gerona (BNC, ms. 9308, f. 1v).

⁹ Otras referencias indirectas se hallan en concesiones regias de impuestos (Olivera et al. 2006: 148-149, 160-161, 166-167) o en libros de cuentas. Para los siglos XIV y XV la información no es tan diversa como muestra un estudio sobre el Rosellón (Tretón 2007).

predominante es ‘agua’, en el sentido de precipitación caída (“fou molt grandíssima aygua”, “temps de grans aigües” o “ayguasas”), combinado a menudo con el sustantivo ‘aguacero’ («aiguat» o «aiguada»). También servía para identificar el caudal de los ríos (“vingueren amb tantes aygües”, “cresqueren tant les aigües”), si bien lo más habitual era hablar de una corriente que fluía aumentado (vino “lo riu de Onyar gros” o vino [en este caso el Fluvià] “tant poderós i grossísim”), o de que los propios cursos crecían (“engrossiren molt”) (AHG, Gi-06, vol. 639, d.s., 73; AMGi, Correspondencia, reg. 2, f. 86r-87v, 1332/07; Prat & Vila 1998: 19; AMGi, MdA año 1617, f. 133r-v; *Llibre Vermell* 2001: 648; AMGi, MdA año 1678, f. 271v-272r, 1678/09/24; Simon 1991: 246; ACGAX, Be, vol. 308, f. 1r, 1403; Puigvert 2010: 82; AMGi, MdA año 1512, f. 147v). En una situación excepcional se aplicaba el término ‘inundación’ tanto en las fuentes latinas como catalanas. El grado máximo de ‘diluvio’ se reservó para ocasiones muy concretas: el ya referido de 1617 y otros de 1678, además del de 1380 en Gerona y el de 1421 en la cuenca del Fluvià (Busquets 1994, II: 482; Gifre & Torres 2001: 61; AHG, Gi-05, vol. 313, f. 47v, 1380; Anónimo 1880)¹⁰. A pesar de la ausencia de unos criterios de estimación como los actuales (Barriandos 1999), lejos quedan las lluvias esporádicas, lógicamente menos documentadas¹¹.

Acerca de las razones del aumento de caudal, el régimen hidrográfico del área estudiada justifica que se atribuyera sin apenas excepciones a las grandes precipitaciones (Ribas 2006: 7-12). De todos modos, las fuentes tienden a puntualizar si se trataba de episodios duraderos que provocaban la acumulación o de chubascos repentinos de gran intensidad. Por ejemplo, en las dos primeras inundaciones documentadas con precisión, las de 1366 y 1377, se describe que llovió durante dos días y dos noches incesantemente en el primer caso, mientras que casi durante tres semanas en el segundo (AHG, Gi-05, vol. 186, f. 83r, 1366/12/28; Id., vol. 222, s.f., 1377/04). En contrapartida, el día de santo Domingo de 1678, según uno de los testimonios conservados, se produjo un aguacero histórico porque llovió “ab molt excés” durante la mañana y, si bien no lo hizo con tanta fuerza durante el resto del día, a inicios de la tarde el cielo oscureció y se puso a llover ferozmente provocando la crecida rápida del caudal. Algo similar sucedió en diciembre de 1553 (AMGi, MdA, año 1678, f. 271v-272r, 1678/09/24; AHG, Gi-06, vol. 639, d.s., 73).

Las fuentes resultan más parcas a la hora de precisar el alcance territori-

¹⁰ Saconomina también atribuye la etiqueta de diluvio a los episodios de 1579 (al igual que el notario Abric: AHG, Gi-06 vol. 639, d.s., 73) y de octubre y noviembre de 1599 (Simon 1991: 198, 246-248). En Besalú se hace con un episodio de 1669 (Montsalvatje 1908: 154-159).

¹¹ En algunos dietarios institucionales como el *Manual de Novells Ardits* de Barcelona o el de la Diputación del General sí se recogen casos más aislados. También en el detallado dietario de Pujades (Casas Homs 1975-76).

al de las precipitaciones. Sólo en 1617 se admitía que había llovido durante muchos días en todas partes (AMGi, MdA año 1617, f. 133r-v, 1617). Pero en menciones concretas se deja entrever que los coetáneos conocían el impacto de las precipitaciones sobre las cabeceras de los ríos. En este sentido, el doncel de Real, en la descripción de un episodio de 1663, afirmaba que había llovido mucho en la comarca conocida como la Muntanya (al noreste de la ciudad de Gerona y correspondiente a otra vertiente), pero no en la Selva, donde nacía el Oñar, que fluía más cerca del centro urbano, motivo por el cual la avenida no acabó afectando como en otras ocasiones (Busquets 1994, II: 395)¹².

Además, en el caso concreto de la capital de la demarcación, desde tiempos remotos se tenía presente el riesgo de inundaciones inherente a su ubicación en la confluencia de varios ríos, un riesgo acrecentado como consecuencia de la expansión que experimentó en el lecho de uno de ellos a partir de mediados del siglo XII. En concreto, en 1332, las autoridades municipales ya lo expusieron con claridad al intentar oponerse a un proyecto de la administración regia para urbanizar la zona del Areny. Explicaban que, en tiempos de fuertes lluvias, las aguas del Ter, el Oñar, el Güell y el Galligants se mezclaban, con lo que la corriente del segundo no podía avanzar y, reculando, tendía a inundar plazas y calles cercanas, o incluso a provocar destrucciones de puentes y otros edificios. Aseguraban, pues, que, si se ocupaba aquella zona, el colapso se repetiría aún con mayor frecuencia (AMGi, Correspondencia, reg. 2, f. 86r-87v, 1332/07)¹³.

Al mismo tiempo, como ha sido observado por la historiografía a propósito de calamidades similares como pestes, terremotos y sequías, la idea de castigo divino y la confusión entre causalidad y culpabilidad derivada de una concepción providencialista de la historia penetraron la crónica de las inundaciones gerundenses (Leguay 2002: 407-408; Olivera et al. 2006: 359-376; Parker 2013: 50-57). Ahora bien, a pesar de invocarse la intercesión divina para frenar las situaciones que tomaban tintes preocupantes, estas ideas no se hacen explícitas de manera sistemática en todos los relatos. Uno de los pocos ejemplos pertenece precisamente a registros catedralicios en los que se habla del flagelo de las catastróficas inundaciones de 1617 (ACG, AC, vol. 19, f. 11v, 1617/11/28).

En realidad, más que en los factores que conducían al aumento del caudal

¹² Entre otras observaciones precisas sobre la geografía de ciertas borrascas, Pujades también atribuye a la precipitación continuada en las montañas la anegación de muchas zonas del Alto Ampurdán en 1623 (Casas Homs III: 160).

¹³ Parecidas circunstancias se indican en 1599 y 1617 (Simon 1991: 247-248; AMGi, MdA año 1617, f. 133r-v, 1617).

de los ríos, los relatos centran la atención en el avance de la corriente. Sobre todo, las descripciones más detalladas a propósito de la ciudad de Gerona son verdaderas imágenes en movimiento del curso de las aguas, de los caminos que se abrían entre los campos, de cómo chocaban contra las murallas o se precipitaban tumultuosamente por las laderas¹⁴. En este sentido, si los ríos se salían de madre, se hacía hincapié en los espacios que pasaban a ocupar las aguas, y normalmente no tanto en términos de extensión como de altura. Prevalían como referencia los palmos alcanzados por la corriente en puntos como las plazas cercanas al Oñar y, más esporádicamente, en escalinatas de acceso a la parte alta de la ciudad (AHG, Gi-06 vol. 639, d.s., 73; BNC, ms. 9308, f. 1v; *Llibre Vermell* 2001: 648; ACG, AC, vol. 7, f. 155r, 1533/10/11; Chía 1861: 6)¹⁵. Los registros vinculados a escribanos municipales, como es lógico, se fijaban en especial en lo sucedido en las dependencias de la casa consistorial (*Llibre Vermell* 2001: 648-649). Otros testigos personales ponen el acento en la geografía más familiar, o sea, la altura del agua en relación con sus casas y las de sus parientes (Simon 1991: 246-248). Finalmente, tanto en la ciudad de Gerona como en otras localidades fluviales destacan como medida básica los pilares y los arcos de los puentes de piedra¹⁶.

Con todo, en medio de descripciones que repiten ciertos patrones, algunos autores llegan a concebir imágenes con cierto adorno literario. Sobresalen las del ciudadano J. Saconomina y el notario M. M. Abric. El primero comparaba la obstrucción a causa del Ter y el desborde del Oñar de noviembre de 1599 con un vivero de agua prácticamente inmóvil (en el de un mes antes hacía el símil más trillado de calles que parecían ríos)¹⁷. El segundo imaginaba

¹⁴ Por ejemplo, en 1512, cuando se desbordó el Güell y “portà tanta força e impetu d’aygues que en lo camí qui va de l’Hospital Nou a Geronella e al Monastir de Sancta Clara, lo qual camí és entre dos camps, e la part de serç és dels hereus d’en Ffrancesch Torell ercrivà, difunt, e posat lo dit camí sia gros e ha paret de una part e de la part de dalt marge, la dita aygua ha trencat lo dit camí, e aquí fet hun gran clot o boranch molt ample larch e pregont, e trencades les parets e lansaders sobre el dit camp d’en Torell e fet hun gran dan. E d’aquí dita impetut d’aygua féu grans trenches en les parets dels horts del dit Hospital e del col·legi d’en Beuda. Passade dita aygua per dits orts e trencades tres o quatre parets dels dits orts, vengué ves lo portal de dita ciutat apellat lo portal de Barchinona, lo qual portal lo veyns, veents la dita gran aygua de Güell, ab gran treball tancaren, que, si no haguessin tancat, l’aygua fora intrada dins lo Mercadal, e-s creu haguera fet gran dan a les cases vehines del dit portal. E après la gran impetut de la dita aygua se mes entre lo baluard qui aquí és e una paret del camp del dit Hospital e una casa que aquí té hun apellat Domingo d’Espieills. E fon tan gran la força e furor que manava dita aigua que en lo camí qui ve del dit Hospital e tira a l’Areny d’Onyar entre dits baluard e paret que aquí feu hun gran clot o boranch molt pregont que-s vehian los fonaments del dit baluard” (AMGi, MdA año 1512, f. 147v, 1512).

¹⁵ En fuentes francesas también se utilizan siempre enclaves de referencia (Leguay 2002: 405-406).

¹⁶ Si en la capital gerundense lo más habitual era indicar donde llegaba el Ter respecto del Pont Major (al norte de la ciudad), en Besalú esta función correspondía al emblemático Pont Vell (Grau 1984: 121; ACGAX, Be, vol. 308, f. 1r).

¹⁷ El río Ter “vingué tan gros que feia enbotir” el Oñar. “Y de manera que paragué senpre era un viver d’aigua sens conèxar-se a penas que-s mogué” (Simon 1991: 247).

la capital gerundense disolviéndose en agua como consecuencia de las extraordinarias precipitaciones de 1552¹⁸.

Es cierto que la mayoría de los textos dan cuenta de los fenómenos sin apenas registrar las reacciones humanas. Imaginamos, de hecho, que los vecinos estaban habituados a estos escenarios. Solo cuando se rebasaban ciertos hitos empezaba el miedo, como relata el notario Abric en 1557, cuando después de cinco días de lluvia y ante la crecida paulatina pero constante de los ríos, la ciudad entera comenzaba a estar asustada (AHG, Gi-06, vol. 639, d.s., 74r)¹⁹. Sin embargo, ante situaciones de mayor emergencia, el pánico se apoderó de algunos individuos. Uno de los casos más dramáticos dentro del periodo analizado es el que se vivió en octubre de 1533 cuando el Ter cubrió prácticamente todo el llano, por lo que la mayor parte de la ciudadanía abandonó los barrios bajos para refugiarse en lugares elevados. En el segundo día de crecida, y ya con perspectivas de mejora, un pequeño grupo de siete hombres decidieron volver a la ciudad cruzando el río en una zona con poca profundidad y se situaron en una pequeña isla esperando que las aguas menguaran. No obstante, la lluvia se intensificó, el caudal aumentó de nuevo y, a pesar de permanecer subidos durante dos días en un par de árboles, la corriente los acabó arrastrando en una escena terrible de sufrimiento, puesto que muchos conocidos los observaban desde sus casas sin poder ayudarles (ACG, AC, vol. 7, f. 115r, 1533/10/11). En el conocido como ‘el aguacero de san Dalmacio’ de 1678 se repitió una secuencia parecida con un añadido de exceso de confianza. Un vecino de Sant Feliu de Guíxols, que aquel día se encontraba de visita, presencié una inundación que causó tres víctimas. Según explica, una de ellas era un doctor en medicina; su esposa e hijos se salvaron, pero él dio por hecho que sabía nadar, se tiró al agua y acabó siendo engullido por la fuerza del caudal (Gifre & Torres 2001: 60-61).

Pasados los momentos de más angustia, emergen muestras de la capacidad de los contemporáneos para establecer comparaciones entre episodios. Así, se repiten expresiones hiperbólicas, como la de afirmar que ‘no había memoria de hombres ni escrituras viejas donde encontrar mencionados ciertos casos’ (AHG, Gi-06, vol. 639, d.s., 73). A veces se compara con más precisión, como vemos en el *Llibre Vermell*, en el que se indica que las aguas subieron más en 1552 que en 1445; o en Saconomina, cuando dice que en el citado episodio de 1579 el nivel del río había sido seis palmos superior al de 1552,

¹⁸ “Plogué tant que pensaren que tota la ciutat se avia de fundir en aygue” (AHG, Gi-06, vol. 639, d.s., 73).

¹⁹ En una línea similar, Saconomina hablaba de temor cuando en 1579 el Ter destruyó las barandas del Pont Major, a la par que un brazo del río fluía por la calle Figueroles que “ell sol era per espantar” (Simon 1991: 198). Puede compararse con otros dietarios catalanes (Martí 2009: 95-99).

contraste similar al que establece De Real entre sendas crecidas de 1645 y 1678 con respecto a 1617. En este mismo año el ejercicio es llevado al extremo por un notario de Besalú que se puso frente a una nota de un predecesor sobre una crecida del Fluvià de 1403 e hizo un añadido puntualizando que lo vivido el día 2 de noviembre de 1617 sí que podía considerarse un verdadero diluvio, mientras que el suceso de dos siglos antes, a tenor de lo que leía, había sido “poca cosa” (*Llibre Vermell* 2001: 648; Simon 1991: 198; Busquets 1994, II: 220, 482; ACGAX, Be, vol. 308, f. 1r.). De hecho, se detectan procedimientos que contribuían a contrastar los episodios; en especial, marcas de los niveles del agua en lugares estratégicos. A veces se alude a señales como las que una memoria del aguacero de 1678 dice que había en muchas casas de la ciudad y en una plaza junto al Oñar (AMGi, MdA año 1678, f. 271v-272r, 1678/09/24)²⁰. Una función similar debía de tener la placa referida en la iglesia del Pont Major.

En otro plano, las notas y narraciones tratadas no eluden valoraciones de daños. Emplean el término genérico de “estragos”, aunque muchas aportan detalles condicionados por del autor²¹. En las primeras efemérides registradas por notarios se subraya el gran número de escrituras afectadas de la escribanía y de la corte real, ambas cerca del cauce del Oñar. Otras hacen alusión a las mercancías de las tiendas de esta misma zona o a las pérdidas de víveres almacenados en las despensas (BNC, ms. 9308, f. 1v). Junto a la notaría, dos de los edificios tradicionalmente más afectados en Gerona fueron los conventos de carmelitas y de franciscanos, así como las viviendas más próximas al álveo, algunos molinos y ciertos tramos de murallas y baluartes²². Con todo, los daños más emblemáticos se vinculan siempre a la destrucción de puentes²³. Huelga decir que en el medio rural lo más señalado era la anegación de cultivos, especialmente perjudicial si se producía durante el sembrado, tal y como precisó un labrador de Palafrugell en 1542 (Prat & Vila 1998: 19)²⁴.

En cualquier caso, dentro del arco cronológico seleccionado, ningún relato resulta más estremecedor que el de las inundaciones que afectaron a las

²⁰ En algunos lugares de Gerona aún se conservan marcas de este tipo posteriores a 1700, al igual que en otras ciudades de vulnerabilidad similar.

²¹ Sucede igual en Valencia (Peris 2005: 88-101).

²² Una pequeña muestra de ello (AHG, Gi-05, vol. 222, 1377/04; AMGi, MdA año 1403, f. 61r, 1403/11/29; *Llibre Vermell* 2001: 648; Simon 1991: 246).

²³ Vemos distintos ejemplos de ello en el curso del Fluvià (ACGAX, Be, vol. 308, f. 1r; Constans 1992: doc. 1622, 1678/09/24). En Gerona hubo que reparar reiteradamente paseras de madera entre ambas orillas del Oñar y un puente, solo con bases pétreas, que desde la segunda mitad del siglo XIV cruzaba el Ter (Alberch et al. 1982: 51-119).

²⁴ Una detallada descripción de los estragos provocados en la campiña alrededor de Besalú en 1669 (Montsalvatje 1908: 154-159).

cuenca de la Muga y el Fluviá en 1421. El notario de Castellón de Ampurias que las describe menciona el derrumbamiento de murallas, molinos y huertas en villas como Besalú, Peralada y el mismo Castellón, y dice que las aguas arrastraron unos cuantos pueblos, en uno pereciendo los miembros de sesenta hogares. La escena final se traslada a la ribera de la mar con toda suerte de animales domésticos muertos (Anónimo 1880).

Las fuentes narrativas manejadas, a diferencia de los datos que podría arrojar la documentación administrativa o contable, no cuantifican el valor de los efectos de las inundaciones. En la época analizada solo hallamos una mención inequívoca en de Real al establecer la comparación ya aludida entre el episodio catastrófico de 1678 y el de 1617 (Busquets 1994, II: 482). Probablemente, la valoración en términos económicos era una tendencia solo en aumento a partir del final de la época estudiada²⁵.

De lo que no hay duda es de que las noticias sobre estos sucesos locales se propagaban rápido (Dantí 2006), cosa especialmente manifiesta en la catástrofe de 1617²⁶. Así, vemos que un labrador de un pequeño pueblo del Bajo Ampurdán conocía los efectos del desbordamiento del Ter a su paso por la ciudad de Gerona y otros lugares que le quedaban a menos de una jornada de distancia, pero también estaba informado de lo sucedido al lado de Barcelona con el Llobregat. Además, deducimos que lo cuenta casi todo de oídas, porque explicita que en un episodio de 1599 sí que vio en persona el estado del Pont Major de Gerona y podía sentenciar que había sido menor (Soler 1994: 48).

El balance de víctimas mortales como consecuencia de inundaciones en la región gerundense fue bajo en comparación con las pérdidas materiales. No obstante, muchas imágenes quedaron prendidas en la retina de sus testigos. Por ejemplo, a la luz de una nota del escribano municipal, debió de causar impresión que el verano después del aguacero de octubre de 1512 aún se pudiera navegar en barca en el tramo del río Oñar dentro de la ciudad, donde históricamente no ha habido nunca la profundidad suficiente (*Llibre Vermell* 2001: 648). En este mismo sentido, las lápidas y marcas antes comentadas, además de servir como referencia ante la necesidad de calibrar la evolución de los caudales, deben interpretarse en términos de “lieux de mémoire”.

En definitiva, las fuentes reunidas dan fe de un notable conocimiento de las causas naturales y antrópicas, más allá del inevitable peso de los elementos religiosos²⁷. Además, muestran la capacidad para describir con precisión en

²⁵ También aparece en un documento tardío como el de Besalú de 1669 (Montsalvatje 1908: 157).

²⁶ Asimismo, sorprendió mucho a un correo real entonces en el Principado (Valdeosero 1618).

²⁷ Algo parecido se advierte en estudios centrados en la Edad Media (Berlioz 1998: 20-26, 113-117).

el marco de algunas pautas narrativas, tal vez más derivadas de la familiaridad con ciertos eventos que fruto de corsés literarios.

3. ¿Existió una cultura de respuesta a la catástrofe y de prevención?

No es necesario insistir en la circunstancia de que las fuentes narrativas no presentan siempre la solidez deseada por la historiografía actual a la hora de reconstruir determinados hechos, pero incluyen pistas de comportamientos menos habituales en otros documentos. Ahora examinaremos si en el caso analizado se detectan protocolos de respuesta a grandes avenidas e inundaciones, lo que en otras zonas de la Europa del periodo se ha denominado una “culture of flood management” (Rohr 2013).

En cuanto a las reacciones inmediatas, a pesar de que el aumento progresivo del caudal hacía crecer el temor entre los vecinos, se intuye que estaba interiorizado el hecho de que la mejor opción era refugiarse a cierta altura, subiendo a los pisos superiores (en 1617 hasta los tejados), o instalándose en cotas elevadas de la ciudad lejos de la confluencia de los ríos (AMGi, MdA año 1617, f. 133r-v). En ese sentido, F. Domènech explica que en 1678, en el momento en el que el nivel del agua alcanzó la primera planta de la casa que visitaba, decidieron escapar del edificio (Gifre & Torres 2001: 60). Parece que normalmente la gente huía antes, ya que, por ejemplo, de acuerdo con Saconomina, en octubre de 1599 el Oñar se extendió por buena parte del arrabal de su izquierda, el Mercadal, pero no alcanzó a nadie porque hacía unos días que la gente se había ido, algunos llevándose consigo muebles y provisiones²⁸. Una de las comunidades más avezadas eran las monjas del convento de Santa Clara que, hasta el año 1653, se encontraba en una zona llana amenazada tanto por el Güell como el Oñar (Simon 1991: 246)²⁹.

En paralelo, es posible que en el siglo XVII ya existieran mecanismos de evacuación en las hileras de casas colindantes al lecho del río. De Real relata que en 1678 la gente de la plaza de Les Cols, junto a la orilla derecha del Oñar, se puso a agujerear las paredes de las casas (en realidad, debían activar aperturas ya preparadas) con el fin de escapar por la muralla (Busquets 1994, II: 482)³⁰.

De todos modos, huir era únicamente una estrategia de supervivencia.

²⁸ Lo que presencié Saconomina desde la orilla izquierda del Oñar el 25 de octubre de 1599 tal vez no concuerda con lo percibido por los oficiales municipales, quienes aseguran que la avenida rápida halló la gente “ab descuyt” (*Llibre Vermell* 2001: 649).

²⁹ Sobre el traslado preventivo de las clarisas a la parte alta de la ciudad en 1553 y 1575 (AHG, Gi-06, vol. 639, d.s., 73; BNC, ms. 9308, f. 1v).

³⁰ Ya se conocía la existencia de aperturas en las paredes desde el año 1732, procedimiento que, junto a otras estrategias, se fue perfeccionando hasta que en el siglo XIX el municipio reguló su mantenimiento (Ribas 2006: 81-83).

Los gerundenses de los siglos XIV al XVII, a semejanza de sus coetáneos, confiaron en fuerzas superiores que les permitieran frenar el ímpetu de las aguas. Desde como mínimo el siglo XV, se alude a la intercesión divina en algunas notas cronísticas; por ejemplo, en la de Besalú de 1403, en la que el autor ruega a Dios que les defienda de cualquier mal (ACGAX, Be, vol. 308, f. 1r). En casos como el del ‘gran diluvio’ de 1617 se consideraba que, dado que la divinidad ya se encontraba servida, durante la madrugada menguaron las precipitaciones, al mismo tiempo que en 1599 se le pedía que reparara los daños causados (AMGi, MdA año 1617, f. 133r-v; Simon 1991: 246-248)³¹. Dentro de esta misma cronología las peticiones iban más allá de una mera constancia por escrito y, ante situaciones de emergencia, se organizaron plegarias y se expusieron imágenes y reliquias³². En Gerona se celebraron procesiones como la de 1575, en el interior mismo de la catedral, y la de 1617, con la talla de san Francisco y la cabeza de santa Eufrasia (ACG, AC, vol. 12, f. 107r-v, 1575/10/15; id., vol. 19, f. 11v, 1617/11/28). En Besalú la principal arma ante las avenidas eran las reliquias de san Primo y san Feliciano. En 1669, a pesar de las dificultades para salir a la calle debido al nivel del agua, se decidió sacar las reliquias del monasterio de San Pedro junto al Santísimo Sacramento, a la par que la Vera Cruz custodiada por otra colegiata (Montsalvatje 1908: 156-159)³³. Se tenía fe absoluta en estas medidas y normalmente se mencionan justamente para demostrar sus efectos paliativos (Casas Homs III: 160, 228). Como remató F. Domènech en 1678, si no se hubiera sacado el Sacramento, la parte baja de la ciudad de Gerona habría quedado literalmente sumergida (Gifre & Torres 2001: 61).

Dada la reiteración de las inundaciones en poblaciones fluviales de la región, cabe suponer ciertos programas de prevención; y contamos con indicios de ello desde el siglo XV. Partían de una consciencia plena del riesgo de anegación, como demuestran las derramas repartidas en Gerona en 1422-1432 y, con mayor claridad, en 1535, en la que se establecieron cinco zonas atendiendo al peligro y fijando distintas tarifas en función del grado de amenaza (AMGi, Estimes, reg. 26651; AMGi, Urbanisme, reg. 5202; ACG, AC, vol. 7, f. 233v-234r, 1535/07/07).

³¹ El papel de la providencia también aparece en fuentes castellanas durante el Cuatrocientos (Valdalisó 2016: 186-192).

³² Aunque en el territorio gerundense no lo documentamos con claridad hasta el siglo XVI, es posible que todo ello existiera de antes, habida cuenta de lo visto en Francia desde finales del siglo XII (Leguay 2002: 417-422).

³³ Una práctica paralela cuando estallaban grandes tempestades en Barcelona durante el siglo XVII consistía en colocar el Santo Sacramento de la iglesia de Santa María del Mar en la punta del muelle o en el baluarte marítimo (Sans Travé 1997: IV, 315; Parets 2011: 295-298). En 1617 este despliegue fue muy amplio empezando por la ciudad condal (Valdeosero 1618). Acerca de las llamadas procesiones *pro serenitate* en Valencia y en Galicia (Alberola 2016: 55, 58-60; Fernández Cortizo 2016: 23-27).

También se muestran arraigadas costumbres orientadas a evitar males mayores. Por ejemplo, los tenientes de molinos del Monar Real de Gerona estaban obligados a acompañar a lo largo de casi seis kilómetros al ‘baile’ de la institución para cerrar la compuerta de la acequia cuando se formaban grandes nubarrones. Menos contemplada debía de ser la precaución de mantener limpias las orillas del canal y, sobre todo, del Oñar, en pleno centro urbano (AMGi, UI13725f. 86r-90r, “traslado”, 1569/08/18). Al mismo tiempo, aun tratándose de una disputa con trasfondo económico, las autoridades municipales lucharon especialmente contra la presa de los molinos del barrio de San Pedro (junto a la unión del Oñar con el Ter) esgrimiendo que aumentaba el fenómeno de obstrucción del primer río³⁴.

Sea como fuere, en Gerona y en otras localidades se emprendieron medidas de calado con el fin de frenar los efectos destructivos de los desbordamientos. Ya en 1342 representantes de la pequeña comunidad de Riudellots de la Selva, continuamente amenazada por el Oñar antes de llegar a Gerona por el sur, decidieron construir motas y pequeñas canalizaciones (Mallorquí 2018: 737-739, 745)³⁵. La huella documental es mayor en relación con las pluriseculares obras del Ter a su paso por el norte de la capital, iniciadas en el Cuatrocientos y vigentes entrado el siglo XX. Consistieron en un amplio proyecto hidráulico con etapas de intervención a lo largo de toda la época estudiada; en la que, superando varias dificultades, se construyeron presas de madera y guijarros, y otras estructuras similares, además de plantarse estacas y árboles para evitar la apertura del río en dirección a la ciudad (Reixach 2018: 119-151). No obstante, ya en el siglo XIII la ciudadanía gerundense había acometido otra empresa en el interior del casco urbano: la construcción de un muro en la ribera derecha del Oñar, que quedó absorbido por las murallas alzadas en el decenio de 1360 (Canal et al. 2010: 98-99)³⁶.

Aunque todo este conjunto de actuaciones merecería un examen más detallado, demuestra la existencia de hábitos frente a las crecidas extraordinarias, y de mecanismos surgidos de la colaboración vecinal, posteriormente regulados por las administraciones. El caso de la demarcación gerundense constituye, por ende, un buen ejemplo de la respuesta institucional a los azares naturales desde la baja Edad Media (Schenk 2010).

³⁴ A título de ejemplo: AMGi, MdA año 1581, f. 40v-43v, 1581/06/12.

³⁵ También se documenta en varios lugares del Ampurdán (Compte 2000: 105-106) y en el delta del Llobregat durante el siglo XVII (Codina 1971: 74-78, 177-186).

³⁶ Una construcción muy parecida se consolidó en el margen derecho del Segre en Lérida a finales del siglo XVI (Lladonosa 1980: 214-215).

4. Breves consideraciones finales

La documentación de tipo narrativo, a pesar de su heterogeneidad, ha ofrecido un buen cuadro de la forma en la que los habitantes de la Cataluña nororiental del periodo comprendido entre 1360 y 1700 asistieron a grandes crecidas de los ríos y a varias inundaciones. Gracias a su voluntad de transferir a la posteridad el relato de determinados hechos, se ha constatado que ya durante la época previa a la consolidación de la mentalidad científica moderna había consciencia de las principales causas de los fenómenos que nos ocupan y de la vulnerabilidad de las áreas urbanas emplazadas en zonas inundables. También se detecta el importante peso de la perspectiva histórica, visible en los frecuentes ejercicios de comparación; al que contribuían las señales físicas, a medio camino entre indicadores efectivos del nivel de las aguas y enclaves conmemorativos.

Además, se ha visto que los mecanismos de respuesta, más allá de escenas puntuales de pánico o de invocaciones a la intercesión divina, se desplegaban siguiendo parámetros racionales. Se documentan estrategias de evacuación y otras preventivas, al mismo tiempo que planes ambiciosos de lucha contra los desbordamientos de los principales ríos. En suma, en ciudades fluviales como Gerona y otras poblaciones cercanas hay signos claros de una especie de “cultura” de las inundaciones desde, al menos, el Trecentos. Dado que se trata de un único tipo de desastre natural, con el fin de calibrarlo mejor cabría analizar en el mismo territorio los comportamientos frente a sequías, hambrunas u otros sucesos y, en paralelo, ante fenómenos meteorológicos cotidianos de los que apenas hay huellas.

Abreviaturas

ACA, C = Archivo de la Corona de Aragón, Cancillería real.

ACG, AC = Arxiu Capitular de Girona, Actas Capitulares.

ACG, Pontic = Arxiu Capitular de Girona, Sulpici Pontich, *Repertori per alfabètic del M.I. Capítol*.

ACGAX, Be = Arxiu Comarcal de la Garrotxa, Notariales, Besalú.

ADG = Arxiu Diocesà de Girona.

AHG, Gi-0X = Arxiu Històric de Girona, Notariales, Girona-0X.

AMGi, MdA = Arxiu Municipal de Girona, Fons Ajuntament de Girona, serie *Manuals d'acords*.

BNC = Biblioteca de Catalunya.

Fuentes impresas

- BUSQUETS, Joan (1994). *La Catalunya del Barroc vista des de Girona: la crònica de Jeroni de Real (1626-1683)*. Barcelona: P.A. Montserrat, vol. II, 7-495.
- CASAS HOMS, Josep. M. (ed.) (1975-76). *Dietari de Jeroni Pujades*. Barcelona: F. Vives Casajuana, vols. I (67-406), II (27-186), III (21-241), IV (27-256).
- CONSTANS, Lluís G. (1992). *Diplomatari de Banyoles*. Banyoles: Centre d'Estudis Comarcals, vol. V.
- Crònica del racional de la ciutat (1334-1417)*. Barcelona: Ajuntament, 1921, vol. I.
- GIFRE, Pere, TORRES, Xavier (eds.) (2001). *Treballs y desdixas que àn succeït en lo present principat de Chatalunya y en particular a nostre bisbat de Gerona (1674-1700) de Fèlix Domènech*. Girona: AHR-CCG, 53-104.
- Llibre Vermell de la ciutat de Girona (1188-1624)*, ed. G. Juliol. Barcelona: F. Noguera-Pagès, 2001.
- Manual de novells ardots, vulgarment apellat Dietari del Antich Consell Barceloni* (1892). F. Schwartz, F. Carreras Candi, eds. Barcelona: I. de Henrich y Companyia.
- MOLINÉ BRASÉS, Ernest (1916). "Noticiari català dels segles XIV y XV", *Butlletí de l'Ateneu Barcelonès*, 1, 211-220.
- MONTSALVATJE FOSSAS, Francisco (1908). *Colección Diplomática del Condado de Besalú*, vol. V, Noticias Históricas XIX. Gerona: Imp. de Eusebio Simó.
- PARETS, Miquel (2011). *Crònica*, Libro I/1, M. Rosa Margalef (a cura de). Barcelona: Barcino, vol. I, 179-429.
- PRAT, Enric, VILA, Pep (eds.) (1998). *Notes i dietaris de la família Fina (1561-1878)*. Palafrugell: Ajuntament.
- SANS TRAVÉ, Josep Maria (dir.) (1994-1997). *Dietaris de la Generalitat de Catalunya*, Barcelona: Generalitat de Catalunya, vols. 1-9 (1411-1701).
- SACONOMINA, Jeroni (1991). "Memòries", in A. Simon Tarrés, *Cavallers i ciutadans a la Catalunya del cinc-cents*. Barcelona: Curial, 189-253.
- SOLER SIMON, Santi (1994). *Memòries d'una família pagesa: els Anglada de Fonteta (segles XVII-XVIII)*. La Bisbal d'Empordà: Ajuntament, 29-99.
- VALDEOSERO, Miguel (1618). *Relación verdadera que truxo Miguel de Valdeosero, correo de a caballo de su Magestad ...* Sevilla: Imp. Alonso Rodríguez Gamarra.

Bibliografia

- ALBERCH, Ramon, et al. (1982). *Girona: rius, ponts, aiguats*. Girona: Ajuntament.
- ALBEROLA, Armando (2010). *Quan la pluja no sap ploure. Sequeres i riuades al País Valencià en l'Edat Moderna*. València: PUV.
- ALBEROLA, Armando (2014). *Los cambios climáticos. La Pequeña Edad del Hielo en España*. Madrid: Cátedra.

- ALBEROLA, Armando (2016). "Clima, desastre y religiosidad en los dietaristas valencianos de los siglos XVI y XVII", *Obradoiro de Historia Moderna*, 25, 41-66.
- AMELANG, James S (2003). *El vuelo de Ícaro, La autobiografía popular en la Europa moderna*. Madrid: Siglo XXI (original de 1998).
- ANÓNIMO (1880). "Inundación en el Ampurdán en el año 1421-2", *Revista de Girona*, tomo 4, 359.
- BARRIENDOS, Mariano, MARTÍN VIDE, Javier (1998). "Secular climatic oscillations as indicated by catastrophic floods in the Spanish Mediterranean coastal area (14th-19th centuries)", *Climatic Change*, 38, 473-491.
- BARRIENDOS, Mariano (1999). "La climatología histórica en el marco geográfico de la antigua Monarquía Hispánica", *Scripta Nova*, UB, 53, s. pag.
- BERLIOZ, Jacques (1998). *Catastrophes naturelles et calamités au Moyen Âge*. Firenze: Sismel.
- CAMPBELL, Bruce S. (2010). "Nature as historical protagonist: environment and society in pre-industrial England", *Economic History Review*, 63/2, 281-314.
- CANAL, Josep, et al. (2010). *Atles d'Història urbana de Girona, segles VI aC-XVI*. Girona: Ajuntament.
- CHÍA, Julián de (1861). *Inundaciones de Gerona: Relación histórica de las más notables...*. Girona: Paciano Torres.
- CODINA, Jaume (1971). *El delta del Llobregat i Barcelona: Gèneres i formes de vida dels segles XVI al XX*. Barcelona: Ariel.
- COLL I ALENTORN, Miquel (1991). *Historiografia*. Barcelona: Curial-PAM, vol. I.
- COMPTE, Albert (2000). "Desviació del riu Muga i acceleració del procés d'eixugament de l'estany de Castelló en les centúries XVII i XVIII", *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, 50/15, 95-118.
- CURTIS, Daniel (2016), "Danger and Displacement in the Dollard: The 1509 Flooding of the Dollard Sea (Groningen) and its Impact on Long-Term Inequality in the Distribution of Property", *Environment and History*, 22, 103.
- DANTÍ, Jaume (2006). "Impactes climàtics, percepcions i actituds a la societat rural catalana a l'època moderna", *Pedralbes*, 26, 65-78.
- ESCARTÍ, Vicent J. (2010). "Notícia sobre la literatura memorialística al País Valencià, del segle XIV al XIX", *Manuscrits*, 28, 181-205.
- FABRE, Jaume (1986). *Girona entre 4 rius: l'origen dels carrers i barris de la ciutat*. Girona: Ajuntament.
- FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo J. (2016). "La Pequeña Edad de Hielo en Galicia: estado de la cuestión y estudio histórico", *Obradoiro de Historia Moderna*, 25, 9-39.
- GRAU, Manuel (1984). "Medicina a Besalú (s. XIV): Metges, apotecaris i manescals", *Annals del Patronat d'Estudis Històrics d'Olot i Comarca*, años 1982-83, 99-133.
- GRAU, Ramon (2001). "La historiografia sobre el règim del Consell de Cent", *Barcelona Quaderns d'Història*, 5, 261-291.
- JIMÉNEZ, Montserrat (1999). "La catedral de Girona en el segle XVIII. Reflexions

- sobre un procés de recerca”, *Annals de l’Institut d’Estudis Gironins*, 40, 187-203.
- LEGUAY, Jean-Pierre (2002). *L’eau dans la ville au Moyen Âge*. Rennes: PU Rennes.
- LE ROYLADURIE, Emmanuel (1967). *Histoire du climat depuis l’an mil*. Paris: Flammarion.
- LLADONOSA PUJOL, Josep (1980). *Història de la ciutat de Lleida*. Barcelona: Curial.
- LLASAT, María-Carmen et al. (2005). “Floods in Catalonia (NE Spain) since the 14th century. Climatological and meteorological aspects from historical documentary sources and old instrumental records”, *Journal of Hydrology*, 313, 32-47.
- MALLORQUÍ, Elvis, (coord) (2000). *Riudellots de la Selva*. Girona: Diputació de Girona.
- MALLORQUÍ, Elvis (2018). “Terra de recs i agulles. Riudellots de la Selva, segles XI-XX”, in E. Vicedo, J. Bolós (eds.), *Recs històrics: pagesia, història i patrimoni*. Lleida: Institut d’Estudis Ilerdencs, 725-751.
- MARTÍ ESCAYOL, Maria Antònia (2009). “«Esto adviertesch per la espariència dels qui vindran». Dietaris, percepció de desastre i gestió de risc natural”, in A. Alberola, J. Olcina (eds.), *Desastre natural, vida cotidiana y religiosidad popular en la España moderna y contemporánea*. Alicante: Universidad de Alicante, 77-129
- MIRAMBELL, Enric (1969). “Un libro del notario Miguel Martí Abrich y algunos detalles de la vida gerundense en el siglo XVI”, *Revista de Girona*, 47, 34-36.
- NOGUERA, Raimon (1950). “Notas diversas existentes en los manuales notariales”, *Estudios Históricos y Documentos de los Archivos de Protocolos*, 2, 328-337.
- OLIVERA, Carme et al. (2006). *Els terratrèmols dels segles XIV i XV a Catalunya*. Barcelona: Generalitat-ICC.
- PAGAROLAS, Laureà (1988). “Recull d’anotacions esparses dels protocols medievals barcelonins”, in J. M. Sans i Travé (coord.), *Estudis sobre història de la institució notarial a Catalunya en honor de Raimon Noguera*. Barcelona: F. Noguera, 61-90
- PARKER, Geoffrey (2013). *El siglo maldito. Clima, guerra y catástrofe en el siglo XVII*. Barcelona: Planeta.
- PEÑA DÍAZ, Manuel (1984). “Aproximación a la climatología en la Cataluña del siglo XVII», in *I Congrés d’Història Moderna de Catalunya*, Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. I, 255-265.
- PERIS, Tomás (2005). “Las inundaciones del Xúquer (siglos XV-XIX), un exponente relevante de la cuestión hidráulica en tierras valencianas”, *Revista de Historia Moderna*, 23, 75-108.
- PUIGVERT, Xavier (2010). *Els segles XVI i XVII*, Quaderns d’Història d’Olot. Olot: Ajuntament.
- REIXACH, Albert (2018). *Els usos de l’aigua a la Girona preindustrial: segle XIV-inicis del segle XVIII*. Girona: IEG.
- RIBAS, Anna (2006). *Les inundacions a Girona*. Girona: Ajuntament-IEG.
- RIBAS, Anna, SAURÍ, David (1996). “El estudio de las inundaciones históricas desde un enfoque contextual. Una aplicación a la ciudad de Girona”, *Papeles de Geografía*, 23-24, 229-244.
- ROHR, Christian (2013). “Floods of the Upper Danube River and Its Tributaries and

- Their Impact on Urban Economies (c. 1350-1600): The Examples of the Towns of Krems/Stein and Wels (Austria)”, *Environment and History*, 19, 133-148.
- ROSSICH, Albert, VALSALOBRE, Pep (2011). *Literatura catalana moderna (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Síntesis.
- SCHENK, Gerrit Jasper (2010). “Human Security in the Renaissance? Securitas, Infrastructure, Collective Goods and Natural Hazards in Tuscany and the Upper Rhine Valley”, *Historical Social Research*, 35, 209-233.
- SIMÓ, Carme (1990). *Catàleg dels noticiaris mallorquins (1372-1810)*. Mallorca: Societat Arqueològica Lul·liana.
- SIMON TARRÉS, Antoni (ed.) (1991). *Cavallers i ciutadans a la Catalunya del cinc-cents*. Barcelona: Curial.
- SOENS, Tim (2013). “Flood security in the Medieval and Early Modern North Sea Area: a Question of entitlement?”, *Environment and History*, 19 (2), 209-32.
- SOLDEVILA TEMPORAL, Xavier (1999). “Masades i servituds a Torroella de Montgrí i la seva comarca (1290-1340)”, in R. Congost, Ll. To (a cura de), *Homes, masos, historia. La Catalunya del nord-est (segles XI-XX)*. Barcelona: ILCC-PAM, 91-124.
- TOLDRÀ, Maria (2015). “La prosa històrica”, in L. Badia (ed.), *Història de la literatura catalana*, III, Literatura medieval. Segle XV. Barcelona: Enciclopèdia Catalana-Barcino, 163-190.
- THORNDYCRAFT, Varyl R. et al. (2006). “The catastrophic floods of AD 1617 in Catalonia (northeast Spain) and their climatic context”, *Hydrological Sciences Journal*, 51 (5), 899-912.
- TORRES, Xavier (2000). *Els llibres de família de pagès. Memòries de pagès, memòries de mas*. Girona: AHR-CCG.
- TRÉTON, Rodrigue (2007). “Cruets et inondations dans les Pyrénées méditerranéennes aux XIVE et XVe siècles: état des sources et perspectives de recherches”, *Domitia*, 8/9, 213-226.
- VALDALISO, Covadonga (2016). “Fasta que quiso Dios que menguaron las aguas. El agua temida en la historiografía medieval castellana”, in M. I. del Val (coord.), *El agua en el imaginario medieval: los reinos ibéricos en la baja Edad Media*. Alicante: Universidad de Alicante, 185-205.
- VAN BAVEL, Bas, CURTIS, Daniel (2016). “Better Understanding Disasters by Better Using History: Systematically Using the Historical Record as One Way to Advance Research into Disasters”, *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, 34/1, 143-169.

Du “temps qu’il fait” au temps vécu à la Renaissance : Nature, traces, et textes

*From “today’s weather” to its lived experience in the Renaissance:
nature, traces, and texts*

FRANCESCA CANADÉ SAUTMAN

Hunter College and The Graduate Center of CUNY
Fsautman@gc.cuny.edu

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 14/02/2018

Résumé : Nous examinons quelques textes, principalement du XVI^e siècle, d’auteurs et de genres différents, portant sur l’expérience vécue des faits de nature, en particulier, des événements météorologiques. Nous envisageons les formes et les affects par lesquels ces textes consignent à la mémoire l’expérience quotidienne des intempéries, ou du « temps qu’il fait ». La proximité et l’engagement avec l’environnement naturel, marqué par le temps, sont une autre dimension de cette recherche. La prédiction du temps climatique restant surtout l’apanage des croyances populaires et des pratiques liturgiques, nos textes, sans appartenir aux genres scientifiques reconnus, se placent entre ces deux pôles et font entendre des voix originales concernant le rapport à la nature.

Mots clé : sensibilités ; chroniques ; environnement ; XVI^e siècle ; temps vécu.

Abstract: This essay examines a few texts, mostly from the 16th century, from different authors and genres, focused on the lived experience of nature, in particular, through meteorological events. It considers the forms and affects in these texts that consign to memory the daily experience of weather problems, or of “weather as experienced.” Proximity and engagement with the natural environment, marked by weather events, is another dimension of this research. While predicting weather largely remains the province of popular belief and liturgical practices, these texts, which do not belong to recognized scientific genres, are located in-between, voicing original perspectives regarding nature.

Keywords: sensibilities; chronicles; environment; 16th century; weather.

L’histoire des sensibilités à la Renaissance peut bénéficier de l’examen des modestes traces du “temps vécu”, de l’expérience des faits de nature, en particulier des aléas et vulnérabilités (Marchand et al. 2015, 110-111) dérivant d’événements météorologiques, perçus à travers une série de textes du XV^e et surtout du XVI^e siècle, d’auteurs, de genres et d’enjeux souvent très différents. Elle s’enrichit aussi des traces de la relation quotidienne à un environnement précairement positionné entre nature muable et agissements humains. Nous recherchons dès lors les formes et affects par lesquels certaines chroniques,

par exemple, consignaient à la mémoire les effets des intempéries¹, ou tout simplement, du « temps qu'il fait », ou bien, comment le contact ordinaire avec les éléments de la nature — pluies, cours d'eau, mers, forêts, arbres, plantes et fruits était conceptualisé et géré.

L'expérience du temps météorologique pouvait être ressentie individuellement aussi bien que collectivement, faire partie de la grisaille des jours ou être liée à des événements politiques marquants. Ceux qui les consignaient à l'écrit étaient issus de divers milieux — bourgeois, moines, prêtres, hobereaux. Alors que la prédiction météorologique semblerait urgente car l'économie entière, locale et nationale, rurale et urbaine, reposait sur des récoltes suffisantes, elle n'engageait pas vraiment les débats savants, restant l'apanage des croyances populaires, des pratiques liturgiques, et des pronostications magiques, symboliques, voire satiriques². Les textes que nous étudions n'appartiennent pas à cette dimension de la culture, mais se placent aussi en-deçà des genres scientifiques reconnus et des débats savants de la Renaissance, poursuivis plus tard par l'école de Coimbre et Descartes, qui tournaient autour de la nature et de la cause des événements atmosphériques et des mouvements sublunaires (Martin 2013 : 224-226)³.

L'Histoire du Climat depuis l'an mil (1967) d'Emmanuel Le Roy Ladurie annonçait que la climatologie élisait résidence au sein des sciences historiques. Ce texte capital continue à influencer la recherche aujourd'hui et à définir les points de départ de toute reconstruction des climats du passé, local ou à l'échelle de continents : dendrologie, relevés de pluies anormales, études vendémiaires particulièrement valorisées par E. Le Roy Ladurie, calcul des mouvements de glaciers, sont autant d'instruments que les historiens ont mis à contribution à cet effet. La climatologie historique et son autre versant, la météorologie (Bradley et Jones 1992) ont fait de grands pas autant au niveau de l'objet de l'étude et des contours intellectuels (Martin 2011) que des méthodes quantitatives, et l'histoire des mesures elle-même s'est précisée et affirmée. Les approches interdisciplinaires ont suscité la collaboration de cher-

¹ Par une appréhension subjective, voire littéraire, des phénomènes météorologiques avant la mesure scientifique de tels événements (Vasak 2011 : 99).

² Ces pronostications sont souvent des textes facétieux et satiriques, mais la prédiction météorologique était depuis longtemps pratiquée et parfois soutenue par des registres ou notes systématiques sur le temps. Leur but était cependant d'établir des corrélations avec certaines tables numériques et la prédiction atmosphérique était basée sur des signes estimés lisibles. Ainsi Nifo prédisait-il la pluie par des signaux anatomiques (Thorndike 1941: VI, 486-487).

³ Les enjeux de ces débats et leurs antécédents à la Renaissance relèvent de la philosophie naturelle et non des sciences exactes ou de l'observation, et les théories de Descartes les renouvellent. Même les météorologues les plus connus de la Renaissance comme Nifo et Pomponazzi estimaient que la conjecture dominait en science météorologique (Martin 2013: notes 35-37).

cheurs dans des domaines scientifiques très différents, et inscrit jusqu'aux arts visuels et la littérature dans la quête des liens entre le fait naturel et sa mobilisation culturelle⁴.

Néanmoins, dans l'approche aux climats et aux expériences du temps à la Renaissance, la terminologie reste parfois à définir. Isabelle Vedrenne remarque : “Temps et climat: ces deux mots, dans leur polysémie actuelle, se rencontrent autour de la notion du ‘temps qu’il fait’,” mais la première correspond à des “sensations immédiates,” tandis que la climatologie a pour but d'établir des statistiques et des tendances à long terme pour une région spécifique et que la pratique moderne se distingue par l'usage d'instruments de mesure (Vedrenne 1998 : 69-71). L'antiquité disposait déjà de textes météorologiques, en premier lieu celui d'Aristote (englobant sciences naturelles, médecine, voire éthique et politique) qui influencera fortement les auteurs médiévaux dès la fin du XII^e et continuera à le faire durant la Renaissance, modelant en particulier ce discours sur celui des sciences naturelles (Martin 2011).

Le terme “temps qu’il fait” (Ducos et Thomasset 1998) est en effet très utile pour évoquer ce temps des incidents météorologiques épars, mais nous avons trouvé un support encore plus adaptable dans la notion de “temps vécu” marqué par aléas et vulnérabilités dans un essai sur le climat au début de la Renaissance à Laval entre 1481 et 1538 (Marchand et al. 2015). D'autre part, un essai collaboratif (Le Roy Ladurie et al. 2006) sur les méthodes de recherche, avec des données vendémiaires en particulier sur la Bourgogne et ailleurs, nous a permis de replacer nos traces textuelles disparates dans un cadre chronologique dont l'exactitude est corroborée par exemple par les dates-clé d'années désastres.

Dans son ouvrage de 1987, Pierre Alexandre a retracé des séries climatiques pour le Moyen Âge à travers 6 grandes régions de l'Europe en se basant sur de vastes ensembles de sources narratives, annales et chroniques, que les compilateurs sur le climat ancien n'avaient pas utilisées jusque-là. Critiquant sévèrement ces ouvrages dénués de sources solides — et montrant aussi que certains auteurs médiévaux, par exemple Jean d'Outremeuse, fabriquaient parfois carrément les informations climatiques (67-69) —, P. Alexandre a classé et analysé 2400 sources datant depuis le XI^e siècle jusqu'à 1425. Cette collecte montre que la notation climatique (sur les sautes du temps comme sur les années fastes) est déjà présente au XI^e siècle, et que le format narratif et le type d'information fournie se sont maintenus à travers les siècles et les

⁴ Citons la création de la revue *Temps et Mesure* en 1986, la collection récente *Météos/Débats* chez Hermann; l'ouvrage sur les nuages depuis les Lumières édité par Glaudes et Vasak (2017).

régions. De là, il a tenté de sérialiser les phénomènes de température et d’humidité sur ces six régions, ce qui ne rend donc pas compte des microclimats. D’autre part, P. Alexandre rejetait les famines et les récoltes autres que les vendanges comme mesures du climat ancien, tandis que nos textes ont une tendance affirmée à privilégier ces catégories⁵.

Comment explique-t-on que “le temps qu’il fait” déborde la norme escomptée, à une époque où la climatologie scientifique en est à ses débuts et reste largement circonscrite par les échanges autour de la *Meteorologica* d’Aristote ? L’attention au fait naturel n’était pas l’apanage des seuls savants professionnels. Au cours du XVI^e siècle, l’abondance des catalogues et des collections de curiosités en témoigne — Bernard Palissy avait la sienne, soigneusement identifiée, et à laquelle il se référait amplement (Palissy 1844: “Copie des escrits qui sont mis au-dessous des choses merveilleuses,” 434-44). Les disquisitions livresques distancées de la nature ne faisaient pas toujours autorité, et le discours scientifique pouvait avoir pour rivaux les poètes qui se targuaient d’être les interprètes privilégiés des faits naturels et de l’ordre cosmique, tels un Pierre de Ronsard ou un Remy Belleau. Alors qu’un Palissy, autodidacte, artisan, et artiste, était plus lecteur d’ouvrages savants qu’il ne le laissait paraître, il n’est pas nécessairement aisé de définir ce qui constituait un “texte scientifique” (Giacomotto-Charra et Vons 2012).

Si l’on se penche, non sur de grandes questions scientifiques incitant à des déductions hardies, mais sur des phénomènes restreints, observables par tout un chacun, un corpus textuel pourtant complexe prend forme. Malgré leurs limites et leurs défauts, les sources narratives restent une source privilégiée pour la reconstruction des mouvements climatiques à la Renaissance et c’est d’abord dans ce groupe de sources que notre propos s’ancrera.

1. Marquer la mémoire du (mauvais) temps : Le témoignage des chroniqueurs

Depuis le XI^e siècle, ces chroniqueurs, écrivant en latin, enregistrent fidèlement des événements météorologiques, soit qui bouleversent l’ordre quotidien basé sur une expectative de normalité, soit qui confortent la bonne marche du “temps qu’il fait”. Les exemples que nous discuterons ici appartiennent donc à ce genre établi, avec ses structures, ses formes verbales, et l’insertion courante de ces mentions dans le récit d’événements politiques.

Notre premier exemple remonte au tout début du XV^e siècle : il s’agit

⁵ Voir la discussion du seuil de normalité par des spécialistes de climatologie et de statistique historique, (Peguy 1979, Ornato 1988).

de la Chronique du moine wallon Jean de Stavelot (1388-1449) qui finit en 1447, et fut continuée par frère Adrien de Veteri Busco. Les mentions du temps, à partir de 1409, ne sont pas nombreuses mais elles sont indicatives de problèmes récurrents qui touchent directement les communautés dans leur espace : ponts détruits par les crues de la Meuse, inondations nombreuses, y compris causées par une petite rivière, le Houyol à Huy; mortalités, tempête, grande gelée ; et aussi temps sec puis bonne pluie (Stavelot, 143, 145, 194, 436-37, 439, 502-503, 584, 587, 593).

Le travail monumental de Laurent Litzenburger (2015) sur l'histoire du climat à Metz, qu'il a basé sur un vaste ensemble de sources dont de nombreuses chroniques, discutant et remplaçant l'ensemble des données dans un contexte large et sur une longue durée, souligne la valeur de la chronique du riche bourgeois de Metz Philippe de Vigneulles (1471-1527/28), entamée autour de 1490 et terminée en 1525 — L. Litzenburger la mentionne 78 fois. Cette histoire universelle avec Metz pour centre (Vigneulles, ed. Bruneau 1929: I, xv), comprend 5 livres répartis en 4 volumes publiés de plus de trois cent pages chacun. Les références météorologiques de Philippe ne sont pas principalement autobiographiques car l'ouvrage commence à la création du monde, située 4763 ans avant la naissance du Christ, et se fonde donc sur des œuvres antérieures. Cependant, Philippe y inclut à la fois un passé récent qu'il n'a pu vivre mais dont les témoins étaient encore vivants, ainsi qu'une quarantaine d'années au moins dont il a été directement témoin. La chronique remanie aussi partiellement un *Journal* que Philippe fit débiter en 1471, année de sa naissance, et tint jusqu'en 1522⁶. Il y a conté un grave incident qui a aussi été détaillé dans sa chronique (III, livre IV, 194-255). En effet, le 3 novembre 1490, des truands locaux enlevèrent Philippe et son père et les revendirent à un capitaine lorrain — Metz était en guerre avec le Duc de Lorraine — qui exigea une forte rançon pour Philippe, libéré, après son père, le 21 décembre 1491, après quatorze mois d'emprisonnement.

Pour la période ancienne ou la guerre de cent ans, Philippe a dépouillé les ouvrages qui circulaient à son époque. Par contre, pour Metz, il se fait traduire des documents originaux de latin en français, dit parfois comment les pièces d'archives ont disparu, et aurait interrogé les vieillards de la ville pour retracer les événements dès 1420. Ailleurs, il reproduit fidèlement ses sources, les transcrivant mot à mot, par exemple, des pages entières de Jean Lemaire de

⁶ Voir le "*Gedenkbuch des Metzzer Bürgers Philippe von Vigneulle aus den Jahren 1471 bis 1522.*" Par la suite, il aurait utilisé le premier brouillon de sa *Chronique* (ms. en assez mauvais état conservé aux archives départementales de la Moselle) avec le *Journal* pour composer la chronique que Bruneau publia. Par exemple, signale Bruneau, il cite au livre I, (de la Création du Monde à l'an 1324), p. 37, des événements qui se sont passés en 1520 (I, xv).

Belges, quoiqu’avec des erreurs. (Vigneulles, ed. Bruneau I, xvi-xvii). Dans le prologue du premier livre Philippe dit vouloir traiter de sa “noble cité,” mais qu’il ne pourra éclairer toutes “les choses diverses et estranges” qui s’y sont passées, car il n’en a “point la cognissance ne du temps ne du lieu.” Selon lui, les sources locales pour le passé lointain ont été détruites. (Vigneulles, I, livre I, 2-3).

Le premier livre reproduit chroniques anciennes et vies de saints, et arrive à l’histoire de Metz proprement dite dans son dernier quart (Vigneulles, I, livre I, 265) : c’est à la page 337 qu’apparaît une première mention de climat, visiblement tirée d’une source écrite, concernant une grande sécheresse dans toute la France en 1236, sous le règne de Louis IX. On y trouve une des formules consacrées dans le genre des chroniques météorologiques : « que de loingtamps l’on n’avoit veu la pareille, » et la notation, inattendue peut-être après ce début peu propice, de l’exceptionnelle qualité des vins bien corsés. (Vigneulles, I, Livre I, 337).

Dans le livre II (1324-1428), Philippe n’est pas encore né et pourtant, il y donne de nombreux exemples d’incidents climatiques. Le livre IV commence en 1473 avec l’attaque contre Metz de Nicolas de Lorraine et finit en 1499, et coïncide avec la vie du jeune Philippe. Y figure la mort de Charles le Téméraire (1477), suivant l’année 1476 lorsque la grêle ruina les vignes de neuf villages du val de Metz à la Vigile de l’Ascension — notation elle aussi typiquement datée par une fête religieuse, et comme souvent, cette tempête de grêle est telle : “que de loing temps devient il eust point fait ne n’estoit mémoire que le pareille eust este veu”. Puis vint une grande chaleur toujours accompagnée de grêle et le reste de l’été fut brûlant : Philippe décrit la terre comme s’il l’avait vue de ses propres yeux quoiqu’il n’eût que trois ans à l’époque : “il sembloit de la terre en d’aucuns lieu, especiallement de l’isle du pont des Mors devient Mets, que fut terre labouree, tant estoit arse et rouge” (Vol. III, livre IV, 50).

Pour Philippe, les troisième et quatrième parties de l’ouvrage étaient les plus importantes (Vol. I, livre I, 3). Il invite une lecture attentive des petits détails de la vie lorsqu’il reconnaît que, dans ses chroniques “plusieurs chose y sont mise qui ne sont pas de grand vullue a raconter,” (Vol. II, livre III, 420). Au dernier livre, qui coïncide avec sa vie d’adulte, Philippe ne parle plus des sources utilisées mais dit qu’il a recueilli ses informations comme il pouvait (IV, 2), et c’est là que les descriptions du temps, quoique de facture similaire aux précédentes, sont plus longues et détaillées.

La part du personnel dans le registre météorologique de la *Chronique* n’est pas toujours évidente. En effet, la formulation des événements tels que

hivers brutaux, étés brûlants, récoltes ruinées, pénurie, cherté et famine, pluies diluviennes amenant crues de rivières et destruction de bâtiments, est similaire à travers diverses chroniques. On les retrouve bien plus tard, dans une *Généalogie* des Pasquiers rédigée vers 1669 : en 1564 "il y eut en ladite année grande famine de bled et de vin et se vendoit lors le septier de blé froment mesure de Paris dix écus d'ordinaire et le vin cent livres le muid et fut cette famine presque universelle par la France" (Bouteiller: 31, "Généalogie des Pasquiers depuis l'an mil cinq cens vingt neuf jusqu'en l'an 1669", composée vers 1669 par un descendant du 4^e fils d'Etienne, sur la base de papiers de famille, Archives de Sassy, 5-6). Ainsi une grave inondation à Paris en janvier 1573 figure, dans les *Grandes Annales* de François de Belleforest, sur la page de l'édition imprimée, en un seul bloc typographique avec les incidents de toute nature, émeute, projets de guerre, et des indications en marge seulement: sur le plan visuel du lecteur, tout se vaut, tout se suit et s'emboîte (Belleforest 1579 : 1688v). Cependant, dans le *Journal* de Philippe, les détails climatiques ont une toute autre teneur : dans le long récit de son enlèvement et de son emprisonnement (*Gedenkbuch* : 46-110), ils sont utilisés avec un savoir-faire tout à fait littéraire pour dramatiser la cruauté des truands et la souffrance de Philippe et de son père, et en même temps, soulignent le caractère local de ces sautes de climat, leur effet aussi prévisible que malencontreux sur les péripéties des prisonniers (*Gedenkbuch* : 65, 68-69, 97). Philippe inclura par exemple la description d'un orage violent au milieu de la nuit noire avant l'épisode de l'enlèvement (43) : effet littéraire pour le préparer, ou sensibilité au détail climatique comme évènement ?

La *Chronique* de Philippe de Vigneulles et son *Journal* partagent donc une certaine vision des fluctuations météorologiques qui ne sont pas des notations anodines mais sont suscitées par les extrêmes de climat amenant misères sociales et incidents imprévus, ou sont associées à des désastres ou des évènements tragiques de facture humaine⁷.

Presque contemporain, *Le Journal d'un bourgeois de Paris sous François 1^{er}*, (1515-1536) semble suivre les mêmes principes en relatant temps vécu et faits notables, mais les éléments climatiques sont différents. Moins fréquents dans le texte, ils sont néanmoins assez développés, et détaillent surtout les conséquences des sécheresses, pénuries de blés, gel profond des plantes, vignes et foins, et chertés prolongées : c'est l'effet sur le tissu social qui semble d'abord préoccuper cet observateur avide de faits divers et de détails poli-

⁷ *Bourgeois de Paris sous le règne de Charles VII* : dans les pages de ce journal du XV^e siècle, les hivers de froid extrême ne sont pas commémorés comme de simples faits climatiques mais comme des désastres sociaux, résultant en "Froid, fain," et vies humaines fragilisées.

tiques et juridiques, biens plus que les dégâts causés par vents et inondations. La famine de blé de 1521 dans la région de Paris est dramatiquement dépeinte (*Bourgeois 1515-1536*, 96) mais il y a aussi de graves pénuries en 1515 et 1524 (*Bourgeois 1515-1536*, 10, 202). Il mentionne ainsi une forte grêle en 1515, un grand vent (*Bourgeois 1515-1536*, 81-82, 16 mars 1520),⁸ une grande gelée des vignes jusqu'au Nivernois en 1517 et une autre en 1523 (*Bourgeois 1515-1536*, 56, 187), et de nombreuses processions pour amener la pluie.

Les *Mémoires* de Claude Haton (ca. 1534-ca. 1605) sont un exemple surprenant dans le genre de la chronique locale avec détails météorologiques. Prêtre catholique intransigeant de la région de Provins, il a traité surtout des guerres de religion en Champagne et en Brie. Témoin et participant, il initia une milice de prêtres combattants pour la défense de Provins contre les protestants. Dans un passage remarquable qui a lieu en 1564, durant le voyage à travers le royaume de Charles IX, Haton transforme la trace du temps vécu en narration épique. Le récit débute avec les péripéties de la conférence des Huguenots à la Ferté, puis décrit les conflits et bagarres entre protestants et catholiques lors de l'établissement du prêche. A la section 44 du texte, il décrit l'état des récoltes : les grains ont germé aux champs, la terre était fertile en grains, foins, pois, fèves et vins ; même si l'été avait été assez pluvieux, l'automne fut meilleur et les vendanges se passèrent bien. Puis (49), l'hiver arrive, d'abord "fort doux et gracieux" : il pleut mais il ne fait pas trop froid, il n'y a pas de gelée encore ... mais à la vigile de Saint Thomas, le froid commença ... Ensuite le récit s'étend sur une longue description des méfaits d'un hiver catastrophique, qu'il compare avec beaucoup d'exactitude à celui de l'année 1481, marqué dans les annales pour ses dégâts sans précédents (Le Roy Ladurie et al.), quand les vignes avaient gelé "comme l'è ouy dire a quelques anciens qui disoient estre nez de ces an-la." Haton relate ces événements comme une série de contrecoups dans une bataille, un désastre collectif de massive envergure. Hommes et animaux meurent sur pied de la gelée, le temps se radoucit temporairement mais gèle de nouveau, amenant des catastrophes, dont la perte du pont au Change à Paris, puis la perte des blés et des vignes. Plus encore, à l'an 1565, Haton reprend en résumant ce qu'il vient de décrire depuis 1564 (#8), puis (9-12), il détaille avec précision les processus physiques du temps brutal qui détruit les arbres et même le terreau. Au total, Haton a produit neuf pages (494-503) de récit des désastres amenés par les intempéries, dépassant de loin les exemples similaires⁹. La narration est forte d'émotion, quoique dé-

⁸ Voir, sur l'histoire des grands vents Tabeaud et al. (2009).

⁹ Il récidive avec une vingtaine de pages sur une famine désastreuse en 1573 causée par le mauvais temps d'hiver et de printemps (Haton, vol. 3, 2-21).

les marécages (31). Autour de Grenoble, les phénomènes naturels les plus surprenants sont décrits rapidement sans explication : une montagne près de Clermont, impossible à escalader car faite de “pierre vive” ; près de Vif, une fontaine au feu ardent qui brûle sans cesse, et surtout lorsqu’il pleut et que le temps est couvert ; et les fameuses cuves (tinnes) aux pierres multicolores de Sassenage qui prédisent heur et malheur dans l’année (158). Horticulteur, Estienne remarque — après des douzaines de notations génériques de bois et forêts anonymes — un “boys de genesvre” près de Chatillon-sur-Seine (84), et à partir de la page 88, les forêts retiennent son attention, car dès lors elles sont toutes nommées, même la forêt de Torfou, près d’Orléans, qui est “pour le iourdhuy destruite” (97). Par des chemins soudain impassables en hiver, la trace du mauvais temps apparaît fréquemment : à Noyon, le chemin de Villeneuve est “fascheux en temps de fange, auquel temps il le fault laisser a gauche”, puis, le long des haies de Ribecourt, conseille-t-il, “te botte pour le mauvais chemin en yver” (28) ; il note ces chemins un peu partout, (29, 30, 83, 103). Les crues sont mentionnées, comme dans les chroniques, de même vers Besançon (87) et à Vienne, où une crue du Rhône et de l’Yonne en 1543 enleva un pont et une rue entière de maisons (159). Le Morvan est pauvre : il le dit contraire au pays de montagne qui est fertile et abondant, et “infertile et peu profitable, montagneux vers la duché, et vers la conté, sablonneux et peu plaisant” (82-83) Dans le Dauphiné, Estienne note une anomalie au val de Nybe, fertile en vins, pâturages et blés : un vent fort qui s’engouffre dans un pertuis de la vallée cause bien de l’inconfort aux habitants ; on a voulu le boucher, mais il a fallu renverser la manœuvre, car une fois clos, “le pays du-dict val ne portoit aucun fruct ne pasturage” (155). De Grenoble à Gap, on passe un torrent dangereux se jetant dans le Drac et venant d’une vallée où le soleil ne luit jamais (161).

Chantal Liaroutzos estime qu’Estienne a du mal à conceptualiser le territoire en termes spatiaux et a recours au temps pour figurer la distance, qu’il calculerait plutôt en journées (Liaroutzos 1998, 163) ; sa géographie physique serait d’abord agricole, marquée par les interventions des hommes face aux obstacles de la nature (165-166). Nous dirions plutôt qu’il envisage l’espace du territoire français morcelé autant que raccordé par ces nombreux chemins et routes, et que le contact avec la nature est souvent inquiétant ou inconfortable : ce sont ces chemins rendus impraticables, les itinéraires changés contraignant le voyageur aux détours souvent dangereux et lourds de menace, les montagnes à gravir, les ponts enlevés par les crues. La trace laissée par le temps météorologique produit des changements abrupts dans les “discours” entre pays, une perturbation imprévisible dans le bon fonctionnement

nuée de grandiloquence, marquant les pertes des humains et des bêtes dans des circonstances inouïes. On y lit d'abord l'expression de la compassion envers les malheurs d'une collectivité et d'un lieu. Cependant, il ne faut pas oublier que, inscrite dans une vive polémique contre les Huguenots locaux, et interrompue par endroits par des rappels de ces conflits, la narration des malheurs du temps vécu se fonde dans celle de la malfaisance des Huguenots, et subtilement, semble suggérer que les causes de ces malheurs sont reliées.¹⁰

Imprévisibles, certains aléas du temps ne sont pas restés sans réaction. En plein hiver dévastateur, la misère est trop grande pour toute mobilisation. Mais les populations et le clergé ont agi par des processions invoquant l'aide céleste soit pour arrêter les pluies diluviennes ou au contraire faire cesser la sécheresse. Les chroniques s'en font l'écho, relatant ces processions pour solliciter l'intercession divine contre le cher temps, ou le froid au mois de mai (Jean de Stavelot 237 ; 392, 393 ; 512). D'autre part, les notations météorologiques des chroniqueurs sont corroborées dans les archives municipales qui conservent la trace d'événements similaires. Par exemple, pour Dijon au XV^e siècle, on note que les vendanges ont été hâtives à cause de la pluie continue (Gouvernain, I, B. 150. 1418-1423, 29), que la commune a supprimé la coutume des habitants de Saint-Philibert de faire chacun an une cloche de raisins par les vignes à cause des dégâts (B. 156. 1439-1443, p. 35), que le prix du pain a augmenté à cause du mauvais temps (B. 160 1452-1457 p. 38) et que des processions ont été commandées pour protéger les vignes (B.161 1457-1463 p. 39).

2. Régulation des environnements et sensibilité à la nature dans le temps

Récemment, des groupes de chercheurs se sont penchés sur le rapport à l'environnement dans les textes de la Renaissance, tels que les auteurs réunis par Miglietti et Morgan (2017). Certes, l'environnement ne signifiait pas la même chose qu'aujourd'hui, mais comprendre, absorber une chose par une autre, ou bien ce qui est autour de soi, en grec *perieleusis*. On peut aussi

¹⁰ Perspective très différente, celle du contemporain de Haton, le Sire de Gouberville, hobereau du Cotentin, qui rédigea, de 1549 à 1562, un livre de comptes avec, quasiment tous les jours, des notations méticuleuses sur le temps. Intitulé *Mises et recettes ... avec le mémoyre d'aulcunes choses qui dempuyz ledict jour se sont ensuyvis tant pour mes affères que pour ceulx d'aultruy*, il relate, avec les dépenses et rentrées d'argent, conflits et échanges familiaux et locaux, semailles, cidre à presser, arbres à greffer, bois à couper, provisions à acheter, et les aléas du temps, beau ou mauvais. Ces mentions pour mars 1562 sont typiques de sa manière de noter le temps ordinaire: le 1er mars, "il fist fort beau temps, doulx et clayr comme cristal," de même les cinq jours suivants (Gouberville, vol. 2, 871); mais le 11, "il fest grand froycet et maulvays temps et ne cessa de gresler par undees jusques appres mydi;" et la pluie continua plusieurs jours (874-878).

envisager cet environnement comme le résultat d'une agentivité humaine, quelle qu'elle soit, positive ou négative, plutôt qu'un "pre-existing given." Cet environnement serait à la fois le processus culturel qui permet aux humains de le conceptualiser dans leur imagination et les pratiques mêmes qui le réforment, à savoir la pratique "d'environner" qui produit des environnements au pluriel (Miglietti et Morgan 2-4). L'idée qu'on pouvait modifier l'environnement était liée à celle de contrôler les gens qui y habitaient, et elle suscitait toute une littérature concernant l'économie domestique et la vie rurale. Dans cette optique, on commença à voir le climat même comme pouvant être changé par diverses formes d'intervention humaine (7) — c'est bien le cas chez Bernard Palissy...

A leur manière, c'est de l'environnement-environs que traitent la perspective de Bernard Palissy et un texte de l'érudit Charles Estienne (1504-1564). Ce texte, *La Guide des chemins de France* (1552), concerne la localité, insérée dans l'ensemble de tout le territoire français parcouru par un chassé-croisé de voyageurs. Imprimeur dû aux circonstances familiales, fils de Henri, frère de Robert Estienne I, et dont la fille Nicole, deviendra poète reconnue, Charles est l'auteur de nombreux ouvrages médicaux savants traitant en particulier de la dissection et du système nerveux, ainsi que de traités d'agriculture et d'horticulture. Rédigé sur un ton familier et presque intime sous lequel perce l'ample connaissance historique et géographique, ce catalogue exhaustif des villages et chemins de toute la France¹¹ s'occupe de classement des provinces, régions, et terroirs, de frontières, de limites, de traverses, et de communications — ce qu'Estienne appelle "discours de pays a autre" (40). Il prévient le voyageur des passages dangereux pour causes naturelles ou aux mains des hommes¹², et semble souligner le facteur humain et non la nature, avec ses notations mythologiques, voire folklorisantes¹³ (91 ; 144) ou historiques, et les travaux des hommes nichés au sein de l'espace naturel, bourgades, ponts, bacs, châteaux, forteresses et manoirs, maladreries et chapelles, haies, vignes, et enfin, chemins — frayés à travers la nature. Celle-ci reste présente dans la réitération de quelques termes : bois, forêts, landes, rivières, collines, lacs et montagnes. Au détour d'un chemin, c'est la rencontre presque banale avec elle — à Malines, "la mer vogue iusques audict lieu" et à Anvers, elle "costoye les murailles," (35) ; à Roie en Haute Picardie, à Pont-St-Maxence, ce sont

¹¹ Ce texte est considéré comme un document inestimable, malgré certaines erreurs, de la cartographie et des terroirs de la France au XVI^e siècle (Bonin et Mandrou 1961).

¹² À Troyes, (52) à Saint Dizier en Champagne (66) En Bourgogne, près de Mussy l'Evêque, (83), vers Dijon, près de Saint-Seine, (84) ; à Houdan dans le Chartrain, (102) et Maladrerie de Trappes (103) ; en Normandie, près de Rouen, Fleury, (121-22), près d'Alençon, Pont Montisambert, "terre de more, mauvaise montaigne" (124).

¹³ Celles-ci ont été méticuleusement annotées par Bonnerot dans son édition (1936) de *La Guide*.

de l'économie agricole, de l'échange des biens et de cet aménagement du territoire que Charles Estienne valorise comme signe de stabilité et de prospérité nationales.

Il nous semble intéressant de considérer un instant quelques remarques d'Etienne Pasquier, un érudit plutôt franchement "anti-nature" a priori... Dans une de ses lettres familières (livre I n.º V, pp. 8-12), Pasquier, avocat au Parlement et historien (?1528/?1529-1615) s'en prend aux notions courantes sur le climat — alors que la climatologie n'existe pas encore, mais que des débats ont cours sur ce que les historiens modernes ont baptisé « théories du climat ». Les idées de Pasquier en leur lieu n'ont rien d'extraordinaire, mais il est frappant que, malgré le désintérêt qu'il professe généralement pour les faits de nature, il se penche sur la question climatique. En effet, Pasquier, dans ses *Recherches de la France*, (1621: ch. XXIX, 412a, « De quelques secrets de nature dont il est malaisé de rendre la raison ») propose que certains phénomènes naturels pourtant surprenants — au moins l'un de ces « secrets » est la formation de stalactites dans les grottes calcaires près de Tours dont Palissy discutera longuement — dérivent de conditions mystérieuses qu'il ne cherche pas à approfondir et met paresseusement au compte d'idées locales¹⁴. Dans une autre lettre, Pasquier rejette avec désinvolture les avancées de la botanique de son temps, déclarant (livre II, lettre IV, « à Monsieur de Marillac, conseiller du roy, » avant 1573), que ses livres valent plus que l'herboristerie, pourtant assez respectée alors grâce aux travaux de Pierre Belon et de l'Allemand L. Fuchs (Thickett 1974 : 4, note 11)¹⁵. Ces remarques de Pasquier se situent au croisement des idées — des préjugés — d'un lettré humaniste au sujet de la nature (la lettre IV argumente longuement pour la préséance des villes sur les campagnes) alors qu'il recherche aussi un correctif à sa culture livresque, comme le signale Michel Reulos : « ... la double préoccupation de Pasquier : rechercher les Antiquités de la France et souligner la continuité de la tradition en l'appuyant de souvenirs et de témoignages personnels. » (Reulos 1991: 80-81). Cependant, dans sa lettre décrivant l'arrivée à sa métairie de Cognac, s'expriment pleinement la célébration de la nature agricole plantureuse, la beauté et les bienfaits des fruits et jardins — la joie des "environs" retrouvés (livre XIV, lettre VII, 217-20).

¹⁴ Pasquier se serait consacré à ces *Recherches* entre 1565 et 1585, et il en avait terminé 4 livres vers 1584, mais les retenait chez lui sans les publier car le pillage de ses premiers volumes par des confrères l'avait refroidi. Ces volumes circulaient parmi ses amis ; déjà en 1574 l'un d'eux lisait un chapitre du 6^e livre, et Pasquier corrigeait son texte selon les remarques de ses amis (Bouteiller : 30). L'édition finale fut revue et corrigée en 1596, puis de nouveau en 1607 et 1611 (Bouteiller : 51-52).

¹⁵ Néanmoins, il n'était pas hostile aux nouvelles idées, et comme avocat, plaida en 1579 contre la Faculté de Médecine en faveur des disciples de Paracelse (Bouteiller : 28).

Les œuvres du potier, céramiste et chimiste Bernard Palissy (c. 1510-1590) expriment à la fois poétiquement et polémiquement la louange de la nature qui correspond aux desseins de Dieu, le Grand Plasmateur. La variation climatique en fait partie et est essentielle à ses arguments sur le transport et la diffusion de sels, et la notion de taux d'humidité ou de salinité dans l'air traverse toute son œuvre.

La vision très personnelle de Bernard Palissy se détache nettement de la mémoire du temps vécu dans les textes précédents. La trace climatique est violente parce que les hommes, ignorants de la vraie philosophie agricole, s'acharnent sur terres et arbres en dépit de ce que le respect du climat dicterait. Dans sa *Recepte véritable* il affirme qu'au mépris de cette philosophie, la terre est constamment violée et devrait s'insurger contre ses meurtriers (*Recepte* 1988: 61), parce qu'on est ignare en cultivant la terre, elle est adultérée et on lui fait, ainsi qu'aux bêtes, de grandes violences (63) Ainsi, dans la *Recepte*, il argumente avec passion pour faire comprendre que la terre est un corps nourricier et sacré, dont les hommes sont les prédateurs, mais aussi gâchent les ressources car ils ne savent pas écouter ce que l'arbre, le bois, la saison enseignent, comme il le développe dans le long passage sur la coupe des arbres. Pas de pluie diluvienne chez Palissy : la pluie est ordinaire et nécessaire, participant de tous les infimes moments du transfert des sels et de la bonification des terres, enveloppant la terre saintongeaise d'une humidité constante qu'il faut savoir capter. De cela on peut retenir deux passages remarquables : l'évaluation de la porosité à l'eau du noyer par l'examen du minuscule copeau sur le sol du menuisier et de l'incision des vitres des églises par les effets du vent salin dans une direction.

Les Discours admirables (1580) contiennent des développements sur le double rôle, bienfaisant et destructeur, du climat, et en particulier, du mouvement des eaux. En expliquant à son interlocuteur fictif comment créer des fontaines naturelles sur divers terrains, ou comprendre la différence entre les eaux de la mer et les rivières, Palissy ne manque pas de souligner combien ces rôles font partie du dessein divin. Il écrit par exemple que les vapeurs des cavernes souterraines contiennent bien de l'eau, mais qu'elle y a été "mise et portée par les postes et messagers de Dieu, sçavoir est, les vents, pluyes, orages et tempestes, comme il est escrit que ce sont les hérauts de la justice de Dieu" (*Discours*, 1844 : 203).

La pensée de Palissy est conforme à un courant érudit de la Renaissance fondé dans la tradition classique du texte agricole, dans les écrits agronomes latins en particulier, avec le manuel de la vie agricole et champêtre, dans lequel de doctes auteurs opinent quant aux moments propices aux cultures. Ses

discours s'apparentent à cette mouvance et s'en séparent. D'une part, parce qu'ils rejoignent la vision des auteurs protestants qui prêchent le retour à la vie rustique contre la corruption des villes, Noël du Fail, François de la Noue, Du Bartas, Olivier de Serres (Lestringant 1996: 17). D'autre part, parce qu'ils se basent sur une observation directe d'une grande précision dans laquelle les faits de nature ne sont pas incidents et passagers, mais fondamentaux à la compréhension du monde et sans cesse corroborés par d'autres exemples et expériences. Fondé dans sa Saintonge natale, son travail bénéficie — et ses conclusions divergent — des pratiques des pêcheurs et paysans locaux, mais il ira aussi confirmer ou infirmer une hypothèse par des voyages à des lieux précis qui permettent la comparaison : sources chaudes de Bigorre, gel de la Seine à Paris, grands froids des Ardennes.

Parce que Palissy ancre tout son propos dans sa théorie de l'ubiquité des sels productifs (il s'agit en fait de minéraux) dans la nature, la notion de temps climatique est partout présente à travers le motif de l'humidité. Le bois humide est sujet aux humeurs et enfante de la vermine, car le bois est plus fort en hiver de même que l'homme ; ainsi microcosme et macrocosme se reflètent et se répondent, et le corps de la nature en symbiose avec les fluctuations de climat est semblable au corps humain dans le creuset du temps.

Palissy publie la *Recepte* à la Rochelle à l'automne 1563 au début de la paix après la première guerre de religion, ayant été emprisonné l'année précédente. Pour Frank Lestringant, la *Recepte*, dans son organisation même, porte la trace de l'épreuve personnelle (Lestringant 1996 : 7) Le propos de Palissy, comme dans ses *Discours admirables de la nature des eaux et fontaines*, issus des conférences publiques qu'il a données à Paris à partir de 1575, semble d'abord technique — mais les interprétations théoriques vont suivre. Dans les *Discours*, Pratique a le dernier mot contre Théorique, mais pour ce protestant, « la polémique contre les livres est engagée au nom du Livre » et le livre saint et le livre de la nature vont se compléter (Lestringant 1996 : 8).

Palissy reste une inspiration écologique au-delà des frontières de la France (Stoll 2011), et certaines de ses intuitions sont estimées brillantes, surtout sa discussion sur les eaux de source (Halleux 110, 119-120). Cependant, confrontés à un discours hybride difficile à classer, certains se sont acharnés à démontrer que Palissy pillait d'autres auteurs, anciens et contemporains, et manque d'originalité. On lui a en particulier reproché d'avoir emprunté le développement sur les fossiles à Cardan sans le nommer (Thorndike 1941 : 596 ; Lestringant 1996 : 8)¹⁶.

¹⁶ En ce qui concerne l'emprunt du *Poliphile* de Colonna, Gilles Polizzi reprend d'abord la thèse de Y. de Kisch, (*Bernard Palissy mythe et réalité : Catalogue exposition de Saintes pour 4e centenaire 1990*, pp. 32-34), que l'attribution du *Poliphile* comme modèle exact du jardin de Palissy est excessive. En effet, la comparaison

Pourtant, Palissy cite nommément Pline et Vitruve et ses emprunts sont dans l'air du temps ; on semble parfois vouloir lui imposer des normes en matière de respect des sources inconnues à son époque. Son éditeur moderne, Keith Cameron, tout en reconnaissant que la similitude avec d'autres textes pouvait indiquer un emprunt, souligne que beaucoup de textes circulaient librement alors et que l'emprunt n'était pas envisagé comme pillage. Cameron suggère aussi que [son] « influence est visible non seulement dans les idées scientifiques que nous décelons chez Palissy mais aussi dans un domaine qu'il est beaucoup plus difficile de sonder, celui de la mentalité » (Cameron 1990 : 142-143).

La violence contre la nature chez Palissy se situe toujours dans un espace ambigu, entre transformations bégnines et prédatons humaines, mais aussi entre bienfaits de la philosophie agricole et eschatologie apocalyptique. Pour Lestringant, on retrouve dans le discours de Palissy le Réformé sur les bienfaits de l'agriculture l'issue apocalyptique : « d'une part, c'est l'invite, très rationnelle, à cultiver son jardin au jour le jour ; ... mais c'est aussi, simultanément, l'annonce d'une fin des temps plus ou moins imminente ... La parabole des talents conjugue de la sorte l'angoisse eschatologique et la patiente activité journalière, qui, sans jamais la faire oublier, rend cette attente supportable » (Lestringant 1996 : 20).

3. Conclusion

Dans cet essai, nous n'avons pas tenté de cerner un discours précurseur des sciences modernes du climat, mais un aspect de la sensibilité aux faits du temps vécu dans des modalités textuelles diverses. Il est certain qu'un tel itinéraire à travers une sélection de textes et de documents de facture si différente, avec des enjeux très différents, à différents moments du XVI^e siècle, comporte des risques. Cependant, il nous semble que chacun apporte des éléments de réflexion pour retracer une sensibilité au temps et à ses effets que l'importance croissante accordée à l'observation directe au cours du siècle invite à retrouver dans ces textes au-delà du formulaire ou du prévisible. Ce corpus textuel présente l'intérêt de se situer entre discours savants dont il ne partage pas les prémisses et auquel il n'aspire pas de participer — nonobs-

entre les deux textes a été fondée sur une traduction du *Poliphile* postérieure d'une quarantaine d'années à la rédaction de la *Recepte* (Polizzi 66). Polizzi envisage néanmoins les différences et les rapprochements à la fois, et que la *Recepte* est un "contre Poliphile" (67). Pour lui, la comparaison met en évidence "le processus d'une translation qui efface méthodiquement un modèle par trop présent" et qui était au comble de sa vogue au seuil des années 1560 (68).

tant l'érudition de Charles Estienne ou le vaste savoir de Bernard Palissy — et croyances populaires dont il n'endosse pas les pratiques pour gouverner temps et saisons.

À l'autre versant de la recherche savante se situe en effet un appareil liturgique et populaire qui reste un formidable interlocuteur culturel, présent en particulier dans les calendriers illustrés au début des livres d'heures, route d'accès importante pour la compréhension du temps vernaculaire médiéval qui perdure pendant la Renaissance sous forme de calendriers manuscrits et imprimés et dans les fêtes religieuses. Cependant, la page du calendrier ne fait qu'évoquer l'armature du temps avec ses listes de saints et ses fêtes ; comme le dicton météorologique, structurellement rigide, elle codifie la nature et les faits naturels en formules générales qui englobent de vastes plages de temps suivant une tradition iconographique bien établie. Ces illustrations prévisibles créent un système de métonymies basé sur un ordre inamovible de travail, de jeu et de production qui est profondément idéologique : Georges Comet remarque par exemple (2002 :252) que les illustrations des mois ne montrent jamais de machines, mais seulement un labeur accompli avec des outils manuels. Néanmoins ce vaste appareil textuel et iconographique, à la Renaissance, constitue une toile de fond incontournable, faite de contrainte et de fixité, à l'exploration plus individuelle de l'expérience du climat et du temps.

Dans les chroniques, le « temps qu'il fait » est fauteur de changements radicaux tels que famines et cherté, distinctes des famines fréquemment évoquées dans les états de siège, ou bien il accompagne des événements marquants dont il ponctue la gravité, il dramatise implicitement les événements politiques qu'il entoure, comme dans les *Mémoires* de Claude Haton. Dans sa version plus intime, observée car directement vécue, ce temps-climat devient acteur dans les luttes des personnages pour la survie, ainsi lorsque Philippe et son père prisonniers font face aux rigueurs de l'hiver, mesurant le passage du temps grâce aux notations climatiques. Intempéries et événement se reflètent lorsque Philippe évoque la mort du duc de Bourgogne Charles le Téméraire en janvier 1477, et son cadavre gelé par un hiver virulent après sa dernière bataille : “ ... au lieu ou ledit de Bourgogne gisoit, tout nud, entre les mors, en ung fosse, le visage a demi en l'eau, laquelle eue estoit tellement engellee que, en le tirant dehors, on luy arracha la peau d'ung costé du visage” (III, 57). Plus d'un siècle plus tard — et dans un tout autre contexte régional — cette scène est tout juste l'objet d'une mention dénuée d'information météorologique dans la *Guide* de Charles Estienne, qui note simplement, au chapitre de la Lorraine, près de Nancy « mémorable du palais du duc, et occision de Charolois, duc de Bourgogne, près la dicte ville. » (75). Non observée

par Philippe, trop jeune à l'époque, la mort de Charles le Téméraire dans un paysage isolé et glacial, reste un morceau littéraire hanté par la présence lancinante du froid glacial dans l'espace culturel.

Chroniques d'un tout autre ordre, le relevé des routes et agglomérations de Charles Estienne, et les réflexions polémiques et poétiques de Bernard Palissy incorporent l'ubiquité du temps qu'on vit et subit dans leur expérience de la nature, de l'espace et du temps. Comme la *Chronique* de Metz, elles recherchent et privilégient la familiarité du lieu propice et connu, que le climat bercerait au lieu de bouleverser. Cependant, à l'encontre de la brutalité inexplicable d'une nature apportant la destruction par des temps de gel et sécheresse, la violence de la trace du "temps qu'il fait" rappelle, chez Palissy surtout, la présence trop facilement oubliée et pillée d'une nature susceptible de revanche. Au-delà des différences — de genre, de registre, de style et de public — ces textes disparates partagent une attention soutenue au détail du temps vécu dans sa relation à la conscience du local et de sa mutabilité sous l'effet des intempéries. Produits avant l'établissement d'une météorologie quantifiée, ils participent plus à l'histoire des sensibilités qu'à celle de la science.

Sources

- BELLEFOREST, François de (1579). *Les grandes annales et histoire générale de France, dès la venue des Francs en Gaule jusques au règne du roy tres-chretien Henry III*. Tome 2. Paris : G. Buon.
- ESTIENNE, Charles (1552). *La guide des chemins de France*. Paris : Chez Charles Estienne.
- ESTIENNE, Charles (1936, 1978). *La guide des chemins de France de 1553*. Editée par Jean Bonnerot. Genève-Paris : Slatkine Champion.
- Le Journal du Sire de Gouerville (1892)*. Publié sur la copie du manuscrit original faite par M. l'Abbé Tollemer par Eugène de Robillard de Beaurepaire. Vol. 2. Caen : H. Delesques.
- Mémoires de Claude Haton, (2001-2007)*. Edition scientifique sous la direction de Laurent Bourquin. Paris : Editions du CTHS. 4 vols. Vol. 1, 2001. Vol. 3, 2005.
- Journal d'un Bourgeois de Paris (1405-1449) (1881)*. Publié d'après les manuscrits de Rome et de Paris. Alexandre Tuetey. Paris : Champion.
- Journal d'un Bourgeois de Paris sous le règne de François 1er. (1515-1536) (1854)*. Publié pour la Société de l'Histoire de France par Ludovic Lalanne. Paris : Chez Jules Renouard.
- PALISSY, Bernard (1844). *Œuvres complètes de Bernard Palissy*. Edition conforme aux textes originaux imprimés du vivant de l'auteur Paul-Antoine Cap. Paris : Dubochet.
- PALISSY, Bernard (1988). *Recepte véritable*. [La Rochelle, 1563]. Edition critique par Keith Cameron. Genève : Droz.
- PALISSY, Bernard (1996). *Recette véritable [1563]*. Edition par Frank Lestringant et

- Christian Barataud. Paris: Macula.
- PASQUIER, Etienne (1974). *Lettres familières publiées et annotées par Dorothy Thickett*. [1586]. Genève : Droz.
- PASQUIER, Etienne (1621). *Les Recherches de la France. Augmentées en ceste dernière édition de trois livres entiers*. Paris : L. Sonnius.
- STAVELOT, Jean de. (1861). *Chronique de Jean de Stavelot*. Ed. Adolphe Borgnet. Bruxelles : M. Hayez.
- VIGNEULLES, Philippe de (1852). « Gedenkbuch des Metzger Bürgers Philippe von Vigneulle aus den Jahren 1471 bis 1522 ». *Bibliothek des literarischen Vereins in Stuttgart*, XXIV.
- VIGNEULLES, Philippe de (1927-1933). *La Chronique*. 4 vols. Édition par Charles Bruneau. Metz : Société d'Histoire et d'Archéologie de Lorraine.

Bibliographie

- ALEXANDRE, Pierre (1987). *Le climat en Europe au Moyen Age. Contribution à l'histoire des variations climatiques de 1000 a 1425, d'après les sources narratives de l'Europe occidentale*. Paris : EHESS.
- BONIN, S., MANDROU, R. (1961). "La France de Charles Estienne", *Annales*, 16.6, 1121-1130.
- BOUTEILLER, Paul (1989). *Recherches sur la vie et la carrière d'Etienne Pasquier. Historien et humaniste du XVI^e siècle*. Paris : Editions ISI.
- BRADLEY, Raymond S., JONES, Philip D. (1992). *Climate since A.D. 1500*. London and New York: Routledge.
- CAMERON, Keith (1990). "L'originalité de Bernard Palissy", in LESTRINGANT, Frank (ed.). *Actes du Colloque. Bernard Palissy 1510-1590 : l'Ecrivain, le Réformé, le Céramiste. Journées d'études 29 et 30 juin 1990*. Saintes-Abbaye-aux-Dames: Editions Inter-Universitaires-Albineana-Cahiers d'Aubigné, 133-143.
- COMET, Georges (2002). "Les Calendriers médiévaux illustrés, supports idéologiques complexes", in LE GOFF, Jacques, LEFORT, Jean, MANE, Perrine (eds.), *Les Calendriers: Leurs enjeux dans l'espace et dans le temps*. Paris : Somogy Editions d'Art, 249-58.
- DUCOS, Joëlle, THOMASSET, Claude (eds.) (1998). *Le Temps qu'il fait au Moyen-Age. Phénomènes atmosphériques dans la littérature, la pensée scientifique et religieuse*. Paris : Presses de l'Université Paris-Sorbonne.
- GIACOMOTTO-CHARRA, Violaine, VONS, Jacqueline (2012). "Textes scientifiques à la Renaissance", *Seizième siècle* 8, 7-16.
- GLAUDES, Pierre et VASAK, Anouchka (2017). « Introduction », in *Les Nuages : Du Tournant des Lumières au crépuscule du romantisme (1760-1880)*. Paris : Hermann, 5-11.
- GOUVENAIN, M. de (1867). *Inventaire sommaire des archives communales antérieures à*

1790. *Ville de Dijon*. Tome premier. Paris : Imprimerie Paul Dupont.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel, DAUX, Valerie, LUTERBACHER, Jürg (2006). « Le Climat de Bourgogne et d'Ailleurs XIV^e-XX^e siècle », *Histoire, économie et société*, 3, 25^e année, 421-436.
- LESTRINGANT, Frank (ed.) (1990). *Actes du Colloque. Bernard Palissy 1510-1590 : l'Ecrivain, le Réformé, le Céramiste. Journées d'études 29 et 30 juin 1990*. Saintes-Abbaye-aux-Dames : Editions InterUniversitaires-Albineana-Cahiers d'Aubigné.
- LIAROUTZOS, Chantal (1998). *Le Pays et la mémoire. Pratiques et représentations de l'espace français chez Gilles Corrozet et Charles Estienne*. Paris : Champion.
- LITZENBURGER, Laurent (2015). *Une Ville face au climat : Metz à la fin du Moyen Age*. Metz : CRULH.
- MARCHAND, Jean-Pierre, BONNARDOT, Valérie, PLANCHON, Olivier (2015). "Le Climat de Laval au début de la Renaissance : Essai de géographie historique", *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest* [en ligne], 122-1 (mis en ligne le 15/04/2017, consulté le 10/03/2018. URL : <http://abpo.revues.org/2973>).
- MARTIN, Craig (2013). "Causation in Descartes' *Les Météores* and Late Renaissance Aristotelian Meteorology", in GARBER, D. (ed.). *The Mechanization of Natural Philosophy. Boston Studies in the Philosophy and History of Science*, vol. 282. Dordrecht: Springer, 217-236.
- MARTIN, Craig (2011). *Renaissance Meteorology*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- MIGLIETTI, Sara, MORGAN, John eds. (2017). "Ruling 'Climates' in the Early Modern World", in *Governing the Environment in the Early Modern World: Theory and Practice*. London and New York: Routledge, 1-21.
- ORNATO, Ezio (1988). "L'exploitation des sources narratives médiévales dans l'histoire du climat : à propos d'un ouvrage récent ", *Histoire et mesure*. vol. 3. *Le climat*, 403-449.
- PEGUY, Charles-Pierre (1979). "Ordre et désordre des climats ", *Espace géographies*, 8/1, 5-14.
- POLIZZI, Gilles (1990). "L'intégration du modèle : Le *Poliphile* et le discours du jardin dans la *Recepte veritable*", in LESTRINGANT, Frank (ed.), *Actes du Colloque. Bernard Palissy 1510-1590 : l'Ecrivain, le Réformé, le Céramiste. Journées d'études 29 et 30 juin 1990*. Saintes-Abbaye-aux-Dames : Editions InterUniversitaires-Albineana-Cahiers d'Aubigné, 65-92.
- REULOS, Michel (1991). "Le Livre II des *Recherches* : Travail d'humaniste et expérience personnelle", in *Etienne Pasquier et ses Recherches de la France. Cahiers V.L. Saulnier* 8. Paris : Presses de l'Ecole Normale Supérieure, 79-87.
- STOLL, Mark (2011). "Sagacious' Bernard Palissy: Pinchot, Marsch, and the Connecticut Origins of American Conservation", *Environmental History*, 16/1, 4-37.
- TABEAUD, Martine, LYSANIUK, Benjamin, SCHOENENWALD, Nicolas et al. (2009). "Le Risque "coup de vent" en France depuis le XVI^e siècle", *Annales de Géographie*, 3/667, 318-331.

- THORNDIKE, Lynn (1941). *A History of Magic and Experimental Science*. Vol. V and VI. *The Sixteenth Century*. New York: Columbia University Press.
- VASAK, Anouchka (2011). “‘Faire’ un Événement Naturel? L’orage du 13 juillet 1788 et la tempête de décembre 1999”, *Sociétés et Représentations*, 2/32, 97-109
- VEDRENNE, Isabelle (1998). “Temps et Climat”, in DUCOS, Joëlle, THOMASSET, Claude (eds.) (1998). *Le Temps qu’il fait au Moyen-Age. Phénomènes atmosphériques dans la littérature, la pensée scientifique et religieuse*. Paris : Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 69-87.

La météorologie comme facteur militaire et politique : le processus de prise de décision par les administrateurs français de la Corse (1553-1559)

Meteorology as a military and political factor: the decision-making process by the French administrators of Corsica (1553-1559)

VLADIMIR SHISHKIN¹

Université de Saint-Petersbourg
v.v.shishkin@spbu.ru

EKATERINA GUERASSIMOVA

Institut d'Histoire et Archives, Université pour les Humanités
ezhinochka@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on 30/11/2017

Texto aprovado em /Text approved on 27/04/2018

Résumé: Sur la base du matériel d'archives, jusqu' alors inédit, de la collection de Guillaume de Lamoignon – soit la correspondance officielle entre la cour française et ses correspondants étrangers et diplomatiques – qui est conservée actuellement à Moscou et concerne entre autres les documents de la conquête française de la Corse au cours des années 1550, l'histoire politique de l'administration française de l'île est considérée au travers du prisme des phénomènes naturels. Dans le contexte de la fin des Guerres d'Italie, la couronne française et ses représentants administratifs en Corse ont dû faire face à des problèmes difficiles, parce qu'ils n'avaient pas l'expérience de la défense du vaste territoire de l'île, contre la République de Gênes alliée à la maison de Habsbourg. En outre, l'une des difficultés principales, soulignée dans cet article, résidait dans l'accès par mer, qui dépendait de la saison, des conditions météorologiques et de l'état de la mer.

Mots clé: Météorologie, Corse, correspondance officielle, administration française, Guerres d'Italie.

Abstract: On the basis of archival and unpublished documents from the collection of Guillaume de Lamoignon, the official correspondence between the French court and its diplomatic agents and foreign correspondents and other documents of the French conquest of Corsica in the 1550s, which is kept in Moscow, the political history of the French administration of the island is seen through the prism of natural phenomena. In the context of the end of the Italian Wars, the French crown and its administrative officials in Corsica have had to face difficult problems, because they did not have experience of the defence of the vast territory of the island against the Republic of Genoa. One of the main problems, underlined in this article, lay in the access by sea, which depended on the season, weather conditions and sea state.

Keywords: Meteorology, Corsica, official correspondence, French administration, Italian wars.

¹ Исследование выполнено в рамках поддержанного РФФИ научного проекта № 17-01-00121а « Европа в эпоху Реформации и Контрреформации: дипломатическая переписка европейских дворов XVI - первой половины XVII вв. » (Ce travail de recherche a été fait dans le cadre du projet scientifique n° 17-01-00121a RFFI « L'Europe dans l'époque de la Réforme et de la Contre-Réforme: la correspondance diplomatique des cours européennes du XVI^e - première moitié du XVII^e siècle »).

Les Archives d'Etat des Actes Anciens de Russie (Moscou) conservent la collection des documents qui porte le nom de *Collection de Lamoignon*. Il s'agit d'une partie des archives de Jean Duthier (Du Thier), sieur de Beauregard, un des secrétaires d'État du roi Henri II de Valois (1547-1559) (Jouanna 2001: 777-778). Cette collection était composée de quatre parties, appartenant à différents collectionneurs, parmi lesquels il y avait Guillaume de Lamoignon (1617-1677), premier Président du Parlement de Paris (1658-1677), grand collectionneur de manuscrits et de livres (Baron 1961: 61-82). La collection de Lamoignon comprend la plus grande partie des archives conservées de Jean Duthier.

La *Collection de Lamoignon* est constituée d'un ensemble de documents reliés sous forme de livres, 66 volumes contenant 8 200 documents. D'après la prescription datée du 1^{er} avril 1547, premier jour du règne d'Henri II, Jean Duthier fut chargé de la correspondance entre l'Italie (Rome, Venise, Piémont) et les provinces françaises du Sud-Est (Lyonnais, Dauphiné et d'autres). Les spécialistes de la collection de Lamoignon précisent que Jean Duthier fut également chargé de la correspondance avec l'administration française en Corse (Malov 1978: 313-319).

Ces documents étaient pour la plupart adressés au roi de France et au connétable Anne de Montmorency, *de-facto* principal ministre dirigeant les travaux de tous les secrétaires d'État (Bedos-Rezac 1990: 81). Pendant la captivité de Montmorency, après la défaite de l'armée à Saint-Quentin le 10 août 1557, et jusqu'en 1558, les lettres sont envoyées aux frères de Guise-Lorraine qui dirigeaient le gouvernement, à savoir le duc François de Guise et son frère Charles cardinal de Lorraine (Durot 2012: 428-430).

En ce qui concerne l'histoire de la Corse, il faut signaler que l'ensemble constitué de près de 250 documents couvre la période allant de 1553 à 1559. Ces lettres et instructions sont écrites en français et en italien, et la plupart d'entre elles sont des originaux signés ou des copies certifiées. Ces missives ne sont jamais très longues (1 à 3 pages), mais elles permettent d'étudier les événements et les épisodes de la guerre qui opposa de 1553 à 1559 la France et République de Gênes pour la possession de l'île (Peretti 2008: 174-194). En général, les documents corses sont des lettres des administrateurs français qui accomplissaient leur service en Corse. Il y apparaît que le personnage jouant le rôle principal était Giordano Orsini, aristocrate et capitaine italien entré au service de la France avec le titre de lieutenant général (Guerassimova 2013).

Notons également que les lettres des administrateurs français concernent non seulement la situation générale de l'île, le ravitaillement matériel et le

financement des troupes pendant les opérations militaires, mais aussi tous les détails de la vie quotidienne dans le territoire occupé.

Dans l'histoire des guerres d'Italie, la « guerre de Corse » n'est qu'un enjeu stratégique entre les forces en puissance, France, Espagne et Gênes, pour contrôler la navigation en Méditerranée occidentale, sans véritable intérêt pour la Corse elle-même et ses habitants (Braudel 1995).

De par sa situation insulaire, la Corse était entièrement dépendante, pour ses rapports avec la métropole, des voies maritimes, obligeant l'administration française à tenir compte des aléas de la météorologie et des conditions de navigation. Les documents de la *Collection de Lamoignon* montrent que ce thème est récurrent.

Pourtant, les informations que nous pouvons trouver dans les lettres officielles sont brèves et disjointes ; les données portant sur les faits naturels constituent une toile de fond constante, signifiant qu'il n'était pas possible de ne pas prendre en compte ces éléments pour les décisions militaires et administratives.

L'insularité de la Corse mettait l'administration française dans la dépendance directe du temps et plus largement des conditions naturelles. Certes, toutes les informations météorologiques que nous pouvons tirer de la correspondance officielle ont un caractère fragmentaire, se présentant plutôt comme fond de la narration principale ou comme circonstances inévitables, avec lesquelles il est nécessaire de compter pour adopter des décisions militaires et administratives. Cependant, sans leur prise en compte il est impossible de comprendre les particularités de l'organisation française, et finalement l'échec de celle-ci. Se déploie ainsi devant nous une sorte de chronique météorologique de la guerre en Corse. Jusqu'à présent cet aspect n'a guère été pris en compte par l'historiographie que dans le célèbre ouvrage de Fernand Braudel (1995: 231-266), ainsi que dans le livre récent de Michel Verge-Franceschi et Antoine-Marie Graziani (1999) — *Sampiero Corso, 1498-1567. Un mercenaire européen au XVI^e siècle* — où les auteurs montrent en détail la situation politique autour la lutte militaire et diplomatique pour l'île sous le prisme de la vie de ce fameux colonel corse.

Dès la première lettre, datée du 25 septembre 1549, il est question des données météorologiques, quand le chef du mouvement national des Corses au service de la France Sampiero Corso ne put arriver à la cour à cause de la tempête sévissant sur la mer² :

Dove havendo io satisfatto in parte al mio desiderio, io senten-

² Les Archives d'Etat des Actes Anciens de Russie (ensuit - РГАДА), Corso – Henri II, 25 septembre 1549,

doche Vostra Maesta mandava gente contra inglesi, non me curando essere amalato di valida febre ma spento dal gran desiderio che ho di fare servitio a Vostra Maesta, - me mesi in mare in una fregata. Et costeggiando la Isola per il tempo a noi contrario pervenissimo ad punta.

En novembre 1549, S. Corso a déjà quitté l'île et est allé servir à nouveau dans l'armée française (Verge-Franceschi et Graziani 1999 : 209).

En 1552, à la veille de la préparation de l'opération militaire française, un des initiateurs de la conquête de la Corse, Nicolas Durand de Villegagnon, vice-amiral de Bretagne et fondateur de la colonie française au Brésil, raconta dans son rapport au connétable Anne de Montmorency les avantages et inconvénients de l'emplacement des villes corses en précisant les possibilités de l'hivernage pour la flotte française (Masson et Verge-Franceschi 1993: 209-216; Joly 1942: 55). Il indique notamment qu'

il faudra laisser sur vos galeres quelque sage cappitaine que la volonté ne transporte d'aller alla guerre chercher navires, que quelque mauves temps ne eloygne trop fort, et que leur absence ne causast quelque movement en l'isle, bien qu'en peu de temps l'on s'en puisse mectre hors de dangiers³.

Les Français admirèrent la Corse dont ils trouvaient la nature insolite. Ce n'est pas par hasard que pendant plusieurs années l'île fut au centre des Guerres d'Italie car elle avait une importance non seulement stratégique, mais aussi économique et culturelle. Villegagnon écrit à Monmorency⁴ :

Le premier seroyt se saisir de l'isle de Corse qui est cavallier à toute l'Italie la traversant come Angleterre la France. Cette isle est pleine de beaulx ports, elle est infinie en vins et [chevres] et abontande de grains pour nourrir l'isle... Il se fault adresser à Calvi l'ung des plus beaulx portz et assiete de chasteau qu'il est possible distant d'Antibon cent et trente mil seulement.

Bien sûr Villegagnon comprenait que l'île se trouvait dans une situation géo-stratégique exceptionnelle, et en même temps il connaissait sa pauvreté autant que sa beauté.

Lamoignon, fl.81, vol. 13, 36-37.

³ ПГАДА, Villegagnon – Montmorency, Lamoignon, 1er septembre 1552, fl. 81, vol. 26, 1-2.

⁴ ПГАДА, Villegagnon – Montmorency, 28 septembre 1552, fl. 81, vol. 3, p. 162-163.

La guerre pour la conquête de la Corse contre les forces génoises et impériales dans le cadre des guerres d'Italie, qui opposaient les Valois aux Habsbourgs, commença le 19 août à 4 heures du matin lorsque la majeure partie de la flotte turque, alliée des Français, apparut au large des côtes corses. Mercredi, 23 août 1553, les troupes françaises commandées par le maréchal Paule de Termes et soutenues par l'escadre turque attaquèrent Bastia, qui se rendit le jour suivant (Thou 1729: 582).

Un mois après, entre le 17 et le 21 septembre 1553, eut lieu le siège de la forteresse de Bonifacio par l'amiral turc Dragut (*Turgut Reis*), ainsi que par le baron de La Garde, commandant de la flotte des galères, qui devait le rejoindre mais fut obligé de trouver refuge dans la baie de Calvi, puisque « forzato dal mare se ne ritorno qui abonazato al quanto il tempo ritorno con animo di passare in Ayazo »⁵.

En même temps, un noble homme inconnu fut envoyé par le gouvernement génois pour essayer de pénétrer à l'intérieur de la forteresse de Bonifacio et donner un espoir aux défenseurs. Cette entreprise s'est soldée par un échec à cause des conditions atmosphériques ; il y avait en effet une forte tempête en mer et « fut par tourmente de mer jecte en terre. Et prins par et cappitaine Bernardin Corse avec tous les mariniers qui estoient avec luy lesquelz me furent soubdainement amenez »⁶. Ainsi nous apprenons qu'entre le 7 et le 21 septembre 1554 il y avait en mer une forte tempête qui a voué à l'échec non seulement les plans de La Garde, mais également ce noble génois.

Le 15 novembre 1553, Henri II a envoyé à Michel Ribier une *Lettre-patente* pour le nommer commissaire des finances de la Corse. Avant sa nomination, ce magistrat avait été chef des impôts de l'élection de Blois. Dans cette lettre, le roi lui ordonnait de rejoindre Termes le plus vite possible afin de l'aider à la direction des finances. Ribier arriva à Ajaccio en février 1554 et fit une très bonne impression sur le maréchal (Antoine 1982). Hélas, la neige l'empêcha d'arriver à temps à Brocco, lieu de sa destination, qu'il n'atteignit que le 2 ou le 3 mars 1554 pour prendre un poste de général – lieutenant des finances sur l'île : « Je n'ay encores peu parler au general que Vostre Majesté a envoyé de deca à cause des neiges qui ont occupé sa venue de la Jasse où il est devers moi »⁷.

Le 26 février, le baron de La Garde reçut la lettre de Termes, envoyée le 22 février, à laquelle il ne put répondre que le 1^{er} mars. Dans cette lettre

⁵ Reynolds 1974: 120-121 ; ПГАДА, Termes – Cardinal de Ferrare, 17 septembre 1553, Lamoignon, fl. 81, vol. 32, 37-40.

⁶ ПГАДА, Termes – La Garde, 21 septembre 1553, Lamoignon, fl. 81, vol. 32; 45-48 ; Termes – Catherine de Médicis, 21 septembre 1553, Lamoignon, fl.81, vol. 32, 41-42.

⁷ ПГАДА, Termes – Henri II, 1 Mars 1554, Lamoignon, fl.81, vol. 28, 170-171.

il écrivit entre autres qu'il effectua l'inspection des troupes et conseilla de ne pas entreprendre de combat, en attendant de voir quels seraient les actes de l'ennemi. À Bastia il fit un grand travail pour le recrutement des gens de guerre et il donna de l'argent pour achever la construction et le renforcement des forteresses d'Ajaccio et de Bonifacio. En effet, ces dernières constituaient les plus importants points stratégiques pour les Français sur ce territoire occupé. Pourtant, ces plans furent de nouveau modifiés par les intempéries : « Et quant a faire desembarquer les gens de guerre ne embarquer, je ne peulx faire l'ung ne l'autre n'ayant que six galleres s'en estant retourné partye avec ma licence, les autres separées du temps »⁸.

Le printemps venait à peine de commencer et La Garde ne put réaliser ses projets. Cette même année 1554, le maréchal de Termes se trouvait encore à Ajaccio et continuait à édifier et réparer ces forteresses. Les combats entre les Génois et les Français étaient permanents (Lestocquoy 1972: 245-258). Entre temps la forte chaleur arriva sur l'île et les habitants refusèrent de travailler ; le maréchal relatait cette situation à la cour de France : « Mais on ne peult avoir des gens de pays par y besongner ce qu'ils sont tant enpeurer que rien plus et aussi que en ce temps icy qui commance a faire chaulx »⁹.

À la fin du mois d'août, Termes signala au cardinal de Tournon, ambassadeur auprès du Saint-Siège (François 1933), que les Français qui continuaient de défendre Ajaccio et Bonifacio avaient besoin de ravitaillement en blé. Le navire était prêt à entrer dans le port et à jeter l'ancre, « toutesfoys le Ciroc et Levant l'ont empesché qu'il n'a sceu entrer et tournant devers la tour de Sanguynare a pris la haulte mer »¹⁰.

La dernière lettre de la collection de Lamoignon pour l'année 1554 est datée du 23 décembre. Dans cette lettre, où le maréchal de Termes s'adressait à Montmorency, il est question de la visite effectuée en Corse par deux émissaires de la cour, les sieurs de Charlus et de Salmet, panetiers ordinaires du roi, responsables des réserves royales en grain (Anselme de Sainte-Marie 1728: 34). Ils étaient venus dans l'île en qualité d'inspecteurs. Le 3 décembre Charlus a pu s'embarquer pour le continent et Salmet devait le suivre quelque temps plus tard sur la frégate laissée par Charlus. Mais, empêché par la tempête et le vent contraire, il ne put prendre le large que le 8 décembre pour rejoindre la cour de France. En cours de route son navire fut malmené par une tempête qui dura 11 jours. Le 17 décembre il fut obligé de revenir à Ajaccio et il ne reprit le large que le 23 décembre 1554. Pourtant la tempête faisait encore rage, mais après le 23 décembre

⁸ РГАДА, La Garde – Termes, 1 Mars 1554, Lamoignon, fl. 81, vol. 8, 199-200.

⁹ РГАДА, Termes – Montmorency, 14 May 1554, Lamoignon, fl. 81, vol. 35, 141-142.

¹⁰ РГАДА, Termes – Cardinal de Tournon, Ajaccio, 30 août 1554, Lamoignon, fl.81, vol. 36, 324-325.

Salivet [Salmet], present porteur, estoit demeuré à partir deux jours après luy [Charlus] sur une fregatte qu'il avoit laissé, laquelle des lors [...] partit par deux foys d'icy le cinq et VI-eme et pour vent qu'elle trouva en mer contraire fut contrainct les mesmes jours retourner dans ce port. Et le VIII-eme ensuyvant estant pour la troi-siesme foys partyt avec assez bon temps. Lors que je pensoys que ledict Salmet fust devers vous ou bien prez il est retenu sur ladicte fregatte avec la pluspart des mariniers et aultres qui estoient avec luy, deuz morts pour le grand tourmecte, [...] et pauvreté qu'ilz ont endure sur mer durant unze jours ayant este contrainctz de getter en mer partye de leurs vivres [...]. Et tout ce qu'ilz portoient sur ladicte fregatte saulf leurs personnes et quelques reme [?] sans pouvoir aller ne retourner jusques à XVII des qu'ilz sont arrivéz en ce port ou ilz ont esté contrainctz sejourner tout le demourant de la lune pour la grande tourmente qui a esté en mer jusques à ce jourd'huy qu'elle se commence abonaser. [...] P.S. "Monseigneur, despuys la presente escripte j'ay eu nouvelle qu'il est arrivée dans le port de Boniface une caravelle chargée de bledz et cuys, venant d'Algier laquelle alloit en Prouvence, mais le mauvais temps l'a get-té audict Boniface"¹¹.

Ce temps orageux dura, semble-t-il, tout le mois de janvier 1555, comme en témoigne la lettre de recommandation de Termes à Montmorency. Dans cette lettre datée du 30 janvier, il parlait d'un capitaine Tripoli, lequel

estant party de Marseille avec sa galleotte pour venir faire service pardeca. Après avoir esté longuement tourmente et travaille du mau-vaise temps et impetuosité de ventz qu'il a feict ces jours passez en mer il a perdu sadicte galleotte et tout ce qu'il avoyt dedans sauf sa personne et la pluspart de la churme qu'il a saulvé à Cano Rosso¹².

Le 11 mars, Termes signala dans une autre lettre que la flotte ennemie composée de 28 galères était arrivée à Saint-Florent, mais avait dû s'arrêter à Calvi à cause du mauvais temps :

L'armée de l'ennemy en nombre de vingt huitte galleres sont venues à St.-Florent ... Il est vray, Monseigneur, qu'ils sont venus jusques

¹¹ ПГАДА, Termes – Montmorency, Ajaccio, 23 Décembre 1554, Lamoignon, fl.81, vol. 37, 286-287.

¹² ПГАДА, Termes – Montmorency, Ajaccio, 30 Janvier 1555, Lamiognon, fl.81, vol. 33, 229.

à Calvy accompagner un navire qui avoyt chargé à Gennes deux cent pionniers. Mais ilz ont esté si mal traictéz du mauvais temps et aultres pauvretéz sur mer¹³.

Le 28 mars, La Garde se trouva à Ajaccio et écrivit un billet à Pietro Strozzi, maréchal de France et cousin de Catherine de Médicis, femme de Henri II, indiquant l'itinéraire de la flotte et donnant les détails précis qui nous permettent de savoir quel temps il fallait aux galères du roi pour parcourir ces étapes compte tenu des conditions météorologiques (Garelli 1999: 142). Ainsi, le baron était à Marseille en février. Le 1^{er} mars, il mit le cap sur Toulon avec ses galères. Il n'y arriva que le 8 mars à cause d'un très fort vent et de la tempête, et il parvint à Ajaccio le 21 mars :

Monseigneur, je partiz de Marseille le premier de ce mois avec vingt huict galleres pour m'en venir à Thoullon, [...] mais le vent nous fust si contraire que n'y peusme arriver plustost que au VIII dudict mois. Et ledict embarquemen fait vinsmes jusques'à Anthibes avec quelques barques [...]. Et ung temps si fascheux de pluyes qui cella nous fist retarder beaucoup plus qui n'eussions desire. À la fin nous avons tant fait que arrivasmes icy avanthier, est si à propos que depuis le vent et la mer ont esté tant impetueux que bonnement on eust sceu naviger. Maintenant qu'il semble se voulloir abbonasser...¹⁴.

À la fin du mois de mars, le baron de La Garde revint de Balaigne et mit cap vers Porto-Ercole, mais à cause de la tempête près de la tour Sanguynare, (conservée jusqu'à nos jours), le baron avait besoin de retourner dans le port :

Mais estant sorty de ce port à la tour de la Sanguynaire il a trouvé la mer si grosse qu'il a esté contrainct retourner icy et y est encores attendant qu'elle soit apaisée, comme aussi fait Monseigneur le Cardinal Farnese à Boniface pour son passage à Rome sur les deux galleres dudict sieur marechal de Strozzi¹⁵.

Le 15 avril le cardinal Alessandro Farnese, nonce du Pape, écrivit à Montmorency qu'il avait échoué par trois fois à quitter Bonifacio ou Porto-Vecchio :

¹³ РГАДА, Termes – Montmorency, Ajaccio, 11 Mars 1555, Lamoignon, fl. 81, vol. 34, 252-253.

¹⁴ РГАДА, La Garde – Strozzi, Ajaccio, 23 Mars 1555, Lamoignon, fl. 81, vol. 33, 289-290.

¹⁵ РГАДА, Termes – Montmorency, Ajaccio, 12 Avril 1555, Lamoignon, fl.81, vol. 2, 143-144.

Monseigneur, le cardinal Farnaize se partit de Porto-Vechio le lundy de Pasques quinzieme du présent avant jour pour faire son voiage. Pour lequel il s'estoit par troys foys party de Boniface et du dict Porto-Vechio, mais le temps luy a esté si contraire qu'il n'y a sceu faire aultre chose¹⁶.

Si en avril le temps en Méditerranée était encore mauvais, il se trouve qu'il y avait également des tempêtes en été. La correspondance nous apprend par exemple que Termes, La Garde et Orsini supposaient que la paix ou l'armistice serait bientôt conclue et qu'en même temps ils espéraient l'arrivée prochaine de la flotte turque. Un des premiers qui allait à la rencontre des Turcs était le baron de Saint-Blancart, général des galères françaises en Méditerranée : « Il passait Bonifacio 14 juin avec le 5 galères et tout le temps faisait beau et en ce moment il devrait être à Malte si il n'est pas alle plus loin »¹⁷.

Ayant accosté à Malte comme annoncé dans la dépêche de Termes, Saint-Blancart ne reçut aucune information sur la marine turque et poursuivit son chemin jusqu'aux Pouilles et Corfou. Là, seulement, il apprit que la flotte turque avait déjà atteint la Corse, et c'est pourquoi il fit demi-tour. Cependant, le temps lui était défavorable, et c'est pourquoi il atteignit le port de Calvi le 29 juillet seulement : « Monsieur de Saint Blancard passa icy le XIII-eme de ce mois avec cinq galleres allant vers l'armée du Grand Seigneur et depuis il a heu le temps propre qu'il eust sceu souhaiter. Et pour ces heures il est à Malthe et plus avant s'il a voulu »¹⁸.

Vers la fin du mois de juillet 1555, la flotte française était prête, malgré les difficultés financières, à accueillir la centaine de navires turcs menés par Dragut. Selon l'information de Cabassol du Real, officier de la Corse, au milieu du mois de juillet les Français quittèrent Marseille pour Toulon, mais le temps devint mauvais une fois de plus : « Nous partismes des dimanche dernier [14 juillet] de Marseille pour venire en ceste ville, mais le vent a esté si impetieux que nous n'avons sceu premier que à ceste heure ambarquer ce que nous estoit necessaire »¹⁹.

Baccio Martelli, capitaine italien au service du roi de France, se rendit à Bonifacio pour « fournir le reste du charge et transférer à Calvi » afin de se préparer au siège de la garnison génoise sur mer et sur terre. De nouveau, le

¹⁶ ПГАДА, Termes – Montmorency, Ajaccio, 18 Avril 1555, Lamoignon, fl.81, vol.40, 10-11.

¹⁷ ПГАДА, La Molle (gouverneur français de Bonifacio) – Montmorency, Bonifacio, 17 Juin 1555, Lamoignon, fl. 81, vol. 41, 162.

¹⁸ ПГАДА, La Molle – Montmorency, Bonifacio, 17 Juin 1555, Lamoignon, fl. 81, vol. 41, 162.

¹⁹ ПГАДА, Cabassol du Real – Duthier, Toulon, 17 juillet 1555, Lamoignon, fl. 81, vol. 40, 234-235.

mauvais temps obligea à s'attarder dix jours à Marseille : « E se bene la fortuna ce stata contraria sendo stati per il tristo tempo dieci giorni di Marsilia a qui supperiremo con la deligenza ne si perdera una ora di tempo »²⁰.

Le caractère imprévisible du temps, même en plein été, fut confirmé par le baron de Saint-Blancart dans sa lettre au roi :

Sire, partant de Marseille pour m'en aller au devant de l'armée turquesque ... qu'il me fust possible tennant ma route du coste de la Barberie où nous eusmes la chasse des galleres de Cecille en la plus belle bonnasse du monde. Mais le temps nous a esté tousjours si contraire depuis ledict Corfou jusques icy, quelques force de remmes que nous ayons sceu fere que plustost ne sommes peu arriver que maintenant ...²¹.

À son tour, et pour la même raison, le baron de La Garde n'arriva à Saint-Florent et ne rejoignit la flotte turque que le 28 juillet 1555 :

Monseigneur, vous entendrez par Monsieur de La Garde qui vous escript bien au long que quelque diligence qu'il ayt sceu faire, le temps luy a esté si contraire qu'il n'a peu joinder plus tost que dimanche dernier passé l'armée turquesque laquelle nous rencontrames à St. Florent²².

La deuxième période de la guerre visant à la possession de la Corse se prolongea jusqu'en 1559. Au printemps, le beau temps s'établit en mer, ce que les administrateurs français mentionnent avec plaisir dans leurs lettres. Ainsi, Orsini dans sa lettre au connétable de Montmorency écrit : « Perche con questi belli tempi non e ancora comparso el restante del grano che ci deve et Tagliavis del ultimo mercato »²³. Malgré cela, les livraisons de pain sur l'île restaient irrégulières à cause des mauvaises récoltes en Provence, l'année précédente :

Questa mattina e arrivato qui uno de li mei bergantini che el detto signor conte me ha remandato. Per el quale Sua Signoria Illustrissima me scrive essere in Provenza l'annata sterile et pero non potermi concedere la detta tratta de grani²⁴.

²⁰ ПГАДА, Baccio Martelli – Montmorency, Ajaccio, 24 juillet 1555, Lamoignon, fl. 81, vol. 40, 254-255.

²¹ ПГАДА, Saint-Blancart – Henri II, au large à Calvi, S.d., Lamoignon, fl. 81, vol. 40, 61.

²² ПГАДА, Ferrier – Montmorency, au large à Calvi, 30 juillet 1555, Lamoignon, fl. 81, vol. 42, 63.

²³ ПГАДА, Orsini – Montmorency, Ajaccio, 7 Avril 1556, Lamoignon, fl. 81, vol. 45, 292-293.

²⁴ ПГАДА, Orsini – Montmorency, Ajaccio, 16 Juillet 1556, Lamoignon, fl. 81, vol.47, 76-78.

Au milieu du mois de septembre 1556, le temps pluvieux s'établit sur l'île. Les pluies se poursuivirent sans répit pendant une semaine, ce dont témoignent les dépêches des administrateurs à Paris visant à expliquer les défaites et les problèmes de l'organisation :

Monseigneur, par ma dernière lettre du XVIII d'aoust, vous ay faict entendré le besoing qu'estoit de revestir les bastions de ceste ville, lesquelz estoient en dangier du tomber. Les jours passez a faict si mauvaise temps et pleu si tres fort par l'espace de cinq ou six jours que une grande partie desdicts bastions sont allez par terre²⁵.

Au début de l'année 1558, alors que le connétable Anne de Montmorency restait prisonnier après la bataille de Saint-Quentin, le duc François de Guise devint le premier conseiller du roi en matière militaire, ce qui incluait la question de la Corse. G. Orsini devait envoyer une lettre à Guise et à son frère le cardinal de Lorraine. Mais le mauvais temps l'obligea à confier les dépêches au Grand Prieur de l'ordre de Malte et commandant des galères François de Guise le jeune qui les apporta à Castiglione :

Monseigneur, au moyen du mauvais temps et grandz ventz qui ont regné en ses mers de deca, les gallaires qui portoient la depesche que je faisoys à Sa Majeste et à vous n'ont peu passer. Tellement qu'elles on este contrainctes retourner deux ou troys foys. Qui a esté la cause que je n'ai voullu perdre ceste commodite pour vous faire entendre, Monseigneur, comme Monseigneur le Grand Prieur, vostre frère a usé de telle dilligence en son voiage qu'il a faict en Tuscanie, qu'il a faict conduyre jusques à Castillon l'argent pour le payement des soldatz²⁶.

De fait, François de Guise le jeune fournit une partie du blé et la solde aux militaires en Toscane, et il apporta à Castiglione les lettres et l'argent qu'il remit en main propre au contrôleur royal (Durot 2012: 429). Orsini se plaignait non seulement des tempêtes fréquentes sur mer qui provoquaient des naufrages, mais aussi du climat de la Corse :

L'occasione che mi ha fatto risolvere de mandare messer Pietro Martire, portator de la presente, non e per fastidire Sua Maesta et Vostre Signoria Illustrissima et Reverendissima. Ma solamente accio che ha-

²⁵ ПГАДА, Pinian – Montmorency, Ajaccio, 19 septembre 1556, Lamoignon, fl. 81, vol. 48, 93-94.

²⁶ ПГАДА, Orsini – cardinal de Lorraine, 16 Avril 1558, Ajaccio, Lamoignon, fl. 81, vol. 59, 27-28.

vendola el detto messer Pietro Martire ragguagliata de la mia indispositione et certificatola del'esser mi impossibile poter piu lungamente resistere alla malignita di quest'aere la supplichi humilissimamente in mio nome volere credere, che li travagli et le pene continove non me fastidiscono punto per el servitio del Re et suo. Ma certo mi ha tolto a fatto l'animo di potermi piu reggere in questo paese, l'esservi stato amalato ordinariamente ogni anno, tre et quattro volte. Et adesso ultimamente havendone havuta una mala stretta et vedendo ch'el regolar mi (come ho fatto) non mi serve a niente²⁷.

Au début du printemps 1559, il devint clair que les négociations de paix étaient inévitables, puisque les parties hostiles avaient épuisé leurs ressources. Les négociations commencèrent à la fin du mois de mars et le traité du Cateau-Cambrésis fut signé les 2-3 avril 1559 (Haan 2010). On peut considérer que s'amorça alors la dernière étape de la guerre: pourparlers de paix, procédure de la signature des documents et en même temps résolution par les Français de problèmes financiers et administratifs. Pourtant, le temps continuait à éprouver les Français. G. Orsini commença sa lettre au roi en signalant l'impossibilité pour les galères de rejoindre les ports français :

Sire, hier j'escriviz à Vostre Majesté bien au long de voz affaires de deca. Mais estant revenu les galères pour l'occasion du mauvais temps, je ne veux faillir advertir Vostre Majesté au soir vindrent à moy environ quatre vingt ou [...] gentilzhommes Corses qui sont tous les chefs du pais²⁸.

Après la mort tragique d'Henri II, en juillet 1559, M. Ribier et G. Orsini continuèrent à s'occuper des affaires corses, et Ribier nota en particulier que le mois d'août était une saison dangereuse pour la navigation : « Et oultre voicy la saison la plus dangeureuse de toute l'année »²⁹. Cela fut confirmé un mois après par G. Orsini, qui signala qu'entre le 9 et le 12 septembre 1559 les bateaux militaires ne purent quitter l'île : « P.S. Sire [François II], après vous avoir escript ce que dessue n'estant peu partir le bergantin à cause du mauvais temps... »³⁰. Cette lettre fut reçue par le cardinal de Lorraine qui exerçait de fait une sorte de tutelle sur François II et qui devait faire face à

²⁷ РГАДА, Orsini – cardinal de Lorraine, 18 Avril 1558, Ajaccio, Lamoignon, fl. 81, vol. 61, 211-212.

²⁸ РГАДА, Ribier – François II, Ajaccio, 6 août 1559, Lamoignon, fl. 81, vol. 65, 84-85.

²⁹ РГАДА, Ribier – François II, Ajaccio, 6 août 1559, fl. 81, vol. 65, 84-85.

³⁰ РГАДА, Orsini – Henri II, 9-12 septembre 1558, fl. 81, vol. 56, 9-10.

un énorme déficit financier, devenu l'une des causes de l'arrêt des aventures françaises en Corse³¹.

Par conséquent, nous voyons que le facteur météorologique a été l'un des principaux défis auxquels s'est heurtée la navigation française en Méditerranée au milieu du XVI^e siècle. Ce facteur, qui ne cesse d'être évoqué dans la correspondance, est incontestablement l'un des éléments majeurs pour la compréhension des particularités du système de gouvernement français de la Corse dans les années 1550.

Ces extraits de la correspondance officielle ne permettent pas de juger de l'influence des conditions météorologiques sur les événements qui avaient lieu sur l'île elle-même. Fernand Braudel a fait justement remarquer que ce n'était pas un hasard si les rois et les fonctionnaires étaient attentifs à la moindre fluctuation du temps, ainsi que des questions politiques, militaires et diplomatiques. Nous voyons que le climat et les conditions météorologiques étaient primordiaux, de vie ou de mort même, pour l'administration française basée en Corse, car ils généraient des grands problèmes économiques. Il fallait, en effet, prévoir l'approvisionnement de la nourriture pour les garnisons françaises, la mise à disposition des salaires, la distribution des munitions militaires et la rotation des intendants et des fonctionnaires. Autrement dit, considérer tous les coûts financiers pour maintenir l'infrastructure d'occupation. La dégradation du temps a toujours été perçue comme un mauvais présage, comme un signe du Ciel. Cependant, rares sont les mentions à la Fortune ou à la Providence dans les correspondances officielles, car l'avenir était incertain pour les principaux acteurs de ces manœuvres militaires. L'attitude des Français face aux phénomènes naturels était représentée comme une forme de rationalité, marquée par un certain scepticisme, dans l'esprit d'un Michel de Montaigne. Cet état d'esprit, cette philosophie, marquait ainsi le fait que les Français acceptaient l'inévitable cours des événements vers un « âge de catastrophes ».

Sources

РГАДА – Les Archives d'Etat des Actes Anciens de Russie, Collection de Lamoignon, Fl. 81, T. 2, 3, 8, 13, 26, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 45, 47, 48, 56, 59, 61, 65.
ANSELME DE SAINTE-MARIE (1728). *Histoire généalogique et chronologique de la maison royale de France*. T. IV. Paris: Par la Cie de Libraires.

³¹ Leur correspondance a été réalisée avec le milieu les années 1550 (Cuisiat 1998: 233).

Bibliographie

- ANTOINE, Michel (1982). “Institutions françaises en Italie sous le règne de Henri II : Gouverneurs et intendants (1547-1559)”, *Mélanges de l’Ecole française de Rome*, 94-2, 759-818.
- BARON, Romain (1961). “Les Lamoignon de cœurs au XVII^e siècle”, *Bulletin de la Société scientifique et artistique de Clamecy*, 85^e année, 3^e série, n° 36, 61-82.
- BEDOS-REZAC, Brigitte (1990). *Anne de Montmorency, seigneur de la Renaissance*. Paris: Publisud.
- BRAUDEL, Fernand (1995). *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. T. I. Berkeley: University of California Press.
- CUISIAT, Daniel (éd.) (1998). *Lettres du Cardinal de Lorraine (1525-1574)*. Genève: Droz.
- GUERASSIMOVA, Ekaterina (2013). “Giordano Orsini, lieutenant général et gouverneur du roi de France en Corse (1555-1559), à travers sa correspondance conservée dans la collection Lamoignon de Moscou”, *Etudes Corses*, 77, 113-134.
- DUROT, Éric (2012). *François de Lorraine, duc de Guise entre Dieu et le Roi*. Paris: Classiques Garnier.
- FRANÇOIS, Michel (1933). “Le rôle du cardinal François de Tournon dans la politique française en Italie de janvier à juillet 1556”, *Mélanges de l’École française de Rome*, 33^e année, n° 50, 293-333.
- GARELLI, François (1999). *Histoire des relations franco-italiennes*. Paris: Éditions rive droite.
- HAAN, Bertrand (2010). *Une paix pour l’éternité. La négociation du traité du Cateau-Cambrésis*. Madrid: Casa de Velázquez.
- JOLY, Henri (1942). *La Corse française au XVI^e siècle. La première occupation, 1553-1559*. Lyon: H. Lardanchet.
- JOUANNA, Arlette, & als. (2001). *La France de La Renaissance. Histoire et Dictionnaire*. Paris: Robert Laffont.
- LESTOCQUOY, Jean (éd.) (1972). *Correspondance du Nonce en France Prospero Santa Croce (1552-1554)*. Rome: Presses de l’Université Grégorienne; Paris: E. de Boccard.
- MALOV, Vladimir (1978). “Les archives d’un secrétaire d’Etat de Henri II retrouvées à Moscou”, *Bibliothèque de l’École des Chartes*, 135-2, 313-319.
- MASSON, Philippe, VERGE-FRANCESCHI, Michel (eds) (1993). *La France et la Mer au siècle des grandes découvertes*. Paris: Tallandier.
- PERETTI, Charles de (2008). *La Corse face à Gênes: entre féodalité et modernité : essai sur la mutation politique et sociale d’une pieve de la Corse-du-Sud en Alta Rocca du XV^e au XVI^e siècle*. Ajaccio: Colonna.
- REYNOLDS, Clark G. (1974). *Command of the sea: the history and strategy of maritime empires*. Morrow: Krieger Publishing Company.
- THOU, Jacques-Auguste de (1729). *History of his own time*. T. I. London: E. Say.

VERGE-FRANCESCHI, Michel (1996). *Histoire de Corse. Le pays de la grandeur*. T. I.

Paris: Éd. Du Félin.

VERGE-FRANCESCHI, Michel, GRAZIANI, Antoine-Marie (1999). *Sampiero Corso (1498-1567). Un mercenaire européen au XVI^e siècle*. Ajaccio: Alain Piazzola.

O ano de 1647 “que se diz da Fome, e Terremotos”: O impacto das crises sísmicas na paisagem sonora de Angra

The year of 1647 “that is said of the Famine and Earthquakes”: The impact of the seismic crisis in the soundscape of Angra

LUÍS HENRIQUES

CESEM/Universidade de Évora
luisfhenriques@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on 21/11/2017

Texto aprovado em /Text approved on 05/02/2018

Resumo: Referindo-se a 1647, Manuel Luís Maldonado intitulou o capítulo dedicado a esse ano na sua *Fenix Angrence* como “da fome e dos terremotos”. A partir deste relato percebe-se que este foi um ano difícil para as gentes da ilha açoriana da Terceira e, em particular, da cidade de Angra. Foram realizadas muitas procissões pelos frades franciscanos para apaziguar a ira de Deus para com o povo da ilha. Esse ano foi também uma altura de seca durante a primavera e o trigo foi escasso, promovendo cerimónias religiosas que imploravam por chuva. Usando o relato de Maldonado como base, este estudo pretende reconstituir a possível paisagem sonora de Angra envolvendo estes eventos religiosos que, para além da sua religiosidade, eram também momentos cívicos e sociais na vida da cidade.

Palavras-chave: Paisagem sonora; Angra; Terramotos; Música sacra; Liturgia.

Abstract: Referring to 1647, Manuel Luís Maldonado entitled the chapter dedicated to this year in his *Fenix Angrence* as of the famine and earthquakes. From his account one understands that this was a difficult year for the peoples of the Azorean island of Terceira and in particular the city of Angra. Many processions were made by the Franciscan friars to appease God’s wrath towards the people of the island. That year was also a time of drought during spring and the wheat was scarce promoting religious ceremonies that begged for rain. Using Maldonado’s account as a basis, the study aims to reconstitute the possible soundscape of Angra surrounding these religious events that, besides their religiosity, were also civic and social moments in the city’s life.

Keywords: Soundscape; Angra; Earthquakes; Sacred Music; Liturgy.

1. As crises sísmicas nas crónicas açorianas dos séculos XVI e XVII

O Arquipélago dos Açores – nomeadamente os grupos Central e Oriental – é uma das zonas portuguesas em que se verifica uma atividade

sísmica com maior regularidade. Esta atividade tem vindo a ser registada ao longo do tempo sob as mais diversas formas praticamente desde a chegada dos primeiros navegadores que às ilhas aportaram no século XV, aparecendo os relatos com maior detalhe a partir do seu povoamento. Desta forma, as primeiras ocorrências sísmicas, relatadas por Gaspar Frutuoso nas suas *Saudades da Terra*, remontam a meados do século XV. De acordo com este autor, devido à erupção vulcânica ocorrida nas Sete Cidades (ilha de São Miguel), terão os navegantes que se dirigiam à ilha encontrado modificada a topografia da costa oeste, encontrando troncos e pedra-pomes a flutuar no mar. Os colonos da povoação terão sentido estrondos e tremores de terra (Frutuoso 1998, IV: 7).

No que respeita ao século XVI, são mais numerosos os relatos de ocorrências sísmicas, sendo também estas mais destruidoras. É referido o grande terramoto de Vila Franca, na ilha de São Miguel, ocorrido na noite de 21 para 22 de outubro de 1522, que provocou grandes movimentos de terras causando destruições em vários povoados da ilha, nomeadamente em Vila Franca do Campo, estimando-se terem perecido entre 3000 a 5000 pessoas em resultado desses movimentos de terras (Silveira 2007: 85). Em 1538 ocorre uma erupção vulcânica ao largo da Ferraria, na ilha de São Miguel. A 17 de maio de 1547 ocorreu um sismo na costa noroeste da ilha Terceira, relatado por Frutuoso, que causou prejuízos nos Folhadais (atualmente Raminho), Altares e Biscoitos. Na altura foi enviado relatório ao rei referindo que haviam caído algumas casas, tendo muitas outras aberto fendas e ficando de maneira que os proprietários não ousavam dormir nelas, tendo morrido algumas pessoas (Merelim 1982: 57). Na carta do licenciado Gaspar Touro é referida a ocorrência de “três abalos tão grandes que se virão as casas aballar de hua parte pera outra”, referindo ainda que “abalou a igreja de Sam Roque [dos Altares] e lhe derribou a samcristia e abriu huma igreja de nossa senhora d’Ajuda [Santa Bárbara] (Merelim 1982: 57) Ao terramoto e vulcão da Queimada, na ilha de São Jorge, que ocorreu entre 28 de abril e 1 de maio de 1580, foi-lhe dedicado um capítulo no sexto volume das *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso dado o impacto que teve na comunidade local. A crise sísmica durou quatro meses com grande intensidade, causando grandes prejuízos nas vinhas e adegas, fonte de subsistência da população local (Frutuoso 1998, VI: 110). Na ilha de São Miguel iniciou-se uma crise sísmica que começou a ser sentida a 2 de setembro de 1630, no decurso de uma erupção volcânica, no vale das Furnas, Ponta Garça e Vila Franca do Campo (Silveira 2007: 88).

Uma tendência dos cronistas açorianos seiscentistas (todos eles eclesiásticos) consiste na atribuição da ocorrência destes fenómenos naturais,

não só os terramotos, mas também erupções vulcânicas, pestes, secas, como resultado de um castigo divino à falta de ‘retidão’ dos homens. É este o caso do vulcão da Queimada, cuja causa, refere Frutuoso, se deveu a grandes querelas que existiam na Vila de Velas, onde “continuamente ali havia ódios e nunca tinham paz, pelo que dizem permitir Deus que houvesse aquele castigo” (Frutuoso 1998, VI: 111). Vendo os locais a ‘ira do Senhor’ sobre as suas cabeças, continua Frutuoso, eles mesmos se acusaram, rasgando os processos à guarda dos escrivães que tinham uns contra os outros. Isto terá acontecido pela altura em que foi enviado pela obediência o padre Pero Freire, pregador da Companhia de Jesus, a fim de levar “a consolação espiritual, com que os consolou e esforçou com sua doutrina, levou também uma boa corporal para a gente pobre” (Frutuoso 1998, VI: 111). Esta foi a visão religiosa deste tipo de ocorrências, não só no arquipélago açoriano, como também no mundo europeu, que via fenómenos naturais como os terramotos como castigo divino associado ao pecado, que associava ao medo a penitência como resposta de uma sociedade arrependida (Acosta 2017: 48)

A crise sísmica que precedeu a de 1647 na ilha Terceira afetou a zona da então Vila da Praia e povoações circundantes, ditas da zona do Ramo Grande, na primavera de 1614. Esta crise iniciou-se a 9 de abril com um violento terramoto que destruiu quase totalmente a freguesia das Fontinhas, provocando também prejuízos nos povoados vizinhos. O padre Manuel Luís Maldonado testemunhou essa crise sísmica na primeira pessoa, recolhendo os relatos daqueles que a viveram no local. A sua crónica detalhada dos eventos que se seguiram constitui uma introdução mais detalhada ao que irá ocorrer em 1647. De acordo com Maldonado, após o terramoto de 9 de abril de 1614, os frades franciscanos de Angra iniciaram imediatamente “grandes procissões, e abstinências, disciplinas” (Maldonado 1990: 38).

Às três horas da tarde do dia 24 de maio ocorreu o terramoto de maior intensidade, em véspera do Domingo da Trindade “padecendo a Ilha toda tão grande aballo, que totalmente cuidarão todos os moradores della em geral”. Nesse mesmo dia saiu uma procissão da Catedral, com o cabido acompanhado por muita gente, dirigindo-se à ermida de Nossa Senhora dos Remédios no solar dos Cantos, seguindo pela igreja de Nossa Senhora da Conceição, igreja de S. Francisco e igreja do Colégio da Companhia, recolhendo-se à Catedral pelas sete horas. Este terramoto foi de tal ordem que ficou praticamente arrasada a Vila da Praia, não ficando “templo que não cahisse por terra, tanto monta igreja como mosteiros e Conuentos”, assim como as freguesias das Lages, Vila Nova e Agualva (Maldonado 1990: 38). Maldonado saiu de Angra a 26 de maio para a Agualva, testemunhando a destruição causada pelo

terramoto nessa freguesia. Seguiu depois para a Vila Nova, Lages e Praia, relatando detalhadamente o que viu nestes locais. Regressou a Angra pela Vila de São Sebastião, onde também viu prejuízos vários.

Refere ainda que no domingo, 25 de maio, foram realizadas várias procissões com muitos penitentes, abstinências de noite e de dia, e pregações nas praças e ruas públicas. Estas saíram tanto da Catedral, como também da igreja da Misericórdia, realizando ainda os religiosos agostinianos do convento de Nossa Senhora da Graça uma procissão na sexta-feira seguinte com a imagem que costumava sair na procissão do Senhor Jesus dos Passos. Estava sediada neste convento a irmandade do Senhor Jesus dos Passos, encarregada da respetiva procissão quaresmal que saía desta igreja da Graça, sendo transferida para a igreja do extinto Colégio jesuíta na segunda década do século XIX, após a extinção do convento dos gracianos (Lopes 1965-66: 263-264). Concorreu muito povo a esta última procissão, em que pregou o prior à porta da igreja do convento. Os padres da Companhia de Jesus fizeram também uma procissão a que “concorreo tanta gente a ella que não cabia pellas ruas assim homens, como molheres, donas e senhoras descalças” (Maldonado 1990: 42). E na sexta-feira seguinte saíram os religiosos franciscanos com uma procissão do convento de religiosas de São Gonçalo no fim da qual pregou o Padre Diogo Rebelo da Companhia de Jesus. As religiosas dos dois mosteiros da Vila da Praia, dada a ruína em que se achavam estas casas, vieram tomar refúgio em Angra, na casa do bispo e no mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, fronteiro à Catedral.

O relato que o padre Manuel Luís Maldonado faz da Vila da Praia é deveras elucidativo relativamente ao que ocorreu com as populações dos locais afetados (uma experiência ainda hoje vivida da mesma forma), tendo os respetivos habitantes ficado desalojados, perecendo ou ficando feridos, com grande necessidade de cuidados médicos, assim como a carecer de alimentos. Maldonado, ao referir que todos os templos por onde passou tinham sido destruídos, faz uma descrição indireta de como terá sido profundamente afetada a paisagem sonora dos respetivos locais, que certamente pejada dos mais variados ruídos, terá ficado sem quaisquer celebrações litúrgico-musicais dos ofícios diários que seria habitual ouvir-se nas igrejas colegiadas e instituições monástico-conventuais, como foi o caso da Vila da Praia. Pelo contrário, no que respeita às procissões, estas devem ter constituído momentos importantes onde se cantaram preces invocando a clemência divina para com os povoados da ilha cujas populações, atemorizadas, não teriam a quem acorrer para além dos sempre interventivos franciscanos, assim como restantes corporações religiosas, como é o caso dos religiosos gracianos

e do restante clero local do hábito de São Pedro. É neste contraste que, embora sem menção a momentos musicais concretos, se poderá enquadrar a prática musical sobretudo do repertório monódico – o cantochão – presente na rotina diária das várias comunidades religiosas da ilha, quer fossem igrejas (com ou sem colegiada) ou casas monástico-conventuais. Este repertório acabaria por sair do interior dos templos para as ruas de Angra, uma vez que, de acordo com Maldonado, a maioria das procissões de preces foram realizadas pelas instituições religiosas desta cidade. Para além de momentos de religiosidade, estas procissões eram também momentos de grande interação social, encontrando-se nelas as várias camadas sociais da cidade, como refere Maldonado, ao relatar que nela iam homens, mulheres, donas e senhoras, todos descalços em sinal de penitência.

É neste estado que se chega ao ano de 1647. Uma vez mais, a descrição feita pelo padre Manuel Luís Maldonado na sua *Fenix Angrence* sobre a crise sísmica de 1647 constitui o mais detalhado relato conhecido destes acontecimentos, atribuindo-lhe o título de “anno da fome, e dos terremotos” (Maldonado 1990: 305). Tratou-se de um violento terramoto, com várias réplicas nos meses seguintes, que causou grande destruição na cidade de Angra, assim como em praticamente toda a ilha, que ocorreu a 12 de janeiro pelas quatro horas da manhã. De acordo com o próprio Maldonado, este evento foi o culminar de uma crise que se verificava desde dezembro de 1646, tendo ocorrido antes uma série de pequenos abalos que poucos danos haviam causado na cidade. Após dois ou três abalos, dá-se um enorme terramoto que colocou toda a ilha em alvoroço, formando-se pelas nove horas da manhã uma grande tempestade com ventos fortes, tendo derrubado várias chaminés e telhados (Maldonado 1990: 305). Temerosos do impacto destes acontecimentos, refere Maldonado que os angrenses acorreram a confissões assim como a comunhões, não faltando pessoa alguma. Realizaram-se também inúmeras demonstrações públicas através de procissões, que saíram de várias igrejas pouco tempo após o terramoto. Os outros cronistas açorianos não escrevem grandes descrições deste evento. O franciscano Fr. Agostinho de Monte Alverne dedica um parágrafo das suas *Crônicas da Província de São João Evangelista* ao terramoto de janeiro de 1647, referindo apenas que este foi um ano de terremotos e que houve muita escassez de alimentos (Monte Alverne 1962: 111). Até cronistas bastante mais tardios, como é o caso de Francisco Ferreira Drumond, não deram grande importância aos relatos do Padre Maldonado, nem se aperceberam do número de procissões realizadas neste ano de 1647, talvez por estarem focados no interesse político decorrente da Restauração (Drumond 1856: 51).

As duas primeiras procissões foram realizadas a partir da igreja da Misericórdia em datas incertas. A terceira procissão saiu da Catedral a 14 de janeiro. No dia 18 de janeiro os irmãos terceiros realizaram mais uma procissão a partir da igreja do convento de São Francisco. No convento de Nossa Senhora da Graça organizaram-se duas procissões, a primeira, organizada pela Irmandade de São Nicolau, saiu da igreja do convento a 20 de janeiro; a segunda, organizada pela Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, saiu a 22 de janeiro. Nas seis procissões organizadas tomaram parte as corporações religiosas da cidade, nomeadamente os religiosos agostinianos do convento de Nossa Senhora da Graça e os franciscanos do convento de São Francisco e Companhia de Jesus, cabido e restante clero da Catedral, Colegiada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e outras paroquiais. As iniciativas realizadas na sequência da crise sísmica com que iniciou o ano de 1647 certamente terá causado grande impacto na cidade de Angra, já fustigada pela calamidade natural. A adesão da quase totalidade da população da cidade, assim como dos arredores, transformou profundamente a paisagem sonora da cidade durante o mês de janeiro. A transformação acentuou-se com as iniciativas das ordens religiosas e do clero que, através de inúmeras pregações, apelavam à penitência, estando as práticas musicais presentes em todos estes eventos, nomeadamente nas procissões.

Ainda durante o ano de 1647 ocorreram mais crises sísmicas, em particular a que abalou os festejos do Espírito Santo em junho desse ano. A 9 de junho, pelas onze horas da manhã, celebravam-se os “bodos públicos na forma que hoie se custuma” quando a terra tremeu, atemorizando as populações que festejavam o Domingo de Pentecostes (Maldonado, 1990: 306). Uma hora depois, um novo terramoto confirma que se trata de nova crise sísmica. Em Angra, este novo terramoto causou muitos danos, inclusive na Catedral, tendo ficado uma “das torres fendida” e um dos “arcos da naues interiores que padeceo a mesma ruina” (Maldonado 1990: 306). Uma vez mais, foram realizadas procissões de penitência, uma saindo da Catedral e outra da igreja da Misericórdia, tendo-se encontrado na praça. Ao final do dia saiu outra procissão do convento de São Francisco, organizada por estes religiosos com a participação dos irmãos terceiros, que percorreu os passos que seguia a procissão quaresmal do Senhor Jesus dos Passos. As procissões duraram treze dias, frequentando todas as igrejas da cidade com grande concorrência de povo. Uma vez mais, tomaram parte as corporações religiosas e clero da cidade (Maldonado 1990: 306).

Às nove e meia da noite de 29 de junho, dia de São Pedro, ocorreu novo terramoto saindo no dia seguinte uma procissão da Catedral em que tomaram

parte todos os seus ministros, os religiosos gracianos e de São Francisco indo todos à igreja da Misericórdia, de onde saiu o crucifixo que aí estava e se dizia ser milagroso, correndo as igrejas da cidade (Maldonado 1990: 307). A crise prolongou-se até 4 de julho, onde dois abalos causaram grandes estragos. Na Catedral, reuniram-se todos os ministros no dia seguinte para a celebração de um ofício de preces. Aqui foram cantadas “com toda a deuocão a ladainha de preces, e a da Senhora” (Maldonado 1990: 307).

Para além das sucessivas crises sísmicas, 1647 ficou também marcado como um mau ano agrícola, “em rezão da Esterilidade dos frutos comestíveis” (Maldonado 1990: 308). Foi a primavera muito seca não tendo “as terras humidade pera alentar as plantas”, tomando as mondas, em particular a ervilhaca, conta dos campos e dizimando a cultura do trigo. À falta de trigo juntou-se a escassez do milho que, apesar de nesse período ainda constituir uma cultura secundária, contribuiu para a fome entre as camadas mais baixas da população. O padecimento da população devido à escassez de alimento, junto com as frequentes crises sísmicas terá contribuído para um temor constante, o qual era enfatizado nas pregações realizadas nas iniciativas de preces dos religiosos franciscanos, agostinianos e jesuítas.

Maldonado não refere em detalhe como foram realizadas as iniciativas predicatórias celebradas em Angra durante o ano de 1647 no seguimento dos terremotos. Porém, mais adiante na sua *Fenix Angrence* dedicou vários capítulos sobre as preces realizadas em outros anos e em diversas ocasiões, assim como a descrições sobre as festas litúrgicas, a partir dos quais poderão ser retiradas algumas leituras aplicadas às procissões e serviços litúrgico-musicais celebrados em 1647.

Um desses exemplos ocorre em novo terramoto de 5 de abril de 1672, tendo sido organizadas preces no dia seguinte, cuja descrição é feita em detalhe por Maldonado constituindo, assim, um possível retrato dos eventos de 1647. Os eventos iniciaram-se na manhã do dia seguinte, dobrando os sinos de todas as igrejas da cidade, acorrendo a elas os respetivos ministros eclesiásticos seguindo-se o povo. Em todas as instituições religiosas da cidade foram celebrados ofícios litúrgico-musicais nos coros destas casas, assim como nas igrejas paroquiais e ermidas. Nas ermidas onde havia prática de se cantar o terço (ermidas de Nossa Senhora da Saúde, Boa Nova, Natividade e Remédios), após esta celebração foram cantadas as ladainhas de preces e da Virgem Maria (Maldonado 1990: 653).

No caso da Catedral, o bispo de Angra D. Fr. Lourenço de Castro ordenou uma procissão de preces logo que se acabasse de cantar o ofício divino, provavelmente o de laudes. Na procissão saiu a imagem de Santo Cristo

que se encontrava no coro onde era cantado o ofício de matinas que levou descalço o cónego Lucas Garcia de Castro, elemento mais antigo do cabido. Dirigiram-se à ermida de Nossa Senhora dos Remédios, onde foi cantada missa. Terminado o ofício de prima, foi exposto o Santíssimo Sacramento na Catedral cantando-se a ladainha de preces repetindo-se os mesmos ofícios nos dias seguintes até 13 de abril (Maldonado 1990: 653-654).

Na tarde do dia em que ocorreu o terramoto a ordem terceira franciscana ordenou uma procissão idêntica à que era realizada no primeiro domingo da Quaresma, em que a imagem de Santo Cristo foi acompanhada pelas corporações religiosas e clerezia da cidade. A procissão, saída da igreja do convento de São Francisco, dirigiu-se à igreja de Nossa Senhora da Conceição, ermida de Nossa Senhora dos Remédios, igreja da Misericórdia, Catedral, convento de São Gonçalo, convento de Nossa Senhora da Graça, convento de Nossa Senhora da Esperança, terminando na igreja do Colégio da Companhia de Jesus. Neste templo, terminada a procissão, pregou o Definidor da Província franciscana de São João Evangelista dos Açores, Fr. António de São Francisco. O itinerário tomado por esta procissão poderá ter sido aquele que também foi tomado em 1647, incluindo também a ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, que seria incluída entre os conventos de São Gonçalo e de Nossa Senhora da Graça (Maldonado 1990: 654). Estas procissões terão tomado como modelo as manifestações de penitência quaresmais promovidas pela Ordem Terceira, após a sua implantação na ilha entre 1623 e 1625, em que teria destaque a procissão do Senhor Jesus dos Passos (Chaves 2016: 319-320).

Na Catedral realizou-se uma novena de preces na capela do Santíssimo Sacramento, procedendo desta forma também as igrejas paroquiais da cidade. No caso deste serviço litúrgico-musical, o local onde foi realizado sugere o repertório monódico aí cantado, certamente o cantochão dedicado à festa de Corpus Christi. A Ordem Terceira franciscana ordenou a realização de uma procissão de Via Sacra, que se realizava nas quartas-feiras da Quaresma, na noite do dia 5 de abril. Maldonado prossegue na descrição das penitências e autoflagelações realizadas durante estes eventos. Porém, ao mesmo tempo, também descreve algumas cerimónias religiosas nas quais a música estava presente e que permitem novamente reconstituir a sua estrutura musical e o impacto que este repertório litúrgico-musical teve na paisagem sonora de Angra.

2. A paisagem sonora angrense em meados de seiscentos

De forma a entender-se como seria a paisagem sonora de Angra durante este período, nomeadamente no respeitante à música sacra, é necessário perceber-se como estariam organizadas as várias cerimónias que eram celebradas para apaziguamento da ira divina. Estas eram constituídas por vários momentos litúrgico-musicais que incluíam a celebração de missas cantadas, períodos de preces e lições espirituais, meditações e orações mentais, culminando nas procissões, que constituíam momentos de demonstração pública de arrependimento. Estas práticas religiosas e devocionais funcionavam também como um sistema coerente de gestão do trauma provocado pelos fenómenos naturais, nomeadamente os terramotos, nas populações (Walter 2008: 41). Não menos frequentes era o canto do novenário de determinados santos que no mundo Ibérico centra-se sobretudo na Virgem Maria enquanto intercessora junto de Deus para este acalmar os flagelos (Acosta 2017: 58). Eram organizados pelo clero secular das colegiadas ou, no caso de Angra, pelo Cabido e ordens religiosas entre as quais destacavam-se os franciscanos e gracianos, assim como os jesuítas.

A Catedral surge como o centro da paisagem sonora de Angra, não só pela primazia na hierarquia eclesiástica da cidade, mas também como instituição onde a prática musical estava mais desenvolvida, possuindo estruturas que permitiam a celebração musical de todos os ofícios divinos. Em termos da sua integração na paisagem sonora urbana, as várias reformas eclesiásticas implementadas a partir do século XVI transformaram as catedrais ibéricas em centros musicais dinâmicos, resultando numa consolidação das estruturas musicais herdadas da Idade Média o que permitiu um aumento em termos de compositores e repertório musical financiado pela Igreja de forma a solenizar ao mais alto nível os ofícios litúrgico-musicais aí celebrados (Jiménez 2017: 242). Será necessário reduzir a experiência sensorial às práticas musicais históricas dentro de um contexto litúrgico, que inclui a celebração dos ofícios litúrgico-musicais quer no interior como no exterior dos templos e a presença dos sinos como elemento comum a estas duas tipologias do espaço musical. Esta paisagem musical encontrava-se rodeada por outras manifestações religiosas ou seculares de cariz popular (Fisher 2014: 9-11).

As igrejas e ermidas de Angra seriam os locais primordiais onde as gentes da cidade estariam expostas sensorialmente aos repertórios musicais aí interpretados. Esta experiência seria certamente mais profunda na população dos arrabaldes que acorria às demonstrações de penitência celebradas nas

principais igrejas angrenses. Provenientes sobretudo de zonas rurais onde os serviços litúrgico-musicais estavam reduzidos às igrejas paroquiais que geralmente comportavam um vigário, cura e tesoureiro, experienciar uma colegiada ou a capela musical da Catedral em atividade constituiria uma experiência sensorial marcante para o ouvinte rural.

2.1. As procissões e a devoção musical popular

As procissões eram, pela sua natureza de abertura ao espaço exterior, os momentos de maior impacto na paisagem sonora da cidade, constituindo a música feita nestes eventos o momento de maior interação entre as estruturas eclesiais e a população local, que atuava neste contexto como espetador. Para além das procissões, o canto do terço realizado em quatro ermidas constituía também um momento importante de devoção popular e que certamente terá sido realizado em 1647, neste caso com a participação popular. Contrariamente às procissões, as manifestações realizadas nas ermidas tiveram um carácter mais espontâneo, embora sempre acompanhadas pelos respetivos ministros eclesiais. É necessário localizar estes espaços onde se cantava o terço no tecido urbano. A ermida de Nossa Senhora da Boa Nova localiza-se a poente da cidade, junto à entrada para a fortaleza de São João Baptista, anexa ao Hospital Militar. Em 1645 havia pregado neste espaço o Padre António Vieira, sendo considerado esse o ano da instituição do terço cantado, seguindo-se as restantes três ermidas com esta prática (Lucas 1976: 61). Esta era, assim, uma prática devocional recente na paisagem sonora de Angra, que ocorria diariamente na Boa Nova, assim como nas seguintes três ermidas. A primitiva ermida de Nossa Senhora da Natividade localizava-se no início da Rua da Miragaia (atualmente existe uma mais recente incluída no Seminário de Angra), uma das artérias que liga a parte baixa com a parte alta da cidade (Lucas 1976: 19). Esta ermida poderia acolher grande parte da população que se encontrava ao longo da Rua da Miragaia e Rua do Rego. A ermida de Nossa Senhora da Saúde está situada na praça da cidade (hoje conhecida como Praça Velha), detendo uma importância central na paisagem sonora religiosa urbana. Datada de meados do século XVI, com a invocação dos Santos Cosme e Damião, passou a designar-se de Nossa Senhora da Saúde a partir do início do século XVII, mudando também a festividade central do calendário litúrgico, assim como os serviços litúrgico-musicais aí celebrados (Braz 1946: 71-72). Aqui acorriam as gentes que viviam em torno da praça, nomeadamente as da Rua Direita, Rua do Galo e Rua de Santo Espírito. A quarta ermida onde se cantava o terço, a de Nossa Senhora dos Remédios

localizava-se no palácio dos Cantos, a nascente da cidade. Tal como em 1672, também em 1647 terá sido cantado o terço e respetivas ladainhas nas quatro ermidas, assim como na Catedral, igrejas paroquiais e igrejas das casas religiosas da cidade. Com particular destaque para a capela de Nossa Senhora do Rosário na Catedral, a colegiada da Conceição e na igreja de Nossa Senhora da Guia do convento de São Francisco onde os respetivos religiosos passaram as noites em oração e em cantoria “com tão suaue e consonante tom das uozes, que atrahia os coroações de todos” (Maldonado 1990: 655).

As procissões de preces tomavam vários itinerários, sendo cantada missa na igreja ou ermida onde estas terminavam, havendo também lugar a pregação que geralmente era realizada por um religioso graciano ou padre da Companhia. Nestes dois momentos a presença da música é notória, nomeadamente no que diz respeito à celebração da missa, solenizada através do canto. Uma das igrejas da cidade que parece ter estado no centro destas manifestações foi a igreja da Misericórdia, em 1647 ainda um templo de menores dimensões que o atual, que data de meados do século XVIII. Geralmente as procissões que saíam desta igreja tomavam um itinerário que percorria praticamente todas as igrejas da cidade e ermidas mais importantes. Assim, a procissão saía em direção à ermida de Nossa Senhora dos Remédios, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, denominada “dos clérigos”, por oposição à “das freiras” a igreja seguinte no itinerário, localizada no convento de Nossa Senhora da Conceição à Porta de São Bento. Seguiam-se o convento de São Sebastião de freiras capuchas e o de S. Francisco, a igreja do Colégio da Companhia, o convento de Nossa Senhora da Esperança, o convento de Nossa Senhora da Graça, o convento de São Gonçalo e a ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, terminando a procissão na Catedral (Maldonado 1990: 656). Em seguida, haveria lugar a pregação por um ou mais religiosos gracianos ou jesuítas. No caso das procissões que saíam da Catedral, o itinerário por elas tomado era muito próximo às que saíam da Misericórdia, terminando na ermida de Nossa Senhora dos Remédios ou prolongando-se para a Conceição “dos Clérigos”, São Francisco, Colégio e Nossa Senhora da Esperança.

O canto das ladainhas seria realizado em cantochão. Embora não sejam conhecidas versões polifónicas seiscentistas destes cânticos, a ausência de testemunhos históricos coevos que permitam uma rigorosa identificação de quais os repertórios específicos que seriam cantados remete para hipóteses baseadas em relatos posteriores e de outros contextos. Por aqui percebe-se que este deveria ser um repertório monódico (cantochão), certamente com base em tons de recitação ou, quanto muito, em alguma construção

polifônica de características práticas como é o caso do fabordão. Este tipo de prática musical não implicava uma aprendizagem profunda e especialização como os repertórios polifônicos, sendo facilmente integrada nos momentos processionais. No caso dos franciscanos, a informalidade das práticas musicais desta ordem, não favorecia o registo escrito das mesmas, nem tão pouco a sua conservação. Os textos poderiam ser cantados utilizando melodias aprendidas previamente de memória ou recitados aleatoriamente de forma a proporcionar um suporte musical às manifestações de devoção e religiosidade pública informal como é o caso das procissões (Ferreira 2014: 419). As facilidades de impressão musical no século XVII permitiriam ainda uma larga circulação de livros (com ou sem notação musical) contendo as várias ladainhas que seriam cantadas sugerindo também a sua presença e uso entre o clero secular e regular angrense. Os livros poderiam também incluir uma ou mais versões polifônicas, fornecendo apenas a fórmula musical, geralmente para quatro vozes, baseadas em frases musicais simples, muito próximas do fabordão (*Litaniae Septem* 1598). Os volumes continham várias ladainhas conforme a situação litúrgica o exigisse. Nos relatos do Padre Maldonado encontram-se menções a dois tipos de ladainhas, as de preces e as “da Senhora”.

No final do século XVIII o religioso franciscano Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, no seu *Elucidário* de palavras que à época já não se usavam, deixou uma descrição para as procissões de ladainhas de preces. Referindo-se à palavra *ladairo* (que não é mencionada por Maldonado em parte alguma da sua obra), o autor diz tratarem-se de procissões “e clamor com ladainhas, ou preces, para conseguir o remédio em alguma calamidade” (Viterbo 1799: 73). Prossegue, dizendo que as chamadas ladainhas maiores “foram instituídas para conseguir de Deus o remédio da peste” e que as consideradas “menores” se faziam sob o título de rogações nos três dias antes da festa da Ascensão. Nas ladainhas maiores (também denominadas “das cruces”) os participantes vestiam-se de luto, cobrindo-se as cruces da procissão e os altares de negro “para que a saudável tristeza lhes recordasse o merecido castigo” (Viterbo 1799: 74). Partindo da descrição do *Elucidário*, é muito provável que os ofícios de preces celebrados na cidade de Angra incluíssem o canto de ladainhas menores. Apesar de todo o aparato visual descrito por Viterbo, o autor não transmite mais informação acerca da componente musical presente, para além da referência a *Baldoairo*, um livro contendo as várias ladainhas, orações e outras preces que se rezavam, cantavam ou entoavam nas ladainhas do mês de maio, clamores e procissões. Esta escassez de detalhe não contribui para uma leitura mais aprofundada do contexto musical angrense do Seiscentos para além de identificar o repertório cantado.

Em termos da sua prática musical, a ladainha é por natureza um cântico responsorial. De acordo com os livros impressos onde surgem os respetivos textos, este, por assim dizer, “ofício” iniciava com uma antífona, *Sancta Maria, et omnes Sancti tui...*, que seria interpretada por dois cantores que, seguidamente, começavam a ladainha propriamente dita invocando o nome dos santos ou outras preces às quais os restantes cantores responderiam com *miserere nobis, orate pro nobis*, entre outras fórmulas. Em seguida os cantores (capela, colegiada, etc.) divididos em dois grupos cantariam em *alternatim* o salmo 78, *Deus venerunt gentes*, seguido de vários responsórios breves e respectivos versículos terminando com uma oração (*Litaniae et Preces* 1716: 1-3). A prática interpretativa de cantar alternadamente os versos de hinos ou salmos, conhecida como *alternatim*, encontrava-se já há muito estabelecida no século XVII e constituía uma forma de agilizar o canto destes géneros, sobretudo os salmos, que eram interpretados segundo o tom da antífona à qual estavam associados. É importante ainda destacar a procissão organizada a partir do convento de Nossa Senhora da Graça, pela irmandade do Senhor Jesus dos Passos. A procissão, em que seguiria uma imagem de Cristo carregando a cruz, terá muito provavelmente seguido os vários passos que tomava a respetiva procissão realizada no primeiro domingo da Quaresma por esta irmandade. Com a transferência desta corporação para a igreja do colégio jesuíta no século XVIII, após a expulsão dos religiosos do território português, não é possível reconstituir qual o itinerário tomado a partir do convento da Graça no século XVII. Porém, a procissão que saiu do convento de São Francisco após a crise sísmica de junho de 1647, levando também a imagem do Senhor Jesus dos Passos, seguiu um itinerário aproximado ao da mesma procissão realizada no século XVIII e XIX e que ainda hoje segue os mesmos passos, partindo da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Durante as procissões seriam cantados os chamados *motetes de passos*, uma coleção de sete pequenas obras *a capella*, correspondendo cada uma a um dos passos da procissão. Cada uma destas obras seria cantada na paragem que a procissão fazia em cada um dos passos onde havia pregação, geralmente por um religioso franciscano ou agostinho.

2.2. Os ofícios litúrgico-musicais

Embora as procissões constituíssem o momento central nas celebrações de preces realizadas na cidade de Angra em 1647, estas terminavam geralmente com longas pregações podendo incluir ou não a celebração de missas. A missa traria um término a toda a demonstração pública de arrependimento,

solenizando o ato. Se as descrições das procissões são vagas no respeitante à sua organização e desenrolar, no que diz respeito à celebração de missas, as descrições são ainda mais superficiais. Porém, partindo das referências referentes à presença de imagens nessas procissões e respetivos altares ou capelas, poder-se-á inferir quais seriam as missas cantadas nesses momentos litúrgicos. Num dos casos, relativamente à Catedral, foi cantada a missa para a festa da Invenção da Santa Cruz, que teria correspondência no próprio para a respetiva celebração, cantado pela capela da Catedral em cantochão. Em outra ocasião, durante a missa cantada na ermida de Nossa Senhora dos Remédios pelo Bispo de Angra, uma vez que a procissão que aí chegou havia saído da Catedral, é de supor que a capela a teria acompanhado, cantando na ocasião, também em cantochão, algum próprio para uma festividade mariana em particular, ou o comum para as festas da Virgem Maria.

Embora a existência de referências à atividade musical na Catedral de Angra não permita uma eficaz identificação de repertórios musicais, poderá ainda colocar-se a hipótese da prática polifónica nestas ocasiões. Em meados do século XVII a Catedral possuía um agrupamento musical capaz de interpretar polifonia, como atestam os três livros impressos contendo repertório polifónico aí existentes. Num destes volumes, o livro de missas de 1621 de Duarte Lobo, a existência das duas missas iniciais (marianas) *De Beata Virgine* e *Sancta Maria* (esta última baseada num motete rogativo de Francisco Guerrero) sugere grande utilização destes dois ciclos do ordinário da Missa, quer pelas marcas de grande utilização desta seção do livro, quer pelo seu carácter geral que permitia a sua utilização em inúmeras ocasiões litúrgicas (Henriques 2013: 33-34).

Neste momento é importante referir a influência que os franciscanos tiveram em eventos deste tipo. A Ordem dos Frades Menores estava no século XVII implantada em oito das nove ilhas açorianas, com vários conventos na ilha Terceira. Poucos anos antes, havia sido criada a província de S. João Evangelista dos Açores com sede no convento de Angra. Estas circunstâncias proporcionaram a residência em Angra das elites e intelectuais franciscanos do arquipélago, proporcionando grande pregação à população da cidade. A inexistência de livros litúrgicos da cidade que tenham sobrevivido até à atualidade não permite um entendimento rigoroso de como se desenvolveria a liturgia nos espaços religiosos de Angra. O contexto de Angra descrito por Manuel Luís Maldonado encontra eco nas cerimónias litúrgico-musicais realizadas na América Latina desde o século XVI em resultado das frequentes crises sísmicas que abalam aquela parte do mundo. Apesar de ter proveniência num contexto marcadamente espanhol (centrado na celebração da Quaresma

e Semana Santa), a realização de procissões rogativas em momentos de crises sísmicas em Santiago do Chile encontra-se relativamente bem documentada desde o século XVI. Também estas procissões eram baseadas nas procissões de preces quaresmais, realizando-se inúmeras manifestações deste tipo nos meses posteriores aos maiores abalos. Eram também frequentes os serviços litúrgico-musicais rogativos à Virgem Maria, realizando-se as respetivas procissões, missas, sermões e ladainhas (Sepúlveda 2017: 91). Também em períodos de seca extrema foram celebrados ofícios à Virgem Maria a pedir chuvas, nomeadamente a Nossa Senhora das Neves, promovido pelo cabido da Catedral (Sepúlveda 2017: 95). Uma forte crise sísmica afetou Santiago no ano de 1647, realizando-se inúmeras procissões na cidade durante o mês de maio, em que os franciscanos tomaram a dianteira na sua organização, que contou com a presença do cabido e restante clerezia da Catedral e ainda os padres de S. Agostinho (Sepúlveda 2017: 103). Neste contexto, a música esteve presente, quer nos momentos dos serviços religiosos celebrados no interior dos templos, quer nas procissões com as corporações religiosas a entoar as ladainhas de preces que, embora sem menção específica de repertórios, teriam sido realizadas em cantochão. Regressando ao contexto açoriano, partindo de fontes impressas que circulavam pelo espaço português, assim como de fontes posteriores, poder-se-á ainda colocar algumas hipóteses sobre como decorreriam os serviços bem como o que neles seria cantado.

Partindo de uma fonte setecentista, percebe-se imediatamente pelo índice que estavam previstas praticamente todas as calamidades, desde a seca às tempestades, com cantochão próprio para os serviços litúrgico-musicais celebrados pela Ordem, sendo também indicadas várias ladainhas de preces, da Virgem Maria ou intituladas como gerais seguidas por orações, terminando com a antífona *Da pacem Domine* (Conceição 1758: 88-94). Estavam previstas várias rubricas musicais para as procissões pedindo chuva. Para além da ladainha maior, deveria ser cantado o salmo *Laudate Dominum* seguido por uma oração. Este ofício poderá ter sido posto em prática na primavera de 1647 dada a seca que se fazia sentir em toda a ilha. Existe ainda um ofício para os tempos de penúria e de fome, composto por litânias, o salmo *Dominus regit me*, e uma oração (Conceição 1758: 103). Apesar de não se encontrar um serviço próprio para as preces de apaziguamento dos terremotos, este tipo de calamidades poderia estar incluído na categoria de “outras tribulações”, para a qual existia um serviço específico. Este era composto por uma litania maior, dizendo-se o *Pater noster* em seguida. O coro, dividido em dois grupos, diria o salmo *Qui habitat in adjutorio Altissimi* alternadamente seguindo-se, como era usual, uma oração (Conceição 1758: 112-113).

2.3. Os sinos

Um dos instrumentos de maior impacto na paisagem sonora das cidades e, frequentemente, os mais ignorados são os sinos. Para além de regular a passagem do tempo no perímetro onde estavam inseridos, estes instrumentos desempenhavam uma função litúrgica bastante importante enquanto meios de informação do que se estava a passar nas igrejas, participavam o início de cada uma das horas canónicas, e serviam também como meio de comunicação, anunciando a aproximação da missa ou outra cerimónia litúrgica que contava com a presença do povo. Desde a Idade Média que estes instrumentos possuem qualidades sobrenaturais constituindo símbolos da presença e vontade divina nos centros urbanos. Regra geral, os instrumentos eram batizados sendo-lhes atribuído nomes de santos (São João Baptista, São Pedro entre outros) ou nomes provenientes da sua qualidade sonora. Existia ainda em cada Catedral um regimento dos toques para as respetivas ocasiões litúrgicas ou cívicas. Em raras ocasiões tocariam todos os sinos em simultâneo sendo um momento exclusivo de nascimentos, casamentos ou mortes na família real ou momentos determinantes na vida da cidade, entre os quais se poderão incluir as crises sísmicas (Roldán 2015: 101-102).

Infelizmente, para Angra não sobreviveu nenhum regimento dos toques da sineira da Catedral, nem tão pouco os instrumentos seiscentistas. Porém, o sino da Catedral, enquanto templo central na hierarquia eclesiástica de Angra, regularia o ritmo litúrgico das restantes igrejas da cidade, que se seguiriam conforme as respetivas atividades litúrgico-musicais. Maldonado refere que haviam dobrado os sinos de todas as igrejas da cidade no dia seguinte ao terramoto de 29 de junho de 1647 (Maldonado 1990: 307). Seria o processo normal após a calamidade, chamando os clérigos aos templos, assim como a população, informando que se iriam realizar serviços litúrgicos no seguimento dos acontecimentos verificados. Aqui, o papel destes instrumentos constitui uma associação aos mortos. O seu toque é não só para os vivos como também para os mortos, constituindo, para os primeiros, sinal de sentença e, por conseguinte, momento de preces (Roldán 2015: 105).

O exercício estatístico ajuda a perceber o impacto que estes instrumentos tinham na paisagem sonora da cidade. À exceção da Catedral, grande parte das igrejas de Angra possuía apenas uma torre sineira ativa, servindo a outra para compor a simetria da fachada do edifício. Embora não se conheça como seria o primitivo templo da Misericórdia, é de supor que também ele possuísse apenas uma torre. Em meados do século XVII existiam em Angra, para além da Catedral e da igreja da Misericórdia, quatro igrejas paroquiais,

quatro conventos masculinos e três femininos, e ainda quatro ermidas com uma atividade litúrgica regular (para além das várias, de menor dimensão, espalhadas por toda a cidade e arredores), perfazendo um total de dezassete templos de várias dimensões. Regra geral, cada igreja possuía pelo menos dois sinos, um maior destinado às festividades e ocasiões litúrgicas de maior relevo, e um outro menor, que servia no quotidiano. É muito provável que em algumas igrejas, como a paroquial de Nossa Senhora da Conceição ou a de Nossa Senhora da Guia, tivessem certamente mais que dois sinos. A Catedral possuía cinco sinos, tendo o seu número aumentado para sete em data que ainda não se conseguiu apurar. Nas ocasiões em que tocassem todos estes instrumentos, tal como ainda hoje acontece em cidades com grande concentração de igrejas como é o caso de Braga ou Évora, seria ensurdecedor o barulho nas ruas de Angra, sobretudo na zona em redor da Catedral, onde se localizava também o convento de Nossa Senhora da Esperança e, mais abaixo, o Colégio da Companhia, e em redor da igreja da Conceição, com a ermida de Nossa Senhora dos Remédios e convento de S. Francisco.

3. Conclusões

Manuel Luís Maldonado, tal como aconteceu com a caída da Praia em 1614, terá testemunhado as crises sísmicas do ano 1647, relatando, embora sem a profundidade que desejaríamos, os acontecimentos que ocorreram ao longo desse ano. Esse relato refere uma série de iniciativas realizadas para apaziguamento dos tempos em resultado dos vários terremotos que assolaram a ilha Terceira e a cidade de Angra. Grande parte destes momentos litúrgicos e de devoção popular implicava uma participação musical, sobretudo em cantochão, através do canto de ladainhas durante as chamadas procissões de preces que eram realizadas diariamente encontrando-se na linha da frente os religiosos gracianos, jesuítas e franciscanos no que respeita à pregação e ênfase do arrependimento das populações pelos seus pecados, à época explicação encontrada na ira divina que proporcionava os fenómenos naturais como castigo. Todos estes momentos implicavam práticas musicais que iam desde o canto das ladainhas, tanto no interior dos templos como nas procissões, até à celebração litúrgico-musical das missas, dentro da regularidade do que era realizado durante o ano litúrgico. Infelizmente, não se conhecem fontes litúrgicas anteriores ao século XVIII o que dificulta uma possível reconstituição de todo este aparato musical. Porém, consegue-se perceber que a paisagem sonora de Angra neste período seria bastante dinâmica, com a realização de uma ou mais procissões numa base diária, para

além das inúmeras celebrações litúrgicas pelas comunidades religiosas, ou do canto do terço nas ermidas – um serviço marcadamente popular – não esquecendo o impacto que os sinos de todas estas igrejas teriam no ambiente sonoro da cidade e que ilustram o temor que os povos insulares tinham em meados do século XVII destes fenómenos naturais súbitos e imprevisíveis.

Fontes

- CONCEIÇÃO, Fr. Manuel da (1758). *Manuale Romano-Seraphicum Ad usu Fratrum Minorum Almae Provinciae Algarbiorum Ordinis Sancti Francisci*. Lisboa: Ex Praelo Michaelis Manescal da Costa.
- DRUMOND, Francisco F. (1856). *Annaes da Ilha Terceira*. Tomo II. Angra do Heroísmo: Typ. de M. J. P. Leal.
- FRUTUOSO, Gaspar (1998). *Saudades da Terra*. Vol. 4 e 6. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Litaniae, et Preces Recitandae* (1716). Roma: Typis Reu. Camerae Apostolicae.
- Litaniae Septem Deiparae Virigi Mvsice Decantandae* (1598). Antuérpia: Pièrre Phalèse.
- MALDONADO, Manuel L. (1990). *Fenix Angrence*. Vol. 2. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- MONTE ALVERNE, Fr. Agostinho de (1962). *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*. Vol. 3. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa (1799). *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usarão*. Tomo II. Lisboa: Typographia Regia Silviana.

Bibliografia

- ACOSTA, Virgínia G. (2017). “Divinidad y desastres. Interpretaciones, manifestaciones y respuestas”, *Revista de Historia Moderna. Anales de la Universidad de Alicante*, 35, 46-82.
- BRAZ, Henrique (1946). “Ruas da Cidade (Notas para a Toponímia da cidade de Angra, da Ilha Terceira)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 4, 65-258.
- CHAVES, Duarte N. (2016). *As Imagens de vestir da Procissão dos Terceiros: história, conceitos, tipologias e tradições – Um legado patrimonial franciscano na ilha de S. Miguel, Açores, dos séculos XVII a XIX*. Universidade de Évora, Tese de Doutoramento.
- FERREIRA, Manuel P. (2014). “Notas franciscanas (séculos XIII-XVII): Identidade dos livros litúrgicos menoritas. Iconografia e música no culto dos Mártires de Marrocos”, *Itinerarium*, 60, 409-447.
- FISHER, Alexander J. (2014). *Music, Piety, and Propaganda: The Soundscapes of Counter-Reformation Bavaria*. Oxford: Oxford University Press.

- HENRIQUES, Luís (2013). “Polifonia na Sé de Angra: O *Liber Missarum* de Duarte Lobo”, *Glosas – Cadernos de Musicologia*, 9, 32-36.
- JIMÉNEZ, Juan Ruiz (2017). “Cathedral Soundscapes: Some New Perspectives”, in Tess KNIGHTON (ed.), *Companion to Music in the Age of the Catholic Monarchs*. Leiden: Brill, 242-281.
- LOPES, Frederico (1965-66), “Da Praça às Covas – Memória de uma Velha Rua”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 23-24, 5-378.
- LUCAS, Alfredo (1976). *As Ermidas da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo [edição do autor].
- MERELIM, Pedro de (1982). *Freguesias da Praia: Agualva, Biscoitos, Cabo da Praia, Casa da Ribeira, Fonte do Bastardo, Fontinhas e Lajes*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional de Orientação Pedagógica da Secretaria da Educação e Cultura.
- ROLDÁN, Eva E. (2015) “Los sonidos de las calles de Toledo de 1577 a 1614”, in Eva E. ROLDÁN, Carlos GIL e Víctor ANDRÉS (eds.), *El Entorno Musical del Greco: Actas del Simposio celebrado en Toledo*. Madrid: Editorial Musicalis, 97-122.
- SEPÚLVEDA, María Eugenia (2017). “Religiosidad y rituales hispanos en América ante los desastres (siglos XVI-XVII): las procesiones”, *Revista de Historia Moderna. Anales de la Universidad de Alicante*, 35, 83-115.
- SILVEIRA, Dina (2007). “Caracterização da sismicidade histórica da ilha de S. Miguel”, *Boletim do Instituto Cultural da Horta*, 16, 81-102.
- WALTER, François (2008). *Catastrophes. Une Histoire culturelle. XVI^e-XVIII^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil.

Notícias sobre situações meteorológicas de risco em Portugal na Gazeta de Lisboa (1715-1762)

News about weather hazards in Portugal in the newspaper Gazeta de Lisboa (1715-1762)

LUÍS PEDRO SILVA¹

CITCEM – Universidade do Porto
pedrosilva1099@hotmail.com

Texto recebido em/Text submitted on 05/11/2017

Texto aprovado em /Text approved on 01/03/2018

Resumo: A atenção que a imprensa escrita prestou – e continua a prestar – aos eventos hidrometeorológicos, principalmente aos episódios extremos, faz deste tipo de publicação uma fonte incontornável no estudo do clima e dos estados do tempo. A quantidade e a relativa qualidade das notícias, muitas vezes associadas a descrições pormenorizadas dos fenómenos e dos prejuízos causados, e a sua alargada abrangência geográfica, são apenas algumas das vantagens que podemos encontrar neste tipo de publicação. No presente estudo, pretendemos analisar detalhadamente um dos principais periódicos portugueses de carácter noticioso e um dos mais duradouros da história da nossa imprensa: a *Gazeta de Lisboa*. Propomos um estudo qualitativo e quantitativo de todas as notícias de interesse meteorológico referentes a Portugal, publicadas neste periódico entre 1715 e 1762, procurando, por um lado, definir padrões de percepção e variáveis de registo e, por outro, comprovar a importância da imprensa no estudo do clima e dos estados do tempo. **Palavras-chave:** Imprensa; *Gazeta de Lisboa*; Época Moderna; riscos meteorológicos.

Abstract: The attention given by the press to meteorological events, especially to climatic extremes, makes this kind of publication a fundamental source to the study of the climate and weather conditions. The quantity and quality of the news, often associated with detailed descriptions of phenomena and damage, and its broad geographical coverage are just some of the advantages we can find in this type of publication. In this paper, we intend to analyze one of the main Portuguese newspapers and the one with most enduring in the history of our press: the *Gazeta de Lisboa*. We aim to present a qualitative and quantitative study of all the news about meteorological events concerning Portugal, published in this journal between 1715 and 1762, aiming, not only, to establish patterns of perception and registration variables, but also to prove the importance of the periodical press to the study of climate and weather conditions.

Key words: Newspapers, *Gazeta de Lisboa*, Early Modern Age, weather hazards.

¹ Este trabalho contou com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de uma bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/105015/2014.

1. Introdução

Pelos riscos que representam para a sociedade, os extremos hidrometeorológicos são, hoje, objecto de uma apertada e rigorosa monitorização, com vista à prevenção, atenuação e limitação dos seus efeitos. Em Portugal, porém, o controlo e o registo sistemático deste tipo de fenómenos é relativamente recente. Persistem ainda várias lacunas espaciais e temporais, especialmente no período pré-instrumental, que impedem uma análise de longa duração, fundamental para a adopção de medidas eficazes ao nível do planeamento e do ordenamento do território e da gestão dos riscos naturais. Neste sentido, as aproximações históricas têm identificado fontes de informação que, tratadas de forma sistemática e cruzada, permitem reconstituir a evolução do clima e dos fenómenos extremos ao longo de centenas e até milhares de anos².

Efectivamente, existe uma grande variedade de fontes disponíveis para o estudo das variações climáticas e dos extremos hidrometeorológicos no passado. No entanto, podemos agrupá-las em apenas duas grandes categorias: as fontes naturais e as fontes antrópicas. As primeiras, consoante a sua natureza, podem ser geofísicas ou biológicas. As segundas, por sua vez, dividem-se em fontes orais, fontes materiais e fontes documentais escritas. Estas últimas podem ser particulares (memórias, diários, crónicas, periódicos, etc.) ou institucionais, nomeadamente, eclesiásticas, municipais, militares, de misericórdias, entre outras³.

Deste conjunto alargado de fontes obtemos diferentes tipos de informação, desde dados numéricos provenientes das primeiras observações meteorológicas instrumentais, até descrições de natureza qualitativa e descritiva, ou ainda informação indirecta resultante da observação e descrição de fenómenos ou processos influenciados ou condicionados pelos diversos elementos meteorológicos, tais como o comportamento biológico das plantas e dos animais ou a realização de preces para pedir a chuva ou a serenidade do tempo, entre outros (Brázdil et al. 2010).

² Em setembro de 2015, chegou ao fim o primeiro grande projeto nacional na área da Climatologia Histórica em Portugal, designado "Reconstrução e simulação do clima de Portugal a partir de fontes documentais e instrumentais do séc. XVII ao séc. XIX" (KLIMHIST), no qual estivemos envolvidos. Com início em março de 2012, este projecto contou com a participação de uma equipa interdisciplinar composta por investigadores de diversas instituições e de diferentes áreas do saber. Visou, no essencial, reconstituir os ritmos térmico e pluviométrico de Portugal, entre os séculos XVII e XIX, bem como identificar os principais extremos hidrometeorológicos ocorridos neste período. A metodologia de base consistiu em combinar informação proveniente de diferentes tipos de fontes antrópicas e naturais com vista ao desenvolvimento de modelos de alteração climática no passado (Fragoso et al. 2015). A lista completa dos artigos e comunicações está disponível em <http://clima.ul.pt/klimhist-results>.

³ Para uma síntese sobre o assunto consultar, entre muitos outros, Brázdil et al. (2010).

Nas próximas páginas, debruçar-nos-emos sobre um tipo específico de fontes, recorrentemente utilizado em estudos na área da Climatologia Histórica: as publicações noticiosas periódicas. A atenção que a imprensa escrita prestou (e presta) aos eventos meteorológicos, principalmente aos episódios extremos, faz deste tipo de publicação uma fonte incontornável no estudo do clima e dos estados do tempo. A quantidade e a relativa qualidade das notícias, muitas vezes associadas a descrições pormenorizadas dos fenómenos e dos prejuízos causados, e a sua alargada abrangência geográfica, são apenas algumas das vantagens que podemos encontrar nas fontes hemerográficas⁴.

Contudo, a utilização dos jornais como fonte histórica requer, tanto quanto possível, um conhecimento rigoroso sobre todos os aspectos que envolvem a sua publicação, uma vez que o discurso noticioso reflecte sempre as circunstâncias da época em que é produzido, assim como os esquemas mentais, os valores, as escolhas, as preocupações, as necessidades, as limitações e os desejos de quem as produz. A realidade descrita nas fontes hemerográficas é uma construção social indissociável do repertório histórico-cultural da época e do próprio autor da notícia, que se assume como um “mediador de sentidos”, estando sujeito a vários tipos de influências e restrições institucionais, financeiras, etc. (Sousa 2011: 335-340)⁵.

No presente estudo, pretendemos analisar detalhadamente um dos principais periódicos portugueses de carácter noticioso e um dos mais duradouros da história da nossa imprensa: a *Gazeta de Lisboa*⁶. Propomos um estudo qualitativo e quantitativo de todas as notícias sobre eventos hidrometeorológicos ocorridos em território nacional, publicadas neste jornal entre 1715 e 1762. As perguntas de investigação que orientaram genericamente a pesquisa foram as seguintes: Qual o lugar das notícias de interesse meteorológico na *Gazeta*? Como se noticiava este tipo de fenómenos? Qual a importância do periódico em apreço no estudo do clima e dos estados do tempo? A escolha desta publicação deveu-se, por um lado, à sua maior durabilidade e implantação nacional face a outros registos noticiosos portugueses da mesma altura, e, por outro lado, ao facto de ter constituído a folha oficial do reino até ao final

⁴ Existe uma vasta bibliografia que explicita a importância da imprensa escrita como fonte para o estudo das variações climáticas e dos extremos hidrometeorológicos. Ver, por exemplo, Ruiz Urrestarazu (1998), Martínez et al. (2000), Hernández Varela et al. (2003), Taborda et al. (2004); Olcina Cantos (2005); Ó et al. (2008); Rodrigo et al. (2012); Nunes et al. (2013); Alberola Romá (2015); García-Costa (2016); Mas Galvañ (2016).

⁵ Para uma crítica de fontes exaustiva (enquadramento histórico e metodologia crítica), envolvendo a imprensa periódica portuguesa, consultar Tengarrinha (2013: 15-24).

⁶ Este periódico tem merecido a atenção de vários autores, entre os quais destacamos Lisboa (1998), Belo (1999; 2001; 2002; 2004; 2005), Soares (2007), Fontes (2015) e Machado (2017). Também as notícias de carácter meteorológico publicadas neste periódico foram já bem analisadas em Taborda et al. (2004: 50-51).

do Antigo Regime.

O estudo divide-se em três partes. Na primeira, descrevemos a fonte, os seus produtores, a periodicidade e outros aspectos relativos à forma e à natureza do conteúdo. Na segunda, procedemos a uma análise global de todas as matérias de carácter meteorológico relativas a Portugal divulgadas neste jornal. Na terceira, deu-se atenção a alguns dos eventos meteorológicos mais noticiados na *Gazeta de Lisboa*, confrontando-os com outra informação coeva, de modo a aferir a qualidade e o rigor dos dados.

2. A *Gazeta de Lisboa* (1715-1762): uma apresentação

No dia 10 de agosto de 1715 foi posto em circulação o primeiro número daquele que viria a ser um dos periódicos mais duradouros da história da imprensa portuguesa e que ficou conhecido como *Gazeta de Lisboa* (Fontes 2015: 1). Publicado ininterruptamente até janeiro de 1760, este periódico adoptou diferentes títulos ao longo da sua história. Começou por se chamar *Notícias do Estado do Mundo*. O número dois, de dia 17 de agosto de 1715, apareceu já com a designação de *Gazeta de Lisboa*, título que conservou até 30 de dezembro de 1717. No primeiro número de 1718, o título passou para *Gazeta de Lisboa Ocidental* em virtude da divisão administrativa da cidade de Lisboa em parte oriental e ocidental. Assim permaneceu até 31 de agosto de 1741, altura em que cessa aquela divisão e o periódico retoma a designação pela qual é geralmente conhecido (*Gazeta de Lisboa*). No dia 1 de fevereiro de 1760, após a morte do seu redactor, esta publicação foi interrompida. Voltou no dia 22 de julho de 1760, com o título *Lisboa* e assim se manteve até 15 de junho de 1762. A partir desta data, o jornal é suspenso por ordem do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, retomando a sua publicação somente dezasseis anos depois, no dia 4 de agosto de 1778 (Belo 2002: 60-61).

O formato da *Gazeta de Lisboa* é simples e semelhante ao dos livros da mesma época. Embora circulasse semanalmente sob a forma de folheto, tamanho *in quarto* (mais ou menos o formato A5), ela era concebida de maneira a poder ser reagrupada em volumes anuais, permitindo a sua leitura retrospectiva. A intenção de continuidade é confirmada pela paginação sucessiva entre os vários números que saíam ao longo do ano e pelas colecções encadernadas que chegaram até aos nossos dias (Belo 1999: 620). Estes volumes anuais recebiam o título de *Historia Anual Cronológica e política do Mundo e*

especialmente da Europa...⁷, formando, como explica André Belo, “um volume de relatos de carácter histórico”, “uma narrativa do presente feita segundo as regras do relato histórico” (Belo 2001: 40) [Imagem 1a]. De este modo, as notícias divulgadas deviam contribuir para a preservação da memória e, por isso, eram seleccionadas em função do seu carácter histórico, em prejuízo do valor da atualidade (Belo 2005: 207-211).

Na primeira página de cada *Gazeta* aparecia sempre o título, o número e a data de publicação [Imagem 1b]. As notícias eram precedidas do nome da nação de origem (impresso em maiúsculas), seguindo-se, em letras mais pequenas e em itálico, a data e o nome da capital ou cidade de origem. Em último lugar, aparecia o corpo da notícia. Os anúncios eram publicados no fim da última página, em itálico, bem como as referências às licenças e aos impressores [Imagem 1c]⁸.

Imagem 1. A *Gazeta* de Lisboa (1715-1762): uma apresentação



1a. Página de rosto do volume anual

1b. Primeira página

1c. Estrutura das notícias

⁷ O título completo era “Historia Anual Cronológica e política do Mundo e especialmente da Europa onde se faz memória dos nascimentos, desposórios e morte de todos os Imperadores, Reis, Príncipes e pessoas consideráveis pela sua qualidade ou empregos; encontros, sítios de Praças e Batalhas terrestres e navais; vistas e jornadas de Príncipes, Tratados de Aliança, Trégua e Paz, com todas as mais ações militares & civis, negociações políticas & successos mais dignos da atenção & curiosidade”.

⁸ Ao longo da sua existência, a produção gráfica da *Gazeta de Lisboa* ficou a cargo de vários impressores, nomeadamente, e pela ordem que se segue, Valentim da Costa Deslandes, Pascoal da Silva, José António da Silva, Pedro Ferreira, António Correia de Lemos, Luís José Correia de Lemos e, novamente, Pedro Ferreira. A partir de 1760 e até 1762, encontramos a designação “Na Impressão da Secretaria de Estado” (Fontes 2015: 151-152).

A *Gazeta de Lisboa* tinha uma circulação restrita. A sua tiragem não devia ir além das poucas centenas de exemplares (Belo 1999: 616-617). Tinha uma periodicidade semanal e saía num dia fixo (inicialmente ao sábado, depois à quinta-feira). Entre 1742 e 1752, foi também publicado um *Suplemento* em tudo semelhante à própria *Gazeta*, passando a existir uma edição à terça-feira (*Gazeta de Lisboa*) e outra à quinta-feira (*Suplemento*)⁹. No início, cada fascículo da *Gazeta* ocupava quatro páginas. Com o passar do tempo, o texto aumentou e passou para oito páginas logo em 1717 e doze em 1734. A partir de 1752, voltou a ter apenas oito páginas. O *Suplemento* constava também de oito páginas (Belo 2002: 60-61).

A *Gazeta* abria sempre com as notícias sobre as nações estrangeiras e fechava com o noticiário nacional. Contudo, apenas uma pequeníssima parte das matérias divulgadas neste periódico diziam respeito a Portugal (cerca de 10% do espaço de cada número). As notícias do estrangeiro, traduzidas e resumidas de gazetas europeias, eram as que tinham maior presença e maior desenvolvimento (Lisboa 2002b: 36). Chegavam à redacção da *Gazeta* algum tempo depois de terem saído na sua origem. Podiam demorar dias, semanas ou meses, dependendo da sua proveniência (Soares 2007: 37). Entre as notícias de âmbito nacional, predominavam temas relacionados com a família real e a vida aristocrática, evitando-se assuntos sensíveis e controversos que pudessem ser alvo da censura (Belo 1999: 628)¹⁰. De um modo geral, a linguagem era objectiva e sóbria (Fontes 2015: 143), se bem que, como veremos mais adiante, relativamente às notícias de carácter meteorológico, esta regra admitia várias excepções.

A informação publicada na *Gazeta* provinha de diferentes fontes, designadamente, das gazetas estrangeiras, que, como dissemos, eram traduzidas e resumidas; de testemunhas oculares, que presenciaram directamente os eventos relatados; da correspondência trocada entre o redactor e alguns correspondentes, que se encontravam espalhados um pouco por todo o país e também no estrangeiro e em quem o redactor depositava grande confiança¹¹; e de testemunhos de figuras com dignidade abonatória, que, pela sua posição

⁹ A publicação do *Suplemento* constituiu uma tentativa de maximizar a venda e o lucro com a comercialização deste periódico (Lisboa 2002a: 11).

¹⁰ O condicionamento político exercido pela censura e pela corte sobre a *Gazeta de Lisboa* condicionou o conteúdo deste periódico. Para escapar ao rigor da censura foram criados vários canais alternativos de informação, como a troca de correspondência, a leitura directa dos periódicos estrangeiros ou os chamados folhetos noticiosos manuscritos, os quais circularam em Portugal durante a primeira metade do século XVIII e beneficiaram de um controlo menos apertado por parte da censura (Lisboa 2002b).

¹¹ Destacam-se, entre os seus correspondentes, Rodrigo Xavier Pereira de Faria, escrivão da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, o padre escalbitano Luís Montês Matoso ou ainda D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º conde de Ericeira (Fontes 2015: 149).

social, mereciam a confiança do redactor (Belo 2005: 217-240). As notícias que careciam de confirmação eram, por norma, descartadas, pois “o redactor apenas inseria as notícias que considerava dignas de crédito” (Belo 2001: 111). Frequentemente, quando a notícia não se confirmava, eram publicados desmentidos para repor a verdade dos factos (Belo 2005: 266-270).

Nos seus primeiros quarenta e sete anos de vida, a *Gazeta* conheceu somente dois redactores: José Freire Monterroio Mascarenhas, que redigiu o jornal desde o primeiro número até à data da sua morte (1760); e Pedro António Correia Garção, influente intelectual da Arcádia Portuguesa, que ocupou o cargo de redactor entre 1760 e 1762 (Lisboa 2002a: 11). Dos dois, apresentaremos, ainda que resumidamente, o percurso biobibliográfico do primeiro não só porque ocupou o lugar de redactor durante quarenta e cinco anos, mas também porque não encontramos qualquer notícia de interesse meteorológico durante o período de vigência de Pedro Garção.

José Monterroio Mascarenhas nasceu em Lisboa a 22 de Março de 1670 e morreu a 31 de Janeiro de 1760. Era filho de Manuel Mascarenhas e de D. Úrsula Monterroio, descendentes de famílias nobres. Possuía estudos em Gramática, Filosofia e Matemática. Ao longo de uma década, viajou por diversos países europeus, o que lhe permitiu aprender vários idiomas e adquirir um conhecimento aprofundado da história e da realidade europeia. Antes de se tornar redactor da *Gazeta*, serviu como capitão de cavalaria na Guerra da Sucessão de Espanha, entre 1704 e 1710. Foi autor de uma obra extensa. Integrou várias academias e associações literárias do seu tempo, revelando-se um homem de cultura científica, filosófica e literária (Belo 2005: 193-200).

Embora tenha sido responsável pela redacção da *Gazeta de Lisboa* durante mais de quatro décadas, José Monterroio Mascarenhas apenas deteve os direitos sobre a impressão e a comercialização deste periódico, entre 1752 e 1760. Antes, a sua posse pertenceu a António Correia de Lemos e seus herdeiros¹². Estes últimos mantiveram algumas quezílias com Monterroio em virtude de pequenas interferências no trabalho de redacção e cortes nas despesas. Com o falecimento de Monterroio, o privilégio real da impressão de periódicos noticiosos passou para os oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (Belo 2002: 60-71).

¹² A *Gazeta de Lisboa* circulou em regime de privilégio régio, i.e., apenas quem detinha a autorização da Coroa podia imprimir e comercializar publicações de carácter noticioso (Fontes 2015: 152). António Correia de Lemos recebeu o privilégio de impressão por alvará régio de 29 de maio de 1715. Após a sua morte, em 1741, o privilégio passou para a sua viúva e filhos (Belo 2002: 60-61).

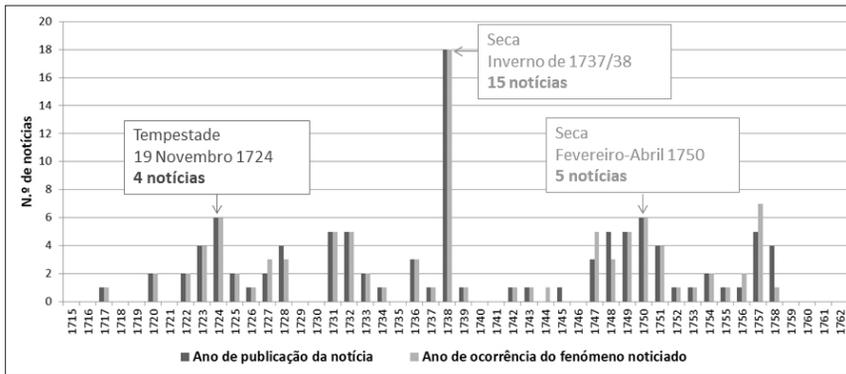
3. Notícias de interesse meteorológico na *Gazeta de Lisboa* (1715-1762)

Ao longo do período em análise (1715-1762), contabilizámos cerca de uma centena de notícias de interesse meteorológico (101), distribuídas por oitenta e oito números, correspondendo a uma média de pouco mais de duas notícias por ano¹³. Esta média esconde, porém, diferenças significativas. Em dezasseis anos não foram publicadas quaisquer notícias de carácter meteorológico. Nos restantes trinta e um anos a frequência de publicação oscilou entre uma e seis notícias, com excepção de 1738, em que contámos dezoito [Gráfico 1]. Os constrangimentos impostos pela censura, o reduzido espaço disponível para o noticiário dedicado a acontecimentos internos (ocupado maioritariamente por informações sobre a corte) e a periodicidade semanal do periódico, ajudam a explicar, em parte, o número limitado de matérias sobre o tema em apreço, as quais ocupam um espaço residual no universo noticioso da *Gazeta*.

Alguns eventos extremos mereceram uma maior divulgação neste jornal, sendo descritos em mais do que uma ou duas notícias. Uma análise atenta destes casos permite perceber que o maior número de matérias se ficou a dever, por um lado, à maior gravidade do fenómeno em causa (perdas materiais e humanas significativas), mas também à sua maior durabilidade (manifestação prolongada) e ao período do ano em que ocorreu. Assim se compreendem, por exemplo, as quatro notícias consagradas à tempestade de dia 19 de novembro de 1724, a qual teve um efeito devastador na capital do reino; ou as quinze notícias dedicadas à situação de escassez pluviométrica, que atingiu várias regiões do país durante cerca de seis meses, num período tipicamente caracterizado pela abundância de chuvas (outono e inverno de 1737/38). Mais à frente, deter-nos-emos com maior detalhe sobre este dois eventos. No entanto, poderíamos ainda referir a tempestade de trovões e raios no norte do país no dia 29 de setembro de 1723 (três notícias), a seca no centro e no sul de Portugal na primavera de 1750 (cinco notícias) ou ainda as chuvas continuadas, acompanhadas de cheias, em diferentes regiões de Portugal em meados de janeiro de 1751 (quatro notícias) e em novembro de 1757 (quatro notícias).

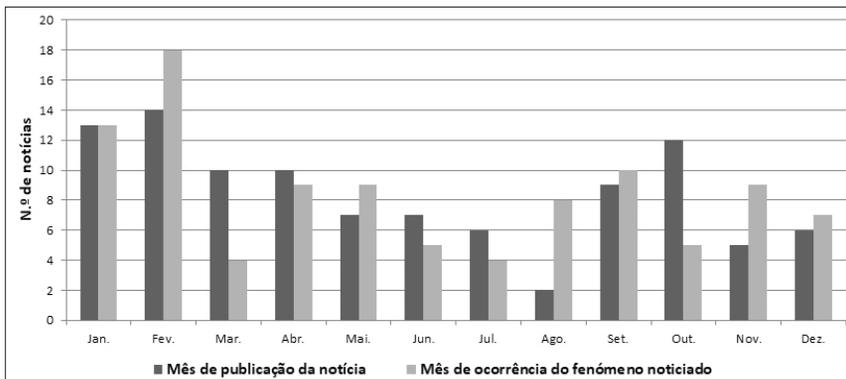
¹³ Entendemos por notícia (individualizada) de interesse meteorológico todo o enunciado que constitui uma unidade completa de sentido (independente de qualquer outro enunciado), com referências explícitas e inequívocas a fenómenos meteorológicos.

Gráfico 1. Distribuição anual de notícias de interesse meteorológico publicadas na *Gazeta de Lisboa*, 1715-1762



A análise do gráfico com a distribuição mensal das matérias de interesse meteorológico revela que durante todo o ano ocorreram e foram noticiadas situações de risco meteorológico, embora seja possível identificar uma tendência nítida para a sua concentração nos meses de inverno, sobretudo, janeiro e fevereiro [Gráfico 2]. No verão, a frequência de publicação diminui substancialmente. No princípio do outono, em setembro e outubro, assiste-se novamente a um aumento da frequência de publicação, diminuindo nos dois meses subsequentes.

Gráfico 2. Distribuição mensal de notícias de interesse meteorológico publicadas na *Gazeta de Lisboa*, 1715-1762



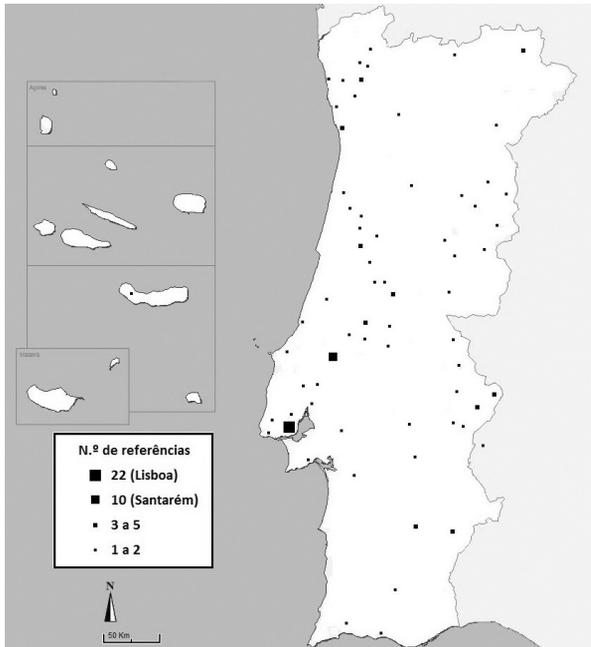
Um outro aspecto a destacar é a marcada sazonalidade que caracteriza alguns dos fenômenos atmosféricos noticiados; i.e., determinados tipos de

eventos (não todos) manifestam-se com maior recorrência em determinados períodos do ano. Assim, por exemplo, 64% dos eventos com ocorrência de trovoada aconteceram em maio (18%), agosto (21%) e setembro (25%); 65% dos episódios sobre cheias e inundações ocorreram entre novembro e fevereiro; todas as ocorrências relativas a frio intenso e queda de neve ocorreram entre dezembro e fevereiro [Quadro 1].

Quadro 1. Tipos de eventos meteorológicos noticiados na *Gazeta de Lisboa*, entre 1715 e 1762, por mês de ocorrência (número de referências)

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Trovoada/relâmpagos	2	1	1	1	7	3	2	8	10	2	1	1	39
Chuva intensa/abundante	7	2	1	1	4	2	1	5	6	1	6	2	38
Cheias/inundações	7	3	1	1	1	1	1	2	1	1	4	3	26
Seca	1	14	0	7	2	0	0	0	0	0	0	1	25
Granizo	0	0	1	0	6	3	0	3	4	2	0	0	19
Vento forte	0	2	1	0	2	2	0	0	3	2	3	1	16
Tempestade	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	3	0	7
Neve	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6
Frio	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4
Mau tempo	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Geada	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Calor	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1

A erupção aleatória deste tipo de fenómenos no tempo e no espaço, os obstáculos impostos ao fluxo de informações noticiosas por uma rede de comunicações incipiente e a restrita rede de correspondentes ao serviço do redactor da *Gazeta*, ajudam a explicar, em parte, a desigual distribuição geográfica dos episódios meteorológicos noticiados [Mapa 1]. Com efeito, a maioria dos eventos narrados na *Gazeta* centra-se em Lisboa (22 referências) e nos territórios ao seu redor, como, por exemplo, Santarém (10). O Minho, as Beiras e a raia Alentejana contam com um número razoável de referências, mas ainda assim bastante inferior ao das duas principais cidades da Estremadura. As referências aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, ao litoral alentejano, ao Algarve e a Trás-os-Montes, com excepção de Bragança, quando existem, raramente excedem a unidade. Além de serem em muito menor número, as notícias sobre episódios meteorológicos extremos ocorridos fora da capital, eram publicadas, regra geral, várias semanas depois da ocorrência do dito evento, numa fase em que os seus efeitos eram já bem conhecidos e tinham já sido devidamente confirmados.



Mapa 1. Localização geográfica dos eventos meteorológicos relatados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1762)

Parece-nos também bastante evidente, pelo mapa aqui apresentado, que existe uma coincidência entre a distribuição geográfica dos eventos meteorológicos relatados na *Gazeta de Lisboa* e algumas das principais vias terrestres e fluviais do reino, com destaque para o velho eixo de implantação romana que ligava Lisboa-Santarém-Leiria-Coimbra-Aveiro-Porto-Braga-Tui; a chamada “Estrada da Beira” e os seus eixos complementares, que estabeleciam a ligação entre o litoral e o interior a partir de Coimbra; o rio Tejo; e, por último, o eixo que ligava todo o Alto Alentejo.

Na *Gazeta* noticiam-se, quase exclusivamente, episódios atmosféricos extraordinários [Quadro 1]. O carácter excecional dos eventos e o seu valor noticioso advinha das perdas materiais e humanas, mas também do aparato e do temor e agitação despoletado nas populações. Assim se compreende que a descrição de eventos associados a trovoada (referência presente em 39 notícias), chuva abundante/intensa (38), cheias e inundações (26), queda de granizo (19), vento forte (16) e tempestades (7), pela violência que podem ocasionar nas áreas onde se abatem e por serem fenómenos de desencadeamento brusco e inesperado, ocupem um lugar destacado na *Gazeta*, contra as vinte e cinco notícias sobre escassez de precipitação, também com consequências nefastas, em especial numa sociedade predominantemente agrícola e num período em que os mecanismos de gestão dos recursos hídricos eram

ainda manifestamente insuficientes. Bem mais esporádico foi a publicação de notícias sobre anomalias térmicas, registando-se somente uma notícia com informação sobre calor intenso, seis contendo informação sobre queda de neve, quatro sobre frio intenso e apenas uma sobre formação de geada. Todas as notícias coligidas apresentam apenas informação de natureza qualitativa, apoiada na observação visual directa dos diversos fenómenos¹⁴.

Numa sociedade fortemente dependente do sector agro-silvo-pastoril não admira que uma boa parte dos impactos noticiados digam respeito à perda de culturas agrícolas e de pastagens (referência presente em 39 notícias), à morte de gado (15) e à falta de água (25), consequência não só de períodos prolongados de escassez de precipitação, mas também de fortes chuvadas, queda de granizo e grandes tormentas. Todavia, a destruição ou danificação de edifícios e infra-estruturas são, sem dúvida, o tipo de estragos que mais se repete (45), sobretudo associados a episódios de chuva abundante/intensa, cheias e inundações, fortes vendavais e queda de raios. A morte, ferimento ou desaparecimento de pessoas e animais surge também no topo da lista (28), ligado, quase sempre, a inusitadas descargas eléctricas e à ocorrência de cheias e inundações de grande magnitude. Outros transtornos como perda de mercadorias e fazendas (14), queda de árvores (16) e destruição ou danificação de embarcações (12) também são, esporadicamente, motivo de divulgação.

Gráfico 3. Tipos de impactos noticiados na *Gazeta de Lisboa*, 1715-1762



A leitura das várias notícias de interesse meteorológico publicadas na *Gazeta de Lisboa*, entre 1715 e 1762, permite perceber que o discurso noticioso em torno deste tipo de fenómenos não é arbitrário, nem aleatório. É possível identificar uma estrutura formal e certos dispositivos retóricos, que se vão

¹⁴ Os primeiros registos sistemáticos conhecidos de observações meteorológicas instrumentais, realizadas em Portugal continental, remontam apenas ao último quartel do século XVIII (Alcoforado et al. 2012).

repetindo de notícia em notícia e que ajudam a realçar os factos narrados [Quadro 2].

Nas notícias sobre chuva intensa, trovoada, granizo, cheias e vendavais, o redactor começa sempre por indicar com a máxima precisão possível o local, a hora e a duração do(s) evento(s) meteorológico(s). Segue-se a indicação do tipo de fenómenos e o relato dos estragos causados. Na narração deste tipo de eventos, o redactor adopta, regra geral, um discurso bastante eloquente e não poupa na adjectivação (amiúde dupla ou tripla)¹⁵. Em certas ocasiões, deixa-se mesmo empolgar e utiliza um tom catastrofista, sem que a notícia perca fluidez e crédito. O recurso a acontecimentos passados e à memória de pessoas antigas, a referência à perplexidade e ao assombro das populações afectadas e o destaque dado a alguns pormenores invulgares e insólitos são também estratégias utilizadas pelo redactor da *Gazeta* para reforçar o carácter inédito, extraordinário e excepcional dos eventos noticiados. Nalguns casos, nota-se o cuidado de transmitir aos leitores a intensidade e a grandeza dos fenómenos meteorológicos. Para isso, indicam-se medidas e pesos aproximados e recorre-se a comparações, tornando os relatos bastante *visuais*. A quantificação dos estragos parece ser uma preocupação constante, ainda que, na maior parte dos casos, os números avançados sejam apenas aproximações grosseiras, carecendo de confirmação. Também neste tipo de notícias está presente a vincada estratificação social existente. Pontualmente, o redactor da *Gazeta* revela grande preocupação com os danos causados em propriedades privadas pertencentes a gente ilustre do reino ou a religiosos, descrevendo com detalhe as perdas sofridas.

Nas notícias sobre falta de precipitação, o redactor da *Gazeta de Lisboa* enumera e descreve procissões e preces realizadas em várias localidades do reino com o propósito de pedir a Deus o benefício da chuva. Na descrição deste tipo de cerimónias é bastante evidente o cuidado em realçar a grande afluência das populações, incluindo agentes de diversas instituições públicas e privadas como câmaras, misericórdias, etc., e o fervor da sua devoção, particularmente, de altas dignidades (príncipes, bispos, etc.). O carácter extraordinário e excepcional das celebrações fica patente na descrição das imagens e relíquias que acompanhavam os actos de contrição, em relação às quais o redactor faz sempre questão de sublinhar de que eram alvo de grande devoção por parte da população local e só saíam em situações de grande desespero.

¹⁵ Entre muitos outros exemplos que poderiam ser dados, observem-se os seguintes: “calor extraordinariamente activo”, “ares horrorosos”, “copioso chuveiro”, “infinitos e incessantes relâmpagos”, “cheias extraordinárias”, “pedra em prodigiosa quantidade e de notável grandeza”, “terríveis efeitos de um furacão”, “prodigiosa corrente”, etc.

Nalguns casos, estabelece-se, num tom claramente providencialista, um nexó de causa-efeito entre a realização deste tipo de procissões e a melhoria das condições meteorológicas.

Notícias sobre chuva intensa, trovoadas, queda de granizo, chéias, vendavais
<p>1. Indica com precisão o local, a hora e a duração do evento. Ex.: "Ontem que se contaram 11 do corrente das cinco para as seis horas da tarde, se começou a armar uma trovoadas sobre o nosso horizonte, & durou a cerração com alguns trovões, & infinitos, & incessantes relâmpagos até às seis e meia, em que começaram a cair algumas pingas de água grossas, & logo uma chuva de pedra, que duraria perto de meia hora" (N.º 39, 26 de Setembro de 1720).</p> <p>2. Utiliza bastantes adjectivos e, por vezes, um tom catastrófica. Ex.: "Na quarta-feira a 25 deste mês entre a uma e duas horas da tarde, se cobriu todo este horizonte com uma cortina de densas e tenebrosíssimas nuvens, que romperam uma horrorosa trovoadas; e fez sair dela um mar de água e pedras [...]" (N.º 44, 31 de Outubro de 1754).</p> <p>3. Recorre frequentemente ao passado/memória/antiguidade. Ex.: "Pessoas de 70 & 80 anos de idade asseguram, que nunca virão tempestade semelhante" (N.º 39, 26 de Setembro de 1720).</p> <p>4. Refere o assombro e perplexidade das populações afectadas. Ex.: "[...] se ouviu perpendicular sobre esta vila o estrondo de um trovão tão formidável, que encheu de terror todo o povo" (N.º 6, 11 de Fevereiro de 1751).</p> <p>5. Destaca pormenores invulgares, excepcionais, fait divers. Ex.: "Todos os pássaros que se recolheram às árvores ficaram mortos, & houve alguma, a cujo pé se acharam mais de 30 neste estado" (N.º 39, 26 de Setembro de 1720).</p> <p>6. Procura transmitir a intensidade dos eventos. Ex.: "[...] ficaram cobertos de água até à cintura" (N.º 41, 14 de Outubro de 1723); "[...] pedra da grossura de ovos de galinha" (N.º 25, 20 de Junho de 1726).</p> <p>7. Grande preocupação em quantificar as perdas. Ex.: "[...] cresceu tanto o pequeno rio [...] que com a sua arrebatada corrente levou quantas casas de moinhos havia, e dizem que importa mais de 600 cruzados esta perda" (N.º 16, 20 de Abril de 1758).</p> <p>8. Preocupação com as perdas de religiosos e pessoas de elite. Ex.: "Na quinta do Conde de Aveiras padeceram muito as árvores, vasos e estátuas [...]. As Religiosas do Mosteiro da Rosa também padecerão perda [...]" (N.º 47, 23 de Novembro de 1724).</p>
Notícias sobre escassez de precipitação
<p>1. Enumera e descreve preces e procissões Pro Pluvia. Ex.: "Continuam em muitas partes do Reino as Preces públicas, para se alcançarem de Deus nosso Senhor as chuvas, tão desejadas para fecundar as terras, fazendo as Comunidades Religiosas, com as Imandades estabelecidas nas suas Igrejas, procissões públicas pelas ruas das duas Cidades com as Imagens, a que os Fleis tributam maior devoção" (N.º 6, 6 de Fevereiro de 1738).</p> <p>2. Destaca o grande fervor e participação das populações e de altas dignidades nestas cerimónias. Ex.: "[...] com a sagrada e devotíssima Imagem do Senhor com a Cruz às costas, que se depositou dois dias na Basílica de Santa Maria, onde Sua Eminência [o cardeal Patriarca de Lisboa] a visitou em ambos, implorando fervorosamente de joelhos esta mercê, acompanhando com lágrimas a sua oração; e onde foi tão grande o concurso da gente, que nestas duas noites se não fecharam as portas da Igreja, e se viram nela rigorosas penitências" (N.º 16, 21 de Abril de 1750).</p> <p>3. Reforça o carácter extraordinário e excepcional das celebrações. Ex.: "Como em toda a parte fazia a falta de água perder as esperanças da boa colheita, em todas recorreram os povos ao Céu com preces por meio das Imagens, a que tributam maior devoção" (N.º 17, 28 de Abril de 1750).</p> <p>4. Sublinha a eficácia deste tipo de cerimónias. Ex.: "Quis Deus nosso Senhor servir-se de ouvir as deprecações de tantas vozes aflitas, e [...] nos concedeu muita água" (N.º 10, 6 de Março de 1738).</p>

Quadro 2. Dispositivos retóricos utilizados na *Gazeta de Lisboa* na descrição de eventos hidrometeorológicos extremos (1715-1762)

Não obstante a utilização de um conjunto alargado de recursos retóricos, o redactor da *Gazeta* descreve os eventos de forma clara, entendível e sem a preocupação de ostentar erudição. Em nenhum momento transporta para o texto noticioso qualquer elemento ideológico ou contesta a forma de actuação das autoridades envolvidas na prevenção e resolução deste tipo de situações. Pelo contrário, põe em relevo, sempre que possível, a boa administração e a generosidade do rei ao atribuir-lhe a iniciativa de medidas com vista a minorar e a remediar os estragos causados¹⁶. Deve recordar-se que este periódico era alvo de uma vigilância política apertada, que circunscrevia o noticiário nacional ao relato de factos indolentes e incontroversos.

¹⁶ Ex.: "A piedade del Rei nosso Senhor, para se não desencaminharem algumas das fazendas, que se puderam salvar, mandou pôr guardas e sentinelas pela marinha" (N.º 47, 23 de novembro de 1724).

4. Estudos-caso: os extremos hidrometeorológicos mais noticiados

Tornar-se-ia complexo para um estudo com condicionalismos de natureza formal fazer uma análise de conteúdo ao mesmo tempo profunda e rigorosa, tendo por objecto todas as notícias de carácter meteorológico publicadas na *Gazeta de Lisboa*. Por este motivo, seleccionámos dois dos eventos mais noticiados: a tempestade de 19 de novembro de 1724 e a seca no outono/inverno de 1737/38.

4.1. A tempestade de 19 de novembro de 1724

O desastre abateu-se sobre Portugal continental na tarde de domingo do dia 19 de novembro de 1724. Nesta data, a região Norte e Centro do território nacional foi abalada por uma tempestade de vento fortíssimo e copiosas chuvas com consequências verdadeiramente desastrosas em terra e no mar. A *Gazeta* informa os seus leitores sobre este fenómeno extremo quatro dias após o sucedido. O evento ocorreu no domingo e o periódico saiu, como era habitual, na quinta-feira (dia 23 de novembro de 1724). A descrição dos estragos cinge-se por enquanto à cidade de Lisboa. Os leitores terão ainda que esperar pela quinta-feira seguinte (dia 30 de novembro) para obterem informação sobre os prejuízos causados noutras partes do reino.

Na primeira matéria sobre este assunto, o redactor explica o desenvolvimento da tempestade. Segundo ele, por volta das 13:00 horas, estando já o dia chuvoso, começou a soprar algum vento de Sudeste, acompanhado de chuva miúda, e assim continuou até às 15:00. A partir desta hora, os dois elementos intensificaram de tal forma a sua força, que “fizeram este dia memorável há muitos séculos”. Em terra, caíram muros e árvores, arruinaram-se edifícios e despedaçaram-se vidraças. A grande cruz de mármore vermelho, sita no Monte de S. Catarina, que “tinha resistido muitos anos a todas as violências do vento”, foi arrancada do chão. No rio, os navios ancorados “combatiam uns com os outros” devido à violência dos ventos. Alguns afundaram, outros “impelidos das ondas” encalharam. O cais ficou em vários sítios arruinado, “mas no chamado de Santarém, arrojou o vento pedras da sua muralha até dentro da casa do Conde de Coculim”. As ondas quebravam na praia com tanta força, que “chegaram os borrifos dos chuveiros que levantavam, conduzidos dos ventos, até ao sítio das Religiosas Bernardas”. Por toda a orla marítima de Lisboa “não vêm os olhos mais que as lastimosas memórias deste fatal destroço”. O redactor termina o texto noticioso com uma estimativa dos estragos: 72 embarcações de todo o tipo dadas à costa e mais de 120 completamente

destruídas; um número indeterminado de pessoas mortas (certamente acima de 160), as quais se afogaram “sem se lhes poder valer”¹⁷.

Na semana seguinte, como já referimos, o periódico relata a destruição causada por este evento noutras localidades portuguesas¹⁸, dando especial atenção às perdas sofridas por religiosos e figuras ilustres do reino, tais como o Marquês de Fronteira ou o Conde da Ericeira. Os estragos reportados envolvem a queda de muros, danos em edifícios, destruição de inúmeras embarcações, perda de mercadorias, morte e ferimento de pessoas e queda de árvores, uma das quais com “mais de trezentos anos de duração”, outra com “duas braças de grossura no seu tronco”, e ainda um pinheiro “de tanta grossura, que três homens dando as mãos uns aos outros, o não abarcavam”¹⁹.

Para além destas, foram ainda publicadas mais duas matérias sobre o assunto (nos dias 7 e 14 de dezembro), as quais fornecem pormenores sobre os consideráveis danos provocados pela intempérie de dia 19 de novembro em navios portugueses (perda total de 20 embarcações e danos em várias) e estrangeiros (perda total de 7 embarcações e danos em 41) ancorados no porto de Lisboa naquela fatídica tarde de domingo²⁰.

4.2. A seca no inverno de 1737/38

No dia 23 de janeiro de 1738 saiu, na *Gazeta*, a primeira de quinze notícias consagradas à situação de escassez pluviométrica que então se fazia sentir e que durava desde o outono de 1737²¹. Publicadas em números sucessivos, entre janeiro e abril, concretamente, uma em janeiro (no dia 23), cinco em fevereiro (nos dias 6, 13, 20 e 27), sete em março (nos dias 6, 13, 20 e 27) e duas em abril (no dia 3), estas notícias dão conta da realização de inúmeras cerimónias litúrgicas a fim de alcançar o benefício da chuva, cuja falta esterilizava os campos agrícolas e prejudicava a saúde pública, particularmente em meses em que o céu costuma ser mais liberal da mesma.

¹⁷ *Gazeta de Lisboa Ocidental*, n.º 47, 23 de novembro de 1724, pp. 375-376.

¹⁸ A saber: Lisboa (Benfica e Portela), Alverca, Santarém (Vila de Pias), Óbidos, Nazaré, Figueiró dos Vinhos, Tomar, Setúbal, Coimbra, Vila Nova da Barquinha (Atalaia) e Torres Novas.

¹⁹ *Gazeta de Lisboa Ocidental*, n.º 48, 30 de novembro de 1724, p. 384.

²⁰ Para mais informação sobre este evento meteorológico extremo consultar Domínguez-Castro et al. (2013) e Pinto et al. (2016).

²¹ Porém, a informação sobre a falta de chuva já circulava nos folhetos noticiosos manuscritos desde dezembro de 1737: notícia de 13 de dezembro, “se começa a padecer hua quase epidemia de catarros originados do frio demasiado que se experimenta com a secura, e ventos continuos” (Lisboa et al. 2012: 366); notícia de 24 de dezembro, “estão para fazer-se preces públicas para que Deus com a chuva acuda aos danos dos da saúde e das novidades” (Lisboa et al. 2012: 303); notícia de 31 de dezembro, “A chuva de hua só noite não satisfez a sede da terra, nem melhorou a constituição do ar, porque as mortes continuam” (Lisboa et al. 2012: 304).

As matérias publicadas chegam de várias partes do reino, nomeadamente, Santarém, Bragança, Lisboa, Monforte, Portalegre, Leiria, Cascais, Sintra, Sardoal, Almodôvar, Montijo e Castelo de Vide. No entanto, o redactor utiliza ainda expressões como “em muitas partes do reino” e “em outras partes do reino”, sugerindo que a escassez de água se fazia sentir noutras locais. De facto, embora nenhuma notícia faça directamente referência ao Porto, sabemos que também nesta cidade, a Câmara Municipal e o cabido catedralício chegaram a acordo, no dia 20 de janeiro de 1738, para a realização de preces públicas pela falta de chuva, que ia causando graves prejuízos nas culturas agrícolas e era causa de muitas doenças na urbe portuense (Silva 2017). Também em Coimbra a escassez de precipitação motivou a concretização de semelhante acto de contrição, desta feita no dia 24 de fevereiro. Esta procissão foi descrita como “a Procissão mais pia e penitente que se viu, nem jamais se há-de ver” (Pereira 1738).

A análise desta dezena e meia de notícias permite identificar dois momentos distintos neste ciclo noticioso. Num primeiro momento, entre o final de janeiro e o princípio de março, os leitores são informados sobre a realização de preces e procissões de penitência para alcançar a bênção da chuva, enfatizando-se a inumerável multidão de gente que acompanhava as cerimónias – numa delas passavam de quatro mil –, e a enorme devoção que os fiéis tributavam às várias imagens que saíam a público – uma das quais recolhida havia duzentos e quarenta anos. Num segundo momento, entre o início de março e o princípio de abril, o redactor destaca a ocorrência de precipitação em vários pontos do país, justificando tal facto com o sucesso das cerimónias litúrgicas então realizadas. A partir deste momento, as preces e procissões noticiadas destinam-se a agradecer a Deus o benefício da chuva. A última matéria sobre o assunto saiu no dia 3 de abril de 1738. Cerca de dois meses e meio depois da primeira.

5. Considerações finais

Por fim, importa agregar as respostas parcelares às questões de pesquisa de modo a produzir uma visão global sobre a problemática em estudo.

Ao longo dos seus primeiros quarenta e sete anos de vida, a *Gazeta* ofereceu aos seus leitores um número bastante limitado de notícias de interesse meteorológico, fruto da periodicidade semanal que se impunha e do reduzido espaço disponível para o noticiário nacional, dedicado, sobretudo, a in-

formações sobre a realeza e a vida aristocrática²². A capital do reino (sede do emissor informativo) e os territórios ao seu redor contaram com o maior número de referências, talvez pela maior conveniência e proximidade geográfica. Os episódios extremos, particularmente aqueles que causaram maiores prejuízos e/ou que se manifestaram de forma prolongada e fora de época, mereceram uma atenção especial.

No que à forma respeita, é indiscutível a propensão para o desmesurado, o insólito, o extraordinário, quer analisemos as notícias pelo prisma da ornamentação estilística, quer o façamos pelo prisma da formulação retórica. Predomina, regra geral, um tom impressivo e eloquente, nalguns casos até catastrófico, que contribui, por vezes, para uma certa dramatização dos factos, reforçando o seu carácter excepcional e inédito. Esse carácter extraordinário deriva dos prejuízos materiais e da perda de vidas humanas, mas também do aparato do evento e do temor despoletado nas populações. Daí que as descargas eléctricas e os episódios de chuva intensa ou abundante, associados a cheias e inundações, sejam os tipos de eventos mais noticiados. Numa época marcada pela inexistência de meios técnicos e tecnológicos eficazes para enfrentar as calamidades naturais, a sua ocorrência acarretava, frequentemente, perdas materiais e humanas avultadas. Além disso, sensorialmente (e espiritualmente) tinham um impacto enorme na população, que ignorava as causas naturais deste tipo de fenómenos e acreditava na sua causalidade divina.

Não obstante o mais que provável silenciamento, por condicionamento editorial ou simplesmente por falta de espaço, de vários eventos hidrometeorológicos extremos, concluímos que os elementos coligidos no periódico em apreço constituem um manancial de informação muito importante para o estudo do clima e dos estados do tempo no período anterior à realização sistemática de observações meteorológicas instrumentais em Portugal. Em conjunto, permitem a reconstituição histórica de alguns dos principais eventos extremos, da sua extensão espacial, intensidade, duração e respectivos impactos socioeconómicos. Tarefa que se reveste de particular relevo no contexto do actual debate sobre as alterações climáticas e o aumento da frequência dos extremos meteorológicos, a nível regional, nacional e global.

²² Quando comparamos a *Gazeta de Lisboa* com outras publicações noticiosas da época, nomeadamente, com as gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (parcialmente transcritas e editadas por Lisboa et al. 2002, 2005, 2012), onde, ao contrário da *Gazeta*, uma grande parte do que é difundido diz respeito a Portugal (Lisboa 2002b: 36), verificamos que a atenção dos redactores é dirigida praticamente para os mesmos eventos hidrometeorológicos extremos, embora os pormenores facultados e o momento em que a informação começa a circular variem entre os dois tipos de publicações. Por outro lado, nos folhetos noticiosos manuscritos encontramos um maior número de referências a eventos meteorológicos sem carácter extraordinário ou com prejuízos pouco significativos. Existe, pois, uma complementaridade ao nível dos conteúdos entre estas publicações, facto já assinalado por Lisboa (2002b).

Fontes

Gazeta de Lisboa, 1715-1762.

PEREIRA, Leonardo (1738). *Relação da devotíssima procissão de preces, que se fez em Coimbra, pedindo a Deus água, em 24 de Fevereiro de 1738*. Coimbra: Na Oficina de Luís Seco Ferreira.

LUÍS, Fr. Francisco de S. (1750). *Sermão, que depois da procissão de preces por água, que fez a comunidade dos Religiosos de S. Paulo á Paroquial Igreja de Nossa Senhora da Encarnação no dia 16 de Abril de 1750 [...]*. Lisboa: Na Oficina de Francisco da Silva.

Bibliografia

ALBEROLA ROMÁ, Armando (2015). “Tiempo, clima y enfermedad en prensa española de la segunda mitad del siglo XVIII. Diarios meteorológicos y crónicas de desastres en el Memorial Literario”, *El Argonauta español*, 12, 2-25.

ALCOFORADO, M. J.; VAQUERO, J. M.; TRIGO, R. M.; TABORDA, J. P. (2012). “Early Portuguese meteorological measurements (18th century)”, *Climate of the Past*, 8, 353-371.

BELO, André (1999). “A Gazeta de Lisboa e o terramoto de 1755: a margem do não escrito”, *Análise Social*, XXXIV, 151-152, 615-633.

BELO, André (2001). *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

BELO, André (2002). “As gazetas dos impressores: a estratégia de vulgarização da Gazeta de Lisboa entre 1742 e 1752”, *Cadernos de Cultura*, 4, 59-74.

BELO, André (2004). “Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da Gazeta de Lisboa”, *Horizontes Antropológicos*, 22, 15-35.

BELO, André (2005). *Nouvelles d’Ancien Régime. La Gazeta de Lisboa et l’information manuscrite au Portugal (1715-1760)*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

BRAZDIL, Rudolf; DOBROVOLNÝ, Petr; LUTERBACHER, Jürg; MOBERG, Anders; PFISTER, Christian; WHEELER, Dennis; ZORITA, Eduardo (2010). “European climate of the past 500 years: new challenges for historical climatology”, *Climatic Change*, 101, 7-40.

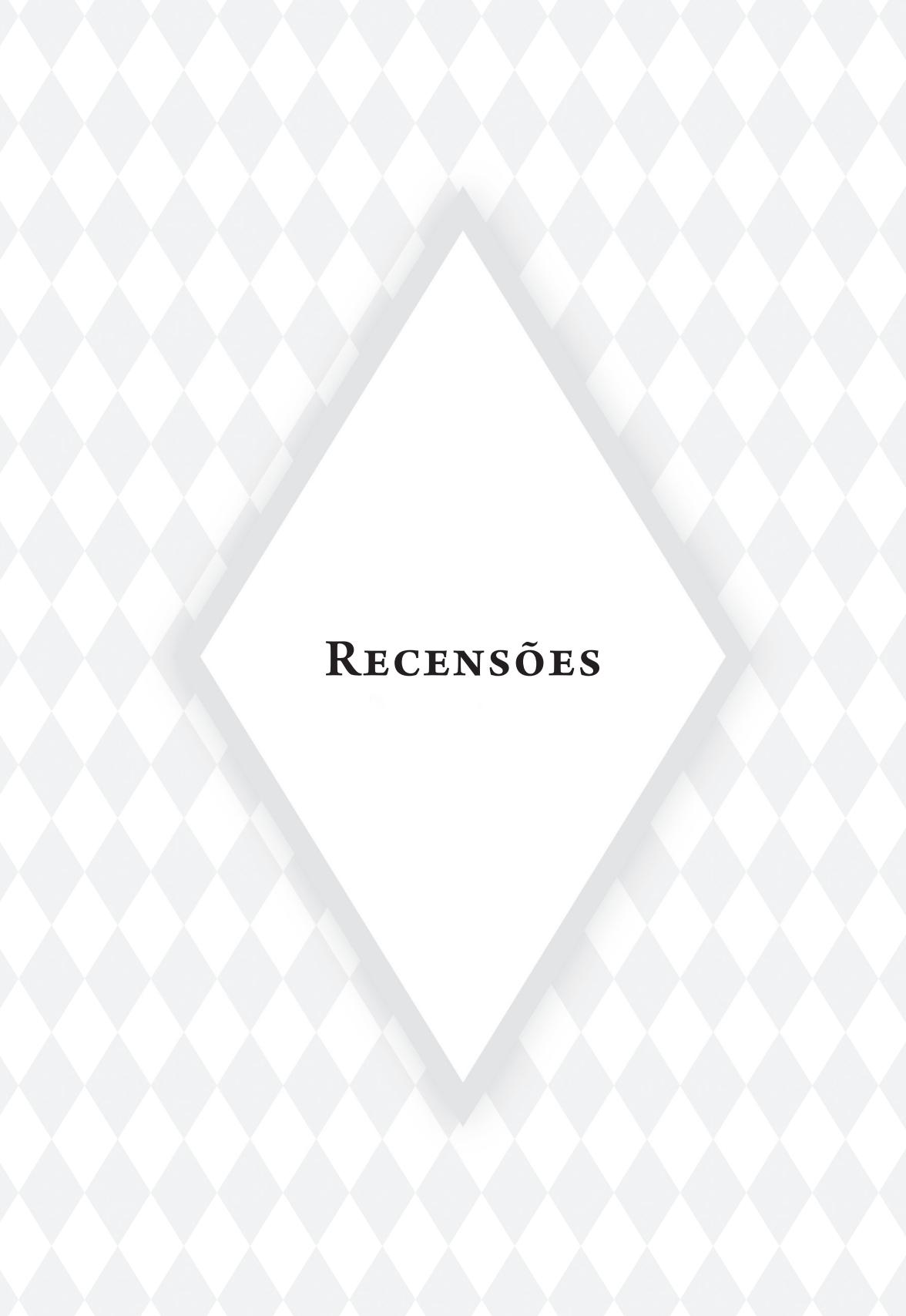
DOMÍNGUEZ-CASTRO, F.; TRIGO, R. M.; VAQUERO, J. M. (2013). “The first meteorological measurements in the Iberian Peninsula: evaluating the storm of November 1724”, *Climatic Change*, 118, 443-455.

FONTES, Susana de Fátima Póvoa Alves (2012). *Gazeta de Lisboa (1715-1716 e 1815): contextualização, estudo informático-linguístico e edição*. Vila Real: UTAD.

FRAGOSO, Marcelo; MARQUES, David; SANTOS, João A.; ALCOFORADO, Maria João; AMORIM, Inês; GARCIA, João Carlos; SILVA, Luís Pedro; NUNES, Maria de

- Fátima (2015). “Climatic extremes in Portugal in the 1780s based on documentary and instrumental records”, *Climate Research*, 66, 141-159.
- GARCÍA-ACOSTA, Virginia (2016). “La prensa novohispana y sus aportes para el estudio histórico-social de los desastres en México”, in DÍAZ VIRUELL, Luis Alberto Arrijoja; ALBEROLA ROMÁ, Armando (eds.), *Clima, Desastres y Convulsiones Sociales en España e Hispanoamérica. Siglos XVII-XX*. Alicante/Zamora: El Colegio de Michoacán/Universidad de Alicante, 61-80.
- HERNÁNDEZ VARELA, Laura; LOZANO VALENCIA, Miguel Ángel; SOLETO GARCÍA, Carolina (2003). “Estudio de los acontecimientos meteorológicos extraordinarios en la Comunidad Autónoma del País Vasco (1870-1954) a través de la prensa”, *Investigaciones Geográficas*, 30, 165-180.
- LISBOA, João Luís (1998). *Mots(dits) écrits. Formes et valeurs de la diffusion des idées au 18ème siècle, au Portugal*. Florence: Institut Universitaire Européen. Département d’Histoire et Civilisation.
- LISBOA, João Luís (2002a). “A informação política nos finais do antigo regime: introdução”, *Cadernos de Cultura*, 4, 7-12.
- LISBOA, João Luís (2002b). “Gazetas feitas à mão”, *Cadernos de Cultura*, 4, 31-58.
- LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda (2002, 2005, 2012). *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Lisboa: Edições Colibri, 3 vols.
- MACHADO, Ana Catarina Teixeira (2017). *Representações Musicais em Lisboa nos séculos XVIII e XIX na Gazeta de Lisboa*. Porto: FLUP.
- GARCÍA MARTÍNEZ, Eduardo; MARTÍ EZPELETA, Alberto (2000). “Riesgos climáticos en Galicia: una aproximación a través de la prensa (1983-1997)”, *Ería*, 53, 259-269.
- MAS GALVAÑ, Cayetano (2016). “Clima y meteorología en la prensa provincial española del reinado de Carlos IV (1792-1808)”, in DÍAZ VIRUELL, Luis Alberto Arrijoja; ALBEROLA ROMÁ, Armando (eds.), *Clima, Desastres y Convulsiones Sociales en España e Hispanoamérica. Siglos XVII-XX*. Alicante/Zamora: El Colegio de Michoacán/Universidad de Alicante, 179-202.
- NUNES, Adélia; LOURENÇO, Luciano; PINHO, João; BENTO-GONÇALVES, António; VIEIRA, António (2013). “Episódios hidrometeorológicos extremos noticiados no distrito de Coimbra durante a segunda metade do século XIX”, *Territorium*, 20, 29-36.
- Ó, Afonso do; ROXO, Maria J. (2008). “Drought events in Southern Portugal from the 12th to the 19th centuries: integrated research from descriptive sources”, *Natural Hazards*, 47, 55-63.
- OLCINA CANTOS, Jorge (2005). “La prensa como fuente para el estudio de los tiempos y climas”, *Revista de Historia Moderna*, 23, 185-232.
- PINTO, Sara; SILVA, Luís Pedro (2016). “‘Entre as furiozas ondas do profundo mar oceano’ - a perceção do estado do tempo e outros fenómenos na comunidade

- franciscana da foz do rio Minho (séc. XVI-XVIII)”, *CEM, Cultura, Espaço & Memória*, 7, 15-27.
- RODRIGO, F. S.; GÓMEZ-NAVARRO, J. J.; MONTÁVEZ GÓMEZ, J. P. (2012). “Climate variability in Andalusia (southern Spain) during the period 1701-1850 based on documentary sources: evaluation and comparison with climate model simulations”, *Climate of the Past*, 8, 117-133.
- RUIZ URRESTARAZU, E. (coord.) (1998). *El clima del País Vasco a través de la prensa. Euskal Herriko klima prentsaren bidez*. Vitoria: Grupo de Climatología de la Universidad del País Vasco. Servicio Vasco de Meteorología del Gobierno Vasco.
- SILVA, Luís Pedro (2017). “O clima do Noroeste de Portugal, no século XVIII, através das preces e procissões Pro Pluvia e Pro Serenitate”, in ALBEROLA ROMÁ, Armando (ed.), *Riesgo, desastre y miedo en la península Ibérica y México durante la Edad Moderna*. Alicante: Publicacions de la Universitat d’Alacant-El Colegio de Michoacán, 151-180.
- SOARES, Elisa Celeste Pires de Carvalho (2007). *A Publicidade na Gazeta de Lisboa (1715-1760)*. Lisboa: FLUL.
- SOUSA, Jorge Pedro (coord.) (2011). *A Gazeta “da Restauração”: Primeiro Periódico Português: Uma análise do discurso*. Covilhã: LabCom.
- TABORDA, João Paulo; ALCOFORADO, Maria João; GARCIA, João Carlos (2004). *O clima do Sul de Portugal no século XVIII. Reconstituição a partir de fontes descritivas e instrumentais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- TENGARRINHA, José (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa: das origens a 1865*. Porto: Temas e Debates - Círculo de Leitores.



RECENSÕES

JOHNSTON, Michael, VAN DUSSEN, Michael (eds.) (2016). *The Medieval Manuscript Book: Cultural Approaches*. 3.^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 302 pp., ISBN: 978-1-107-06619-9.

Com a chancela da prestigiada editora Cambridge University Press foi publicada, em 2015, a monografia intitulada *The Medieval Manuscript Book: Cultural Approaches*, neste momento na sua 3ª edição. É justamente esta edição (2016), que serve de base às observações que se seguem.

A obra em questão resultou da iniciativa conjunta de dois académicos: M. Johnston, professor associado da Universidade de Purdue (EUA), um especialista na circulação de livros manuscritos ingleses quinhentistas; e M. Van Dussen, professor associado da Universidade de McGill (Canadá), um estudioso da comunicação no mundo latino ocidental. Os dois editores reuniram um conjunto de treze autores de várias proveniências, não obstante um assinalável protagonismo anglo-saxónico. O resultado deste esforço traduziu-se num conjunto heterogéneo de reflexões, tendo por denominador comum o tópico do livro manuscrito (adiante, L. Mss.), ponto de convergência de numerosas disciplinas, como as ciências históricas, os estudos literários, a codicologia e a paleografia. O propósito da iniciativa foi claramente animado pela intenção de contribuir para reavaliar algumas das metodologias tradicionalmente usadas no estudo do tema, havendo ainda a ambição de colocar no centro da discussão teórica algumas questões práticas, suscitadas pela emergência de novas realidades.

Do ponto de vista estritamente formal, a monografia, composta por cerca de 300 páginas, abre com um índice de conteúdos, ao que se seguem duas breves listas (uma de ilustrações, outra de notas biográficas dos colaboradores) e uns sintéticos agradecimentos. Sucodem-se os treze capítulos que constituem o núcleo da obra, o primeiro dos quais corresponde à introdução. Sem surpresa, ficou a cargo dos editores, sendo substancialmente programática nas suas intenções. A preocupação foi delimitar conceptualmente os campos cronológico e de ação da obra, construída em torno dos mss. produzidos entre os anos de 1100 e 1500, à luz das suas relações, múltiplas, com a história cultural; aliás um programa de investigação expresso com notável concisão no título.

Os pressupostos subjacentes a esse entendimento foram três: 1) sublinhar a singularidade de cada exemplar mss., contrastante com a indiferenciação típica do exemplar impresso; 2) valorizar o ciclo de vida completo dos mss., incluindo o seu uso e receção, e não apenas os fenómenos ligados à sua produção; 3) anotar as dinâmicas de descentralização da produção livreira,

com a entrada em cena de uma microcultura urbana feita de artesãos especializados, muitos dos quais ligados aos nascentes circuitos universitários.

Um dos principais núcleos de interesse da obra, em redor do qual se organizaram vários dos estudos nela vertidos, é a posição (no limite, quase revisionista) de vários dos colaboradores, enfatizando a necessidade de se atender, no estudo do L. Mss., às diferentes fases da sua multissecular existência. Em causa está, pois, uma modificação da abordagem heurística tradicional. Por exemplo, para J. T. Knight a análise dos mss. medievais carece de uma reorientação, que modifique o foco desde a produção livreira para a organização livreira, no pressuposto de que os catálogos de livrarias, as prateleiras, as encadernações e as relações intratextuais entre objetos constituem aproximações úteis para aceder ao material escrito (cap. 5). Na mesma direção, S. G. Nichols postula que o objetivo da análise dos mss. não deverá passar unicamente por encontrar o arquétipo original do texto fundador, mas por valorizar as adições e intervenções sucessivas que o texto sofreu no decurso do tempo (cap. 3).

Um outro ponto importante, não descuro na obra, é a questão das transições, em particular o avanço tecnológico motivado pela entrada em cena da imprensa. Uma ideia importante, defendida pelo referido J. T. Knight, é a existência de um terreno comum partilhado pela cultura dos livros mss. e pela cultura dos primeiros livros impressos (cap. 5). Noção recuperada e atualizada por M. K. Foy, sugerindo que se atravessa hoje uma «Idade do Incunábulo Digital», propondo uma analogia entre o momento atual e a fase de transição do L. Mss. para o livro impresso, quando durante um curto tempo se conservaram inalteráveis a forma e a função do objeto, apesar da dramática aceleração dos mecanismos de produção (cap. 7).

Na obra, há ainda espaço para o inevitável elogio da interdisciplinaridade, através do apelo dirigido aos estudiosos de literatura medieval por K. Kerby-Fulton para que se consciencializem de que os seus interesses se intersectam com os de outros especialistas, particularmente paleógrafos e codicólogos. Para a autora, estes não são meros técnicos especializados, mas frequentemente pensadores conceptuais criativos; e, como tal, colaboradores indispensáveis para a ampliação do entendimento acerca da história do L. Mss. (cap. 13). Também não é ignorada a discussão que se adensou no final da Idade Média, levando à revisão das noções de autores e de *auctoritates*. A. Taylor reflete precisamente sobre o princípio desse movimento de afirmação individual, assente na construção duma identidade pública do autor – a que chamou «autoria vernacular» –, cujos pioneiros foram Dante, Petrarca e Bocácio e, fora de Itália, J. de Meung, J. Gower e Chaucer (cap. 11). No outro extremo do processo, a perspetiva dos leitores e o seu contributo para a história do manuscrito medieval ficou a cargo de P.

Bourgain, sublinhando a busca pelo conhecimento como um dos mais poderosos impulsos para a produção e circulação manuscrita na Idade Média (cap. 8).

Por sua vez, das relações linguísticas e culturais entre blocos e da sua influência recíproca ocuparam-se K. Busby e C. Kleinhenz, ensaiando uma comparação entre as literaturas medievais francesa e inglesa (cap. 12), tal como fez L. Doležalova, ao propor uma valorização das abordagens multilíngues dos textos que as tolerem, em detrimento das monolíticas abordagens nacionalistas (cap. 9).

Muito interessante, ainda que pouco assinalada entre os estudiosos, é a chamada de atenção feita por S. Echard acerca das diferentes práticas bibliotecárias e arquivísticas que, motivadas por idênticos objetivos de clareza académica, preservação e facilidade de acesso, não deixam de condicionar e determinar os encontros dos estudiosos com os seus materiais, chegando nesse processo a modificar os mss., condicionar o seu acesso, determinar o que se pensa deles e influenciar decisivamente a forma como são usados (cap. 6). Igualmente estimulante é a proposta de E. Kwakkel, enfatizando a informação contida nos códices, nomeadamente os dados embebidos na materialidade do próprio objeto, sugerindo que os materiais e instrumentos usados para criar, suportar, guiar, localizar e clarificar as palavras são fonte de informação e, em certo sentido, tão importantes para o estudo do livro como as próprias palavras fixadas no texto (cap. 4).

Em balanço, a publicação do volume constituiu um ato muito meritório, malgrado algum desequilíbrio nos contributos autorais, o que poderá considerar-se uma quase inevitabilidade numa obra com as características da presente: compósita, fragmentária e parcelar. Mas é curiosamente nessas suas características, que simbólica e paradoxalmente espelham o seu objeto de estudos – se há algum objeto que é por definição compósito, fragmentário e parcelar esse objeto é o códice medieval –, que o livro extrai a maior parte da sua força e interesse. As junções e disjunções dos treze temas trabalhados, com as diferentes combinatórias e alinhamentos permitidos aos seus leitores, conseguem o feito de produzir, por si mesmos ou combinados, novas possibilidades interpretativas, abrindo novos campos de pesquisas que merecem ser testados. Nessa medida, o estudo cumpre os seus objetivos iniciais: interpelar o leitor, convidar à reflexão, sugerir pistas de investigação, refrescar abordagens tradicionais, veicular novas práticas de trabalho; assim recompensando o leitor ávido, como o especialista diligente.

ARMANDO NORTE

CHSC – U. Coimbra; CHUL – U. Lisboa
armandonorte@gmail.com

ADDE-VOMÁČKA, Éloïse (2016). *La ‘Chronique de Dalimil’.* *Les débuts de l’historiographie nationale tcheque en langue vulgaire aux XIVe siècle.* Paris: Publications de la Sorbonne, 470 pp., ISBN: 978-2-85944-945-2; e **BENÍTEZ GUERRERO, Carmen (2017).** *Crónica de Fernando IV. Estudio y edición de un texto postalfonsí.* Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla – Cátedra Alfonso X el Sabio, 217 pp. e 1 CD-ROM, ISBN: 978-84-472-1897-4.

Com poucos meses de intervalo foram publicadas, em Paris e Sevilha, as edições de duas crónicas escritas em línguas vernáculas, em lugares bastante distantes, na primeira metade do século XIV. Os paralelismos entre estas duas publicações são vários: ambos são trabalhos académicos, publicados por editoras universitárias, com estruturas similares – estudo, texto, anexos, bibliografia e índices – e que revelam, quando comparados, algumas semelhanças entre os escritos em análise. Mas há também notáveis diferenças, quer entre os estudos, quer entre os textos, que exemplificam as diversas perspetivas a partir das quais são abordados, e editados, os textos historiográficos medievais no presente.

A *Crónica de Dalimil* é um escrito anónimo datado entre os anos 1309 e 1313, e durante muito tempo atribuído a um clérigo chamado Dalimil de Mezeříce. Considera-se hoje que o seu autor deve ter sido um nobre da Boémia que pretendia narrar a história do povo checo para defender, através deste texto, os interesses da nobreza local. O original foi escrito em verso e em checo, e conserva-se em catorze cópias manuscritas medievais – das quais apenas três, fragmentárias, datam do século XIV. Posteriormente, entre os séculos XVII e XX, foram publicadas oito edições da crónica. O volume em apreço não inclui uma edição, mas sim uma tradução, do checo para o francês, que ocupa aproximadamente a metade das páginas do livro. Jacques Le Goff escreveu um texto introdutório para esta tradução, no ano 2009, que aqui aparece como ‘Prefácio’ (2016: 7-8), e no qual sublinhava a importância para a história europeia da crónica, que do seu ponto de vista era uma prova de que ‘o sentimento nacional existia já na Boémia nos inícios do século XIV’. Esta afirmação leva o leitor a desconfiar, mesmo antes de ler o texto, da possibilidade de se terem projetado na crónica medieval ideias e conceitos contemporâneos.

De facto, Éloïse Adde-Vomáčka parte da premissa de que a crónica ‘chamada de Dalimil’ tem sido tradicionalmente estudada a partir da ideia de que é ‘o principal texto nacionalista e xenófobo da literatura checa’ (2016:

75); e, em consequência, os termos ‘literatura nacional’, ‘nacionalismo’ e ‘nação’ têm um grande protagonismo neste estudo. A autora, porém, explica que o anônimo autor da *Crónica de Dalimil* utilizou a palavra *jazyk* para fazer referência à ‘população checa’, e justifica por que é traduzida como *nation* (2016: 105-106). A identificação das ‘nações’ com as línguas, presente já em Isidoro de Sevilha, e que remete para o episódio bíblico da Torre de Babel – ponto de partida do relato de *Dalimil* –, está na base da correspondência que o texto medieval estabelece entre a identidade coletiva e a língua checas. Encontramos um exemplo bastante claro no capítulo 42, quando o duque Oldřich decide casar com uma camponesa, em vez de com uma princesa alemã, porque não quer que os seus filhos aprendam alemão (2016: 298):

Je préfère me marier à une paysanne tchèque
qu’avoit une reine allemande pour femme.
Le cœur de chacun brûle pour sa langue,
aussi une Allemande ne voudrait-elle pas autant le bien de mon
peuple.
Une Allemande aurait [avec soi] une famille d’Allemands
et apprendrait l’allemand à mes enfants.
La langue serait déchirée
et cela condamnerait immédiatement le pays à sa perte.

Os conteúdos do texto podem, portanto, certificar que na Boémia existia, já nos inícios do século XIV, o que hoje se chamaria um “sentimento nacional”, que relacionava a língua com o território, a população e a história; mas a pormenorizada análise de Éloïse Adde-Vomáčka revela que essas ideias foram desenvolvidas, e projetadas sob a forma de um relato histórico, por uma nobreza que pretendia identificar os seus objetivos políticos com os interesses da generalidade do povo. Assim, é através da reconstrução do contexto de redação da crónica e da singularização da sua autoria – não pela identificação do autor, mas sim do grupo do qual fazia parte – que é interpretado o significado do texto. Peça, e também consequência, de um programa político, a sua função era justificar o papel da nobreza, o direito de resistência e o tiranicídio. A *Crónica de Dalimil* pertence, portanto, a esse conjunto que agrupa a maior parte dos textos historiográficos medievais, fundamental para estudar as origens das literaturas europeias, mas também os projetos político-propagandísticos do período.

A *Crónica de Fernando IV* faz parte do mesmo conjunto, mas o seu estudo leva por caminhos diferentes. Na Península Ibérica, a escrita da história

em línguas romances tinha começado umas décadas antes, e estava profundamente marcada pela composição em castelhano da *Estoria de España*, no reinado de Afonso X o Sábio. Interrompido no reinado de Fernando III de Castela, o relato conheceu várias reescritas na segunda metade do século XIII e no século XIV. Durante muito tempo considerou-se que os textos que nararam os três reinados seguintes – os de Afonso X, Sancho IV e Fernando IV – formavam uma única obra, escrita nos anos quarenta do século XIV, conhecida como *Crónica de tres reyes* e atribuída a Fernán Sánchez de Valladolid. Nas últimas décadas, os especialistas têm sublinhado a singularidade de cada um destes relatos.

A edição mais consultada destes textos foi publicada no século XIX – e reimpressa nos meados do século XX – dentro da chamada Biblioteca de Autores Españoles. Manuel González Jiménez editou o relato do reinado de Afonso X, no ano 1998, e Pablo Enrique Saracino a crónica de Sancho IV, no ano 2014. Pode-se dizer que o trabalho de Carmen Benítez Guerrero completa a trilogia; e também um quadro maior, o da chamada ‘cronística oficial’ trecentista castelhana, do qual fazem parte os estudos de Diego Catalán sobre a *Crónica de Alfonso XI* e as edições das crónicas escritas por Pedro López de Ayala: as de Pedro I e Enrique II – por Germán Orduna, em 1994 e 1997 –, de Juan I – da autoria de Jorge Norberto Ferro, em 2009 – e de Enrique III – de Jorge Norberto Ferro e José Luis Moure, publicada em 2017.

O estudo de Carmen Benítez Guerrero começa com uma análise da datação, composição e possível autoria – com toda a complexidade associada a este termo na Idade Média, e especialmente em relação aos textos historiográficos – do relato do reinado de Fernando IV. São apenas trinta páginas, mas nelas sintetizam-se dados e ideias que vão muito além daquilo que define um ‘estado da arte’. À diferença do que acontece com a *Crónica de Dalimil*, a dificuldade para estabelecer um contexto de redação para a *Crónica de Fernando IV* dificulta a sua contextualização, e faz com que o próprio texto seja o principal material para a análise da intencionalidade da escrita. A autora passa, assim, a focar a atenção na transmissão manuscrita e no estabelecimento dos critérios escolhidos para a edição crítica do texto, que ocupa um espaço equivalente ao do estudo introdutório no conjunto do livro; embora a consulta do CD-ROM permite comprovar que tem umas dimensões muito maiores.

Éloïse Adde-Vomáčka coloca o centro de gravidade do seu trabalho na contextualização do escrito em análise, e Carmen Benítez Guerrero na edição. Nos dois casos as escolhas derivam das características presentes dos textos estudados: o primeiro está condicionado por mais de seis séculos de leituras, o segundo por uma transmissão manuscrita extremamente complexa. Estu-

dar, analisar, contextualizar, interpretar, traduzir e editar crónicas medievais implica, precisamente, identificar quais são as tarefas necessárias para uma adequada aproximação desde o presente a relatos historiográficos pretéritos; o que representa, de alguma maneira, uma ‘atualização’ desses relatos. Essa aproximação permite, em alguns casos, analisar a intencionalidade, na escrita e nas leituras, dos textos historiográficos, e também os programas políticos dos quais faziam parte. Em outros, obter informações preciosas para melhor compreendermos os muitos mistérios relacionados com a transmissão textual.

COVADONGA VALDALISO-CASANOVA

CH – U. Lisboa / CHSC - U. Coimbra

covaldaliso@gmail.com

PÉCOUT, Thierry (dir.) (2017). *De l'autel à l'écritoire : genèse des comptabilités princières en Occident, XII^e-XIV^e siècle*. Paris: Éditions De Boccard, 476 pp. ISBN: 978-2-7018-0367-8.

Com um título que remete para a partilha e a transferência de funcionários, práticas e saberes entre a administração e a contabilidade eclesiástica e a administração senhorial laica, este livro publica o quarto congresso realizado no âmbito do projeto de investigação francês GEMMA — *Genèse médiévale d'une méthode administrative. Formes et pratiques des comptabilités princières en Savoie, Dauphiné, Provence, Venaissin, entre XIII^e et XVI^e siècle* — vocacionado para a análise do Sudeste francês; uma região, hoje em dia, partilhada com a Itália e a Suíça. Apesar da espacialidade em análise neste projeto, que explica a grande maioria dos quadros geográficos examinados neste livro, publicam-se também contributos de outros espaços, que abrem o espectro de reflexão e alargam as hipóteses e as conclusões, ao permitir uma abordagem comparativa. O livro em apreço teve a direção científica de Thierry Pécout, especialista em história das jurisdições e dos funcionários da Igreja da Provença medieval, e um dos principais conhecedores dos seus documentos e arquivos.

Na introdução, Pécout identifica dois campos de análise, que sobressaem da leitura desta obra. Primeiramente, o enfoque no mundo urbano e nas transformações operadas por uma crescente monetarização: o papel dos mercados nesse processo; a análise da formação teórica e do conhecimento empírico nestes domínios; e as formas de produção e gestão documental por parte das instituições da cidade. Seguidamente, o estudo das práticas administrativas em contexto eclesiástico, relevando, de forma original, a interpenetração das instituições da Igreja nos processos desenvolvidos pelos governos laicos e nobiliárquicos locais. Segundo o autor, esta é uma dimensão reflexiva sem antecedentes, senão, provavelmente, os dos estudos desenvolvidos sobre o aparelho administrativo do papado de Avinhão – afirmação que consideramos justa, porquanto a leitura deste livro nos remete, com frequência, para o quadro epistemológico aplicado a essa estrutura da Igreja do Ocidente, por Hélène Millet.

As contas da Igreja são aqui entendidas como um documento com valor em si mesmo; como um instrumento de governo do temporal, que integrava, também, uma via de acesso ao espírito – lembremo-nos da *Comptabilité de l'au-delà*, conceito sempre atual de Chiffolleau. Nas palavras de Pécout, nestes estudos « ... nous parlons de comptabilité, mais nullement d'arithmétique ou de mathématique. Il y a entre les deux un bien large fossé, celui de l'abstraction mais aussi celui de la distance entre terre et ciex ».

No primeiro bloco de trabalhos – *Rationalités et institutions. Des hommes aux modèles* –, partindo de uma reflexão sociológica e teológica, Clément Lenoble estuda as bases da construção de uma cultura de contabilidade cristã que demonstra como a Igreja apoiará as práticas de gestão e racionalização económica como um elemento da ordem do mundo. Seguem-se dois trabalhos sobre os homens, as instituições e as práticas da administração laicas e eclesíásticas. Thierry Pécout detém-se na região da Provença (século XIII), Jean-Baptiste Santamaria estuda as regiões da Borgonha e Países Baixos do Sul (séculos XIV e XV). Ambos destacam o papel ativo dos funcionários da Igreja na administração dos senhorios nobiliárquicos – de que destacamos a fundamentação realizada por Pécout a partir do interior das instituições eclesíásticas, através de uma abordagem prosopográfica e de uma reflexão sobre o desenvolvimento dos instrumentos contabilísticos de gestão do património fundiário e das rendas relativas à pastoral da morte, que aumentavam exponencialmente.

A segunda secção – *Experts et expertises* – abre com um artigo sobre os procedimentos contabilísticos da coroa inglesa (Nicholas Vincent), que detalha os processos e os instrumentos utilizados pelo parlamento e pelo tesouro (séculos XII a XIV), ao mesmo tempo que problematiza questões de conservação e sobrevivência dos seus vestígios. Prossegue com a análise dos processos de administração de contas na Provença, partindo do exemplo da comenda de Manosque, da ordem do Hospital (Damien Carraz e Karl Borhardt) – sublinhando as influências de notários e juristas na formação administrativa dos hospitalários, cujos principais comendadores e oficiais denotam uma real cultura prática em matéria de gestão. Finalmente, a região da Saboia é estudada (Michel Fol), a partir de uma análise comparativa entre os documentos produzidos pelo cabido colegial de Sallanches e pelo hospital de Nossa Senhora de Liesse, num momento-chave da organização do Estado Moderno nesta região (c. 1411-1514).

A terceira parte – *Circulations et synergies* – enceta com um estudo sobre o primeiro banco da região do Dauphiné (Anne Lemonde), no século XIV, através de uma perspectiva sociológica e institucional, em que a cidade de Grenoble, o seu tecido social e as especificidades do seu aprovisionamento assumem um papel de destaque. Segue-se um estudo sobre os oficiais da administração, nos condados da Provença e de Forcalquier (Jean-Luc Bonnaud), nos séculos XIV e XV, que concluiu a existência de um modelo de contabilidade homogéneo e duradouro, concebido por notários e mercadores, nobres e não nobres, provençais e italianos, que só no início do século XV se começa a dissolver, por via das influências provenientes de outros espaços e de outras formações. Noutro artigo, uma análise centrada na gestão do subsídio eclesíástico, por parte da coroa de Aragão em 1443 (Jordi Morelló Baget), faz a história da aplicação da

fiscalidade da coroa aos meios eclesiásticos, relevando um grande manancial de informação disponível para explorar a relação entre a Igreja, a Coroa de Aragão e a Câmara Apostólica, durante toda a Idade Média. Por fim, François Balle dá atenção máxima à cidade de Siena (XIII e XIV), ao estudar a evolução paralela da administração das finanças da cidade e a dos mercadores, problematizando a origem, extraordinariamente precoce nas cidades italianas, de instituições de gestão e proteção comercial, como as companhias.

Reunidos na última parte – *Les registres du prince* –, os três últimos artigos dedicam-se à contabilidade da monarquia francesa e de relevantes casas senhoriais do centro da Europa. Inicialmente, examina-se a complexificação paulatina da administração da coroa francesa, sob a linhagem dos capetíngios (Gaël Chenard), relacionando-a com a evolução do sistema fiscal. Os dois últimos estudos, visam a administração do conde de Anjou, no decorrer do século XIII (Stephan Köhler) e a análise dos instrumentos de contabilidade concebidos pela casa de Saboia, nos finais da Idade Média (Paolo Buffo).

As conclusões, no final do livro, são assinadas por Jean-Paul Boyer, historiador da Universidade de Aix-Marseille e especialista sobre o território da Provença. Antes do índice de matérias, a edição é ainda dotada de um índice onomástico e de outro de figuras.

Este livro, coloca-nos perante a análise da origem das administrações financeiras eclesiástica e secular, num período anterior ao aparecimento da palavra/conceito de contabilidade. A observação detalhada dos mecanismos administrativos vigentes nos dois diferentes domínios permitiu uma abordagem comparativa permanente, que não deixa dúvidas quanto à transferência de práticas e conhecimentos. Para o estudo destas duas dimensões, sobressai uma abordagem comum: a primazia conferida aos documentos de contabilidade e às contas, com recurso aos saberes da codicologia, da paleografia, da diplomática e da arquivística.

Pelo que já se disse, esta obra constitui um bom resultado de um projeto que, concebido para um quadro geográfico restrito, convoca e beneficia do trabalho de investigadores de várias proveniências, sem os quais uma abordagem comparativa e integrada seria impossível. Resta-nos desejar que o modelo de investigação veiculado nesta compilação de artigos tenha ecos e se expanda a outras regiões.

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS
CHSC – U. Coimbra / CIDEHUS – U. Évora
melicampos@gmail.com

GOMES, Saul António (coord.) (2016). *500 Anos da Outorga dos Forais do Concelho de Alcobaça por D. Manuel I*. Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça, 848 pp., ISBN 978-989-99473-3-7.

Inscrita num conjunto de atividades de cariz cultural, organizadas pela Câmara Municipal de Alcobaça entre 2014 e 2015 para comemorar os 500 anos da outorga dos forais novos por D. Manuel I, tanto aos municípios que, no dealbar do século XVI, integravam o couto do Mosteiro Cisterciense, como ao de Alpedriz que, sendo hoje freguesia do concelho de Alcobaça, foi couto da Ordem de Avis até à desclausuração de 1834, a obra coordenada pelo Doutor Saul Gomes divide-se em quatro partes, sendo as três últimas da autoria exclusiva do referido coordenador, e a primeira da responsabilidade de um vasto conjunto de investigadores, ligados a diversificadas áreas do saber.

A primeira parte inicia-se com um artigo da autoria de António Figueiredo, intitulado “Onze forais, onze imagens da atualidade”, no qual se caracterizam, nas vertentes administrativa, económica e cultural, as onze freguesias que, tendo recebido foral manuelino, integram atualmente o concelho de Alcobaça.

No estudo “O Território e a Biodiversidade”, Sofia Quaresma descreve a estrutura hidrográfica da região, bem como a diversificada fauna e flora que continua a existir nas freguesias do município alcobacense.

O terceiro artigo, “Retrato da Geologia do Território do Concelho”, escrito por Ana Inácio, debruça-se sobre a geomorfologia estrutural da região em apreço, dando especial relevo aos diversos tipos de rochas nela existentes.

António Figueiredo, em “O Povoamento até aos alvores da Nacionalidade”, faz o historial do longo processo de povoamento do Concelho alcobacense desde os primórdios da sua ocupação, elencando ainda o património material subsistente.

Seguem-se dois estudos de J. Pedro Tavares: “John Singe e o Mosteiro de Alcobaça – Março 1813” e “Um Rinoceronte em Alcobaça”. No primeiro, o autor analisa a escrita textual e gráfica, relativa a Alcobaça, que consta do *Book of Paintings made in Portugal* de John Singe, cotejando-a com a de outros ilustres visitantes do cenóbio cisterciense. De realçar, no desenho do Mosteiro elaborado por Singe, a utilização de dois pontos perspéticos diferentes, que possibilitam ‘dar-a-ver’ as características arquitetónicas fundamentais tanto do Castelo como do alçado poente do Mosteiro. Significativa é, também, a monumentalidade aparente que a perspetiva adotada confere à igreja paroquial da vila que, deste modo, ‘escrituralmente’ suplanta a imponente massa do cenóbio. Signo, talvez, de uma reorganização das relações de poder entre

o Senhorio e a vila. Como refere Saul Gomes: “Paulatinamente, a vila impunha-se à enorme edificação Monástica” (Gomes 2016: 143).

Em “Um Rinoceronte em Alcobça”, Pedro Tavares descreve a odisseia do rinoceronte Ganda, desde a sua partida de Cambaia até à chegada definitiva, já morto e embalsamado, a Roma, referenciando, depois, o futuro artístico da desafortunada alimária, que se manifesta nas variadas representações de que foi objeto.

Finalmente, Antonieta Sousa, em “Convento de Santa Maria Madalena de Alcobça 1566-1834/Convento dos Capuchos”, após descrever o papel fundamental do abade comendatário Cardeal D. Henrique na fundação daquela casa monástica, bem como a proteção que esta desde cedo obteve da parte da nobreza local e das monjas de Coz, analisa as modificações que se foram operando no conjunto edificado do referido cenóbio entre os séculos XVII e XVIII, que o vão progressivamente afastando da simplicidade arquitetónica e ornamental que exibia nos primórdios da sua existência.

Na primeira secção da segunda parte, Saul Gomes descreve a origem dos topónimos dos vários municípios do couto de Alcobça, a sua delimitação geográfica, a diversa aptidão dos solos para a prática agrícola, o património monumental e artístico dos concelhos e a sua capacidade política de instituir hospitais, misericórdias e confrarias. Refere, ainda, nesta secção, a luta das populações na tentativa de ampliarem os seus direitos e liberdades, numa luta tenaz contra a poderosa abadia, e o enquadramento de cada um dos municípios na estrutura viária da época, bem como as consequências que este seu posicionamento teve no maior ou menor desenvolvimento dos diferentes concelhos, em função da posição estratégica que nessa rede ocupavam.

Na secção dois, analisa as diversas modalidades de instituição dos oficiais públicos no couto alcobacense durante os séculos XV e XVI, demonstrando que uma parte significativa do oficialato era de exclusiva nomeação régia, e que, mesmo os oficiais cuja escolha era da competência do Abade, tinham de ser confirmados nos seus cargos pelo Monarca, numa clara afirmação da plena soberania do Rei. Superioridade do poder régio relativamente ao poder do Senhor do couto que se revela, ainda, no facto de D. Manuel I não se coibir de interferir no exercício do poder judicial nas terras coutadas ao Mosteiro, concedendo aos seus habitantes cartas de perdão em matéria de direito familiar e administrativo.

Na secção seguinte, procede ao estudo histórico, diplomático, paleográfico e codicológico dos Forais Novos de Alcobça, analisando, entre outros aspectos relevantes, o complexo procedimento que antecedeu o estabelecimento das novas normas foraleiras, procedimento esse que implicou tanto a consulta dos vetustos forais medievais como a realização de inquirições. O facto de os Forais

Novos respeitarem, em grande parte, as disposições contidas nos forais medievais e no direito costumeiro, não obistou a que aqueles fossem objeto de uma uniformização normativa, à escala do reino, relativamente a matérias relacionadas com a segurança, comércio de bens, administração pública e judicial, sendo os casos não incluídos no novo clausulado foraleiro remetidos para o disposto nas Ordenações Manuelinas. No final desta secção, o autor procede à transcrição dos forais medievais outorgados pelos abades alcobacences.

A terceira parte é composta pela transcrição dos forais originais, do registo dos forais na Leitura Nova, e dos traslados realizados em 1566-67 e 1762, bem como de um conjunto de documentos relacionados com os citados textos foralengos. À referida transcrição, cujos critérios se explanam no início desta parte da obra, anexam-se os fac-similes dos documentos transcritos.

A quarta parte é constituída por um importante e utilíssimo ‘Glossário Essencial dos Forais Manuelinos de Alcobça’.

A obra em apreço, mercê de uma escrita em que se entrelaçam a clareza explicativa e a erudição e tecnicidade específicas do discurso historiográfico, dirige-se quer aos *curiosos* que procuram conhecer e apreender o espaço que *habitam*, quer aos investigadores, particularmente aos que pretendem estudar tanto as transformações por que passou a realidade municipal, na sua necessária interligação com os poderes senhorial e régio, como as que se foram estabelecendo entre o Rei e os Senhores, num processo temporalmente pontuado por relações de conflituosidade e cooperação estratégica que, ainda que tenha tido como corolário final a concentração do poder nas mãos do Monarca, não deixou de criar condições que possibilitassem o desabrochar de uma nova autonomia municipal.

500 Anos da Outorga dos Forais do Concelho de Alcobça por D. Manuel I afigura-se-nos, portanto, como uma obra de leitura obrigatória, não só para aqueles que, de uma forma ou de outra, se interessam pela história pátria, mas também para os que, mais ligados às questões que um presente marcado por uma tensão entre uniformização e defesa dos particularismos locais nos dirige, procuram ‘fundar raízes’, de um ‘tipo-outro’ do de antanho, num *solo* que se constitua enquanto ‘condição de possibilidade’ da construção de uma ‘identidade-não-identitária’. Identidade que possa escapar ao agonismo que hoje caracteriza as relações entre o local e o global, entre a *universalização* e os particularismos regionais.

JORGE MANUEL DE MATOS PINA MARTINS PRATA
CHSC – U. Coimbra
prata@sapo.pt

IMÍZCOZ BEUNZA, José María e ARTOLA RENEDO, Andoni (2016). *Patronazgo y clientelismo en la monarquía hispánica (siglos XVI-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 430 pp., ISBN: 978-84-9082-301-9.

As relações de patrocínio e clientelismo no espaço da Monarquia Hispânica, durante um período compreendido entre os séculos XVI e XIX, constituem o tema central desta obra coletiva coordenada por José María Imízcoz Beunza e Andoni Artola Renedo. Na sua introdução é explicado que estas consistem em vínculos informais estabelecidos entre indivíduos economicamente desiguais, com o intuito de se firmarem lealdades políticas: as mercês concedidas são outorgadas em satisfação de serviços recebidos ou futuros, conseguindo-se com esta prática o estabelecimento de estruturas de domínio compostas por gente de confiança e o apaziguamento de potenciais tensões decorrentes de uma sociedade profundamente desigual.

Esta obra realiza um exercício bastante interessante na medida em que sintetiza os principais aspetos das relações de patrocínio e do modelo de exercício do poder político assente em redes de solidariedade pessoal, aos quais recorreram diversas entidades. Por este motivo, tem o mérito de a sua abordagem não se limitar à prática de dispensa de mercês pela monarquia, optando por apresentar a vasta panóplia de polos de poder que se afirmaram, na Época Moderna, como centros de redistribuição de recursos económicos e de recrutamento de servidores. Conforme afirmaram os coordenadores, os espaços de atuação da multiplicidade de agentes que dispunham dos recursos necessários à promoção de políticas de patrocínio e ao estabelecimento de clientelas não eram estanques, comunicando entre si contextos tão diferentes como a corte régia, as casas senhoriais, as instituições religiosas e a administração do Império de Habsburgo.

Composta por três capítulos e intitulada *Cuestiones generales*, a primeira parte do livro considera alguns aspetos mais genéricos do patrocínio e do clientelismo no contexto da Monarquia Hispânica. José María Imízcoz Beunza coloca a tónica no carácter declinatório das desigualdades sociais que caracteriza estas práticas paternalistas e na forma como estas constituíram uma alternativa à afirmação do poder por via da força. Por sua vez, Jean Pierre Dedieu ocupa-se do recurso a este expediente por parte das monarquias, que progressivamente se foram assumindo como a principal fonte de distribuição de mercês. Finalmente, Pilar Ponce Leiva aborda a sua aplicação nas colónias espanholas no continente americano segundo o modelo existente na Península Ibérica.

El patronazgo de los poderosos: señores, obispos, notables locales é o título

da segunda parte, que trata do recurso a estas práticas por parte de entidades dotadas de poderes jurisdicionais ou de outra natureza. Seguindo a linha de investigação de que se têm ocupado nas últimas décadas, Adolfo Carrasco Martínez e Luis Salas Almela abordam os mecanismos que permitiram às casas senhoriais aristocráticas administrarem os seus vastos e longínquos senhorios, sintetizando o primeiro autor a importância das clientelas da nobreza da seguinte forma: «Lo clientelar es, en realidad, el modo en que se ejerce el poder señorial, el modo en que se verifican las competencias señoriales y la organización de la casa e de la gestión del señorío» (p. 85). Ángela Atienza López debruça-se sobre uma questão mais específica, nomeadamente o investimento efetuado pela nobreza em conventos e de que forma esta dispensa de proteção podia ser utilizada. As entidades eclesíásticas são abordadas no quarto capítulo, mas a partir de perspetiva diferente: Antonio Irigoyen López analisa o papel dos bispos enquanto donatários e, simultaneamente, outorgantes de mercês, enquanto Julen Zorrozuza Santisteban estuda o mecenato artístico promovido, no século XVIII, na província de Biscaia por parte das elites locais que, individual ou coletivamente (paróquias, municípios e outras instituições), visaram obter reconhecimento social.

A terceira parte intitula-se *Patronazgo regio y gobierno imperial en la Monarquía de los Austrias* e analisa o patrocínio régio enquanto forma de governo em diversos espaços. Máximo Diago Hernando destaca a importância destes vínculos formados entre os reis de Castela e as oligarquias urbanas do mesmo reino no contexto da governação municipal dos espaços de jurisdição régia nos séculos XV e XVI. Raimundo Rodríguez Pérez retoma a questão do patrocínio aristocrático, escrevendo sobre o investimento material e cultural desenvolvido pelos marqueses de los Vélez nos reinos de Múrcia e Granada entre os séculos XV e XVIII. O recurso ao patrocínio como forma de integração de territórios, por via da persuasão, constitui a problemática estudada por Séverin Duc e José Eloy Hortal Muñoz, nos capítulos referentes ao ducado de Milão e aos Países Baixos. A abordagem efetuada por Arrigo Amadori ao governo dos vice-reinos americanos, durante o valimento do conde-duque de Olivares, segue a mesma linha, mas tem a particularidade de considerar a concessão de mercês como um mecanismo de criação de uma facção favorável à governação de D. Gaspar de Guzmán.

Os quatro artigos finais reportam-se unicamente aos séculos XVIII e XIX e reúnem-se sob o título de *Patronazgo e absolutismo. De la consolidación a la crisis del sistema*. Não obstante a qualidade dos seus trabalhos, é nesta parte que consideramos poderem levantar-se algumas questões. Em primeiro lugar, denota uma certa incoerência relativamente aos restantes capítulos, pelo me-

nos parcialmente. A abordagem de Javier Sánchez Márquez à embaixada do príncipe de Campoflorido a França, no âmbito da qual foi negociado com o valido de Luís XV, o cardeal de Fleury, o segundo Pacto de Família, considera a importância das redes de solidariedade em que o embaixador se suportou e o papel da *dádiva* enquanto mecanismo utilizado para conquistar a atenção do cardeal. Todavia, dificilmente se pode considerar que estes expedientes corresponderam a relações clientelares ou de patrocínio, pelo menos no sentido que lhes é atribuído na introdução do livro.

O título sugere ainda que a última parte se ocupa do crepúsculo destas práticas de governança. Os derradeiros capítulos analisam, efetivamente, as relações de patrocínio e clientelismo e o seu falhanço; porém, o insucesso verificado mais parece corresponder a episódios pontuais do que à falência de um modo de exercer o poder. Cristina González Caizán estuda a façanha do marquês de Ensenada e a formação da mesma em torno de um objetivo político concreto, no reinado de Fernando VI, bem como a sua queda em desgraça, reconstituindo os percursos individuais de alguns dos seus colaboradores. Antonio Calvo e Manuel Amador observam o reinado de Carlos IV e a proteção política dispensada pelo monarca às principais figuras de que se rodeou, considerando que aquele período não constituiu nenhum «momento de transición histórica» (p. 407). O último capítulo, de Andoni Artola Renedo, recupera a questão da falência, no século XIX, do modelo de criação de grupos de apoio político mediante o recurso ao patrocínio régio, nomeadamente a tentativa de criação de uma elite eclesiástica – todavia, frustrada em virtude de fatores conjunturais.

Estas duas últimas observações não afetam o relevante interesse dos artigos em causa, nem retiram merecimento algum ao livro. A abrangência temática do conjunto dos capítulos e a articulação entre os diversos espaços sociais, que se demonstra cabalmente ao longo das suas páginas, constituem méritos incontornáveis. Além de que esta obra aprofunda detalhadamente o estudo dos mecanismos informais de exercício de poder político assentes em relações pessoais, numa perspetiva policêntrica e sem incorrer no erro de se focar unicamente no poder monárquico. Este livro e a metodologia em que assenta correspondem, pois, a um exercício historiográfico muito pertinente, que deveria ser aplicado ao caso português.

CRISTÓVÃO MATA
CHSC – U. Coimbra
cristovaomat@hotmail.com

ANZOÁTEGUI, Vítor Tau (2016). *El jurista en el nuevo mundo. Pensamiento. Doctrina. Mentalidad*. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 267 pp., ISBN: 978-3-944773-06-3.

A obra em epígrafe, sétimo volume da coleção *Global Perspectives on Legal History*, promovida pelo Max Planck Institute for European Legal History, é uma compilação de alguns artigos e capítulos de livros que o jurista Vítor Tau Anzoátegui deu ao prelo ao longo da sua carreira.

Nascido em 1933, este é um dos autores argentinos mais consagrados no âmbito da historiografia jurídica hispano-colonial. Durante o seu percurso académico preocupou-se com a aplicação da normatividade; com a substituição do enfoque legalista da ‘juridicidade indiana’ por outro centrado na cultura jurídica; com a integração da juridicidade hispano-colonial na cultura jurídica europeia; e com a aproximação da história judicial à história social como viático de interrogação dos textos legais à luz de uma conceção ampla do fenómeno jurídico.

No livro em apreço Anzoátegui propõe não dissociar os ofícios dos oficiais que os exerciam. Para tal, analisa a formação, pensamento, cargos profissionais e, até, alguns aspetos da vida privada de quem elaborou, interpretou e aplicou o Direito: os juristas, designadamente os que laboraram no *Novo Mundo Hispânico*, tais como Juan de Matienzo, Juan de Ovando, Antonio de León Pinelo e Juan de Solórzano Pereira. Num exercício de texto e contexto, o autor considera que a obra deste último, “a mais importante obra jurisprudencial fixadora do ordenamento indiano”, deve ser vista como reflexo da cultura jurídica da época, que preconizava a sistematização e adaptação dos quadros normativos existentes aos contextos novos.

O livro encontra-se estruturado em 11 capítulos. Inicia com uma introdução de tamanho invulgar, 24 páginas, que traça o perfil exigido aos juristas e explica que as práticas judiciais diferenciadas que eles promoveram, adaptadas à realidade local, impulsionaram o aparecimento de um *corpus* normativo, civil e canónico, de heterogénea composição. Lembrando a expressão de Ludovico Romano, segundo o qual “As leis sem os cânones valem pouco, mas os cânones sem as leis nada valem”, o autor explica que o campo de conhecimento e atuação do jurista compreendia tanto leis civis quanto leis canónicas. Daí que o Direito se tenha desenvolvido como saber jurisprudencial, diverso e variável, sendo a transplantação desse modelo para a colónia, o que explica, segundo Anzoátegui, a criação de normas indianas a partir do *Direito de Castela*.

No primeiro capítulo explica-se a plasticidade do Direito no *Novus Orbis* e a ligação entre o Humanismo e a Teologia. Alguns teólogos espanhóis dos séculos XVI e XVII, teriam sido percussores, diz o autor, das novas direções que o Direito adquiriu na Idade Moderna no contexto mais alargado de uma renovação humanista, secularizadora, sistematizadora e reformadora do ordenamento jurídico.

Os dois capítulos que se seguem são uma abordagem crítica a dois estudos. Em relação ao primeiro, *La contribución de las naciones europeas al Derecho común* (1989), do alemão Helmut Coing, sublinha a sinalização que faz da ausência das literaturas jurídicas espanhola e portuguesa na conceção alemã acerca do desenvolvimento do Direito comum, mas critica a desconsideração do *Direito Indiano*. No que concerne ao segundo, *El Gobierno del Perú* (1567), escrito por Juan de Matienzo, Anzoátegui reputa-o de obra chave para entender uma das vias do humanismo jurídico, de espírito renascentista, ou racionalista.

O quarto capítulo explica como se tornou *auctoritas* a obra setecentista *La Víctima Real Legal*, escrita pelo canonista de Salamanca Álvarez de Abreu, cuja tese se fundava na pertença à coroa das rendas eclesiásticas relativas a todos os ofícios eclesiásticos vacantes nas *Índias*. Ao dissecar o contexto ideológico da redação, Anzoátegui identifica uma conceção providencialista da política, tipicamente Barroca, e uma linha de renovação que fazia de Abreu um *tradicionalista crítico* e um *modernista tradicional*.

No quinto capítulo caracteriza-se a Doutrina como criadora do Direito no contexto do sistema jurisprudencial casuísta. Pelo seu prestígio social e jurídico algumas obras adquiriam o estatuto de *auctoritas*. Numa época em que as soluções gravitavam dentro do círculo do provável, a *communis opinio doctorum* foi um elemento preponderante da jurisprudência casuísta, pelo menos até ao século XVIII, ocasião em que se arreigou, pelo menos no debate intelectual, o primado da razão, já postulado desde a centúria transacta, sendo Beccaria, Filangieri, Cabarrús, Cadalso, Muratori, Juan Francisco de Castro e Berni alguns dos expoentes dessa nova tendência.

Autor de uma obra epigonal, Solórzano manteve-se *auctoritas* mesmo durante o século XVIII. Daí que Tau Anzoátegui lhe tenha dedicado os seis capítulos seguintes. Neles empreendeu as seguintes análises: o modo como a *Recopilación* de León Pinelo e Solórzano deu solidez à ordem jurídica; a forma como o desenvolvimento paralelo de obras jurisprudenciais se refletiu nessa mesma *Recopilación*; os *exemplos* como instrumento de criação do Direito e o seu impacto na construção do discurso jurídico; o uso e o valor das noções de justiça na práxis jurídica; a omnipresença da *variedade* como fundamento

do casuísmo barroco; o relevo da *dissimulação* na jurisprudência casuísta indiana; e, finalmente, as competências, deveres, honrarias e remunerações dos advogados do *Cabildo* de Buenos Aires.

O problema científico que este livro se propôs a tratar, estudar o papel desempenhado pelo jurista no *Novo Mundo*, é relevante. A questão é que a significativa maioria dos textos que o compõem têm já alguns anos e, portanto, refletem preocupações antigas em relação a questões que, entretanto, conheceram desenvolvimento. Basta aludir, sem preocupações de exaustividade, aos trabalhos de Mayagoitia, Dougnac, Jaeger, Leiva e Barrientos Grandón.

Importa referir, nesse seguimento, que como referiu Heikki Pihlajamäki, existe uma grande insuficiência de trabalhos comparativos sobre os sistemas normativos dos impérios europeus. Queixa-se Anzoátegui, na página 41, que os historiadores do Direito se esqueceram da literatura jurídica hispânica, tão focados que estavam nas peculiaridades das respectivas nações. Mas, pergunto, não foi exatamente o que ele fez ao ignorar a circulação da literatura jurídica e juristas entre Portugal e os reinos espanhóis? Isso mesmo se colhe da afirmação que faz, na página 16, de que os juristas e as obras de jurisprudência dos séculos XVI e XVII alcançaram difusão em Itália, França, Inglaterra e Polónia. Que dizer então de figuras como Martín de Azpilcueta Navarro, Afonso do Prado, Francisco de Monzón, Juan de Pedraza, João Peruchio Mongrovejo, Bartolomeu Filipe, Luís Alarcão, Alfonso Rodriguez de Guevara, Francisco Franco, Henrique Cuellar, Francisco Suárez, entre outros, que leccionaram na Universidade de Coimbra?

Um dos argumentos centrais do livro é o de que o estudo do *Direito Indiano* não pode cingir-se às leis seculares, devendo abranger o costume, a ciência jurídica e a prática dos tribunais. O problema é que ele se centra exclusivamente no domínio da teoria (jurisprudência e doutrina dos autores), passando completamente à margem da prática, isto é, do âmbito concreto e profundo da aplicação do Direito.

Outro quesito digno de referência é o uso do conceito de *Direito Indiano*, criado pelo historiador argentino Riccardo Levene. A forma como é amplamente utilizado pode dar a ideia (ilusória) de que ele é consensual na historiografia. Não é. Dever-se-ia, a esta luz, especificar o que se entende por *Direito Indiano*, pois existem autores que o têm questionado, nomeadamente Tamar Herzog, Heikki Pihlajamäki e Luigi Nuzzo.

Dito isto há que reconhecer que este é efetivamente um livro reflexivo, investido de um forte aparato crítico, que procede a um levantamento massivo de hipóteses, que utiliza diversas fontes e compulsa documentos originais

depositados em vários arquivos. Com ele o leitor fica a conhecer algumas das mais importantes obras jurisprudenciais criadoras do Direito. Porém, ainda que seja o resultado de uma compilação e respetiva conversão de artigos em capítulos, o autor poderia, e no meu entender deveria, apresentar uma conclusão final e uma secção de bibliografia. Não há trabalho científico em que tal não se exija.

JAIME RICARDO GOUVEIA
CHSC - Universidade de Coimbra
POLIS - Universidade Federal do Amazonas
jaim.ricardo@gmail.com

PELZ, William A. (2016). *História do Povo da Europa Moderna*. Lisboa: Objectiva, 446 pp., ISBN: 978-989-665-149-7.

O mais recente livro de William A. Pelz, *História do Povo da Europa Moderna*, enquadra-se numa narrativa historiográfica de algum modo iniciada com a obra *A People's History of the United States*, de Howard Zinn, e que em Portugal conta, por exemplo, com a publicação de *A História do Povo na Revolução Portuguesa*, de Raquel Varela. Em larga medida, esta 'nova' historiografia revela-se um autêntico demolidor de 'lugares comuns' das diversas (mas quase sempre unânimes) narrativas da História – presentes tanto em manuais escolares e universitários, como em inúmeros discursos de fundo político (e, não raras vezes, militar) das elites nacionais. Nesse sentido, o último livro do historiador norte-americano, recentemente falecido, coloca a “gente trabalhadora”, “a maioria dos seres humanos”, “os dissidentes, os rebeldes e os radicais” no curso da história da Europa e reconhece a sua influência “para fazer da Europa aquilo que ela [hoje] é” (pp. 13-15).

Longe de explicar a história a partir de decisões políticas unipessoais, o passado é apresentado como consequência de contextos políticos, económicos e sociais, de “conflitos entre grupos concorrentes” (p. 14) que, sim, influenciam as opções de reis, generais, presidentes ou secretários-gerais. Do fim do feudalismo na Europa Ocidental ao colapso da União Soviética e ao início do século XXI, Pelz lembra a “resistência feroz de inúmeros europeus comuns” aos diversos autoritarismos nacionalistas, fascistas ou estalinistas e a forma como a sua luta haveria de resultar em vitórias, pelo menos “parciais”, apesar da repressão (p. 15).

Entre os 'lugares comuns' desmistificados encontram-se, por exemplo, o assassinato do arquiduque do Império Austro-Húngaro – que não foi, para Pelz, de modo algum o detonador da I Guerra Mundial tendo em conta que o assassinato de dirigentes políticos era extremamente comum e não despoletava guerras (p. 191) –, a Guerra Civil Russa – que na verdade resultou numa verdadeira guerra mundial promovida contra a Rússia soviética (p. 225) –, o Tratado de Versalhes – que longe de promover a paz foi um dos fatores a provocar a “ascensão do nazismo” e o início da II Guerra Mundial (p. 231) –, a Frente Popular espanhola – que, muito além de combater as tropas de Franco, enchia as prisões de revolucionários espanhóis (p. 253) – e os estratégias dos EUA para cindir o Partido Comunista Francês e retirá-lo de algumas Câmaras Municipais (p. 312).

Entretanto, o autor nascido em Chicago que chegou a ser motorista de

profissão procura fundamentar posições teóricas ou historiográficas na mais recente bibliografia. Aliás, este é um livro suportado essencialmente por referências bibliográficas – mais do que propriamente fontes históricas *avant la lettre*. Contudo, como reconhece Pelz, “o autor não sabe uma só palavra de finlandês, português, latim medieval ou grego” (p. 17) o que dificultou uma análise mais pormenorizada e abrangente da história europeia.

Esta matriz científica é acompanhada por uma enorme honestidade intelectual e historiográfica. Apesar de se posicionar à esquerda e de se encontrar próximo da rede concetual marxista, Pelz, por um lado, refere (ou denuncia) inúmeras situações em que os ‘donos da classe operária’ “decidiram refrear” vagas grevistas (p. 255) ao longo do século XX e, por outro, não confunde o movimento real ‘comunista’ com as fraudes consumadas pelos “regimes estalinistas” (p. 294). Nesse campo, Pelz volta a diferir da historiografia dominante (e da ‘comunista’): em primeiro lugar, aponta causas materiais para a transformação do Partido Bolchevique e do Estado soviético num só edifício monolítico, autoritário e contrário aos interesses da maioria da população; e, em segundo lugar, relaciona essa mesma transformação com a “contra-revolução” de matriz burocrática operada no seio daquele partido-Estado que finalizaria com a chacina da “liderança bolchevique” (p. 246) e de milhões de cidadãos soviéticos.

Noutra latitude, a obra salienta (e desmascara) também as contradições de homens que as narrativas dominantes e quase normativas referem como pontas-de-lança da Liberdade, nomeadamente o filósofo John Locke, “membro fundador de uma companhia britânica de tráfico de escravos” (p. 19), e Winston Churchill, responsável político pela morte de fome de três milhões de indianos em Bengala durante a II Guerra Mundial (p. 285) e político que faria tudo ao seu alcance para “estrangular” a Revolução Russa “desde o berço” (p. 224).

O livro termina com o capítulo “A Europa [que] cai no século XXI”. “Eufórica” com a queda do Muro de Berlim e com o tão badalado “fim da História”, depressa se reconhece traída. Para além da “tragédia” associada às guerras nacionalistas a leste, Pelz dá conta que “82 por cento dos inquiridos na antiga Alemanha Oriental declaram que a vida era melhor antes da unificação” (p. 365). Mais ainda: apesar do “monte de mentiras” verbalizado pelos governos dos ‘socialismos realmente existentes’, os povos da Europa Central e de Leste reconhecem hoje que afinal era “verdade” o que se dizia sobre o “capitalismo”, o “desemprego”, a “exploração”, o “imperialismo”, o “neocolonialismo”, o “*apartheid*” e as “ditaduras militares” (p. 368). A par de tudo isto, Pelz lembra que os povos da Europa Ocidental vêem-se agora confrontados um ataque

massivo aos direitos laborais. A questão torna-se mais gravosa no que diz respeito aos imigrantes muitas vezes tratados como animais de carga sem qualquer tipo de proteção laboral e social.

Apesar de o autor de *Karl Marx – a World to Win* retratar de forma desoladora a Europa comunitária e pós-soviética, oferece um tónico otimista – que percorre, na verdade, todo o livro – ao afirmar que “no século XXI, as gentes comuns vivem com mais saúde e com um grau de autonomia pessoal que não existia em séculos passados” (p. 376). No entanto, como afirma, “nenhuma das vantagens de que tantos hoje beneficiam foi dádiva de uma classe dominante iluminada. Cada reforma, cada concessão daqueles que detêm a riqueza e o poder surgiram em consequência da iniciativa dos europeus comuns” (p. 377).

Em suma, o último livro do antigo diretor do Institute of Working Class History, não obstante se revelar como “uma leitura alternativa da história europeia” (p. 13), é também um fidedigno manual de história. Caberá às elites académicas admitirem, ou não, um diferente modo de ler o passado e, simultaneamente, de compreender o presente.

JOÃO MOREIRA

ICS – U. Lisboa

joamoreira.iscte@gmail.com

MENDES, António Moncada S. (2017), *Aristides de Sousa Mendes - Memórias de um Neto*. Porto Salvo: Edições Desassossego - Editora Saída de Emergência, 348 pp., ISBN: 978.989.99875-4-6.

Foi recentemente editado o livro *Aristides de Sousa Mendes - Memórias de um Neto*. Esta obra, além da introdução, da conclusão e do anexo documental, está estruturada em dez capítulos. Todavia, o autor “esqueceu-se” de transpor para o índice o título de cada capítulo e seus subcapítulos. Ao invés, o tom intimista e o ineditismo atravessam todo o texto, particularmente o capítulo IV. O autor escreve bem. Apenas um reparo: tropeça-se, com alguma frequência, em lapsos de aplicação das regras de pontuação. Não elenca as referências bibliográficas, mas vai indicando as fontes, de diversos tipos, no decurso do texto.

Em relação às biografias publicadas, às duas teses de doutoramento e a tudo o que se escreveu e se filmou sobre o cônsul de Bordéus, esta obra traz de novo o resultado de amplas informações orais, colhidas pelo autor junto dos numerosos familiares, de amigos e de pessoas a quem o seu avô salvou a vida, bem como do importante espólio fotográfico e documental existente na Casa do Passal, do avô paterno, em Cabanas de Viriato (Carregal do Sal), e, principalmente, no palacete da Quinta Alpoim (Mangualde) que viria a ser a casa de família do avô materno, César de Sousa Mendes, irmão gêmeo de Aristides.

Os gêmeos concorreram à carreira diplomática. Em 12 de maio de 1910, Aristides foi nomeado cônsul na cidade de Demerara, Guiana Britânica. Depois, foi cônsul em Zanzibar (1911-1918), Curitiba (1918-1919), S. Francisco (1921-1924), S. Luís do Maranhão (abril de 1924 ...), Porto Alegre (1924-1926), Vigo (1927-1929), Antuérpia (1929-1938) e Bordéus (1938-1940).

Algum tempo depois de tomar posse do consulado de Vigo, Aristides foi chamado a Lisboa, com urgência, para tratar de um assunto “discreto e delicado”. Ao volante do seu “espaçoso e resistente” Ford que comportava 17 pessoas (ver foto na p. 118), o cônsul, a esposa Angelina (Gigi), a fiel empregada “Borges” e os 11 filhos rumaram à capital. Tratava-se de levar sigilosamente a irmã Lúcia do Convento das Carmelitas de Coimbra para o Convento das Doroteias de Tui (em cuja escola as filhas estudavam). Nas proximidades da fronteira luso-galega, aconteceram duas situações que, só por milagre, não desfizeram o carro e não puseram fim à vida dos ocupantes, graças à presença da irmã Lúcia.

Mas os milagres não tinham acabado. A filha mais nova de Aristides e Angelina, Teresinha, com tumores no corpo, sofreu, durante três meses, dores horríveis, com febre intensa e delírio. Certa manhã, Clotilde, Isabel e Joana, banhadas em lágrimas, entregaram à irmã Lúcia um «bilhetinho». No final das aulas, a vidente de Fátima disse-lhes: «Vão para casa e tenham fé. Amanhã a vossa irmãzinha estará curada». E assim sucedeu. Na manhã seguinte, Teresinha acordou com o corpo imaculado. Os dois médicos que a tinham assistido, estupefactos, não vislumbraram explicação para tal “milagre”.

A Vigo, seguiu-se Antuérpia (1929-1938). No início da Segunda Grande Guerra, vamos encontrar Aristides de Sousa Mendes, cônsul em Bordéus. Em maio/junho de 1940, as forças armadas alemãs invadiram e bombardearam a Holanda a Bélgica, o Luxemburgo e o norte da França. No dia 14 de junho, Hitler entrou em Paris e subiu à Torre Eiffel para assistir ao desfile da vitória. Multidões de pessoas fugiam da guerra, em debandada, rumo ao sul, à cidade de Bordéus. As ruas que conduziam ao consulado português ficaram apinhadas de gente, aguardando o “visto” para Portugal. O cônsul Aristides passou, sem descanso, “visto” a todos os que o solicitaram. Deste modo, salvou a vida ou do internamento nos campos de concentração nazis, a cerca de 30.000 pessoas, contra os ditames de Salazar, expressos na célebre e inconstitucional circular 14 (Anexo 2). Nela se proibia a passagem de vistos, aos russos, aos judeus, aos apátridas e aos de nacionalidade indefinida.

Perante o tremendo dilema, entre a obediência e a sua consciência, que lhe fez passar noites de insónia e que tanto preocupou Angelina, Aristides repetiu o que dissera, ao receber a malfadada circular, desabafando com a esposa: - «Não participo em chacinas, por isso desobedeço a Salazar». As consequências não se fizeram esperar. O cônsul de Bordéus foi condenado à pena de “aposentação compulsiva” (situação não prevista na lei). Entretanto, Salazar não teve pejo em se apropriar dos elogiosos louvores, expressos pelos países aliados e por outros, face ao generoso acolhimento de Portugal a tantos refugiados da guerra.

O cônsul de Bordéus não se conformou com a pena que lhe foi aplicada. Escreveu ao Presidente da Assembleia Nacional (Anexo 7) e, 3 meses depois, entregou em mão uma carta a cada um dos 120 deputados, onde invocava a inconstitucionalidade da circular 14. Enviou uma carta ao Presidente da República, Óscar Carmona. Endereçou duas cartas ao papa Pio XII (Anexos 8 e 9). Idêntica missiva remeteu ao cardinal patriarca de Lisboa, António Cerejeira, do qual, finalmente, obteve resposta: “... que se dirigisse a Fátima e aí rezasse pela intercessão de Nossa Senhora”.

Após a sua morte, em 3 de abril de 1954, a memória do cônsul de Bordéus ficou retida na masmorra arquivística da PIDE, à espera da sua hora.

Ninguém ousava recordar o seu nome ou a sua “epopeia”. Os seus filhos, os netos e outros familiares passaram a constar da “lista negra” do regime. Embarcaram para os Estados Unidos e para o Canadá e aí foram evocando e divulgando a memória de Aristides, com particular empenho da filha Joana, cognominada pelos familiares “a teimosa”. Aí foram contactando com muitos daqueles a quem o cônsul de Bordéus salvara a vida.

Convirá não deixar no “rol do esquecimento” que, em 16 de novembro de 1954 (mais de sete meses depois do falecimento de Aristides), Salazar enviou para Mangualde, endereçado ao gémeo César, um cartão pessoal de “melhores pezames” (ver imagem da p. 275). Peso na consciência?

Implantada a Terceira República, em 1974, seria de esperar que “o caso Sousa Mendes” tivesse rápida resolução. Mas foi preciso esperar 14 anos. Pelas mãos de Jaime Gama, o assunto foi levado à Assembleia da República que, em 18 de março de 1988, aprovou, por unanimidade e aclamação, a reintegração, a título póstumo, de Aristides de Sousa Mendes, na Carreira Diplomática, com o grau de embaixador. Foi ainda por sugestão de Jaime Gama que foi criada, em 23 de fevereiro de 2000, a Fundação Aristides de Sousa Mendes, com o objetivo primeiro de comprar e restaurar a Casa do Passal (tinha sido vendida).

O nº 14 é simbólico na vida de Aristides de Sousa Mendes: do seu casamento com Angelina teve 14 filhos; Quai Louis XVIII, nº 14, foi a morada da família, em Bordéus; em 14 de junho de 1940, Hitler entrou vitorioso em Paris; serviu os primeiros 14 anos da ditatorial Segunda República (1926-1940); a circular 14 ditou o fim da sua carreira diplomática; faleceu em 3 de abril de 1954, 14 anos depois da “crise dos vistos”; só em 1988, 14 anos após a instauração da Terceira República, foi formalmente reabilitado e reintegrado, a título póstumo, na carreira diplomática. Terá sido por acaso que o autor incluiu, no final do livro, 14 anexos documentais?

Vamos concluir. Todo o leitor encontrará neste livro informação importante e apaixonante sobre o “cônsul de Bordéus”. Os que já estão documentados a este respeito, vão deparar-se com novidades que, certamente, não suspeitavam. Os que nunca ouviram falar ou nada leram sobre Aristides de Sousa Mendes têm, nesta obra, os elementos necessários e suficientes para obterem um conhecimento globalizante a seu respeito. Porque estamos perante as *Memórias de um Neto*, perpassa pelas 368 páginas do livro o tom intimista (insistimos, uma vez mais) que adorna o prazer da sua leitura.

JOSÉ MANUEL AZEVEDO E SILVA
CHSC – U. Coimbra
jazevedosilva@gmail.com

TORGAL, Luís Filipe (2017). *Fátima. A (des)construção do mito*. Coimbra: Palimage, Coleção Raiz do Tempo, 75 pp., ISBN: 978-989-703-184-7.1

Com a chancela da Editora Palimage, integrado na Coleção Raiz do Tempo dirigida por Margarida Sobral Neto, saiu do prelo, no final de 2017, o livro em apreço. O autor, Luís Filipe Torgal, fatimólogo, distinguido dentro e fora do nosso país, é bem conhecido como licenciado, mestre e doutor em História Contemporânea, pela nossa e “sua” Faculdade de Letras de Coimbra; como investigador, laborioso e competente, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, criado por seu Pai, Doutor Luís dos Reis Torgal; como professor de História, dedicado e pedagogicamente exemplar, enfim, conhecido, e sentido, como amigo grato, e filho, pai, marido e irmão, sempre presente e afetuoso.

O livro, em estilo elegante, representa um historiador caracterizado pela sua honradez científica e investigação de mão-cheia. O método usado radica no recurso constante às fontes, o mesmo é dizer às origens da informação. Por isso, todas as suas afirmações têm fundamento documental autêntico, princípio primaz da construção da História.

Entre algumas páginas destinadas a esclarecer que o livro “não é uma obra de índole historiográfica mas sim a assunção de que Fátima é um mito”, e uma assinalável relação de *Fontes e Bibliografia*, Luís Filipe Torgal ordena 4 capítulos: 1. *A história original*; 2. *Aparições/visões em tempo de fome, pestes e guerras*; 3. *A Igreja impôs Fátima*; 4. *Uma mensagem para cada época*. A obra surge, como todos sabemos, no ano das comemorações do 1.º Centenário do Milagre de Fátima (1917-2017). Ganha, por isso, particular destaque bem como, por exemplo, a presença do autor no Colóquio *Fátima, História e Memória*, organizado pela Academia Portuguesa da História e pelo Santuário de Fátima, ocorrido em Lisboa e em Fátima, nos dias 26 e 27 de maio. Tivemos, então, o ensejo de ouvir Luís Torgal sobre “O Republicanismo e Fátima”. Mas usando, agora, as palavras de Maria Luísa Malato, nossa Colega do Porto, “como falar de coisas que mais ninguém viu”? E continua a Autora: “se pensarmos mais demoradamente é afinal, o problema de todos os relatos considerados inverosímeis.” Na verdade, as Aparições de Fátima, descritas por 3 crianças, Jacinta, Francisco e Lúcia, atraem pela fascinação do oculto, do sobrenatural, causando, por isso, uma unanimidade, logo, todavia, quebrada quando o

¹ O livro foi apresentado no dia 3 de novembro de 2017, em Coimbra, na Casa Municipal da Cultura, Sala Sá de Miranda, pela autora desta nota e pelo historiador Augusto Monteiro.

encantamento dá lugar a irresistíveis interrogações, dúvidas e perplexidades.

Surgem, então, dois corpos com a mesma cabeça ou, dito de outra maneira, várias cabeças e um só corpo. Cabeças e pensamentos de católicos e historiadores, de ateus que não são historiadores, de católicos que não acreditam em Fátima, enfim, daqueles que não sendo nem católicos, nem ateus, nem historiadores, acreditam nas Aparições.

A meu ver, este nó górdio, deve-se ao facto de Fátima possuir, como é sabido, duas dimensões: a transcendente, que explica o Milagre, e a imanente, humana, que ao usar os instrumentos do método histórico-crítico procura desconstruir a primeira. São, pois, duas dimensões para, pelo menos, igual número de abordagens, legítimas, diga-se. Aquela que o livro em epígrafe nos apresenta, remete para o tratamento do assunto do ponto de vista histórico, a partir, como já disse, de uma análise documental rigorosa e imparcial. Luís Filipe Torgal nega, com efeito, o fenómeno na sua dimensão supra-humana, mas aprofunda-o enquanto recetor e projetor de dados político-sociais e culturais dos inícios do século XX.

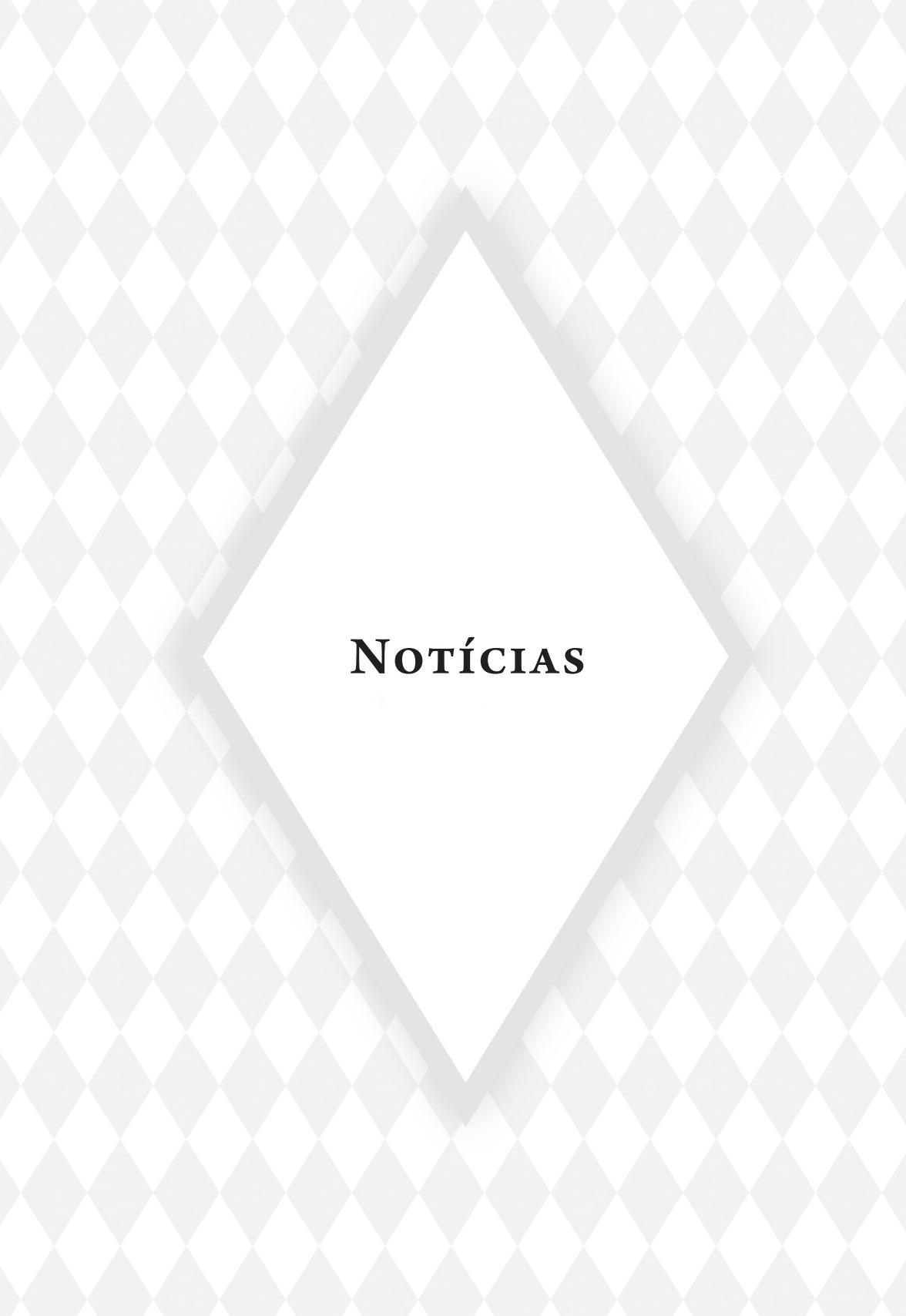
Marco Daniel Duarte, autor da obra *Fátima e a criação artística (1917-2007) o Santuário e a iconografia - a arte como cenário e como protagonista de uma específica mensagem*, defende que “é com consciência de que a objectividade do discurso historiográfico é um frágil equilíbrio que é possível o estudo conducente à desconstrução dos mitos de Fátima que existem embora nem sempre resultem da actuação daqueles que científica ou apologeticamente defenderam Fátima”.

Em conclusão, Fátima será sempre, para uns, um lugar, tão só um lugar, na Terra, mas será, igualmente, para outros, ‘o lugar’, ‘o lugar’ inspirador, de paz, de oração, de penitência, de Fé, ‘o lugar’ sagrado.

MARIA JOSÉ AZEVEDO SANTOS

CHSC – U. Coimbra

mazevedo_santos@yahoo.com



NOTÍCIAS

Uma sessão inicial, nos fins de janeiro, e onze semanais, entre os meses de abril e julho, formaram o programa do Seminário organizado pelo Grupo de Investigação do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ‘Usos do Passado’, coordenado por Sérgio Campos Matos e Covadonga Valdaliso-Casanova. O ponto de partida do encontro foi explorar como se relacionaram e relacionam o presente e o passado próximo, nos tempos pretéritos e no nosso tempo; e também como a memória dos passados imediatos se transformou e transforma em história. Assim, colocaram-se questões como quando o coevo se torna passado, quais foram e quais são as políticas de formação e preservação de memórias, ou que convergências e divergências pode haver entre história e jornalismo, entre outras.

Juan Francisco Fuentes (U. Complutense) analisou os usos da memória nas origens do fascismo espanhol na conferência “Iconografía del primer fascismo español (1933-1945): símbolos, ritos, lugares de memoria”. Nuno Simões Rodrigues (U. Lisboa), o registo de um episódio na Grécia Clássica (“Atenas e o tiranicídio de 514 a.C. Ideologia e representação”). Cristina Pimentel (U. Lisboa), a escrita historiográfica romana através de Tácito (“... *quo requiesceret animus a domesticis malis* [Tácito, Ann. 6.38]: Quando a história não apazigua os seus leitores”). Filipe Alves Moreira (U. Porto), as maneiras de registar o passado próximo no Medievo português (“Historiar o passado recente na baixa Idade Média portuguesa”). Ana Isabel Buescu (U. Nova de Lisboa), a utilização do passado com fins políticos no século XVII (“1640: ‘uma segunda fundação’. Usos do passado no discurso político e na iconografia da Restauração”). José Guedes de Sousa (U. Lisboa), a historiografia no período 1933-1374 (“História e memória disciplinar no Estado Novo”). Estas intervenções, focadas em problemáticas concretas, com cronologias e localizações precisas, alternaram-se com outras mais dirigidas a questões teóricas, como as de Fernando Catroga (U. Coimbra) (“Em torno do passado recente”), Luís Filipe Barreto (U. Lisboa) (“Presente, passado e lógicas do historiar”) e François Hartog (EEHSS) (“Une nouvelle condition historique”).

A assistência regular de investigadores, bem como de numerosos doutorandos, mestrandos e estudantes de licenciatura, e a participação de todos eles nos debates que se seguiram às intervenções – todas elas acompanhadas por um moderador e um comentarista –, fizeram deste extenso Seminário uma única discussão retomada semana a semana durante vários meses. O

propósito de debater, para aprofundar as ideias lançadas pelos conferencistas e construir assim um discurso único a partir dos contributos de múltiplos autores, foi sublinhado nas últimas sessões, sob a forma de três mesas redondas. Na primeira, Silvestre Lacerda (Diretor do ANTT), Luís Farinha (Diretor do Museu do Aljube) e José Neves (U. Nova de Lisboa), expuseram e analisaram as “Políticas de memória recente”. Na segunda, António Ventura (U. Lisboa) e Bruno Cardoso Reis (U. Lisboa) discutiram com os assistentes em torno das “Memórias e História do Estado Novo”. Na última, os historiadores António Costa Pinto (U. Lisboa) e Paulo Silveira e Sousa (U. Nova de Lisboa), e os jornalistas Pedro Caldeira Rodrigues e Frederico Carvalho, refletiram sobre os pontos de encontro entre as suas profissões.

O propósito dos organizadores desta iniciativa, e de outras que pretendem desenvolver no presente ano e nos seguintes, é estimular a reflexão sobre o que a história é, sobre o que significa e implica historiar, e sobre como é construída e lida a historiografia. Explorar os limites que se estabeleceram e estabelecem entre o passado e o presente, ou como são definidos cada um deles, foi apenas o primeiro tópico de uma discussão que se espera prolongar e expandir, com os mesmos participantes e com novos contributos.

COVADONGA VALDALISO-CASANOVA

CH – U. Lisboa / CHSC - U. Coimbra
covaldaliso@gmail.com

Ciclo de Estudos – A Identidade do Poder Religioso: cores, símbolos, emoções. 19ª Semana Cultural da Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 22 de março de 2017

No marco das celebrações do 727º aniversário da Universidade de Coimbra, a 19ª edição da Semana Cultural escolheu, como argumento do ano de 2017, uma temática muito debatida nos últimos decénios pelas ciências sociais, mais precisamente a questão da identidade, colocando a seguinte pergunta: *Quem Somos?*

Um momento de festa, claro, mas simultaneamente de profundo questionamento, assim como de reflexão pela dupla coincidência gráfica que marcou o ano de 2017, tanto na fórmula numeral, como na verbal. De facto, para além do número capicua, correspondem dois palíndromos, nomeadamente 727 e SOMOS, fórmulas gráficas que se podem ler pelos dois versos, mas sem se alterar o significado de origem do lema. Traços marcantes do cartão de identidade da Universidade de Coimbra, das suas componentes de longa duração, dos seus recursos humanos e patrimoniais, de muitos elementos básicos, quer ao nível individual, quer coletivo, dessa fortaleza do conhecimento português, europeu e não só. Um baluarte sólido apesar das pesadas cronologias, e que, *mutatis mutandis*, se propõe difundir a língua e a cultura lusas através de neo-amanuenses eruditos e pacientes; disseminar valores ou saberes que nessa antiga Universidade europeia tiveram um estimulante viveiro; irradiar novas fórmulas científicas em distintos territórios de ultramar, abrangendo – desde o Atlântico ao Pacífico – outros espaços oceânicos ou terrestres, de um mundo global *ante literam*.

O CHSC, os seus membros e as unidades de I&D sediadas na Universidade de Coimbra responderam ativamente a esse desafiante convite ao longo da sua extensa calendarização (1 de março – 28 de abril 2017) com distintas propostas científicas, como seminários, ciclos de estudos, outros momentos de debate ou de conhecimentos partilhados. E ainda com outras situações performativas realizadas a partir da colaboração entre unidades de investigação da UC, assim como com outras Universidades portuguesas ou estrangeiras, e cuja consumação teve lugar em múltiplos espaços da Atenas portuguesa, como o Arquivo da Universidade de Coimbra, a Faculdade de Letras e o Museu da Ciência.

O Ciclo de Estudos *A Identidade do Poder Religioso: cores, símbolos, emoções*, realizado na Faculdade de Letras, na tarde do dia 22 de março, teve como quadro de referência esse âmbito comemorativo e temático. Através da con-

tribuição de professores da FLUC e investigadores do CHSC pretendeu-se corresponder aos propósitos e à questão colocada pela 19ª Semana Cultural. Em particular, procurou-se problematizar o "Poder religioso", descodificando os seus elementos materiais/imateriais, estéticos, emocionais e até cromáticos. Uma proposta que pressupunha uma perspetiva metodológica que conciliava a história das instituições da Igreja com a análise das expressões artísticas, simbólicas ou iconográficas na esfera da religião. Visou-se analisar o caso português, tomando como base de estudo formas de poder religioso na Universidade de Coimbra, num confronto com outras expressões de autoridade, civis e eclesiásticas, desenvolvidas nos rituais do espaço urbano/diocesano/metropolitano conimbricense.

Ambicionando uma metodologia interdisciplinar, e sem descurar aspetos didáticos ou pedagógicos, o ciclo de estudos dirigiu-se a um público de alunos e professores, seguindo os seguintes vetores de análise: *Os autos da fé inquisitoriais em Coimbra* (José Pedro Paiva, FLUC/CHSC/CEHR); *A Procissão na Cidade* (Saul Gomes, FLUC/CHSC/CEHR); *Selos e escudos de armas: símbolos identitários e do poder religioso* (Maria Rosário Morujão, FLUC/CHSC/CEHR), «*Com grande solenidade & muitas lágrimas*»: ênfase litúrgica do poder e da jurisdição episcopal, séc. XVI-XVIII (Paola Nestola, CHSC).

As duas sessões foram moderadas pelos Professores Doutores Isabel Ferreira da Mota (FLUC/CHSC) e Jaime Gouveia (CHSC/CHAM), que também animaram os debates. Abriu essa iniciativa científica a sua coordenadora, Doutora Paola Nestola (CHSC), dando as boas-vindas e agradecendo aos intervenientes e ao público presente; prosseguiu-se com a intervenção da Coordenadora Científica do CHSC, Professora Doutora Irene Vaquinhas, que enquadrou este encontro nas linhas estratégicas da unidade I&D; finalizou-se com as palavras desafiantes do Diretor da FLUC, Professor Doutor José Pedro Paiva.

Coimbra foi o principal foco urbano e sócio-cultural das comunicações apresentadas, cujas trajetórias se caracterizaram pelo recurso a metodologias complementares da história institucional, como a topografia, a iconografia, a iconologia, a etimologia, a esfragística. Deu-se prioridade a arcos cronológicos amplos, como o período 1567-1781, balizas cronológicas que marcaram, por um lado, a encenação do primeiro auto da fé da Inquisição de Coimbra (5 de outubro); por outro, o seu epílogo, com a atividade performativa ou morfológica de um tribunal em declínio – até considerado “moribundo” – e, contudo, visto muito ativo conforme as polémicas gravuras dos artistas protestantes. Para além desse tema, abordaram-se ainda factos e conjunturas específicas, como as procissões disciplinadas pelo bispo de Coimbra, D. Afonso

de Castelo Branco (1585-1615), no ano de 1591. Privilegiando a análise de permanências ou de mudanças, incidiu-se na consideração de aspetos e expressões da autoridade de épocas antigas, tomando como casos representativos exemplos das civilizações mesopotâmicas, ou de selos produzidos pela cúria papal romana na época medieval, e com exemplos portugueses. Entre esta tipologia de expressão de poder, destaca-se o manufacto lapídeo ou o azulejar das armas do bispo D. Jorge de Almeida, nas primeiras décadas do século XVI. Finalmente, prosseguiu-se com outras formas de manifestações e consagração do poder religioso, como as liturgias episcopais celebradas ao longo dos séculos XVI-XVIII, em conjunturas específicas da história político-confessional portuguesa, em particular durante a monarquia dos Áustria. Nesse quadro, analisaram-se algumas fases significativas da cerimónia de entrada em Braga, em 1589, do arcebispo D. Fr. Agostinho de Jesus (1588-1609).

Os percursos circulares, longilíneos ou bustrofélicos traçados pelos rituais religiosos, encenados de acordo com ciclos diurnos ou noturnos e entre espaços terrestres ou líquidos (como o cenário do rio Mondego, no caso das execuções inquisitoriais), tiveram a cidade de Coimbra, a sua Universidade e os seus homens como núcleo central do poder religioso e da sua elaboração, atingindo também contextos jurisdicionais e territoriais do Império português onde, ainda hoje, se guardam preciosos testemunhos.

Um património identitário do qual somos herdeiros e, ao mesmo tempo, que devemos ou podemos preservar. Implicando uma descodificação da linguagem verbal ou gráfica, todas essas dinâmicas constituem um ambicioso desafio de estudo pelas linhas de pesquisa do CHSC, e uma aliciante oportunidade de divulgação científica entre o público académico e a sociedade em geral.

PAOLA NESTOLA
CHSC – U. Coimbra
nestolap@gmail.com

**Colóquio Portugal / Novas Museologias – Museus Militares.
Comando da Brigada de Intervenção, Convento de Sant’Ana
(Coimbra), 26 de maio de 2017**

O Colóquio *Portugal / Novas Museologias – Museus Militares*, realizado no passado dia 26 de maio de 2017 na Brigada de Intervenção (Coimbra) terminou, atrevemo-nos a dizer, com grande êxito. O simpósio revelou-se de assaz importância e relevância para o contexto museológico português, apesar da restrição ao tema circunscrito, isto é, os museus militares. As conferências exibidas mostram o debate existente no seio do contexto museológico e os modos como este se interpreta. Neste sentido, o evento teve como objectivo incentivar, para o debate público, os modos de discutir a museologia, os seus objectivos e interesses, assim como uma grande questão: ‘Musealização’ ou ‘Interpretação’ do espaço e/ou objectos intervencionados. No debate entre a questão anteriormente evidenciada é de salientar as exposições da Dra. Maria Antónia Athayde Amaral e do Dr. Francisco Maduro-Dias. Quanto ao modo de conceber o museu e as suas funções salientamos as exposições da Dra. Ana Bento e do Coronel Luís Albuquerque.

No nosso entender o Colóquio cumpriu a sua função. Permitiu mostrar variados modos de pensar o museu e discuti-lo. Será um tema, no nosso pensar, a continuar a novas áreas colocando na esfera pública o debate e o repensar do contexto museológico e interpretativo, que se mostra de grande interesse para a afirmação não só do turismo nacional, mas também do desenvolvimento científico – no apoio ao ensino e investigação de jovens estudantes e investigadores portugueses e estrangeiros. De salientar é a parceria entre um centro de investigação universitário e o Exército, que foi motivo de louvor por parte de muitas entidades. Mais iniciativas deste género se devem tomar como forma de aproximar o ensino e investigação universitária junto da população civil ou grupos específicos que se debruçam sobre as mesmas questões. Diálogo que permite uma maior intervenção do mundo académico à sociedade civil e de novas visões no debate científico.

Vemos a realização deste Colóquio como um projecto de relevante interesse para o desenvolvimento mútuo nos modos de pensar e no projectar do desenvolvimento social e científico.

GONÇALO PEDROSA
CHSC – U. Coimbra
goncalopedrosa23@gmail.com

V Encontro de Jovens Investigadores em História Moderna (V EJIHM). Faculdade de Letras, Biblioteca Geral e Arquivo da Universidade de Coimbra, 30 e 31 de maio e 1 de junho de 2017

Nos dias 30 e 31 de maio e 1 de junho de 2017, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, bem como na Biblioteca Geral e no Arquivo da mesma instituição de ensino superior, teve lugar o V Encontro de Jovens Investigadores em História Moderna (EJIHM). Durante os três dias do evento, foram apresentadas 56 comunicações, por 57 alunos de mestrado ou doutoramento, num total de 18 painéis, compostos por estudantes provenientes de cinco países (30 de Portugal, 17 do Brasil, 7 de Espanha, 2 de Itália e 1 da Noruega).

Este encontro, que se realiza de dois em dois anos, marca já a agenda dos investigadores em História Moderna, por ser um espaço privilegiado de divulgação e discussão de investigações em curso e também pela partilha que proporciona entre diferentes gerações de historiadores. Cada painel, organizado tematicamente, foi moderado por um investigador doutorado, que antecipadamente elaborou um pequeno comentário em torno dos textos apresentados, procurando aprimorar o seu conteúdo e trazer novas perspetivas de investigação a cada comunicação. Este é, sem dúvida, um dos eventos de maior relevância para a comunidade historiográfica nacional, com ampla projeção internacional.

De modo a garantir a qualidade científica do evento, integraram a Comissão Científica cinco reconhecidos historiadores: Ana Cristina Araújo (presidente), da Universidade de Coimbra, António Camões Gouveia, da Universidade Nova de Lisboa, Helena Osswald, da Universidade de Porto, José Damião Rodrigues, da Universidade de Lisboa, e Laurinda Abreu, da Universidade de Évora.

Ao longo do encontro, foram particularmente discutidos temas relacionados com Inquisição e Cristãos-novos, religiosidade e espiritualidade, assistência e prática médica, guerra e diplomacia, vida conjugal e controlo social, justiça e repressão, economia e política, nobreza e cultura aristocrática, formas de governação e tráfico de escravos, historiografia e cultura escrita e ainda história das mentalidades. Do ponto de vista geográfico, prevaleceram as comunicações em torno do Reino de Portugal e do Brasil colonial, com algumas incursões sobre outros territórios da Península Ibérica, norte de África, costa africana, América espanhola e Ásia portuguesa.

O V EJIHM, estruturado com painéis simultâneos, foi iniciado com a

conferência “Como historiar instituições complexas?”, proferida por José Pedro Paiva. Na tarde do segundo dia, decorreu ainda uma mesa-redonda, dedicada ao tema “A história por outros meios”, na qual se abordaram caminhos alternativos para os historiadores. Integraram a mesa-redonda Joaquim Ramos de Carvalho (Universidade de Coimbra), António Camões Gouveia (Universidade Nova de Lisboa) e Luís Almeida Martins (Revista Visão História). Os primeiros dois com experiência em meios de difusão e valorização da história fora do meio académico e o último com trabalho de divulgação junto do grande público. Em adição ao programa de trabalhos, este dia ficou completo entre um concerto realizado pelo Coro do Colégio de São Teotónio e por um jantar-convívio com os participantes do encontro.

Para a realização do EJIHM foram imprescindíveis os apoios atribuídos pela Faculdade de Letras, Biblioteca Geral e Arquivo da Universidade de Coimbra, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Reitoria da referida universidade e pela Delta Cafés. O apoio institucional e material foi acompanhado por uma enorme cordialidade por parte dos diretores e coordenadores de cada uma destas unidades, o que muito honrou a Comissão Organizadora. Pelo empenho e interesse demonstrados, esta penhoradamente manifesta o seu agradecimento.

O VI EJIHM decorrerá em 2019 (viejihm2019@gmail.com), tendo como anfitriã a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Uma vez mais, toda a comunidade historiográfica poderá usufruir deste encontro científico, que merece, da parte de todos, a melhor atenção.

BEATRIZ RODRIGUES CABRAL
beatriz.rcabral@hotmail.com

KEVIN CARREIRA SOARES
PIUDHist - ICS-U. Lisboa
kevincasoares@gmail.com

Colóquio Internacional Diálogos Luso-Sefarditas. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 9 de novembro de 2017

O Colóquio Internacional *Diálogos Luso-Sefarditas* realizado no passado dia 9 de novembro de 2017 no Anfiteatro III (4º Piso) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, terminou, atrevemo-nos a dizer, com grande êxito. O colóquio revelou-se de assaz importância e relevância para o contexto dos estudos judaicos em Portugal. Os estudos da presença judaica em Portugal são mais que justificados pela herança histórica que marca ainda hoje, em diversos sectores a sociedade portuguesa. A significativa aderência de participantes ao evento mostra como nos nossos dias se justifica os estudos judaicos na comunidade científica, uma área de estudos, que embora com alguns trabalhos produzidos, se encontra ainda em crescente produção. De salientar é o facto de o evento ter contado com a parceria de dois centros de investigação: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC/UC), o Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro (CLLC/UA) e a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC); o que revela que as parcerias interuniversitárias podem ser uma mais valia na produção científica nacional e internacional.

Excetuando as já relevadas parcerias com que o projeto contou, evidenciam-se figuras de renome na historiografia destes temas que comprazeram as comunicações – entre os quais o Doutor Saul António Gomes (Prof. da FLUC / CHSC), com a Conferência de abertura, “Os Judeus em Portugal em Tempos Medievais”, e a Doutora Irene Pimentel (Prof.a da FCSH da UNL / IHL), na Conferência de encerramento, “Foi o antisemitismo uma questão central em Portugal, dos anos 20 aos anos 30 do século XX?” – e à comissão científica do evento que soube dar espaço a jovens investigadores de mestrado e doutoramento que novos ‘ares’ trouxeram à produção científica. O Colóquio contou ainda com a conferência de Arthur Kiron, investigador e curador das coleções judaicas da Universidade da Pensilvânia (Pensilvânia, EUA), acerca da história da ilustração dos livros hebraicos: “Collections at Penn Library (USA) Parchment, Paper, Print: An Illustrated History of the Jewish Book”.

As comunicações que decorreram ao longo do dia abarcaram um período cronológico desde os tempos medievais ao século XX e espacial da presença judaica na cidade (Coimbra), em Portugal e no mundo. Como foram reflexo as comunicações: Hathália Queiroz Mariano Cruz (doutoranda da U. Federal de Goiás), “Leis de Sabbat na Mishmah e nos Manuscritos de Qumran: A

presença da Hlakhah na Preservação da Lei Oral Judaica (séc. II AEC e séc. II EC)”; Rodolfo Feio (mestre da FLUC), “Som servidores d’El Rey e do concelho’: a presença judaica no Livro das Posturas Antigas de Évora”; Cleusa Teixeira (doutoranda da U. Federal de Goiás / CHSC), “Os sefarditas portugueses entre as tradições e as memórias: de judeus a cristãos novos (séc. XV-XVI)”; Pedro Peixoto (mestrando da FLUC), “Reminiscências de criptojudaísmo na Coimbra Moderna: o caso do Doutor António Homem (1564-1624)”; Marília Cunha Imbiriba dos Santos (doutoranda da U. Lisboa / CAPES), “A limpeza de sangue nas habitações para o Santo Ofício no Grão-Pará e Maranhão do século XVIII”; Doutor António Andrade (Prof. da U. Aveiro / CLLC), “Entre Portugal e o desterro: homens que partem, livros que regressam”; Carolina Henriques (doutoranda da FLUC / CHSC), “Em fuga de Hitler: refugiados judeus nas Caldas da Rainha (1940-1946)”; e, por fim, Berta Duarte (Câmara Municipal de Coimbra), “Judeus de Coimbra: espaços, marcas e memórias”. Porém, o dia não ficou completo com as comunicações. Ao projeto enriqueceu a presença de cerca de 40 estudantes da Universidade de Aveiro que se deslocaram à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para ver e ouvir falar de judaísmo. Uma mais valia não só pela partilha e colaboração entre as instituições, mas também por dar motivo à razão da sua existência, a produção científica e os jovens investigadores que tiveram oportunidade de trocar impressões entre as comunicações e ao final do dia, na abertura da exposição ‘O Património Bibliográfico Hebraico da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra’.

O Colóquio finalizou, enfim, com a mostra bibliográfica do património hebraico da Biblioteca Geral. Foi um momento para muitos verem de perto os documentos e saberes que ouviram falar ao longo do dia...

GONÇALO PEDROSA
CHSC – U. Coimbra
goncalopedrosa23@gmail.com

II Jornada de Estudos. *Vida Comunitária e serviço à comunidade. O exemplo canonical e as suas repercussões no mundo laico. (Europa Ocidental dos séculos XI-XIV)*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 de fevereiro de 2018.

A 2 de fevereiro de 2018, no Anfiteatro III da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, realizou-se a segunda edição das Jornadas de Estudos *Vida Comunitária e Serviço à Comunidade. O exemplo canonical e as suas repercussões no mundo laico (Europa Ocidental, séculos XI-XV)*. Esta atividade ocorreu na sequência de uma primeira edição, tida a 25 de março de 2017, no Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris, na Universidade de Paris 1, Panthéon-Sorbonne. Ambos os eventos fazem parte do projeto individual de Pós-Doutoramento *Territórios, sociedades e religiões: redes paroquiais numa cidade medieval europeia. O caso de Coimbra*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (BPD/100765/2014), desenvolvido por Maria Amélia Álvaro de Campos (CHSC/U. Coimbra e CIDEHUS/U. Évora), organizadora do evento, em conjunto com Anne Massoni (CRIHAM/U. Limoges), coorientadora científica do projeto.

Estas jornadas centraram-se no estudo das comunidades canonicais e procuraram explorar as suas ligações ao mundo laico. Durante a Reforma ou o movimento gregoriano, a separação entre cónegos regulares e cónegos seculares demonstrou o valor do serviço junto dos segundos e, ligada a esta função, a interpenetração destes com as comunidades laicas transformou-se numa realidade intrínseca e favorável à sua sobrevivência. O tema destas jornadas convidou-nos a pensar diversos aspetos da História Medieval. Por um lado, examinaram-se os cabidos seculares, do ponto de vista do seu funcionamento interno e das suas relações com os leigos. Por outro, foi importante analisar, sempre que possível, os movimentos associativos e comunitários laicos, para compreender os níveis de reciprocidade na transferência de influências. Assim, enfatizaram-se diferentes dimensões: os quadros políticos; as dinâmicas económico-sociais; a espiritualidade; os mecanismos de assistência e de solidariedade; e a evolução do ensino e da cultura.

A primeira edição destas jornadas contou com diferentes especialistas portugueses e franceses que se dedicaram ao estudo da influência da organização eclesiástica canonical e paroquial nas comunidades laicas, ao nível dos modos de remuneração (Vincent Tabbagh – U. Bourgogne), da organização das instituições comunais (Charles de Miramon – GAS/École des Hautes Études en Sciences Sociales), das instituições concelhias e confraternais (Maria Helena

da Cruz Coelho – CHSC/U. Coimbra e CITCEM/U. Porto), da transferência das práticas da escrita (Maria Cristina Cunha – CITCEM/U. Porto). Examinou-se a penetração das sociedades urbanas no interior dos cabidos catedralícios e das colegiadas (Julia Conesa Soriano – CRM/U. Paris IV e CIHAM/U. Lyon 2 e Maria Amélia Álvaro de Campos) e a forma pela qual esses cabidos asseguravam o serviço religioso, no ofício divino do quotidiano paroquial e dos mortos (Hermínia Vasconcelos Vilar – CIDEHUS/U. Évora).

Na segunda edição, o quadro geográfico alargou-se: a exemplos da Idade Média portuguesa e francesa, acrescentaram-se as realidades do norte de Itália e dos reinos medievais do atual território de Espanha. A Jornada foi integralmente moderada por Maria Helena da Cruz Coelho (orientadora principal deste projeto de investigação) que chamou a atenção para os aspetos mais relevantes de cada comunicação, facilitando a troca de ideias e a partilha de conhecimentos entre participantes e assistência.

Com base numa organização temática e cronológica, o dia abriu com a comunicação de Émilie Kurdziel (U. Poitiers) sobre as formas de organização comunitária nos cabidos catedralícios italianos da primeira metade do século XI, estudo que enfatizou o papel dos bispos como impulsionadores e patronos das práticas de vida comunitária, dentro das suas catedrais. Por sua vez, Anne Massoni, partindo da análise de um conjunto de cartulários catedralícios da França meridional, nomeadamente das dioceses de Dax e Agde, explorou um tema sobejamente desenvolvido no âmbito dos estudos monásticos e praticamente intocado pelos historiadores do clero secular – a identificação e caracterização das comunidades laicas, organizadas em torno desses cabidos (os familiares, os serviçais, os oblatos, etc.).

A jornada prosseguiu com três estudos de âmbito português. Leontina Ventura (CHSC/U. Coimbra) focou a sua atenção no reconhecimento e enquadramento dos *clerici regis* – funcionários eclesiásticos ao serviço da coroa portuguesa – durante os séculos XIII e XIV, assente numa abordagem prosopográfica. A partir de um profundo conhecimento sobre a nobreza medieval portuguesa e os meandros da administração régia, a Autora contribuiu para o avanço de um tema fundamental na historiografia europeia, com novidades ao nível da caracterização do papel dos eclesiásticos ao serviço das estruturas laicas do governo do reino e do enquadramento familiar, social e político destes indivíduos. Saul Gomes (CHSC/U. Coimbra) centrou-se num processo característico dos finais da Idade Média de fundação laica de instituições eclesiásticas e capitulares, em prol da dignificação do seu fundador e respetiva linhagem. Neste sentido, a fundação da colegiada de Santa Maria de Ourém, pelo conde D. Afonso, em 1445, foi analisada pormenorizadamente e enquadrada nas cor-

rentes políticas e socioculturais portuguesas e europeias, da sua época.

Rosário Morujão (CHSC/U. Coimbra e CEHR/U. Católica de Portugal) analisou outro tipo de serviço, ou seja, aquele prestado pelas instituições eclesiásticas às comunidades laicas, através da cedência de instrumentos de autenticação documental aos seus diplomas. Apesar de não existir um conjunto documental suficientemente largo que permita estabelecer uma regra, casos extraídos das chancelarias do cabido da Sé do Porto, do Mosteiro de Arouca, das colegiadas de São Salvador, de São Cristóvão e de São Bartolomeu de Coimbra lançaram pistas relevantes para um futuro aprofundamento da questão. Susana Guijarro (U. Cantabria) tomou a palavra de seguida para dar exemplos e problematizar as influências de cabidos colegiais e catedralícios castelhanos, nos séculos XI, XII e XIII, na educação e no desenvolvimento cultural das comunidades laicas envolventes, sublinhando a composição das bibliotecas e dos livros conhecidos para essas instituições. Único participante proveniente da área da História da Arte, Eduardo Carrero (U. Autónoma de Barcelona) deteve-se na identificação e caracterização dos espaços reservados aos laicos nas igrejas paroquiais, analisando para o efeito um conjunto de fontes materiais, documentais e iconográficas e apresentando uma síntese necessária aos estudos dos edifícios eclesiásticos medievais.

A jornada terminou com uma sessão dedicada ao culto dos mortos durante a Idade Média Central, inteiramente assente no estudo de fontes como os obituários e os necrológicos. Thierry Pécout (LEM-CERCOR/ U. Jean Monnet) trouxe, para o efeito, uma reflexão com base nos dados extraídos de um conjunto de documentos por si publicados para diferentes dioceses da Provença francesa. Maria Amélia Campos, detendo-se na análise do Obituário da igreja de São Bartolomeu de Coimbra, da primeira metade do século XIV, estudou os destinatários e fundadores dos ofícios registados nesse documento, problematizando os aspetos sociológicos associados à vivência da morte e do luto no período medieval.

Tal como na primeira Jornada havia sido feito por Anne Massoni, esta segunda edição contou com um tempo de conclusões em que Maria Cristina Cunha pôde partilhar com o auditório as considerações que todas as comunicações lhe tinham inspirado. Foi um momento de síntese e de chamada de atenção para pistas de trabalho futuras. Depois do sucesso das duas jornadas, que permitiram um diálogo científico, profícuo e pluridisciplinar em torno de um mesmo tema, espera-se para breve a publicação dos resultados.

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS
CHSC – U. Coimbra
melicampos@gmail.com

Centro de História da Sociedade e da Cultura – 2017
Breve descrição das atividades desenvolvidas

No ano de 2017, o CHSC manteve-se focado no projeto iniciado em 2015, *O Saber Histórico na Construção dos Dinamismos Económicos, Sociais e Culturais no Mundo Contemporâneo*, orientando as respetivas atividades dentro dos diferentes patamares de abordagem histórica nos quais tem vindo a trabalhar: a História Local e Regional, a História de Portugal, com abordagens em diferentes temáticas ligadas à formação específica dos respetivos membros integrados, e a presença de Portugal na Europa e mundo, numa história iniciada na Antiguidade Clássica e prosseguida até à contemporaneidade. À parte das escalas de análise referidas, e em diferentes temporalidades, o CHSC mantém-se atento à evolução da própria disciplina, não descurando o apoio concretizado em projetos de edição e de publicação de fontes.

As atividades pautaram-se pela manutenção do compromisso com o ensino, em particular no âmbito de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos, pelo reforço da internacionalização da pesquisa e respetiva divulgação, pela promoção do trabalho em rede e pelo esforço de descentralização cultural e de disseminação do conhecimento na sociedade. No primeiro caso, inscreve-se o apoio à presença dos seus membros no estrangeiro, quer em atividades de investigação, quer em congressos ou iniciativas científicas de especial relevância. O apoio à docência manifesta-se quer na presença de membros na lecionação de seminários e, conseqüentemente, na sua ligação a diferentes atividades de 2º e 3º Ciclos, mas também no incentivo do CHSC à mobilidade de investigadores/historiadores portugueses e/ou estrangeiros, no quadro da realização de ciclos de conferências ou de congressos organizados ou apoiados pelo Centro de História da Sociedade e da Cultura.

Finalmente, no campo da disseminação do conhecimento, para além da promoção de atividades dirigidas por investigadores júniores, de que são exemplos significativos o *4º Forum-Estudante em História e Culturas da Alimentação* e o *V Encontro da Jovens Investigadores em História Moderna (EJIHM)*, iniciativas realizadas em colaboração com várias instituições. Salientam-se câmaras municipais, Exército Português, Biblioteca Nacional, Misericórdias, cooperativas culturais (HERMES), Laboratório de Polícia Científica, para além de várias Unidades I&D, não exclusivamente de História, bem como participação ativa, com várias ações, na Semana Cultural da UC, dinamizadas por membros integrados e colaboradores. Relevem-se igualmente, as parcerias estabelecidas, algumas das quais proporcionaram a realização de encontros/colóquios de âmbito internacional, como o “4º Colóquio

Luso-brasileiro DIAITA de História e Culturas da Alimentação”, o “*Colóquio Internacional Diálogos Luso-Sefarditas*”, ou, numa outra dimensão, e em resultado de anteriores ciclos de Conferências promovidos pelo CHSC, o lançamento do livro *A Universidade Pombalina. Ciência, Território e Coleções Científicas*, coordenado pelos Doutores Ana Cristina Araújo e Fernando Taveira da Fonseca.

Um leque assinalável de prémios e distinções coroou, enfim, obras e trajetórias de Investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

Provas de Qualificação, Teses de Doutorado e/ou 3º Ciclo e Dissertações /Relatórios de Mestrado e/ou de 2º Ciclo orientadas ou coorientadas por investigadores integrados do CHSC em 2017-2018

Esta rubrica tem por objetivo disponibilizar informação relativa a Provas de Qualificação, Teses de Doutorado e/ou de 3º Ciclo e Dissertações/Relatórios de Mestrado e/ou de 2º Ciclo orientadas ou coorientadas por investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura, apresentadas e aprovadas no período compreendido entre 1 de Setembro de 2017 e 31 de Julho de 2018.

As referências vão ordenadas, dentro de cada tipo de prova, pela data da sua realização.

Provas de Qualificação e Teses de Doutorado (3º Ciclo)

Doutoramento (3º Ciclo) em: História

Autor: Ana Isabel Coelho Pires da Silva

Título: *Assistência social em Portugal na Monarquia Constitucional (1834-1910): da doutrina política à prática no Alto Alentejo*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 22 de Janeiro de 2018

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Antónia Lopes

Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História

Autor: Elise Cardoso

Título: *Organização e movimentação dos exércitos régios em Portugal na Idade Média (1109-1450)*

Data das provas: 26 de Janeiro de 2018

Orientador: João Gouveia Monteiro

Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História

Autor: João Rafael Gorgulho Nisa

Título: *Por entre freires, cavaleiros, besteiros e castelos: a organização militar da comarca de Entre Tejo e Odiana (1299-1411)*

Data das provas: 1 de Fevereiro de 2018

Orientador: João Gouveia Monteiro

Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História

Autor: Maria Cristina Garcez Santos Quintas

Título: *A hoste do Condestável D. Nuno Álvares Pereira: um singular exército senhorial no Portugal medieval*

Data das provas: 2 de Fevereiro de 2018

Orientador: João Gouveia Monteiro

Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História

Autor: Márcio Manuel Machado Nunes

Título: *Entre religião e política: o processo de estruturação da Igreja Católica no território Alagoano (1900-1962)*

Data das provas: 2 de Fevereiro de 2018

Orientador: José Pedro de Matos Paiva

Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História

Autor: Mónica Conceição Rodrigues dos Santos

Título: *Trabalho e acidentes laborais: uma análise a partir dos processos dos Tribunais de Trabalho da Região Centro de Portugal (1920-1945)*

Data das provas: 2 de Fevereiro de 2018

Orientador: Irene Vaquinhas

Mestrado (e/ou de 2º Ciclo)

2º Ciclo (Mestrado): 2º Ciclo em Património Cultural e Museologia

Autor: Renan Alves de Souza

Título: *Casa Museu Bissaya Barreto: uma experiência museal através da vida privada. Relatório de Estágio*

Data das provas: 2 de Outubro de 2017

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Vaquinhas

2º Ciclo (Mestrado): Mestrado em Política Cultural Autárquica

Autor: Ana Catarina Cadilha Raposo

Título: *O Museu Municipal de Coimbra. Princípios para uma museologia inclusiva e participativa.*

Data das provas: 3 de Outubro de 2017

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Margarida Sobral Neto

2º Ciclo (Mestrado): História

Autor: Nádía Raquel Mendes Lopes

Título: *Natalidade e mortalidade na freguesia da Bemposta em finais de Antigo Regime (1752-1800)*

Especialidade: História da Idade Moderna

Data das provas: 6 de Outubro de 2017

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Antónia Lopes

2º Ciclo (Mestrado): História

Autor: Rodolfo Nuno Petronilho Feio

Título: *Por prol e bom regimento: a cidade e o trabalho nas Posturas Antigas de Évora*

Especialidade: Idade Média

Data das provas: 16 de Outubro de 2017

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Coorientador: Leontina Domingues Ventura

2º Ciclo (Mestrado): Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade

Autor: Victor Manuel de Pinho Pereira

Título: *O escanção na história, na sociedade e na arte de bem servir o vinho*

Data das provas: 23 de Outubro de 2017

Instituição: FLUC

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Coorientador: Carmen Soares

2º Ciclo (Mestrado): História

Autor: Paulo Bruno Ferreira Vieira Martins dos Reis

Título: *Da pedra ao pergaminho - Os Percursos biográficos de Martim Silvestre e seu filho Gomes Martins Silvestre*

Especialidade: Idade Média

Data das provas: 25 de Outubro de 2017

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Leontina Domingues Ventura

2º Ciclo (Mestrado): Mestrado Interuniversitário de História Militar

Autor: Gustavo Eduardo Monteiro Carvalho Gonçalves

Título: *A génese do exército bizantino: o Strategikon de Maurício (séculos VI-VII)*

Especialidade: História Militar Medieval

Data das provas: 18 de janeiro de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: João Gouveia Monteiro

2º Ciclo (Mestrado): Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade

Autor: Maria Katarina Nobre

Título: *Caderno de receitas: um retrato da alimentação pernambucana no início do século XX*

Data das provas: 12 de Fevereiro de 2018

Instituição: FLUC

Orientador: Maria José Azevedo Santos

2º Ciclo (Mestrado): Mestrado Interuniversitário de História Militar

Autor: Rodrigo Simões Ferreira Gomes

Título: *A escrita da guerra em Bizâncio. Análise e comentário dos manuscritos de Siriano Magister (c. século IX)*

Especialidade: História Militar Medieval

Data das provas: 19 de Fevereiro de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: João Gouveia Monteiro

2º Ciclo (Mestrado): Mestrado Interuniversitário de História Militar

Autor: João Pedro Gomes Paiva

Título: *Como “navegar” a guerra: análise e comentário do tratado militar Taktika (século X)*

Especialidade: História Militar Medieval

Data das provas: 22 de fevereiro de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: João Gouveia Monteiro

2º Ciclo: Património Cultural e Museologia

Autor: Rita Daniela Cordeiro Paiva Costa

Título: *Luís de Carvalho e as coleções de zoologia legadas à Universidade de Coimbra em finais do século XIX*

Data das provas: 12 de Julho de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Pedro Júlio Enrech Casaleiro

Instituição: Museu da Ciência da Universidade de Coimbra

Coorientador: Irene Vaquinhas

2º Ciclo (Mestrado): Mestrado em História

Autor: Isaura Magali dos Santos

Título: *As terras de Figueiró na Idade Média*

Especialidade: Época Medieval

Data das provas: 17 de Julho de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Alegria Fernandes Marques

2º Ciclo (Mestrado): Mestrado em História

Autor: José Luís dos Santos Barbosa

Título: *As finanças da Câmara Municipal de Coimbra: estrutura e evolução (1601-1660)*

Especialidade: Época Moderna

Data das provas: 25 de Julho de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Margarida Sobral Neto

Artigos

A universidade medieval portuguesa e os problemas do seu financiamento [I]: os prolegómenos (séculos XIII-XIV)

ANDRÉ DE OLIVEIRA LEITÃO

Som servidores d'El Rey e do Concelho: a presença judaica no Livro das Posturas Antigas de Évora

RODOLFO PETRONILHO FEIO

Sermões políticos y audiencia. Una revisión crítica de la predicación en vísperas de la Guerra de las Comunidades de Castilla

HIPÓLITO RAFAEL OLIVA HERRER

Entre a política e o luto: as cartas consolatórias dirigidas a D. João III e D. Catarina de Áustria (1545-1557)

ANA MAFALDA PEREIRA LOPES

Demolir ou reparar: das normas jurídicas portuguesas para edifícios em ruína (séculos XV a XIX)

SANDRA M. G. PINTO

Grupos sociais da Beira Interior em meados do século XIX

JOÃO NUNES

"Almoços, lunchs, jantares e ceias": os serviços de restauração em Lisboa à luz dos anuários comerciais (1871-99).

Tipologias, serviços e produtos

JOÃO PEDRO GOMES

O caminho de ferro de Moçâmedes: entre projeto militar, instrumento tecnodiplomático e ferramenta de apropriação colonial (1881-1914)

HUGO SILVEIRA PEREIRA

Controlo, Vigilância e Repressão: A evolução e acção da Guarda Fiscal em Portugal (1885-1945)

MARIANA CASTRO

Le "sale cinematografiche" nello scenario moderno dell'architettura portoghese della prima metà del XX secolo:

alcuni esempi a confronto

MARIANGELA LICORDARI

Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939). A revista Diônysos, Humberto Pinto de Lima e Tutankhamon

JOSÉ DAS CANDEIAS SALES E SUSANA MOTA

Crescimento económico e a questão alimentar em Portugal: produção, estruturas, distribuição e consumo (1947 -1973)

LEONARDO ABOIM PIRES

Caderno temático

Introdução. Do temor à chuva ao céu de onde descem dragões. Perceção e registo de fenómenos naturais (séculos VII a XVIII)

COVADONGA VALDALISO-CASANOVA E MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

El maldito siglo VII: los efectos del enfriamiento y las catástrofes naturales en Siria-Palestina según las crónicas

CARLOS MARTÍNEZ CARRASCO

Red lights in the sky, hunger in sight. Aurora borealis and famine between experience and rhetoric in the early Middle Ages

ANDREA MARASCHI

La percepción de las inundaciones en la Cataluña nororiental entre los siglos XIV y XVII: de las notas cronísticas a las autobiografías populares

ALBERT REIXACH SALA

Du "temps qu'il fait" au temps vécu à la Renaissance : Nature, traces et textes

FRANCESCA CANADÉ SAUTMAN

La météorologie comme facteur militaire et politique : le processus de prise de décision par les administrateurs français de la Corse (1553-1559)

VLADIMIR SHISHKIN E EKATERINA GUERASSIMOVA

O ano de 1647 "que se diz da Fome, e Terremotos": O impacto das crises sísmicas na paisagem sonora de Angra

LUÍS HENRIQUES

Notícias dos estados do tempo na Época Moderna: percepção de riscos meteorológicos na Gazeta de Lisboa (1715-1762)

LUÍS PEDRO SILVA



CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE
E DA CULTURA